UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

ÂNGELA FRANCINE FUZA

A CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS ESCRITOS EM PRÁTICAS DE LETRAMENTO ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

CAMPINAS,
2015

ÂNGELA FRANCINE FUZA

A CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS ESCRITOS EM PRÁTICAS DE LETRAMENTO ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada, na área de Linguagem e Educação.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Salek Fiad

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida pela aluna Ângela Francine Fuza e orientada pela Prof.ª Dr.ª Raquel Salek Fiad.

Prof.ª Dr.ª Raquel Salek Fiad

CAMPINAS,
2015

Agência de fomento: CNPq
Nº processo: 140279/2012-1

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

F989c

Fuza, Ângela Francine, 1985-
A constituição dos discursos escritos em práticas de letramento acadêmico-científicas / Ângela Francine Fuza. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Raquel Salek Fiad.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Redação acadêmica. 2. Redação científica. 3. Letramento - Estudo e ensino (Superior). 4. Gêneros discursivos. 5. Publicações científicas. I. Fiad, Raquel Salek,1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The constitution of written discourses in academic-scientific literacy practices
Palavras-chave em inglês:
Academic writing
Scientific writing
Literacy - Study and teaching (Higher)
Discursive genres
Science publishing
Área de concentração: Linguagem e Educação
Titulação: Doutora em Linguística Aplicada
Banca examinadora:
Raquel Salek Fiad [Orientador]
Adriane Teresinha Sartori
Émerson de Pietri
Luiz André Neves de Brito
Renilson José Menegassi
Data de defesa: 21-08-2015
Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada

BANCA EXAMINADORA:

Raquel Salek Fiad

Adriane Teresinha Sartori

Emerson de Pietri

Luiz André Neves de Brito

Renilson José Menegassi

Adriana Fischer

Lourenço Chacon Jurado Filho

Ludmila Thomé de Andrade

IEL/UNICAMP
2015

Aos meus pais, Sonia e Laércio, exemplos de amor, de dedicação e de responsabilidade com as tarefas da vida.

Ao meu esposo, Carlos, presença constante, meu grande interlocutor nos diálogos da vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, escritor de nossas vidas, Interlocutor Fiel e coautor deste trabalho e à Santa Catarina de Alexandria, protetora dos estudantes.

À Prof.ª Dr.ª Raquel, minha orientadora e grande interlocutora nessa trajetória de pesquisa e de estudos. Ter sido escolhida para uma de suas vagas no processo seletivo foi uma das maiores alegrias em meu percurso acadêmico. A professora Raquel é a concretização daquilo que estudiosos teorizam tanto: a importância do dialogismo, da alteridade em sala de aula, pois sempre está disposta a dialogar, a trocar informações e a ouvir, especialmente. Sou grata pelo incentivo, pela compreensão e pelos diálogos estabelecidos a fim de concretizar este estudo.

Aos professores Adriane Teresinha Sartori, Émerson de Pietri, Luiz André Neves de Brito e Renilson José Menegassi, por aceitarem participar da banca de defesa. Aos professores Adriana Fischer, Lourenço Chacon Jurado Filho e Ludmila Thomé de Andrade por fazerem parte como suplentes.

Ao Prof. Dr. Renilson José Menegassi, orientador de graduação e de mestrado, interlocutor no meu exame de qualificação do projeto de pesquisa do doutorado, a quem agradeço pelos ensinamentos e pelos diálogos que fortaleceram a minha formação, possibilitando-me percorrer novos caminhos de pesquisa e de estudo.

À Prof.ª Dr.ª Adriana Fischer, uma das principais interlocutoras no percurso de escrita desta tese, pois desde o projeto de pesquisa do doutorado, em julho de 2013, e a qualificação da tese, em novembro de 2014, contribuiu com apontamentos valiosos.

Ao Prof. Dr. Luiz André Neves de Brito, pela qualificação da tese em novembro de 2014, momento de diálogo e de repensar aspectos da escrita.

Ao Prof. Dr. Marcelo Buzato, pelos ensinamentos durante o desenvolvimento de minha qualificação de área.

Ao Grupo de Pesquisa "Escrita: ensino, práticas, representações e concepções" (Unicamp), composto pelos orientandos da Prof.ª Dr.ª Raquel: Eliane Feitoza Oliveira, Eliane Pasquotte-Vieira, Flávia Danielle Sordi Silva Miranda, Giovana Príncipe, Larissa Giacometti Paris, Lucas Vinicio de Carvalho Maciel, Marcela Lima, Nathalie Letouzé e Shirlei Neves, assim como outros que participaram das discussões. Os nossos seminários foram fundamentais para a (re)elaboração desta tese.

Ao Grupo de Pesquisa "Interação e escrita no ensino e aprendizagem" (UEM), pelos diálogos instaurados e pelas experiências compartilhadas.

Às minhas queridas Flávia Sordi e Shirlei Neves, amigas que compartilharam comigo, desde o dia da entrevista de seleção, momentos de felicidade, de angústias e, agora, de vitória.

Ao Claudio Platero, ao Miguel e à Rose, da secretaria de pós-graduação do IEL, agradeço pelas respostas às dúvidas e aos auxílios recebidos.

Aos meus pais Sonia e Laércio, ao meu irmão Fábio, à minha família, em especial, à minha prima Patrícia, por compreenderem minhas ausências, por serem apoio nos momentos de aflição para a construção desta tese.

Ao meu esposo Carlos, que enfrentou comigo todo o processo de preparação e de seleção para o doutorado, que vibrou com minha aprovação e que vivenciou ao meu lado cada obstáculo superado e as vitórias alcançadas. Meu grande interlocutor durante a escrita da tese, força que me auxiliou a manter o foco e a calma.

A todos os amigos de Maringá e de Palmas, em especial, à Greize que compartilhou comigo as ansiedades do processo de escrita e a felicidade da vitória, obrigada pelo apoio.

Ao CNPq pela bolsa que possibilitou realizar esta pesquisa.

"Nenhum dever é mais importanto do que a gratidão" (Cícero)

RESUMO

A existência do discurso que postula a escrita acadêmica como homogênea, não considerando as práticas acadêmico-científicas de letramento e a comunidade científica envolvidas no processo de constituição do discurso, é a problemática que desencadeia a realização desta pesquisa. Defendo, assim, que, o discurso acadêmico concebido com base nos múltiplos letramentos possibilita repensar a noção de escrita homogênea, desmistificando a ideia de que todos os participantes das comunidades científicas escrevem da mesma forma. Nesse sentido, o objetivo geral do estudo é compreender como se constituem os discursos escritos nas práticas de letramento acadêmico-científicas, a partir da análise dos seguintes elementos: (1) discursos oficiais (CF, LDB, PNE, normas das agências de pesquisa); (2) cursos de escrita acadêmica *on-line*; (3) normas para publicação e para avaliação das revistas científicas; (4) artigos publicados em revistas científicas brasileiras A1 das diferentes áreas do conhecimento, visando à identificação de suas configurações. Para tal, a pesquisa, caracterizada como qualitativo-interpretativa, com procedimentos investigativos de base documental, orienta-se a partir das seguintes abordagens teóricas: a abordagem sociocultural do letramento (STREET, 1984; LEA; STREET, 1998, 2006; LILLIS, 1999, entre outros), a teoria dos gêneros discursivos e a abordagem de análise da língua, tratados por Bakhtin (2003) e Bakhtin/Volochinov (1992), tendo em vista o fato de considerar o social e suas práticas de letramento como elementos constituintes dos enunciados produzidos cientificamente. A análise dos dados possibilitou algumas constatações: **(i)** os discursos oficiais abordam a ciência de forma democrática e deliberativa; enquanto CF, LDB e PNE destacam a liberdade na produção e na divulgação do conhecimento, os discursos das agências de fomento, do CNPq e da Capes deliberam formas de produzir academicamente; **(ii)** as normas de avaliação, de forma geral, não são explicitadas aos pesquisadores no momento da produção do texto, havendo somente a exposição das normas de submissão dos artigos, ligadas àquilo que é mais homogêneo na escrita; do mesmo modo agem os cursos de escrita acadêmica, pois priorizam o trabalho com o aspecto composicional do gênero; **(iii)** os periódicos analisados dialogam e respondem aos discursos oficiais em proporções variadas, sendo bastante evidente a resposta aos discursos do CNPq e da Capes. Há ainda um diálogo direto dos periódicos com os discursos presentes nas normas de escrita dentro da academia, como a ABNT, os cursos de escrita *on-line* e as agências de fomento. De certo modo, busca-se uma padronização na forma de escrita, homogeneizando o texto. Tal fato pode ser justificado pela necessidade de consenso dentro das comunidades científicas sobre o que é escrever academicamente. A tendência por especificar a composição do gênero em detrimento das questões mais discursivas não é fator deficitário, tendo em vista que os enunciados se configuram por meio de elementos formais e discursivos, vislumbrando-se a circulação do conhecimento. A questão maior é quando prevalece no discurso o foco no âmbito composicional, fato que pode conduzir à homogeneização, mascarando-se as marcas subjetivas no texto, levando ao apagamento do sujeito; **(iv)** a descrição e a análise dos artigos científicos possibilitaram constatar marcas que reforçam a tese da heterogeneidade dos textos. Destaco, assim, os elementos responsáveis por caracterizar, de forma heterogênea, os artigos das diferentes áreas do conhecimento, a saber: a materialidade discursiva dos artigos científicos; a questão do objetivismo e do subjetivismo da escrita; o monologismo, o dialogismo e as relações dialógicas estabelecidas nos artigos das diferentes áreas. Os resultados apontam que há tendência à

homogeneidade da escrita assim como ao letramento autônomo e ao modelo de socialização acadêmica, demarcando-se a relação entre artigos e normas de submissão, normas de avaliação, cursos de escrita acadêmica e discursos oficiais; no entanto, há, também, evidências de heterogeneidade da escrita, tendendo ao modelo do letramento acadêmico, voltando-se para a discussão a respeito da heterogeneidade. Os resultados demonstram a correlação entre heterogeneidade e homogeneidade; esta é bastante evidente no aspecto composicional do gênero artigo, no entanto não se restringe a ele, marcando-se, em menor proeminência, no tema e no estilo do gênero. Dessa forma, há, no âmbito acadêmico dos discursos de escrita, uma heterogeneidade ainda que a organização composicional tenda à homogeneidade. Os indícios de heterogeneidade possibilitam inferir que já se inicia um processo de repensar as práticas de escrita acadêmica.

Palavras-chave: Discursos escritos. Letramento acadêmico. Esfera acadêmico-científica.

ABSTRACT

The issue permeating current research is the discourse that postulates academic writing as homogeneous without taking into consideration the academic-scientific practices of literacy and the scientific community involved in the process of the constitution of discourse. The author holds that academic discourse designed based on multiple literacies allows rethink the notion of homogeneous writing and thus the idea that all participants of scientific communities write in the same manner would be demystified. The main aim of current investigation is the manner written discourses in academic-scientific literacy practices are constituted. The above may be undertaken by analyzing the following items: (1) official discourses (Federal Constitution; Guidelines for National Education –LDB; National Project for Education – PNE; norms of research agencies); (2) online courses in academic writing; (3) style sheets and assessment by scientific journals; (4) papers published in Brazilian scientific journals A1 from different areas of knowledge, so that their configuration could be identified. Current qualitative-interpretative research with document-based investigation procedures is foregrounded on the following theoretical approaches: the social and cultural approach of literacy (STREET, 1984; LEA; STREET, 1998, 2006; LILLIS, 1999, and others); the theory of discursive genres and language analysis investigated by Bakhtin (2003) and Bakhtin/Volochinov (1992), considering the social and its literacy practice as constituent elements of the scientifically produced enunciations. Data analysis brought forth the following results: **(i)** official discourses deal with science in a democratic and deliberative manner; whereas FC, LDB and PNE underscore freedom in production and in the dissemination of knowledge, the discourses of funding agencies, CNPq and Capes dictate the forms of academic production; **(ii)** as a rule, evaluation norms are not available in an explicit way to researchers at the moment of text production; there is merely an exposition of norms to submit papers linked to that which is most homogeneous in writing; courses in academic writing act similarly since they give priority to papers featuring the genre´s composition; **(iii)** the journals under analysis dialogue and respond to official discourses in different degrees, although the responses of journals to the discourses by CNPq and Capes are very evident. A direct dialogue by journals exists with the discourses in the writing norms within the academy, such as the ABNT, the online writing courses and funding agencies. There is a sort of standardization in the form of writing, through homogenization, without any focus on the discursive aspect of what is published. This fact may be due to the need of agreement within the scientific communities on what is academic writing. The trend to specify the genre composition to the detriment of more discursive issues is not a deficit, since enunciations are configured by formal and discursive elements, having in mind the circulation of knowledge. The biggest issue is when the focus within the composition milieu is predominant. This may lead towards homogenization, masking the subjective masks within the text and the annihilation of the subject; **(iv)** the description and analysis of scientific papers confirmed stereotypes that reinforce the homogeneity of texts. The author underscores the factors that characterize, in a heterogeneous manner, articles from different areas of knowledge, or rather, the discursive materiality of scientific papers; the objectivity and subjectivity issue of writing; monologism, dialogism and dialogic relationships established in papers from different areas. Results show that there is a tendency to writing homogeneity as well as the autonomous literacy and academic socialization model, inscribing the relationship between articles and

submission norms, assessment norms, courses in academic writing and official discourses. However, there is also evidence of heterogeneity in writing, tending towards the model of academic literacy, turning to the discussion on heterogeneity in papers as a form of transgression to the homogeneous model of writing, reinforced and postulated by official discourses and by publication norms. Results reveal the correlation between heterogeneity and homogeneity; this is quite evident in the compositional aspect of gender article. However is not restricted to it, marking up, to a lesser prominence, the theme and the genre style. Thus, there is, in the academic field of writing speeches, even the compositional heterogeneity that organization tends to homogeneity. The evidences of heterogeneity enable to infer that already begins a process of rethinking of academic writing practices.

Keywords: written discourses. Academic literacy. Academic and scientific sphere.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Seções de um artigo científico..... 116

Figura 2 - Imagem constante na primeira página do artigo de Sociais. 265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorizações das relações dialógicas 51
Quadro 2 - Agências de Fomento nacionais 90
Quadro 3 - Forma composicional dos textos solicitados pelas agências de fomento 91
Quadro 4 - Produção acadêmica da ciência nos discursos oficiais 100
Quadro 5 - Cursos para escrita acadêmica 111
Quadro 6 - Cursos ofertados e conteúdos programáticos 113
Quadro 7 - Elementos do plano padrão para textos acadêmicos (BARRAS, 1979) 114
Quadro 8 - Levantamento dos periódicos do estrato A1 segundo WEBQUALIS (2012) 118
Quadro 9 - Disponibilização das normas de avaliação usadas para a análise dos artigos por parte dos avaliadores dos periódicos 120
Quadro 10 - Levantamento geral das normas de avaliação usadas para a análise dos artigos pelos avaliadores 122
Quadro 11 - Normas de publicação de artigos nos periódicos: critérios que diferem 127
Quadro 12 - Discursos do CNPq e da CAPES nos periódicos das diferentes áreas 143
Quadro 13 - Forma composicional dos artigos das diferentes área 156
Quadro 14 - Títulos dos artigos 160
Quadro 15 - Títulos e suas normas segundo revistas 162
Quadro 16 - Forma composicional dos resumos dos artigos das diferentes áreas 167
Quadro 17 - Palavras-chave e suas normas segundo revistas 174
Quadro 18 - Organização da introdução dos artigos das diferentes áreas 182
Quadro 19 - Elementos da contextualização na introdução da área da Saúde 186
Quadro 20 - Elementos da contextualização na introdução da área de Ciências Sociais 187
Quadro 21 - Elementos da contextualização na introdução da área da Linguística 189
Quadro 22 - Elementos da contextualização na introdução da área de Engenharias 190
Quadro 23 - Elementos da contextualização na introdução da área de Humanas 191
Quadro 24 - Elementos da contextualização na introdução da área das Exatas 192
Quadro 25 - Movimentos na contextualização da introdução dos artigos 192
Quadro 26 - Movimentos das justificativas da introdução das áreas 198
Quadro 27 - Seção metodológica da área da Saúde 202
Quadro 28 - Seção metodológica da área de Exatas 205
Quadro 29 - Seção metodológica da área de Sociais 211
Quadro 30 - Seção de resultados da área de Exatas 214
Quadro 31 - Seção de resultados da área das Engenharias 220
Quadro 32 - Seção de discussão da área das Engenharias 224
Quadro 33 - Organização da conclusão dos artigos das diferentes áreas 245
Quadro 34 - Número de páginas e de referências usadas nos artigos das áreas 270
Quadro 35 - Relações dialógicas estabelecidas no interior dos artigos científicos das áreas 323
Quadro 36 - Relações dialógicas com maior recorrência e as normas de avaliação dos periódicos 329

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética de Pesquisa

CF – Constituição da República Federativa do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Confap – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

CTC – Conselho Técnico-Científico

EAD – Auxílio à editoração

FAP – Fundação de Amparo à Pesquisa

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

ICMJE – *International Committee of Medical Journal Editors*

ISI – *Institut for Scientific Information*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMSE – *Office of Medical Student Education*

PNE – Plano Nacional de Educação

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SciELO – *Scientific Electronic Library On-line*

USP – Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19
1.1 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA 22
1.2 QUESTÕES MOTIVADORAS DA PESQUISA 29
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA 30
1.4 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS 31
1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA 31

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 34
2.1 OS ESTUDOS DO LETRAMENTO E DO LETRAMENTO ACADÊMICO 34
2.2 CONCEPÇÕES BAKHTINIANAS: RELAÇÕES DIALÓGICAS, VOZES, PRESUMIDOS E GÊNEROS DISCURSIVOS 42
2.2.1 As relações dialógicas 42
2.2.2 As vozes bakhtinianas 47
2.2.3 Os aspectos homogêneos e heterogêneos dos gêneros discursivos 52
2.2.4 A teoria dos gêneros discursivos de vertente bakhtiniana 58
2.3 CIÊNCIA, COMUNIDADE E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICAS 63
2.3.1 Ciência: breve discussão 63
2.3.2 Comunidade e comunicação científicas 65

3 METODOLOGIA 71
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 71
3.2 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* 73
3.2.1 Documentos oficiais, Norma da ABNT, cursos de escrita *on-line*, normas de submissão e de avaliação dos periódicos 73
3.2.2 Periódicos das diferentes áreas do conhecimento e seus artigos científicos: critérios de seleção 75
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS POR MEIO DA PERSPECTIVA DIALÓGICA 75

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL: A ESCRITA CIENTÍFICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E NAS "NORMAS" DE ESCRITA 80
4.1 A CIÊNCIA NO BRASIL: A ESCRITA CIENTÍFICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS 82
4.1.1 Discurso democrático no trato da ciência 82
4.1.1.1 A educação superior e a pesquisa na Constituição Federal de 1988 82
4.1.1.2 A educação superior e a pesquisa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/96 84
4.1.1.3 A educação superior e a pesquisa no Plano Nacional da Educação (PNE) 86
4.1.2 Discurso deliberativo no trato da ciência 89
4.1.2.1 Normas de escrita científica no discurso das agências de fomento nacionais 89
4.1.2.2 Política científica e circulação do conhecimento: a pesquisa e os periódicos no discurso do CNPq e da Capes 94
4.1.2.2.1 Política Científica 95
4.1.2.2.2 Política de Financiamento 96
4.1.2.2.3 Política de Avaliação 98
4.1.2.2.4 Política de circulação 99
4.1.2.4 O idioma da ciência: o inglês como uma das condições da internacionalização da investigação 102
4.2 A CIÊNCIA NO BRASIL: A ESCRITA CIENTÍFICA NAS NORMAS DE PRODUÇÃO ESCRITA 109
4.2.1 Norma ABNT NBR 6022 – *Artigo em publicação periódica científica impressa* 109
4.2.2 Cursos de escrita acadêmica *on-line* 110
4.2.3 Normas de avaliação e normas de submissão dos periódicos das diversas áreas 118

5 PERIÓDICOS SELECIONADOS: DIÁLOGOS COM OS DISCURSOS OFICIAIS E COM AS "NORMAS" DE ESCRITA 133
5.1 PERIÓDICOS: DIÁLOGOS COM OS DISCURSOS OFICIAIS 133
5.2 PERIÓDICOS: DIÁLOGOS COM AS "NORMAS" CIENTÍFICAS DE ESCRITA 144

6 ANÁLISE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DE CADA ÁREA DO CONHECIMENTO 150
6.1 O GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO: ALGUNS PRESSUPOSTOS 150
6.2 FORMA COMPOSICIONAL, TEMÁTICA E ESTILO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DAS DIFERENTES ÁREAS 154
6.2.1 Os elementos pré-textuais dos artigos das diferentes áreas 159
6.2.1.1 Títulos dos artigos das diferentes áreas 159
6.2.1.2 Autores e filiações dos artigos das diferentes áreas 164
6.2.1.3 Resumos dos artigos das diferentes áreas 166
6.2.1.4 As palavras-chave dos resumos dos artigos das diferentes áreas 173
6.2.2 Os elementos textuais dos artigos das diferentes áreas 179
6.2.2.1 A introdução dos artigos científicos das diversas áreas 180
6.2.2.1.1 Introdução iniciada pela contextualização do assunto 185
6.2.2.1.2 Introdução iniciada pelo objetivo e pela justificativa seguida da contextualização 188
6.2.2.1.3 Justificativas das introduções das áreas 193
6.2.2.1.4 Metodologia e contribuição nas introduções das áreas 198
6.2.2.2 O desenvolvimento dos artigos científicos das diversas áreas 200
6.2.2.2.1 Metodologia dos artigos das diferentes áreas 201
6.2.2.2.1.1 Metodologia definida/marcada nos artigos 201
6.2.2.2.1.2 Metodologia marcada na introdução 210
6.2.2.2.1.3 Metodologia não marcada 212
6.2.2.3 Resultados dos artigos das diferentes áreas 213
6.2.2.3.1 Resultados com nuances de discussão 213
6.2.2.3.2 Seção focada somente na apresentação dos resultados 219
6.2.2.4 Discussão dos artigos das diferentes áreas 224
6.2.2.5 Fundamentação teórica dos artigos das diferentes áreas 228
6.2.2.5.1 Fundamentação teórica na introdução dos artigos 229
6.2.2.5.2 Fundamentação teórica em seção específica 232
6.2.2.5.3 Fundamentação teórica "diluída" no desenvolvimento do estudo 234
6.2.2.5.4 Fundamentação teórica em diálogo com a análise dos dados 236
6.2.2.6 Conclusão dos artigos das diferentes áreas 245
6.2.3 Os elementos pós-textuais dos artigos das diferentes áreas 253

7 A HETEROGENEIDADE DA ESCRITA ACADÊMICA NAS DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO 255
7.1 A HETEROGENEIDADE NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DAS ÁREAS 256
7.1.1 Materialidade discursiva dos artigos científicos 256
7.1.1.1 Resumo constituído por subseções 257
7.1.1.2 Número variado de autores e filiações 258
7.1.1.3 Artigo produzido em língua inglesa 261
7.1.1.4 Tipo de pesquisa dos artigos 263
7.1.1.5 Recursos verbo-visuais 264
7.1.1.6 Estudo aprovado pelo Comitê de Ética 269
7.1.1.7 Variação no número de páginas e de referências usadas 270
7.1.2 Objetivismo/subjetivismo na escrita acadêmica 273
7.1.3 Monologismo/dialogismo, alteridade e relações dialógicas no discurso científico 283
7.1.3.1 Relações dialógicas estabelecidas nos artigos das diferentes áreas 287

7.1.3.1.1 A relação dialógica maior estabelecida no interior dos artigos das diferentes áreas.....288
7.1.3.1.2 As relações dialógicas específicas estabelecidas no interior das seções dos artigos das diferentes áreas.....292
7.1.3.1.2.1 Diálogo com o conhecimento científico consensual.....292
7.1.3.1.2.1.1. Diálogo com o conhecimento científico consensual nos resumos.....292
7.1.3.1.2.1.2 Diálogo com o conhecimento científico consensual nas introduções.....295
7.1.3.1.2.1.3 Diálogo com o conhecimento científico consensual na metodologia.....297
7.1.3.1.2.2 Relação de pergunta e resposta.....298
7.1.3.1.2.2.1 Relação de pergunta e resposta no resumo.....298
7.1.3.1.2.3 Concordância com discursos alheios.....299
7.1.3.1.2.3.1 Concordância com discursos alheios nas introduções.....299
7.1.3.1.2.3.2 Concordância com discursos alheios na fundamentação teórica e análise dos dados.....301
7.1.3.1.2.3.3 Concordância com discursos alheios na conclusão.....303
7.1.3.1.2.4 Discordância dos discursos alheios.....303
7.1.3.1.2.4.1 Discordância dos discursos alheios na discussão.....304
7.1.3.1.2.4.2 Discordância dos discursos alheios na fundamentação teórica.....304
7.1.3.1.2.5 Marca de novidade.....306
7.1.3.1.2.5.1 Marca de novidade nos resumos.....306
7.1.3.1.2.5.2 Marca de novidade nas introduções.....307
7.1.3.1.2.5.3 Marca de novidade na conclusão.....310
7.1.3.1.2.5.4 Marca de novidade na metodologia.....312
7.1.3.1.2.6 Inserção na comunidade científica.....314
7.1.3.1.2.6.1 Inserção na comunidade científica nos resumos.....314
7.1.3.1.2.6.2 Inserção na comunidade científica nas introduções.....315
7.1.3.1.2.6.3 Inserção na comunidade científica na fundamentação teórica.....317
7.1.3.1.2.6.4 Inserção na comunidade científica na metodologia.....321
7.1.3.1.2.7 Relação de questionamento da teoria existente.....322
7.1.3.1.2.7.1 Relação de questionamento da teoria existente nos resumos.....322
7.2 RELAÇÕES DIALÓGICAS ESTABELECIDAS NOS ARTIGOS E AS NORMAS DE AVALIAÇÃO DAS REVISTAS.....328

8 ARTIGOS CIENTÍFICOS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIÁLOGOS COM OS DISCURSOS OFICIAIS E COM AS NORMAS DE ESCRITA ACADÊMICA.....334
8.1 LETRAMENTO AUTÔNOMO E MODELO DE SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA: O PRESSUPOSTO DE HOMOGENEIDADE DA ESCRITA.....334
8.2 LETRAMENTOS ACADÊMICOS: INDÍCIOS DE HETEROGENEIDADE DA ESCRITA 340

CONCLUSÃO.....345

REFERÊNCIAS.....354

Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.

(Ricardo Reis, heterônimo do poeta português Fernando Pessoa. **Poemas escolhidos**. São Paulo: Melhoramentos, 1997, p. 72).

1 INTRODUÇÃO

A opção pela temática desta tese de doutorado está relacionada ao meu percurso acadêmico de escrita de textos científicos. Os questionamentos a respeito da constituição da escrita na esfera acadêmica com foco nas revistas e em seus artigos, assim como nas práticas de letramento que envolvem a produção escrita, foram se consolidando ao longo de atividades acadêmicas das quais participei como membro dos Grupos de Pesquisa "Interação e escrita" (UEM/CNPq) e "Escrita: ensino, práticas, representações e concepções" (Unicamp). Por meio das discussões realizadas nos grupos, percebi que havia um grande questionamento quanto à escrita dos gêneros acadêmicos, haja vista que a academia busca sua homogeneização. Além disso, o meu envolvimento com pesquisas de Iniciação Científica (FUZA, 2007a, 2007b) desde a graduação e o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado (FUZA, 2010), possibilitaram-me a produção de vários textos científicos que foram publicados em periódicos especializados, em anais de eventos e em livros. Toda essa minha posição de pesquisadora possibilitou o contato com o universo acadêmico e o despertar de reflexões sobre como a escrita se realiza nesse contexto.

Em busca de escritos e de teóricos para incorporar a este texto, alguns materiais da minha época de graduação foram encontrados e me fizeram repensar e buscar ainda mais argumentos para questões que envolvem a escrita acadêmica. Ao revisitar cadernos antigos, percebi o quanto algumas práticas de escrita se mostravam homogeneizadoras quando, por exemplo, eram expostos esquemas de "como se escrever resumo, introdução, conclusão" de artigos ou de outros gêneros acadêmicos. Tais práticas possivelmente devem acontecer ainda hoje no contexto de ensino superior, possibilitando ou a padronização da escrita independentemente da área de estudo, ou a singularização da área de conhecimento. As discussões em grupos de pesquisa, assim como as aulas do doutorado, reavivaram minha experiência com a escrita acadêmica, despertando, então, o desejo de tratar uma temática que sempre me envolveu: a constituição do texto acadêmico.

Diante de práticas e de discursos que postulam a escrita acadêmica como homogênea, não considerando as práticas acadêmico-científicas de letramento envolvidas no processo de constituição do discurso, é que este estudo – suscitado por discussões sobre o

letramento acadêmico[1] feitas por estudiosos dos Novos Estudos do Letramento (STREET, 1984; LEA; STREET, 1998, 2006; LILLIS, 1999, entre outros) e sobre os estudos que visam à análise de gêneros acadêmicos, e situado na área da Linguística Aplicada – passou a ser pensado, haja vista que é desenvolvido de forma a não reproduzir tais noções, delineando-se, assim, a questão de pesquisa: como se constituem os discursos escritos[2] nas práticas de letramento acadêmico-científicas[3]?

Nesse sentido, o enfoque desta tese não recai apenas na análise do gênero discursivo artigo científico, mas também nas práticas de letramento que envolvem a produção escrita em âmbito acadêmico. Isso advém da noção de que o letramento acadêmico perpassa o contexto universitário, mas não pode ser compreendido apenas em seu âmbito, pois há outras questões que envolvem o ambiente acadêmico, influenciando suas posturas e atitudes, como as políticas científicas propostas nos discursos oficiais, as formas de se divulgar o conhecimento e de fazê-lo circular por meio dos periódicos, por exemplo. Destaco, dessa forma, que o objetivo geral desta pesquisa é compreender como se constituem os discursos escritos nas práticas de letramento acadêmico-científicas, a partir da análise de (1) discursos oficiais, (2) normas para publicação e avaliação das revistas, (3) cursos de escrita *on-line* e (4) artigos publicados em revistas científicas brasileiras A1 das diferentes áreas do conhecimento.

Nesse caso, apresento os objetos de pesquisa e não apenas um objeto, pois, a fim de compreender justamente os discursos escritos, é preciso lançar o olhar para aqueles que permeiam as práticas de letramento que envolvem a produção escrita acadêmica, como os discursos oficiais – presentes na Constituição Federal (CF, BRASIL, 1998), nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, BRASIL, 1996), no Plano Nacional de Educação (PNE, BRASIL, 2014-2024), nos discursos das agências e dos órgãos governamentais do Ensino Superior, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as

[1] Grafo, no decorrer da tese, o termo letramento acadêmico com letra minúscula para me referir às práticas letradas em âmbito geral. Ao tratar da abordagem teórico-metodológica para pesquisas, será grafado com letra maiúscula: Letramento Acadêmico.

[2] Para conceituar o termo *discursos* no âmbito da escrita acadêmico-científica, pauto-me nos postulados de Bakhtin (2002), que o concebe como sendo "a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso" (BAKHTIN, 2002, p. 181). Logo, entendo *discursos* como sendo a língua estudada não no âmbito meramente linguístico, mas sim no discursivo, concebendo-a em seu contexto enunciativo de realização. Os discursos escritos, então, seriam as formas de concretizar tais postulados por meio da linguagem escrita, no caso, acadêmico-científica.

[3] Com base em Barton e Hamilton (2000), entendo as *práticas de letramento acadêmico-científicas* como o conjunto de modos culturais de uso da linguagem escrita no âmbito da comunidade científica, voltando-me para aquilo que é institucional, para a escrita de artigos científicos. Elas se dão nas relações entre pessoas, grupos e comunidades, sendo determinadas por processos sociais, incluindo o compartilhar de ideologias e identidades culturais, assim como é descrito no Capítulo 2.

Fundações de Amparo à Pesquisa do Brasil –, as normas de submissão destinadas aos autores e as normas de avaliação usadas pelos avaliadores para análise dos artigos a serem publicados na revista, os cursos de escrita acadêmica *on-line*, os artigos científicos das revistas das diferentes áreas de conhecimento.

Duas abordagens teóricas respaldam o desenvolvimento da pesquisa, a saber: a abordagem sociocultural do letramento e a teoria dos gêneros discursivos juntamente com a abordagem dialógica de análise da língua, tratados por Bakhtin (2003) e Bakhtin/Volochinov[4] (1992). Quanto ao letramento, ele é "compreendido como um conjunto de práticas sociais, em que assumem papel central os significados culturais, as relações de poder e as relações de identidades sociais" (FISCHER, 2007, p. 12). Em relação aos pressupostos bakhtinianos, utilizam-se as contribuições da abordagem dialógica de linguagem, no modo como se dá a constituição do discurso, assim como resultados de pesquisas envolvendo a escrita de gêneros discursivos acadêmicos.

Quanto à caracterização da pesquisa, trata-se de um estudo qualitativo-interpretativista (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; ERICKSON, 1988, dentre outros). Por meio desse quadro, predominam procedimentos investigativos de base documental (BRAVO, 1991; TRIVIÑOS, 1994, dentre outros), tendo em vista o diálogo tecido com um conjunto de documentos: a) documentos que norteiam a Educação Superior no país, como a CF (1988) e a LDB (1996); b) Decretos dos órgãos governamentais/agências de fomento nacionais que tratam da pesquisa na comunidade acadêmica; c) normas de avaliação dos avaliadores e normas para submissão aos autores dos periódicos; d) revistas científicas brasileiras do estrato A1, segundo o *WebQualis*, das diversas áreas de conhecimento, de acordo com o CNPq.

Quanto ao aspecto teórico-metodológico, opto pela perspectiva da análise dialógica do discurso, fundamentada em Bakhtin e seu Círculo, que apresenta o método sociológico de estudo da língua. Os procedimentos desse método perpassam o desenvolvimento geral deste estudo, haja vista que se busca constituir um panorama geral dos discursos ligados à produção escrita no âmbito acadêmico, que justifica todo o levantamento que é demonstrado com foco nos discursos oficiais, nas normas de submissão e de avaliação, nos cursos de escrita que perpassam as produções. Creio que, assim, possibilita-se um trabalho que vai além do aspecto linguístico, percebendo os diálogos tecidos entre os

[4] Há uma confusão quanto à autoria dos textos do Círculo de Bakhtin (FARACO, 2009). Seguem-se, assim, três direções diferentes: "1) reconhecendo como textos de Bakhtin somente aqueles publicados sob seu nome; b) atribuindo todas as publicações a Bakhtin; c) incluindo os dois nomes na autoria, o que o autor considera uma solução de compromisso" (OHUSCHI, 2013, p. 25). Neste estudo, considero esta última acepção, opção também utilizada no Grupo de Pesquisa *Interação e escrita* (UEM), por isso, ao me referir à obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, cito Bakhtin/Volochinov.

discursos. Na fase de análise do gênero discursivo artigo científico, presente nos periódicos nacionais das diversas áreas do conhecimento, está bastante marcada tal perspectiva de análise da língua, uma vez que (1) contempla-se o artigo científico em uma situação concreta de publicação e de circulação, conforme sua esfera de conhecimento, (2) tal gênero será concebido nas especificidades de seu entorno e (3) busca-se, no sistema linguístico ou no trabalho com a língua, aquilo que é representativo do gênero em questão.

Diante do exposto, destaco, na sequência, as justificativas que motivaram o desenvolvimento desta tese.

1.1 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

Além das motivações pessoais que impulsionaram a produção desta tese, o levantamento teórico a respeito da escrita acadêmica auxilia também no sentido de situar a problemática e de justificar o enfoque presente neste estudo.

Em primeiro lugar, estudos como o de Lillis (1999) mostram a dificuldade da comunidade acadêmica em produzir gêneros acadêmicos que são cobrados nessa instância, porque, como não há definição para a prática de produção escrita, parte-se do pressuposto de que suas convenções são iguais para todos os escritores, postulando uma homogeneização da escrita. Para a autora, é relevante que sejam expostas as razões para que algumas práticas sejam privilegiadas no domínio acadêmico em detrimento de outras, o que significa justificar e argumentar de acordo com as convenções escriturais da academia.

Ao se postular a homogeneização da escrita, crendo que suas convenções são iguais para todos, concebe-se a linguagem segundo a perspectiva do subjetivismo idealista (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992), com foco na psicologia individual, não considerando os fatores externos à comunicação, como o interlocutor. A língua é concebida, assim, como um produto acabado, um sistema estável, um depósito inerte (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992). Ou a linguagem deriva da segunda linha de pensamento filosófico e linguístico discutido pelo Círculo de Bakhtin, o objetivismo abstrato, que postula "a língua [como] um sistema estável, imutável" (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 82-83), ou seja, é fechada, possuindo leis específicas e objetivas, sem haver qualquer vínculo entre o seu sistema e a sua história.

Um exemplo de tais perspectivas homogeneizadoras da escrita do gênero discursivo pode ser visto em Larrosa, que trata, em seu texto, do ensaio acadêmico (2003, p. 108):

> Já me aconteceu algo engraçado e sintomático: passei um ano em Londres, com bolsa de pós-doutorado, estudando num departamento de sociologia, onde havia um curso para estudantes do Terceiro Mundo, intitulado "Habilidades de escrita para finalidades acadêmicas". Aí entendi por que os ingleses e os "gringos" escrevem todos os *papers* da mesma forma: são socializados numa escrita acadêmica muito específica. Um dia, ao aprendermos como se começa um capítulo, a professora trouxe as primeiras páginas de dez ou doze capítulos, independentemente do tema, e tivemos de seguir o modelo. Depois, aprendemos como se coloca um exemplo, como se interrompe a argumentação para elaborar um exemplo. Na seqüência, aprendemos a fazer um resumo, um abstract. E, assim, pouco a pouco, todos aprendemos a escrever de um modo mecânico e padronizado, sem estilo próprio (LARROSA, 2003, p. 108, grifos nossos).

A visão homogênea da escrita do gênero acadêmico é encontrada em muitos cursos ofertados àqueles que desejam escrever academicamente. Exemplos disso podem ser encontrados nos programas de cursos ofertados por universidades e que têm como foco, geralmente, o estudo da estrutura das partes do texto científico (resumo; introdução; método; discussão; resultados; citações; conclusões; título) e do estilo e da linguagem do texto científico (padrões léxico-gramaticais; voz passiva e voz ativa; tempos verbais; texto pessoal e texto impessoal). No ano de 2012, inúmeros cursos foram disponibilizados visando à redação científica. Um dos cursos de extensão oferecido pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-Unicamp) propôs-se a "desenvolver a habilidade de redigir textos acadêmicos", como o resumo para congressos e para revistas científicas e como o relatório científico. Além disso, abordou o uso de recursos textuais e de expressões latinas, sendo aberto para acadêmicos ou para "pessoas que se interessem pelo assunto".

Essa postura no trabalho com a escrita acadêmica do gênero recai nos moldes do letramento autônomo (STREET, 1984), assim como no modelo da socialização acadêmica proposto por Lea e Street (2006), explanado com maior propriedade na seção 2.1 desta tese. Nesse caso, centrar a escrita do gênero na aculturação do sujeito à comunidade científica é construir um presumido de que basta aprender as regras básicas de escrita do gênero determinado para reproduzi-lo em todos os outros.

Conforme Corrêa (2011, p. 339), parte-se da noção de que o sujeito aculturado a um domínio de especialidade adaptaria "automaticamente sua escrita às mudanças de discursos e gêneros internas a esse domínio e, além disso, estaria, também, apto para adaptá-la aos diferentes discursos e gêneros de outras especialidades". Quanto à socialização acadêmica, Lea e Street (2006) afirmam que a academia é abordada como uma cultura homogênea que propõe que as normas devem ser dominadas pelos sujeitos, pois, por meio

delas, é que se terá acesso a qualquer setor institucional. Conforme será discutido, no decorrer do texto, além das habilidades de escrita necessárias para a produção do enunciado, outros fatores influenciam em sua constituição, como as relações de poder existentes, os diálogos com outros sujeitos, entre outros fatores.

Quanto aos aspectos homogêneos e heterogêneos dos gêneros discursivos, Corrêa (2013a, informação verbal)[5] afirma que, no primeiro caso, há uma forte tendência no foco verbal e composicional do texto, enquanto a heterogeneidade ultrapassa tais limites, dando abertura para a inclusão do "contexto extraverbal" (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1926), isto é, aos "presumidos" (CORRÊA, 2011) que acompanham o uso da palavra. Tais pressupostos são mais bem discutidos na seção 2.2 desta pesquisa; por ora, considera-se que "lidar com a heterogeneidade dos gêneros é lidar com a noção de presumido, sendo preciso voltar os olhos ao discurso e não apenas àquilo que é estrutural do gênero" (CORRÊA, 2013a).

São necessárias normas e restrições para reger as formas em que o discurso se materializa, a fim de possibilitar as trocas dentro da comunidade. Todavia não se deve restringir o trabalho com a escrita acadêmica às questões formais, mas relacioná-las aos elementos discursivos do enunciado[6]; portanto, o elemento propulsor do processo de produção se refere à soma de contradições que possibilitam a "motricidade do diálogo" (FAITA, 2005, p. 166).

Apesar de existirem visões restritas na academia em relação à escrita, este estudo apoia-se no modelo de letramento ideológico e na perspectiva do letramento acadêmico, haja vista que a universidade e as práticas de escrita em periódicos de diferentes áreas são formadas por diversas práticas sociais, não sendo possível conceber a escrita como homogênea. A partir disso, defendo a seguinte tese: o discurso acadêmico concebido com base nos múltiplos letramentos possibilita repensar a noção de escrita homogênea, desmistificando a ideia de que todos os participantes das comunidades científicas escrevem da mesma forma.

---

[5] Mesa redonda *Estudos Linguísticos e Ensino*, proferida pelo professor Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP/Unesp), no IV Congresso Nacional de Linguagens em Interação (IV Conali), de 05 a 07 de junho de 2013, na Universidade Estadual de Maringá.

[6] As questões formais seriam aqueles ligadas ao âmbito composicional e ao textual, ou seja, elementos explicitados na superfície textual. Em diálogo com esses pressupostos estão os aspectos discursivos que podem se revelar por meio de aspectos formais, mas que carregam consigo características especificas de cada área do conhecimento. Na área da Saúde, por exemplo, é evidente o emprego da colaboração científica nos artigos, logo, é algo textualmente marcado no texto, mas seu entendimento pode ser buscado em um âmbito mais amplo, discursivo, discutindo-se questões ligadas especificamente à área e ao fazer científico atualmente. Além desse elemento, outros são abordados no decorrer da tese.

De acordo com Motta-Roth (2002, p. 51), é necessário conhecer a cultura acadêmica a fim de saber "o que pode ou deve ser dito" em um texto, ou seja, os gêneros discursivos empregados nas situações de escrita, as crenças e os valores que as disciplinas articulam em relação aos objetos de estudo, "o que os membros de um grupo sabem sobre as convenções de uso da linguagem e do discurso da comunidade acadêmica". Nesse sentido, é preciso pensar como as áreas de conhecimento elaboram seus discursos escritos.

Entender como se define essa comunidade acadêmica é fundamental para tratar a constituição do discurso escrito em práticas de letramento. Por meio da análise dos artigos que constituem os periódicos das diversas áreas do conhecimento, por exemplo, será possível visualizar a prática de uso do gênero artigo científico em diferentes contextos/áreas, pois o periódico é local de normas. Há uma obrigatoriedade na academia em produzir; assim, dentro de todo o contexto acadêmico, com todas as suas especificidades, as revistas sistematizam e padronizam as práticas de produção escrita. Dessa forma, é possível manifestar, de um lado, a sistematização e a normatização da escrita nos periódicos e, de outro, o movimento que as áreas de estudo realizam na produção de conhecimento, pois "a linguagem funciona diferentemente para diferentes grupos, na medida em que diferentes materiais ideológicos, configurados discursivamente, participam do julgamento de uma dada situação" (BRAIT, 2001, p. 80).

Apesar de a linguagem funcionar diferentemente dentro dos grupos ou, aqui, comunidades científicas, cabe ressaltar que o indivíduo dispõe de formas idênticas às de qualquer outro membro da comunidade (FAITA, 2005). Há, assim, de um lado, a padronização, a normatividade dentro dos enunciados e, de outro, a parte da individualidade, resultante do projeto discursivo do sujeito. Diante disso, forma e conteúdo caminham juntos na constituição da escrita acadêmica, por exemplo, há, de um lado, a padronização da escrita e, de outro, questões ligadas ao contexto enunciativo de cada área do conhecimento. Tais afirmações retomam os ideais principais de Bakhtin (2003, p. 153): "a não-separação entre forma e conteúdo, predomínio do coletivo, do social sobre o individual e o subjetivo".

Em sua tese de doutorado intitulada *Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistic, chemistry, and economics*, Motta-Roth (1995) analisou 180 resenhas de livros em inglês referentes às disciplinas de Economia, Química e Linguística. Por meio do estudo, verificou os traços recorrentes do gênero, em termos de forma e de estrutura da informação, e também a variabilidade entre as disciplinas. Para isso, fez a análise de marcadores metadiscursivos, isto é, recursos linguísticos que guiavam a argumentação do escritor. A partir disso, realizou a descrição esquemática da

organização em resenhas acadêmicas que reflete as práticas sociais da disciplina, ou seja, o gênero realiza discursivamente ações que são legitimadas. É possível verificar, então, o diálogo proeminente entre a estrutura de tal gênero e seu contexto social, explicitado pelo uso de certos recursos textuais.

Ainda nesse sentido, é possível instaurar o diálogo entre a ideia bakhtiniana e os postulados do letramento. Para Oliveira (2006, p. 37), o letramento faz que as práticas tenham um âmbito social, em virtude de fatores e de convenções sociais que estabelecem "o uso da escrita em determinada comunidade, ou dada esfera da atividade humana – e uma dimensão individual, por conta da história e das experiências de vida de cada indivíduo que pertence à comunidade". Ou seja, a orientação do discurso não se dá em virtude dos aspectos homogeneizadores da escrita, mas também em função dos elementos que são heterogêneos e que o regulam: "a escrita acadêmica, segundo essa concepção, caracteriza-se por movimentos em concorrência, pela pluralidade de vozes e subjetividades" (WILSON, 2009, p. 100 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 100).

Opto pelo estudo do artigo científico, veiculado por meio de periódicos científicos em diversas áreas, pois ele se configura como o principal meio de comunicação científica. Esse é o gênero que melhor representa e se adéqua às características da literatura científica: "*fragmentação*: os artigos científicos veiculados em periódicos geralmente são fragmentos de trabalhos científicos em andamento; *derivação*: apoiam-se em trabalhos científicos já realizados; ser *editado*: ser avaliado" (ZIMAN, 1969, p. 318-319, grifos do autor). Motta-Roth (2002) afirma que o artigo acadêmico tem se sobressaído na preferência da publicação acadêmica em função de sua maior rapidez de divulgação quando comparado ao livro.

A respeito da cultura da publicação, Motta-Roth (1998) discorre que ela surge do diálogo que

> [...] nem sempre se apresenta "simétrico e harmonioso", pois resulta da interação "entre os diferentes discursos (ou visões de mundo materializadas no texto) que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade" [(BRAIT, 1996, p. 78)]. O diálogo é construído pela interação dos pares e por práticas e convenções da disciplina específica e da academia como um todo (MOTTA-ROTH, 1998, p. 95-96).

Segundo a autora, diante do diálogo entre linguagem, conhecimento e academia, deve-se considerar a heterogeneidade desse contexto, concebendo-se que a linguagem se concretiza em gêneros discursivos. Esses são concebidos pelos membros da comunidade acadêmica como convenções passíveis de mudança, resultantes de atividades humanas, logo, é preciso que se investigue e se aprenda sobre a escrita, a leitura e a publicação, haja vista que

"são dependentes de interesses sociais transitoriamente constituídos" (MOTTA-ROTH, 1998, p. 97). Exemplifica-se o caráter transitório dos interesses da comunidade acadêmica com o fato de se ter que escrever internacionalmente, reconhecendo as convenções discursivas adotadas por uma porção significativa do meio acadêmico internacional (como, por exemplo, o uso da língua inglesa como *língua franca*).

Uma segunda justifica para este estudo é a de que, ao tratar da escrita acadêmica, há uma visão de que as convenções que fazem parte do "senso comum" são transparentes para quem faz parte da comunidade acadêmica e para quem intenta entrar nela (LILLIS, 1999). Essa temática é proposta no artigo *Whose "Common Sense'? Essayist literacy and the institutional practice of mystery,* que critica a crença exposta, afirmando que as convenções da escrita acadêmica não são tão transparentes, elas fazem parte daquilo que chama de prática institucional do mistério, pensando fora do âmbito do ensino. Segundo Lillis (1999), nessa prática, não são explicitadas ao aluno as convenções de escrita que regem especialmente os gêneros da esfera acadêmica, pois o professor parte do princípio de que os estudantes já as conhecem. Todavia, segundo essa autora, não é suficiente explicitar como o gênero acadêmico se organiza linguisticamente, é preciso ir além, expondo os motivos pelos quais algumas práticas são privilegiadas no domínio acadêmico em detrimento de outras, qual significado a prática de letramento tem nesse domínio, o que significa justificar e argumentar de acordo com as convenções escriturais da academia etc. (LILLIS, 1999).

A ausência de transparência das convenções da escrita pode ser trazida para a realidade dos estudos sobre escrita e publicação dos artigos científicos. Após ter em mãos as revistas A1 brasileiras, visitei seus sites em busca de quais seriam os critérios usados para a avaliação dos textos. Pouquíssimos periódicos disponibilizavam esses elementos para os autores, fato que me levou a enviar e-mail para cada uma das revistas e solicitar o encaminhamento dos critérios. No entanto, pouco periódicos aceitaram compartilhar tais informações. Na seção 4.2, sistematizo a disponibilização das normas utilizadas pelos avaliadores dos periódicos.

Embora seja evidente que nem todos os mistérios na prática da escrita podem deixar de existir (LILLIS, 1999), destaca-se a importância de se evidenciar aspectos da escrita que poderiam auxiliar na melhoria da produção e no entendimento do que é escrever academicamente, assim como postulam Corrêa (2013b) e Street (2009).

Diante do exposto, constata-se o caráter social do letramento e o fato de que cada esfera social tem práticas particulares de uso da escrita, isso permite falar em múltiplos

letramentos (STREET, 1984) envolvidos na questão da escrita acadêmica dos artigos nos periódicos.

De acordo com Meadows (1999), muito já se escreveu sobre as diferenças entre as principais divisões do saber – ciência, ciência social, humanidades –, ainda mais porque essas divisões são aceitas como se refletissem pressupostos básicos sobre a natureza do conhecimento. Para o autor: "Tanto as características da pesquisa quanto as regras de conduta aprovadas pela comunidade científica podem se diferenciar entre a ciência e outras disciplinas" (MEADOWS, 1999, p. 9). A partir disso, apresento, como exemplos, pesquisas realizadas com foco na diferenciação entre as disciplinas.

Lindsey (1978), em *The scientific publication system in social science,* compara algumas das características dos artigos de periódicos publicados em algumas matérias: Ciências (Bioquímica); Sociais (Psicologia e Economia); Humanas (Sociologia). Ele analisou, em cada área, se o artigo continha análise quantitativa, se incluía tabelas e gráficos, se obtinha financiamento externo e qual o nível de atividade cooperativa.

As características abordadas por Lindsey (1978) para diferenciar a escrita nas áreas estão mais vinculadas a aspectos estruturais, sendo também necessário o foco no entendimento de como a escrita se configura dentro dos contextos, desmistificando a ideia de que a escrita é única e de que o conhecimento de como se escreve academicamente é algo instaurado e não precisa ser evidenciado pelas comunidades científicas.

Uma tentativa de mostrar a diferenciação entre estilos de linguagem, de acordo com situações de ciência e conversacional, é realizada por Gee (2008), no artigo *What is Academic Language?*. Nele, o autor examina alguns caminhos característicos nos quais os estilos de linguagem acadêmica são usados nas ciências e alguns caminhos que contrastam com os estilos de linguagem conversacional que estudantes usam em situações cotidianas. Examina também alguns fatores que influenciam na aquisição de estilos de linguagem acadêmica e as implicações deles para o ensino. A partir de dois textos-exemplo, um de jornal científico e o outro de uma revista de ciência popular, o autor demonstra que a escrita acadêmica não apresenta um padrão como se pensa, havendo variações a depender dos contextos de produção: "para aprender o estilo acadêmico, estudantes devem estar submersos em ricas atividades nas quais a linguagem acadêmica é modelada e usada em caminhos propositais e significativos[7]" (GEE, 2008, p. 68, tradução minha).

[7] "*To learn academic styles in school, students must be immersed in rich activities in which academic language is modeled and used in purposeful and meaningful ways*" (GEE, 2008, p. 68).

Muitos trabalhos existem tratando de periódicos e de publicações. Outro motivo para a escolha dos periódicos ocorreu em função de entendê-los "como espaço de representação da ciência da linguagem, como lugar de legitimação de ideias, de sua manutenção e de sua reprodução" (HAYASHIDA, 2012, p. 57). Dentro de todo o contexto acadêmico, com todas as suas especificidades, as revistas sistematizam e padronizam aquilo que temos na academia. Alguns estudos tratam dos periódicos com base na Análise do Discurso. Hayashida (2012), por exemplo, em sua tese intitulada *Periódicos Científicos: a produção e a circulação da ciência da linguagem no Brasil*, refletiu sobre a produção e a circulação da linguística no Brasil, buscando compreender o modo como essas produções vão-se organizando no conjunto das diferentes ordens de discurso científico.

Outros estudos buscam compreender como a comunidade científica está refletida nas páginas do periódico científico, como a dissertação de Silveira (2000). A autora analisou a revista *Ciência Hoje*, discutindo o ambiente científico e cultural no qual está inserida, além de analisar artigos e editoriais entre os anos de 1982 e 1988. Como resultado, a autora destaca que a revista possibilitou ao Brasil uma forma de divulgar ciência advinda de outros países, como EUA e França, reavivando nos pesquisadores brasileiros o interesse em escrever para divulgação científica, já que tal prática não era realizada. Os editoriais, por sua vez, configuraram-se como local de exposição de questões científico-sociais do país, demarcando problemas em relação à produção científica, em razão de o país não apresentar uma política científica e tecnológica. Em âmbito geral, segundo Silveira (2000), a comunidade científica brasileira esteve representada nas páginas da revista.

Este estudo focará a revista, além de outros objetos, como o gênero artigo científico, pelo viés dialógico de linguagem, buscando demonstrar a diversidade e não a unidade na escrita.

A partir da explanação do contexto do estudo e de suas justificativas, verso, na próxima seção, sobre as questões motivadoras da pesquisa.

1.2 QUESTÕES MOTIVADORAS DA PESQUISA

Diante das noções de escrita e de ciência homogêneas, padronizadas, meu posicionamento é o de que, se forem repensadas à luz dos estudos do letramento, nos diversos discursos que perpassam a produção da ciência, será possível desmistificar a ideia de que todos os participantes das comunidades acadêmicas escrevem da mesma forma. Assim, a

partir do viés sociocultural do letramento, proponho a diversidade ou a heterogeneidade, em detrimento da homogeneidade da escrita, considerando que as formas de realizar, de participar de práticas de letramento, incluindo a escrita acadêmica, "são modos culturais de utilização da linguagem e nelas estão implícitas relações de poder" (FISCHER, 2007, p. 11).

O título do estudo, *A constituição dos discursos escritos em práticas de letramento acadêmico-científicas*, busca reafirmar a tese de que há, sim, múltiplos discursos envolvidos na produção da escrita no âmbito científico, por isso, a utilização do termo "discursos" no plural.

Diante do propósito e das justificativas apontadas para o desenvolvimento da pesquisa, suas perguntas norteadoras são as seguintes:

1. Como se caracterizam os discursos acadêmico-científicos presentes nos documentos oficiais e nas normas das instituições oficiais financiadoras de pesquisa?

2. Quais são e como se configuram as normas de submissão (destinadas aos autores dos artigos), as normas de avaliação (usadas pelos avaliadores para analisar os trabalhos a serem publicados nos periódicos das diversas áreas do conhecimento) e os cursos *on-line* de escrita acadêmica?

3. Como são explicitados os diálogos estabelecidos entre periódicos, discursos oficiais e normas de escrita, assim como entre artigos científicos das diferentes áreas, discursos oficiais e normas de escrita?

4. Quais as configurações do discurso acadêmico-científico por meio da análise dos artigos científicos de diversas áreas do conhecimento?

Ao considerar tais questões, exponho, na seção seguinte, os objetivos da tese.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa é compreender como se constituem os discursos escritos nas práticas de letramento acadêmico-científicas, a partir da análise de (1) discursos oficiais, de (2) normas para publicação e avaliação das revistas, de (3) cursos de escrita *on-line* e de (4) artigos publicados em revistas científicas brasileiras A1 das diferentes áreas do conhecimento. A partir disso, proponho-me a cumprir os seguintes objetivos específicos:

- identificar os discursos acadêmico-científicos presentes nos documentos oficiais e em textos normativos das instituições oficiais financiadoras de pesquisa;

- verificar as normas de submissão destinadas aos autores dos artigos, as normas de avaliação usadas pelos avaliadores para analisar os trabalhos a serem publicados nos periódicos das diversas áreas do conhecimento e as configurações dos cursos *on-line* de escrita acadêmica;
- explicitar os diálogos estabelecidos entre periódicos, discursos oficiais e normas de escrita, assim como entre artigos científicos das diferentes áreas, discursos oficiais e normas de escrita;
- evidenciar as configurações[8] do discurso acadêmico-científico por meio da análise dos artigos científicos de diversas áreas do conhecimento.

1.4 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

Apesar de não ser foco da tese, pretendo, ao final do estudo:

(a) contribuir com os estudos sobre a escrita acadêmico-científica, demarcando-a nos documentos e instituições oficiais de financiamento de pesquisa;
(b) procurar expor os elementos que constituem a escrita acadêmico-científica heterogeneamente, nos periódicos, evidenciando-os;
(c) trazer contribuição para os estudos sobre o gênero discursivo artigo científico, estudando-o de acordo com sua comunidade científica específica, e sobre o letramento acadêmico.

A partir do levantamento geral a respeito da configuração desta tese, apresento, na sequência, sua forma de organização.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta tese está organizada em oito capítulos, incluindo a *Introdução*, subdividida em seções que tratam das justificativas, questões, objetivos e organização da pesquisa.

No Capítulo 2, *Fundamentação Teórica*, reflito a respeito da abordagem sociocultural do letramento e a teoria dos gêneros discursivos, na perspectiva sócio-histórico-ideológica da linguagem, a partir de Bakhtin/Volochinov (1992) e Bakhtin (2003). Assim, verso, primeiramente, sobre as teorias envolvendo os Novos Estudos do Letramento e o

[8] Ao considerar o discurso como sendo a língua estudada não apenas no âmbito linguístico, mas também no discursivo, concebendo-a em seu contexto enunciativo de realização, considero a configuração do discurso voltada aos aspectos linguístico-discursivos na análise dos artigos científicos, compreendendo, além dos aspectos ligados ao enunciado concreto produzido, a situação que envolve a sua produção e a sua circulação.

conceito de letramento acadêmico. Na sequência, discorro acerca da proposta bakhtiniana sobre as relações dialógica, as vozes, os presumidos e os gêneros discursivos. Por fim, discuto as noções de ciência, de comunidade e comunicação científicas.

No Capítulo 3, *Metodologia*, são destacados os pressupostos referentes à caracterização metodológica da pesquisa: qualitativo-interpretativa, com procedimentos investigativos de base documental. Na sequência, são mencionados a caracterização da pesquisa, a constituição do *corpus* e, por fim, como se deu o tratamento dos dados por meio da perspectiva dialógica.

O Capítulo 4, *A institucionalização da ciência no Brasil: a escrita científica nos documentos oficiais e nas normas de produção escrita*, aborda a institucionalização da ciência no Brasil, analisando, primeiramente, a escrita científica segundo os documentos oficiais, e, posteriormente, a escrita de acordo com as normas de escrita, envolvendo as normas de avaliação e de submissão dos periódicos e os cursos de escrita *on-line*.

O Capítulo 5, *Periódicos selecionados: diálogos com os discursos oficiais e com práticas científicas de escrita*, apresenta a discussão a respeito da relação estabelecida entre os periódicos selecionados para análise e os discursos oficiais e as normas de escrita. Evidencia-se, assim, a relação entre os discursos de escrita das revistas e os discursos oficiais, possibilitando-se perceber de que forma são estabelecidas as respostas e os vínculos entre os enunciados.

No Capítulo 6, *Análise dos artigos científicos de cada área do conhecimento*, realizo a análise dos artigos científicos das diferentes áreas do conhecimento, tendo por referência sua forma composicional, temática e estilo. A organização da descrição e da análise dos textos se deu por meio de elementos pré-textuais, de elementos textuais e de elementos pós-textuais, conforme prescrito pela ABNT. Essa forma de tratamento dos artigos é apontado como um meio de homogeneização dos textos, tendo em vista que esse tipo de estudo concentra-se somente em sua forma composicional. Nesse sentido, ao discutir os textos selecionados, irei além do âmbito composicional, formal do texto, relacionando-o com questões temáticas e estilísticas pertencentes a cada área do conhecimento.

No Capítulo 7, *A heterogeneidade da escrita acadêmica nas diferentes áreas do conhecimento*, aponto, a partir da análise dos artigos, elementos que caracterizam a sua heterogeneidade, a saber: (1) materialidade discursiva dos artigos científicos; (2) o objetivismo e o subjetivismo marcado na escrita acadêmica das áreas; (3) as noções de monologismo, dialogismo, alteridade e as relações dialógicas estabelecidas nos artigos das diferentes áreas. Após a discussão de cada uma delas, o capítulo é encerrado com a discussão

sobre as relações dialógicas estabelecidas nos artigos e as normas de avaliação dos avaliadores dos periódicos.

No Capítulo 8, *Artigos científicos das áreas de conhecimento: diálogos com os discursos oficiais e com as normas de escrita acadêmica*, abordo os artigos científicos em relação com os discursos oficiais e com as práticas de escrita, evidenciando dois aspectos ao analisar o diálogo entre os discursos: a homogeneidade da escrita, respaldada pelo viés do letramento autônomo e pelo modelo de socialização acadêmica, e algumas evidências de heterogeneidade da escrita, tendendo-se ao letramento acadêmico, em uma tentativa de transgredir padrões estabelecidos por meio da escrita.

Por fim, são tecidas as considerações finais, retomando os objetivos propostos e sintetizando os resultados alcançados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresento a base teórica norteadora de toda a pesquisa, tendo por pressupostos a abordagem sociocultural do letramento, a teoria dos gêneros discursivos, na perspectiva sócio-histórico-ideológica da linguagem, a partir de Bakhtin/Volochinov (1992) e de Bakhtin (2003), e o entendimento dos conceitos de ciência, de comunidade e de comunicação científicas.

Assim, verso, primeiramente, sobre as teorias envolvendo os Novos Estudos do Letramento e o conceito de letramento acadêmico. Na sequência, discorro acerca da proposta bakhtiniana sobre as relações dialógica, as vozes, os presumidos e os gêneros discursivos. Por fim, discuto as noções de ciência, de comunidade e de comunicação científicas. O entrelaçar dessas seções se dá em função de que a própria noção de letramento acadêmico evidencia que a comunidade acadêmica é uma dentre tantas outras presentes na sociedade, sendo relevante destacar de que forma ela é entendida no processo de produção da ciência. Os sujeitos acadêmicos estão submersos em esferas de produção científica e escrevem para que sejam vistos como pertencentes, *insiders*, daquele contexto maior que os cerca. Os gêneros acadêmicos, como os artigos científicos em periódicos conceituados, possibilitam a inserção do indivíduo em sua comunidade científica, sendo preciso que ele domine a forma de produção e de circulação da ciência, estando inserido nessa forma de letramento dominante, para efetivamente se tornar um sujeito letrado dentro desse universo científico. A necessidade de conhecer a sua comunidade acadêmica, de responder ativamente a ela, de não ser excluído, faz que os sujeitos busquem realizar pesquisas e publicá-las para atender às necessidades de sua esfera. Assim, as noções bakhtinianas, como as de gênero, podem auxiliar, muitas vezes, nas discussões que abarcam o letramento ou o letramento acadêmico.

2.1 OS ESTUDOS DO LETRAMENTO E DO LETRAMENTO ACADÊMICO

Foi somente nos últimos 30 anos que se desenvolveu, no Brasil, um amplo debate em relação ao ensino e à aprendizagem da língua escrita no âmbito das universidades. De acordo com Matêncio (2009), com base nos estudos e nas abordagens de Street (1984) e de Heath (1982), tidos como clássicos ao se tratar desse tema, várias discussões têm sido desenvolvidas no país, focalizando questões sociais, culturais, históricas da apropriação da escrita por parte do cidadão e dos usos que ele faz da escrita. Muito embora as discussões

estejam propagadas na esfera acadêmica, parte expressiva dos universitários, na maioria das vezes, parece alheia a elas, compreendendo letramento como sinônimo de erudição, não acreditando que sujeitos analfabetos possam participar de eventos de letramento na sociedade (CERUTTI-RIZZATTI, 2008).

Estudiosos do letramento buscam definições para o termo, como Kleiman (1995, p. 18) que o define como "o conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos". Assim, o termo letrameto não surgiu para substituir alfabetização, a aquisição da leitura e da escrita, mas para dar conta dos aspectos sociais envolvidos no uso da escrita em uma sociedade. Em texto posterior, a autora expõe letramento "como as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita*"* (KLEIMAN, 1998, p. 181). Letramento constitui as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade, considerando as próprias práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que elas ocorrem.

Nesse sentido, Soares (2002) busca delimitar a definição de letramento, concebendo-o não como sendo as próprias práticas de leitura e de escrita, mas sim como

> [...] *o estado* ou *condição* de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento. O que esta concepção acrescenta às anteriormente citadas é o pressuposto de que indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto, têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado *estado* ou *condição* de inserção em uma sociedade letrada (SOARES, 2002, p. 145, grifos da autora).

Nesse sentido, Fischer (2007, p. 25) explica que "*estado* ou *condição* pressupõe as relações que indivíduos ou grupos sociais mantêm com os outros", havendo ainda "as formas de interação, tipos de atitudes e competências discursivas" que contribuem para a inserção do sujeito no universo letrado.

O termo "eventos de letramento" pode ser compreendido em diálogo com a noção de práticas de letramento. Para Heath (1982), "o evento de letramento é qualquer situação em que um portador qualquer de escrita é parte integrante da natureza das interações entre os

participantes e de seus processos de interpretação"[9] (p. 93, tradução minha). Barton (2007) complementa a noção ao afirmar que o evento inclui "quaisquer ocasiões do dia-a-dia em que a palavra escrita tenha uma função[10]" (p. 35, tradução minha).

Para Soares (2003), os eventos são situações em que a língua escrita constitui elemento integrante da natureza do diálogo entre sujeitos e de seus processos de interpretação. As práticas de letramento, por sua vez, caracterizam-se como atitudes realizadas pelos sujeitos que participam de um evento de letramento, perpassado pelas posturas sociais e culturais que o configuram e que determinam os sentidos da leitura e da escrita em uma situação particular. Apesar da distinção entre eventos e práticas de letramento, Soares (2003) postula que se trata de algo meramente metodológico, pois configuram duas facetas de uma mesma realidade, haja vista que "é o uso do conceito de práticas de letramento que permite a interpretação do evento, para além de sua descrição" (SOARES, 2003, p. 105). Os eventos, assim como as práticas, estão relacionados a aspectos sociais, culturais e históricos.

A partir das definições para letramento, amplio a discussão com as teorias de Street (1984), que estabelece dois modelos de letramento, denominados modelo autônomo e modelo ideológico. No primeiro modelo, concebe-se a produção escrita como autônoma e neutra; já os modos de trabalho com a leitura e com a escrita são tidos como universais, não havendo menção às condições sociais de produção dos enunciados, uniformizando um modelo de letramento para as culturas e não letramentos, tendo em vista o universo heterogêneo das práticas sociais.

Diante disso, pensando no contexto desta pesquisa, é possível conceber as práticas que postulam a homogeneização da escrita acadêmica segundo modelos e padrões, independentemente da área ou da comunidade científica à qual o pesquisador pertence, perpassadas por um viés autônomo de letramento. A escrita é legitimada a partir de normas vistas como comuns a todos, desconsiderando a comunidade assim como o sujeito que a constitui com sua identidade.

Kleiman (2006) postula, então, a necessidade de se repensar a concepção do modelo autônomo do letramento, considerando seu caráter limitado, para que novas práticas de letramento sejam legitimadas. Street (1984), por sua vez, propõe que as práticas particulares e os usos da escrita dependem diretamente do contexto ideológico, fato que permite afirmar que a utilização da escrita não pode ser tratada como neutra, como universal

---

[9] *"A literacy event is any occasion in which a piece of writing is integral to the nature of participant's interactions and their interpretive processes*" (HEATH, 1982, p. 93).

[10] *"*[...] *all sorts of occasions in everyday life where the written word as a role. We can refer to these as literacy events*" (BARTON, 2007, p. 35).

ou como um conjunto de técnicas, tendo em vista seu caráter socialmente determinado. Dessa forma, o letramento não pode ser concebido como autônomo, segundo o autor, reafirmando, então, a necessidade de estudo das práticas de letramento que constituem a escrita acadêmica pela análise dos periódicos, de seus artigos e dos discursos que os circundam.

Para Street (1984), o letramento autônomo esconde a complexidade dos fatores envolvidos no âmbito do letramento, sendo assim, propõe o modelo ideológico de letramento, segundo a concepção que defende: "letramento é uma forma socialmente construída [...] [sua] constituição depende de formações políticas e ideológicas, sendo estas também responsáveis por suas consequências[11]" (STREET, 1984, p. 65, tradução minha).

O modelo ideológico, então, opõe-se ao autônomo, no sentido de que o letramento é concebido como um conjunto de práticas sociais em seus contextos e não mais como habilidades técnicas, de âmbito universal. Assim, os usos da leitura e da escrita dependem de elementos sociais decorrentes dos contextos, fato que possibilita tratar de letramentos e não de um único letramento (STREET, 1984).

Com base em Street (2003), Cerutti-Rizzatti (2009) afirma que os modelos autônomo e ideológico não são dicotômicos, pois este último envolve o modelo autônomo. O modelo ideológico reconhece que as habilidades técnicas (decodificação, no reconhecimento das relações entre fonemas e grafemas e no engajamento nas estratégicas aos níveis de palavras etc.) estão sempre sendo empregadas "em um contexto social e ideológico, que dá significado às próprias palavras, sentenças e textos com os quais o aprendiz se vê envolvido." (CERUTTI-RIZZATTI, 2009, p. 5).

Logo, na produção científica do artigo em periódicos, por exemplo, há, de um lado, as normas de publicação e de avaliação (conforme destaco na seção 4.2.3), mas há que se considerar também o conhecimento, as questões ideológicas que perpassam as comunidades científicas das quais os pesquisadores participam. Por exemplo, algumas áreas de conhecimento, como a de Saúde, apresentam como um dos requisitos para publicação o fato de "ilustrações, tabelas, gráficos contribuírem para o desenvolvimento do estudo". Nesse sentido, em uma primeira análise, tais recursos são vistos como técnicas para auxiliar no entendimento do texto por parte do leitor, contudo é preciso considerá-los também no âmbito de suas comunidades científicas. Assim, questiono: por que algumas áreas optam por tais recursos enquanto outras não? Qual o significado disso para a construção do texto e de seus

[11] "*Literacy [...] is a socially constructed form [...] depends on political and ideological formations and it is these which are responsible for its consequences too*" (STREET, 1984, p. 65).

sentidos? Tais discussões são abordadas no Capítulo 6, que trata da análise dos artigos científicos.

O modelo ideológico de letramento é perpassado por relações de poder, influenciado pelo contexto, tornando-se foco dos Novos Estudos de Letramento (NLS). Trata-se de uma perspectiva de estudo que considera o letramento como prática social, propondo a existência de múltiplos letramentos[12]. Neste trabalho, o letramento é discutido em uma visão sócio-cultural em diálogo com os NLS. Para Street (2003), a posição dos NLS destaca o letramento como uma prática social e não somente uma habilidade técnica, neutra, imutável e/ou universal situada no interior dos indivíduos.

O letramento, então, é concebido como práticas sociais presentes em eventos de letramento, entendidos como momentos de interação nos quais a escrita compõe o processo de trabalho dos sujeitos, assim como os diferentes modos de fazer uso da escrita. É por esse motivo que, segundo Rojo (2009), as abordagens mais recentes dos letramentos apontam para a heterogeneidade das práticas voltadas à leitura, à escrita e ao uso da língua/linguagem em sociedades letradas. Este estudo alia-se diretamente a essa postura heterogênea no trato com a linguagem, haja vista que postula o repensar das práticas de escrita acadêmica centradas na unicidade, nas formas mecânicas de construção dos textos. Assim, o conceito de letramento passa a ser plural: letramentoS.

Ademais, o letramento está vinculado a algumas esferas mais dominantes, como as institucionais, e às mais vernaculares, do cotidiano. Conforme Rojo (2010), a partir dos postulados de Hamilton (2002), há os letramentos dominantes, denominados "instituicionalizados", e os letramentos locais ou "vernaculares", que estão interligados. Os primeiros se vinculam às organizações formais, como comércio, escola, universidade, dentre outros, tendo como agentes (valorizados tanto cultural quanto legalmente em função do conhecimento) professores, pesquisadores, editores etc. Os letramentos vernaculares, por sua vez, não perpassam sistematização ou regulação de instituições sociais, uma vez que sua origem se dá na vida cotidiana, havendo, muitas vezes, a desvalorização pela cultura oficial.

Ao considerar tais definições e refletindo sobre o objetivo maior desta tese que envolve o trato com periódicos científicos de diferentes áreas de conhecimento, seus artigos e os discursos da comunidade acadêmica, é possível afirmar que tais elementos correspondem aos letramentos dominantes, uma vez que publicar academicamente requer uma relação do

[12] Esta pesquisa, por tratar de discursos acadêmicos escritos presentes na prática de letramento da esfera acadêmica, especificamente, não desenvolve o estudo mais contundente de tal conceito que é amplamente discutido, por exemplo, por Rojo (2009).

sujeito produtor com sua comunidade científica, com as normas de publicação e de avaliação do periódico, dentre outros fatores, que são regulados e organizados socialmente pela academia e pelas próprias comunidades científicas de cada área do conhecimento. Nesse sentido, os sujeitos cultivam e exercem práticas sociais que usam a escrita, apropriando-se dela, incorporando-a, assumindo-a como sua "propriedade", assim como postula Soares (2006).

O letramento voltado à academia, para Fischer (2008), trata de formas específicas de pensar, de ser, de ler e de escrever que são peculiares a esse contexto. Além disso, o letramento acadêmico deve ser pesquisado em instâncias discursivas específicas; nesta tese, a instância de produção discursiva é constituída conforme a comunidade acadêmica na qual os artigos científicos presentes nos periódicos científicos são apresentados.

Estudiosos como Lea e Street (1998, 2006) e Jones, Turner e Street (1999) voltam-se aos chamados letramentos acadêmicos. Eles buscam explicitar que as práticas de escrita no contexto acadêmico são variáveis de acordo com o contexto e com o gênero do discurso "e isso exige que o sujeito-pesquisador assuma a identidade acadêmico-científica para melhor se inserir, participar e interagir dentro do discurso acadêmico" (OLIVEIRA, 2010, p. 65).

Nesse sentido, Lea e Street (1998, 2006) destacam três modelos que regem as práticas escritas dos universitários e, aqui, dos sujeitos pesquisadores que buscam publicar: modelo das habilidades, modelo da socialização acadêmica e modelo do letramento acadêmico.

De acordo com Lea e Street (2006), o conjunto de habilidades individuais e cognitivas que os sujeitos devem aprender e desenvolver é denominado modelo das habilidades, concebendo-se a escrita como produto fechado e pronto. Compreender o letramento apenas nessa perspectiva é desconsiderar questões contextuais, centralizando todo o processo de escrita nas capacidades e nas habilidades do indivíduo (LEA; STREET, 2006).

O modelo da socialização acadêmica, por sua vez, prevê que os acadêmicos e, aqui, pesquisadores, devam buscar os usos da escrita que são valorizados na universidade, assimilando os modos de falar, a compreensão da realidade, dentre outros fatores. Os autores se opõem a tal postura, uma vez o âmbito acadêmico é concebido como homogêneo, com normas que devem ser aprendidas, caso contrário, não se tem acesso aos setores da instituição. Nesse modelo, acredita-se que, tendo o aluno "aprendido as convenções que regulam os gêneros do discurso tidos como acadêmicos, ele estará habilitado a se engajar em todas as práticas letradas que permeiam essa instância" (OLIVEIRA, 2010, p. 66).

A abordagem dos letramentos acadêmicos é compartilhada pelos estudiosos dos NLS, envolvidos em pesquisas sobre letramentos acadêmicos, especificamente. Nessa perspectiva, os letramentos são compreendidos como práticas sociais que variam conforme o contexto, as comunidades acadêmicas das quais fazem parte, dentre outros fatores. Lea e Street (2006), na abordagem do letramento acadêmico, consideram a escrita particular, a singularidade do sujeito produtor, sendo influenciado pelos discursos que o circundam, não havendo a simples transmissão de ideias para o texto, conforme os outros modelos postulam. Além disso, Fiad (2011, p. 363), a respeito da escrita dos gêneros acadêmicos, postula que "não é suficiente explicitar como o gênero acadêmico se organiza linguisticamente [...] precisam ficar claros os motivos pelos quais algumas práticas são privilegiadas no domínio acadêmico em detrimento de outras".

Muitas vezes, principalmente na academia, busca-se o apagamento da figura do sujeito enunciador no texto, tendo em vista o modelo de escrita exigida. Isso se dá basicamente pelo uso de formas impessoais, opondo-se à primeira pessoa (como será evidenciado na análise dos artigos em capítulo posterior), pela escolha de formas verbais, dentre outros recursos, que podem levar o sujeito a sentir-se deslocado em função de não dominar os elementos sociais legitimados.

Os modelos expostos apresentam pontos de divergência, mas são dependentes, haja vista que o produtor de um texto necessita de convenções para regular as práticas de letramento da comunidade científica, sendo relevante o despertar de práticas de leitura e de escrita voltadas ao seu contexto de produção, vislumbrando o engajamento nos modos de utilização da escrita propostos pela área, pela comunidade acadêmica. O fato é que não se torna viável a adesão apenas a um modelo de escrita, pois o escrever academicamente não é uma "habilidade" aprendida somente por meio da "socialização, mas também como uma expressão de valores e crenças culturais e de posições epistemológicas" (OLIVEIRA, 2010, p. 69) que, muitas vezes, permanecem ocultas, misteriosas para os autores.

Esta pesquisa volta-se justamente para a diferenciação entre áreas de conhecimento, mostrando que a produção científica vai além de estruturas prontas e homogeneizadoras, mas que traz em si valores e crenças tanto da comunidade a que pertence quanto do sujeito autor.

Fischer (2007) afirma que o enfoque sociocultural no trato do letramento acadêmico demarca que a comunidade acadêmica é apenas uma dentre tantas outras e os sujeitos, buscando se tornar membro dela, devem "reconhecer o que diz respeito à comunidade – posicionamentos ideológicos, significados culturais e estruturas de poder –, os

quais explicam o funcionamento dos Gêneros secundários" (FISCHER, 2007, p. 47). Noções bakhtinianas, como as de gênero, auxiliam, muitas vezes, nas discussões que abarcam o letramento ou o letramento acadêmico.

No artigo *Práticas de letramento acadêmico em um curso de Engenharia Têxtil: o caso dos relatórios e suas dimensões escondidas*, Fischer (2011) ilustra exatamente as relações entre questões de gênero e letramento, buscando identificar as principais dimensões escondidas do gênero relatório em propostas que envolvem leitura e escrita. Segundo a autora (2011, p. 40):

> Street defende que os gêneros, no contexto acadêmico, não devem ser identificados e caracterizados apenas através de dimensões estruturais e retóricas, mas também através de suas "dimensões escondidas" (STREET, 2010a). Estas são inferidas nas práticas de letramento acadêmico, pois guardam relação direta com questões de identidade, de poder e de autoridade, as quais são decisivas para explicar a natureza institucional do que conta como conhecimento num dado contexto acadêmico. A proposta de Street (2010a) é que essas dimensões deixem de ser depreendidas por alunos apenas através de inferências em práticas de letramento acadêmico. O autor sugere que tais dimensões sejam foco de discussões entre professores e alunos em sala de aula, considerando as particularidades do gênero em uso, tais como: a) enquadramento, b) contribuição/para quê?, c) voz do autor, d) ponto de vista, e) marcas linguísticas e f) estrutura (FISCHER, 2011, p. 40).

Ao considerar tais questões teóricas, Fischer (2011) observou que o curso de Engenharia Têxtil apresenta estreita relação com o campo de trabalho, não possibilitando o contato dos alunos com gêneros, como artigos, ensaios e resenhas. Na realidade, os alunos produzem basicamente "textos de orientação avaliativa, como testes, resolução de problemas (cálculos), exames e relatórios laboratoriais" (FISCHER, 2011, p. 53). Fischer (2011) se opõe à ideia de muitos professores e afirma que há, sim, uma variedade de diversos gêneros para leitura e escrita no curso, contudo com baixo índice de orientação explícita e uso de metalinguagem científica. Essa falta de orientação é explicitada ao se tratar, na seção 4.2.3, das normas de submissão e de avaliação dos artigos dentro dos periódicos científicos.

Tendo por base as discussões acerca do letramento e do letramento acadêmico, destaco, na próxima seção, os postulados bakhtinianos que tratam dos presumidos sociais, como uma forma de discutir principalmente a ideia de "aspectos ocultos do letramento", focando ainda nas noções centrais sobre gêneros discursivos que darão fundamento para as futuras análises nesta tese.

2.2 CONCEPÇÕES BAKHTINIANAS: RELAÇÕES DIALÓGICAS, VOZES, PRESUMIDOS E GÊNEROS DISCURSIVOS

Nesta seção, alguns conceitos da teoria bakhtiniana são destacados, considerando o papel que assumem para a análise e discussão dos dados a respeito dos discursos de escrita na esfera acadêmica.

As teorias sobre os gêneros discursivos, por exemplo, nortearão as análises presentes no Capítulo 6, que foca nos artigos científicos das diferentes áreas do conhecimento. As noções de relações dialógicas, de vozes e de presumidos são retomadas no Capítulo 7, tendo em vista que esta tese estabelece elos entre os discursos que circundam a esfera científica de produção e de circulação da ciência (discursos oficiais, discursos das práticas de escrita, discursos dos periódicos e dos artigos), consequentemente, abordam-se termos, como relações dialógicas, resposta ativa, compreensão ativa, dentre outros, que serão explanados nesta seção teórica específica a respeito dos postulados bakhtinianos.

2.2.1 As relações dialógicas

A noção de relações dialógicas é mencionada desde a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992), postulando-se que a interação verbal é elemento fundamental da comunicação, sendo concretizada por meio dos processos de compreensão e responsividade ativas, levando ao diálogo.

Bakhtin, em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2002), trata dos elementos envoltos pela noção da interação verbal. Para o autor, as relações dialógicas se referem às relações semânticas instituídas entre enunciados concretos de distintos sujeitos do discurso. Tais relações, assim, envolvem não só questões lógicas e sintáticas de natureza léxico-semânticas, mas também influências externas, ou seja, fatores extralinguísticos, como situação de enunciação, compreendendo diferentes sujeitos do discurso, as esferas de circulação, o gênero, o estilo etc. É possível afirmar ainda que nessas "relações dialógicas é estabelecido um diálogo do autor com o enunciado do outro presente em seu discurso" (SANCHES, 2009b, p. 3), vendo-o como uma forma de opinião e não como algo objetificado.

Um dos princípios que norteiam as relações dialógicas é a alteridade, pois o enunciado se concretiza em virtude do interlocutor real ou presumido. O outro, assim, é inserido no enunciado, havendo sempre enunciados alheios dentro dele, pois "cada enunciado

é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva" (BAKHTIN, 2003, p. 297).

Ao se tratar da presença do outro no enunciado, Amorim (2004) afirma que a alteridade marca as fronteiras do discurso, permitindo o acabamento do enunciado ao se passar a palavra ao outro, assim, "não há sentido fora da diferença, da arena, do confronto, da interação dialógica, e assim como não há um discurso sem outros discursos, não há eu sem outro, nem outro sem eu" (SOBRAL, 2009, p. 39). Sendo assim, o locutor, mesmo antes de proferir sua fala, modela-a, considerando a imagem que cria de seu interlocutor. Nessa relação dialógica, conforme Ohuschi (2013), existem atitudes responsivas de ambas as partes.

A partir do exposto, destaco a relevância do interlocutor no processo de interação verbal, uma vez que, assim como a situação social, ele também define a enunciação. Segundo Bakhtin/Volochinov (1992, p. 112), "a palavra dirige-se a um interlocutor" e, portanto, comporta duas faces: sempre procede de alguém e sempre se dirige a alguém, constituindo-se como produto da interação do locutor e do ouvinte.

Há, de acordo com o Círculo de Bakhtin, três tipos de interlocutores: o interlocutor real, o representante médio do grupo social e a definição de "terceiro", constante em *Marxismo e Filosofia da Linguagem,* que é representado pelo horizonte social definido:

> Mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor [...] [a palavra] é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos. [...] Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 112).

Em *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 2003), além dos interlocutores citados, a noção de "terceiro", entendido como supradestinatário, superior, um interlocutor terceiro, idealizado, também está contemplada. Segundo o autor, o enunciado tem sempre um destinatário "cuja compreensão responsiva o autor da obra de discurso procura e antecipa. Ele é o segundo" (BAKHTIN, 2003, p. 332); no entanto, além dele, o autor do enunciado estabelece,

> [...] com maior ou menor consciência, *um supradestinatário superior* (o terceiro), cuja compreensão responsiva absolutamente justa ele pressupõe quer na distancia metafísica, quer no distante tempo histórico [...] Em diferentes épocas e sob diferentes concepções de mundo, esse

> supradestinatário e sua compreensão responsiva idealmente verdadeira ganham diferentes expressões ideológicas concretas (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, etc.) (BAKHTIN, 2003, p. 333, grifos nossos).

Ohuschi (2013), em busca do entendimento das noções de interlocutor, apresenta uma investigação da correlação entre a noção de "terceiro" do Círculo de Bakhtin e a de "hiperenunciador", presente nos estudos da Análise do Discurso. Segundo a autora, Furlanetto (2012) demarca que a noção de supradestinatário emanou uma disseminação de sentidos e utilização, fazendo que se entenda o interlocutor terceiro, partindo desde uma instância vinculada ao *ego* até uma instância externa,

> independente do enunciador (o terceiro com marca coletiva), como um conjunto de normas a que é preciso se apegar para a aceitação do texto (numa comunidade de discurso), estendendo-se ainda a uma forma de discurso interior, até, eventualmente, coincidir com o hiperenunciador (conforme Maingueneau)" (FURLANETTO, 2012, p. 342-343).

Nesse sentido, então, o interlocutor terceiro consiste em uma instância que pode aparecer como um "enunciador impessoal", um modelo de uma comunidade a que o enunciador pertence ou deseja pertencer, um duplo enunciador, uma "forma-sujeito idealizada de uma formação discursiva", um "objeto do enunciado", uma "voz da consciência", um "subdestinatário no 'pequeno diálogo'" (FURLANETTO, 2012, p. 339-340).

Ao discutir questões voltadas à escrita acadêmica, tratando especificamente da publicação de artigos científicos em periódicos, é possível exemplificar, de forma geral, essa relação da escrita com os tipos de interlocutores. O pesquisador-autor terá como seu interlocutor real o avaliador da revista, que irá mediar o processo de escrita para que o trabalho chegue à publicação, realizando a correção e as intervenções necessárias para uma possível readequação do trabalho para publicação. Todavia, ao escrever, o pesquisador-autor terá em mente seu público-alvo – as pessoas que leem periódicos científicos impressos ou digitais (interlocutores virtuais[13]), pertencentes à sua esfera acadêmica, a partir dos quais adequará a linguagem e incluirá informações apropriadas para sua compreensão. Ao ter seu trabalho aceito ou publicado, o autor-pesquisador se reporta a uma ideologia dominante, a comunidade acadêmica, composta por estudiosos da área, pelos membros do periódico, pelas

[13]Autores como Garcez (1998) e Menegassi (2009) utilizam tal denominação. Segundo Menegassi (2009, p. 156) quando o sujeito não define um interlocutor imediato/real, o locutor "formula seus enunciados a partir de certa imagem de um interlocutor ideal ou virtual, uma espécie de representação genérica [...] constituído por características gerais de um suposto parceiro da enunciação". Dessa forma, o interlocutor virtual seria aquele passível de existência.

normas de submissão e de avaliação da revista (interlocutor terceiro) que determinam a conduta da escrita.

O interlocutor, assim, recebe e compreende o enunciado, seja ele escrito ou oral, tomando uma atitude responsiva que permanecesse em constante elaboração durante o processo de compreensão, já que, ao compreender o significado do discurso, o ouvinte adota uma "ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc." (BAKHTIN, 2003, p. 271).

O interlocutor é membro efetivo do diálogo e pode inclusive definir a enunciação, haja vista que a palavra é dirigida a ele. Assim, a compreensão do discurso é de natureza responsiva ativa: "a compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra" (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 132).

Quanto à questão da responsividade, Menegassi (2009, p. 152) postula que não se trata somente de uma resposta às práticas de linguagem ou da oferta de uma resposta ao locutor, mas sim da compreensão de que a formulação de um enunciado que se destina ao outro constitui uma resposta a diversos enunciados que circulam socialmente.

Bakhtin (2003) propõe, assim, três formas de compreensão responsiva, a saber: ativa, passiva ou silenciosa – de efeito retardado. No primeiro caso, ao compreender o enunciado, o interlocutor responde imediatamente a ele, expondo sua opinião, seu julgamento de valor, concordando ou discordando etc. Já na compreensão passiva, tem-se um elemento abstrato do fato real e, segundo Menegassi (2009, p. 163), a passividade da resposta está justamente "no fato de que a devolutiva ao enunciado formulado pelo locutor se manifesta, no outro, pelo atendimento e cumprimento de um pedido, uma solicitação ou uma ordem". Há, então, a compreensão do enunciado pelo ouvinte, contudo tem-se uma "relação social altamente assimétrica, autoritária na relação entre falante e ouvinte, tanto que Bakhtin singulariza esse fato ao buscar o exemplo na ordem militar" (MENEGASSI, 2009, p. 163).

Quanto à compreensão responsiva silenciosa ou de efeito retardado, o interlocutor traz uma resposta, contudo, em outro momento:

> [...] nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado: a compreensão ativamente responsiva do ouvido (por exemplo, de uma ordem militar) pode realizar-se imediatamente na ação (o cumprimento da ordem ou comando entendidos e aceitos para execução), pode permanecer de quando em quando como compreensão responsiva silenciosa (alguns gêneros discursivos foram concebidos apenas para tal compreensão, por exemplo, os gêneros líricos), mas isto, por assim dizer, é uma compreensão responsiva de efeito retardado:

> cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente atendido responde nos discursos subseqüentes ou no comportamento do ouvinte (BAKHTIN, 2003, p. 271-272).

Constata-se que a compreensão (ativa, passiva ou silenciosa) conduz o interlocutor a postular uma atitude responsiva que pode ser ativa, passiva ou silenciosa, pois os sujeitos aguardam uma resposta e não somente a repetição de seus discursos (OHUSCHI, 2013).

No caso da produção científica dos artigos nos periódicos, é possível traçar a questão da responsividade no processo existente entre pesquisador-autor e normas de submissão e normas dos avaliadores postuladas pela revista. Geralmente, ao pensar na publicação para um periódico, o sujeito busca as normas de submissão de seu texto, observando principalmente o que se espera quanto à forma composicional do gênero artigo, demonstrando, na maioria das vezes, uma resposta ativa ao que é esperado, expondo suas ideias dentro dos padrões estabelecidos. No entanto, caso o sujeito restrinja sua escrita apenas aos padrões formais estabelecidos pela revista, sem atentar para outros fatores envolvidos, como questões éticas, temáticas, repetição de ideias, evidencia-se uma atitude responsiva passiva, em que apenas cumpriu a atividade de adequar seu texto formalmente, mas sem observar questões que influenciam diretamente em sua produção. Alguns sujeitos podem apresentar uma responsividade em outro momento, em outro artigo que será publicado, em outra ocasião de escrita, mostrando que levou um tempo para internalizar aqueles conhecimentos, demarcando uma atitude responsiva silenciosa. Dessa forma, a responsividade é marcada quando as palavras alheias – que não se restringem apenas às normas das revistas, mas ao emaranhado de elementos que podem influenciam na escrita, como questões temática, éticas, dentre outras – tornam-se palavras próprias.

Diante do exposto, por meio da responsividade, o enunciado permite fronteiras para se estabelecer um diálogo, adotando para com ele uma atitude responsiva, concordando, discordando, completando-o com outros discursos (BAKHTIN, 2003). É a alternância dos sujeitos falantes que define, de acordo com Bakhtin (2003), as fronteiras – ou limites – dos enunciados; posto isso, o sujeito, antes mesmo de iniciar sua fala, dialoga com os discursos alheios, pois "o falante não é um Adão bíblico" (BAKHTIN, 2003, p. 300), tendo em conta que seu discurso ecoa de outros discursos que o antecederam.

Assim, nas relações dialógicas, ocorre uma multiplicidade de consciências, ao contrário do que ocorre no universo monológico, no qual, segundo Bakhtin/Volochinov (1992) e, sobretudo, em Bakhtin (2002), ocorre a fusão das vozes e verdades em uma verdade

única, em uma consciência geral que promove, na maioria das vezes, a homogeneização da produção. É sobre essas vozes que trato na seção seguinte.

2.2.2 As vozes bakhtinianas

De acordo com Sanches (2009a), no dialogismo, ainda que o autor insira em seu enunciado as vozes de outros sujeitos, tomando-as como suas, é possível identificar nuances que perpassam tais palavras, uma vez que sempre que se utiliza uma palavra, ela é revestida com a compreensão, com a avaliação do outro, tornando-se bivocal. Ponzio (2012) argumenta que sempre que os sujeitos falam é por meio da palavra do outro, utilizando-se da imitação, da citação ou de outras formas de transposição, que demarcam níveis diversos de distanciamento da palavra alheia, como uso de aspas, de comentários, a crítica etc.

O fato de uma palavra já ter sido utilizada anteriormente, não se constituindo como original, não significa que o produtor apenas a copia, pois o trabalho de criação e de compreensão consistem em lidar com vozes, fazendo que o sujeito inscreva a sua própria voz (AMORIM, 2004). Nesse sentido, as palavras, na alternância dos sujeitos do discurso, primeiro são pertencentes a outras pessoas; depois, tais "palavras alheias" são "reelaboradas dialogicamente em 'minhas-alheias palavras' com o auxílio de outras 'palavras-alheias' (não ouvidas anteriormente) e em seguida [nas] minhas palavras (por assim dizer, com a perda das aspas), já de índole criadora" (BAKHTIN, 2003, p. 402).

Há o cruzamento das vozes, já que o locutor assimila, organiza e modifica as palavras dos outros, fazendo que nunca a palavra seja concebida como unidirecional. O texto científico é compreendido, muitas vezes, como apenas monológico[14], tendo em vista, por exemplo, normas estabelecidas pela ABNT, dentre outros manuais, que preconizam uma escrita neutra, desprovida de subjetividade, considerando que apenas o fato de se produzir o texto em terceira pessoa já se configura como uma forma de afastamento do pesquisador dos fatos que expressa. Na realidade, outros elementos podem caracterizar o discurso como heterogêneo e dialógico, como a escolha dos autores para citação, a escolha da temática, dentre outros fatores, que levam o discurso científico a estar ancorado também no dialogismo, porque é constituído em função de sua relação com outros, apesar de não haver, na maioria das vezes, centros discursivos diversos. Tal postura possibilita dizer que o dialogismo

[14] A discussão a respeito do caráter monológico e dialógico do discurso científico, assim como do aspecto objetivo e subjetivo está presente no Capítulo 7 desta tese.

constitui o texto, em maior ou menor grau, demonstrando que a presença do outro sempre se faz presente (AMORIM, 2004).

O diálogo entre a palavra própria e alheia ocorre de maneira direta no momento em que a palavra própria tem o objetivo explícito de reproduzir a palavra alheia, por meio do uso do discurso direto, indireto ou indireto livre (PONZIO, 2012). Rodrigues (2005) ilustra tal fato com aquilo que chama de movimento dialógico de assimilação. Por exemplo, no gênero artigo científico, ocorre quando o pesquisador-autor toma para si a voz do outro, explicitando-a por meio do discurso direto.

Para Faraco (2009), as vozes alheias estão presentes na memória discursiva como palavras do outro, sendo bivocalizadas nos enunciados dos sujeitos, ou seja, os enunciados apresentam, a um só tempo, a palavra do outro e a perspectiva com a qual ele foi tomado. Assim, as palavras do outro podem ser citadas direta ou indiretamente, podem seu ironizadas, questionadas, hibridizadas etc.

Essas vozes sociais são definidas, conforme Faraco (2009), como heteroglossia/plurilinguismo, termo que, muitas vezes, é concebido como sinônimo de polifonia, quando, na verdade, não o é. Faraco (2009) busca, assim, diferir os termos, expondo que a heteroglossia designa a "realidade heterogênea da linguagem quando vista pelo ângulo da multiplicidade de *línguas sociais*" (FARACO, 2009, p. 77). Já "*Polifonia* não é, para Bakhtin, um universo de muitas vozes, mas um universo em que todas as vozes são equipolentes" (FARACO, 2009, p. 77-78, grifo do autor).

Em razão dessas distinções, assim como Ohuschi (2013, p. 51), não adoto a noção de polifonia ao tratar das vozes bakhtinianas, mas sim a noção de "heteroglossia dialogizada", na qual as vozes sociais se entrecruzam nas fronteiras do enunciado concreto. Dessa forma, demarco, na sequência, como as relações dialógicas e essas vozes se manifestam em textos escritos, a partir das pesquisas de Sanches (2009a,b) e de Rodrigues (2005). Embora sejam posturas que se mostrem arraigadas ao estudo do texto, muitas vezes, aos seus aspectos linguísticos, é possível afirmar que podem funcionar como ponto de partida para este estudo que busca ir além de tais postulados, considerando, além disso, o aspecto contextual, discursivo e as questões que envolvem o letramento acadêmico.

Em sua dissertação, Sanches (2009) buscou analisar as relações dialógicas existentes em artigos científicos das áreas de saúde e de segurança do trabalho, realizando a sistematização de seis tipos de relações, a saber: 1) marca de novidade; 2) confirmação e concordância; 3) diálogo com o conhecimento científico consensual; 4) referenciação

bibliográfica com apagamento dos limites discursivos; 5) enunciados "colcha de retalhos"; 6) discordância em relação a enunciados alheios.

Quanto à marca de novidade, a autora constatou que o estabelecimento do diálogo com enunciados anteriores é algo que traz avanços à área do saber, pois complementa estudos anteriores ao trazer novos dados. Ao analisar a introdução dos artigos, observou-se que a marca de negação é um recurso amplamente utilizado para construir a noção de nova contribuição à área do saber, como em "O presente trabalho foi motivado **pelo fato de não haver estatísticas semelhantes em nosso meio**" ou "**poucos têm sido os estudos**..." (SANCHES, 2009a, p. 130, grifos do autor). Ao afirmar que não há estatísticas semelhantes, os autores estabelecem diálogo com enunciados produzidos anteriormente em sua esfera, respondendo a esses enunciados.

Além disso, outra marca de novidade é a própria justificativa do estudo, como ocorre em "Não há estatísticas, e certamente não existe nenhum trabalho/tese sobre o assunto" (SANCHES, 2009a, p. 133). Desse modo, marca-se o diálogo com enunciado anterior, a partir do momento em que se constata a "falta de investigação" sobre o assunto. Segundo a autora (2009a), essa relação dialógica geralmente ocorre na "Introdução" dos artigos, respondendo às normas da ABNT.

Quanto à confirmação e concordância, sua recorrência é maior nos "Resultados", "Discussão" e "Comentários", conforme o seguinte exemplo: "**Concordando com outras estatísticas**" (SANCHES, 2009a, p. 132, grifos do autor). Essa postura do autor em relação aos estudos anteriores mostra a convergência de seus resultados com aquilo que foi estudado. Quanto às marcas linguísticas, essa relação dialógica se caracteriza pelo uso de verbos que expressem concordância e confirmação (concordar, confirmar, chegar à conclusão), assim como expressões adverbiais que dão ideia de continuidade de algo que já ocorria e continua a ocorrer (mais uma vez, não é novidade, também etc.).

Na sequência, tem-se o diálogo com o conhecimento consensual, o qual postula que as informações são colocadas nos artigos como um conhecimento consensual na comunidade científica, como uma verdade comumente aceita (SANCHES, 2009a). A autora cita como exemplo: "No Brasil, **o número de aparelhos celulares ultrapassa** o de telefones fixos. Este mercado **altamente** competitivo..." (SANCHES, 2009a, p. 148, grifos do autor). Nesse caso, há a ausência de referências bibliográficas, sendo as informações técnicas colocadas como certezas. O uso de advérbios também pode marcar um consenso latente dentro da esfera, como em "Sendo o trabalho em subsolo **sabidamente** perigoso" (SANCHES, 2009a, p. 148, grifos do autor).

Na referenciação bibliográfica com apagamento dos limites discursivos, há o uso da referência entre parênteses sem que seja caracterizada como discurso citado, como em "Embora a atenção a trabalhadores expostos ao chumbo venha sendo dada no Brasil, há muitos anos (**11, 14**)..." (SANCHES, 2009a, p. 155, grifos do autor). Não há, assim, uso de discurso direto, indireto, não sendo possível identificar a palavra dos outros autores. Segundo a autora, pode haver o apagamento discursivo em trechos que evidenciem o autor, no entanto, em razão das palavras estarem reportadas, não se sabe bem os limites da palavra do escritor e do autor consultado.

Quanto aos enunciados "colcha de retalhos", as relações dialógicas são construídas pela "costura" dos discursos de diferentes sujeitos por meio dos quais os autores expressarão suas opiniões. Esse diálogo contextualiza o assunto ao mesmo tempo em que expressa concordância, sempre atrelado à ocorrência de referências bibliográficas entre parênteses.

A categoria de discordância em relação a enunciados alheios é a menos observada nos artigos e caracteriza-se pela discordância do autor em relação a enunciados anteriores ao seu, mostrando que há outras possibilidades de estudo, ou pelo uso da ironia.

Diante da análise de Sanches (2009a), que se mostra bastante arraigada ao texto, o enfoque é evidente nos elos anteriores (enunciados já ditos) que podem ser colocados em diálogo com os enquadramentos levantados por Rodrigues (2005) de movimento dialógico de assimilação de vozes e de movimento dialógico de distanciamento de vozes.

No texto acadêmico-científico é comum o uso da voz de outro pesquisador, tendo em vista a credibilidade que um discurso anterior dá à fala do autor, abarcando outras opiniões, verdades. Essa prática pode ser realizada a partir do discurso direto (citado), ocasionando aquilo que Rodrigues (2005) nominou de movimento dialógico de assimilação, ou seja, momento em que o escritor, pertencente a um campo de atuação, agrega vozes de outros sujeitos ao seu discurso. A fim de realizar o diálogo do discurso do autor com outros já ditos, existem alguns traços estilístico-composicionais que auxiliam nesse processo, como a opção por alguns verbos e por expressões avaliativas, que podem ocorrer sobre o "enunciado ou seu autor, valorando, de forma positiva, o seu enunciado" (RODRIGUES, 2005, p. 176).

Se no movimento de assimilação o objetivo é incorporar novos discursos à fala do autor, no movimento dialógico de distanciamento (que pode dialogar com a categoria de discordância do enunciado anterior), busca-se apagá-los, sendo utilizados para isso artigos definidos, pronomes indefinidos, a negação, as aspas etc.

Ademais, quanto aos elos posteriores, que refletem discursos que estão por vir, Rodrigues (2005) sugere enquadramentos. O primeiro deles é o engajamento que propõe a construção de um discurso que leve o leitor a assimilar a posição do autor, por meio da utilização de recursos estilístico-composicionais. São empregados, então, as perguntas retóricas, que podem atuar como prováveis questões do leitor, o pronome indefinido de afirmação plena (todos), os pronomes e verbos em primeira pessoa, pois são formas de inserção do sujeito no discurso.

O segundo tipo de enquadramento é a refutação que leva o autor a incorporar o discurso do outro a fim de refutá-lo, sendo assim, "o autor silencia a contrapalavra de seu interlocutor" (OHUSCHI, 2013, p. 54).

Por fim, destaca-se a interpelação, terceiro tipo de enquadramento. Nela, por meio da interlocução direta, expressa pelo uso de verbos no imperativo, pronomes (você, seu, sua) e modalizadores, procura-se fazer com que o leitor concorde com a opinião do autor, tida como verdade única.

Após apresentar tais postulados, destaco, por meio do quadro-síntese a seguir, as categorizações referentes às questões dialógicas, a partir de Sanches (2009a) e de Rodrigues (2005):

Quadro 1 - Categorizações das relações dialógicas

CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTOS QUE A COMPÕEM
1. Relação dialógica com elos anteriores	**Inter-relação do discurso do autor com enunciados já ditos**
Marca de novidade	Complementa estudos anteriores ao trazer novos dados. A marca de negação é um recurso amplamente utilizado para construir a noção de nova contribuição à área do saber, assim como a própria justificativa do estudo.
Confirmação e concordância	Convergência dos resultados obtidos com aquilo que foi estudado. Quanto às marcas linguísticas, essa relação dialógica se caracteriza pelo uso de verbos que expressem concordância e confirmação (concordar, confirmar, chegar à conclusão) e por expressões adverbiais que dão ideia de continuidade de algo que já ocorria e continua a ocorrer (mais uma vez, não é novidade, também etc.).
Diálogo com o conhecimento científico consensual (*assimilação*)	Informações são colocadas como um conhecimento consensual na comunidade científica. As vozes são incorporadas para dar credibilidade. Utiliza voz do senso comum, de entidades etc., além de verbos ou grupos proposicionais do discurso citado (sobretudo o discurso direto), com emprego de valor apreciativo (vozes usadas positivamente), que trazem verdades, fatos, opiniões. Os advérbios também podem marcar um consenso latente dentro da esfera.
Referenciação bibliográfica com apagamento dos limites discursivos (*distanciamento*)	Apagamento ou reacentuação das outras vozes. Apresenta artigos definidos, pronomes indefinidos, pronomes demonstrativos, expressões avaliativas, aspas, negação, ironia, operadores argumentativos, discurso indireto.
Enunciados "colcha de retalhos"	Relações dialógicas são construídas pela "costura" dos discursos de diferentes sujeitos por meio dos quais os autores expressarão suas

	opiniões.
Discordância em relação a enunciados alheios	O autor discorda de enunciados anteriores ao seu, mostrando que há outras possibilidades de estudo ou fazendo uso da ironia.

Fonte: A autora.

As relações dialógicas podem se efetivar por meio da interação com vozes alheias, enunciados já ditos anteriormente, ou com vozes que virão posteriormente. Neste trabalho, que trata também das relações discursivas presentes nos discursos científicos dos artigos das diferentes áreas, opto por essa categorização apresentada por Sanches (2009a) e por Rodrigues (2005), no que se refere à análise dos artigos escritos, tendo em vista que alguns dos elementos citados se encontram nos artigos que serão analisados nesta tese, havendo, ainda, a expansão de tais elementos, de acordo com as teorias que sustentam o estudo. Cabe também ressaltar os diálogos que são tecidos além da materialidade linguística presentes nos artigos, perpassando o contexto extraverbal, aquilo que está presumido no estudo dos gêneros, como contexto, interlocutores variados etc. e que serão estudados mais à frente.

Diante do exposto, amplia-se a visão de estudo do gênero com o diálogo instaurado entre a ideia bakhtiniana e os postulados do letramento. Para Terzi (2006), o letramento faz que as práticas de escrita tenham uma dimensão social – em decorrência dos fatores e convenções sociais que as regulam em determinada comunidade, ou dada esfera da atividade humana – e uma dimensão individual, por conta da história e das experiências de vida de cada indivíduo que pertence à comunidade. Assim, o discurso científico orienta-se não mais para os aspectos ditos homogeneizantes de produção do conhecimento, mas para os aspectos heterogêneos que o regulam: "a escrita acadêmica, segundo essa concepção, caracteriza-se por movimentos em concorrência, pela pluralidade de vozes e subjetividades" (WILSON, 2009, p. 100 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 100).

Após essa reflexão, discutem-se, na seção seguinte, os aspectos homogêneos e heterogêneos dos gêneros, sendo que este último traz, em seu bojo, as ideias de presumido e de relações dialógicas que já foram destacadas.

2.2.3 Os aspectos homogêneos e heterogêneos dos gêneros discursivos

Bakhtin/Volochinov (1992) entendem que a língua constitui um processo ininterrupto, realizado por meio da interação verbal social dos locutores, e não um sistema estável de formas normativamente idênticas. Ao tratar do enunciado concreto, Bakhtin (2003) postula que os limites de cada enunciado são definidos pela alternância dos sujeitos do

discurso, uma vez que “as palavras podem entrar no nosso discurso a partir de enunciações individuais alheias, mantendo, em menor ou maior grau, os tons e ecos dessas enunciações individuais” (BAKHTIN, 2003, p. 293). Portanto a linguagem tem um papel fundador na construção da singularidade dos sujeitos e na construção das suas marcas de pertencimento a grupos sociais (GOULART, 2006). Isso pode confirmar, então, um dos pressupostos desta tese que postula que cada área de conhecimento, dentro de seus periódicos e de seus artigos, apresenta marcas de suas comunidades científicas, fazendo que a escrita acadêmica seja concebida em sua diversidade e não em sua unidade.

Segundo Bakhtin (2002), os fenômenos sociais não são concebidos com um fim absoluto, pois a visão dialógica aborda a questão da “não finalização”, daquilo que está por vir, gerando a questão da inconclusividade, da busca da preservação da heterogeneidade, daquilo que é heterogêneo.

Os estudos bakhtinianos se mostram relevantes para a compreensão da tensão discursiva que existe em grupos, no espaço social. O diálogo é, pois, condição fundamental para se conceber a linguagem: “No movimento dos sujeitos nas infindáveis situações de enunciação, os signos, pelo seu caráter vivo, polissêmico e ideologicamente opaco, têm sua significação determinada pelos contextos em que são produzidos” (GOULART, 2006, p. 455).

Conforme Geraldi (1984), emprega-se a linguagem não só para expressar o pensamento ou para transmitir conhecimentos, mas também para agir, para atuar sobre o outro e sobre o mundo. Reconhece-se, assim, um sujeito que é ativo em sua produção linguística, que realiza um trabalho constante com a linguagem dos textos orais e escritos.

Aborda-se o texto, então, segundo Silva e Cox (2002), não mais como uma unidade fechada, acabada em si, mas sim como uma dimensão discursiva, considerando-o em suas múltiplas situações de interlocução, como resultado de trocas entre os sujeitos, situadas em um contexto determinado. Vê-se o texto como “resultado de uma atividade comunicativa efetiva” (SILVA; COX, 2002, p. 35).

Logo, ao conceber a linguagem como um processo dialógico, considera-se que, assim como o discurso se manifesta por meio de textos, estes se organizam dentro de determinados gêneros discursivos.

Os gêneros (enquanto enunciados concretos) constituem-se em manifestações das relações entre o sujeito, a língua e o mundo. Sendo assim, em seus estudos, Bakhtin (2003, p. 262) define três elementos que configuram o gênero: o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional: “todos estes três elementos estão indissoluvelmente ligados no

todo do enunciado e são igualmente determinados pelas especificidades de um determinado campo da comunicação". Nesse âmbito, o discurso, quando produzido, manifesta-se mediante textos, concretizando gêneros discursivos, que, ao contrário das conhecidas modalidades retóricas (narração, descrição, dissertação), são infinitos, estando em contínua e permanente (re)construção.

Para Bakhtin (2003), a variedade de gêneros discursivos pode evidenciar a variedade dos aspectos da personalidade individual. Então é possível entender que a variedade dos gêneros de discurso utilizado por uma pessoa pode revelar a sua variedade de conhecimentos e aspectos de sua personalidade. O letramento associa-se, portanto, "a diferentes linguagens sociais e gêneros do discurso, caracterizando os grupos sociais, e mesmo cada pessoa, de modo diferente" (GOULART, 2006, p. 455-456).

Côrrea (2004; 2013b), alinhando-se aos postulados bakhtinianos, concebe a escrita como prática social. Nesse sentido, a escrita não seria mais um código de instrumentalização, mas um modo de enunciação, uma prática sócio-histórica. Dessa forma, tornaram-se necessárias novas práticas para o seu ensino, práticas essas mais críticas e contextualizadas, preocupadas com o uso social dessa habilidade e sua interface com a oralidade. Contudo nem todos na sociedade ou no meio escolar postulam o aprendizado da leitura e da escrita como uma construção de sentidos; geralmente, ele é visto como uma aquisição de regras e de normas homogêneas.

Quanto aos aspectos homogêneos e heterogêneos[15] dos gêneros discursivos, Corrêa (2013a) afirma que, no primeiro caso, há uma forte tendência no foco verbal e composicional do texto, enquanto a heterogeneidade ultrapassa tais limites, dando abertura para a inclusão do "contexto extraverbal" (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1926; 1976), isto é, dos "presumidos" (CORRÊA, 2011) que acompanham o uso da palavra. Assim, "lidar com a heterogeneidade dos gêneros é lidar com a noção de presumido, sendo preciso voltar os olhos ao discurso e não apenas àquilo que é estrutural do gênero" (CORRÊA, 2013a).

Em seu texto, *Reflexão teórica e ensino da escrita*, Corrêa (2013b) aborda "as oposições entre "verbal" + "extraverbal" (e seu correlato: "presumido social"), por um lado, e "aspectos ocultos do letramento", por outro" (CORRÊA, 2013b, p. 12). Nesse sentido, trata

[15] Neste trabalho, a noção de heterogeneidade está fundamentada originalmente nos estudos de Bakhtin e Bakhtin/Volochinov. O autor trata da natureza dialógica da linguagem, fazendo com que a heterogeneidade seja instituída enquanto propriedade sua. Os enunciados não apresentam, então, um fim absoluto ou uma conclusão definitiva, havendo o princípio da "inconclusividade", da preservação da heterogeneidade (BAKHTIN, 2002). Corrêa (2004; 2006) defende o modo heterogêneo de constituição da escrita – o que justifica a minha busca por tratar a escrita acadêmico-científica como heterogênea e não como uma prática homogênea. O Capítulo 7 deste estudo aborda especificamente a heterogeneidade **da** escrita e não **na** escrita, seguindo Corrêa (2004), pois entendo a heterogeneidade como algo inerente à própria prática.

de qual relação pode existir entre aspectos ocultos do letramento (STREET, 2009) e presumido social (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1926-1976).

A menção ao termo letramento oculto vem de longa data nos trabalhos de Street. Em 2009, por exemplo, ele pontua os aspectos ocultos do letramento acadêmico presentes na relação de ensino e aprendizagem e os exemplifica por meio de dados verbais que ficam ocultos nessa relação.

Ao considerar os aspectos ocultos do letramento, acrescentam-se os pressupostos de Lillis (1999) sobre as práticas do mistério da escrita[16]. Se há, de um lado, aspectos ocultos na produção, de outro, há a prática do mistério que interfere diretamente na produção do enunciado. Para a autora, há uma visão de que as convenções que fazem parte do "senso comum" são transparentes para quem faz parte da comunidade acadêmica e para quem intenta entrar nela (LILLIS, 1999). Assim, a autora crítica a crença exposta, afirmando que, pelo contrário, as convenções da escrita acadêmica não são tão transparentes, elas constituem aquilo que ela chama de prática institucional do mistério, pensando fora do âmbito do ensino.

Diante das questões expostas sobre aspectos ocultos do letramento, ampliando-as às práticas do mistério, Corrêa (2013b) afirma que tais expressões se referem claramente à materialidade verbal não explicitada. O tratamento dos aspectos ocultos do letramento corre o risco de mantê-los restritos a algumas características da estrutura composicional ou às escolhas léxico-gramaticais que caracterizam os estilos de gênero. A fim de propor uma alternativa a essa posição, Corrêa (2013b, p. 11) defende

> [...] que há aspectos ocultos do letramento que não são enunciáveis na estrutura composicional (Cf. CORRÊA, 2011). Trata-se daquilo que, nos gêneros, pertence ao campo do extraverbal, isto é, que se vincula a "presumidos sociais". Estes ultrapassam uma interpretação pragmática restrita para alcançarem uma dimensão sócio-histórica que escapa à transparência do estritamente linguístico (CORRÊA, 2013b, p. 11).

Desse modo, o presumido social dos gêneros do discurso pode ser concebido como a amplitude sociocultural e histórica do próprio aspecto verbal dos gêneros e não apenas aquilo que está em sua materialidade. É possível levar tal discussão para a realidade dos estudos sobre escrita e publicação dos artigos científicos. Na seção 4.2.3, sistematizo a disponibilização das normas utilizadas pelos avaliadores dos periódicos, ou seja, após ter em

[16] Street e Lillis apresentam seus estudos envolvendo a dimensão oculta do letramento pelo viés pedagógico, destacando práticas voltadas às escritas de acadêmicos. Neste trabalho, expando tal noção para refletir a respeito do "ocultamento" das convenções de escrita no âmbito acadêmico dos periódicos, por exemplo, haja vista que, da mesma forma que certos elementos de escrita são ocultos para os alunos no âmbito de sala de aula, eles também o são para os produtores dos artigos científicos.

mãos as revistas A1 brasileiras, visitei seus sites em busca de quais seriam os critérios usados na avaliação. Pouquíssimos periódicos disponibilizavam esses elementos para os autores, então optei por enviar e-mail para cada uma das revistas e solicitar o encaminhamento do material, no entanto, apenas pequena parte delas compartilhou seus dados. A partir da pesquisa realizada e das respostas obtidas, constatei que essa postura dos periódicos em relação aos elementos dos pareceres pode se configurar como uma prática do mistério (LILLIS, 1999) ou de aspectos ocultos do letramento acadêmico (STREET, 2009), já que se trata de normas, de formas de escrita do artigo científico que não foram evidenciadas aos autores.

Embora seja evidente que nem todos os mistérios na prática da escrita podem deixar de existir (LILLIS, 1999), argumento a respeito da importância de se evidenciarem aspectos da escrita que poderiam auxiliar na melhoria da produção e no entendimento do que é escrever academicamente. Logo, mais do que divulgar as formas de escrita do artigo, seria interessante pensá-las de acordo com a comunidade científica da qual o sujeito faz parte, delineando que sua escrita dependerá de aspectos além dos estruturais da língua, chegando às discussões em nível discursivo. Ressalto, assim, o que Corrêa (2013b, p. 12) afirma sobre a questão dos presumidos:

> Parece claro que os presumidos sociais nunca podem ser transparentes, já que são... presumidos e, como tais, dão opacidade ao que se poderia querer como transparência. Do mesmo modo, nunca podem ser apenas pressupostos ou implícitos já que isto seria produzi-los como verbais e não como extraverbais. Por sua vez, a falta de algum elemento de natureza verbal pode indicar não propriamente uma falta, mas um lugar que marca uma presença: o de alguma relação intergenérica relevante para o escrevente, mas ainda não reconhecida para o gênero produzido (CORRÊA, 2013, p. 12).

Nesta tese, o discurso, o enunciado concreto, é concebido em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso (BAKHTIN, 2003). Portanto, do ponto de vista teórico-metodológico[17], esta pesquisa assume a perspectiva da análise dialógica do discurso, fundamentada em Bakhtin e seu Círculo, que apresenta o método sociológico de estudo da língua:

> 1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.

[17] Ver o Capítulo 3 - "Metodologia".

> 2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinada intenção verbal.
> 3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p.124).

A ordem do método sociológico apresentada pelo autor possibilita que sejam depreendidas categorias essenciais da enunciação bakhtiniana. Em (1), há a presença marcada do contexto sócio-histórico, ou se pensarmos no gênero discursivo, temos a sua caracterização em uma situação concreta; em (2), a presença implícita dos gêneros em "categorias dos atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação social", ou seja, o gênero visto nas especificidades de seu entorno e, em (3), o sistema linguístico ou o trabalho com a língua naquilo que é representativo do gênero em questão.

O método sociológico, nos dizeres de Volochinov/Bakhtin (1926), só se torna legítimo e adquire complexidade por meio do fator ideológico nas condições da realidade social externa. Assim, no estudo do gênero discursivo, não se pode tratar somente da homogeneidade, daquilo que é estável no texto, mas sim da heterogeneidade, haja vista que engloba práticas sociais e históricas de configuração da escrita, influenciadas por fatores desse contexto extraverbal, fato que reforça a primeira justificativa deste estudo. Em *Discurso na Vida e Discurso na Arte*, Volochinov/Bakhtin (1926, p. 5) delimitam três fatores que compõem o contexto extraverbal: "1) *o horizonte espacial comum* dos interlocutores (a unidade do visível - neste caso, a sala, a janela etc.); 2) *o conhecimento e a compreensão* comum da situação por parte dos interlocutores; e 3) sua avaliação *comum* dessa situação" (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1926, p. 5, grifos dos autores).

No estudo da língua, pensando na configuração dos gêneros, há a presença marcada do contexto sócio-histórico, das especificidades de seu entorno e o sistema linguístico que os compõem. Nesse sentido, o discurso verbal nasce de uma situação pragmática extraverbal, mantendo uma conexão com essa situação, havendo, assim, segundo Corrêa (2011), um conjunto de presumidos que acompanha o uso da palavra. Se, de um lado, o gênero discursivo apresenta uma parte explícita, verbal, de outro, há aquilo que não é explicitável, mas está presente nos gêneros.

Por exemplo, no caso dos artigos científicos das diferentes áreas do conhecimento, a esfera acadêmica os engloba. Dentro dessa esfera maior, há as comunidades científicas de cada área que podem ser concebidas como um (1) *horizonte espacial comum* dos pesquisadores, apresentando suas características composicionais próprias na escrita de

textos, seu discurso científico próprio, sua cultura própria de divulgação do conhecimento por meio do gênero artigo científico. Para a produção desses conhecimentos, há (2) *o conhecimento e a compreensão* comum da situação por parte dos interlocutores que constituem essa comunidade acadêmica, o que possibilita (3) *a avaliação comum* de uma situação, ou de um artigo científico, por exemplo. Os avaliadores dos artigos científicos enviados aos periódicos fazem exatamente uma "avaliação" do material que recebem, tendo em vista o horizonte comum que possuem dos conhecimentos das especificidades que compõem sua comunidade científica. Conforme Volochinov/Bakhtin (1926, p. 5):

> é deste "conjuntamente visto" [artigos científicos a serem avaliados]; "conjuntamente sabido" [as normas de submissão destinadas aos autores dos artigos e as normas de avaliação desses materiais usadas e conhecidas somente pelos avaliadores das revistas] e "unanimemente avaliado" [os avaliadores de cada área de conhecimento exprimem um acordo comum na avaliação desses textos, fazendo-os se constituir conforme as especificidades de sua comunidade científica] – "é disso tudo que o enunciado depende diretamente, tudo isto é captado na sua real, viva implicação" (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1926, p. 5).

Sendo assim, diante do exposto, não se pode tratar a produção do gênero artigo científico como sendo de caráter homogêneo, pois é constituído na relação social entre os falantes, estando "diretamente vinculado à vida em si e não [podendo] ser divorciado dela sem perder sua significação" (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1926, p. 4). Assim, os gêneros discursivos devem ser concebidos em sua heterogeneidade, opondo-se às noções unificadoras de escrita do gênero, uma vez que, além de sua estrutura composicional, que possibilita um saber comum entre os sujeitos da comunidade científica, eles se constituem de elementos fundamentalmente sociais. Estes podem ser exemplificados como, por exemplo, o emprego de temáticas e de estilos específicos de cada área, os usos de elementos da materialidade textual, como tabelas, gráficos, filiações e questões éticas, que agregam ao texto das diversas áreas do conhecimento o seu caráter singular e suas especificidades.

Tendo em vista o papel que o gênero discursivo, em especial, o artigo científico, possui nesta pesquisa, trato, na sequência, dos principais postulados sobre o assunto.

2.2.4 A teoria dos gêneros discursivos de vertente bakhtiniana

Bakhtin e seu Círculo, ao elaborarem uma teoria enunciativo-discursiva da linguagem, propõem reflexões acerca de enunciado/enunciação, de sua estreita vinculação com signo ideológico, palavra, comunicação, interação, gêneros discursivos, texto, tema.

Dessa forma, a concepção de enunciado/enunciação não se encontra pronta e acabada em uma determinada obra, em um determinado texto.

Neste estudo, opta-se pela terminologia "gêneros discursivos", pois se crê que o conceito de gênero está relacionado a objeto discursivo ou enunciativo (ROJO, 2005), uma vez que envolve elementos sócio-históricos da situação comunicativa, determinados pelas condições reais da enunciação, ou seja, pela situação social mais imediata (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992), privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do produtor do discurso que constrói seu texto, de acordo com a finalidade e a apreciação valorativa que faz sobre o(s) interlocutor(es) e o(s) tema(s) (CECÍLIO; RITTER; PERFEITO, 2010).

Ao considerar o enunciado como entidade concreta e a língua como instrumento sócio-histórico, os diálogos entre os parceiros da interação são determinados e estruturados pelas formas de organização e de distribuição de lugares sociais, em diversas situações sociais de produção de discursos, os quais são perpassados por ideologias próprias. Esses lugares são definidos por Bakhtin (2003) como esferas do cotidiano (familiares e íntimas) e esferas dos sistemas ideológicos constituídos (moral, religião, ciência, arte etc.). A noção de esfera é fundamental para compreender as peculiaridades das produções ideológicas da esfera acadêmica, particularmente no campo da publicação de textos de diferentes áreas de conhecimento em periódicos especializados, uma vez que, de acordo com Grillo (2006, p. 146), com base em Bakhtin, "a noção de esfera permeia a caracterização do enunciado e dos seus tipos estáveis, os gêneros, no que diz respeito ao seu tema, à sua relação com os elos precedentes (enunciados anteriores) e com os elos subsequentes (atitude responsiva)".

Conforme Bakhtin (2003), cada esfera da atividade humana produz tipos específicos de enunciados, demonstrando que cada enunciado carrega consigo marcas da esfera de comunicação na qual está inserido. Dessa noção, decorre uma das suas teses primordiais, as esferas são numerosas, com o fito de que não é preciso criar um novo enunciado a cada nova situação de comunicação, já que cada "esfera de utilização da língua elabora os seus tipos relativamente estáveis de enunciados" (BAKHTIN, 2003, p. 262), que são denominados gêneros do discurso. Por conseguinte, a esfera na qual o gênero está inserido deve ser ponto de partida para o estudo de determinado gênero, implicando as condições de produção, de circulação e de recepção do gênero (BRAIT, 2001).

Bakhtin (2003, p. 284) argumenta que "o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero discursivo", isto é, no momento de produzir o enunciado, o indivíduo, a partir da determinação da finalidade temática que propõe comunicar, adapta-a ao

gênero discursivo escolhido, sem renunciar à sua individualidade e subjetividade. Então, em um processo quase que concomitante à determinação da finalidade da escrita, surge a escolha do gênero discursivo, que, por sua vez, se dá em função do interlocutor e do meio de circulação. Logo, a fim de explicitar resultados de pesquisa ou discussões teórico-científicas, muitos autores recorrem aos periódicos científicos, tendo em vista a comunidade científica a que pertencem, os leitores, a circulação do material, dentre outros fatores.

Bakhtin aborda o gênero como um modo de organização do acontecimento enunciativo, não o definindo somente pela estrutura interna do texto. Cada situação exige um gênero discursivo que se configurará a partir de aspectos formais e sociais, dependendo do momento. Assim:

> [...] a atualização de um gênero, como acreditam alguns, é de fato social, porque é fruto de demandas e de contratos sociais; essa atualização é também resultado de ação individual, porque é fruto de representações do sujeito, de modelos mentais; dessa atualização, por fim, emerge o texto, realidade material do gênero (LOPES, 2004, p. 2).

O uso do termo "atualização" ocorre, pois consideram-se os gêneros como formas de atualização das práticas discursivas, ou seja, são "contratos" sociais de interação. Toda a situação comunicativa, considerando seus objetivos e interlocutores, será atualizada em um gênero discursivo, que se configura não só a partir de uma estrutura marcada, mas também dos objetivos que o indivíduo apresenta ao utilizá-lo, da situação em que será efetivado e da realidade de mundo que o sujeito possui.

Os gêneros (enquanto enunciados concretos) constituem-se em manifestações das relações entre o sujeito, a língua e o mundo. O querer-dizer dos sujeitos se realiza na forma de gêneros variados. Os gêneros, portanto, não são criados, mas renovados pelos sujeitos, emprestando-lhes novas nuances para que possam ser compreendidos pelos outros. Isso ocorre no processo de escrita e de publicação dos artigos científicos em periódicos, pois o sujeito pesquisador toma o gênero para si e, conforme sua área de conhecimento, sua esfera enunciativa, seus interlocutores, ele fará uso de nuances que trarão a individualidade, a singularidade para seu texto, configurando-se como sujeito do seu dizer.

Nos estudos de Bakhtin, os gêneros já consolidados são determinados pelas especificidades de cada uma das esferas em que estão inseridos,

> [...] não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três

> elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

Dessa forma, o autor define três elementos que configuram o gênero: o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional. De acordo com Sobral (2009), a escolha do gênero para a explicitação de ideias é realizada nas situações de produção, de maneira que isso se reflete em seus recursos, como estilo, forma de composição e tema.

O tema ou conteúdo temático entendido como o tópico discursivo não deve ser confundido com assunto (SOBRAL, 2009), pois é possível abarcar vários assuntos dentro de um só tema. Para Rodrigues (2005), o conteúdo temático está ligado à esfera da qual faz parte. Por exemplo, uma esfera acadêmica apresentará, como tema, assuntos relacionados a esse contexto, fazendo parte da lista temática assuntos diferenciados relacionados ao tema central academia.

Além do tema, há o estilo. Ao considerar que o enunciado possui um acabamento específico e não concluído, ele pode despertar em seu interlocutor uma atitude responsiva, isto é, a possibilidade de responder ao enunciado, atribuindo ao seu discurso seu próprio estilo. Conforme Brait (2012), o estilo reflete o juízo de valor que o sujeito possui sobre o tema, levando-se em conta as suas experiências anteriores e aquilo que os outros sujeitos poderão dizer sobre esse tema. Nesse sentido, o estilo do locutor está vinculado diretamente ao nível de formalidade da língua, dependendo do que se deseja enunciar. Bakhtin (2003) postula que a impossibilidade da impressão do estilo pessoal ofusca a visão de seu enunciador.

O estilo é constituído a partir da interação entre autor, interlocutor e o objeto do enunciado e se vale do trabalho do autor sem, no entanto, desconsiderar as coerções provenientes do gênero e de sua esfera (BRAIT, 2002). Rodrigues (2005, p. 168) afirma que "Todo enunciado, por ser individual, pode absorver um estilo particular". A presença do estilo é proporcional ao nível de formalidade: quanto mais formal, menos o estilo pessoal do enunciador tem a chance de transparecer.

Na esfera acadêmica, o estilo dos gêneros varia conforme a relevância que tem o objeto da enunciação para aquele determinado momento no contexto social acadêmico. Um artigo científico é constituído por uma linguagem mais especializada nos padrões da norma culta, apresentando impessoalidade no discurso ou, muitas vezes, falta de adjetivação, tendo em vista vários discursos, principalmente dos manuais, que postulam que a escrita científica se configura assim. Um exemplo dessa realidade consta no Capítulo 4 deste estudo que buscou elencar as normas de submissão destinadas aos autores. Ao observar, a título de

exemplificação, a área de Humanas, há o seguinte discurso quanto à escrita do "resumo": "uso de parágrafo único, voz ativa na terceira pessoa do singular, frases concisas e afirmativas". Tais elementos levam ao "apagamento" do estilo individual em prol da impessoalidade acadêmica.

De forma geral, o estilo pode ser entendido como o elemento que melhor explicita seu enunciador e está fundamentalmente conectado ao tema, pois o estilo é indissociável das unidades temáticas. Sua materialização se dá claramente pelas escolhas linguísticas que são feitas pelo enunciador com vistas ao seu interlocutor e ao tema em pauta.

Tema, estilo e construção composicional são elementos que estão correlacionados, sendo este último o único fator que pode ser visto como mais fixo, pois tema e estilo são decorrentes de elementos vinculados à enunciação, enquanto a composição recupera traços textuais semelhantes dentro de um conjunto de textos do mesmo gênero. Diante de um número de artigos científicos, é possível depreender que o estilo está diretamente relacionado ao tema e ao interlocutor, o que resulta em uma materialização textual com poucas possibilidades de se repetir. Essa característica também está para o tema, pois esse elemento está conectado às condições sócio-históricas bem como a relação do texto com a esfera em que ocorre. A composição do gênero, no entanto, distancia-se, em certo grau, dessa flexibilidade, pois depende de traços em sua estrutura organizacional que permitem o reconhecimento do seu gênero.

Sobral (2009) apresenta a construção composicional não como um esqueleto em que se montará o sentido pretendido pelo projeto enunciativo. O autor explica que essa composição, assim como o tema e o estilo, é flexível e sensível ao projeto enunciativo. Se o objetivo do enunciado se altera, o gênero também pode refletir essa alteração, graças à sua condição flexível. Rodrigues (2005) lembra que a diversidade e a heterogeneidade da composição do gênero é proporcional à própria riqueza de esferas da atividade humana.

Outros elementos aliam-se aos fatores constituintes do gêneros, pois é preciso que se considere, por exemplo, o meio de circulação/lugar de circulação em que o gênero produzido circulará na sociedade, isto é, por quais meios ele chegará ao seu interlocutor. Assim, há de se considerar, por exemplo, a) o portador e o suporte do texto no qual o gênero circula (papel, livro, embalagem, suporte metálico, de madeira, revista, jornal, e-mail etc.); b) a forma como chegará ao interlocutor do enunciado, isto é, como o texto irá às mãos de seu leitor-alvo.

Ao considerar que os gêneros circulam em esferas específicas de conhecimento, tem-se, no âmbito da produção e da circulação da ciência, os artigos científicos dentro de suas

respectivas áreas de conhecimento, ou seja, comunidades de conhecimento. Por isso, abordo, na sequência, de que forma este estudo concebe os pressupostos a respeito da ciência, da comunidade e da comunicação científica, tendo em vista que a escrita científica é uma forma de disseminação da ciência, daquilo que se vem produzindo e que se deseja publicar, a fim de que os membros da comunidade tenham conhecimento, leiam, compartilhem, constituindo o pesquisador como um membro efetivo do grupo.

2.3 CIÊNCIA, COMUNIDADE E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICAS

Apresentar uma discussão sobre a relevância da ciência possibilita constatar a importância da informação científica, do conhecimento científico, da comunidade científica, e, consequentemente, de sua comunicação. Assim, como ponto de partida do estudo, trato, nesta e nas seções subsequentes, a ciência em seu âmbito genérico, demarcando sua conceituação, a comunidade científica e suas normas comportamentais.

Na sequência, o enfoque recai na comunicação científica e em sua categorização: comunicação formal e comunicação informal. Tais levantamentos possibilitarão entender melhor o contexto no qual os periódicos científicos e a escrita científica são pensados e elaborados, permitindo, posteriormente, uma análise mais detalhada dos artigos científicos, considerando todo o contexto que o circunda, já que exercem influência direta nas formas de escrita.

2.3.1 Ciência: breve discussão

Para Szmrecsányi (1985), em termos elementares, a ciência é um conjunto de conhecimentos acerca do universo, da natureza, do homem e da sociedade. Os conhecimentos científicos apresentam maior rigor e precisão, são produzidos, obtidos por meio de pesquisa e de investigação. Apesar de ser um trabalho especializado, não se trata de algo individual e desenvolvido no vazio, pois o cientista nunca está sozinho em seu trabalho, divide-o, seja tecnicamente, dentro da disciplina em que atua, seja socialmente, em relação à sua comunidade.

Para o autor, o ato de pesquisar cientificamente sempre pressupõe a existência de um excedente econômico, portanto, o grau de desenvolvimento da pesquisa em um país depende do estágio de desenvolvimento das suas forças produtivas, sendo que ciência e progresso científicos são produtos não só de cientistas e de pesquisadores, mas também da

sociedade como um todo, fato que demarca a relevância do enfoque social para o estudo da evolução histórica sobre pesquisa.

Segundo Costa (2007), o desenvolvimento da ciência fundamenta-se, desde o final da Segunda Guerra Mundial, na relação entre governo, setor produtivo, comunidade científica e sociedade, resultando na crescente importância do conhecimento científico para a humanidade.

Antes de o conhecimento científico gerar o crescimento econômico e o desenvolvimento social esperado, é preciso passar por processos que envolvem, dentre outros, as sociedades científicas, os editores, as bibliotecas etc. Os processos já estão imbricados um ao outro quando o sujeito publica o resultado de sua pesquisa, haja vista que fez uso de informações já publicadas e comunicadas, formando um espiral de conhecimento científico, fato que justifica a afirmação de que o pesquisador nunca está sozinho na produção do conhecimento. Os dizeres de Bakhtin (2003) também podem ser retomados neste momento, no sentido de que afirma que os dizeres são réplicas de outros dizeres, assim, toda e qualquer enunciação, por mais original que seja, é constituída a partir de outros discursos, com os quais ela pode estabelecer uma relação de concordância ou de assimilação, de discórdia etc.

A ciência influencia há séculos a humanidade, demarcando-se como uma instituição social, dinâmica, gerando e alterando perspectivas e leis, ampliando as fronteiras do conhecimento. A ideia de coletividade científica é trazida também por Latour (2000), o qual afirma que um enunciado é modificado em cada uma das suas produções, sendo possível que outros sujeitos-pesquisadores se apropriem do enunciado aceitando-o, modificando-o, articulando-o a outros estudos. A pesquisa, então, fruto da coletividade, deve ser produzida para publicação, fato que possibilita sua utilização por outros estudiosos (MUELLER, 2000).

Há, portanto, a relação dinâmica e interativa da ciência com a sociedade. Com o tempo, teorias são contestadas, revistas, questionadas por seu absolutismo, havendo a busca pela ciência plural, que possibilita perceber e respeitar a totalidade dos fenômenos. Kuhn (1990) argumenta que a ciência caminha face à troca de paradigmas, ou seja, novas ideias questionam ou põem à prova um paradigma já estabelecido, o que gera um novo paradigma arraigado a uma nova visão de práxis científica. Ocorre, assim, a impossibilidade de concepções universais de ciência, pois o interesse maior é o da emancipação do sujeito em relação à sua natureza ou a limitações sociais, envolvendo concepções diversas, como métodos científicos, aplicação desses métodos, comprovação de conhecimentos etc.

A discussão em busca do sentido de ciência sempre existirá, seja pela complexidade que envolve o conceito, seja pelas distintas pessoas que formam grupos sociais

etc. Evidencia-se, no contexto atual da publicação, a produção maciça de textos de diversas especializações, a tal ponto que Le Coadic (1996, p. 19-20) sintetiza os elementos que concorrem para o crescimento da ciência: "a) ampliação das indústrias da informação e do conhecimento; b) mudança profunda na geografia das disciplinas científicas; c) avanço das novas tecnologias de informação e de comunicação (NTIC) ".

Tais fatores têm influência no processo de produção do conhecimento em sua totalidade, e não apenas nos produtos gerados. Logo não há ciência sem informação, assim como esta não existe sem a ciência.

2.3.2 Comunidade e comunicação científicas

> Amaldiçoado pelos deuses, Sísifo foi condenado a carregar uma grande pedra até o topo de uma montanha, para deixá-la rolar ladeira abaixo e em seguida recomeçar tudo outra vez. A lenda de Sísifo é uma metáfora apropriada para a história da ciência moderna no Brasil, onde os sucessos têm sido poucos e efêmeros, mas a persistência e o entusiasmo nunca faltaram (SCHWARTZMAN, 2001, p. 12).

Toda comunicação científica é indispensável à atividade científica, uma vez que possibilita unir esforços dos membros de suas comunidades, sendo relevante para qualquer tipo de pesquisador.

A fim de realizar pesquisa, as pessoas se reúnem em torno de objetivos comuns, possibilitando que a comunicação obedeça às práticas estabelecidas pela comunidade científica, "termo que designa tanto a totalidade dos indivíduos que se dedicam à pesquisa científica e tecnológica como grupos específicos de cientistas, segmentados em função das especialidades, e até mesmo de línguas, nações e ideologias políticas" (TARGINO, 2000, p. 10).

Para entender justamente como se constituem os discursos escritos nas diferentes áreas de conhecimento, é preciso conceituar comunidade acadêmica/científica, que pode ser concebida pensando-se na noção do "interlocutor terceiro" (BAHKTIN, 2003), pois esse pode se referir ao modelo de comunidade a que o enunciador pertence, exercendo influências na forma de produção dos enunciados. Para Motta-Roth (2002), o conhecimento da cultura acadêmica, envolvendo gêneros discursivos, crenças, valores das disciplinas, convenções de linguagem usadas pelos membros de um grupo, é fator fundamental para saber o que pode ou deve ser dito em um texto.

Para Schwartzman (2001, p. 13), a ciência se refere à comunidade de indivíduos "que empregam com entusiasmo o melhor da sua inteligência e criatividade. Os resultados

desse trabalho – artigos, dados científicos, aplicações tecnológicas – não passam da ponta de um iceberg que não se pode sustentar sem sua base oculta: os indivíduos que os produzem". Essas considerações já apontam para o sentido de que a produção escrita da ciência, representada aqui pelo artigo científico, dá-se por meio de diversos fatores, especialmente pelos indivíduos que produzem e constituem suas comunidades científicas.

A lenda de Sísifo abre esta seção, porque é uma metáfora apropriada para a história da ciência moderna no Brasil. O país vive um momento de busca de espaço e de internacionalização de suas pesquisas. Contudo a qualidade dessa produção – mensurada pelo número de citações que um artigo gera após ser publicado – continua abaixo da média mundial. A fim de alavancar os números, a Capes articula fortemente a avaliação (nota, financiamento de pesquisas, bolsas etc.) dos Programas de Pós-Graduação, por exemplo, à questão da produtividade dos professores-doutores.

Essa realidade instaura a noção de produtivismo acadêmico que desperta discussões, como as realizadas no Seminário Ciência e Tecnologia no Século XXI, promovido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (2011), em Brasília. Em uma das mesas redondas do evento, intitulada *Trabalho docente na produção do conhecimento*, Ciavatta afirmou: "antes, éramos pagos para pensar, agora, somos pagos para produzir", evidenciando a busca desenfreada pela produção no contexto acadêmico atual.

Alves (2010) postula que um dos dilemas enfrentado no contexto brasileiro é a formação de pesquisadores. Embora a pesquisa nas áreas da medicina, da biologia, da química, da física etc. tenha surgido nos vários institutos afins muito antes da criação da pós-graduação (SCHWARTZMANN, 2001), a formação da comunidade científica ocorreu, em muitos casos, nas universidades estrangeiras ou com pesquisadores contratados no exterior para trabalhar nas instituições brasileiras. Com a oficialização da pós-graduação, ocorrida em meados da década de 1960, a formação de pesquisadores adquire amparo legal. O Parecer 977/65[18] explicita que uma das principais funções dos cursos pós-graduados é "estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores" (p. 165).

Aliada às noções de produtivismo, de formação de pesquisadores, está a comunicação científica sempre muito reconhecida por sua importância pelos cientistas. Ainda que seja uma obra de 1974, o livro *Communication in Science*, com tradução em 1999, *A*

[18] Disponível em: < http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

comunicação científica, de Meadows, continua a ser indispensável. Nessa obra, o autor postula que a comunicação científica se situa no próprio coração da ciência, ela é tão importante quanto a própria pesquisa, porque, enquanto a comunicação não for analisada e aceita pelos membros da comunidade, é como se não existisse.

A formalização da comunicação científica resulta da necessidade de compartilhamento dos resultados das pesquisas entre o crescente número de cientistas, "porquanto a ciência passa de atividade privada para uma atividade marcadamente social" (TARGINO, 2000, p. 18), pois soma esforços individuais dos membros da comunidade (CRESPO; CAREGNATO, 2004).

Para Oliveira (2006, p. 19), a comunicação científica "proporciona a cooperação e integração entre os pesquisadores, contribui para o reconhecimento das descobertas, confirma competências e estabelece credibilidade e aceitação do pesquisador na comunidade científica". A comunicação entre os cientistas e o seu público sempre existiu e pode ser realizada formal ou informalmente na sociedade. A comunicação informal é aquela, por definição, efêmera (MEADOWS, 1999), como é o caso de comunicações em congressos e conferências, discursos, conversas etc. A comunicação formal tem uma existência mais duradoura e está concentrada na literatura: livros, periódicos, relatórios etc. No âmbito deste trabalho, trato da comunicação científica formal: o periódico e seu artigo científico, selecionados por se configurarem como principais veículos da comunicação (COSTA, 2007).

Diante do exposto, Stumpf (1996) afirma que as revistas científicas surgiram como uma evolução do sistema particular e privado de comunicação, que era feito por meio de cartas entre os investigadores e das atas ou memórias das reuniões científicas. Havia o uso de cartas entre os cientistas como forma de transmissão das ideias. Por serem muito pessoais, lentas para a divulgação de novas ideias e limitadas a um pequeno círculo de pessoas, elas não se constituíram no método ideal para a comunicação do fato científico e das teorias. Aqueles que utilizavam as cartas e as atas para divulgação pertenciam aos "colégios invisíveis" (*invisible college*). Esses grupos recebiam tal denominação para se diferenciarem dos colégios universitários oficiais (*oficial university college*) que serviram de base para a criação das sociedades e academias científicas. Aconteciam encontros entre seus membros, muitos deles secretos, nos quais realizavam experimentos de pesquisa, avaliavam os resultados e discutiam sobre temas filosóficos e científicos. Os relatos e as conclusões desses encontros eram, muitas vezes, registrados e as cópias, distribuídas como cartas ou atas a amigos que estavam desenvolvendo pesquisas análogas. Quando o número de participantes dos colégios se tornava

muito grande, os membros se dispersavam ou se transformavam em organizações mais estruturadas e visíveis, como as academias e as sociedades científicas.

As formas de divulgação mencionadas – cartas e atas – apenas influenciaram o surgimento das revistas que, com o tempo, assumiram o papel de principais divulgadores das investigações (STUMPF, 1996). As revistas não aboliram a existência desses dois veículos, mas sim possibilitaram uma definição de papel entre os canais de divulgação: a correspondência tomou apenas um caráter de comunicação pessoal entre os cientistas, e as atas, também conhecidas como memórias ou anais, passaram a se constituir em um documento de registro dos trabalhos apresentados em reuniões científicas e profissionais.

Assim, em termos gerais, de acordo com os estudos de Jacobina (1999/2000), pautado em Kuhn (1990), a estrutura da comunicação é definida por meio de um truísmo:

- ✓ **a estrutura comunitária da ciência é "aquela formada pelos praticantes de uma especialidade científica"**, pois, ao longo dos anos, a comunidade científica desenvolveu seus próprios mecanismos de defesa contra o insumo de informações em excesso, privilegiando a especialização dos pesquisadores dentro de suas áreas de interesse. Este fato é evidente também em títulos de periódicos que se apresentam concisos e objetivos, destinando-se às suas áreas de interesse (MEADOWS, 1999);
- ✓ **unidade produtora e legitimadora do conhecimento científico,** haja vista a especialidade dos pesquisadores que constituem a comunidade científica, considerada local de produção e de legitimação do conhecimento, já que é responsável por julgar se uma contribuição é importante (MEADOWS, 1999, p. 82);
- ✓ **quanto aos seus integrantes,** estão submetidos à educação e à iniciação profissional similares; absorvem praticamente a mesma literatura técnica;
- ✓ **a comunicação entre os membros de uma comunidade científica** é ampla e os julgamentos profissionais, relativamente unânimes, uma vez que constituem a única audiência e os únicos juízes do trabalho dessa comunidade;
- ✓ **a comunicação entre diferentes comunidades é árdua**, quando não impossível, devido às particularidades de cada área.

Compreender a comunidade acadêmica é fundamental para tratar da escrita em periódicos de diferentes áreas de conhecimento. Por meio da análise dos artigos será possível visualizar o que se tem entendido de letramento no contexto acadêmico, pois as revistas sistematizam e padronizam a escrita no âmbito das áreas de conhecimento. Dessa forma, "a linguagem funciona diferentemente para diferentes grupos, na medida em que diferentes

materiais ideológicos, configurados discursivamente, participam do julgamento de uma dada situação" (BRAIT, 2001, p. 80).

Tendo em vista que a linguagem funciona diferentemente dentro dos grupos ou, aqui, comunidades científicas, cabe ressaltar que o indivíduo dispõe de formas idênticas às de qualquer outro membro da comunidade (FAITA, 2005). Há, assim, aquilo que é mais normativo nos enunciados e a individualidade, resultante do projeto discursivo do sujeito, o que permite constatar que forma e conteúdo caminham juntos na constituição da escrita acadêmica, reafirmando os ideais de Bakhtin (2003, p. 153): "a não-separação entre forma e conteúdo, predomínio do coletivo, do social sobre o individual e o subjetivo".

Para Ziman (1984 *apud* TARGINO, 2000), comunidades científicas não são formalmente organizadas, necessitando de regras escritas, regulamentos e normas que levem a seu funcionamento. Elas apresentam, hoje, uma divisão de trabalho bem mais complexa, com atribuição de tarefas delimitada, centralização de autoridade mais visível, gerenciamento do processo de execução da pesquisa e monitoramento de informações.

Le Coadic (1996), ao tratar do funcionamento da comunidade científica, enfatiza a segmentação das comunidades em função de disciplinas, línguas, nações ou ainda ideologias políticas. Kuhn (1990) também trata da segmentação por disciplinas de que "uma comunidade científica é formada pelos participantes de uma especialidade científica [...] submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas" (KUHN, 1990, p. 222). Assim, os participantes perseguem um objetivo comum, estabelecendo os limites de um objeto de estudo científico, partilhando de um mesmo paradigma.

Kuhn (1990) é responsável por abordar a noção de paradigma, compreendendo-o como "[...] aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma" (KUHN, 1990 p. 31). O estudo dos paradigmas é o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica na qual atuará, reunindo-se a estudiosos conhecedores das bases de seu campo de saber, cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados, comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada.

Do exposto sobre comunidade científica, algo comum é que ela é um corpo social com integrantes que se reconhecem entre si e interagem em função de um objetivo comum: a busca pela extensão da fronteira do conhecimento. Não há uma estrutura que organize essa

sociedade, porém há a preocupação dos cientistas em como agir como membros de uma comunidade.

Assim como qualquer grupo social mantém regras implícitas ou explícitas de atuação, isto é, uma ética reguladora mais ou menos rígida, a comunidade científica, como estrutura social, não pode abstrair de valores éticos e morais. A comunicação científica, como parte integrante dessa estrutura, também está sujeita à interferência de prescrições que direcionam as atitudes comportamentais dos pesquisadores e, portanto, influenciam a produção científica.

3 METODOLOGIA

A metodologia que orienta a pesquisa está fundamentada pelas seguintes abordagens teóricas: a abordagem sociocultural do letramento (STREET, 1984; LEA; STREET, 1998, 2006; LILLIS, 1999, entre outros), a teoria dos gêneros discursivos e a abordagem de análise da língua, tratados por Bakhtin (2003) e Bakhtin/Volochinov (1992), tendo em vista o fato de tais abordagens considerarem o social e suas práticas de letramento como elementos constituintes dos enunciados produzidos cientificamente.

Primeiramente, são destacados os elementos referentes à caracterização da pesquisa, a fim de delinear sua abordagem metodológica. Na sequência, são descritos a seleção do material de estudo e os critérios utilizados na escolha. Por fim, a constituição do *corpus* é abordada, destacando-se também a forma de tratamento dos dados por meio da perspectiva dialógica.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativo-interpretativa, com procedimentos investigativos de base documental.

De acordo com Vasconcelos (2002, p. 282), a pesquisa qualitativa influenciou positivamente as investigações recentes no campo da educação, sobretudo na área da Linguística Aplicada. Martins (2004, p. 289), por sua vez, crê que "a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através de estudo das ações sociais, individuais e grupais", captando a proximidade entre os sujeitos pesquisados e o objeto do conhecimento. Nesse sentido, impõe a aproximação do pesquisador de seu objeto de pesquisa, desencadeada pelo uso de métodos como observação participante, entrevistas e grupos de estudos.

Lüdke e André (1986, p. 11-13) delineiam cinco características básicas da pesquisa qualitativa:

> 1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...] supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. [...]
> 2. Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições e pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos e documentos [...]

> 3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. [...]
> 4. O 'significado' que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a 'perspectiva dos participantes' [...]
> 5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13).

Diante do exposto, a pesquisa qualitativa apresenta a vertente interpretativa como uma de suas vertentes de pesquisa. Soares (2006) afirma quanto à perspectiva interpretativa:

> [...] concebe o conhecimento como sendo construído pela capacidade de o pesquisador produzir significado para os fenômenos, para as conexões entre eles e a situação (as circunstâncias imediatas), entre eles e o contexto (as condições sócio-históricoculturais), sendo o pesquisador um *produtor* da realidade, que só existe *para alguém* (SOARES, 2006, p. 402, grifos da autora).

Para Erickson (1988), opta-se pelo uso de "interpretativa", pois se evita a conotação de conceber as pesquisas qualitativas com maior qualidade que as outras e, além disso, é mais abrangente, centrando-se no significado humano e focalizando o aspecto central da semelhança entre enfoque diferente. Dessa forma, adota-se o termo "qualitativo-interpretativa".

Ante a análise de materiais documentais, como documentos oficiais, normas, dentre outros, opto por denominar os processos que envolveram a coleta desses materiais e o levantamento de características como sendo documental.

Conforme Lüdke e André (1986), deve-se apreciar e valorizar o uso de documentos em pesquisas, haja vista que possibilitam ampliar o entendimento dos objetos cuja compreensão necessita de contextualização. Além de permitirem acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (CELLARD, 2008). De acordo com Cellard (2008), os documentos são divididos em dois grupos: os públicos e os privados. Os primeiros são subdivididos em arquivos públicos – compreendendo os arquivos governamentais, os arquivos do estado civil, que nem sempre são acessíveis – e documentos públicos não-arquivados, incluindo revistas, periódicos, anúncios, documentos em geral etc. Os materiais analisados nesta tese, como documentos oficiais e periódicos, podem ser considerados como públicos não-arquivados, já que estão passíveis de estudo e de análise.

Conforme Silva, Almeida e Guindani (2009), no estudo documental, a análise de conteúdo é uma das formas de interpretá-lo. De acordo com Lüdke e André (1986), o processo de análise de conteúdo dos documentos é iniciada com a decisão sobre a "Unidade de Análise" que se apresenta de duas formas: Unidade de registro e Unidade de Contexto. Esta tese se alinha à Unidade de registro, pois selecionei segmentos específicos do conteúdo para fazer a análise, como, por exemplo, a frequência com que apareceu no texto uma expressão, um tema ou um determinado item, o que pode caracterizar este estudo como de cunho documental, embora não faça uso das técnicas específicas dessa metodologia de estudo.

Após essa codificação, o passo seguinte é caracterizar a forma do registro, por meio de anotações, sínteses etc. A partir disso, torna-se possível construir categorias de análise do documento, o que não é uma tarefa fácil (SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009). Cellard (2008) afirma que, para um trabalho de conteúdo relevante, é preciso a leitura compreensiva do material e sua descrição, sendo que, na abordagem qualitativa, além desses fatores, faz-se fundamental a inferência e as interpretações sobre o que se descreve, então, busca-se diálogo entre tais documentos e as teorias de letramento e bakhtinianas desta pesquisa.

3.2 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Nesta seção, destaco os objetos de análise do estudo e as justificativas de suas escolhas. Na sequência, abordo os critérios de seleção dos periódicos e seus artigos, delineando, ao final, o tratamento dos dados por meio da perspectiva dialógica.

3.2.1 Documentos oficiais, Norma da ABNT, cursos de escrita *on-line*, normas de submissão e de avaliação dos periódicos

A fim de realizar o levantamento dos elementos que circundam a esfera científica/acadêmica de publicação dos artigos em periódicos, optei por realizar uma busca por elementos que pudessem justificar sua constituição e formas de circulação.

Nesse sentido, este estudo realizou a seleção de alguns objetos de estudo:

(1) os discursos oficiais (CF, LDB, PNE, discurso da Capes, do CNPq e das agências de fomento);

(2) as normas de submissão dos periódicos destinadas aos autores;

(3) as normas de avaliação usadas pelos avaliadores para análise dos artigos a serem publicados na revista;

(4) os cursos de escrita acadêmica;

(5) os artigos científicos das revistas das diferentes áreas de conhecimento.

Ao se refletir a respeito da escrita científica e sobre a produção dos artigos científicos, parto de um percurso mais amplo, perpassando, inicialmente, o que o discurso oficial entende sobre o assunto, até chegar aos aspectos apontados pelos periódicos, em âmbito mais específico, realizando diálogos entre tais pressupostos. Para isso, descrevo e analiso os principais documentos oficiais que focam o ensino superior brasileiro, a saber: CF, LDB, PNE; discursos das agências de fomento e de órgãos como CAPES e CNPq. A escolha por tais documentos se deu tendo em vista que representam os principais dispositivos legais que regulamentam a educação superior no Brasil, além de auxiliarem na compreensão dos discursos escritos em práticas de letramento acadêmico-científicas. Na leitura desses documentos, constatei a frequência de citações que envolviam a temática da pesquisa, da escrita, do pesquisador, ou seja, elementos voltados ao ato de pesquisar e de fazer ciência.

Foram observados também os seguintes elementos: os discursos que circundam as práticas de produção escrita, como NBR 6022, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2003); as normas de submissão dos periódicos e os critérios de avaliação encaminhados aos avaliadores, por meio de visitas aos sites dos periódicos e de diálogos via e-mail pessoal com os editores das revistas, que não disponibilizam tais elementos publicamente; dois cursos *on-line* que tratam da escrita acadêmica, a saber: "Escrita Acadêmica" (USP) e "Espaço da escrita" (Unicamp), de âmbito nacional, que foram selecionados, pois apresentam expressiva repercussão. Ressalto que tais cursos não são descritos e discutidos a partir de um caráter pedagógico, vislumbrando questões de ensino, mas sim, por meio deles, busco destacar quais elementos da escrita acadêmica são abordados e de que forma isso ocorre de acordo com as áreas de conhecimento que eles mencionam.

Houve, ainda, a seleção de um artigo científico de cada um dos periódicos correspondente a sua área de conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Engenharias, Linguística, Letras e Artes para a análise de tal gênero e posterior caracterização dos resultados, a fim de evidenciar o discurso produzido no país.

Dessa forma, por meio da descrição e da análise de tais objetos, ter-se-á um panorama dos subsídios que regem as práticas de produção científica no país em um âmbito amplo, em função dos discursos oficiais, dos discursos que envolvem as práticas de escrita até

se chegar às revistas e aos artigos, compreendendo-se, então, quais fatores estão implícitos no letramento acadêmico, que o constituem no estado atual.

3.2.2 Periódicos das diferentes áreas do conhecimento e seus artigos científicos: critérios de seleção

Ao se focar nos periódicos científicos e artigos das diferentes áreas, alguns critérios foram utilizados em sua seleção: nota no Qualis A1; áreas do conhecimento; modalidade da contribuição; tempo de existência da revista e ano da coleta dos dados.

Tendo em vista a busca pela compreensão dos discursos envolvidos na prática da produção científica no país, selecionei, no ano de 2012, periódicos A1, pois refletem, de certa forma, aquilo que é esperado pelo universo acadêmico, em termos de excelência, haja vista os critérios estabelecidos pelo Qualis, como publicação reconhecida na área, condizente com as normas da ABNT, apresentando conselho editorial com membro do país e do exterior etc. Em função da crença de que há múltiplas práticas envolvidas na produção da escrita, havendo variação na produção dos discursos de uma área para outra, optei por selecionar artigos de periódicos de diferentes áreas do conhecimento. A escolha pelo artigo científico ocorreu em razão de ser o gênero de maior recorrência nos periódicos e no contexto da academia, logo, carrega consigo marcas desse universo e dos sujeitos que os constituem.

Os periódicos não são identificados pelos nomes, mas sim por suas áreas de conhecimento, já que tal dado não se faz relevante para o estudo. Além disso, selecionei revistas com longa existência dentro da área, sendo consagradas nas suas esferas acadêmicas, fundadas, respectivamente, em 1929 (Área: Multidisciplinar; subárea: Engenharias), 1950 (Ciências Humanas; subárea: História), 1979 (Ciências Sociais Aplicadas; subárea: Serviço Social), 1983 (Linguística, Letras e Artes; subárea: Letras/Linguística), 1985 (Ciências Exatas; subárea: Ensino), 1993(Ciências da Saúde; subárea: Enfermagem). De cada um desses periódicos foi selecionado um artigo e tal escolha se deu após a leitura de vários textos e a observação daqueles que apresentavam características gerais da área, além de certas singularidades, ou seja, elementos que os diferenciavam dentro da área, dando possibilidade, então, de discussão a respeito da heterogeneidade da escrita.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS POR MEIO DA PERSPECTIVA DIALÓGICA

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa assume a perspectiva da análise dialógica do discurso, fundamentada em Bakhtin e seu Círculo, que apresenta o

método sociológico de estudo da língua (olhar o todo discursivo e não só o âmbito linguístico do texto). Portanto, não há um estudo apenas dos artigos das diferentes áreas do conhecimento, mas também dos elementos que compõem a esfera acadêmica de produção, que justifica todo o levantamento que é demonstrado com foco nos discursos oficiais, nas normas de submissão e de avaliação, nos cursos de escrita que perpassam as produções. Assim, possibilita-se um trabalho que vai além do aspecto linguístico, percebendo os diálogos tecidos entre os discursos.

Nesse sentido, são traçados os diálogos entre os discursos envolvendo a escrita no universo acadêmico, partindo-se de um contexto mais amplo até se alcançar o enunciado concreto, dialogando com o método sociológico postulado por Bakhtin e seu Círculo. Desse modo, o gênero discursivo é analisado considerando-se o contexto sócio-histórico, ou seja, sua caracterização em uma situação concreta, as especificidades de seu entorno e o sistema linguístico ou o trabalho com a língua naquilo que é representativo do gênero em questão (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p.124).

Além disso, a fim de compreender como se constituem os discursos escritos nas práticas de letramento acadêmico-científicas, este estudo se alinha com teorias dos Novos Estudos do Letramento sobre os Letramentos Acadêmicos (LEA; STREET, 1998, 2006) e na concepção bakhtiniana de linguagem segundo os princípios teóricos da Linguística Aplicada, enveredando-se por dois caminhos: na análise dialógica do discurso e no letramento, propriamente dito.

Conforme Brait (2012), não se pode dizer que Bakhtin tenha proposto formalmente uma análise do discurso, todavia não se pode contestar que hoje o seu pensamento se configura como uma das maiores contribuições para o estudo da linguagem. O Círculo formado por Bakhtin, Volochinov e Medvedev motivou o nascimento da análise dialógica do discurso. O seu embasamento constitutivo é formado da "indissolúvel relação entre língua, linguagens, história e sujeitos [...] [ele] diz respeito a uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados" (BRAIT, 2012, p. 10).

Dessa forma, conceber os estudos da linguagem como perpassados por contextos históricos e culturais específicos é, ao mesmo tempo, reconhecer que as atividades acadêmicas são atravessadas por idiossincrasias institucionais. Nesse sentido, estudar a linguagem sob o viés bakhtiniano é considerar as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, ultrapassando a necessária análise da materialidade linguística,

reconhecendo o gênero a que pertencem os textos, os gêneros que estão envolvidos na construção desse texto etc. Assim,

> [...] as contribuições bakhtinianas para uma teoria/análise dialógica do discurso, sem configurar uma proposta fechada e linearmente organizada, constituem de fato um corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a *postura dialógica* diante do *corpus discursivo*, da metodologia e do pesquisador. A pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem, e do compromisso ético do pesquisador com o objeto, que, dessa perspectiva, é um sujeito histórico (BRAIT, 2012, p. 29, grifos da autora).

Ante aos objetos de estudo desta tese, considerando-se as relações estabelecidas entre eles, alguns deles permitiram a elaboração de categorias para analisá-los. Ao ler e analisar os documentos oficiais, constatei discursos com uma tendência voltada àquilo que é democrático e àquilo que é deliberativo, tendo em vista que alguns documentos apontavam a liberdade na produção, na circulação e na divulgação dos conhecimentos e das pesquisas, demarcando um viés democrático, denotando que todos têm o direito à pesquisa e à divulgação. Tal realidade é percebida, por exemplo, nos discursos oficiais da CF, LDB e PNE, pois o objetivo deles não se volta para orientações sobre como produzir cientificamente.

Diante da liberdade de publicar e de divulgar, são necessárias diretrizes para conduzir a produção da ciência, a fim de que haja a divulgação científica da pesquisa, sendo assim, orientações são explicitadas em documentos com caráter deliberativo no trato da ciência, a saber, os discursos da Capes e do CNPq, assim como o das agências de fomento. Dessa forma, menciono duas categorias de análise na discussão sobre os documentos oficiais: (1) discurso democrático no trato da ciência e (2) discurso deliberativo no trato da ciência. De forma geral, tais discursos dialogam em busca da efetivação da pesquisa e de sua publicação, buscando a circulação da ciência dentro das comunidades científicas.

Quanto às práticas de produção escrita que envolvem os cursos de escrita *on-line*, as normas dos periódicos (submissão e avaliação), busquei os discursos voltados para a questão da pesquisa, da produção, da cientificidade, realizando um levantamento geral, tendo em vista que tais informações são retomadas na análise em dois momentos: na análise geral dos periódicos, observando como eles respondem aos discursos oficiais e na análise dos artigos científicos, haja vista as relações dialógicas existentes em sua constituição.

A ABNT, tida como lugar orientador da escrita dos textos acadêmicos, foca o artigo científico abordando apenas sua forma composicional, sem menção ao enfoque social da produção escrita, ou seja, sem se voltar ao contexto de produção, postulando a existência

de três elementos que os compõem: pré-textuais, textuais e pós-textuais, independentemente da área de estudo. Optei por organizar a discussão dos artigos a partir da mesma constituição composicional, no entanto, ao discutir os textos selecionados, irei além do âmbito composicional, formal do texto, relacionando-o com questões temáticas e estilísticas pertencentes a cada área do conhecimento, uma vez que os aspectos homogêneos da escrita, caracterizados, muitas vezes, pelas normas de escrita, e os aspectos heterogêneos estão em constante diálogo, a fim de constituírem um todo enunciativo.

Ademais, reafirma-se o vínculo entre elementos heterogêneos e homogêneos, porque para um periódico, independentemente da área de conhecimento, não basta que o texto responda à homogeneização para ser aceito para publicação, ou seja, ele não será aceito somente por estar dentro das normas da revista e da ABNT, uma vez que aspectos sociais – de ordem não apenas estrutural –, como temática, bibliografia na área do conhecimento, discussão teórica, dentre outros fatores, também são considerados no momento da avaliação do texto.

Por meio desse levantamento geral, foi possível verificar quais elementos eram responsáveis por constituir heterogeneamente os discursos dos artigos. A partir disso, propus eixos analíticos:

(1) a materialidade discursiva dos artigos científicos, isto é, de que forma elementos que se encontram na materialidade textual são delimitados e influenciam discursivamente a escrita acadêmica dos artigos acadêmicos, dentro de suas comunidades acadêmicas. Com isso, não afirmo que as outras marcas heterogêneas não estejam materialmente postas no texto, elas estão; no entanto, neste eixo, evidencio aqueles elementos que são vistos por muitos apenas como técnicas para auxiliar no entendimento do texto, como uso de tabelas, imagens etc., quando, na realidade, deveriam ser concebidos em função da comunidade científica da qual fazem parte, assim como se vinculando ao nível discursivo dos enunciados. Dentro desse eixo, são destacados os fatores que acarretam a heterogeneidade: (a) resumo constituído por subseções; (b) número variado de autores e filiações; (c) artigo produzido em língua inglesa; (d) tipo de pesquisa; (e) recursos verbo-visuais; (f) estudo aprovado pelo Comitê de Ética; (g) variação no número de páginas e referências usadas;

(2) o objetivismo e o subjetivismo marcados na escrita acadêmica das áreas, destacando a área que apresenta maior nuance de subjetividade, destoando dos padrões acadêmicos que buscam a objetividade e a neutralidade da escrita;

(3) as noções de monologismo, dialogismo, alteridade e as relações dialógicas estabelecidas nos artigos das diferentes áreas, pois, muito embora os enunciados sejam

inegavelmente constituídos por meio do diálogo, instaurando a alteridade, pode haver ainda a intenção de tornar o discurso com caráter monológico, apagando-se o sujeito enunciador, tendo-se a ilusão de que, assim, constitui-se o discurso monológico. Nesse âmbito, ainda são destacadas as relações dialógicas existentes para a constituição dos enunciados. A análise dos artigos possibilitou a identificação de sete tipos de relações dialógicas no interior dos artigos das diferentes áreas. Quatro delas são retomadas de Sanches (2009a): o diálogo com o conhecimento científico consensual; a concordância com discursos alheios; a discordância dos discursos alheios; a marca de novidade. Acrescento a essas outros três tipos: a relação de pergunta e resposta; a inserção na comunidade científica; a relação de questionamento da teoria existente. Após a discussão de cada uma delas, evidencio o diálogo entre tais relações e as normas presentes nos pareceres dos avaliadores dos periódicos.

Posteriormente a todo o processo de análise dos artigos, parto para a discussão envolvendo os discursos oficiais e as práticas de escrita acadêmica em relação aos textos publicados nos periódicos, vislumbrando de que forma são estabelecidos os diálogos. Organizo a análise, então, por meio de dois eixos: (a) letramento autônomo e modelo de socialização acadêmica: o pressuposto de homogeneidade da escrita, demarcando-se a relação entre artigos e normas de submissão, normas de avaliação, cursos de escrita e discursos oficias, indicando um caráter homogêneo para a escrita, centralizada em um modelo autônomo de letramento e na socialização acadêmica; (b) letramentos acadêmicos: indícios de heterogeneidade da escrita, voltando-se para a discussão a respeito da heterogeneidade, concebendo-a nos artigos como uma forma de transpor o modelo homogêneo de escrita, reforçado e postulado pelos discursos oficiais e pelas normas de publicação.

A partir da apresentação da metodologia, da constituição do *corpus* e do tratamento dos dados por meio da perspectiva dialógica, passo, nos próximos capítulos, para a descrição, a análise e a discussão dos resultados.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL: A ESCRITA CIENTÍFICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E NAS "NORMAS"[19] DE ESCRITA

Este capítulo objetiva destacar a forma de institucionalização da ciência no Brasil. Para isso, serão descritos e analisados os principais documentos oficiais que focam o ensino superior brasileiro, a saber: Constituição Federal do Brasil, de 1988 (CF, BRASIL, 1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/96 (LDB, BRASIL, 1996); Plano Nacional da Educação (PNE, BRASIL, 2014-2024). Além disso, quanto às agências de fomento, representantes também dos discursos oficias, optou-se pela pesquisa nos sites dos órgãos e seleção das informações referentes à produção escrita da ciência. A escolha por tais documentos se deu tendo em vista que representam os principais dispositivos legais que regulamentam a educação superior no Brasil, além de auxiliarem na compreensão dos discursos escritos em práticas de letramento acadêmico-científicas.

Os procedimentos de coleta e análise dos dados documentais deste estudo foram os seguintes: realização de leitura de documentos que apresentavam dados importantes para a investigação, por meio de pesquisas em sites da internet; em seguida, fez-se a transcrição literal de todos os trechos em que se percebiam aspectos voltados à pesquisa, ao ato de pesquisar e ao pesquisador, tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa; por fim, promoveu-se a sistematização dos dados encontrados nos documentos. Neste momento de estudo e análise dos documentos, então, volta-se a uma perspectiva de pesquisa documental.

Nesse sentido, destaco, na sequência, primeiramente os aspectos presentes nos documentos oficiais; posteriormente, abordo as normas de escrita acadêmica representadas pelas normas de avaliação e de submissão, assim como pelos cursos de escrita.

Por meio da verificação do discurso oficial que perpassa a ciência e as normas de submissão e de avaliação dos artigos, será possível, no Capítulo 5, por exemplo, propor um diálogo entre os periódicos científicos das diferentes áreas selecionados nesta tese e esses discursos; situando, assim, os periódicos das diferentes áreas dentro desse universo maior de produção e de circulação da ciência.

Entender a posição do periódico dentro desse contexto é uma forma de focalizar os aspectos sócio-históricos de constituição desse suporte e do artigo que o constitui, possibilitando entender a produção da escrita científica como inter-relacionada a outros

[19] No âmbito das normas de escrita, serão abordadas as normas de avaliação e de submissão dos artigos, assim como aquelas presentes na ABNT e nos cursos de escrita. Estes, de certa forma, apresentam um viés bastante normativo no trato da escrita e, por isso, opto pelo termo "normas", a fim de ilustrar todos esses discursos.

fatores sociais. Além disso, a abordagem do Letramento Acadêmico junto da perspectiva dialógica de linguagem postulada por Bakhtin/Volochinov (1992) permitem conceber o enunciado como fruto de um processo de interlocução, fato que revela a existência de tensões e de conflitos oriundos das relações entre os sujeitos. No âmbito acadêmico, gêneros acadêmicos diversos são produzidos, como o artigo científico para publicação em periódico. De acordo com sua área de conhecimento, o artigo está submerso em todo um processo de produção e de circulação do conhecimento, fato que justifica a necessidade de situar as práticas letradas acadêmicas, de modo a vislumbrar os elos dialógicos que estabelecem com tantos outros discursos.

Segundo Pasquotte-Vieira (2014, p. 71-72), é preciso, então, compreender, a escrita acadêmico-científica em meio a um processo que integra o papel do sujeito discursivo, os espaços de discussão, de negociação, as normas de produção, dentre outros fatores, segundo as "relações de poder existentes no processo de interlocução [que envolve a escrita acadêmica]". Os diálogos estabelecidos entre os periódicos e os discursos permitem compreender o letramento acadêmico presente no contexto universitário não apenas em seu âmbito, mas envolto por questões, como as políticas científicas, as propostas dos discursos oficiais.

Curry e Lillis (2014) consideram as práticas de publicação como estando implicadas na dinâmica de poder global por meio de relações de hierarquia, pois escrever para publicar pressupõe práticas, como tomadas de decisões relacionadas a qual periódico submeter o texto, negociações com as normas de publicação e revisores. Para as autoras (2006, 2010, 2014), a escrita acadêmica é uma prática mediada no âmbito da "natureza institucional e política", não se restringindo ao nível da interação entre indivíduos somente. Nesse sentido, entendo os discursos institucionais, juntamente com as normas de produção, como elementos que exercem o papel de mediadores/*brokers* (LILLIS; CURRY, 2006, 2010), haja vista suas influências no processo de produção da escrita acadêmico-científica.

Existem, portanto, relações envolvendo todo o processo de produção e de circulação do conhecimento. Há, inicialmente, o discurso oficial postulando normas e posturas de escrita e de pesquisa. Em diálogo, há os periódicos que buscam atender as necessidades impostas, ao mesmo tempo em que abordam temáticas e problemáticas envoltas em sua comunidade acadêmica. Há, ainda, o sujeito pesquisador que analisa, produz e procura a publicação e a circulação do seu saber dentro da comunidade, fato que o constitui como indivíduo inserido dentro de sua esfera comunicativa. Todos esses diálogos instaurados representam modos culturais de utilização da linguagem. Dessa forma, justifica-se a

necessidade de compreensão dos discursos oficiais que constituem um dos elos constituintes do processo de escrita acadêmico-científica.

4.1 A CIÊNCIA NO BRASIL: A ESCRITA CIENTÍFICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Nesta seção, são destacados os principais documentos oficiais que regem o Ensino Superior Brasileiro, assim como o desenvolvimento da pesquisa científica no país: a CF, a LDB, o PNE e os discursos das agências de fomento. A busca para destacar esses e outros instrumentos que auxiliam a compreensão dos discursos escritos se dá em virtude do objetivo desta tese em dialogar com uma perspectiva ideológica de letramento (STREET, 1984), demarcando que os usos da escrita acadêmica não podem ser tratados como neutros, universais, pois são socialmente determinados, sofrem influência do meio, no caso dos documentos de órgãos oficiais.

No âmbito dos discursos oficiais, a leitura e a análise possibilitaram perceber discursos com uma tendência voltada àquilo que é democrático e àquilo que é deliberativo, constituindo-se duas categorias de análise sobre os documentos oficiais: (1) discurso democrático no trato da ciência e (2) discurso deliberativo no trato da ciência.

Na realidade, a descrição e a análise dos discursos oficiais caracterizam de que forma essa voz oficial influencia na produção da ciência no país, haja vista que se instaura um diálogo entre o texto a ser produzido e seus interlocutores. Bakhtin/Volochinov (1992) e Bakhtin (2003) apontam tipos de interlocutores, podendo os discursos oficiais ser entendidos como o "interlocutor terceiro" que representa um horizonte social definido e que estabelece determinada criação ideológica do grupo social. Logo, além dos interlocutores reais que o produtor do enunciado encontra no momento da produção, há a voz de um terceiro no diálogo, caracterizada pela comunidade da qual faz parte, assim como pelos textos oficiais que circundam as práticas de produção científica. Por meio da descrição e da análise dos discursos, será possível verificar o papel exercido pela voz oficial no trato da ciência.

4.1.1 Discurso democrático no trato da ciência

4.1.1.1 A educação superior e a pesquisa na Constituição Federal de 1988

Na CF, a educação superior é tratada na seção 1 do Capítulo 3, do Título VIII – da Ordem Social, do artigo 206 até o 214. O direito à educação está previsto no art. 6.º (CF, BRASIL, 1988, p. 18): "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o

lazer, [...], na forma dessa Constituição." (CF, BRASIL, 1988, p. 18). O primeiro direito social é a educação, devendo haver acesso a ela, embora não sejam todos os níveis obrigatórios e gratuitos.

Para a CF, o nível obrigatório e gratuito de ensino é somente o fundamental, não recebendo o ensino superior atenção nesse sentido. Conforme Cezne (2006), prevê-se o acesso aos níveis mais elevados de ensino condicionado às capacidades de cada um (conforme o inciso V do art. 208), havendo a necessidade de se tornarem públicos a forma e os critérios de seleção utilizados, tanto em relação às instituições públicas quanto privadas.

Para compreender o papel da universidade, deve-se analisar o art. 207 (CF, BRASIL, 1988, p.121): "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". As universidades, então, apresentam o dispositivo referente à autonomia universitária, ou seja, não ficam dependentes de órgão governamental mantenedor. Pensava-se, assim, que, por meio da aplicação do artigo, as universidades pudessem exercer essa autonomia, a fim de se tornarem verdadeiras entidades produtoras de conhecimento, voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, já que a autonomia deve ser instrumento de consecução de sua finalidade social.

Tal autonomia universitária apresenta limites constitucionais que se expressam por meio de seus componentes: a autonomia didática, a autonomia científica, a autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial. Quanto à autonomia didática, refere-se à definição da relevância do conhecimento a ser transmitido, bem como de sua forma de transmissão (MALISKA, 2001, p. 269); associando-se a ela, há a autonomia científica, como expressão do princípio expresso no art. 206, II, a "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber", expressa por meio da autonomia coletiva da instituição (autonomia organizacional na organização das disciplinas) e da autonomia pessoal do professor universitário, em termos de pesquisar e de ensinar o que crê ser verdade (MALISKA, 2001, p. 271). Relaciona-se esta também com a autonomia de gestão financeira e patrimonial, pois, por meio da autonomia científica, pode-se garantir a possibilidade de sobrevivência às áreas de pesquisa que não possuam imediata relevância política ou econômica (LOPES, 1999, p. 227).

A ciência busca, por meio da universidade, sua produção, sua divulgação e sua circulação em âmbito acadêmico. A autonomia da universidade dialoga com tais objetivos da ciência, tendo em vista que as pesquisas são efetivadas no âmbito acadêmico e há autonomia e incentivo para que elas sejam realizadas e divulgadas. Ao considerar os Programas de

Graduação e de Pós-Graduação do país, existe constantemente a busca pela produção e pela publicação de conhecimentos por meio de periódicos científicos, tanto que, em muitos locais, são desenvolvidos periódicos especializados que recebem apoio do governo para serem mantidos. Nesse sentido, por meio da autonomia científica que as áreas possuem, elas podem e devem publicar, mantendo suas notas de avaliação de Programa, no caso da pós, e a sobrevivência das áreas de pesquisa. Isso caracteriza a autonomia de gestão financeira patrimonial, já que, mais do que ter a liberdade de autonomia científica, cabe à universidade promover a disseminação dos conhecimentos, por meio de suas pesquisas e de sua divulgação, a fim de manter seus cursos e seus programas.

Por meio da leitura da CF, enviesada para a questão da pesquisa e da ciência, constata-se a real preocupação em possibilitar aos cidadãos um ensino superior que preze o ensino, a pesquisa e a extensão, mas sem muitas especificações quanto a isso. Assim, os documentos posteriores à CF a trazem como elemento de base para pensar e discutir os postulados a respeito do ensino superior e da pesquisa.

4.1.1.2 A educação superior e a pesquisa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/96

A LDB é um instrumento legal que impulsionou a organização das universidades. Em seu Título primeiro, a LDB trata "Da Educação" e já ocorre a menção ao aspecto da pesquisa: "Art. 1.° A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa [...]" (LDB, BRASIL, 1996, p. 1, grifos nossos).

Além disso, concebe-se a educação escolar, de modo geral, como vinculada ao "mundo do trabalho e à prática social" (art. 1, § 2.º); tal pressuposto é reforçado também pelo art. 2.º: "A educação [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Os princípios do ensino, presentes no art. 3.º, já demarcam um diálogo com a CF: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, havendo a ampliação disso, ao propor liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o saber. O sujeito, então, deve ter acesso à escola, tendo como dois de seus princípios a pesquisa e a divulgação do saber que pode ser entendida como a publicação científica do conhecimento, que se dá, por exemplo, por meio dos periódicos científicos.

No art. 43 (LDB, BRASIL, 1996, p. 16), trata-se da finalidade da educação superior, voltando-se mais para a discussão em relação à pesquisa dentro da universidade e

sobre publicação, ou seja, divulgação da ciência. Já no inciso I, "estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico" (LDB, BRASIL, 1996, p. 16, grifos nossos), destaca-se que a universidade, por meio da criação cultural e do desenvolvimento do espírito científico, pode possibilitar o pensamento reflexivo, partindo-se do pressuposto de que o estudo da ciência, independentemente da área, pode levar à reflexão sobre a realidade. Todo esse estímulo para a formação advém da busca em possibilitar a formação de sujeitos aptos a serem inseridos nos mais diversos setores profissionais (Inciso II, "[...] aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira [...]"), levando ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

O foco na atitude participativa que o sujeito pode exercer posteriormente na sociedade é algo muito evidente na LDB, buscando-se a socialização dos saberes e do sujeito. Tendo em vista o objetivo exposto e pensando nas teorias voltadas ao letramento, é possível questionar: de que forma ocorre o processo de ensino e de aprendizagem da escrita nas universidades? Uma das respostas à pergunta seria o foco no modelo de socialização acadêmica (LEA; STREET, 1998, 2006), ou seja, os indivíduos assimilam os modos de falar, de raciocinar, de escrever dentro dos padrões valorizados pela universidade, vislumbrando suas futuras práticas dentro da própria universidade ou fora dela. Há, assim, uma forma de socialização dos saberes, assumindo que a academia é uma cultura homogênea na qual as normas e práticas devem ser aprendidas, a fim de proporcionar o acesso aos setores da instituição.

Diante do objetivo de formar sujeitos reflexivos e atuantes socialmente, busca-se incentivar, conforme o Inciso III, "o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura". Logo há um destaque bastante relevante à questão da pesquisa e da investigação científica, que é apenas pontuada na CF (BRASIL, 1988), pressupondo-se que é por meio desses recursos que os sujeitos serão formados e poderão atuar socialmente.

Se, de um lado, espera-se que a universidade incentive a produção da pesquisa e da ciência, de outro, busca-se promover a divulgação desse conhecimento cultural, científico e técnico, comunicando os saberes por meio do ensino e de publicações. Diante disso, é possível afirmar que todo o processo atual de realização da pesquisa, da escrita científica, da produção do conhecimento e de sua divulgação parte de um denominador comum, ou seja, daquilo que está postulado principalmente na LDB, influenciada pela CF (BRASIL, 1988).

No inciso VI, aborda-se a necessidade de levar ao acadêmico os conhecimentos dos problemas do mundo em âmbito nacional ou regional, fazendo que toda a produção da

ciência realizada seja motivada e justificada por eles. Após o estudo desses problemas e das necessidades regionais, por exemplo, espera-se "prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" (Inciso VI), promovendo também, conforme inciso VII, atividades de extensão.

Tais postulados são retomados novamente dentro da LDB no art. 52 (BRASIL, 1996, p. 18):

> Art. 52º. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
> I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (BRASIL, 1996, p. 18, grifos nossos).

Assim, há o foco na produção da ciência quanto às práticas de pesquisa e de extensão, esperando-se que haja a publicação dos materiais encontrados e que eles retornem, de alguma forma, para a realidade da qual o indivíduo faz parte. Isso leva o sujeito a se considerar *insider* (GEE, 2001) na esfera acadêmica, assim como em sua sociedade. Desse modo, é possível afirmar que é reforçado o caráter social, situado e histórico do letramento, que é responsável por caracterizar a *condição* letrada do sujeito, em um espaço situado socialmente e em um momento particular e histórico de sua trajetória pessoal e social, isto é, sua formação universitária.

Dessa forma, o atual papel assumido pela universidade, seja ela pública ou privada, é o de relacionar a formação intelectual dos alunos ao mundo do trabalho, sem deixar de gerar, de manter e de expandir novos conhecimentos por meio da pesquisa (LORGUS, 2009). Há um modelo de educação superior no Brasil que foca a formação específica de caráter profissionalizante, em detrimento da formação geral, a fim de atender as demandas mercadológicas. Tal postura é repensada e reformulada no PNE.

4.1.1.3 A educação superior e a pesquisa no Plano Nacional da Educação (PNE)

O PNE de 2014-2024[20], sancionado em junho de 2014 com a Lei 13.005, define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. Ele resulta do disposto no Art. 214, da CF, tendo como objetivo "definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino [...] que conduzam

[20] Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/pne-2014-20241.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

a: [...] V - promoção humanística, científica e tecnológica do País [...]" (BRASIL, 1988, p. 123, grifos nossos).

O PNE de 2014 traça vinte metas a serem alcançadas até o ano de 2024, perpassando a questão dos ensinos infantil, fundamental e médio. No PNE de 2010, a missão do ensino superior é evocada, não sendo retomada no PNE de 2014. De modo geral, a educação superior é concebida como instituição que, além da tarefa de reunir a formação intelectual e o trabalho, como se vê na LDB, deve também buscar incentivar a pesquisa como elemento dos processos de ensino e de aprendizagem em toda a educação superior, tendo o acadêmico como membro efetivo desse processo, logo "a produção de conhecimento [...] é a base do desenvolvimento científico e tecnológico [...]" (PNE, BRASIL, 2010, p. 41).

Embora não marcada no atual plano, a missão é mantida e considera a universidade como instituição que, além da tarefa de reunir a formação intelectual e o trabalho, deve também buscar incentivar a pesquisa. O núcleo estratégico do sistema de educação superior é composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão. A missão desse núcleo é contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais. A universidade constitui, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica.

Conclui-se, assim, que, nas universidades, o sujeito se apropria do saber "que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos" (PNE, BRASIL, 2010, p. 42). Tem-se, então, a mesma noção proposta pela LDB no sentido de promover o conhecimento dentro da universidade e de, alguma forma, o indivíduo auxiliar no desenvolvimento do país. Não há marcas tão evidentes da inserção do indivíduo em práticas sociais de trabalho, mas há, por outro lado, um foco bastante relevante no âmbito da pesquisa, conforme se destaca na sequência.

Ao enfocar o aspecto da pesquisa, da produção científica e da circulação da ciência no âmbito do ensino superior, verificam-se estratégias propostas pelo PNE 2014-2024, que são destacadas a seguir:

> **12.11)** Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, [...] **Meta 13**: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente [...] **13.5)** Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade para a pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação *stricto sensu.* [...] **13.7)** fomentar a

> formação de consórcios entre instituições públicas de ensino superior [...] assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. [...] **14.6)** Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão. [...] **14.9)** Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação (PNE, BRASIL, 2014, p. 14, 15 e 16, grifos nossos).

Essas estratégias apontam o forte papel que o ensino da pesquisa e a formação de pesquisadores apresentam para o desenvolvimento da realidade educacional do país. Há a busca pela elevação da qualidade da educação superior, propondo-se a ampliação de mestres e de doutores do corpo docente dos sistemas de ensino, conforme Meta 13. Nesse sentido, aborda-se a noção do fomento (estratégias 12.11, 13.7), denotando o incentivo à pesquisa, articulando a formação do sujeito, o currículo acadêmico e o mundo do trabalho, demarcando a participação efetiva dos indivíduos nas práticas de pesquisa, o que, de certa forma, retoma os postulados da LDB.

Outro ponto de destaque é a necessidade de intercâmbio de forma a promover a circulação dos estudos produzidos dentro do interior da universidade. Almeja-se, então, institucionalizar as pesquisas, buscando-se o padrão de qualidade, tendo em vista o ensejo pela excelência das IES. Logo, para a efetiva promoção da ciência nacional, espera-se a existência de consórcios entre instituições públicas, "assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão" (Estratégia 13.07). Há, então, no PNE 2014-2024, a necessidade de fortalecer o papel da universidade frente às outras instituições de ensino, demarcando-se a relevância da circulação não apenas nacional dos resultados das pesquisas, mas também internacional, reflexo de políticas que priorizam a internacionalização da ciência.

Antes de mencionar os outros discursos oficiais, como das agências de fomento e do CNPq e da Capes, ressalta-se uma postura presente nos três discursos analisados até o momento (CF, LDB, PNE), no que tange ao ensino superior, à ciência e à sua divulgação: um discurso mais democrático no trato da ciência. Isso quer dizer que tais temas são abordados de forma a privilegiar, sem enfoque em normas, em diretrizes para guiar a produção científica, a liberdade de aprender, ensinar e divulgar os pensamentos, conforme a Constituição postula. Consequentemente, os documentos subsequentes buscam a reafirmação de tal tese, indicando-se a necessidade de a universidade estimular a produção cultural, focando nos usos dos conhecimentos que são advindos do universo acadêmico, em momentos sociais, assim como se observa nos discursos da LDB. Tendo em vista que o ato de estudar, de produzir e de

divulgar é direito de todos, a universidade deve promover isso, possibilitando ao sujeito o acesso aos conhecimentos que, posteriormente, serão usados em circunstâncias sociais, dando abertura para o discurso do PNE de que a universidade deve reunir a formação intelectual e o trabalho.

Na sequência, destaco os discursos oficiais das agências de fomento, assim como do CNPq e da Capes, que apresentam um caráter mais deliberativo, isto é, ditam o que deve ser realizado no trato da ciência.

4.1.2 Discurso deliberativo no trato da ciência

4.1.2.1 Normas de escrita científica no discurso das agências de fomento nacionais

Hoje, há, no Brasil, cerca de 25 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). O apoio dessas agências é voltado principalmente às bolsas de pós-graduação e auxílio à pesquisa. De acordo com Francisco Romeu Landi, Diretor Presidente da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo), há também uma pequena contribuição para a iniciação científica, que é destinada aos estudantes de graduação. A criação e o funcionamento das FAPs não são determinados por lei federal, não constando na CF, mas somente no PNE. A Constituição Federal apenas autoriza os estados a criarem suas FAPs, mas não existe obrigatoriedade no processo. Os recursos das fundações, portanto, vêm do orçamento dos respectivos estados dos quais fazem parte.

A fim de melhor articular os interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa, fundou-se, em 2006, o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – Confap, uma organização sem fins lucrativos, que agrega as agências. De acordo com o Estatuto do Confap, o seu objetivo maior é de coordenação e de articulação dos interesses das Fundações Estaduais, contribuindo para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Busca-se, então, fazer das agências os agentes operacionais "que apoiam, formulam, implementam e desenvolvem regionalmente ciência, tecnologia e inovação" (art. 2.º, inciso d); nesse sentido, há o enfoque atribuído à questão estadual de produção e a possibilidade de divulgação dos trabalhos realizados[21].

A partir do exposto, por meio de sites de pesquisa na internet, selecionaram-se as FAPs dos respectivos estados brasileiros, tentando verificar o que cada uma delas ofertava em relação à pesquisa ou à escrita científica na academia.

[21] Dados disponíveis em: <http://confap.org.br/news/estatuto-do-confap/>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

Quadro 2 - Agências de Fomento nacionais

REGIÃO CENTRO-OESTE
DF: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – **FAP**; **GO**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – **FAPEG**; **MS**: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – **FUNDECT**; **MT**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – **FAPEMAT**.
REGIÃO NORDESTE
AL: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – **FAPEAL**; **BA**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – **FAPESB**; **CE**: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **FUNCAP**; **MA**: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – **FAPEMA**; **PB**: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – **FAPESQ**; **PE**: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – **FACEPE**; **PI**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – **FAPEPI**; **RN**: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – **FUNPEC**; **SE**: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – **FAPITEC**.
REGIÃO NORTE
AC: Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – **FUNTAC**; **AM**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – **FAPEAM**; **PA**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – **FAPESPA**; **RO**: Fundação de Apoio a Pesquisa Científica, Educacional e Tecnológica de Rondônia – **IPRO**; **TO**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins – **FAPT**.
REGIÃO SUDESTE
ES: Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – **FAPES**; **MG**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – **FAPEMIG**; **RJ**: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – **FAPERJ**; **SP**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – **FAPESP**.
REGIÃO SUL
PR: Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná – **FUND ARAUCÁRIA**; **RS**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – **FAPERGS**; **SC**: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – **FAPESC**.

(Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Agencias-de-Fomento>. Acesso em: 12 de agosto de 2014).

A partir do levantamento realizado, verifiquei que as agências de fomento solicitam daqueles que buscam uma bolsa de estudo o preenchimento de formulários e a produção de, pelo menos, dois gêneros discursivos específicos: relatório científico e projeto de pesquisa. Ambos, nesse caso, apresentam a mesma forma composicional, variando apenas a quantidade de páginas (entre 15 e 20 páginas), o tipo da fonte (Times New Roman ou Arial), o tamanho da fonte (11 ou 12), o espaço entre linhas (simples ou 1,5). Quanto à forma composicional, há a recorrência dos seguintes itens:

Quadro 3 - Forma composicional dos textos solicitados pelas agências de fomento

I – **Identificação do Processo**
- **Título do Projeto**
- Número do processo
- Modalidade do auxílio
- Informar se o Relatório é Parcial ou Final

II – **Área de Conhecimento** (**Código do CNPq)**
III – **Coordenador e Equipe ou Bolsista e Orientador**
IV – **Local de Execução**
V – **Resumo**
- Objetivos
- Métodos
- Resultados

VI – **Introdução**
Descreva objetivamente (utilizando bibliografia especializada) o problema a ser estudado. (Texto limitado a duas páginas).
VII – **Justificativa**
Fundamente a proposta do projeto, indicando sua relevância científica. (Texto limitado a uma página).
VIII – **Objetivos**
- **Geral**

Sintetizar, de forma clara e objetiva, a finalidade geral do projeto. (Texto limitado a dez linhas).
- **Específico**

Indique todos os objetivos específicos a serem alcançados. (Texto limitado a uma página).

IX – **Metodologia**
Descreva a metodologia a ser empregada na execução do projeto e a estratégia adotada para alcançar os objetivos propostos. (Texto limitado a três páginas).
RESULTADOS, PRODUTOS, AVANÇOS E APLICAÇÕES ESPERADAS.

X – **Etapas do Cronograma ou Plano de Trabalho**
XI – **Resultados e Discussão**
XII **– Conclusão**
Informe, caso julgue necessário, outros critérios que possam ser considerados na avaliação de sua proposta ou alguma informação adicional que, a seu juízo, seja relevante para a elucidação, compreensão ou apreciação de seu projeto. (Texto limitado a uma página).

XIII – **Referências Bibliográficas**

Fonte: A autora.

Solicita-se, então, o encaminhamento às agências de um projeto com uma configuração bastante padrão, independentemente da área de estudo na qual o sujeito esteja inserido. Pede-se a área de conhecimento do CNPq na qual o projeto se insere, contudo tal informação é apenas para classificação do estudo em Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Agrárias, Engenharias.

O foco das agências de fomento, tendo em vista a avaliação da pesquisa a ser financiada, recai na produção dos projetos de pesquisa e não em artigos. Estes serão produzidos posteriormente como resultados das pesquisas realizadas, vislumbrando-se a divulgação das constatações alcançadas. Embora o projeto e o artigo sejam gêneros discursivos diversos, a forma composicional do primeiro dialoga diretamente com a forma do

artigo, no sentido de que ambos apresentam introdução, justificativa, metodologia, resultados, discussão e conclusão. Portanto, há uma proximidade entre as formas composicionais de tais gêneros acadêmicos, muito embora a finalidade de cada um deles seja diversa: um objetiva financiamento para pesquisa e o outro a divulgação de resultados de um estudo já concluído.

As informações contidas nos sites das agências parecem muito padronizadas, entretanto aquela que parece buscar detalhar melhor a questão da escrita científica é a Fapesp, haja vista que disponibiliza um documento intitulado *Boas práticas científicas – documentos de interesse relacionados com boas práticas na pesquisa científica*[22], além de um *Código de Boas Práticas Científicas* (2012).

O primeiro documento busca informar aos estudiosos alguns endereços presentes na internet onde podem ser consultados manuais, análises e referências gerais que tratam das "Boas práticas em pesquisa". Esse documento sugere materiais que tratam especificamente de questões éticas relacionadas à pesquisa, indo além da mera descrição de elementos que compõem o texto a ser submetido, como os manuais de procedimentos da *National Science Foundation* (www.nsf.gov/oig/resmisreg.pdf) e o código de conduta das agências australianas de fomento (www.nhmrc.gov.au/_files_nhmrc/publications/attachments/r39.pdf).

Há o enfoque, então, em um dos elementos que perpassa o caminho do pesquisador em sua rotina de produção e de divulgação da ciência: o aspecto ético, a necessidade de o trabalho estar em consonância com os pressupostos estabelecidos pela comunidade acadêmica para as pesquisa que envolvem seres humanos. Tal preocupação é apresentada, por exemplo, em alguns periódicos que abordam, em suas normas de submissão, a aprovação do trabalho em um Comitê de Ética, como ocorre na área de Saúde.

O *Código de Boas Práticas Científicas* (2012) foi estabelecido com base na experiência internacional no tratamento da questão da integridade ética da pesquisa, acumulada nas últimas décadas. Esse Código estabelece diretrizes éticas para as atividades científicas dos pesquisadores pertencentes à Fapesp, sendo aplicável também "às instituições e organizações de qualquer natureza, públicas ou privadas, que se apresentem perante a FAPESP como sedes de atividades científicas e aos periódicos científicos apoiados pela FAPESP" (FAPESP, 2012, p. 9). Tais questões éticas são abordadas por alguns periódicos de certas áreas de conhecimento, conforme discussão apresentada na seção 4.2.3.

Após a apresentação geral, o Código define "atividade científica", "pesquisa científica" e "ciência". No primeiro caso, há atividades que visam à concepção e à realização

[22] Disponível em: <http://www.fapesp.br/6574>. Acesso em: 20 jul. 2013.

das pesquisas científicas, "à comunicação de seus resultados, à interação científica entre pesquisadores e à orientação ou supervisão de processos de formação de pesquisadores" (FAPESP, 2012, p. 9). Já a pesquisa científica tem o foco na investigação original que busque contribuir para a constituição de uma ciência, entendida como

> [...] todo corpo racionalmente sistematizado e justificado de conhecimentos, obtido por meio do emprego metódico da observação, experimentação e raciocínio. Essa definição ampla aplica-se às chamadas Ciências Exatas, Naturais e Humanas, bem como às disciplinas tecnológicas e àquelas ordinariamente incluídas entre as chamadas Humanidades (FAPESP, 2012, p. 9).

As diretrizes propostas tratam da integridade ética da pesquisa científica, isto é, dos valores e dos padrões éticos de conduta que derivam direta e especificamente do compromisso do cientista com a finalidade mesma de sua profissão: "a construção coletiva da ciência como um patrimônio coletivo" (FAPESP, 2012, p. 9). Tais diretrizes auxiliam, então, na construção coletiva da ciência, tendo em vista as comunidades científicas nas quais os pesquisadores desenvolvem seus estudos.

Após discutir a noção de comunidade científica, o Código postula que sua aplicação não seja mecânica, pois pode requerer interpretação "à luz das circunstâncias particulares em que as pesquisas se realizem, e também a consideração conjunta de valores mais específicos, derivados da singularidade dos diferentes campos e modalidades da pesquisa científica" (FAPESP, 2012, p. 10). O código não visa, assim, à padronização no desenvolvimento da pesquisa.

Conforme o Código, é preciso que o cientista se guie com *"honestidade intelectual, objetividade e imparcialidade, veracidade, justiça e responsabilidade"* (FAPESP, 2012, p. 12, grifos do autor), fazendo com que esses valores prevaleçam na atividade de pesquisa, pois possibilitam a construção, a apropriação e o usufruto coletivos da ciência. Fato que reforça a noção de comunidade científica.

Assim como ocorre com os periódicos científicos, o pesquisador, ao propor um projeto de pesquisa à Fapesp, deve buscar oferecer uma contribuição que julgue original e relevante à ciência, além de ter que expor, com precisão e objetividade, os fatores positivos e negativos capazes de influenciar a determinação do grau de originalidade, da relevância e da viabilidade do projeto.

Após a realização da pesquisa, chega o momento da comunicação de seus resultados, a qual é realizada por meio de um trabalho científico, por exemplo. Nele, o pesquisador deve expor os dados com precisão, assim como todos os procedimentos que

desenvolveu. Nesse sentido, segundo o Código (FAPESP, 2012), após a publicação dos resultados, os registros da pesquisa devem ser acessíveis a outros pesquisadores, com o intuito de que possam verificar a correção da pesquisa, replicá-la ou dar-lhe continuidade.

4.1.2.2 Política científica e circulação do conhecimento: a pesquisa e os periódicos no discurso do CNPq e da Capes

Quando se trata de política científica, Guimarães (2003) afirma que há certo tipo de controle do que se deve ou não pesquisar, ou do que é mais necessário pesquisar. Existem, dessa forma, um tipo de controle na política científica, que delimita o que deve ser pesquisado e o que deve ser priorizado nas pesquisas. Nesse sentido, pode-se versar sobre os letramentos dominantes (HAMILTON, 2002), haja vista que as práticas de produção e de circulação da ciência se configuram como formas de letramento dominante dentro da esfera acadêmica, sendo reguladas e organizadas socialmente pela comunidade científica e pela política, cabendo aos sujeitos incorporar as práticas sociais de escrita, assumindo-as (SOARES, 2006).

Hoje, põe-se para o próprio campo da ciência a questão de seus limites. Hobsbawn (1994) questiona quem deve formular e realizar políticas científicas e por quais critérios. Para o autor, "tornou-se cada vez mais óbvio, pelo menos para os cientistas, que era necessário não apenas financiamento público, mas uma pesquisa organizada publicamente" (HOBSBAWM, 1994, p. 525), ou seja, uma pesquisa que fosse organizada com objetividade ou visibilidade pública. O processo de institucionalização da ciência brasileira vai sendo construído a partir do final do século XIX, com a criação de institutos de pesquisas, colégios e faculdades, com investimento na formação de especialistas, com a criação das universidades no século XX e, sobretudo, com a criação de dois organismos oficiais de fomento à pesquisa: o CNPq e a Capes, criados em 1951.

Em 1974, o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq foi transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES tornou-se, em 1961, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Dois importantes órgãos de fomento à pesquisa criados para estabelecer diretrizes para uma política científica no Brasil.

Outras instituições, além do CNPq e da Capes, tiveram sua relevância para a institucionalização da ciência no Brasil. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC foi criada em 1948 com a principal finalidade de promover o desenvolvimento da ciência no país; a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, criada

em 1960, entrando em funcionamento em 1962, tem a finalidade de dar amparo à pesquisa científica no estado de São Paulo, contando com recursos de 0,5 % da arrecadação do Estado. Além disso, há fundações de amparo à pesquisa em muitos estados, conforme já destacado.

O CNPq e a Capes investem na produção científica do país, tanto no ensino médio quanto no ensino superior, a partir de programas de concessão de bolsas de estudo e de investimentos em cursos e realizando ações, como "apoio financeiro à editoração e publicação de periódicos, à promoção de eventos científicos e à participação de estudantes e pesquisadores nos principais congressos e eventos nacionais e internacionais na área de ciência e tecnologia[23]". A criação dos órgãos de fomento e o desenvolvimento de suas ações possibilitaram a multiplicação dos cursos superiores no Brasil e, com eles, um grande número de pesquisadores foi formado para desenvolver a ciência e a tecnologia no país.

Os pressupostos a respeito da Capes e do CNPq regem todo o processo de produção, de fomento e de divulgação da ciência, sendo relevante detalhá-los. Além disso, serão mencionados outros discursos que estão interligados à Capes – que rege a política de avaliação – e ao CNPq – voltado à política de financiamento, como os discursos da Política Científica – MCTI e da Política de Circulação – SciELO/ISI. Tal relação entre as políticas ocorre, segundo Hayashida (2012), para que haja a produção e a circulação da ciência, por meio dos periódicos.

Em sua tese, a autora (2012) trata dessas políticas, ordenando-as em: política científica, política de financiamento, política de avaliação e política de circulação. Pauto-me nessa sistematização para abordar os aspectos correspondentes a cada uma delas.

4.1.2.2.1 Política Científica

Segundo o site oficial, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI[24] foi criado em 1985, constituindo-se como um órgão da administração direta, apresentando os seguintes assuntos como suas competências: "política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação", dentre outros.

Diante da incorporação das duas agências brasileiras de fomento (Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e o CNPq), coube ao MCTI a coordenação dos programas e das

[23] Dados disponíveis em: <http://www.cnpq.br/web/guest/bolsas-e-auxilios>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.
[24] Dados disponíveis em: <http://www.mcti.gov.br/o-mcti>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

ações que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo como objetivo: "transformar o setor em componente estratégico do desenvolvimento econômico e social do Brasil, contribuindo para que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade".

Os órgãos que compõem o MTC são os seguintes: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; Agência Espacial Brasileira – AEB[25], dentre outros. É por meio do diálogo entre essas instituições que o MCTI desenvolve pesquisas e estudos que buscam gerar conhecimentos e novas tecnologias.

O MCTI promove conferências nacionais com o objetivo de tratar de ciência e tecnologia. Em 2010, realizou-se a quarta conferência que teve suas propostas organizadas no Livro Azul[26]. Neste, verifica-se que o Ministério da Ciência e Tecnologia nasceu "sob a égide da Primeira Conferência, convocada em 1985 [...] Outras duas conferências se seguiram em 2001 e 2005, cada uma constituindo-se em democrático espaço para a discussão de temas mais relevantes a época" (BRASIL, 2010, p. 17).

Mesmo diante da busca em promover a circulação e o trabalho efetivo com a ciência, constatam-se, segundo Hayashida (2012), problemas que comprometem o desenvolvimento dos periódicos científicos, como irregularidades nas publicações e ausência de normas para os artigos e para as revistas. Diante disso, as agências de fomento procuram alterar essa realidade por meio do *Auxílio à editoração e publicação,* criado pelo CNPq, e o programa *Qualis* e o *Portal de Periódicos*, efetivado pela Capes. Além disso, "algumas FAPs têm investido recursos para garantir a periodicidade dos periódicos e a SciELO ao longo dos anos tem desenvolvido uma política de circulação e de indução" (HAYASHIDA, 2012, p. 168).

Na sequência, são abordados os pressupostos voltados à política de financiamento.

4.1.2.2.2 Política de Financiamento

Em âmbito nacional, o CNPq se configura como a agência MCTI voltada ao fomento de pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a

[25] Dados disponíveis em: <http://www.sergipetec.se.gov.br/parceiros/421/MCTI---Ministerio-da-Ciencia,-Tecnologia-e-Inovacao.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.
[26] Dados disponíveis em: <www.cgee.org.br/atividades/redirect/6820>. Acesso em: 01 jul. 2014.

pesquisa. Em nível estadual, cada região tem buscado desenvolver uma maneira de investir na pesquisa local, constituindo uma FAP, conforme já apontado na seção 4.1.2.1.

No site oficial da agência[27], são apresentadas diversas ações que buscam auxiliar no desenvolvimento e na divulgação da ciência no Brasil, a saber: "apoio financeiro à editoração e publicação de periódicos [...] promoção de eventos científicos e participação de estudantes [...] modalidades de bolsas de formação e fomento a pesquisa [...]". Há, então, a ação voltada ao *Auxílio à editoração* – EAD, por meio das normas gerais e específicas[28], evidenciadas no "Anexo V" do documento. Ele postula o apoio e o incentivo à editoração e à publicação de periódicos brasileiros em todas as áreas do conhecimento, priorizando "o apoio aos periódicos divulgados por meio eletrônico (em modo de acesso aberto) ou de forma impressa/eletrônica simultaneamente". Além disso, postula que "as publicações devem ser mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e que contribuam para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo dos periódicos, para a divulgação no Brasil e no exterior".

Em sua pesquisa, Hayashida (2012) analisou os editais de editoração, no período de 2003 a 2010, e constatou a ampliação dos pré-requisitos para concessão dos recursos, reflexo de como cada momento histórico compreendia o periódico científico. Para a autora (2012, p. 187), ao definir os critérios e requisitos, os editais revelam a elaboração "de uma política para circulação do conhecimento científico no Brasil, bem como um padrão do que deve ser um periódico científico de qualidade".

Sendo assim, há, com o passar dos anos, uma rigidez nos critérios, haja vista que, em 2003, a revista deveria "apresentar 50% de artigos científicos originais e, em 2010, esse percentual sobe para 80%" (HAYASHIDA, 2012, p. 187). Em análise no site do CNPq, constatei que, em 2011, mais um edital foi lançado (Chamada MCTI/ CNPq/MEC/CAPES N.º 15/2011), no entanto, são destacados os mesmos critérios mencionados no ano anterior. Exige-se, então, que as revistas percam o caráter departamental, buscando colaboradores de outras instituições nacionais e internacionais, havendo o estímulo para o intercâmbio entre as instituições e os grupos de pesquisa. Ademais, deve haver a política editorial das revistas, apresentando revisão por pares. Sendo assim, "os avaliadores/árbitros (*referees*) lidam com o imaginário do rigor científico e com artigos que sejam originais submetidos à avaliação [...] os artigos dependem também do prestígio do periódico em que serão publicados"

[27] Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/bolsas-e-auxilios>. Acesso em: 10 set. 2014.
[28] Disponível em: < http://www.cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25480#rn17115>. Acesso em: 10 set. 2014.

(HAYASHIDA, 2012, p. 188). Conforme a autora, o CNPq instaurou várias parcerias à editoração e, em alguns editais, houve parceria financeira com a Capes, adotando-se como critério para seleção as revistas que foram classificadas pelo Qualis.

4.1.2.2.3 Política de Avaliação

De acordo com o histórico[29] do site oficial, a Capes foi criada, em 1951, a fim de garantir a formação de profissionais para atender às "necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". São apresentados quatro focos de trabalho: capacitação de pessoal do nível superior; formulação de política para a pós-graduação; formação de professores na educação básica; elaboração, acompanhamento e coordenação das atividades relativas ao ensino superior. Além dessas informações, em seu site, a agência apresenta uma relação de atividades em desenvolvimento, tais como: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; promoção de cooperação científica internacional.

A Capes apresenta dois programas voltados ao acesso e à divulgação: o Qualis e o Portal de Periódicos. O primeiro é entendido como um programa que "classifica os veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos, cujo objetivo é atender às necessidades específicas da avaliação da pós-graduação realizada por esta agência[30]".

O Qualis, segundo Hayashida (2012), é formado por publicações relatadas anualmente pelos programas de pós-graduação em função do *Coleta de Dados da CAPES*. Além disso, conforme consta no site, a classificação dos periódicos é feita por área de avaliação, enquadrando-se os veículos "em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero".

Para a autora (2012, p. 191), "não dá para se falar em circulação do conhecimento sem levar em conta a política de avaliação da pós-graduação desenvolvida pela CAPES, tendo em vista que essas questões estão intrinsecamente ligadas". Isso porque os cursos de pós são avaliados pela atribuição de uma nota na escala de 1 a 7[31], havendo o acompanhamento do desempenho dos programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Um dos itens que pesam na avaliação é a produção intelectual, logo, a exigência para publicar leva

[29] Dados disponíveis em: < http://www.capes.gov.br/historia-e-missao >. Acesso em: 20 jan. 2014.
[30] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual >. Acesso em: 16 fev. 2014.
[31] A nota 1 e 2 demonstram "decrescimento do programa", 6 e 7 indicam "desempenho de referência e inserção internacional" e 5 é a nota máxima para os cursos de mestrado.

os membros da esfera científica a realizar pesquisas e a publicá-las, visando à continuidade do Programa de Pós-Graduação e à manutenção da excelência do curso. A busca pela publicação advém da necessidade de o sujeito estar inserido no universo acadêmico e fazer parte da comunidade, tendo em vista que, ao divulgar seu estudo, abre-se espaço para novas pesquisas, para novas perspectivas de estudo, evidenciando o sujeito pesquisador.

4.1.2.2.4 Política de circulação

Ao indexar as revistas, os pesquisadores contam com a incorporação de suas pesquisas nas bases de dados nacionais ou internacionais, havendo a estruturação da informação e do conhecimento que passa a se configurar como documentação sobre a atividade científica oficialmente aceita pela comunidade que a gerou (SAYÃO, 1996). Sendo assim, é possível afirmar, segundo o autor, que essas pesquisas adquirem o direito de pertencer à memória oficial da ciência, funcionando como uma memória eletrônica à qual os cientistas recorrem em busca de referências para suas escritas.

Quanto à distribuição da produção bibliográfica por Grande Área do Conhecimento, há uma variação entre elas, conforme o tipo de produção (NEVES, 2002). As Áreas de Ciências Agrárias, seguidas das Áreas de Ciências da Saúde e das Humanas foram as responsáveis pela publicação do maior número de artigos em periódicos nacionais, com percentuais de 24%, 23% e 16%, respectivamente. Relativamente à publicação de artigos em periódicos estrangeiros, o que se verifica é uma baixa produção da Grande Área das Humanidades (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes) a saber, 4,8% do total; e uma maior produção das áreas de Ciências Exatas e da Terra (30,5%) e das Ciências Biológicas (25,5%).

Por outro lado, as Ciências Humanas têm se destacado na produção de livros e de capítulos de livros (em relação a esse tipo de produção, as Ciências da Saúde também publicaram um número expressivo), além de outras publicações bibliográficas.

Na produção de trabalhos em anais de eventos, as Áreas que mais se projetaram foram as Engenharias e as Ciências da Computação (35%), as Ciências Agrárias (17%) e as Ciências Exatas e da Terra (13%).

Existem inúmeras bases de dados disponíveis, como o ISI; no entanto, é preciso que os países em desenvolvimento, assim como o Brasil, instituam mecanismos alternativos às bases de dados internacionais para que haja a difusão nacional e internacional de suas publicações (PACKER, 1998). Sendo assim, o Brasil criou dois instrumentos para difusão e circulação do conhecimento: biblioteca científica e eletrônica da SciELO (*Scientific*

Electronic Library On-line, 1997) e o Portal de Periódicos Capes (2000) que são bibliotecas digitais que disponibilizam diversos títulos de periódicos científicos das várias áreas do conhecimento.

Ao longo dessas seções, delimitaram-se aspectos sobre o discurso científico e as políticas científicas nos documentos e órgãos oficiais, a saber: CF, LDB, PNE, FAP, CNPq e Capes – além de outras políticas, sendo possível o levantamento de características básicas voltadas à produção acadêmica da ciência, por meio do Quadro 4:

Quadro 4 - Produção acadêmica da ciência nos discursos oficiais

CF (BRASIL, 1988)	• CF é o primeiro documento a tratar do direito à educação e, consequentemente, a dar base para discussões envolvendo a produção científica; • o nível obrigatório e gratuito de ensino é somente o ensino fundamental, sendo que o ensino superior não recebe atenção nesse sentido; • universidades: verdadeiras entidades produtoras de conhecimento, voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão; • "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (CF, art. 206).
LDB (BRASIL, 1996)	• busca-se a educação e a pesquisa no ensino superior, pensando justamente no aspecto social do trabalho e do uso social que o indivíduo faz dos conhecimentos (socialização acadêmica); • a universidade deve estimular a criação cultural, desenvolvendo nos sujeitos o espírito científico e, consequentemente, o pensamento reflexivo; • possibilitar o desenvolvimento de sujeitos aptos a serem inseridos nos mais diversos setores profissionais, levando ao desenvolvimento da sociedade brasileira; • incentivar, conforme o Inciso III, "o trabalho de pesquisa e investigação científica"; • comunicar os saberes por meio do ensino e de publicações; • busca pela volta dos conhecimentos para a realidade da qual o sujeito faz parte (*insider*); • o atual papel assumido pela universidade, seja ela pública ou privada, é o de relacionar a formação intelectual dos alunos e o mundo do trabalho.
PNE (BRASIL, 2014)	• a universidade deve reunir a formação intelectual, o currículo e o mundo do trabalho; • necessidade de elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e de doutores do corpo docente em efetivo exercício no ensino superior; • busca da institucionalização da pesquisa, a fim de que haja a elevação do padrão de qualidade; • consórcios entre instituições públicas de ensino superior, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão; • intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.
FAP	• auxílio mediante aprovação de projeto de pesquisa; • projeto com configuração bastante padrão, independentemente da área de estudo na qual o sujeito esteja inserido; • foco na avaliação dos projetos de pesquisa e não em artigos; • a Fapesp busca tratar do aspecto ético da pesquisa, indo além das padronizações, postulando a necessidade de o trabalho estar em consonância com os pressupostos estabelecidos pela comunidade acadêmica para as pesquisas que envolvem seres humanos.
CNPq CAPES	• órgãos de fomento à pesquisa, criados para estruturar uma política científica no Brasil, em 1951; • Política de Financiamento – CNPq/FAP; Política de Avaliação – Capes; Política de Circulação –SciELO/ISI; • consenso na política científica que traz um efeito de unidade da comunidade científica e da

	sociedade em relação aos rumos dados à ciência e à tecnologia; • tal consenso leva à noção de ciência como tradicional, porque é imaginariamente tomada como una, homogênea, hierarquizada, apagando a diversidade teórica; • cada estado tem buscado desenvolver uma maneira de investir na pesquisa local, elaborando uma Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP), contribuindo para o crescimento de ciência e tecnologia no país, sendo que muitas delas financiam publicações científicas em periódicos; • com o advento do meio eletrônico, tem-se priorizado as revistas eletrônicas, em todas as áreas do conhecimento; • concede-se o apoio às revistas que são mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, nacionais e que auxiliem na elevação do nível de qualidade das revistas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, para divulgação no Brasil e no exterior; • os critérios para construção de revistas: devem apresentar 80% de artigos científicos originais; devem perder o caráter departamental, buscando colaboradores de outras instituições nacionais e internacionais, havendo o estímulo para o intercâmbio entre as instituições e os grupos de pesquisa; a política editorial das revistas deve apresentar revisão por pares; • os avaliadores/árbitros (*referees*) lidam com o imaginário do rigor científico e com artigos que sejam originais submetidos à avaliação; • a Capes tem dois programas para acesso e divulgação da produção científica, a saber: o Qualis e o Portal de Periódicos; • os periódicos que participam do Qualis são constituídos por publicações mencionadas anualmente pelos programas de pós-graduação em virtude do *Coleta de Dados da Capes*. • o Conselho Técnico Científico – CTC – postulou que a classificação dos periódicos divulgados no Qualis das áreas fosse formada por oito estratos, respectivamente: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C e com peso zero; • ao indexar as revistas, os pesquisadores contam com a incorporação de suas pesquisas nas bases de dados nacionais ou internacionais, havendo a estruturação da informação e do conhecimento que passa a se configurar como documentação; • as Áreas de Ciências Agrárias, seguidas das Áreas de Ciências da Saúde e das Humanas foram as responsáveis pela publicação do maior número de artigos em periódicos nacionais, com percentuais de 24%, 23% e 16%, respectivamente. Relativamente à publicação de artigos em periódicos estrangeiros, o que se verifica é uma baixa produção da Grande Área das Humanidades (4,8%) e uma maior produção das áreas de Ciências Exatas e da Terra (30,5%) e das Ciências Biológicas (25,5%); • o Brasil criou dois instrumentos para difusão e circulação do conhecimento: SciELO e o Portal de Periódicos Capes.

Fonte: A autora

Por meio da análise realizada, constatei que os próprios discursos oficiais se caracterizam de duas formas específicas. Há aqueles com foco mais democrático no trato da ciência, como ocorre na CF, na LDB, no PNE, os quais apresentam discursos perpassados pela noção da liberdade de estudar, de pesquisar e de divulgar, pensando-se no âmbito social da produção científica, sem que sejam mencionados aspectos normativos para que essa liberdade seja concretizada. Já os discursos das agências, do CNPq e da Capes, assim como as outras políticas mencionadas, evidenciam um caráter normativo para a produção da ciência, tendo em vista que estabelecem normas diante da liberdade de publicar e de divulgar. Por exemplo, para que um periódico receba auxílio, a prioridade é que seja eletrônico, que apresente 80% de seus artigos inéditos, buscando colaboradores de outras instituições, tendo em vista a classificação que se faz dos periódicos em estratos. No caso das agências, o enfoque recai na produção de projetos para serem avaliados, a fim de que recebam o auxílio.

Existem, portanto, diretrizes que conduzem a produção da ciência, a fim de que haja a divulgação científica da pesquisa. Os discursos democrático e deliberativo não são excludentes, ao contrário, dialogam em busca da efetivação da pesquisa e de sua publicação, buscando-se a circulação da ciência dentro das comunidades científicas.

Esse levantamento geral dos discursos oficiais se faz relevante tendo em vista o percurso de análise dos discursos instituídos nos periódicos científicos e em seus artigos, sendo assim, será retomado, algumas vezes, no decorrer desta tese.

4.1.2.4 O idioma da ciência: o inglês como uma das condições da internacionalização da investigação

O cientista tem como objetivo maior acrescentar conhecimento à sua área de estudo, contribuindo com novos saberes; para tanto, seus trabalhos necessitam da aceitação da comunidade científica. Segundo Pitrez (2009), no século XXI, não basta publicar, é necessário publicar, ser lido e ser citado, uma vez que o reconhecimento é a motivação maior dos pesquisadores por trás das publicações acadêmicas (CARRASCO; KENT; KERANEN, 2012). A ciência é algo internacional, sendo compartilhada por todos, o que levou a regionalização do conhecimento a perder muita força nas últimas décadas, dando espaço para as revistas científicas eletrônicas que promovem a difusão do conhecimento produzido em qualquer local do planeta.

De acordo com Lillis e Curry (2013), as publicações científicas, como os artigos em periódicos, são a chave para a produção do saber e constituem peça fundamental do conhecimento, sendo essencial para a sua constituição, assegurando a influência científica. Na obra *Academic Writing in a Global Context*, Lillis e Curry (2010) exploram justamente o impacto do crescimento do domínio do inglês no meio global das publicações acadêmicas nas práticas de escrita de estudantes multilíngues em contextos em que o inglês não é a língua oficial. Como pano de fundo da discussão a ser realizada, Lillis e Curry (2010) descrevem o contexto atual da publicação acadêmica, expondo a pressão que há para escrever em língua inglesa, os sistemas de avaliação dos periódicos, dentre outros elementos. Mur-Dueñas (2012) também compartilha da mesma opinião das autoras, afirmando que o "Inglês tornou-se a língua predominante para disseminação de novos conhecimentos acadêmicos[32]" (MUR-DUEÑAS, 2012, p. 403, tradução minha).

[32] "*English has become the predominant language for the dissemination of new academic knowledge*" (MUR-DUEÑAS, 2012, p. 403).

Diante do papel exercido pela língua inglesa na publicação e na circulação do conhecimento, Swales (1997) descreve o inglês como um Tiranossauro Rex, afirmando ser "um carnívoro poderoso devorando os outros habitantes das pastagens linguísticas acadêmicas[33]" (SWALES, 1997, p. 34, tradução minha).

Se, de um lado, houve a disseminação dos saberes, de outro, surge uma barreira para muitos pesquisadores: o idioma. Tem-se, no panorama atual científico, o idioma inglês como o mais utilizado, principalmente nas ciências biológicas e da saúde (PITREZ, 2009), ampliando-se para as Engenharias. Conforme será constatado nesta pesquisa por meio das normas de submissão dos artigos dentro das diversas áreas de conhecimento, na área de Engenharias, o periódico só aceita artigos escritos em língua inglesa, tendo em vista a busca pelo reconhecimento e pela circulação maior do conhecimento. Conforme apontam Lillis e Curry (2013), muitas vezes, o inglês vem sendo interpretado pelas instituições acadêmicas e por aquelas que avaliam a publicação como uma língua franca que facilita trocas transnacionais de ideias, novos conhecimentos e entendimento, o que, por sua vez, ajuda a sustentar o crescimento e o desenvolvimento econômico. Sendo assim, o

> [...] inglês tem status dominante dentro da atividade acadêmica, principalmente em relação aos produtos com maior valor de ciência, publicações dos jornais de alto status, que constituem uma forma significante de capital simbólico tão fundamental para a construção de uma economia baseada no conhecimento competitivo[34] (LILLIS; CURRY, 2013, p. 224, tradução minha).

Afirmam ainda que o "Inglês não é só a língua da ciência, mas sim a língua dos países mais ricos no cerne da produção científica, a linguagem das revistas mais prestigiadas e a linguagem dos sistemas de avaliação e recompensa[35]" (LILLIS; CURRY, 2013, p. 230, tradução minha). Tal visão a respeito do uso da língua inglesa como principal elemento para intercâmbio do conhecimento resulta, segundo Hyland (2006), de circunstâncias históricas, como o legado dos EUA, o colonialismo britânico, a expansão de mercado e das companhias. Nesse sentido, o autor destaca que o domínio do inglês foi se espalhando pelos países por meio do ensino superior, como nos territórios pós-coloniais, Hong Kong, África do Sul, Índia

[33] "*English as a powerful carnivore gobbling up the other denizens of the academic linguistic grazing grounds*" (SWALES, 1997, p. 374).
[34] "*English has a dominant status within scientific activity, particularly in relation to the most valued products of science, publications in 'high status' journals, within constitute a significant form of symbolic capital so essential to building competitive knowledge-based economies*" (LILLIS; CURRY, 2013, p. 224).
[35] "*English is not just the 'language' of science, but is rather the language of the richer countries at the heart of scientific production, the language of the most prestigious journals and the language of evaluation and reward system*" (LILLIS; CURRY, 2013, p. 230).

e Singapura, assim como, atualmente, em locais como Ásia, América Latina, Bloco Soviético etc.

A partir disso, a escrita de artigos em língua estrangeira, principalmente em inglês, recebe destaque, haja vista que, em muitas instituições, a publicação em inglês tem maior *status* e constitui maior critério de promoção (CURRY; LILLIS, 2004), fato que se reflete na ideia de que o uso da publicação em inglês se torna um marco de qualidade que oferece aos políticos envolvidos na produção da ciência o senso de criação de padrões uniformes de produção (CURRY; LILLIS, 2007). Talvez seja por esse motivo que há uma padronização exacerbada dos modelos de escrita científica expostos pelos cursos – como os que serão destacados em seção seguinte.

Ao observar os critérios para classificação da revista no estrato A1, já mencionados anteriormente, um dos elementos solicitados é que o periódico esteja indexado em, pelo menos, seis bases de dados, sendo três internacionais[36]. Por isso, muitos periódicos incluídos em base de dados, como *Science Citations Index* (SCI), que apresenta mais de três mil periódicos indexados, são publicados em inglês. Como já relatado, ao serem indexadas, as revistas adquirem o direito de pertencer à memória oficial da ciência, funcionando como uma memória eletrônica à qual os cientistas recorrem em busca de referências para suas escritas. De acordo com Curry e Lillis (2014), a pressão política crescente de publicações em revistas indexadas é resultado do aumento da concorrência no ensino superior no contexto da globalização. Nesse sentido, muitos governos querem aumentar a participação global de seu país na produção científica, como um marcador de qualidade acadêmica.

Flowerdew (1999) argumenta que estudiosos que desejam que seus trabalhos sejam lidos e citados por seus pares internacionais precisam publicar nas revistas indexadas internacionalmente, pois um cientista pesquisa as últimas referências sobre a temática de sua pesquisa, geralmente, nessas bases de dados. Procura-se, então, publicar em inglês e não em outra língua, já que é a que gera maior circulação do conhecimento. Para o autor, apenas nas áreas de Humanas e Ciências Sociais a publicação em revistas locais ou regionais na língua nacional ainda continua sendo vista com prestígio, embora, mesmo nesses casos, a tendência é a publicação internacional em inglês.

Certamente há mais motivos positivos quando se trata da influência do inglês na produção científica, principalmente no sentido de que há uma exposição maior dos conhecimentos fora do contexto nacional. No entanto, Curry e Lillis (2007) ponderam

[36] Dados disponíveis em: <http://www.anped.org.br/docs_CAPES/definicao_estratos_290908.pdf.>. Acesso em: 03 jul. 2013.

algumas questões. Em primeiro lugar, as barreiras linguísticas podem ser consideradas obstáculos para a circulação global do conhecimento. Além disso, o domínio do inglês como língua de publicação escolar significa que estudiosos ao redor do mundo estão sob uma crescente pressão para publicar sua pesquisa em inglês, já que, em contexto que não é anglofônico, as publicações em inglês têm-se tornado altamente valoradas por sistemas institucionais de avaliação, que beneficiam dando promoção ou fazendo o pesquisador obter fundos.

Hyland (2006) apresenta consequências do domínio da língua inglesa. A primeira é a perda da diversidade linguística, que vem seguida do fato de que acadêmicos ao redor do mundo são levados a publicar cada vez menos em sua língua materna. Para o autor, a língua franca facilita a troca de ideias e a disseminação do saber, sendo mais efetiva que um sistema poliglota, constituindo-se um "Círculo de Expansão"/*Expanding Circle* (KACHRU, 2001 *apud* LILLIS; CURRY, 2010, p. 4), no qual o inglês é usado como língua estrangeira, mas seu uso instrumental é crescente. O perigo maior é que muitos escritores não falantes de inglês podem ser excluídos do conjunto global de estudos, privando o mundo do conhecimento desenvolvido fora da metrópole, dos centros de pesquisa.

Ademais, Curry e Lillis (2014) destacam duas tensões causadas pelos regimes de avaliação acadêmica que focam na utilização da língua inglesa. Primeiramente, pode ocorrer o desinteresse em publicar em periódicos locais, tendo em vista a valorização para as publicações que aparecem em revistas indexadas. A segunda tensão se volta para o local onde os estudos produzidos circulam, pois, ao publicar em revistas internacionais (em inglês), os contextos locais e regionais podem ser privados do conhecimento, não sendo, muitas vezes, acessível para os membros de suas comunidades locais por razões linguísticas ou materiais.

Swales (1990) também aborda problemas relacionados ao domínio do inglês, principalmente, quando se trata de falantes não nativos da língua: a necessidade de destinar tempo para manter e melhorar seu inglês, ao invés de estarem voltados para o desenvolvimento da pesquisa, e as taxas de rejeição das revistas, que denota o aumento da pressão nos manuscritos que evidenciam um inglês não padrão.

O autor pontua que, para os não falantes de inglês, uma opção seria escrever o trabalho em sua língua nacional e, depois, traduzi-lo para o inglês. Todavia, conforme Curry e Lillis (2007), publicar em inglês implica mais do que a tradução direta da escrita acadêmica. É preciso, então, para que haja sucesso na publicação, o diálogo com sujeitos envolvidos no processo de estudo e publicação, como editores de revistas, pares de revisores e especialistas

da linguagem que podem ajudar em vários pontos na trajetória de escrita e de publicação dos artigos.

Shaw (2013), em reportagem intitulada *Is English still the dominant language of higher education?*, publicada no *Guardian Professional*, entrevistou Curry a fim de tratar do domínio do inglês na educação superior. O inglês tem-se tornado a chave da colaboração acadêmica, por meio da pesquisa científica, todavia, apesar de seu papel primordial no processo de inserção do sujeito no mundo acadêmico, não só nacional como também internacional, "o crescente domínio do inglês na academia tem colocado estudiosos de países não falantes de inglês em desvantagem na publicação e compartilhamento de pesquisa através das fronteiras[37]", segundo afirmou Curry ao jornal.

Estudiosos de contextos periféricos, não falantes de língua inglesa, podem ser marginalizados quando escrevem, por exemplo, sobre suas comunidades locais, conformem relatam vários estudos. Flowerdew (1999), por exemplo, verificou o domínio do inglês nas publicações acadêmicas pelo olhar dos falantes não nativos em inglês de Hong Kong, mas que usavam tal língua para publicar. Um dos elementos levantados no estudo é justamente as dificuldades encontradas por esses falantes para escrever os artigos nessa língua (como gramática, uso de citações, estrutura argumentativa, organização textual, formas de explicitar ponto de vista, dentre outros fatores).

Diante desse quadro, destacam-se estratégias usadas pelos não nativos em inglês para efetivar a publicação de seus trabalhos nessa língua, como decidir o que é apropriado para publicação em um periódico internacional e o que se volta para uma publicação local, fazer uso de um mentor para revisão, ter um coautor para a escrita, usar estrutura argumentativa correta (FLOWERDEW, 1999), dentre outros.

Ao tratar do papel de um possível interlocutor para se ter no momento da produção científica em inglês, Curry e Lillis (2010) apresentam um estudo que trata da participação dos estudiosos em redes de pesquisa como uma forma de possibilitar o acesso real à publicação em inglês. Segundo as autoras, evidências de um estudo longitudinal que explorou cinquenta estudiosos da psicologia e da educação no Sul e no Centro da Europa, que respondem a essa pressão pela escrita em inglês, indicam que a competência linguística e retórica do indivíduo por si só é insuficiente para garantir a publicação em revistas com inglês. As experiências dos estudiosos demonstram que a participação em redes acadêmicas

[37] "[…] *the growing dominance of English in academia has put scholars from non-English speaking countries at a disadvantage in publishing and sharing research across borders*" (Disponível em: <http://www.theguardian.com/higher-education-network/2013/feb/13/english-language-international-higher-education>. Acesso em: 11 fev. 2014).

de pesquisa funciona como um recurso fundamental para a publicação. Como exemplo, as autoras entrevistaram Ornella, professora assistente do departamento de psicologia na Hungria. Ela já publicou em revistas do país, assim como em periódicos em inglês. Sua rede de contato que auxilia na publicação acadêmica é seu (ex)orientador, que dá suporte para o desenvolvimento de sua escrita, atuando como coautor em publicações em húngaro e em inglês, envolvendo Ornella em organização de conferências, coapresentações etc. De forma geral, as autoras constataram que os entrevistados que publicam em inglês estabelecem uma relação mais durável e formal com seu interlocutor, apresentando melhores resultados quando se trata da produção e da publicação científica em inglês.

A língua inglesa é concebida como língua de publicação e de circulação do conhecimento na academia; no entanto, conforme Curry e Lillis (2010), é preciso ver o inglês além do domínio individual, observando-o na relação com o local e o não local, sendo usado por pessoas diversas e que devem ter seu conhecimento valorizado.

A discussão a respeito da pressão para que se produzam e se divulguem os trabalhos por meio da língua inglesa advêm de um contexto mais amplo, envolvendo a produção da ciência e as universidades. No atual contexto do ensino superior, busca-se a excelência, havendo um regime de "ranking das universidades" ou *ranking regime* (GONZALES; NÚÑEZ, 2014, p. 3). Um dos critérios para avaliá-las é o indicador de periódicos indexados em língua inglesa, o que faz as pesquisas locais não serem focadas (ISHIKAWA, 2014). Sendo assim, as universidades solicitam a publicação em revistas indexadas (em inglês), a fim de que os artigos tenham mais impacto, avaliando-se de modo universal, quantitativamente. Como as universidades estão se tornando corporativas, voltando-se para medidas de produtividade para avaliar a qualidade da pesquisa, fazem uso do ranking de frequência de citações. Conforme Canagarajah (2014), por meio da captação apenas do número de citações, torna-se mais importante a questão quantitativa do que o valor intrínseco dos produtos acadêmicos.

A produção de pesquisa passou a ser controlada pelos sistemas de educação com a proliferação de políticas neoliberais, fazendo que o ensino superior tenha sua trajetória entrelaçada com as tendências da globalização. Diante da necessidade da universidade em adquirir excelência e posição no ranking, visando ao apoio governamental, ao recebimento de recursos financeiros (POST, 2014), as instituições acabam premiando os estudiosos e os departamentos que publicam em revistas altamente classificadas e com fator de impacto alto.

Constata-se, assim, o papel da globalização no processo de produção e de circulação da ciência, pois, ao mesmo tempo em que aumenta o contato e a troca de

informações, de valores e de questões, ela também promove a concorrência, aumentando o risco de homogeneização, por meio da promoção de uma única língua comum (o inglês), e a supremacia de certas revistas de pesquisa (POST, 2014).

Conforme Gonzales e Núñez (2014), o regime de classificação, ligado à ânsia das universidades em se estabelecerem como instituição de nível mundial, faz que se moldem o trabalho do corpo docente, a produção do conhecimento e a avaliação dos profissionais. De certa forma, o regime de rankings perpetua valores do individualismo e da padronização entre os membros do corpo docente para se chegar à excelência em seu trabalho. O fato de o professor receber prestígio e incentivo por sua excelência conduz à mercantilização do trabalho docente, um processo em que os professores se distanciam do valor atribuído ao seu trabalho, transformando-o em um produto com valor de troca. O regime de classificação, então, pode levar à homogeneização da produção do conhecimento.

É em função do papel que as universidades buscam exercer no cenário de comparação entre instituições que se constata o que Curry e Lillis (2014) afirmam sobre a escrita acadêmica como prática social. Para as autoras, os pesquisadores trabalham em contextos sociais, em meio às relações de poder desses meios, ou seja, o sujeito participa de eventos acadêmicos e de redes de pesquisa, toma decisões sobre a submissão de trabalhos para revistas específicas, sendo preciso ter consciência da utilização da língua inglesa, não apenas em função da necessidade de reconhecimento e de circulação de seus estudos, mas também em virtude do vínculo que estabelece com sua instituição, auxiliando-a em sua colocação em ranking avaliativo.

A visão mais crítica, proposta por autores como Canagarajah (2014), Curry e Lillis (2014), Gonzales e Núñez (2014), dentre outros, a respeito da "obrigação" para a publicação em periódicos internacionais, questiona justamente o papel da avaliação que se faz dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores, já que são avaliados quantitativamente, em função da necessidade de números para classificação das universidades em rankings de excelência. De certa forma, argumenta-se que tudo que é local, que é produzido em língua vernácula, que é específico de cada área do saber, não é considerado, pois o foco maior está nos objetivos políticos, na globalização e não em expor a cultura da universidade.

Conforme Curry e Lillis (2014), há tentativas para possibilitar a publicação de um mesmo texto tanto em inglês quanto na língua vernácula por meio da "publicação equivalente" (*'equivalent' publishing*), o que permite que o texto chegue às comunidades em seu contexto nacional, local, contribuindo para a política nacional; ao mesmo tempo, usa-se o inglês, construindo um campo transnacional, permitido pela língua. Essa prática poderia

ajudar, então, a resolver a tensão entre publicação internacional em inglês e publicação local, muito embora periódicos anglofônicos proíbam essa publicação dual, concebendo-a como uma forma de autoplágio.

Diante de discussões envolvendo a produção da ciência por meio do uso da língua inglesa, possibilita-se a discussão, na seção seguinte, das práticas de escrita acadêmica que circundam a produção dos textos no contexto brasileiro, contemplando-se a ABNT, os cursos de escrita *on-line* (que ilustram essa tendência da escrita científica focada no uso do inglês), as normas de avaliação e as normas de submissão dos periódicos.

4.2 A CIÊNCIA NO BRASIL: A ESCRITA CIENTÍFICA NAS NORMAS DE PRODUÇÃO ESCRITA

4.2.1 Norma ABNT NBR 6022 – *Artigo em publicação periódica científica impressa*

A NBR 6022 – *Artigo em publicação periódica científica impressa* (ABNT, 2003) é destacada, por se tratar de uma norma elaborada por uma instituição renomada no que se refere à normatização brasileira, conduzindo, na maioria das vezes, à elaboração de manuais de escrita, cursos de escrita acadêmica, normas presentes nos periódicos científicos, sendo utilizada por pesquisadores e por estudantes de diversas instituições e áreas de conhecimento.

Atua em distintos setores da sociedade por meio de documentos técnicos que sintetizam a produção, a comercialização e o uso de bens e serviços, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico (ABNT, 2008, disponível em: <http://www.abnt.org.br/>).

Alguns periódicos científicos nacionais, indexados ou não na base de dados SciELO, têm por referência as normas da ABNT para orientar a produção dos artigos. Na NBR 6022 (ABNT, 2003), são definidos os elementos que compõem o artigo científico, tratando de sua estrutura física, sem menção à pesquisa científica ou ao método científico. São apresentados como elementos estruturadores dos artigos científicos, sem definição de área de conhecimento:

> **5 Estrutura**
> A estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais [...]
> **6.2.1 Introdução**
> Parte inicial do artigo, onde devem contar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo [...]
> **6.2.2 Desenvolvimento**
> Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024, que variam em função da abordagem do tema e do método [...]

> **6.2.3 Conclusão**
> Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses (ABNT, 2003, p. 2).

Além da estruturação exposta, a NBR 6022 (ABNT, 2003, p. 2) é muito concisa ao definir o artigo científico como "parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento", sendo estruturada pelos elementos pré-textuais (título, autoria, resumo, *abstract* e palavras-chave), textuais e pós-textuais (referências bibliográficas, anexos).

Busca-se, então, a padronização no que se refere à escrita científica, independentemente de área do conhecimento e da comunidade na qual o texto circulará. O discurso da unidade de escrita dentro da academia talvez dê respaldo para que algumas revistas tomem por referências as normas da ABNT, pois, por meio da padronização, são realizadas as trocas de conhecimento.

4.2.2 Cursos de escrita acadêmica *on-line*

Nesta seção, abordo dois cursos ou espaços sobre escrita acadêmica, a fim de delimitar o que retratam como sendo escrita científica. Optei por tais espaços em função dos materiais que apresentam, além de serem ferramentas muito acessadas por aqueles que buscam conhecer e ampliar seus conhecimentos sobre o tema.

Inicio a discussão com o *Espaço da escrita*, projeto da Unicamp que está alinhado "ao Programa Estratégico de Difusão do Conhecimento – Linha de Ação – Publicações Acadêmicas – Área Estratégica Pesquisa" (http://www.cgu.unicamp.br/espaco_da_escrita), oferecendo serviços gratuitos de tradução, versão, revisão e assessoria ao público da Unicamp com o objetivo de facilitar e de estimular a publicação e/ou a apresentação de seus trabalhos acadêmicos em conceituadas revistas científicas ou congressos internacionais.

Ao observar, inicialmente, o projeto, há diversas iniciativas no sentido de possibilitar o aperfeiçoamento da escrita do acadêmico por meio de cursos, além de haver o destaque, na primeira página do site, ao *Código de Boas Práticas Científicas*, já mencionado anteriormente. Isso evidencia um diálogo entre aquilo que é esperado na escrita em âmbito mais social, quando se pensa no Estado de São Paulo e em sua agência, e em âmbito mais particular, pensando no acesso ao site que os acadêmicos da própria Unicamp podem fazer do Manual.

Em uma análise preliminar, destaco os seguintes cursos envolvendo a escrita acadêmica, presentes no link “Eventos”:

Quadro 5 - Cursos para escrita acadêmica

DATA; HORÁRIO; PÚBLICO-ALVO	CURSOS
Data: 24 de setembro de 2013 – 3.ª feira. **Público-alvo:** alunos de pós-graduação regularmente matriculados, pesquisadores e docentes da Unicamp.	*Publicações Científicas Internacionais*
Data: 26 de outubro de 2012 – 6.ª feira. **Público-alvo:** docentes, pesquisadores e alunos de pós-graduação regularmente matriculados na Unicamp.	*Método Lógico para Redação Científica para pesquisadores*
Data: 17/09/2012. **Público-alvo**: docentes, pesquisadores e alunos de pós-graduação regularmente matriculados na Unicamp.	*Escrita científica em inglês para facilitar publicações internacionais*
Data: 17 e 18 de setembro de 2012. **Público-alvo**: alunos de pós-graduação, docentes e pesquisadores.	*Escrita Científica em Inglês para as áreas de Exatas e Tecnológicas*
Data: 23 a 27 de julho de 2012. **Público-alvo**: alunos de pós-graduação de **diferentes áreas da Unicamp**.	*Redação de Textos Científicos em Português*
Turma I – 12 de abril de 2012 | Turma II – 23 de abril de 2012. Turma III – 03 de maio de 2012. **Público-alvo:** docentes, pesquisadores e alunos de pós-graduação regularmente matriculados na Unicamp.	*Redação de Artigos Científicos em Inglês*
Data: 19 de setembro de 2011. **Público-alvo**: professores, pós-doutorandos e doutorandos das áreas das **humanidades,** que têm a intenção de publicar os resultados de suas pesquisas em periódicos e revistas internacionais.	*Técnicas e Conceitos de Escrita Científica com ênfase na Língua Inglesa*
Data: 27 de setembro de 2011 **Público-alvo:** docentes e pesquisadores da Unicamp.	*How to Write for and get Published in Scientific Journals*
Data: 3 e 4 de dezembro de 2010 **Público-alvo**: Docentes e Pesquisadores do quadro da Unicamp das **áreas biológicas, exatas e tecnológicas**.	*Técnicas para publicações científicas*

Fonte: A autora.

Dentre os cursos mencionados, apenas dois tratam da escrita científica em língua portuguesa *Redação de Textos Científicos em Português e Técnicas para publicações científicas.* Há o foco na escrita para publicação em língua estrangeira, já que o número de publicações em revistas internacionais aumenta a cada dia e também em virtude do fato de que muitas revistas brasileiras já possibilitam a escrita de seus artigos em inglês.

O público-alvo dos cursos são sujeitos pertencentes à comunidade acadêmica da Unicamp, havendo, em alguns casos, a especificação das áreas que serão mais trabalhadas, como “diferentes áreas da Unicamp”, “áreas das humanidades”, “áreas biológicas, exatas e tecnológicas”. O fato de se especificar a área de abrangência do curso faz pensar na heterogeneidade que compõe o universo da escrita acadêmica, demarcando que cada área ou comunidade apresenta suas formas de fazer a escrita e que não se pode padronizá-la, unificá-la.

Ao analisar as atividades presentes no site, encontra-se disponibilizado o Conteúdo Programático do curso de Redação de Artigo Científico em Inglês, que pode contribuir para uma visão mais detalhada do que é estudado a respeito da escrita:

> **Conteúdo Programático:**
> 1. **O gênero acadêmico**
> 1.1. A noção de gênero textual, com ênfase ao gênero científico;
> 1.2. Competência comunicativa em um determinado gênero;
> 1.3. Desafios de falantes não nativos do inglês: principais dificuldades de brasileiros
> 2. **Linguagem**:
> 2.1. Convenções, características e estilo
> 2.2. Diferenças entre áreas de pesquisa
> 3. **O Artigo Científico Padrão**:
> 3.1. Visão geral: organização e estrutura
> 3.2. Título
> 3.3. Ordem dos autores
> 3.4. Palavras-chave
> 3.5. Seções de um Artigo Científico padrão: principais características.
> Análise das principais características de cada seção de um artigo científico padrão, no que se refere a: objetivos, organização textual e estruturas linguísticas (lexicais e gramaticais):
> i. Abstract; ii. Introdução; iii. Revisão de Literatura; iv. Materiais/Dados; v. Metodologia; vi. Resultado e Discussão; vii. Conclusão.

Primeiramente, estuda-se a definição de gênero acadêmico, seguida da linguagem, pensando inclusive nas diversas áreas de conhecimento e, por fim, parte-se para a visão geral da composição do artigo. Esta última parte do trabalho tem seus slides disponibilizados no site para consulta dos internautas e apresenta basicamente a estrutura geral do artigo científico: *Abstract; introduction; data and methodology; results and discussion; conclusion* (Disponível em: http://www.escritacientífica.com/images/workshops_escrita_%20modulos_1_2.pdf). A partir disso, cada parte que compõe o artigo (resumo, introdução, dados, metodologia, resultados e conclusão) é explicitada e explicada pelo professor responsável pelo curso, com base principalmente nos pressupostos de Swales e Feak (2000).

A respeito da estruturação de textos acadêmicos, Feltrim (2007) afirma que o cientista, após a descoberta realizada, precisa comunicar seus resultados, por meio da escrita acadêmica e de sua publicação. Para a autora, os estudos pouco discutem a questão da estrutura esquemática dos textos em português, havendo um foco maior na língua inglesa, com trabalhos de Huckin e Olsen (1991), Weissberg e Buker (1990), Swales (1990), Trimble (1985). Buscando respaldo nesses autores, Feltrim (2007) argumenta que, apesar de existirem diferenças na organização e na elaboração dos componentes da estrutura esquemática do texto, devido às diferenças entre nacionalidades, culturas e disciplinas, os trabalhos acadêmicos compartilham uma mesma organização textual, por isso, na maioria dos cursos

ofertados, o Conteúdo Programático sempre recai na organização dos artigos, independentemente da língua, conforme alguns cursos destacados na sequência.

Quadro 6 - Cursos ofertados e conteúdos programáticos

CURSOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Método Lógico para Redação Científica para pesquisadores	1 – Ciência: a base empírica; objetividade científica; 2 – Publicação: o que publicar? Passos para a publicação; Tendências na publicação; 3 – Estrutura Lógica da Pesquisa: variáveis de estudo; os três tipos lógicos de pesquisa; a elaboração de objetivos; 4 – Bases para redação: contextos do pensamento; o texto como argumento lógico; passos na redação; 5 – Estrutura das partes do texto científico: resumo; conclusões; resultados; métodos; discussão; Introdução; citações; título; 6 – Estilo científico.
Escrita Científica em Inglês para as áreas de Exatas e Tecnológicas	1. O artigo científico como produto; 2. Componentes de um artigo; 3. Estratégias para aprender o discurso científico; 4. Uso de linguística de corpus para o aprendizado; 5. O Gênero Literário da escrita Científica; 6. Estilo e linguagem do texto científico; 7. Problemas recorrentes de inglês na escrita científica; 8. Aspectos importantes sobre submissão, editoração e publicação de artigos.
Técnicas e Conceitos de Escrita Científica com ênfase na Língua Inglesa	**1. O gênero acadêmico** 1.1. A noção de gênero textual, com ênfase ao gênero científico; 1.2. Competência comunicativa em um determinado gênero; 1.3. Desafios de falantes não nativos do inglês. **2. O Artigo Científico Como Gênero textual** 2.1. Estrutura de um artigo científico: visão geral **3. Estilo**: 3.1. Padrões léxico-gramaticais; 3.2. Voz passiva e voz ativa; 3.3. Tempos Verbais; 3.4. Texto pessoal e texto impessoal **4. Seções de um Artigo Científico Regular** **4.1 Abstract**: Relevância dos *abstracts* em várias atividades acadêmicas; O gênero *abstract*: características; Organização textual: estrutura; 4.2 Introdução: objetivos e características; 4.3 Dados e Metodologia: objetivos e características; 4.4 Resultados e Discussão: objetivos e características; 4.5 Conclusões: objetivos e características. **5. Linguagem** 5.1. O uso *corpora* como ferramenta de suporte à escrita.
Técnicas para publicações científicas	**Módulo 1**: o que é o artigo científico? Partes que integram o artigo científico; Características do texto científico **Módulo 2**: apresentação de ferramentas úteis e de técnicas auxiliares para aprimorar o seu texto científico (Babylon**;** Google Scholar**;** T-eBlast**;** My NCBI**;** PubMed) **Módulo 3**: porque seu artigo não foi aceito? Discussão das 10 principais razões que podem levar à rejeição de seu artigo **Módulo 4**: o que não pode faltar na sua introdução? Partes fundamentais que integram a Introdução **Módulo 5**: função e redação da sessão de Materiais e Métodos **Módulo 6**: aspectos importantes sobre figuras, tabelas e ilustrações **Módulo 7**: como escrever a sua discussão **Módulo 8**: como escrever o Resumo de seu artigo**;** O que é um bom Título? **Módulo 9**: o processo de submissão e revisão de pares**;** Considerações ao escolher a revista para o seu artigo**;** Onde encontro informação para os autores? Como escrever a carta para o editor? Respondendo ao revisor **Módulo 10**: a página em branco: como começar? Entendendo a estória do artigo**;** Organizando as ideias.

Fonte: A autora.

Feltrim (2007) trata, então, da Estrutura Esquemática Global, fundamentando-se em Eco (2000), Tachizawa & Mendes (2000), Vieira (1999), Severino (1996), Swales (1990) etc., que concordam quanto à estrutura esquemática que um texto acadêmico deve seguir. Essa estrutura pode ser enunciada como Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, sendo que o Desenvolvimento pode desdobrar-se nas seções de Materiais e Métodos e Resultados, ou ainda, Materiais e Métodos, Resultados e Discussão. Essa forma de estruturação tem como objetivo apresentar o texto a partir do contexto no qual ele está inserido.

Sendo assim, há um plano padrão para estruturação esquemática de textos acadêmicos, contendo os seguintes componentes: Resumo, Introdução, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão. Parece haver, assim, um foco muito maior em explicitar o que deve haver em cada seção, não se considerando a questão discursiva de cada área de conhecimento, haja vista que, muitas vezes, uma área pode privilegiar mais um aspecto da escrita do que outro. Nos textos da área das Engenharias, por exemplo, observa-se o uso de gráficos e de esquemas no desenvolvimento do texto para buscar explicitar e explicar seus experimentos, pois o objetivo maior é mostrar resultados. O Quadro 7 indica, em linhas gerais, o que deve ser incluído em cada um desses componentes.

Quadro 7 - Elementos do plano padrão para textos acadêmicos (BARRAS, 1979)

Elementos do texto científico	**Componentes**
Resumo	Sucinta informação das principais descobertas
Introdução	O que fez o autor? Por quê?
Materiais e Métodos	Como fez?
Resultados	O que foi encontrado?
Discussão	Interpretação dos resultados
Conclusões	Conclusões do trabalho

Essa estrutura esquemática mais fixa também guia os cursos ofertados no site "Escrita Científica", da Universidade Estadual de São Paulo (USP). O site foi:

> [...] desenvolvido para a disseminação de conhecimentos e treinamento na área de Escrita Científica [...] Os cursos abordam tópicos em Estrutura e Linguagem, de forma modular, e foram desenvolvidos para qualificar cientistas, pesquisadores e alunos de pós-graduação para o processamento e produção de Artigos Científicos de Alto Impacto (http://www.escritacientífica.com/. Acesso em: 20 nov. 2013, grifos nossos).

Há o intento pelo treinamento da escrita, pensando em "tópicos em Estrutura e Linguagem", focando na produção de artigos para revistas de alto impacto. A ideia de treinar o indivíduo remete a uma noção de letramento mais voltada ao estudo das habilidades (LEA;

STREET, 2006), na qual o letramento é entendido como um conjunto de habilidades individuais e cognitivas que os indivíduos têm de aprender e de desenvolver, demarcando uma postura de escrita como algo consolidado e pronto. Conceber o letramento apenas nessa perspectiva é desconsiderar questões contextuais.

Verifiquei, no site, que há a disponibilização de minicursos e de materiais aos visitantes. As apostilas são divididas nas seguintes áreas: (1) Exatas, Biomédicas e Engenharia; (2) Administração, Economia e Contabilidade, havendo oito módulos em cada uma delas, cada um com um material disponível para *download* com foco na escrita científica.

Ao consultar os apostilados presentes no site, analisei o que diferia da escrita ensinada para a área (1) daquela proposta na área (2), observando se havia a preocupação em especificar o que cada área de conhecimento propunha ou se, apesar da divisão, havia um ensino centrado na padronização.

A apostila dos Módulos 1 e 2 de ambas as áreas apresenta um roteiro de todo o *workshop* a ser ofertado, apresentando:

> **Módulo 1: O Gênero Literário -** Seções de Um Artigo Científico
> **Módulo 2: Estrutura 1:*Abstract***
> **Módulo 3: Estrutura 2: *Introduction***
> **Módulo 4: Estrutura 3: *Results and Discussion, Conclusion***
> **Módulo 5: Estilo -** Linguagem 1: Especificidade, Complexidade e Ambiguidade
> **Módulo 6: Linguagem 2: Redundâncias, Ação no Verbo, Fluidez de Texto, Ritmo de Escrita**
> **Módulo 7: Linguagem 3: *Plain English*, Escrever em Inglês, Preposições**
> **Módulo 8: Linguagem 4: *Topic Sentences, Cover Letters*, *Final Remarks***
> (Disponível em: <http://www.escritacientifica.com/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=110>. Acesso em: 10 nov. 2013, grifos do autor).

De forma inicial, independentemente da área do conhecimento, o curso ofertado traz o mesmo roteiro de estudo da escrita científica. Na sequência, trata do que é publicar e dos motivos para publicar, ressaltando que todo o texto apresenta-se em inglês. A seção *Sections of a Regular Paper* (Seções de um Artigo Científico) é destacada na sequência:

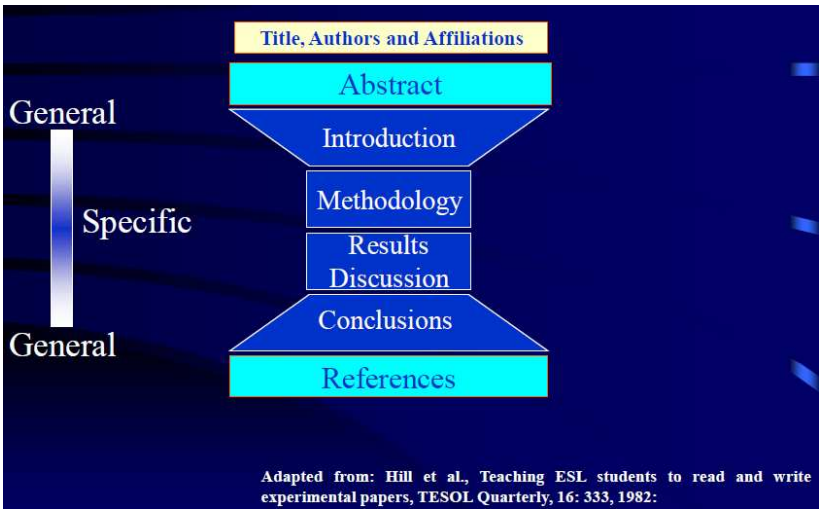


Figura 1 - Seções de um artigo científico
Fonte: http://www.escritacientífica.com/images/workshops_escrita_%20modulos_3.pdf

Trata-se da mesma estrutura mostrada no quadro 7, no qual constam os elementos gerais de escrita. O que geralmente se realiza, diante disso, é a explicitação das particularidades de cada um dos componentes, fato que será destacado na sequência, pensando no enfoque dado às áreas de conhecimento.

Ao analisar o material ofertado para a aprendizagem da escrita acadêmica, constata-se que, de forma geral, os materiais são idênticos tanto para as áreas de Exatas, Biomédicas e Engenharia, quanto para as de Administração, Economia e Contabilidade. Os cursos, divididos em oito módulos, seguem basicamente a estrutura presente na Figura 1. O Módulo 1 tem início com a discussão sobre *Title, author and filliatons*, havendo exemplos de construção de títulos e a ideia de que devem ser escritos de forma concisa e clara, perpassando a questão da autoria até dar início à explanação sobre os elementos que compõem um artigo. Ainda no primeiro módulo, define-se *Abstract*, destacando-se os elementos que o compõem, tendo por referência os estudos de Aluísio (1995, p. 228): *Contextualization, Gap, Purpose, Methodology, Results, Conclusions*. Para ilustrar a aplicação dessa ordenação, destaca um *Abstract* como exemplo – o mesmo texto é usado como exemplo em ambas as áreas.

Após essa explanação, passa-se à *Introduction*, mostrando que o movimento de sua construção deve partir do geral para o específico, havendo *contextualization, sumarizing previous research* e *purpose.* Quanto à metodologia do artigo, no caso das áreas de Exatas, Biomédicas e Engenharia, foram expostos alguns elementos que a compõem, como: *materials methods, equipment, data analyses.* Já quando se trata das áreas de Administração, Economia e Contabilidade, o item *equipment* é excluído, pois, geralmente, equipamentos são usados nas áreas de saúde, exatas e engenharias. Na sequência, aborda-se a *Conclusion*, mencionando-se

que o pesquisador deve partir do movimento específico para o geral. Ao final do Módulo 1, destacam-se *References,* questões de tradução e Plágio (*plagiarism).* Este é abordado segundo o *Código de Boas Práticas Científicas* (2012), manual disponibilizado pela Fapesp com grande foco em questões éticas para o desenvolvimento da pesquisa.

Há, de forma geral, nos materiais analisados, o cuidado em explicitar as partes que compõem a escrita do artigo. Em alguns momentos dos Módulos 2, 3, 4, 5, é abordado o *Style,* ou seja, o estilo de linguagem empregada, por exemplo, no *abstract* (uso de *past tense, active voice, concise*), no momento das citações, nos *results* (uso do passado, 3.ª pessoa, uso sempre que possível da voz ativa). Nos Módulos 6 e 7, há o enfoque maior nos casos de redundância, nos *Strong nouns*, isto é, na ideia de que não nativos de língua inglesa tendem a substantivar os verbos, nos casos de ritmo e coerência (uso de advérbios, conectores etc.), palavras e estruturas que devem ser evitadas ou usadas com cautela, como *work, this fact* etc. O Módulo 8 surge como uma forma de retomar o que foi visto e de finalizar inclusive a revisão do artigo. Ensina-se o internauta a enviar uma carta ao editor de uma revista estrangeira, apresentando seu trabalho, e também a revisar o texto (*Skimming a paper*).

Diante desse breve panorama a respeito do material apresentado no site "Escrita Científica", verifica-se que, apesar da divisão em áreas de conhecimento, isso não influencia na forma como se concebe a escrita acadêmica, ou seja, como um treinamento, pensando-se realmente nas habilidades, buscando-se a assimilação dos modos de escrever. Apesar disso, há certo cuidado do material em abordar questões, como tradução e plágio, assuntos discutidos no âmbito atual da escrita acadêmica e que, de certo modo, possibilita ao cursista se deparar com temáticas que estão além do nível formal do texto.

Ao considerar a publicação científica de artigos como o ato de tornar público o conhecimento científico gerado em pesquisa e que esse ato é um dos pontos-chave de ação política educacional e de desenvolvimento social, então, ensinar a produzir textos acadêmicos é a base da participação no âmbito da ciência e, portanto, é uma forma de atuação política. Questiono, assim, como desenvolver nos sujeitos o espírito científico e, consequentemente, o pensamento reflexivo, como bem colocam os documentos oficiais, pautando a escrita apenas em aspectos estruturais do gênero? Seria suficiente somente o estudo de normas e regras para que haja a atuação no mundo acadêmico e científico? Sendo o texto científico um enunciado concreto perpassado por práticas sociais de produção, não seria suficiente o seu estudo somente no âmbito composicional, pois tal postura leva à homogeneização da escrita, não a concebendo em seu viés social.

4.2.3 Normas de avaliação e normas de submissão dos periódicos das diversas áreas

Nesta seção, descrevo e analiso, brevemente, os elementos que estão diretamente vinculados à escrita em periódicos, realizando um levantamento que engloba:

(a) o número de periódicos A1 brasileiros, segundo o WebQualis;

(b) as áreas do conhecimento que disponibilizam as normas de avaliação utilizadas pelos avaliadores dos artigos submetidos às revistas;

(c) as normas utilizadas pelos avaliadores dos artigos submetidos às revistas, de acordo com a área de conhecimento;

(d) as normas de submissão dos artigos pelos autores – critérios recorrentes e não recorrentes dentro das áreas.

Em relação ao número de periódicos do estrato A1, destaco o quadro 8:

Quadro 8 - Levantamento dos periódicos do estrato A1 segundo WEBQUALIS (2012)

ÁREA	TOTAL DE REVISTAS	TOTAL DE REVISTAS A1	TOTAL DE REVISTAS BRASILEIRAS A1	TOTAL DE REVISTAS ESTRANGEIRAS A1
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	5.030	449	**00**	449
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	9.978	753	**00**	753
CIÊNCIAS DA SAÚDE	16.394	1.699	**2**	1.677
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	8.671	647	**5**	642
CIÊNCIAS HUMANAS	10.867	379	**72**	307
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	5.876	212	**26**	178
ENGENHARIAS	7.814	900	**1**	899
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	2.785	133	**55**	78

Fonte: A autora.

Diante do levantamento realizado, constatei que, em todas as áreas de conhecimento investigadas, o número de revistas estrangeiras A1 é superior ao número de periódicos brasileiros. Em uma escala crescente de número de revistas brasileiras A1, observa-se que as Ciências Agrárias e Biológicas não possuem revista A1, as Engenharias têm uma, as Ciências da Saúde, duas, as Ciências Exatas e da Terra, cinco, as Ciências Sociais Aplicadas, vinte e seis, a área de Linguística, Letras e Artes, cinquenta e cinco e, por fim, as Ciências Humanas possuem setenta e duas revistas.

Tal classificação é disponibilizada pelo WebQualis, aplicativo que permite a classificação dos veículos de divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação, bem como a divulgação do resultado dessa classificação (listas por área) no site da Capes. Apesar de todos os veículos de divulgação da produção bibliográfica serem passíveis de classificação, atualmente, o WebQualis só permite a qualificação da produção divulgada em periódicos. O Qualis Periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Menciono, assim, os critérios para classificação da revista no estrato A1, uma vez que opto pela seleção dessas revistas, porque elas representam aquilo que se espera de uma publicação científica, conforme solicitado pelas comunidades acadêmicas que ministram a publicação da ciência. Desse modo, selecionei as revistas classificadas no estrato A1, as quais se caracterizam por apresentarem o que a academia espera:

> Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas para a versão impressa, quando for o caso, e on-line. Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais (Qualis periódicos - definição dos estratos. Disponível em: http://www.anped.org.br/docs_CAPES/definicao_estratos_290908.pdf. Acesso em: 03 jul. 2013. Grifos nossos).

Nos critérios estabelecidos para as revistas A1, observa-se a importância destinada ao aspecto internacional da produção. Essa característica faz que muitos periódicos nacionais não sejam classificados como A1, por não circulam internacionalmente. Vê-se, portanto, que as práticas de escrita, de leitura e de publicação são dependentes de interesses sociais transitoriamente constituídos e exemplifico tal caráter transitório com o fato de se ter que escrever internacionalmente, reconhecendo as convenções discursivas adotadas por uma porção significativa do meio acadêmico internacional (como, por exemplo, o uso da língua inglesa como *língua franca*).

A partir desse levantamento inicial, abordo a disponibilização das normas de avaliação usadas para a análise dos artigos por parte dos avaliadores dos periódicos, tendo em vista que tais normas, na maioria das vezes, permanecem nas mãos apenas dos avaliadores, não sendo divulgadas pelos periódicos aos autores dos artigos. Após o levantamento das

revistas A1, os seus sites foram visitados em busca dos critérios avaliativos, sendo que apenas alguns periódicos da área de Humanas os destacam em sua página na internet. Como não estavam expostos para os autores, encaminhei um e-mail para cada uma das revistas solicitando os critérios, no dia 04/04/2013. No Quadro 9, apresentam-se os resultados dos periódicos que expõem as suas normas de avaliação.

Quadro 9 - Disponibilização das normas de avaliação usadas para a análise dos artigos por parte dos avaliadores dos periódicos

ÁREAS	NÃO DISPONIBILIZARAM CRITÉRIOS PARA ESTA PESQUISA, NEM NO SITE DO PERIÓDICO	AVALIAM LIVREMENTE (Não há critérios para avaliação dos artigos, segundo e-mails recebidos pela pesquisadora)	DISPONIBILIZARAM OS CRITÉRIOS PARA ESTA PESQUISA VIA E-MAIL
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	_____	_____	_____
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	_____	_____	_____
CIÊNCIAS DA SAÚDE	✓	_____	_____
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	_____	_____	✓
CIÊNCIAS HUMANAS	_____	_____	✓
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	_____	Algumas revistas	✓
ENGENHARIAS	✓	_____	_____
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	_____	Algumas revistas	✓

Fonte: A autora

A primeira coluna trata das áreas que não disponibilizaram os critérios nem no site, nem por e-mail. Conforme se observa abaixo pela transcrição do e-mail desta pesquisadora e da resposta do periódico, sem identificá-lo:

> E-mail da pesquisadora:
> [...] só tenho uma dúvida. Quando os artigos são encaminhados aos consultores/avaliadores, estes recebem um roteiro com os elementos que devem avaliar no texto? Ou eles aprovam o texto de acordo com o que acham relevante?
> Será que posso ter acesso a esta ficha usada pelos consultores (não farei divulgação disso) (e-mail enviado em: 12/04/2013).
>
> Resposta do periódico:
> Olá Ângela, infelizmente não é possível lhe enviarmos esse documento. Att. (área de Saúde, e-mail respondido em: 12/04/2013).

Há uma resposta imediata da secretária da revista ao pedido, negando-se a partilha do material para este estudo. A resposta é dada no mesmo dia (12/04/2013) e a forma de responsividade é caracterizada como passiva (BAKHTIN, 2003), já que o enunciado é articulado de tal forma que não resta à pesquisadora outra possibilidade que não seja "o cumprimento fiel e silencioso do que foi solicitado" (MENEGASSI, 2009, p. 163).

Na segunda coluna, estão as áreas que avaliam livremente, ou seja, não há critérios para avaliação dos artigos, segundo se verifica em um dos e-mails advindos da área de Linguística, Letras e Artes:

> Cara Ângela:
> De fato, como você constatou, nosso periódico não codificou, para utilização pelos consultores, os "critérios utilizados na avaliação por pares dos artigos". É que, no nosso entender, fazê-lo seria configurar excesso de dirigismo; além disso, achamos que os critérios são bastante evidentes - pertinência do tema para a área, sintonia com o estado da arte da área, rigor argumentativo, rigor no sistema de referências, clareza e correção de linguagem -, dispensando assim explicitação (área de Linguística, Letras e Artes – Letras, e-mail respondido em: 06/04/2013).

Na terceira coluna, estão as áreas que disponibilizaram os critérios via e-mail (enviado no dia 04/04/2013), sendo que algumas delas pediram sigilo:

> Encaminho anexo um modelo de nosso formulário de avaliação. Por favor, não divulgue o material. Ele é de uso interno da revista (área de Humanas – Educação, e-mail respondido em: 04/04/2013).

> Envio em anexo a ficha para que possa conhecer um pouco sobre o processo de arbitragem, entendendo que se trata de um documento de tramitação interna e que não deve ser utilizado para efeitos de divulgação ou reprodução (área de Humanas – Educação, e-mail respondido em: 04/04/2013).

> Poderei enviar nosso formulário de avaliação, o mesmo que é enviado aos pareceristas dos artigos. Porém apenas se este for mantido sem a identificação da revista, pois não fornecemos aos autores de artigos recusados o formulário, apenas as respostas úteis para o aprimoramento do artigo em questão (área de Humanas – História, e-mail respondido em: 11/04/2013).

Diante das respostas obtidas através dos e-mails, minha posição como pesquisadora é de acatar o que foi solicitado, ou seja, não divulgar o material que norteia a avaliação dos pareceristas. Nesse sentido, o produtor do artigo, ao escrevê-lo, não tem claro para si o que é avaliado em seu texto, o que permite mencionar a prática do mistério (LILLIS, 1999), que interfere diretamente na produção escrita, já que as convenções de escrita, de certa

forma, não são explicitadas aos autores, crendo-se que elas seriam transparentes para quem escreve.

Embora seja evidente que nem todos os mistérios na prática da escrita podem deixar de existir (LILLIS, 1999), há a importância de se evidenciarem aspectos da escrita que poderiam auxiliar na melhoria da produção e no entendimento do que é escrever academicamente. Nesse sentido, alguns periódicos enviaram os critérios usados na avaliação dos artigos, e outros os disponibilizaram no site da revista, possibilitando traçar um levantamento geral das normas de avaliação, segundo alguns elementos apresentados por este estudo: o tema do artigo; a metodologia e a teoria de base do artigo; os aspectos éticos do artigo; a recepção e circulação do artigo; o texto (normatização) do artigo.

No Quadro 10, apresenta-se o *Levantamento geral*[38] *das normas de avaliação usadas para a análise dos artigos pelos avaliadores*:

Quadro 10 - Levantamento geral das normas de avaliação usadas para a análise dos artigos pelos avaliadores

ÁREA	NORMAS DE AVALIAÇÃO UTILIZADAS PELOS AVALIADORES
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	❖ **Sobre o tema do artigo** • relevância e originalidade do tema; • ineditismo. ❖ **Sobre a metodologia e a teoria de base do artigo** • objetivos e argumentos claramente definidos; • resultado e conclusão respondem aos objetivos e metodologia; • ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; • metodologia adequada; • consistência teórico-metodológica; • Coerência com a proposta da revista. ❖ **Sobre o texto (normatização) do artigo** • título e resumo adequados ao texto; • normatização; • concisão e clareza da linguagem utilizada (qualidade da escrita); • objetividade, precisão e atualização das ideias; • coerência na argumentação; • ortografia e pontuação; • pertinência da bibliografia.
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	❖ **Sobre o tema do artigo** • artigo da área de... • tema marcado; • artigo contribui para a área de... ❖ **Sobre a metodologia e a teoria de base do artigo** • ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; • resumo, palavra-chave; *abstract*, *keywords* são claros quanto ao problema, abordagem resultado; • referencial teórico e apropriado; • metodologia/procedimentos de pesquisa descritos e definidos. ❖ **Sobre o texto (normatização) do artigo**

[38] Duas áreas não constam neste levantamento geral, pois a área de Ciência Agrária não possui revista A1 brasileira, assim como a área de Biológicas, conforme WebQualis; a área de Engenharias, apesar de apresentar uma revista A1 brasileira, não disponibilizou as normas nem em seu site, nem para esta pesquisa.

	• título e resumo adequados ao texto; • resumo, palavra-chave; abstract, keywords corretamente redigidos; • texto claro e corretamente redigido.
CIÊNCIAS SOCIAIS	❖ **Sobre o tema do artigo** • ineditismo; • artigo contribui para a área de... • relevância e originalidade do tema. ❖ **Sobre a metodologia e a teoria de base do artigo** • objetivos e argumentos claramente definidos; • resultado e conclusão respondem aos objetivos e metodologia; • ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; • coerência e consistência teórico-metodológica/dados de campo; • referencial teórico e apropriado. ❖ **Sobre aspectos éticos do artigo** • respeita direitos autorais; • desrespeita os direitos humanos; • vai contra a honra dos sujeitos/instituições envolvidos; • respeita legislação para pesquisa envolvendo seres humanos. ❖ **Sobre a recepção e a circulação do artigo** • atinge públicos além dos especialistas. ❖ **Sobre o texto (normatização) do artigo** • título e resumo adequados ao texto; • concisão e clareza da linguagem utilizada (qualidade da escrita).
CIÊNCIAS DA SAÚDE	❖ **Sobre o tema do artigo** • ineditismo. ❖ **Sobre aspectos éticos do artigo** • artigos de pesquisas clínicas que tenham um dos registros de ensaios clínicos (*Office of Medical Student Education – OMSE; International Committee of Medical Journal Editors – ICMJE*); • respeita legislação para pesquisa envolvendo seres humanos. ❖ **Sobre o texto (normatização) do artigo** • objetividade, precisão e atualização das ideias.
CIÊNCIAS HUMANAS	❖ **Sobre o tema do artigo** • ineditismo; • relevância e originalidade do tema; • tema adequado ao escopo da revista; • induz a novos questionamentos; • ultrapassado em seu enfoque. ❖ **Sobre a metodologia e a teoria de base do artigo** • resultado e conclusão respondem aos objetivos e metodologia; • ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; • metodologia adequada; • coerência e consistência teórico-metodológica/dados de campo; • referencial teórico apropriado e atualizado; • metodologia aceita no meio historiográfico atual. ❖ **Sobre a recepção e a circulação do artigo** • atinge públicos além dos especialistas; • impacto sobre pesquisas; • pode ser lido, disseminado e citado. ❖ **Sobre o texto (normatização) do artigo** • título e resumo adequados ao texto; • concisão e clareza da linguagem utilizada (qualidade da escrita); • objetividade, precisão e atualização das ideias; • coerência na argumentação; • articulação das seções; • segue normas do *American Psychological Association* - APA; • texto corresponde aos padrões de um artigo científico.

Fonte: A autora.

Quanto à categoria "tema do artigo", há variação de fatores, por exemplo, nas Ciências da Saúde, destaca-se o "ineditismo[39]", ou seja, que o artigo nunca tenha sido publicado em outra área. As áreas de Exatas e da Terra destacam dois fatores: "artigo da área de..."; "artigo contribui para a área de...", havendo uma preocupação quanto à temática que se aproxima à área da Saúde. As Ciências Sociais destacam três elementos avaliados: "relevância e originalidade do tema; ineditismo; artigo contribui para a área de...". Enquanto a área de Linguística, Letras e Artes destaca apenas dois elementos: "relevância e originalidade do tema; ineditismo", a área de Humanas é a que destina o maior foco à temática do artigo, haja vista que traz o maior número de normas: "relevância e originalidade do tema; ineditismo; tema adequado ao escopo da revista; induz a novos questionamentos; ultrapassado em seu enfoque".

De forma geral, ao tratar da originalidade e do ineditismo, percebe-se o diálogo intrínseco com os discursos postulados pelos discursos oficias da Capes e do CNPq, no sentido de que solicitam que cerca de 80% dos artigos dos periódicos apresentem algo novo para o campo de conhecimento. Nesse sentido, cabe ao pesquisador inteirar-se de sua comunidade acadêmica, buscando as lacunas de conhecimento existentes, assim como outros estudiosos a respeito do assunto, para que seu estudo não fuja ao esperado pelas normas.

Além de haver a avaliação de elementos referentes à temática do artigo, há também o foco na "metodologia e na teoria de base" presente no texto, isto é, normas de avaliação dos artigos com foco no aspecto metodológico de construção, de organização do texto, além da atenção à teoria de base do artigo. Enquanto as Ciências da Sáude não demarcam normas de avaliação voltadas às questões metodológicas do artigo, as outras áreas demonstram preocupação. Nas Ciências Exatas e da Terra, apresentam-se: "ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; referencial teórico e apropriado; resumo, palavra-chave; *abstract, keywords* são claros quanto ao problema, abordagem resultado". Há, assim, uma aproximação evidente entre aquilo que é esperado quanto ao aspecto metodológico e quanto ao referencial na área de exatas, com foco principalmente na construção coerente do texto, demarcando objetivos, problema etc.

As áreas de Linguística, Letras e Artes e as Ciências Sociais apresentam praticamente os mesmos critérios: "objetivos e argumentos claramente definidos; resultado e conclusão respondem aos objetivos e metodologia; ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; metodologia adequada". Acrescentam-se a esses fatores, no

[39] No Capítulo 7, seção 7.2, problematizo e discuto a questão do ineditismo.

caso das Ciências Sociais: “coerência e consistência teórico-metodológica/dados de campo”. Há sempre o cuidado, então, com a questão da definição dos objetivos e a resposta a eles dentro do artigo produzido.

As Ciências Humanas destacam cinco fatores para avaliação: “resultado e conclusão respondem aos objetivos e metodologia; ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; metodologia adequada; referencial teórico e apropriado; coerência e consistência teórico-metodológica/dados de campo”.

Ao observar os critérios de avaliação das áreas de Ciências Sociais e Saúde, há a preocupação com elementos voltados aos aspectos éticos da produção, como “respeita direitos autorais; desrespeita os direitos humanos; respeita legislação para pesquisa envolvendo seres humanos” etc. A norma “respeita legislação para pesquisa envolvendo seres humanos” é focada pelas duas áreas mencionadas, haja vista que a maioria dos textos publicados nessas áreas retrata estudos com sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, cabe às pesquisas envolvendo seres humanos estarem de acordo com as “Normas para Pesquisa envolvendo Seres Humanos” (BRASIL, 2003, Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/normas_pesquisa_sereshumanos.pdf.>. Acesso em: 24 set. 2013), presentes na Resolução n.º 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Ao produzir a pesquisa e, consequentemente, publicá-la, o pesquisador deve apresentar “respeito intransigente dos direitos de cidadania dos seres humanos, sujeitos das pesquisas” (BRASIL, 2003, p. 5). Uma forma de evidenciar que realmente a pesquisa apresenta respeito aos aspectos éticos é ter sido aprovado previamente pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) institucional, fato que é evidenciado na escrita do texto por seu autor em uma nota de rodapé ou em meio às discussões do texto.

Além do respeito à legislação, na área de Ciências da Saúde, os artigos de pesquisas clínicas devem ter um dos registros de ensaios clínicos no *Office of Medical Student Education* – OMSE e no *International Committee of Medical Journal Editors* – ICMJE. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os ensaios clínicos controlados aleatórios e os ensaios clínicos devem ser notificados e registrados antes de serem iniciados. Sendo assim, os editores de revistas científicas, em sua maioria, exigem dos autores o número de registro no momento da submissão de trabalhos.

No caso das Ciências Sociais, outras normas são avaliadas na leitura do artigo submetido, como “respeita direitos autorais; desrespeita os direitos humanos; vai contra a honra dos sujeitos/instituições envolvidos”, tratando da questão autoral e do respeito aos direitos humanos, retomando as questões éticas na produção escrita.

Além das normas usadas para avaliar o artigo quanto à temática, à metodologia, aos aspectos éticos, são abordadas ainda aquelas voltadas à "recepção e circulação do artigo", ou seja, elementos que mostram a preocupação dos avaliadores quanto ao modo como o texto será recebido e circulado em âmbito social. Apenas duas áreas de conhecimentos demonstraram atenção a essas normas, a saber: Ciências Sociais e Ciências Humanas. Enquanto aquela se ocupou de avaliar apenas se o artigo atinge a públicos além dos especialistas, as Ciências Humanas focou também no impacto que o texto pode exercer sobre outras pesquisas e o fato de ele poder ser lido, disseminado e citado por outros estudos.

Se, de um lado, as normas apontam para aspectos mais relacionados à temática, à construção, à recepção e à circulação do texto, de outro, notam-se normas que se voltam especificamente ao aspecto mais normatizador da escrita, fazendo que se delimitasse "o texto (normatização) do artigo". Nessa categoria, há o maior número de normas para avaliação do artigo a ser publicado; a área que destina menos atenção aos aspectos voltados ao texto é a Ciência da Saúde. Seu foco, então, recai na "objetividade, precisão e atualização das ideias". As Ciências Exatas e da Terra se voltam para o resumo do artigo, avaliando: "título e resumo adequados ao texto; resumo, palavra-chave; *abstract*, *keywords* corretamente redigidos, buscando-se verificar adequação e grafia". As Ciências Sociais diminuem seu grau de exigência em relação ao texto, observando "título e resumo adequados ao texto; concisão e clareza da linguagem utilizada (qualidade da escrita)", ou seja, analisa-se de que forma a escrita é apresenta na construção do artigo.

As Ciências Humanas apresentam uma atenção maior com o critério sobre o texto, trazendo como normas: "título e resumo adequados ao texto; concisão e clareza da linguagem utilizada (qualidade da escrita); objetividade, precisão e atualização das ideias; coerência na argumentação; articulação das seções; segue normas do *American Psychological Association* - APA; texto corresponde aos padrões de um artigo científico".

Ao realizar o levantamento dos periódicos A1, constatei, primeiramente, a existência das normas para avaliação usadas pelos avaliadores das revistas. Em um segundo momento, é preciso, então, apresentar as normas de submissão dos artigos aos autores. Ao verificar tais normas, há aqueles critérios comuns disponibilizados pelos periódicos para todas as áreas do conhecimento: formatação (citação); referências; notas de rodapé; sistema de avaliação por pares; autorização para publicação; publicação pode ser feita em diferentes idiomas.

Para a submissão dos artigos aos periódicos, eles devem se adequar às normas propostas pelos editores quanto à formatação, por exemplo, no caso das citações diretas, indiretas, seguindo basicamente o proposto pela ABNT.

Assim como há critérios recorrentes, existem também aqueles referentes às áreas de forma específica, conforme elenco no Quadro 11, a seguir:

Quadro 11 - Normas de publicação de artigos nos periódicos: critérios que diferem

ÁREAS	NORMAS
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	• **EXPÕE SOMENTE A FORMA COMPOSICIONAL DO ARTIGO:** *a*) título e resumo na língua na qual o artigo foi escrito (português, espanhol, francês ou inglês); o resumo não deve ultrapassar o máximo de 250 palavras; b) palavras-chave (entre 3 e 5) na língua na qual o artigo foi escrito. As palavras-chave devem ser, na medida do possível, as correntes na área, devendo vir no singular e ser ordenadas do geral para o específico. Pede-se que o autor procure contemplar expressões de, no máximo, duas palavras; c) corpo do trabalho, contendo divisões internas numeradas a partir de 1, com exceção das resenhas; d) título e resumo em inglês; e) notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável, usando-se o recurso automático do Word para notas de final de texto; f) referências bibliográficas conforme a norma da ABNT mais recente (NBR 6023); g) anexo(s) a critério do autor. • (ÁREA AVALIADA: MÚSICA): não publica bibliografia no final do texto – portanto, quando uma referência bibliográfica aparecer pela primeira vez, citá-la em nota (ver p. 2, Para citação). No caso de nova citação da mesma referência, utilizar o padrão: SOBRENOME, Nome. Op. cit., p. • expressões latinas devem ser substituídas por expressões portuguesas equivalentes: opus cit. (obra citada), apud (citado em), passim (disperso), idem/ibidem (somente idem); • não utilizar: *idem ou idem, ibidem.*
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	• **EXPÕE SOMENTE A FORMA COMPOSICIONAL DO ARTIGO:** a*)* título e resumo na língua na qual o artigo foi escrito (português, espanhol, francês ou inglês); o resumo não deve ultrapassar o máximo de 250 palavras; b) palavras-chave (entre 3 e 5) na língua na qual o artigo foi escrito. As palavras-chave devem ser, na medida do possível, as correntes na área, devendo vir no singular e ser ordenadas do geral para o específico. Pede-se que o autor procure contemplar expressões de, no máximo, duas palavras; c) corpo do trabalho, contendo divisões internas numeradas a partir de 1, com exceção das resenhas; d) título e resumo em inglês; e) notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável, usando-se o recurso automático do Word para notas de final de texto; f) referências bibliográficas conforme a norma da ABNT mais recente (NBR 6023); g) anexo(s) a critério do autor. • O resumo deve enunciar claramente, mas de forma sintética, o problema de pesquisa, a abordagem metodológica empreendida, resultados e conclusões.
CIÊNCIAS SOCIAIS	• **Autores**: para as pesquisas aplicadas, a indicação dos nomes dos autores, logo abaixo do título do artigo, é limitada a 4 (quatro); para as pesquisas teóricas, este número é limitado a 2 (dois), acima destes números, os autores são listados nas notas finais, com a indicação de sua participação na pesquisa (em caráter excepcional, em pesquisas de grande complexidade, poderá ser indicado um maior número de autores, que deverão ter sua participação na pesquisa justificada em folha separada). • **NÃO APRESENTA FORMA COMPOSICIONAL PARA CONSTITUIR O**

	ARTIGO; • **O resumo,** em **terceira pessoa**, deve ser informativo com cerca de 140 palavras; • Todos os trabalhos resultantes de pesquisa, ou relato de experiência, que envolverem sujeitos humanos terão sua publicação condicionada ao cumprimento dos princípios éticos, o que deverá ser claramente descrito no último parágrafo da seção Metodologia do artigo. Deverão indicar se os procedimentos respeitaram o constante na Declaração de Helsinki (1975, revisada em 1983). Os trabalhos de autores brasileiros deverão, ainda, indicar respeito às Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 196, de 10/10/96 e n. 251, de 07/08/97, apresentar o parecer positivo do Comitê de Ética da instituição de origem de autor(es) e autora(s) e, se for o caso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por entrevistados.
CIÊNCIAS DA SAÚDE	• **NÃO EXPÕE SOMENTE A FORMA COMPOSICIONAL, INDICANDO CONTEUDISTICAMENTE O QUE DEVE HAVER EM CADA SEÇÃO:** Estrutura é a convencional, contendo introdução, métodos, resultados, discussão e conclusão, com destaque às contribuições do estudo para o avanço do conhecimento na área da enfermagem. A ***Introdução*** deve ser breve, definir claramente o problema estudado, destacando sua importância e as lacunas do conhecimento. Incluir referências atualizadas e de abrangência nacional e internacional. Os ***Métodos*** **empregados**, a população estudada, a fonte de dados e os critérios de seleção devem ser descritos de forma objetiva e completa. Os ***Resultados*** devem estar limitados somente a descrever os resultados encontrados sem incluir interpretações ou comparações. O texto complementa e não repete o que está descrito em tabelas e figuras [...] A ***Discussão*** enfatiza os aspectos novos e importantes do estudo e as conclusões que advêm deles. Não repetir em detalhes os dados ou outras informações inseridos nas seções: Introdução ou Resultados. Para os estudos experimentais, é útil começar a discussão com breve resumo dos principais achados, depois explorar possíveis mecanismos ou explicações para esses resultados, comparar e contrastar os resultados com outros estudos relevantes. Descrever a inovação do conhecimento que o artigo apresentado traz a partir do que já foi publicado na revista sobre o tema. ***A Conclusão*** deve responder aos objetivos do estudo, restringindo-se aos dados encontrados. Evitar afirmações sobre benefícios econômicos e custos, a não ser que o artigo contenha os dados e análise econômica apropriada. Estabelecer novas hipóteses quando for o caso, mas deixar claro que são hipóteses. • Excepcionalmente, em estudos multicêntricos, será examinada a possibilidade de inclusão de mais do que **seis autores**, considerando as justificativas apresentadas pelos mesmos. • **Resumo:** Os resumos estão limitados a 200 palavras e estruturados em objetivos, método, resultados e conclusões incluindo a contribuição do estudo para o avanço do conhecimento científico. Citações ou abreviaturas [...] **não são permitidas.** O *Objetivo* deve ser claro, conciso e descrito no tempo verbal infinitivo. Exemplos: analisar, relacionar, comparar, conhecer. O *Método* deve conter informações suficientes para que o leitor possa entender a pesquisa. Os estudos descritivos devem apresentar o tipo de estudo, amostra, instrumento e o tipo de análise. Os estudos analíticos também devem acrescentar o número de sujeitos em diferentes grupos, desfecho primário, tipo de intervenção e o tempo do estudo. Os *Resultados* devem ser concisos, informativos e apresentar principais resultados descritos e quantificados [...] As *Conclusões* devem responder estritamente aos objetivos, expressar as considerações sobre as implicações teóricas ou práticas dos resultados e conter três elementos: o resultado principal, os resultados adicionais relevantes e a contribuição do estudo para o avanço do conhecimento científico.

CIÊNCIAS HUMANAS	• Título com no máximo 15 palavras (Educação e Pesquisa). • Não ultrapassar o número total de 4 autores (Educação e Pesquisa). • **Resumo**: deve conter entre 200 e 250 palavras e explicitar, em caráter informativo e sem enumeração de tópicos, os seguintes itens: tema geral e problema da pesquisa; objetivos e/ou hipóteses; metodologia utilizada; principais resultados e conclusões. • Recomenda-se o uso de **parágrafo único, voz ativa e na terceira pessoa do singular, frases concisas e afirmativas.** • Devem-se **evitar**: **neologismos**, citações bibliográficas, símbolos e contrações que não sejam de uso corrente, bem como fórmulas, equações, diagramas etc.. que não sejam absolutamente necessários; **Texto**: • os métodos estatísticos precisam ser descritos com o pormenor necessário para permitir o acesso aos dados originais e a verificação dos resultados apresentados por um leitor versado no assunto; • ao mesmo tempo, deve-se evitar linguagem excessivamente técnica e apresentá-los com suficiente clareza de modo a favorecer a compreensão de um leitor não especializado; • recomenda-se não ultrapassar o número total de quatro autores. Caso a quantidade de autores seja maior do que essa, deve-se informar ao editor responsável o grau de participação de cada um. Em caso de dúvida sobre a compatibilidade entre o número de autores e os resultados apresentados, a Comissão Editorial reserva-se o direito de questionar as participações e de recusar a submissão se assim julgar pertinente; • nos textos, evitar o uso de mais de uma fonte; usar inicial maiúscula somente quando imprescindível; os recursos tipográficos devem ser utilizados uniformemente: a) itálico: para palavras estrangeiras, títulos (livros, eventos, etc.) e ênfase; b) aspas duplas: citações diretas com menos de três linhas, citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque; c) negrito e sublinhado: devem ser evitados. • sublinhados, Itálicos e Negritos: sublinhe palavras ou expressões que devam ser enfatizadas no texto impresso, por exemplo, "estrangeirismos", como self, locus, etc. e palavras que deseje grifar. Não utilize itálico (menos onde é requerido pelas normas de publicação), negrito, marcas d'água ou outros recursos que podem tornar o texto visualmente atrativo, pois trazem problemas sérios para editoração.
ENGENHARIAS	• Os artigos devem ser escritos em inglês claro e conciso. • Sempre que possível, os artigos devem ser subdivididos nas seguintes partes: 1. Página de rosto; 2. Abstract (escrito em página separada, 200 palavras ou menos, sem abreviações); 3. Introdução; 4. Materiais e Métodos; 5. Resultados; 6. Discussão; 7. Agradecimentos quando necessário; 8. Resumo e palavras-chave (em português - os autores estrangeiros receberão assistência). 9. Referências. • artigos sucintos e cuidadosamente preparados têm preferência tanto em termos de impacto quando na sua facilidade de leitura; • Somente ilustrações de alta qualidade serão aceitas; • As referências devem ser listadas em ordem alfabética do primeiro autor sempre na ordem do sobrenome XY no qual X e Y são as iniciais. Se houver mais de 10 autores, use o primeiro seguido de *et al*; • As referências devem ter o nome do artigo. Os nomes das revistas devem ser abreviados. Para as abreviações corretas, consultar a listagem de base de dados na qual a revista é indexada ou consulte a *World List of Scientific Periodicals*; • Os seguintes exemplos são considerados como guia geral para as referências (não se postulam os princípios da ABNT).

Fonte: A autora.

Diante do levantamento das normas de publicação, verifica-se que algumas áreas expõem como normas: 1. apenas a forma composicional do artigo; 2. não apresentam um roteiro para desenvolvimento do artigo; 3. apresentam, além da forma composicional, os conteúdos que cada seção do texto pode apresentar.

Conforme consta nas áreas de Linguística, Letras e Artes e Ciências Exatas e da Terra presentes no Quadro 11, são apresentados aos autores que submeterão os trabalhos apenas a forma composicional do texto, focando em aspectos como título e resumo, palavras-chave (entre 3 e 5), corpo do trabalho contendo divisões internas numeradas a partir de 1 (com exceção das resenhas), título e resumo em inglês, referências bibliográficas conforme a norma da ABNT mais recente (NBR 6023). Há, assim, um foco maior na questão formal do artigo, no sentido de realizar a padronização do discurso científico a ser apresentado no texto.

O enfoque das áreas de Ciências Sociais e de Humanas não recai essencialmente no trato com a forma composicional, delineando apenas: a) o modo como os nomes dos autores podem aparecer no artigo, limitando-se a quatro pesquisadores; as pesquisas teóricas restringem esse número a dois autores e, caso haja mais que tal quantidade, os autores devem justificar sua participação em uma folha separada; b) o uso do resumo em 3.ª pessoa; c) os trabalhos envolvendo sujeitos humanos devem apresentar parecer positivo do Comitê de Ética da instituição de origem do(s) autor(es).

Embora as Ciências Sociais e Humanas apresentem o mínimo de atenção à forma composicional do artigo, observa-se que as Engenharias mal tratam de tal fator, solicitando apenas que se evitem os usos de jargões e que os textos sejam redigidos todos em inglês, buscando a internacionalização dos textos, já que se trata de revista A1 de amplo conhecimento na academia.

A área das Ciências da Saúde traz em seu bojo, além da forma composicional do artigo, alguns elementos voltados ao aspecto discursivo do texto, conforme presente no Quadro 11. Por exemplo, solicita-se uma introdução breve, definindo o problema de pesquisa, destacando sua importância, o que demarca a preocupação em fazer que o autor delimite realmente aquilo que deseja estudar. No caso dos métodos empregados, espera-se que o texto traga a população estudada, a fonte de dados e os critérios de seleção; já os resultados devem apenas descrever o que se encontrou sem interpretações, pois elas estarão presentes na parte de discussão; para finalizar o texto, tratar da conclusão, que deve responder aos objetivos do estudo, restringindo-se aos dados encontrados.

Em meio ao levantamento realizado, alguns aspectos são destacados quanto à questão da escrita científica. Tais características constam nas áreas de Ciências Sociais e de

Ciências Humanas, tratando da forma de construção do resumo e do emprego da linguagem científica:

> **O resumo,** em **terceira pessoa**, deve ser informativo com cerca de 140 palavras" (Ciências Sociais, grifos nossos);
> "Deve-se ainda **evitar o uso** da primeira pessoa "meu estudo...", **ou da primeira pessoa do plural** "percebemos…", pois em texto científico o discurso deve ser impessoal, sem juízo de valor e na terceira pessoa do singular (Ciências Humanas, grifos nossos).

Essas normas de publicação, também chamadas de submissão de artigos, refletem exatamente a concepção de discurso científico centrado na tradição racionalista, concebendo-o como neutro e objetivo. Para tanto, busca-se a escrita em 3.ª pessoa do singular, com frases concisas e afirmativas, negando-se a possibilidade de questionamentos ou de marcas da subjetividade do autor; por isso, na escrita do texto científico, destaca-se que se deve evitar a 1.ª pessoa.

Diante do exposto, uma discussão que pode ser introduzida – sendo desenvolvida no Capítulo 7 – é a confrontação entre o discurso monológico no discurso científico, previsto por grande parte dos periódicos, e o discurso dialógico, que também pode estar presente nas produções e publicações. Cortes (2009) afirma, com base em Bakhtin, que, apesar do monologismo ser um aspecto necessário ao fazer, o ato da criação científica só vai adquirir a sua plenitude quando entrar em comunhão com a dimensão dialógica da linguagem, a qual não existiria sem a presença do outro. É por essa razão que muitos dos critérios usados na avaliação dos artigos argumentam justamente a respeito da possibilidade de o artigo atingir públicos além dos especialistas e de esses textos terem a possibilidade de serem lidos, disseminados e citados em outras oportunidades.

Segundo a autora (2009), a escrita, a ciência e a lógica sempre estiveram relacionadas, exercendo, assim, influências sobre a noção de linguagem, de ciência e de escrita, que eram tidas como algo altamente abstrato e idealista.

Coracini (2003), ao tratar da ciência, postula que é por meio da racionalidade, da crença e da busca da razão que os sujeitos encontram os pilares para a construção discursiva da ciência. Por esse motivo, é possível afirmar que o discurso científico apresenta as coisas como que adquirindo vida e falando por si só, assumindo, assim, um caráter de neutralidade e de inquestionabilidade, conforme Leibruder (2000). Nesse discurso, "todo e qualquer resultado obtido será, *a priori*, uma verdade incontestável" (LEIBRUDER, 2000, p. 231). Para ela, na busca da suposta neutralidade, o discurso científico tenta apresentar-se ao leitor não como uma interpretação, e sim como a própria realidade.

Por meio das normas destinadas aos autores para a submissão, observa-se um enfoque racionalista no trato do discurso científico, quando, na realidade, o estudo científico ocorre em um vácuo social (HYLAND, 1999). Assim, a produção do conhecimento científico acontece em um contexto de relações sociais, levando o discurso científico a ser construído nos encontros e confrontos de escritores, de leitores, de textos, dentre outros. Esse discurso é constituído, então, por momentos monológicos e dialógicos, pois, como assinala Amorim (2004, p. 16), "não existe dialogismo absoluto, nem monologismo absoluto". Essa postura demonstra que tanto as ciências humanas, quanto as ciências da natureza e exatas – vistas como tipicamente monológicas –, apresentam, de fato, seus momentos necessários de abstração teórica, sua dimensão monológica; mas, ao mesmo tempo, todo discurso científico é igualmente marcado por traços dialógicos e pela presença do outro (CORTES, 2009).

A partir do levantamento dos discursos oficiais e dos discursos das normas de avaliação e de submissão dos textos, abordo, no próximo capítulo, os diálogos estabelecidos entre eles e os periódicos selecionados para análise.

5 PERIÓDICOS SELECIONADOS: DIÁLOGOS COM OS DISCURSOS OFICIAIS E COM AS "NORMAS" DE ESCRITA

Neste capítulo, versa-se a respeito dos periódicos científicos selecionados das diferentes áreas do conhecimento e dos quais foram extraídos os artigos para análise. Conforme já exposto no capítulo metodológico, escolhi periódicos com longa existência dentro da área e consagrados dentro de suas esferas acadêmicas. Eles não foram identificados pelos nomes, mas sim por suas áreas de conhecimento.

Antes da análise dos artigos que constituem os periódicos, verificar-se-á de que forma se dão as relações dialógicas que as revistas apresentam com (1) os discursos oficiais (CF, LDB, PNE, CNPq, Capes e agências de fomento), relacionando dados coletados da revista no que se refere à sua história, comissão, indexadores, dentre outros fatores, e com (2) os discursos que circundam as normas de escrita acadêmica (ABNT, cursos de escrita *on-line*, normas de submissão e de avaliação presentes nas áreas de conhecimento), tendo por referência as suas próprias normas de submissão e de avaliação usadas pelos avaliadores das revistas.

O estudo de tais relações de diálogo, de respostas das revistas aos documentos oficiais e às práticas de escrita é uma forma de se verificar como os discursos ecoam ao serem concretizados, instituindo-se dentro da comunidade acadêmica.

5.1 PERIÓDICOS: DIÁLOGOS COM OS DISCURSOS OFICIAIS

A fim de verificar os diálogos entre os discursos dos periódicos e os discursos oficiais, realizei o levantamento dos dados de cada periódico que, de certa forma, resumiram-se em histórico, comissão editorial, apoios e indexadores, havendo algumas variações que serão evidenciadas. Para a realização dessa análise, então, retomo o Quadro 4, presente no Capítulo 4.

Em relação à CF, os periódicos buscam estabelecer um diálogo entre alguns discursos demarcados pelo documento. Isso não ocorre em forma de citação direta ou menção à CF, mas está subentendido quando se observam os dados da revista. Sendo assim, dois aspectos verificados na CF (BRASIL, 1988) são apresentados nos periódicos, a saber: (1) "universidades: verdadeiras entidades produtoras de conhecimento, voltadas ao ensino, à

pesquisa e à extensão"; (2) "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (CF, art. 206).

Apenas em duas revistas é possível verificar ambos os discursos em seus textos: Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. Destaco, a seguir, os excertos que fazem, de certa forma, referência ao discurso que concebe a universidade como unidade de produção do conhecimento, voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão:

> O periódico teve início em 1983, como uma **iniciativa do Departamento de Linguística Aplicada** para **divulgação das pesquisas** de seus docentes e de outros que estivessem atuando na área (Linguística, Letras e Artes, grifos nossos).
>
> Nas últimas três décadas, a área apresentou **grande desenvolvimento de sua produção acadêmica,** que além de contribuir com o **desenvolvimento de novas e aprimoradas intervenções profissionais** nos mais variados campos das políticas sociais, objetivou-se em centenas de livros, artigos, resenhas [...] (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> [...] a revista _____ foi, em sua gênese, contemporânea do importante movimento de renovação do Serviço Social e continua **contribuindo com o desenvolvimento acadêmico e profissional dessa área de conhecimento e intervenção na realidade** [...] (Ciências Sociais, grifos nossos).

Os periódicos analisados, assim como vários outros, estão articulados à universidade, a algum programa de graduação ou de pós-graduação, conforme se apresenta no primeiro excerto "iniciativa do Departamento de Linguística". Sendo assim, há a noção de que a universidade é unidade que produz conhecimento, que se volta para a pesquisa, já que ela possibilita o "grande desenvolvimento de sua produção acadêmica". Ao se destinar à pesquisa, à extensão e ao ensino, as universidades, junto com as revistas, contribuem realmente para o "desenvolvimento acadêmico e profissional", tendo em vista que propõe a *liberdade para divulgar o saber*, conforme os excertos seguintes:

> Nas últimas três décadas, a área apresentou **grande desenvolvimento de sua produção acadêmica**, que além de contribuir com o desenvolvimento de novas e aprimoradas intervenções profissionais [...] **objetivou-se em centenas de livros, artigos, resenhas, e comunicações de pesquisas** (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> [...] apresenta uma política editorial pautada pela diretriz de **dar voz a essa valiosa produção acadêmica e profissional** dos assistentes sociais (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> Objetivos: **Dar visibilidade** à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores [...] (Ciências Sociais, grifos nossos).

> [...] a revista tem [apontado] para as diferentes tendências teórico-metodológicas da área, os artigos - em português, francês, espanhol ou inglês - **permitem traçar um panorama histórico da Linguística Aplicada no Brasil, suas transformações e sua consolidação ao longo dos anos** [...] (Linguística, Letras e Artes, grifos nossos)

De certa forma, a área de Ciências Sociais é bastante expressiva ao tratar do seu histórico, já que o apresenta detalhadamente, havendo, no sentido quantitativo, mais excertos do que se percebe em Linguística, Letras e Artes. Além de trazer em seu bojo a questão da universidade, evidencia-se, em seu texto, a ideia de "liberdade de divulgação do saber", estando bastante evidente quando se lê: "grande desenvolvimento de sua produção acadêmica [...] objetivou-se em centenas de livros, artigos, resenhas, e comunicações de pesquisas". Há, assim, um discurso que perpassa os dizeres propostos pela revista de que há tal liberdade, principalmente no sentido de "*dar visibilidade à produção"*. Outro momento em que se destaca tal discurso pode ser interpretado quando a revista apresenta o seu momento de nascimento:

> O periódico **nasceu** na conjuntura do final do regime militar no Brasil, quando muitos movimentos sociais e populares questionavam o Estado autoritário e **clamavam** por liberdades democráticas. Momento também de fortes mobilizações sindicais que levaram às grandes greves do ABC paulista e à fundação do Partido dos Trabalhadores e da CUT (Ciências Sociais, grifos nossos).

A revista nasceu justamente em um momento em que se buscava a liberdade de divulgação e se "clamava" pela liberdade do dizer, estabelecendo-se um diálogo intrínseco entre os discursos da CF (BRASIL, 1988). Há, assim, uma liberdade situada que não prevê a repetição de discursos, já que se opõe, por exemplo, ao período da ditadura. Busca-se a liberdade para publicação, opondo-se ao caráter ditador do momento social em curso, caracterizando de que forma a revista concebe a vida em sociedade, devendo ser livre para que haja publicação e circulação do conhecimento.

Além disso, a área de Linguística, Letras e Artes ainda destaca que sua revista, durante anos, vem traçando um panorama histórico da Linguística Aplicada no país, o que remonta à ideia de divulgação, de liberdade para se publicar, demarcando uma liberdade de expressão dentro da área: "permitem traçar um panorama histórico da Linguística Aplicada no Brasil, suas transformações e sua consolidação ao longo dos anos [...]".

As Ciências Humanas também apresentam apontamentos quanto ao papel da universidade, respondendo aos pressupostos da CF (BRASIL, 1988): "Publicada

pelo **Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo** (DH/FFLCH/USP)" (Ciências Humanas, grifos nossos).

Há, de certa forma, a noção de que as instituições de ensino são unidades de conhecimento e pesquisa, fato que é reforçado dentro dos periódicos citados, principalmente ao mencionarem as faculdades, os departamentos e os cursos com os quais mantêm um vínculo, como se percebe nos excertos mencionados acima: "Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo" . As áreas de Exatas, Saúde, Engenharias não mencionam discurso quanto à universidade, tratando apenas da liberdade para a divulgação trazida pela CF (BRASIL, 1988), conforme segue:

> Com a intenção de **disseminar a produção científica** em Educação Matemática (Ciências Exatas, grifos nossos).
>
> [...] publicar resultados de pesquisas de enfermagem e áreas afins que **contribuam para o avanço do conhecimento científico** [...] (Ciências da Saúde, grifos nossos).
>
> Este periódico científico, de circulação nacional e internacional, visa **publicar avanços na pesquisa científica**, tanto de pesquisadores atuantes no país como também de cientistas de outras nacionalidades (Engenharias, grifos nossos).

Diante do exposto, o discurso que diz respeito à noção de liberdade para divulgar é bastante evidente no universo dos periódicos, principalmente no caso das Sociais e das Humanas. Talvez haja uma maior contextualização e relato do surgimento do periódico e de todo processo de sua constituição por coerência aos seus próprios objetos de estudo que tratam, na maioria das vezes, da historicidade dos fatos, da vida em sociedade.

Logo, apesar de haver outros discursos na CF que discorrem sobre o ensino, como consta no Quadro 4, eles não são fundamentais quando se pensa no papel da pesquisa, da produção e da divulgação do conhecimento, já que tratam da obrigatoriedade do ensino fundamental e da educação em âmbito geral. Como já foi evidenciado, o enfoque da CF não é necessariamente a questão da universidade e da produção científica, tendo seus preceitos ampliados dentro da LDB (BRASIL, 1996), conforme abordo na sequência.

A LDB (BRASIL, 1996) traz, como primeiro discurso, a noção de educação e a pesquisa no ensino superior, pensando justamente no aspecto social do trabalho e do uso social que o indivíduo faz dos conhecimentos. Contudo tal preceito é o único que não é contemplado nos aspectos presentes nos periódicos, já que as revistas não evidenciam preocupação com uso dos conhecimentos por parte dos indivíduos, buscando, de certa forma, retratar o estímulo à produção, à circulação, dentre outros fatores.

Nesse sentido, é que se trata do segundo ponto trazido pela LDB: o estímulo à criação cultural, desenvolvendo nos sujeitos o espírito científico e, consequentemente, o pensamento reflexivo. A área que parece responder a esse discurso é de Ciências Sociais Aplicadas: "**contribuir** com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americana" (Ciências Sociais, grifos nossos).

Ao fazer uso da expressão "contribuir com o debate" talvez seja uma forma de mencionar o estímulo à criação de ideias e ao desenvolvimento de um sujeito científico, perpassado por ideais, por temas e que auxilia no processo de debate por meio de sua produção publicada no periódico.

Outro aspecto apontado pela LDB se refere à possibilidade de desenvolver sujeitos aptos a serem inseridos nos mais diversos setores profissionais, levando ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Das seis áreas analisadas, duas delas mencionam principalmente a questão da sociedade, da realidade brasileira:

> O periódico **nasceu** na conjuntura do final do regime militar no Brasil, quando muitos movimentos sociais [...] **clamavam** por liberdades democráticas [...] (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> [...] apresenta uma política editorial pautada pela diretriz de **dar voz** a essa valiosa produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais [...] repercutindo também o **desenvolvimento sociopolítico** do Serviço Social (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> [...] a revista _____ foi, em sua gênese, contemporânea [...] e **continua contribuindo** com o desenvolvimento acadêmico e **profissional** dessa área de conhecimento e **intervenção na realidade** (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> [...] enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à **realidade brasileira e latino-americana** (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> [...] publica artigos, ensaios, resenhas [...] cujos focos relacionam-se ao ensino e à aprendizagem de Matemática e/ou **ao papel da Matemática e da Educação Matemática na sociedade** (Ciências Exatas, grifos nossos).

Mais uma vez, a área de Ciências Sociais Aplicadas se sobressai quanto ao aspecto da sociedade brasileira, ao abordar a questão da necessidade de clamar por algo e dar voz à produção acadêmica e profissional, fazendo do sujeito alguém apto a auxiliar na melhoria da sociedade brasileira, o que remonta à noção de que as temáticas que são abordadas sobre a vida social e enfocadas nos artigos, muitos vezes, sejam reflexo desse discurso maior que busca a historicidade e o aspecto social das coisas.

Quanto ao incentivo ao trabalho de pesquisa e de investigação científica, apenas as Ciências da Saúde não emitem algo a respeito, enquanto as outras áreas respondem ativamente aos documentos oficiais:

> [...] sua missão é **divulgar artigos** em português e espanhol [...] (Ciências Humanas, grifos nossos).
>
> [...] grande **desenvolvimento** de sua produção acadêmica, que **além de contribuir com o desenvolvimento** [...] **objetivou-se em centenas de livros, artigos, resenhas, e comunicações de pesquisas** (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> Com a intenção de **disseminar a produção científica** em Educação Matemática [...] (Ciências Exatas, grifos nossos).
>
> Este periódico científico, de circulação nacional e internacional, **visa publicar avanços** na pesquisa científica [...] (Engenharias, grifos nossos).

Nos excertos apresentados, há uma evidência quanto ao incentivo ao trabalho de pesquisa e de investigação, já que expõem a divulgação de artigos, afirmam que contribuem para o estudo e o desenvolvimento da ciência, sendo apresentados os resultados em livros, artigos etc. Os periódicos buscam, então, disseminar a produção da ciência, publicando os avanços nas pesquisas e dialogando diretamente com os documentos. Duas revistas ainda afirmam o seguinte:

> [...] apresenta uma política editorial pautada pela diretriz de **dar voz** a essa valiosa produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais [...], repercutindo também o **desenvolvimento sociopolítico** do Serviço Social (Ciências Sociais, grifos nossos).
>
> Apontando para as diferentes tendências teórico-metodológicas da área, os artigos [...] permitem traçar **um panorama histórico da Lingüística Aplicada no Brasil** [...] (Linguística, Letras e Artes, grifos nossos).

Entendo que o fato de "dar voz" e de realizar "um panorama histórico" são formas de demarcar o incentivo à produção acadêmica, ao mesmo tempo em que se fala da comunicação dos saberes por meio da publicação. Esse discurso está presente nos periódicos, não sendo contemplado apenas pelas Ciências Exatas e Ciências da Saúde.

Outro discurso contemplado pela LDB é a "busca pela volta dos conhecimentos para a realidade da qual o sujeito faz parte", tornando-o *insider* (GEE, 1996), dentro de seu contexto social. As Ciências Sociais apresentam em seu objetivo o seguinte:

> Dar visibilidade à produção acadêmica e **profissional de assistentes sociais** e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da **teoria social**, enfocando, preferencialmente, **temas** que dizem **respeito à realidade brasileira** e latino-americana (Ciências Sociais, grifos nossos).

Não há marcadamente algo que se refira à volta do pesquisador para sua realidade de origem, no entanto, fala-se dos assistentes sociais, fazendo-os aprofundar seus conhecimentos sobre teoria social, contemplando temas que se voltem à realidade brasileira. Logo, de forma geral, é possível inferir que os resultados das pesquisas voltarão ou contribuirão, de alguma forma, para a constituição da realidade do país.

Esse discurso de os conhecimentos voltarem para a realidade também é contemplado na revista de Ciências da Saúde que traz, em seu bojo, ainda, o discurso de relacionar a formação intelectual dos sujeitos e o mundo do trabalho: "A Revista [...] tem como missão publicar resultados de pesquisas de enfermagem e áreas afins que **contribuam para o avanço do conhecimento** científico e **para a prática profissional**" (Ciências da Saúde, grifos nossos). Busca-se a relação entre o intelecto e o mundo do trabalho, profissional. As outras áreas não mencionam a questão do profissional envolvido com a produção científica.

O PNE (BRASIL, 2014) também postula seus princípios, a saber: a universidade deve reunir a formação intelectual e o trabalho; deve haver elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no ensino superior; institucionalização da pesquisa etc.

Na leitura dos periódicos científicos, constatei apenas a ideia de união entre a formação intelectual e o mundo do trabalho, que se fez presente nos periódicos das áreas de Ciências Sociais, Linguística, Letras e Artes e Ciências da Saúde:

> [...] grande desenvolvimento de sua produção acadêmica, que além de contribuir com o desenvolvimento de novas e aprimoradas **intervenções profissionais** nos mais variados campos das políticas sociais, objetivou-se em centenas de livros, artigos, resenhas, e comunicações de pesquisas (Ciências Sociais, grifos nossos).

> [...] dar voz a essa valiosa **produção acadêmica e profissional** dos assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, repercutindo também o desenvolvimento sociopolítico do Serviço Social [...] (Ciências Sociais, grifos nossos).

> [...] continua contribuindo com o **desenvolvimento acadêmico e profissional** dessa área de conhecimento e intervenção na realidade (Ciências Sociais, grifos nossos).

> [...] **contribuam para o avanço do conhecimento** científico e **para a prática profissional** (Ciências da Saúde, grifos nossos).

O discurso do PNE não é tão representativo dentro dos periódicos, assim como os da CF e da LDB. Há, na realidade, um foco bastante democrático no trato da ciência a partir de tais documentos, tendo em vista que o foco deles é necessariamente tratar de aspectos voltados à ciência, à sua publicação e circulação. Apesar de as revistas responderem, de alguma forma, ao discurso oficial desses documentos, será constatado que os elementos destacados pelo CNPq e Capes evidenciam-se fortemente nos periódicos, haja vista o caráter deliberativo que apresentam ao abordar as questões de produção e de circulação da ciência, havendo um enfoque bem delimitado para o assunto.

Para tratar dos discursos do CNPq e Capes, será seguida a própria sequência das revistas, que apresentam, em sua maioria, os seguintes elementos: histórico, comissão editorial, conselho editorial, apoios/patrocinadores, indexadores.

O primeiro discurso trazido refere-se às condições para que o CNPq e a Capes apoiem às revistas. Essas podem receber auxílio desde que sejam mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, nacionais e que auxiliem para a elevação do nível de qualidade das revistas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, para divulgação no Brasil e no exterior.

Apenas a revista da área de Ciências Sociais Aplicadas não recebe apoio/patrocínio do CNPq e da Capes, já que não há menção a isso, havendo destaque, na parte referente aos editores, da seguinte informação: "Cortez Editora Ltda". Nas revistas das outras áreas, há o apoio dos órgãos de fomento, visto que são mantidas e editadas por "instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, nacionais". Tais informações são abordadas pela área de Ciências da Saúde tanto na parte introdutória da revista quanto na seção dos patrocinadores: "**Fontes de financiamento**: USP, CAPES, CNPq" (Patrocínio da revista – Ciências da Saúde); "A Revista _____ é **editada pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Centro Colaborador da OMS para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem"** (Parte introdutória – Ciências da Saúde, grifos nossos).

A revista de Saúde responde ao esperado pelo CNPq e pela Capes, havendo o auxílio em sua confecção, conforme excertos extraídos da introdução e dos patrocinadores. As áreas de Linguística, Letras e Artes, Exatas e Engenharias tratam do fomento das agências apenas ao se referirem aos patrocinadores, conforme apresento posteriormente.

Outro discurso marcado na parte introdutória dos periódicos é que as revistas que participam do Qualis são constituídas por publicações mencionadas anualmente pelos programas de pós-graduação em virtude do Coleta de Dados da CAPES e que são classificadas de acordo com oito estratos, respectivamente: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C e com peso zero. Nos periódicos, essa informação é recorrente: "A Revista _____ está classificada na avaliação **Qualis 2013** no **estrato A1** na área de História [...]" (Ciências Humanas, grifos do autor); "recente classificação no **Estrato A1** no Sistema Qualis Periódicos da CAPES/MEC" (Ciências Sociais Aplicadas, grifos nossos); "constar no Qualis (**Qualis 1A**)" (Linguística, Letras e Artes, grifos nossos); "[...] tendo sido avaliado como periódico **QUALIS A1** na área de Ensino de Ciências e **Matemática**" (Ciências Exatas, grifos nossos); "Qualis na área de Enfermagem: A1" (Ciências da Saúde, grifos nossos).

A revista da área de Engenharia não indica marcadamente em qual estrato está, expondo apenas que sua natureza é "multidisciplinar", de acordo com a classificação de áreas da Capes, ou seja, ela traz artigos de diversas áreas, dentre eles, na maioria das vezes, estão os de Engenharia.

Existem critérios para que os periódicos se originem e se mantenham no cenário acadêmico. Um deles, exigido pelo edital do CNPq/Capes, vem marcado logo na introdução de algumas revistas, referindo-se ao fato de elas terem 80% de artigos científicos originais. Apenas duas áreas tratam desse ineditismo: Ciências Humanas ("divulgar artigos originais inéditos") e Engenharias ("publicando resultados originais de pesquisas").

Outro critério apresentado surge nas seções de "Comissão editorial" e "Conselho editorial", tratando da necessidade de as revistas perderem o caráter departamental, buscando colaboradores de outras instituições nacionais e internacionais, por meio da revisão por pares. Todas as revistas fazem referência a essa revisão e à formação dessas comissões "mistas", integradas por sujeitos de outras instituições nacionais e internacionais, possibilitando o diálogo com outras posturas e ideias. É uma forma de integrar ainda mais os membros que constituem a comunidade científica dentro das áreas de conhecimento. Para ilustrar, apresento o exemplo da área de Ciências Humanas que é mantida pela Universidade de São Paulo (USP), tendo como membros da Comissão atual professores da própria universidade, destacando como "Conselho editorial" professores de outras universidades, como "Universidade Federal Fluminense/CPOC/Fundação Getúlio Vargas; University of Maryland – EUA; Yale University – EUA; Universidade Federal do Pernambuco" etc.

Outro elemento que constitui os dados levantados é o "Apoios/Patrocínios da revista", ou seja, os órgãos e as instituições que apoiam a concretização do material. Caso a

revista seja mantida e editada por instituição ou sociedade brasileira, sem fins lucrativos, conforme já apontado, receberá auxílio do CNPq e da CAPES.

A área de Ciências Sociais Aplicadas não recebe o apoio, enquanto as outras fazem menção aos seus patrocinadores: "Apoios: Universidade de São Paulo; Departamento de História da Faculdade de Filosofia; **Capes** [...]" (Ciências Humanas, grifos nossos); "A publicação recebe financiamento de: Instituto de Estudos da Linguagem (www.iel.unicamp.br) e CNPq, CAPES, MEC" (Linguística, Letras e Artes); "Apoio financeiro do Programa Editorial do **CNPq**, **CAPES** e da Pró-reitoria de Pesquisa (**PROPE**) da UNESP" (Ciências Exatas, grifos nossos); "Fontes de financiamento: USP, CAPES, CNPq" (Patrocínio da revista – Ciências da Saúde); "A revista recebe apoio financeiro do: Programa de Apoio a Publicações Científicas e CNPq, CAPES, MEC" (Engenharias).

O último elemento mencionado pelos periódicos, de forma geral, é o "Indexadores/Fontes de indexação", tratando da política de circulação do conhecimento. Conforme discursos do CNPq e da Capes, ao indexar as revistas, os pesquisadores contam com a incorporação de suas pesquisas nas bases de dados nacionais ou internacionais, havendo a estruturação da informação e do conhecimento que passa a se configurar como documentação. O Brasil elaborou instrumentos para difusão e circulação do conhecimento: o SciELO, o Qualis e o Portal de Periódicos Capes que são usados pelos periódicos das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Exatas; os periódicos selecionados das áreas de Linguística, Saúde e Engenharias optam por indexadores internacionais.

Três discursos trazidos pelos documentos oficiais não estão marcados nos periódicos, a saber: (a) efeito de unidade da comunidade científica e da sociedade em relação aos rumos dados à ciência e à tecnologia; (b) noção de ciência como tradicional, porque é imaginariamente tomada como una, homogênea, hierarquizada, apagando a diversidade teórica; (c) cada estado tem buscado desenvolver uma maneira de investir na pesquisa local, elaborando uma Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP), muitas das quais financiam publicações científicas em periódicos.

Diante do número de ideias elencadas em relação aos discursos do CNPq e da Capes, opto por organizar um quadro que as retoma, identificando as áreas que respondem a cada uma delas, a partir da análise realizada nos periódicos.

Quadro 12 - Discursos do CNPq e da CAPES nos periódicos das diferentes áreas

CNPq CAPES	**PERIÓDICOS**
• Órgãos de fomento à pesquisa, criados em 1951 para estruturar uma política científica no Brasil.	Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde Engenharias
• Política de Financiamento – CNPq/FAP's.	Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde Engenharias
• Política de Avaliação – Capes.	Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde Engenharias
• Política de Circulação – SciELO/ISI.	Ciências Sociais Aplicadas Ciências Exatas
• Efeito de unidade da comunidade científica e da sociedade em relação aos rumos dados à ciência e à tecnologia.	Nenhuma
• Noção de ciência como tradicional, porque é imaginariamente tomada como una, homogênea, hierarquizada apagando a diversidade teórica.	Nenhuma
• Cada estado tem buscado desenvolver uma maneira de investir na pesquisa local, elaborando uma Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP's), sendo que muitas delas financiam publicações científicas em periódicos.	Nenhuma
• Priorizam-se as revistas eletrônicas, em todas as áreas do conhecimento.	Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde Engenharias
• Concede-se o apoio às revistas que são mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, nacionais e que auxiliem para a elevação do nível de qualidade das revistas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, para divulgação no Brasil e no exterior.	Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde Engenharias
• Os critérios para construção de revistas: devem apresentar 80% de artigos científicos originais; devem perder o caráter departamental, buscando colaboradores de outras instituições nacionais e internacionais, havendo o estímulo para o intercâmbio entre as instituições e os grupos de pesquisa; a política editorial das revistas deve apresentar revisão por pares.	Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde Engenharias
• A Capes tem dois programas para acesso e divulgação da produção científica, a saber: o Qualis e o Portal de Periódicos.	Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes Ciências da Saúde
• Os periódicos que participam do Qualis são constituídos por publicações mencionadas anualmente pelos programas de pós-graduação em virtude do *Coleta de Dados da Capes*.	Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde Engenharias
• O Conselho Técnico-Científico – CTC postulou que a classificação dos periódicos divulgados no Qualis das áreas fosse formada por oito estratos, respectivamente: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C e com peso zero.	Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Ciências da Saúde

• Ao indexar as revistas, os pesquisadores contam com a incorporação de suas pesquisas nas bases de dados nacionais ou internacionais, havendo a estruturação da informação e do conhecimento que passa a se configurar como documentação.	Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Engenharias
• O Brasil criou instrumentos para difusão e circulação do conhecimento: SciELO e o Portal de Periódicos Capes.	Ciências Humanas Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes Ciências Exatas Engenharias

Fonte: A autora.

Diante do exposto, constatei que os periódicos analisados dialogam e respondem aos discursos oficiais representados pela CF, LDB, PNE, Capes e CNPq em proporções variadas, sendo bastante evidente a resposta das revistas ao discurso dos dois últimos, em função de seu caráter deliberativo e delimitado. De forma geral, CNPq e Capes, junto da comunidade acadêmica na qual se insere o periódico, constituem-se em interlocutor superior (o terceiro), cuja compreensão responsiva o periódico pressupõe. O fato de haver esse diálogo evidencia as relações de poder (JONES; TURNER; STREET, 1999) existentes nas práticas sociais de escrita, de produção e de circulação do conhecimento, indicando que a utilização da linguagem envolve diferentes instâncias e se dá realmente em um elo discursivo continuo.

Confirmado o diálogo dos periódicos com os discursos oficiais, destaco, na sequência, o diálogo que mantêm com as normas de escrita acadêmicas.

5.2 PERIÓDICOS: DIÁLOGOS COM AS “NORMAS” CIENTÍFICAS DE ESCRITA

Nesta seção, são estudados os diálogos estabelecidos entre os periódicos científicos selecionados e as normas de escrita. Primeiramente, contrapõem-se as normas de avaliação das revistas selecionadas ao levantamento geral dos pareceres, exposto na seção 4.2.3, verificando em que eles dialogavam; na sequência, parto para a leitura e a análise das normas de submissão dos seis periódicos, verificando as relações que estabelecem entre ABNT, agências de fomento e cursos de escrita *on-line*, que representam, de certa forma, as práticas de escrita institucionalizadas.

Das seis revistas selecionadas para este estudo, constatei que apenas duas não disponibilizaram as normas de avaliação para a pesquisa: Engenharias e Ciências da Saúde. Ao comparar as normas de avaliação das revistas selecionadas com aquelas do levantamento geral por áreas, presentes na seção 4.2.3, Quadro 10, percebe-se o diálogo entre certos elementos.

No periódico correspondente à área Linguística, Letras e Artes, quanto à temática, há o foco no ineditismo e na relevância do tema abordado pelo artigo. Quanto à metodologia, destacam-se a consistência teórico-metodológica e a coerência com a proposta da revista, deixando de se ter como foco o caráter meramente estrutural e metodológico do estudo, não havendo referência, por exemplo, ao uso de ilustrações, de definição clara de objetivos etc. Quanto ao texto escrito, trata-se da normatização, da qualidade da escrita e da pertinência bibliográfica, sem preocupação com título, resumo, concisão de linguagem, coerência na argumentação e ortografia.

Na revista voltada às Ciências Exatas e da Terra, as normas de avaliação são pautadas, quanto à temática, em "artigo da área de; tema marcado; artigo contribui para a área de...", existindo um diálogo completo com o levantamento realizado inicialmente. Quanto à metodologia, destaca-se que "ilustrações, tabelas, gráficos contribuem para desenvolvimento do estudo; resumo, palavra-chave, *abstract*, *keywords* são claros quanto ao problema, abordagem resultado; referencial teórico e apropriado"; não se aborda, entretanto, o item dos procedimentos descritos e definidos dentro da metodologia. Quanto ao texto, ao contrário da área de Linguística, Letras e Artes, há o foco no "título e resumo adequados ao texto; resumo, palavra-chave, *abstract*, *keywords* corretamente redigidos".

Dois aspectos centrais são abordados pelo periódico da área de Humanas: "tema do artigo" e "metodologia e teoria de base". Quanto ao primeiro, aponta-se a "relevância e a originalidade do tema", ou seja, o fato de o texto ser original dentro da área. Ademais, quanto à metodologia, afirma-se a necessidade de o referencial teórico ser apropriado e atualizado, devendo haver o uso de metodologia aceita no meio historiográfico atual, já que a subárea da revista, dentro da área maior de Humanas, é História.

Apesar de a área de Ciências Sociais apresentar, no levantamento inicial, diversos elementos que constam nas normas de avaliação, no periódico selecionado, o parecer é livre, cabendo ao parecerista dar o resultado da avaliação, recomendando ou recusando a publicação, por meio de um texto dissertativo.

Embora a área de Ciências da Saúde não tenha disponibilizado os critérios de avaliação para a pesquisadora, ao ler suas normas, subentendem-se algumas ideias que são avaliadas pelos pareceristas. Quanto ao tema, aborda-se o ineditismo, tratando-se da objetividade, da precisão e da atualização das ideias, ao falar do texto. É na área da Saúde que se apresenta, pela primeira vez, a questão dos aspectos éticos do artigo. O periódico afirma que os artigos devem respeitar a legislação para pesquisa envolvendo seres humanos, além da necessidade de terem número de identificação em um dos registros de Ensaios Clínicos. Vê-

se, assim, o diálogo com os postulados do discurso das agências de fomento, mais especificamente com os postulados do Código de Ética, que trata da integridade ética da pesquisa, principalmente nas áreas de saúde e biológicas.

A única área que não possibilita entendimento sobre as normas é a Engenharia.

O cruzamento de dados entre critérios gerais de avaliação e aqueles seguidos pela revista será retomado no momento de análise do gênero artigo científico, já que será possível observar se ele responde realmente àquilo que era solicitado pelos pareceristas[40].

Além das normas de avaliação por parte dos pareceristas, há as normas de submissão, que são abertamente expostas aos pesquisadores e autores dos periódicos. Ao verificá-las, observei critérios comuns entre as áreas, correspondentes àquele levantamento inicial que demarcou os seguintes critérios comuns: formatação (citação); referências; notas de rodapé; sistema de avaliação por pares; autorização para publicação; publicação pode ser feita em diferentes idiomas.

Para que os artigos possam ser submetidos aos periódicos, eles devem se adequar às normas propostas pelos editores quanto à formatação. Sendo assim, consideram-se os critérios dos periódicos selecionados, retomando o Quadro 11, que trazia o levantamento geral de tais elementos, contrapondo-os aos postulados da ABNT, das agências de fomento e cursos de escrita.

A área de Linguística, Letras e Artes expõe, de forma geral, a forma composicional do artigo, sem oferecer muitas explicações sobre o que deve ser apresentado em cada parte do estudo. Ao comparar com a tabela geral, há alguns itens presentes no periódico selecionado, como:

> - resumo na língua na qual o artigo foi escrito [...] o resumo não deve ultrapassar o máximo de 250 palavras;
> - palavras-chave (entre 3 e 5) na língua na qual o artigo foi escrito [...] no máximo, duas palavras;
> - título e resumo em inglês;
> - referências bibliográficas conforme a norma da ABNT mais recente (NBR 6023).
> - não fazer uso de *idem* e *ibidem.*

Além dessas, outras especificações são mostradas, como texto digitado no Word, espaço 2, fonte Times New Roman 12, ilustrações em preto e branco. O artigo, nesse caso, deve conter até 25 laudas, não se especificando questões ligadas ao título. Não se trata

[40] Embora haja entendimento de que, se o artigo foi aceito pela revista é porque passou pelo crivo dos pareceristas.

claramente do uso da ABNT para formatação, mas a forma de explicação a respeito das citações e das referências tem por fundamento a Associação. Parece, portanto, que essa área em relação às outras, é mais livre em sua composição, não sendo possível delimitar diálogos evidentes entre aquilo que as agências e os cursos de escrita postulam. Há, sim, um diálogo maior com os postulados da ABNT.

A área de Ciências Exatas responde aos critérios já elencados anteriormente, a saber:

> *a*) título e resumo na língua na qual o artigo foi escrito [...]; o resumo não deve ultrapassar o máximo de 250 palavras;
> b) palavras-chave (entre 3 e 5) na língua na qual o artigo foi escrito [...] no máximo, duas palavras;
> c) corpo do trabalho, contendo divisões internas numeradas a partir de 1 [...];
> d) título e resumo em inglês;
> e) notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável [...];
> f) referências bibliográficas conforme a norma da ABNT mais recente (NBR 6023);
> g) anexo(s) a critério do autor.
> O resumo deve enunciar claramente, mas de forma sintética, o problema de pesquisa, a abordagem metodológica empreendida, resultados e conclusões.

Além dessas constatações, vale ressaltar que outros elementos são evidenciados quando se lê o periódico especificamente. Destaca-se, assim, uma forma composicional bem definida de como deve ser constituído o artigo, que deve conter 20 laudas, no máximo: título, título em língua inglesa, nome(s) do(s) autor(es), resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, detalhes sobre o corpo do texto, ilustrações e referências.

Neste caso, há um diálogo bastante marcado com as normas da ABNT, já que o próprio periódico postula: "Indicativo de seção: de acordo com as normas da ABNT atual (NBR 6024:2003)"; "Citações: Devem ser seguidas as normas da ABNT atual (NBR 10520/2002)"; "Ilustrações: Devem ser seguidas as normas da ABNT atual (NBR 6022/2003)"; "Referências: Devem seguir as normas da ABNT atual (NBR 6023/2002)". Além de já marcar a questão estrutural que o artigo deve apresentar com título, resumo etc., utilizam-se as regras da ABNT para marcar uso de citações e de referências, algo bastante recorrente dentro dos periódicos. De certa forma, há um diálogo com aquilo que é exposto também nos cursos de agências de fomento, no sentido de padronizar a forma de apresentação da pesquisa, atribuindo uma sequência para o aparecimento de elementos dentro do texto.

O periódico de Ciências Sociais não dialoga diretamente com o levantamento realizado nas revistas, já que apresenta elementos diferentes de outros periódicos, a saber: os

títulos devem ser os menores possíveis, havendo dois títulos (português e inglês); resumo com, no máximo, 7 linhas e com 3 a 6 palavras-chave, seguidas de *abstract* e *keywords*; as referências seguem os padrões da ABNT; não há delimitação de número de autores.

A área de Ciências da Saúde postula que a forma composicional dos artigos é convencional, contendo introdução, métodos, resultados, discussão e conclusão, com destaque às contribuições do estudo para o avanço do conhecimento na área da enfermagem. No entanto, não apresenta essa estrutura esquematicamente, realizando uma explicação para cada item mencionado, conforme já exposto no Quadro 11:

> **Resumo:** Os resumos estão limitados a 200 palavras e estruturados em objetivos, método, resultados e conclusões incluindo a contribuição do estudo para o avanço do conhecimento científico. [...]
> A ***Introdução*** deve ser breve, definir claramente o problema estudado[...]
> Os ***Métodos*** **empregados,** a população estudada, a fonte de dados e os critérios de seleção devem ser descritos de forma objetiva e completa.
> Os ***Resultados*** devem estar limitados somente a descrever os resultados encontrados sem incluir interpretações ou comparações [...] A ***Discussão*** enfatiza os aspectos novos e importantes do estudo e as conclusões que advêm deles.[...].
> ***A Conclusão*** deve responder aos objetivos do estudo, restringindo-se aos dados encontrados [...] **Referências** conforme postulados da ABNT.

Quanto ao número de páginas, solicita-se um total de 17 e quanto às referências, não devem ultrapassar 25. Pede-se, ainda, o máximo de 6 autores para o artigo. Evidencia-se, assim, um diálogo bastante evidente do periódico da área da Saúde com a ABNT, assim como com os postulados das agências de fomento e cursos de escrita, já que se delimita o que cada elemento do artigo deve conter, demonstrando a tendência em padronizar o formato do artigo, independentemente da área. Há o foco nos elementos pré-textuais (resumo), textuais (introdução, métodos, resultados, discussão) e pós-textuais (referências).

Ao observar os cursos de escrita, principalmente o oferecido pela USP, constata-se, por exemplo, a instrução de que, na introdução de um artigo, deve haver "contextualização, sumarização breve da pesquisa e proposta do estudo", elementos que são apresentados nos encaminhamentos do periódico ao tratar desse elemento do artigo.

A área de Saúde preocupa-se com a questão das pesquisas relacionadas a seres humanos, exigindo que sejam acompanhadas de cópia de aprovação do parecer de um Comitê de Ética em pesquisa, sendo necessário ainda "constar no último parágrafo do item Métodos o número do protocolo e data de aprovação do Comitê de Ética".

Quanto à forma composicional do texto, solicita-se "evitar o uso da primeira pessoa 'meu estudo...', ou da primeira pessoa do plural 'percebemos…', pois em texto

científico o discurso deve ser impessoal, sem juízo de valor e na terceira pessoa do singular".

Apesar de haver um grande número de características composicionais na área de Humanas, a maioria não é contemplada pelo periódico selecionado, já que ele apresenta como elementos: "fonte Times, 12, espaço 1,5"; "autor, filiação com endereço postal, titulação, agência de fomento, endereço residencial e eletrônico"; "resumos com até 5 linhas e com três palavras-chave (em português e inglês)"; "Citações, notas e bibliografia final devem seguir a ABNT – NBR 6023".

Quanto à área de Engenharias, o periódico analisado prevê a publicação apenas de textos em inglês "claro e conciso", subdivididos nas seguintes partes: "1. Página de rosto; 2. Abstract (escrito em página separada, 200 palavras ou menos, sem abreviações); 3. Introdução; 4. Materiais e Métodos; 5. Resultados; 6. Discussão; 7. Agradecimentos quando necessário; 8. Resumo e palavras-chave (em português - os autores estrangeiros receberão assistência); 9. Referências".

Além disso, outros critérios são apresentados:

- artigos sucintos e cuidadosamente preparados têm preferência tanto em termos de impacto quando na sua facilidade de leitura.
- Somente ilustrações de alta qualidade serão aceitas.
- As referências devem ser listadas em ordem alfabética do primeiro autor sempre na ordem do sobrenome XY no qual X e Y são as iniciais. Se houver mais de 10 autores, use o primeiro seguido de et al.
- As referências devem ter o nome do artigo. Os nomes das revistas devem ser abreviados. Para as abreviações corretas, consultar a listagem de base de dados na qual a revista é indexada ou consulte a World List of Scientific Periodicals.
- Os seguintes exemplos são considerados como guia geral para as referências [não se postulam os princípios da ABNT].

Há um diálogo direto com os discursos presentes em práticas de escrita dentro da academia, como a ABNT, os cursos de escrita *on-line* e as agências de fomento. De certa forma, busca-se uma padronização na forma de escrita, unificando-a, sem foco no aspecto discursivo daquilo que é publicado.

Diante de todo o panorama traçado, como os artigos científicos, entendidos como gêneros, espelham práticas de letramento acadêmico? Quais as relações dialógicas estabelecidas por esses artigos? O que é homogêneo e o que é heterogêneo dentro do gênero? A próxima seção aborda tais aspectos, tratando dos elementos que constituem os artigos de cada área do conhecimento.

6 ANÁLISE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DE CADA ÁREA DO CONHECIMENTO

Este capítulo, após apresentar alguns pressupostos sobre o gênero artigo científico, realiza um estudo descritivo dos artigos das diferentes áreas selecionados para a análise, destacando seus aspectos temáticos, composicionais e estilísticos. Quanto à sua composição, observa as recorrências e as especificidades de cada área, demarcando-as nos artigos científicos, relacionando-as com aquilo que já se tem sobre escrita de artigos científicos, como ABNT, cursos *on-line* de escrita de artigos, normas de avaliação e de submissão das revistas, já destacados no Capítulo 4. Nesse ponto, aborda-se o aspecto composicional, observando as recorrências de elementos que constituem o artigo científico (seria uma forma de tratar da homogeneidade, abrindo para a heterogeneidade, quando percebo as diferenças existentes entre as áreas, como na escolha de metodologias, formas de escrita da introdução, por exemplo – isso já difere de área para área). Na verdade, é a necessidade da área e da temática que vão levando à constituição das partes do artigo, que, de forma geral, são parecidas. Assim, são demarcadas também questões ligadas ao estilo e à temática de cada texto.

6.1 O GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO: ALGUNS PRESSUPOSTOS

Para Motta-Roth e Hendges (2010), o artigo é um texto produzido com o objetivo de publicar, em periódicos especializados, os resultados de uma pesquisa acerca de determinado tema. Esse gênero, então, funciona como via de comunicação entre autor-pesquisador, profissionais, mestrandos, graduandos etc. que compõem a esfera acadêmica de produção científica. Segundo as autoras: "o artigo acadêmico é o gênero textual mais conceituado na divulgação do saber especializado acadêmico" (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 66).

De forma geral, as condições de produção dos artigos científicos podem ser definidas como se dirigindo a um ouvinte situado no tempo e no espaço, isto é, um grupo de especialistas da área. O artigo pressupõe um ouvinte conhecedor da matéria, dos métodos utilizados normalmente na área e interessado na pesquisa a ser relatada, apresentando a intenção de convencer o ouvinte do valor da pesquisa e de seu rigor científico.

Ao abordar a questão do interlocutor, Bakhtin (2003) postula que todo enunciado sempre o tem e é sua compreensão responsiva que o autor da obra procura e antecipa. Este é o

segundo interlocutor, havendo ainda o interlocutor terceiro (BAKHTIN, 2003, p. 333), cuja compreensão responsiva perpassa a produção do enunciado, tratando-se de uma instância superior de compreensão responsiva. Dessa forma, se, em um âmbito menor, há o diálogo entre locutor (produtor do enunciado) e interlocutor (aquele que o recebe e dialoga), em um contexto maior há o interlocutor terceiro que perpassa normas e regras de produção, definindo posturas, estruturas, temáticas, podendo ser entendido, no caso dos artigos, como a comunidade científica da qual o sujeito participa.

Ao se pensar nesses aspectos e na produção do artigo científico, Amorim (2004) argumenta que é a representação do outro a responsável por determinar a própria disposição do meu discurso, a própria divisão do discurso em partes. Assim, os tipos clássicos de divisão revelam a forma de alteridade. No desejo de envolver, de engajar o seu interlocutor, o cientista/pesquisador busca mostrar a validade de sua pesquisa, argumentando a seu favor e obedecendo às normas impostas pela comunidade científica, como a da linguagem na terceira pessoa, modalidades lógicas, intertextualidade explícita, como forma de transparecer no texto a objetividade científica (CORACINI, 1991).

Boch (2013) também trata da escrita científica, entendendo-a como produção dos pesquisadores, visando à construção e à divulgação do saber. Nesse sentido, traz como hipótese de seu estudo que o trabalho de formação de escrita científica deve passar por um processo constituído de práticas de uso, permitindo ao novo pesquisador se apropriar das características enunciativas do gênero. Assim, inicia seu artigo abordando questões ligadas à escrita acadêmica, evidenciando duas características centrais do texto científico: o apagamento enunciativo e a dimensão argumentativa do texto. No primeiro caso, busca-se o apagamento do "eu" no texto acadêmico, colocando-se em evidência o objeto de estudo. Já no caso da dimensão argumentativa, o pesquisador leva a uma discussão por meio da tomada da voz do outro, como um "chefe da orquestra" (*chef d'orchest*), organizando a polifonia ao postular seu ponto de vista. Busca-se, portanto, ao mesmo tempo, a objetividade por meio do apagamento do sujeito e constrói-se um ponto de vista, recorrendo a ferramentas argumentativas.

Diante desses postulados iniciais a respeito da produção do artigo científico, é trazida a noção central que irá possibilitar a organização desta pesquisa. Bakhtin (2003) afirma que

> [...] por trás de cada texto está o sistema de linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o

> dado). Concomitante, cada texto é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado) (BAKHTIN, 2003, p. 309).

O texto, o enunciado concreto, compõe-se de dois polos em constante diálogo, relacionando-se aquilo que é padrão, dado, com aquilo que é singular, segundo ele, voltado às relações dialógicas peculiares. Essa mesma noção dá respaldo ao estudo dos gêneros discursivos, já que é composto por elementos que o constituem como relativamente estável, como sua forma composicional, e por fatores que lhe atribuem instabilidade, singularidade, como temática e estilo. Tendo em vista que esta tese busca realizar o estudo dos artigos de diferentes áreas, demarcando seu caráter heterogêneo, na análise dos dados, busco tratá-los pelos viés discursivo, pensando-se na abordagem sociológica do estudo do enunciado, nos dizeres bakhtinianos.

Nesse sentido, é possível relacionar as noções postuladas por Bakhtin (2003) a respeito do texto (aspectos formais e singulares) e do gênero com os aspectos homogêneos e heterogêneos dos gêneros propostos por Corrêa (2013a, 2013b). O autor (2013a) afirma que, no primeiro caso, há uma forte tendência no foco verbal e composicional do texto, enquanto a heterogeneidade ultrapassa tais limites, dando abertura para a inclusão do "contexto extraverbal" (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1926), isto é, aos "presumidos" (CORRÊA, 2011) que acompanham o uso da palavra.

Tendo em vista o vínculo estabelecido entre a forma e o conteúdo do enunciado, é necessário abordar a temática dos textos a serem analisados, para que, posteriormente, seja realizada a relação entre esse aspecto e a forma composicional do texto. O conceito de temática, no âmbito deste estudo, não se confunde com "assunto", haja vista que o tema designa os sentidos nascidos da interação dialógica, influenciado por diversos fatores sociais que não apenas o signo linguístico (SOBRAL, 2009). Nesse sentido, Bakhtin/Volochinov (1992, p. 128) postulam o tema como "expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação". Por vezes, neste estudo, afirmo que a análise dos artigos contempla os aspectos composicional, temático e estilístico que os constituem como enunciado, por conseguinte, diversos elementos dialogam para a constituição dos enunciados que criam diferentes temas, tendo em vista os diversos contextos ou comunidades científicas nas quais circulam.

Para Bakhtin/Volochinov (1992), o tema é determinado não só pelas formas linguísticas, mas também por elementos não verbais da situação, englobando fatores como a ideologia. Sobral (2009, p. 76) explicita que isso se dá, porque o tema se vincula aos "recortes

ideológicos da realidade", assim, os sentidos elaborados nas situações concretas não são criações totalmente novas dos sujeitos, eles advêm da soma das relações sociais dos indivíduos. É a partir dessa noção de temática que os artigos são estudados, inseridos em uma situação concreta de enunciação, assumindo um sentido no momento histórico, na situação, em relação aos interlocutores e aos diálogos estabelecidos com diferentes discursos. Dessa forma, o tema é concebido como o "sentido assumido pelo discurso numa situação concreta e única de interação verbal" (CEREJA, 2012, p. 203).

A fim de verificar a constituição dos artigos científicos das diferentes áreas do conhecimento, foram selecionados seis periódicos e deles extraídos seis artigos. Trata-se de revistas eletrônicas, tendo em vista a possibilidade maior de acesso e de contato com esses meios de divulgação da ciência.

O artigo de Ciências Humanas (subárea História) intitula-se *Por que os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos.* Tem como objetivo central apresentar uma das respostas possíveis à pergunta: por que os seres humanos agem como agem? Examinam-se críticas e alternativas às respostas com base naquilo que o autor do artigo acredita.

A área de Ciências Sociais (subárea Serviço Social) apresenta o artigo *Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político*, que objetiva reunir e comentar as salvaguardas jurídico-políticas disponíveis para o enfrentamento dos desafios presentes no mundo do trabalho. Além disso, busca saber se o aparato jurídico-político é suficiente para qualificar o fazer profissional do assistente social, contrapondo-se ao desemprego e à precariedade de trabalho, havendo ampliação das funções do assistente social.

O artigo *A constituição da escrita escolar em objeto de análise dos* e*studos linguísticos* é abordado na área de Linguística, Letras e Artes (subárea Letras/Linguística) e aborda a escrita escolar, tendo como *corpus* de análise os primeiros artigos publicados para divulgar resultados de pesquisas realizadas no Brasil por meio de um periódico da área.

Da área de Ciências Exatas (subárea Ensino[41]) destacamos o artigo *O ler e o escrever na construção do conhecimento matemático no ensino médio*, que investiga as estratégias de leitura e de escrita no ensino de Matemática no ensino médio, assim como os instrumentos nos quais os alunos expressam as suas percepções durante o processo de ensino e de aprendizagem. A pesquisa trabalha, então, as atividades e os instrumentos propostos que

[41] O fato de a subárea do periódico ser "ensino" influenciará a constituição do artigo das Exatas. Apesar disso, optei por destacá-lo, pois trata-se da única revista A1 brasileira dessa área e os textos que a constituem são todos voltados às questões de ensino, envolvendo questões matemáticas.

foram organizados em portfólio. A partir da coleta, tem-se como categorias de análise a construção do conhecimento matemático, a semântica dos termos matemáticos, os valores demonstrados pelos alunos e a potencialidade das atividades. Os resultados indicam que o processo pode tornar a relação professor-aluno e aluno-aluno mais interativa e mais efetiva para a construção do conhecimento matemático.

O artigo da área de Ciências da Saúde (subárea Enfermagem) denomina-se *Sofrimento moral em trabalhadores de enfermagem* e busca analisar a frequência e a intensidade de sofrimento moral vivenciado por trabalhadores de enfermagem do Sul do Brasil, contemplando elementos do seu cotidiano profissional.

Por fim, a área de Engenharias (subárea Engenharia III) apresenta o artigo *A análise de risco no vertedouro da barragem de Orós por excesso de vazão afluente*[42] (tradução minha). Ele aborda a possibilidade de superação do nível de água do projeto no vertedouro da barragem de Orós. Avalia, além disso, as fórmulas empíricas contidas no projeto original.

A partir disso, há o estudo de cada artigo e, ao concebê-lo como gênero discursivo, opto por demarcar sua forma composicional, estilo e temática, conforme segue.

6.2 FORMA COMPOSICIONAL[43], TEMÁTICA E ESTILO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DAS DIFERENTES ÁREAS

Esta seção objetiva apresentar a descrição e a análise dos artigos científicos das diferentes áreas. Para tanto, serão observados sua forma composicional, temática e estilo, havendo descrições, seleções de excertos para justificar os dados, dentre outros aspectos. Tendo em vista que a ABNT, tida como lugar orientador da escrita dos textos acadêmicos, foca o artigo científico abordando apenas sua forma composicional, postulando a existência de três elementos que o compõe (pré-textuais, textuais e pós-textuais), independentemente da área de estudo, optei por organizar a discussão dos artigos a partir da mesma constituição composicional, apontando, no entanto, que tal configuração produz a homogeneização da escrita dos artigos. Dessa forma, ao discutir os textos selecionados, irei além do âmbito composicional, formal do texto, relacionando-o com questões temáticas e estilísticas

[42] "*Risk analysis in the spillway of dam Orós by excess of influent flow".*

[43] Destaco, na sequência, a forma composicional do gênero artigo científico, ou seja, a materialidade do texto, as formas da língua e as estruturas textuais que constituem o enunciado (SOBRAL, 2009). A caracterização da forma composicional auxiliará nas discussões a respeito da forma arquitetônica do artigo, isto é, da superfície discursiva, da organização do conteúdo, que é expresso pela materialidade verbal. Nesse sentido, a organização arquitetônica "precisa de um material no qual moldar o conteúdo" (SOBRAL, 2009, p. 69).

pertencentes a cada área do conhecimento. Sendo assim, empresto da ABNT a estrutura dos textos, com o objetivo de demarcar o diálogo que tais elementos estabelecem com os elementos discursivos do texto, relacionados às áreas de conhecimento.

De forma geral, os artigos das áreas de conhecimento apresentam uma estruturação que responde basicamente ao formato do artigo científico postulado pela ABNT e pelos cursos de escrita *on-line* que podem ser considerados representantes da comunidade científica, assim como "interlocutores terceiros", ou seja, instâncias envolvidas no processo de produção escrita e que influenciam "na criação ideológica do grupo social" (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 112).

A composição do artigo de cada área é colocada em diálogo com elementos pré-textuais (título, autor, resumo, palavra-chave), textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e pós-textuais (resumo em outra língua, referências e anexos), propostos pela ABNT, conforme se verifica na sequência pelo Quadro 13:

Quadro 13 - Forma composicional dos artigos das diferentes áreas

ESTRUTURA DO ARTIGO	HUMANAS SUBÁREA: HISTÓRIA	SOCIAIS SUBÁREA: SERVIÇO SOCIAL	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES SUBÁREA: LETRAS/ LINGUÍSTICA	EXATAS SUBÁREA: ENSINO	SAÚDE SUBÁREA: ENFERMAGEM	ENGENHARIAS SUBÁREA: ENGENHARIA III
PRÉ-TEXTUAIS	Título Autor (1) Afiliação Contato Resumo Palavras-chave *Abstract* *Keywords*	Título em português Título em inglês Autor (1) Titulação + afiliação no rodapé Imagem (figura) Resumo Palavras-chave *Abstract* *Keywords*	Título em português Título em inglês Autor (1) Titulação + afiliação no rodapé Resumo Palavras-chave *Résumé* *Mots-chefs*	Título em português Título em inglês Autor (2) Titulação no rodapé Resumo Palavras-chave *Abstract* *Keywords*	Título em português Autor (6) Titulação no rodapé Resumo Descritores Título em inglês *Abstract* *Descriptors* Título em espanhol Resumo Descriptores	Título em Inglês Autor (1) Afiliação Recebimento e aceite do artigo *Abstract* *Keywords*
TEXTUAIS	- Introdução - Fundamentação teórica e análise - Conclusão	- Introdução - Fundamentação teórica e análise - Conclusão	- Introdução - Fundamentação teórica - Análise e discussão - Resultados - Considerações finais	- Introdução - Metodologia - Resultados - Considerações finais	- Introdução - Método - Resultados - Discussão - Conclusão	- Introdução - Materiais e métodos - Resultados - Discussão
PÓS-TEXTUAIS	Referências Bibliográficas	Referências Bibliográficas	Referências Bibliográficas	Referências	- Referências - Como citar este artigo	- Resumo - Palavras-chave - References
TOTAL DE PÁGINAS	52	21	15	21	9	9

Fonte: A autora.

Em âmbito geral, ao observar o quadro com as formas composicionais dos artigos, há a resposta dos textos àquilo que é esperado pelos discursos da ABNT, pelos cursos de escrita acadêmica, assim como pelas agências de fomento, haja vista que sua composição realmente se adequa ao pré-textual, textual e pós-textual. No plano da forma arquitetônica, a finalidade do artigo, por parte do pesquisador, é apresentar seu estudo, convencendo de seu valor e de seu rigor, de sua objetividade, fato que é manifestado no micronível, no nível textual do gênero, havendo a divisão do texto de forma bastante objetiva, respondendo às normas dos interlocutores superiores que "comandam" a produção escrita.

A forma composicional é abordada em sua relação com a forma arquitetônica, do ponto de vista do projeto estético. Pode ser definida por diversos fatores, como forma arquitetônica, situação de interação do autor com o interlocutor, função e condição da comunidade científica de cada esfera, conteúdo.

A forma composicional pode ser entendida, então, como modos específicos de estruturar a obra externa, restringindo-se à realização do objeto material, que é uma das partes que integram a totalidade do gênero. Para Sanches (2009a), a maneira como o material e o conteúdo são articulados pela forma composicional se dá em função da forma arquitetônica, pois ela é imbuída de valores ético-morais, de objetivos, que condicionam o conteúdo e o material, a relação com o interlocutor e a forma composicional.

Há, assim, duas questões importantes relativas à forma composicional. A primeira delas se refere ao sentido conferido pela arquitetônica que é garantido pela participação da obra na unidade da cultura, na comunidade científica, pois é a relação entre diversos domínios da cultura que poderá proporcionar um sentido que não seja arbitrário (BAKHTIN, 1998), ou seja, que não seja incoerente com o esperado pela comunidade. O artigo científico se constitui como tal por sua participação em determinada cultura, o que faz dele algo comum e não arbitrário para a comunicação dos conhecimentos.

A segunda questão relevante é quanto ao acabamento dado à obra; a forma isola o conteúdo de sua natureza e o insere no objeto estético, passando por unificação, individualização, concretização, fazendo que o sujeito se posicione ativamente, dando acabamento ao texto. Portanto, conteúdo e forma, nos dizeres bakhtinianos,

interpenetram-se, são indissolúveis; a forma precisa do conteúdo, sem o qual ela não pode realizar-se enquanto forma.

A abordagem do Círculo de Bakhtin sobre formas arquitetônica e composicional se direciona ao projeto estético, no entanto suas asserções podem ser aplicadas ao projeto científico, com algumas diferenças. Tal como no projeto estético, a arquitetura científica do conteúdo e dos valores presentes em um tempo e espaço assume determinada forma composicional, assim como se destacou no quadro anterior. Ao se pensar na Ciência, os valores perpassam verdades científicas, a objetividade, o que confere a essa esfera poder, credibilidade e autonomia em relação às demais, conforme postula Habermas (1997). Esses valores de objetividade e verdade científica estão marcados nos manuais e nos discursos da ciência e refletem um pouco da forma arquitetônica que materializa o projeto científico na forma composicional.

Diante do levantamento realizado, é possível verificar que, na medida em que os autores vão construindo seu texto, há uma progressão da informação, perpassando seções, principalmente na parte textual, a saber: introdução, metodologia, resultados e discussão. De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010), a progressão pode ser vista como a passagem de uma visão mais geral da disciplina até se chegar aos resultados mais específicos do estudo. Logo "o texto avança do conhecimento amplamente aceito na área para a geração de um novo conhecimento específico e deste de volta para a área" (MOTTA-ROTH E HENDGES, 2010, p. 69). Diante dos dados, há recorrência dos elementos "introdução, metodologia, resultados e discussão" dentro das áreas, sendo esse formato apresentado nas Ciências da Saúde e Engenharias. A área das Exatas traz tais elementos, acrescentando a eles a "análise dos dados", seção específica na qual analisa os dados que coletou e apresentou no momento da metodologia.

As áreas de Humanas e Ciências Sociais apresentam uma estruturação das fases do artigo em três momentos: "Introdução, Seção(ões) Teórica(s) e Conclusão". Não há menção às seções de metodologia, instrumentos de análise, resultados, embora abordem questões que levam à análise de uma realidade, de uma situação, de um tema de estudo, as discussões giram em torno de pontos teóricos, eles são responsáveis por dar respaldo às ideias expressas e aos argumentos destacados.

Diante das normas estabelecidas para submissão dos artigos, das normas da ABNT, dos cursos de escrita *on-line* e do Manual *Como escrever artigos científicos*[44], de Aquino (2010), constato que, em suas normatizações, a forma composicional dos artigos é enfatizada, colocando em segundo plano o estilo e o conteúdo temático. Sanches (2009a) expõe duas possíveis justificativas para isso: a primeira delas é que os manuais consideram estilo e conteúdo temático menos importantes que a forma composicional; a segunda é que estilo e temática necessitam de uma abordagem complexa e profunda, o que poderia distanciá-los de seus objetivos didáticos, relacionados à descrição das partes dos artigos científicos. A partir disso, passo para a discussão dos elementos constituintes dos artigos, abordando a forma em conjunto com aspectos discursivos dos enunciados.

6.2.1 Os elementos pré-textuais dos artigos das diferentes áreas

6.2.1.1 Títulos dos artigos das diferentes áreas

Os elementos pré-textuais e pós-textuais revelam uma padronização bastante evidente ao se pensar na composição do gênero artigo. Embora haja essa padronização, motivada pelas normas prescritas pelas revistas, pelos cursos e pelos manuais, algumas especificidades podem ser elencadas. Na sequência, destaco alguns dos elementos que compõem a chamada fase pré-textual do artigo, contrapondo os dados àquilo que a ABNT, os cursos de escrita *on-line* e o manual de escrita postulam sobre o assunto.

Quanto ao título dos artigos, há as seguintes orientações gerais:

> **ABNT**
> *Título e subtítulo*
> *O título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois-pontos (:) e na língua do texto.*

[44] Abordo, em alguns momentos da análise, o manual *Como escrever artigos científicos* em função da necessidade em verificar como tal material evidencia a escrita academicamente. Apesar de o autor da obra ter sua atuação na área de Agronomia, sua obra, segundo consta no "Propósito", é voltada "aos jovens cientistas das universidades brasileiras", não havendo enfoque em uma área específica de conhecimento. Além disso, na leitura do material, verifica-se um diálogo com as normas da ABNT, abordando-se a escrita de modo bastante padronizado e homogêneo, fato que permite afirmar que a obra não tende a uma área. Sendo assim, o manual foi escolhido, porque ilustra a realidade que se tem quanto à escrita acadêmica, já que é adotado em diversos cursos de metodologia e de escrita científicas, conforme constatado em pesquisas na internet. Em razão de seu caráter bastante normativo, optei por trazê-lo apenas nesta fase do estudo, pois, em outros instantes, já detalho a constituição da ABNT.

Curso de escrita on-line (USP)
A good Title describes the contents of the paper. Function: to attract reader's attention.

AQUINO (2010, p. 32)
- Primeiro contato do leitor com seu produto;
- Deve ser simples, completo, curto (10 a 20 palavras)
- Deve descrever o conteúdo do artigo
- Deve cativar o leitor, causando boa impressão
- Como uma manchete -Não escrever o título com 'pedaços' da seção de material e métodos, como em "Preferência por abelhas em duas condições, seco e úmido, com e sem açúcar, através do reflexo da extensão da probóscide".

Autores como Silva (2008) e Aguiar (2002) afirmam que os títulos são componentes textuais que, além de despertarem o interesse do leitor e de resumirem o assunto global do texto, (re)orientam cataforicamente o sentido, se considerado o contexto de leitura. Além de constituir o todo textual, o título dos artigos são componentes textuais que fornecem mais condições para que a macroestrutura textual possa ser estabelecida. Ele permite ao leitor inteirar-se, por antecipação, do assunto a ser tratado no corpo do texto.

Assim, na sequência, elencam-se os títulos dos artigos de cada área:

Quadro 14 - Títulos dos artigos

TÍTULOS DOS ARTIGOS	
HUMANAS	Por que seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos
SOCIAIS	Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	A constituição da escrita escolar em objeto de análise dos estudos linguísticos
EXATAS	O Ler e o Escrever na Construção do Conhecimento Matemático no Ensino Médio
SAÚDE	Sofrimento moral em trabalhadores de enfermagem
ENGENHARIAS	*Risk analysis in the spillway of dam Orós by excess of influent flow*

Fonte: A autora.

O artigo de Ciências Humanas, como já destacado, tem como objetivo maior apresentar uma resposta que explique os comportamentos e as ações dos seres humanos; por esse motivo, opta pela pergunta, inclusive no título: *por que os seres humanos agem como agem?* Escolhe-se, então, a resposta baseada na natureza humana, respaldando-se nos teóricos para isso, dando início, a partir do título, à unidade temática do texto.

De acordo com Grillo (2009), as relações de pergunta-resposta em enunciados da esfera secundária, como ocorre nesse título, simulam as réplicas e a alternância de falantes nos gêneros discursivos dialogais orais, os quais o autor russo caracteriza como primários, pois "não passam de representação convencional da comunicação discursiva nos gêneros primários do discurso" (BAKHTIN, 2003, p. 276).

Entre os gêneros secundários citados por Bakhtin estão algumas modalidades de popularizações científicas. Após a pergunta, há uma abordagem "específica" (conforme consta no Resumo), que irá orientar a produção do artigo. A estrutura de pergunta-resposta, de certa forma, aproxima saberes científicos do universo de referências do leitor.

Outro elemento que se pode destacar deste título é que ele pode revelar um tipo clássico de divisão do discurso, demarcando a forma de alteridade: pergunta e resposta (o autor coloca a pergunta e ele mesmo responde), conforme aponta Amorim (2004). Para a autora, a representação do outro a quem me dirijo já atua na própria divisão do discurso em partes, sendo assim, pode-se afirmar que o uso dessa estratégia perpassa a construção do artigo como um todo, já que, desde o título, o autor já delimita o enfoque temático que dará ao assunto, focando em "respostas baseadas na natureza humana".

É possível afirmar, então, que este título responde ao esperado pelas normas expostas anteriormente, já que "título e subtítulo figuram na página de abertura do artigo", "descreve o conteúdo do artigo", "é simples, completo, curto". Ao voltar os olhos para as normas de avaliação das revistas de humanas, já apresentadas na seção 4.2.3, postula-se que o título "seja adequado ao texto" e, neste ponto, o título responde ativamente ao esperado. Não há, no periódico do qual extraí o texto, um item que aborde especificamente o título do artigo.

Essa estrutura de pergunta e resposta parece ser algo específico da área das Humanas, visto que os outros artigos analisados trazem títulos objetivos, concisos, evitando excesso de palavras, demarcando a visão de objetividade esperada dentro da esfera acadêmica. Ao observar as normas referentes aos títulos dos artigos, constato revistas sem normas para título, com normas voltadas ao estilo de linguagem do título, com norma focada no aspecto formal do título.

As revistas de Humanas e de Linguística, Letras e Artes não apresentam normas de composição do título. O título do artigo desta última área é *A constituição da escrita escolar em objeto de análise dos estudos linguísticos.* O fato de haver a produção de um título objetivo e pontual demarca uma manifestação de responsividade, de acordo com a teoria bakhtiniana, a essa condição que permeia as bases do saber científico. Trata-se de um saber que não está mais "oculto" (STREET, 2009), mas sim presente na realidade científica. Isso é confirmado também ao se observar o artigo em sua íntegra, destacando-se unidade temática do início ao fim, pois o título atribuído ao texto é responsável por apresentar , de forma pontual e prática, as ideias centrais que perpassam toda a escrita do enunciado.

Existem normas voltadas ao estilo de linguagem do título, conforme se constata no quadro seguinte, no qual se destacam o título e a norma do periódico:

Quadro 15 - Títulos e suas normas segundo revistas

TÍTULOS DOS ARTIGOS		**NORMAS DA REVISTA PARA TÍTULO**
CIÊNCIAS SOCIAIS	Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político	Os títulos dos artigos devem ser os menores possíveis.
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Sofrimento moral em trabalhadores de enfermagem	- título (conciso em até 15 palavras, porém, informativo, excluindo localização geográfica da pesquisa e abreviações), nos idiomas português, inglês e espanhol.
ENGENHARIAS	Risk analysis in the spillway of dam Orós by excess of influent flow	1. Título do artigo (o título deve ser curto, específico e informativo).

Fonte: A autora.

A área de Ciências Sociais pede títulos que sejam os menores possíveis, item bastante subjetivo, já que o pesquisador deve tirar suas próprias conclusões sobre o que é um título pequeno. Se o artigo analisado com o título *Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político* foi aprovado, infere-se que ele foi considerado de um título "pequeno". Há aqui um fator bastante "oculto" (STREET, 2009), ao se abordar a construção do título dentro da área. Então, o tratamento dos aspectos ocultos do letramento corre o risco de mantê-los restritos a algumas características da estrutura composicional (como ocorre com o título) ou às escolhas léxico-gramaticais que caracterizam os estilos de gênero.

As áreas de Ciências da Saúde e Engenharias são bastante parecidas ao abordar a questão do título, já que postulam título conciso/curto, informativo, específico. Tem-se como resultado: *Sofrimento moral em trabalhadores de enfermagem*, que remete a um artigo com unidade temática sobre o sofrimento moral vivenciado por trabalhadores de enfermagem do Sul do Brasil, e *A análise de risco no vertedouro da barragem de Orós por excesso de vazão afluente*, que se volta para a possibilidade de superação do nível de água do projeto no vertedouro da barragem de Orós.

A área de Ciências Exatas é bastante voltada ao aspecto estrutural (formal) da escrita do título, postulando o que segue:

> 2.2 Título
> Fonte *times new roman,* tamanho 16, em negrito, espaçamento 1,5 linha, centralizado. As iniciais das palavras do título devem ser escritas em letra maiúscula (exceto as preposições, advérbios, conjunções etc.), sendo que as palavras após o uso dos dois pontos (:) devem ser iniciadas com letra minúscula (exceto para nomes próprios).

Tem-se como título do artigo *O Ler e o Escrever na Construção do Conhecimento Matemático no Ensino* Médio, ele, formalmente, condiz com as normas da revista e ilustra basicamente o conteúdo a ser discutido no decorrer do artigo, ou seja, as estratégias de leitura e de escrita no ensino de Matemática no ensino médio.

De forma geral, há uma busca pela objetividade e pela concisão na escrita dos artigos, partindo-se desde a constituição do título. Além dos apontamentos já elencados, ressalto que, no caso da área de Humanas, a construção do título difere, de modo geral, dos títulos apresentados nas outras áreas. Isso porque, ao propor a construção de um título por meio de pergunta e resposta, demarca-se uma possível alteridade dos sujeitos, muito embora quem responda ao artigo seja o próprio autor. De acordo com Amorim (2004), ao abordar a área de Humanas, uma das especificidades é a condição de bipolaridade entre a explicação e a interpretação, entre o conceito e o sentido etc. Sendo assim, há, por meio da análise do título do artigo, a noção bipolar de pergunta e resposta que perpassa toda a construção textual, já que, no decorrer do texto, são abordadas duas perspectivas que explicam o agir humano e que são excludentes: a natural e a histórica.

6.2.1.2 Autores e filiações dos artigos das diferentes áreas

Além do título dos artigos, apresento o papel exercido pelos nomes dos autores e filiações dentro do texto. Não se trata apenas de uma questão formal, respondendo ao que é solicitado pelo periódico e pelas normas que fundamentam a escrita acadêmica, mas sim de uma discussão maior envolvendo a comunidade científica.

De forma geral, é possível afirmar "a grande importância dada, pela comunidade científica, à presença da filiação dos autores associada aos seus nomes e qualificações concede credibilidade não só ao artigo científico, mas à pesquisa como um todo" (SANCHES, 2009a, p. 110). Nisso reside a ideia de Habermas (1997) de poder conferido à Ciência. Quanto maior o capital simbólico, maior o *status* do agente, o que lhe garante maior poder para perpetuar a estrutura social em que se encontra. Garante *status* estar associado a certa instituição.

O que é bastante evidente dentro dos artigos das áreas é que, geralmente, apresentam um ou dois autores, enquanto a área da Saúde destaca seis (sendo quatro professores da universidade e dois doutorandos). Existem grandes diferenças e pouco consenso, na literatura, quanto ao número de autores listados entre diferentes áreas, mesmo dentro de uma disciplina. Em algumas áreas, a lista de autores chega a conter centenas de nomes em ordem alfabética. Chega-se até a adotar um "*publication commitee"*, responsável por gerenciar o processo.

Em âmbito geral, quando o artigo tiver mais de dois autores, eles devem ser ordenados de acordo com quem trabalhou mais durante a pesquisa. O primeiro autor é o mais importante, o autor principal. Ele é considerado aquele que mais contribui para a realização do trabalho. Quando houver mais de três autores, eles serão citados na literatura, como "Autor 1 *et al* (ano)", o que dá maior visibilidade ao nome do primeiro autor, conforme ocorre no caso da área da Saúde. Quando o trabalho envolve professor orientador e aluno, é comum aparecer o nome do aluno primeiro, seguido do nome do orientador, como a área de Exatas realiza.

Algumas normas são colocadas ao se tratar da autoria e da filiação por meio da ABNT, dos cursos de escrita *on-line* e pelo Manual de Aquino:

> **ABNT**
> Nome(s) do(s) autor(es), acompanhado(s) de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do artigo [...].
>
> **Curso de escrita *on-line* (USP)**
> - All authors must be able to present/discuss/defend the paper.
> - First Name: The researcher who did the work, junior researcher.
> - Middle names: Anyone who intellectually contributed to the work.
> - Last Name: The responsible for the research: supervisor/ group head/ senior scientist.
>
> **AQUINO (2010, p. 33)**
> - deve-se colocar coautore(s) que tenha(m) algum trabalho relevante na pesquisa. Quando a colaboração é mínima, não deve ser colocado o nome (do colaborador) como coautor. Deve-se fazer menção desta colaboração nos agradecimentos.
> - quando houver mais de um autor, os nomes devem ser ordenados de acordo com quem trabalhou mais durante a pesquisa.
> - no caso de trabalho envolvendo professor-orientador e aluno(s), é comum utilizar o(s) nome(s) do(s) aluno(s) primeiro, seguido do orientador, quando se tratar de um projeto do aluno (bolsista, por exemplo).

Os artigos analisados respondem ao esperado pelas normas expostas, trazendo um ou dois autores; há variação apenas no caso da área da Saúde, que apresenta seis estudiosos responsáveis por um artigo. Mais uma vez, a área de Exatas destaca uma preocupação mais formal no trato dos autores e de sua filiação, colocando suas normas: "Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 linha, alinhado à direita não negritado. É necessário utilizar letras maiúsculas/minúsculas", enquanto as outras áreas não destacam tal foco.

Ao abordar a forma de apresentação dos autores, não há preocupação exacerbada das revistas. No entanto, no caso da afiliação, apenas as áreas de Ciências Sociais, Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes não destacam normas para evidenciar a filiação dentro do artigo, enquanto as outras áreas são bastante detalhistas, fazendo que os artigos respondam ativamente ao esperado:

> Nome completo, filiação institucional com endereço postal completo, titulação acadêmica, agência de fomento à qual se vincula, endereço residencial e endereço eletrônico (Ciências Humanas).
>
> Inserir nota de rodapé, para cada autor, constando os seguintes dados: titulação, nome da instituição (SIGLA) em que foi obtida a titulação. Instituição a que está vinculado (SIGLA), cidade, estado e país. Endereço completo (Rua, nº, complemento, bairro, CEP, cidade, estado, país) para correspondência e endereço eletrônico para contato (ambos a serem disponibilizados publicamente) (Ciências Exatas).

> 3. Endereço profissional de cada autor; 7. Indicação do nome, endereço, números de fax, telefone e endereço eletrônico do autor a quem deve ser endereçada toda correspondência e prova do artigo (Engenharias).

A publicação científica se tornou, no contexto acadêmico, obrigatória. A contribuição social é um dos fatores que mais influencia a credibilidade e a importância do indivíduo, pois o conhecimento individualizado desperta pouco interesse, não trazendo proveito para a coletividade.

O destaque profissional decorrente do trabalho científico pode ser percebido nos incentivos que os pesquisadores recebem, por meio de bolsas e de outros auxílios financeiros, que evidenciam o interesse do governo e de várias instituições de fomento à pesquisa no desenvolvimento científico. No meio universitário, a cobrança por publicações é ainda maior, a ponto de bloquear a ascensão daqueles que, mesmo sendo competentes e professores estimados, não apresentam atividade de pesquisa. O pesquisador é julgado, então, pelo número de trabalhos publicados, por sua qualidade e pelo tipo de veículo publicitário.

Não existe mais dúvida quanto à importância da pesquisa. Entretanto a distribuição da autoria não é tarefa fácil, diante dos diversos valores, muitos dos quais subjetivos, que são levados em conta ao se estabelecer a sequência dos nomes. O melhor é deixar bem claro e de comum acordo com todos os membros do grupo quais serão os princípios a serem seguidos para autoria, antes de iniciar o trabalho.

6.2.1.3 Resumos dos artigos das diferentes áreas

Outro elemento recorrente na escrita dos artigos científicos é o resumo, que pode ser apresentado em português e em segunda língua. De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010), o resumo, ou *abstract,* é um texto breve que encapsula a essência do artigo, tendo como objetivo sumarizar, indicar, por meio de um parágrafo curto, o conteúdo e a estrutura do texto integral que segue.

Quanto ao resumo dos artigos, analiso sua forma composicional, conforme quadro seguinte:

Quadro 16 - Forma composicional dos resumos dos artigos das diferentes áreas

HUMANAS	SOCIAIS	LINGUÍSTICA	EXATAS	SAÚDE	ENGENHARIA
Objetivo	Temática	Temática	Objetivo	Objetivo	Objetivo
Metodologia-procedimento	Objetivos	Metodologia - procedimentos	Metodologia tipo de pesquisa	Metodologia-procedimento	Resultados
		Aporte teórico	Aporte teórico	Resultados	Contribuição
		Resultados	Resultados	Conclusão	
			Discussão		

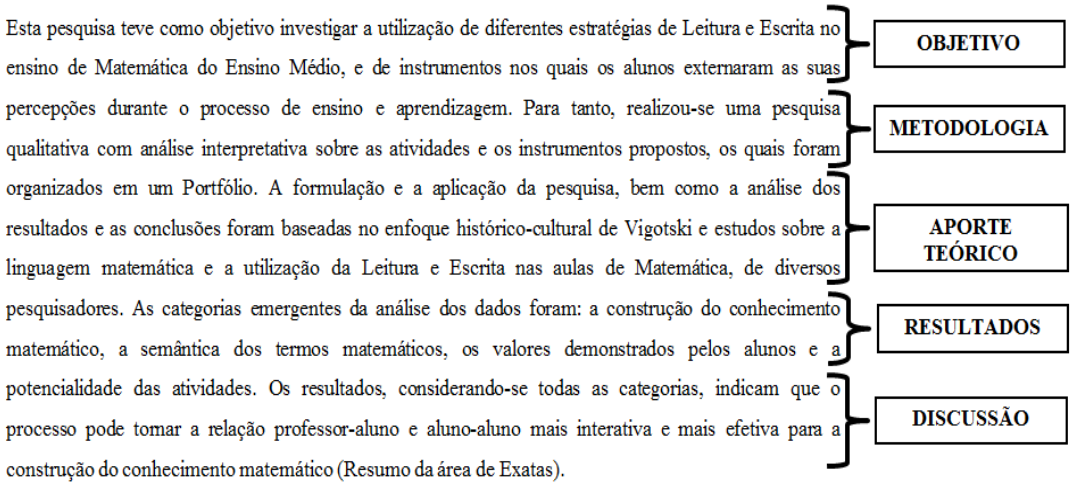
Fonte: A autora.

A ordem das informações é dada pelos diferentes momentos que uma pesquisa de caráter prático compreende: temática, objetivo, metodologia, resultados, conclusão, conforme já pontuam, por exemplo, os manuais de escrita, como o do curso *on-line* da USP e o de Aquino (2010):

> **Curso de escrita *on-line* (USP)**
>
> A model: Contextualization ; Gap; Purpose; Methodology; Results; Conclusions
> (Aluísio, S.M. (1995). Ferramentas para Auxiliar a Escrita de Artigos Científicos em Inglês como Língua Estrangeira. Tese de Doutorado, IFSC-USP, 228 p.)
>
> **AQUINO (2010, p. 38 e 43)**
> - deve conter: introdução (uma a duas frases), objetivo(s), material e métodos, resultados, discussão e conclusão(ões).
> - o Resumo é uma miniatura de um artigo completo
> - você pode utilizar as mesmas peças de um artigo completo (Introdução, objetivo etc.) e transformar este artigo em um resumo.

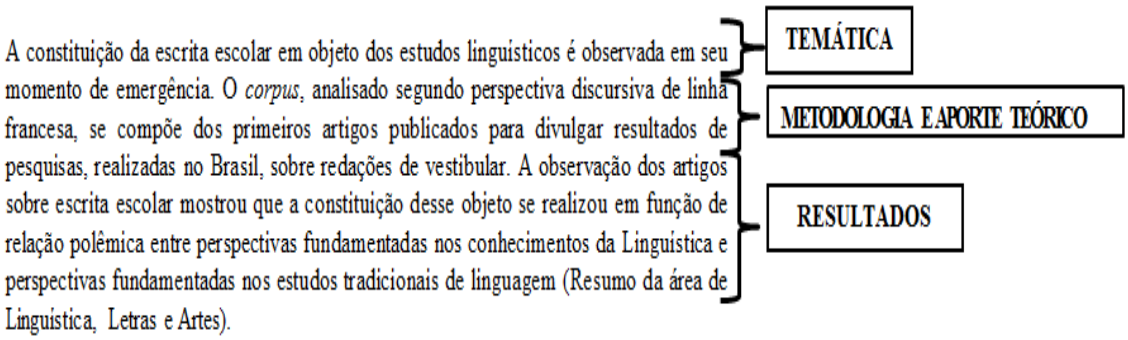
Qualquer uma das formas elencadas no Quadro 16 reflete a organização do artigo, assim como bem pontua Aquino (2010). Havendo, assim, um processo de diálogo entre o artigo completo e um dos textos que o constituem, no caso, o resumo.

Para demarcar, nos resumos, esses tipos de informações, como temática, objetivo, metodologia etc., destaco um exemplo, extraído de um dos artigos, que contempla todos os elementos de constituição do texto:



Ao observar o Quadro 13, os mesmos elementos contemplados na forma composicional do artigo (introdução, metodologia, discussão, resultados e conclusão) são trazidos para a estruturação desse resumo de Exatas, havendo, assim, o diálogo entre o texto completo, as normas que regem o contexto de escrita acadêmica e as normas de escrita da revista, que postulam: "O resumo deve enunciar claramente, mas de forma sintética, o problema de pesquisa, a abordagem metodológica empreendida, resultados e conclusões" (Normas da revista de Ciências Exatas).

O primeiro elemento marcado nos resumos de Exatas, Saúde e Engenharias foram os objetivos do estudo. As áreas de Sociais e Linguística destacam, antes dos objetivos, a temática que norteia o estudo, de acordo com o exemplo a seguir:



A incidência frequente da temática e dos objetivos como primeiros elementos dos resumos pode ser reflexo de apropriação ou de resposta do autor às normas de escrita que propõem isso. Trata-se de uma manifestação de responsividade ativa, de acordo com Bakhtin, a essa condição acadêmica que permeia as bases do saber

científico. Essa responsividade ativa mostra como um discurso está atrelado ao seu antecessor, como o elo da cadeia ininterrupta de atos de fala, conforme apontam Bakhtin/Volochinov (1992). Assim, pode-se afirmar que "trata-se de uma atitude responsiva em contexto amplo, costurando o texto no todo discursivo da malha textual que compõe o sujeito" (DURAN, 2011, p. 76).

Nesses resumos destacados, delimitei as seções de temática, objetivo, metodologia, etc., pelas pistas deixadas pelos autores por meio de marcadores metadiscursivos (MOTTA-ROTH; HEDGES, 2010). No caso do resumo das Ciências Exatas, observa-se, em relação à delimitação do objetivo, o fragmento "Esta pesquisa teve como objetivo..."; quanto à metodologia, esperam-se informações ligadas ao como, ao onde, ao quando, ao tipo de pesquisa, ao percurso usado pela pesquisa, elementos que são delineados quando se postula "realizou-se uma pesquisa qualitativa com análise interpretativa..."; o aporte teórico é aquele que norteará o estudo, sendo assim, são utilizados marcadores como "fundamentado em", "baseado em", acrescido de teóricos e de linhas de pesquisa, conforme constatado em "análise dos dados e conclusões foram baseadas no enfoque histórico-cultural..."; os resultados podem ser visualizados por meio de marcadores, como "as categorias emergentes de análise dos dados foram..."; a discussão pode ser identificada mediante marcadores como "os resultados indicam que...", indicando interpretações e conclusões elaboradas a partir das categorias encontradas.

Em áreas como a de Saúde, essas informações são indicadas por meio de subtítulos:

> **Objetivo**: analisar a frequência e a intensidade de sofrimento moral vivenciado por trabalhadores de enfermagem do Sul do Brasil, contemplando elementos do seu cotidiano profissional. **Método**: survey realizado em dois hospitais do Rio Grande do Sul, Brasil, com 247 profissionais de enfermagem. A coleta dos dados ocorreu mediante aplicação da adaptação do Moral Distress Scale. **Resultados**: a percepção de situações que conduzem ao sofrimento moral é intensificada em enfermeiros e em trabalhadores de enfermagem que atuam em instituições com maior abertura ao diálogo, realizam reuniões de equipe e têm menores jornadas de trabalho. Essa percepção também é intensificada quando se observa maior relação no número de profissionais por pacientes. **Conclusão**: compreender o sofrimento moral permite ir além da resolução dos problemas dos próprios trabalhadores, possibilitando a elaboração de uma ética de sujeitos ativos e de amplas possibilidades, definidas principalmente pelas relações consigo mesmos (Resumo da área de Saúde, grifos nossos).

De certa forma, a área de Saúde acredita que os resumos ficam mais legíveis quando se marca explicitamente cada informação, o que não se confirma, pois os resumos das outras áreas também são compreendidos. Nesse contexto da Saúde, assim como no da área médica, como postula Motta-Roth e Hegdes (2010), é importante utilizar os marcadores metadiscursivos que caracterizam cada tipo de informação. Outra razão para o uso desses marcadores explicitamente é a adequação do artigo às normas propostas pelo periódico na qual foi publicado, que postula: "Os resumos estão limitados a 200 palavras e estruturados em objetivos, método, resultados e conclusões".

Dentre as áreas analisadas, há maiores semelhanças na organização dos resumos de Exatas e da Saúde, que apresentam praticamente os mesmos movimentos discursivos[45], como a apresentação da pesquisa, os objetivos do estudo e a metodologia. Nesta, as áreas se distinguem, tendo em vista que a área de Exatas demarca o tipo de pesquisa realizada, enquanto a área da Saúde aponta os procedimentos metodológicos utilizados; ambas demarcam a discussão da pesquisa, momento em que elaboram as conclusões. Houve, assim, a busca por construir um resumo com os vários movimentos imbricados em sua constituição, não focando somente no intuito de situar o estudo, quando se destaca a temática do que se vai mencionar no decorrer do resumo.

Esse percurso de construção encontrado nas áreas de Exatas e da Saúde pode ter ocorrido em função das próprias normas colocadas pelos periódicos, pois, no primeiro caso, espera-se um resumo que enuncie sinteticamente o problema da pesquisa, a metodologia, os resultados e as conclusões, não havendo abertura para outro formato de texto. Já no caso da área da Saúde, a constituição dos resumos é indicada por meio de subtítulos: objetivo, método, resultados e conclusão, fazendo que os movimentos não variem. Essas áreas são bastante normalizadas quanto à sua escrita, distinguindo-se de outras, como Humanas, Sociais e Linguística, que, segundo Kuhn (1990), são áreas menos normatizadas, pois há menor consenso sobre em que consiste a pesquisa e a metodologia.

[45] Outros estudos abordam a questão dos movimentos estabelecidos dentro dos gêneros. Os estudos de John M. Swales, por exemplo, são voltados para aplicações de gêneros textuais em contextos acadêmicos. Na obra *Genre Analysis: English in academic and research settings* (1990), demarcaram-se os movimentos retóricos presentes na introdução de artigos científicos, que se definiram como aplicáveis para estudos subsequentes de outros gêneros textuais usados na academia, como resenhas, resumos etc. Em função de apresentar uma proposta sociorretórica para o estudo de gêneros textuais, ela não será contemplada neste estudo.

Em relação às outras áreas, torna-se complexa a busca por similaridades quanto aos movimentos realizados, existindo variações as quais parecem sugerir que, na construção do resumo, os escritores consideram não só os aspectos formais do texto, mas as particularidades das disciplinas. Segundo Motta-Roth e Hedges (2010), a cultura disciplinar parece definir as expectativas de leitores e de escritores em relação ao tipo de informação contida no texto e como ela deve ser organizada.

A área de Sociais é bastante emblemática quanto ao uso dos movimentos, situando apenas a pesquisa, demarcando a temática do texto e pontuando objetivos. A área de Engenharias foca na apresentação, na sumarização dos resultados e na discussão dos dados. O resumo de Engenharia é o único que aborda contribuições do estudo durante o movimento de discussão, enquanto Exatas e Saúde destacam apenas a discussão e a conclusão do estudo.

As áreas de Sociais e Linguística são as únicas a situarem a pesquisa. A área de Sociais busca situar, descrever, apresentar e sumarizar; há, na área da Linguística, uma amplitude maior na produção do resumo.

A área de Humanas apresenta um resumo delimitado por dois movimentos: apresentação da pesquisa e descrição da metodologia, abordando, assim, não apenas movimentos iniciais, mas colocando em diálogo a contextualização sobre a temática, a apresentação de objetivos e da metodologia.

Para construir a estrutura do resumo, o estilo é um sinal de adequação de sua enunciação àquilo que é legitimado pelo contexto dentro da esfera científica. O estilo responde dialogicamente a um contexto, ao papel que desempenha em relação ao outro. O estilo do resumo perpassa as normas da revista, que demarcam uma preocupação bastante evidente com o aspecto formal, de estruturação do texto:

> - resumo de, no máximo, 5 linhas e de 3 palavras-chave (Ciências Humanas).
> - resumo do texto contendo, no máximo, 7 linhas (Ciências Sociais).
> - resumo de até 300 palavras, digitado em espaço 1, fonte Times New Roman, nº 11" (Linguística, Letras e Artes).
> - a palavra **Resumo** deve ser escrita em fonte Times New Roman, tamanho 12, em negrito, usando letras maiúsculas/minúsculas, espaçamento simples e toque duplo, centralizado. O resumo do artigo deve ser escrito em fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples, justificado, sem recuo de parágrafo, contendo de 100 a 250 palavras" (Ciências Exatas).
> - os resumos estão limitados a 200 palavras [...] Citações ou

> abreviaturas [...] não são permitidas. Os autores são fortemente encorajados a não apresentar a informação estatística, mas apenas indicar o que é significativamente diferente (ou não) entre os parâmetros descritos" (Ciências da Saúde).
> - resumo em português; deve aparecer no final do artigo. (Engenharias).

O enfoque recai especificamente na estruturação do texto, não sendo abordados os aspectos estilísticos, linguísticos do texto. Ao observar a linguagem empregada nos resumos de todas as áreas, de forma geral, há frases concisas, uso de 3.ª pessoa do singular, acrescido da partícula "se", voz passiva, linguagem formal, apresentação das ideias em um único parágrafo. Tais características, embora não elencadas nas normas dos periódicos, são evidenciadas nos textos, fato que permite inferir que não são mais ocultas dentro do contexto acadêmico atual de escrita do resumo, já que são delineadas pela ABNT e pelos manuais:

> **ABNT**
> Elemento obrigatório, constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas e não de uma simples enumeração de tópicos, não ultrapassando 250 palavras, seguido, logo abaixo, das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras-chave e/ou descritores, conforme a NBR 6028.
>
> **AQUINO (2010, p. 33)**
> - deve ser escrito de forma impessoal (200-300 palavras), sem parágrafos.

Há, assim, uma atitude responsiva dos pesquisadores, ao produzirem os resumos que constam nos artigos científicos. Para cada elemento constituinte do resumo, constatei elementos que os representam:

a) Temática: frente aos desafios... (Sociais); a situação é observada em seu momento de emergência (Linguística);
b) Objetivo: este texto/trabalho apresenta...(Humanas, Engenharias); o artigo tem por escopo reunir e comentar (Sociais); teve como objetivo/finalidade investigar (Exatas); Objetivo: analisar... (Saúde);
c) Metodologia: abordam-se e examinam-se (Humanas); uma pesquisa X, com abordagem Y (Exatas); o *corpus* (Linguística); método: Survey..., a coleta de dados ocorreu... (Saúde);
d) Procedimentos metodológicos: abordam-se X e não Y (Humanas);

e) Aporte teórico: segundo perspectiva X (Linguística); baseadas no enfoque Y (Exatas);
f) Resultados: a observação mostrou que (Linguística); as categorias de análise dos dados foram X (Exatas); Resultados: X (Saúde); Demonstramos, então... (Engenharias);
g) Discussão: os resultados indicam que (Exatas);
h) Conclusão: Conclusão: X (Saúde).

Esses marcadores são aqueles recorrentes dentro das seções do resumo, há ainda a linguagem empregada focando no uso da 3.ª pessoa do singular, levando à evidência da impessoalidade nos resumos publicados e o foco no objeto de estudo, em detrimento daquele que pesquisa. Portanto, o sujeito da enunciação se ampara em um sujeito indefinido, em 3.ª pessoa, conforme postula Amorim (2004).

6.2.1.4 As palavras-chave dos resumos dos artigos das diferentes áreas

Junto ao resumo, apresentam-se, geralmente, três palavras-chave que são mencionadas pela ABNT e pelo Manual de Aquino:

> **ABNT**
> Elemento obrigatório, as palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão Palavras-chave:, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Exemplo:
> Palavras-chave: Referências. Documentação. (p. 4).

> **AQUINO (2010, p. 48)**
> - é a menor parte de uma escrita científica (praticamente presente apenas em artigos científicos).
> - em algumas revistas, o termo Palavras-chave é substituído por Unitermos ou Termos para indexação.
> - devem-se utilizar 3 ou 4 (no máximo 6) palavras importantes relacionadas à sua pesquisa – palavras que representam o conteúdo do artigo.
> - evitar o uso de palavras presentes no Título, mas não é errado usar uma ou duas.
> - essas palavras servirão de base para posterior elaboração de um índice por assunto, ou seja, servem para indexar o artigo em base de dados.
> - cada palavra-chave deve ser separada por vírgula e iniciada com letra maiúscula.
> - *Keywords* ou *Index terms* é a tradução de Palavras-chave para o inglês.

De forma geral, há uma preocupação evidente com o aspecto estrutural do uso dessas palavras-chave, delimitando-se, por exemplo, sua localização: "logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão Palavras-chave, separadas entre si por ponto e finalizadas por ponto" (ABNT, p. 4). Apenas em Aquino (2010), percebe-se um enfoque voltado ao conteúdo do texto, ao se afirmar que as palavras representam o conteúdo do artigo.

A mesma forma de tratamento dessas palavras é observada nas normas das revistas e recebem uma resposta ativa dos autores dos periódicos, tendo em vista que respondem ao esperado:

Quadro 17 - Palavras-chave e suas normas segundo revistas

PALAVRAS-CHAVE OU DESCRITORES		**NORMAS DA REVISTA PARA PALAVRAS-CHAVE**
HUMANAS	Natureza humana – determinismo biológico – determinismo cultural.	3 palavras-chave em português e inglês
CIÊNCIAS SOCIAIS	Assistentes sociais. Estatuto legal-normativo. Espaço sócio-ocupacional.	De 3 a 6 palavras-chave
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	escrita escolar; estudos lingüísticos; análise do discurso.	Após os resumos deverão constar 3 palavras-chave na língua em que estiver escrito o resumo.
CIÊNCIAS EXATAS	Leitura e Escrita. Contextualização. Matemática Ensino Médio. Enfoque Histórico-cultural. Portfólio.	Podem ser usadas até cinco palavras-chave que, segundo os autores, sintetizem claramente o tema, o conteúdo e a metodologia do artigo. As palavras-chave devem ser apresentadas em fonte *Times New Roman*, tamanho 10, espaçamento simples, justificado. As iniciais das palavras devem ser escritas em letra maiúscula (exceto as preposições, advérbios, conjunções etc.) e separadas por *ponto final*.
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Enfermagem; Ética de Enfermagem; Esgotamento Profissional.	- incluir de 3 a 6 descritores que auxiliarão na indexação dos artigos - para determinação dos descritores consultar o *site* http://decs.bvs.br/ ou MESH - Medical Subject Headings http://www.nlm.nih.gov/mesh/MBrowser.html
ENGENHARIAS	Análise de risco, barragens públicas, reservatórios, gestão de recursos hídricos.	- palavras-chave (em português) - Palavras-chave (de 4 a 6 palavras, em ordem alfabética);

Fonte: A autora.

De certa forma, os pesquisadores responderam ao desejado pela revista, demarcando uma atitude responsiva ativa. No entanto, mais do que postular o formato ou o número de termos, essas palavras-chave desempenham um papel bastante relevante

na construção do sentido global do artigo, já que carregam consigo a temática central do estudo, evidenciando a unidade temática do texto. Essas palavras dialogam não apenas com o todo textual, mas também com normas que são externas a ele, no sentido de que, por meio delas, o trabalho será indexado em uma base de dados, conforme apontam Aquino e as normas da revista de Ciências da Saúde, aliás, a única área a mencionar tal informação: "de 3 a 6 descritores que auxiliarão na indexação dos artigos", possibilitando sua ampla divulgação e pesquisa por outros estudiosos.

A indexação de periódicos, seja em base de dados do Brasil ou no exterior, exerce um papel preponderante para a disseminação dos periódicos científicos e para a produção do conhecimento. A publicação dos trabalhos em revistas e em anais de congressos é a contribuição do pesquisador para o seu campo do saber. Ao indexar as revistas, os autores dos artigos contam com a incorporação de suas pesquisas nas bases de dados, estruturando-se a informação e o conhecimento que se configurarão como documentação da atividade científica oficial.

Os gêneros discursivos carregam consigo uma unidade temática maior definida por Fiorin (2006, p. 62) como "domínio de sentido de que se ocupa o gênero", ou seja, o tema geral que sempre estará presente em um determinado gênero. No caso dos artigos científicos presentes em periódicos especializados, a temática pode ser a publicação de resultados de uma pesquisa desenvolvida sobre um assunto específico. Sendo assim, cada um dos artigos analisados dentro das áreas apresenta um assunto que será abordado em toda a sua extensão. Os elementos constantes na parte pré-textual, como título, resumo e palavras-chave, auxiliam nessa unidade do assunto. É na primeira página/parte do artigo que se delineia, por meio de recursos linguísticos e discursivos, o que será discutido e encontrado ao longo do texto, já que o resumo e as palavras-chave atuam como a miniatura de um artigo completo.

Para demonstrar tais ideias, destaco a página inicial de dois artigos das áreas de Humanas e Exatas, a fim de evidenciar como a questão temática define a constituição estrutural dessa parte inicial que será ampliada no decorrer do desenvolvimento dos artigos.

O primeiro resumo se refere à área de Ciências Exatas e o artigo objetiva investigar o uso de estratégias de leitura e de escrita no ensino de Matemática no Ensino Médio, organizando as atividades por meio de portfólios. Para demonstrar a relação de

unicidade temática presente na parte inicial do artigo, evidencio o título, o resumo, observando de que forma as palavras-chave dialogam com esses elementos. Assim, cada palavra-chave recebeu um destaque diferenciado e os elementos relacionados a ela, dentro do título e do resumo, serão indicadas da seguinte maneira: "leitura e escrita" (grafadas em negrito), "contextualização" (destaque em itálico, remetendo também à ideia da construção do conhecimento), "matemática ensino médio" (sublinhadas), "enfoque histórico-cultural" (indicadas por meio de um retângulo ao redor dos termos) e "portfólio" (destaca por meio de um círculo ao redor da palavra), conforme segue:

O LER E O ESCREVER NA *CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO* MATEMÁTICO NO ENSINO MÉDIO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a utilização de diferentes estratégias de **Leitura e Escrita** no ensino de Matemática do Ensino Médio, e de instrumentos nos quais os alunos externaram as suas percepções durante o processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com análise interpretativa sobre as atividades e os instrumentos propostos, os quais foram organizados em um Portfólio. A formulação e a aplicação da pesquisa, bem como a análise dos resultados e as conclusões foram baseadas no enfoque histórico-cultural de Vigotski e estudos sobre a linguagem matemática e a utilização da **Leitura e Escrita** nas aulas de Matemática, de diversos pesquisadores. As categorias emergentes da análise dos dados foram: a *construção do conhecimento* matemático, a semântica dos termos matemáticos, os valores demonstrados pelos alunos e a potencialidade das atividades. Os resultados, considerando-se todas as categorias, indicam que o processo pode tornar a relação professor-aluno e aluno-aluno mais interativa e mais efetiva para a construção do conhecimento matemático (Resumo da área de Exatas).

Palavras-chave: **Leitura e Escrita**. *Contextualização*. Matemática Ensino Médio. Enfoque Histórico-cultural. Portfólio.

Por meio da relação entre os três elementos pré-textuais, verifico a existência da unidade do assunto que será abordado no artigo, referente à área das Ciências Exatas, mais especificamente ao ensino da leitura e da escrita no contexto da matemática. Duas expressões marcadas desde o título do artigo perpassam o seu resumo e tornam-se palavras-chave: "leitura e escrita" e "matemática no ensino médio". Esses elementos são retomados no resumo, por meio de referências anafóricas (KOCH, 1991), ou seja, o elemento pressuposto está verbalmente explicitado e pode ser encontrado em alguma sentença anterior, assim como ocorre com os termos grafados em negrito e sublinhados. Constituem, então, palavras-chave aquelas voltadas ao assunto principal do artigo: leitura e ensino da matemática.

Para que se realize esse estudo, o aporte teórico utilizado é o "histórico-cultural" (indicado por meio de um retângulo), termo referido na fase de definição metodológica do resumo e a forma de organizar o conhecimento se dá pelo "portfólio", expressões que se constituem como chaves no texto. A segunda palavra-chave destacada é "contextualização", que não consta claramente no resumo, nem no título. Tendo em vista o entendimento de que o estudo busca verificar o ensino da leitura e da escrita para a construção do conhecimento matemático no ensino médio, por meio do portfólio, pode-se inferir que esse termo foi destacado em função da necessidade de ensino contextualizado da matemática para que haja a "efetiva construção do conhecimento matemático".

Desse modo, há um diálogo contínuo entre os elementos iniciais do artigo, na busca pela unicidade do que se deseja publicar.

O artigo da área de Humanas, em sua própria constituição inicial, já evidencia a dualidade que o perpassa desde o título (pergunta e resposta), passando pelo resumo (demarca que há respostas possíveis para a pergunta) até chegar às palavras-chave que serão destacadas da seguinte forma: "natureza humana" (expressão grafada em negrito), "determinismo biológico" (expressão grafada em itálico) e "determinismo cultural" (expressão sublinhada).

No título do artigo, há o questionamento *Por que os seres humanos agem como agem?* E, no subtítulo, apresenta-se uma das possíveis respostas para isso: "as respostas baseadas na natureza humana e seus críticos"; por isso mesmo, a primeira palavra-chave é "natureza humana". No entanto, ao observar o resumo, constatamos que esse foco na natureza humana subdivide-se em duas possibilidades, conforme segue:

POR QUE OS SERES HUMANOS AGEM COMO AGEM? AS RESPOSTAS BASEADAS NA **NATUREZA HUMANA** E SEUS CRÍTICOS

Este texto apresenta um dos tipos de respostas possíveis à pergunta: o que explica os comportamentos e ações dos seres humanos? Especificamente, abordam-se as respostas que partem de uma **natureza humana** *determinante, seja ela genética, de outro modo natural*, ou não explicitamente explicada por fatores naturais. Examinam-se críticas e alternativas a essas respostas, apoiadas pelo autor (Resumo da área de Humanas).

Palavras-chave: **Natureza humana** – *determinismo biológico* – determinismo cultural.

As duas formas de subdivisão da resposta baseada na natureza são o "determinismo biológico" (grafado em itálico), determinado por fator genético, no caso de modo natural, e o "determinismo cultural" que, no resumo, é definido como "não explicitamente explicada por fatores naturais". Logo, toda a construção inicial do artigo é que possibilitará o desenvolvimento do restante do estudo que será apresentado dessa mesma forma.

Após o estudo do resumo, assim como das palavras-chave de cada artigo, destacam-se, na sequência, as temáticas maiores de cada área de conhecimento propostas pelos artigos analisados.

- Ciências Humanas (subárea História): apresentar respostas baseadas na natureza humana para explicar a forma como os seres humanos agem;
- Ciências Sociais (subárea Serviço Social): reunir e comentar as salvaguardas jurídico-politicas disponíveis para o enfrentamento dos desafios presentes no mundo do trabalho, a fim de saber se o aparato jurídico-político é suficiente para qualificar o fazer profissional do assistente social;
- Linguística, Letras e Artes (subárea Letras/Linguística): aborda a escrita escolar, tendo como *corpus* os primeiros artigos publicados para divulgar resultados de pesquisas realizadas no Brasil por meio de um periódico da área;
- Ciências Exatas (subárea Ensino): investigar as estratégias de leitura e de escrita no ensino de Matemática no ensino médio, assim como os instrumentos nos quais os alunos expressam as suas percepções durante o processo de ensino e aprendizagem;
- Ciências da Saúde (subárea Enfermagem): analisar a frequência e a intensidade de sofrimento moral vivenciado por trabalhadores de enfermagem do Sul do Brasil, contemplando elementos do seu cotidiano profissional;
- Engenharias (subárea Engenharia III): abordar a possibilidade de superação do nível de água do projeto no vertedouro da barragem de Orós, avaliando as fórmulas empíricas contidas no projeto original.

Os exemplos demarcam que, independentemente da área, busca-se a unidade temática do gênero artigo, por meio de recursos que são textuais e do entendimento do leitor. Há diálogos entre expressões e ideias nas partes iniciais que constituem o artigo, no entanto outras questões podem ser levantadas, considerando-se os diálogos instaurados, principalmente dentro do resumo dos artigos.

6.2.2 Os elementos textuais dos artigos das diferentes áreas

O objetivo maior de um artigo é reportar um estudo e, para que a informação circule e tenha impacto na área de conhecimento, é preciso que o leitor se convença de que o estudo apresentado tem relevância para a área do saber na qual a pesquisa está inserida. De acordo com Motta-Roth e Hedges (2010), para que isso ocorra, o autor busca descrever o estudo, expor e avaliar os resultados, utilizando convenções próprias da área de pesquisa. Sendo assim, pode-se afirmar que cada área tem uma cultura própria que é traduzida por meio do objeto de estudo, elaborando formas particulares de construir objetivos e procedimentos, padrões para expor argumentos e refletir sobre problemas da área.

Conforme Coracini (1991), como o artigo científico se propõe a relatar com a maior fidelidade possível uma experiência, esperar-se-ia que o pesquisador reproduzisse com fidelidade as etapas do processo. Tal fidelidade poderia manifestar-se normalmente pela ordem dos fatos relatados e no uso dos tempos verbais, no entanto, isso parece não ocorrer. De acordo com cientistas entrevistados pela autora, as etapas necessárias à consecução da experiência seriam planejamento, coleta de dados, organização dos dados e confecção de tabelas e gráficos. Motta-Roth e Hedges (2010) também destacam habilidades demonstradas pelos pesquisadores, configurando as seguintes etapas da produção: selecionar referências sobre o assunto, refletir sobre estudos anteriores na área, delimitar um problema que não esteja completamente resolvido na área, elaborar abordagem para o problema, delimitar e analisar dados, apresentar e discutir os resultados e concluir, elaborando generalizações.

No artigo científico, há, de certa forma, a busca em reproduzir cronologicamente essas etapas na organização superficial padronizada, referindo-se àquilo que é textual no artigo:

> *1) introdução:* define o objeto da pesquisa, justifica a pesquisa, mostra a sua relevância, reforça seus argumentos referindo-se a pesquisas anteriores;
> *2) material e métodos:* define o método, narra as etapas que o pesquisador seguiu para a consecução da experiência;
> *3) resultados:* descreve, seja por tabelas, seja simplesmente por comentários, os resultados da experiência;
> *4) discussão:* discute, recorrendo a dados bibliográficos, a pesquisa realizada;

> *5) conclusão:* conclui e abre os horizontes da própria pesquisa (proposta de novas pesquisas) (CORACINI, 1991, p. 95, grifos da autora).

Apesar de se notar aparente correspondência, a leitura de um artigo permite ao leitor perceber que, por exemplo, a "introdução" não destaca cronologicamente a etapa voltada à elaboração mental do trabalho e que a seção "material e métodos" não expõe com fidelidade *todas* as etapas cronológicas pelas quais passou a pesquisa, já que os insucessos são praticamente todos omitidos (CORACINI, 1991). Normalmente, o estudioso leva um período de tempo para conseguir colher o seu material de análise e nem sempre esse fato é relatado, por ser considerado de pouca relevância para o leitor. Toda a etapa de observação, de leitura de referências é omitida em favor dos resultados de operações de seleção e de interpretação por parte do pesquisador.

Embora se façam tais especificações, há, no desenvolvimento da parte textual do artigo, uma progressão descrita como a passagem de uma visão geral do estudo, em que se situa o conhecimento já definido e o que ainda falta delinear sobre o problema, passando pela descrição de como a pesquisa foi desenvolvida e quais dados foram obtidos, até a interpretação dos dados como evidências de certos fenômenos. Parte-se, assim, daquilo que muitos estudiosos já mencionam, como Motta-Roth e Hedges (2010), de uma visão geral do estudo, do conhecimento amplamente aceito na área para a geração de um conhecimento específico de volta para a área.

Dessa forma, destaco, na sequência, o estudo da introdução de cada um dos artigos das áreas de conhecimento variadas, verificando a forma composicional de cada uma, assim como os movimentos discursivos realizados.

6.2.2.1 A introdução dos artigos científicos das diversas áreas

Conforme Boch (2013), a parte introdutória de um artigo impõe um formato restrito devido aos desafios consideráveis que esse pequeno espaço de texto carrega. É preciso, em poucas linhas, expor o existente, posicionar-se no campo e mostrar a relevância do estudo. Nesse sentido, a introdução recebe algumas definições que, de certa forma, são consideradas ao se analisar os artigos científicos.

Por exemplo, a ABNT define a introdução como a "Parte inicial do artigo, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros

elementos necessários para situar o tema do artigo" (p. 4). Por meio desses elementos, já se define de imediato aquilo que se espera encontrar esquematicamente no texto da introdução: delimitação, objetivos e outros elementos para situar o tema do artigo. Há, portanto, a busca por especificar o que será estudado, extraindo-o do campo maior de estudo no qual o assunto e o pesquisador se encontram.

A ideia maior é que a introdução parta realmente de uma visão maior do assunto até chegar ao nível mais específico, delimitando-se o foco do trabalho proposto, atraindo a atenção do leitor para um nicho do conhecimento na área. Assim como a ABNT, o curso de Escrita *on-line* da USP também delineia o que se busca em uma introdução, dialogando diretamente com a Associação, já que se tem contextualização, sumarização, pesquisa anterior, objetivo (*Contextualization, Sumarizing, Previous Research, Purpose*).

O Manual de escrita de Aquino (2010) aborda a introdução trazendo mais detalhes para sua construção. Primeiramente, afirma que o pesquisador deve utilizar o formato de um cone invertido para construí-la, levando o leitor a entender o propósito da pesquisa. Além disso, é preciso mostrar uma retrospectiva do que já se tem feito em relação ao assunto e, ao término da introdução, na última linha do parágrafo, devem-se expor os objetivos do estudo. O autor delimita, assim, a estruturação dessa parte do artigo, mas, ao mesmo tempo, demarca o estilo de linguagem que deve ser utilizada:

> - revisão da literatura enxuta (400-800 palavras);
> - conteúdo do seu artigo científico em que você irá apresentar o conjunto do tema estudado através dos vários tipos de citação direta (transcrição) e/ou indireta (paráfrase);
> - evite parágrafos monótonos, como: Fulano (1977) disse que era assim; Cicrano (1987) disse que era assado; Beltrano disse que era sozinho;
> - a paráfrase é a melhor maneira de citação, pois ela mostra uma síntese pessoal, porém fiel, das ideias do(s) autor(es).
> - evite o uso de citação de citação.
> - tente condensar o máximo, escrevendo frases que contenham a opinião de mais de um autor.
> - deve conter nos seus vários parágrafos: o presente, o passado e o futuro; 1. Presente: importância da pesquisa; 2. Passado: o que já foi feito; e 3. Futuro: soluções possíveis, culminando com o objetivo (AQUINO, 2010, p. 52).

A preocupação maior é com o trabalho de estruturação da seção. Embora haja esse princípio, é possível dizer que o arranjo para que se constitua a introdução pode

variar, principalmente de área para área, de acordo com as necessidades daquilo que se deseja informar, assim como em função da temática do estudo.

Os artigos de cada área demarcam uma temática central a ser tratada em seu trabalho e, em função disso, constroem o todo textual, iniciando desde a escolha do título, perpassando o resumo e chegando às outras partes constituintes do texto. Considerando-se as temáticas abordadas, foram delineadas as introduções de cada área de conhecimento. Após a leitura das introduções, propus alguns termos que indicam os direcionamentos existentes nos parágrafos:

Quadro 18 - Organização da introdução dos artigos das diferentes áreas

EXATAS	SOCIAIS	LINGUÍSTICA	ENGENHARIA	SAÚDE	HUMANAS
Justificativa (1º §)	Contextualiza (1º ao 9º §)	Justificativa (1º e 2º §)	Objetivo (1º §)	Contextualiza (1º ao 9º§)	Justificativa e Objetivo (1º)
Embasamento teórico (2º§)	Objetivo (10º §)	Contextualiza (3º ao 5º §)	Contextualiza (2º ao 7º§)	Justifica e objetivo (10º §)	Contextualiza (2º e 3º§)
Contextualiza (3º §)	Justificativa (10º §)	Metodologia (6º §)	_____	_____	_____
_____	Contribuição (11º§)	Contribuição (7º§)	_____	_____	_____
_____	Metodologia (12º§)	_____	_____	_____	_____

Fonte: A autora.

A contextualização se refere ao momento de generalização do tema, demarcando-se uma introdução inicial sobre o assunto para situar o leitor sobre os aspectos envoltos na discussão do tema do artigo. A questão de pesquisa, geralmente, dialoga com o objetivo do estudo, abordando alguma lacuna que ainda não tenha sido abordada pelos estudiosos e que aquele artigo buscará desvendar. Na justificativa, o pesquisador demarca a importância do seu estudo para a área de pesquisa e para a sua comunidade. Segue-se a esses elementos a metodologia, destacando o tipo de pesquisa e/ou o percurso metodológico utilizado no estudo, chegando-se à contribuição da pesquisa para a área.

Diante desses elementos, alguns autores buscam delimitar possíveis formatos e movimentos constituintes da introdução. Motta-Roth e Hedges (2010), por exemplo, afirmam que a introdução perpassa seis momentos: generalização, revisão da

literatura, importância do assunto, lacunas dos estudos, explicação de como o trabalho preenche a lacuna e apresentação geral da pesquisa. Há a confirmação da perspectiva de se partir do mais geral para a especificidade de uma temática.

Ao observar a estruturação da introdução dos artigos nas áreas, não há uma padronização hierárquica de elementos para constitui-la, tanto que a extensão dessas seções nos artigos é bastante variável. Quanto ao número de parágrafos constituintes da introdução, tem-se três parágrafos nas Exatas, nas Humanas, na Linguística e nas Engenharias, dez parágrafos na área da Saúde e doze na área de Sociais.

As introduções dos artigos variam quanto aos movimentos que constituem sua textualidade. Das seis áreas, cinco abordam, inicialmente, a contextualização ou justificativa da pesquisa, enquanto apenas a área de Engenharias opta por iniciar o estudo delimitando o seu objetivo. Embora a recorrência da contextualização seja evidente nas áreas, os passos seguidos, assim como os movimentos subsequentes, não são os mesmos.

A área de Exatas aponta somente a importância da pesquisa (justificativa); aponta a abordagem teórica e faz generalizações (contextualiza), delimitando o caráter bastante objetivo e preciso das Ciências Exatas, com uma configuração mais fixa de seu texto, fato que é visualizado também na constituição geral do artigo: métodos, resultados e considerações. Tal configuração é bastante singular, tendo em vista que, geralmente, dentro das áreas, utilizam-se movimentos que perpassam contextualização, indicativo de lacunas, objetivo, métodos etc.

A área de Ciências Sociais, além de demarcar a contextualização, a justificativa e a metodologia, aponta o objetivo e a contribuição do estudo. Não houve foco em questionar ou criar lacunas de conhecimento.

As áreas de Saúde e Humanas distinguem quatro movimentos, embora não sejam correspondentes. Enquanto a primeira aborda a contextualização, a lacuna deixada, a justificativa e o objetivo, a área de Humanas apresenta a justificativa, o objetivo, a contribuição e a lacuna.

A área de Linguística demarca a justificativa, a contextualização e a metodologia. A área busca fechar o território no qual estabelecerá a pesquisa, apontando a lacuna deixada por outros estudos existentes, fechando o seu nicho de estudo com a contribuição da pesquisa. Há, assim, uma sequência bastante evidente dos movimentos.

Não há, na última parte da introdução, a indicação da estrutura do artigo, assim como apontam Swales (1990) e alguns manuais de escrita, como o de Aquino (2010). Nenhuma área opta por esse passo para concluir a introdução.

A área de Engenharia destaca o objetivo do estudo e utiliza a contextualização. Trata-se de uma área bastante objetiva, que não expande as informações constantes na introdução.

Cada área realiza um jogo de ideias de acordo com a temática que busca abordar. De certa forma, todas as áreas optam por demarcar algo mais discursivo em suas pesquisas para situar o leitor, seja por meio da contextualização ou da justificativa do estudo. Algumas trazem menos movimentos, como Engenharias e Exatas, privilegiando a objetividade e o conhecimento prévio do leitor.

Kuhn (1990) postula que áreas como Linguística, Humanas e Sociais são áreas menos normatizadas da ciência, porque existe um consenso menor sobre em que consiste a pesquisa, a metodologia, ou a nomenclatura científica, logo optam por contextualizar, justificar e abordar teorias em um número maior em relação às outras áreas.

Essas áreas realmente destinam parte de suas introduções para situar o leitor, no entanto não se pode generalizar que sejam áreas menos normatizadas, tendo em vista que perpassam movimentos contínuos para construir as ideias dentro da introdução, não se restringindo a contextualizar, mas trazendo lacunas de estudo (como na Linguística e nas Humanas), metodologia marcada (como nas Sociais) e sua contribuição (como na Linguística).

É possível dizer que essas variações dentro das áreas indicam que os pesquisadores, ao produzir seus enunciados, consideram não apenas as convenções formais, mas também as singularidades de cada área. Entre áreas distintas e mesmo dentro de uma única área, as diferenças de enfoque e de conteúdo demandam formas de comunicação diferentes, com características próprias, como se observa no caso das Exatas. Embora seja um artigo que esteja na subárea do ensino, abordando uma temática sobre leitura e escrita na educação matemática, a constituição do texto demarca a especificidade objetiva, mais fixa da própria área, tendo em vista os poucos movimentos realizados e a própria constituição do todo textual. No caso das Ciências Sociais, busca-se o estudo de leis que norteiem o exercício do assistente social, portanto tem-se a

necessidade de não só justificar, como faz a área de Exatas, mas também de contextualizar historicamente o que será abordado, por meio de leis e de resoluções.

Do exposto, verifica-se que há elementos mais estáveis na construção das introduções dos artigos; porém esses elementos são escolhidos em função da área e da temática abordada, não sendo possível generalizar e postular formas fixas para todos.

6.2.2.1.1 Introdução iniciada pela contextualização do assunto

Duas áreas optam por iniciar a introdução contextualizando o assunto: Sociais e Saúde. As ações que demarcam a contextualização nesses artigos se referem à realização de um percurso histórico do tema, à relação da pesquisa presente no artigo em resposta a outros estudos já realizados e ao preenchimento de lacunas deixadas por outros estudos.

Para realizar a contextualização no artigo, a área da Saúde utiliza nove parágrafos, dentre os dez que constituem a introdução, e a área das Ciências Sociais nove parágrafos, dos doze da introdução; portanto essa parte se configura como a de maior extensão na introdução.

O artigo de Ciências da Saúde, com subárea Enfermagem, analisa questões ligadas ao sofrimento moral de trabalhadores de enfermagem de dois hospitais localizados no Sul do país. Trata-se de uma pesquisa experimental, há sujeitos sendo pesquisados, métodos para isso e resultados. Em todo o caso, o espaço da introdução, além de trazer o objetivo e a justificativa, tem a função de contextualizar, de trazer para o leitor questões teóricas sobre o tema, fazendo uso do discurso citado, em alguns momentos, tendo em vista que não há um espaço específico dentro do artigo para discussão teórica do assunto, não há uma seção para o levantamento do estado de arte. Assim, do primeiro ao nono parágrafo, faz-se todo um levantamento a respeito do assunto e, no último parágrafo da introdução, demarcam-se a justificativa e o objetivo do estudo. Dessa forma, a fase de contextualização tem momentos marcados:

Quadro 19 - Elementos da contextualização na introdução da área da Saúde

PASSOS DA CONTEXTUALIZAÇÃO	PARÁFRASE DOS PARÁGRAFOS DA INTRODUÇÃO	AUTORES CITADOS
Aborda a temática do sofrimento moral, trazendo teóricos para embasar	(1º §) Profissionais de enfermagem enfrentam a incerteza moral, de dilemas morais e do sofrimento moral.	(1) JAMETON, A.
	(2º §) Fatores causadores do sofrimento moral nos enfermeiros: rotinas exaustivas, estresse, precariedade de cuidados de enfermagem, falta de diálogo, banalização da morte	(2) BARLEM, E.L.D. (3)DALMOLIN,G.L.;LUNARDI, V.L.;BARLEM,E.L.D.; SILVEIRA,R.S.
	(3º §) Sentidos para sofrimento moral: inconsistência entre ações e convicções dos profissionais; sentimento doloroso; desequilíbrio psicológico.	(4) CORLEY, M.C.; ELSWICK, R.K.; GORMAN, M.; CLOR, T.
	(4º §) A ação ética do profissional de enfermagem depende, além da repetição de conduta, da relação de si, consigo mesmo, como sujeito moral.	(5) FOUCAULT, M.
	(5º §) Outros sentidos para sofrimento moral: dor ou angústia que afeta a mente, o corpo ou as relações interpessoais no ambiente de trabalho.	(6) NATHANIEL, A.
Amplia o tema para além da área de enfermagem, englobando, de forma geral, as práticas da Saúde	(6º §) O sofrimento moral não se restringe à enfermagem, mas afeta profissionais da área da Saúde, de forma geral, pois quando a pessoa é forçada a comprometer seus valores e normas pessoais, pode provar do sofrimento.	(7) PAULY, B.; VARCOE, C.; STORCH, J.; NEWTON, L.
	(7º §) Discussões sobre sofrimento moral levam para a noção de como os enfermeiros se tornam sujeitos e pessoas éticas.	(8) FOUCAULT, M.
Retoma estudo e situa a pesquisa nos dias atuais	(8º §) Os primeiros estudos sobre sofrimento moral ocorriam por meio de entrevistas individuais ou em pequenos grupos. Hoje, tem-se um instrumento para a pesquisa: *Moral Distress Scale* (MDS) que pode ser aplicado em distintas realidades.	(9) CORLEY, M.C.; ELSWICK, R.K.; GORMAN, M., CLOR, T. (10) HAMRIC, A.B.; BLACKHALL, L.J. (14) KHOIEE, E.M.; VAZIRI, M.H.; ALIZADEGAN, S.; MOTEVALLIAN, A.S.; KASHANI, O.M.R.; GOUSHEGIR, S.A. *et al.*
Lacuna deixada por outra pesquisa	(9º§) Destaca pesquisa brasileira que usou o MDS. Contudo o trabalho não foi suficiente, pois não explorou problemas morais relacionados a problemas organizacionais.	(2) BARLEM, E.L.D.; LUNARDI, V.L.; LUNARDI, G.L.; DALMOLIN, G., TOMASCHEWSKI-BARLEM, J.G.

Fonte: A autora.

Em todos os parágrafos, o pesquisador faz uso do discurso citado por meio da citação numérica entre parênteses, indicando sua inserção no meio acadêmico de estudo da área e o diálogo com pesquisas que abordam o assunto. Os autores acabam tomando para si o discurso do outro, no sentido de que fazem uso dos dizeres por meio

de paráfrases. Tal fato aponta, assim, que o espaço destinado à contextualização dentro da introdução do artigo da área de Saúde é usado como momento de abordagem da temática, de situar o leitor a respeito do que se tem estudado sobre o assunto, evidenciando a lacuna deixada por outro estudo, dando gancho para o parágrafo seguinte, que objetiva justificar a relevância do trabalho.

A contextualização presente na introdução da área de Sociais é bastante exaustiva, assemelhando-se à área da Saúde. O foco do trabalho é reunir e comentar as salvaguardas jurídico-políticas disponíveis para o enfrentamento dos desafios presentes no fazer profissional do assistente social. Trata-se de um trabalho com viés documental, havendo o levantamento de leis e de resoluções que amparam o assistente social. Tendo em vista que as seções internas do artigo destacam os pilares normativos do exercício profissional, opta-se por demarcar, na introdução, na fase da contextualização, um histórico que contempla, por meio da retomada de pesquisas e de autores, as transformações que influenciaram o exercício do assistente social, a formação do curso de Serviço Social, assim como a contribuição da Constituição Federal para a expansão do mercado do assistente social. Esses são pontos que acabam não sendo retomados no decorrer do artigo e que, por isso, ganham destaque logo na introdução do estudo.

Sendo assim, enquanto a contextualização das Ciências da Saúde perpassa quatro passos, é possível dizer que a área das Sociais apresenta um foco único que norteia a escrita dos nove parágrafos dessa fase: percurso histórico sobre o exercício do assistente social. Apesar de o próprio artigo indicar que muitos estudos já são feitos sobre as reformas econômicas e ideopolíticas, não sendo necessário que o artigo explane maiores detalhes sobre o assunto, são usados nove parágrafos para contextualizar:

Quadro 20 - Elementos da contextualização na introdução da área de Ciências Sociais

PASSOS DA CONTEXTUALIZAÇÃO	PARÁFRASE DOS PARÁGRAFOS DA INTRODUÇÃO
Percurso histórico sobre o exercício do assistente social	(1º §) Muitos estudos já são feitos sobre as reformas econômicas e ideopolíticas, não sendo necessário que o artigo explane maiores detalhes sobre o assunto.
	(2º §) As transformações atingiram a divisão sociotécnica do trabalho.
	(3º §) Foca-se na figura do assistente social, afirmando-se que as transformações influenciaram o exercício do assistente social, alterando requisitos e exigência de sua formação.
	(4º §) Faz a contextualização geral, pensando no Brasil, afirmando que o contexto neoliberal de 1995-1998 influenciou o ensino superior, focando na formação profissional para atender ao mercado de trabalho.
	(5º §) Centra-se no curso de Serviço Social, tratando do número de

	cursos existentes no país desde 2001.
	(6º §) Últimos 30 anos: redirecionamento da profissão do assistente social.
	(7º §) Aborda a constituição federal afirmando que, ao estabelecer o direito às políticas sociais, contribui-se para a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais, havendo ampliação das atividades do assistente, como acompanhamento e avaliação de projetos, assessoria e consultoria etc.
	(8º §) Novas requisições e demandas para o assistente social
	(9º §) Estudos recentes apontam o crescimento do número de profissionais e demandas.

Fonte: A autora.

De certa forma, é por meio desse levantamento do contexto de reformas políticas e ideopolíticas, perpassando a Constituição Federal e a formação do assistente social, que se cria o pano de fundo para discutir o que já se tem em lei e que dá respaldo para o exercício do assistente social e o que deve ser repensado para a efetiva atuação do profissional. Embora se tenha um artigo com análise documental, a contextualização na introdução surge como meio que permite a historicidade do assunto e o entendimento do leitor sobre a evolução das leis e das normas que regem o trabalho do assistente social. Há, sim, seções teóricas no corpo do trabalho que demarcam análise de leis e de resoluções, mas o foco delas não recai nessa retomada histórica tão contínua como a introdução consegue marcar. É por meio dessas considerações que se abre para objetivo e justificativa do artigo.

6.2.2.1.2 Introdução iniciada pelo objetivo e pela justificativa seguida da contextualização

Enquanto as áreas de Saúde e de Ciências Sociais abordam a contextualização como primeiro fator da introdução, duas áreas optam por iniciá-la pelo objetivo: Linguística e Engenharia; as áreas de Humanas e Exatas fazem uso da justificativa logo de início.

Essa variação de elementos constituintes da introdução é específica de cada área, caracterizando-as, não se constituindo como respostas para regras postas, por exemplo, pelos periódicos. Ao se observarem as normas dos periódicos, não se verificam padrões para a escrita da introdução do texto apenas apontamentos, assim como ocorre na área da Saúde: "deve ser breve, definir claramente o problema estudado, destacando sua importância e as lacunas do conhecimento. Incluir referências atualizadas" (todos os parágrafos da introdução acabam por evidenciar um autor,

conforme delimitado no quadro 19); nas Engenharias: "Deve nitidamente chamar a atenção para a novidade e importância dos dados relatados".

De certa forma, as introduções iniciadas com a contextualização, delimitando o assunto tratado e trazendo, na sequência, os objetivos da pesquisa e outros elementos, dialogam diretamente com o discurso da ABNT, do curso de Escrita *on-line* da USP e do Manual de Aquino (2010), já que se tem na introdução, segundo eles: contextualização, sumarização, pesquisa anterior, objetivo (*Contextualization, Sumarizing, Previous Research, Purpose*).

Logo a forma de iniciar a introdução variará. Como já referenciado, a introdução de Linguística é constituída de sete parágrafos que focam em objetivo, justificativa, contextualização, metodologia, contribuição. A contextualização, presente do 3.º§ ao 5.º§, surge como terceiro elemento, evidenciando a relevância atribuída ao objetivo e à justificativa. O objetivo do artigo é abordar a escrita escolar, tendo como *corpus* os primeiros artigos publicados para divulgar resultados de pesquisas realizadas no Brasil por meio de um periódico da área. Isso já consta no primeiro parágrafo e, na sequência, justificam-se os motivos de escolha do tema: "O interesse pelo tema surgiu após ter sido notada a recorrência de certas características comuns em trabalhos de análise de redações escolares". A partir disso, parte-se para uma contextualização maior do assunto, perpassando três parágrafos, que remontam aos movimentos:

Quadro 21 - Elementos da contextualização na introdução da área da Linguística

PASSOS DA CONTEXTUALIZAÇÃO	PARÁFRASE DOS PARÁGRAFOS DA INTRODUÇÃO
Retoma estudos que abordam a temática	(3º§) Retoma o que os manuais apresentam quanto à escrita: atribuem a defasagem no desenvolvimento do ensino da escrita em função das condições de produção do texto.
	(4º§) Justifica que, nas obras, é comum dizer que o não desenvolvimento do aluno na escrita se dá em razão de fatores extralinguísticos, como as condições de produção.
Lacuna deixada por outra pesquisa	(5º §) Como havia características semelhantes nos manuais com perspectivas teóricas diversas, o artigo sugere que há a existência de uma organização discursiva comum aos trabalhos e que nunca foi percebida, sendo necessário conhecer as condições que levam à constituição da escrita escolar.

Fonte: A autora.

O primeiro parágrafo da introdução do artigo de Engenharias postula o objetivo do artigo que "apresenta a aplicação prática de conceitos, e alguns métodos de análise de risco, para verificar a possibilidade de superação da lâmina d'água de projeto

no vertedouro da barragem Orós, pelo excesso de vazão afluente. Também foram avaliadas as fórmulas empíricas do projeto original". De qualquer forma, a área de Engenharias apresenta como elemento predominante da seção a fase da contextualização (do 2.º§ ao 7.º§). Trata-se de um artigo experimental, escrito em língua inglesa, que não destina nenhuma de suas seções ao tratamento teórico do tema e, por esse motivo, o movimento maior realizado dentro da contextualização é o do percurso histórico sobre o reservatório Orós e o dos estudos ali já demarcados, havendo o uso de recursos referenciais por meio de retomada de outros estudiosos:

Quadro 22 - Elementos da contextualização na introdução da área de Engenharias

PASSOS DA CONTEXTUALIZAÇÃO	PARÁFRASE DOS PARÁGRAFOS DA INTRODUÇÃO
Percurso histórico sobre o Orós	(2º §) Destaca rios que perpassam a barragem de Orós, abordando a dificuldade em encontrar dados sobre o design original da barragem, tendo em vista a antiguidade do reservatório. Sendo assim, atualizaram o fluxo de dados hidrológicos, indo além do projeto original, utilizando fluxos de dados e fórmulas empíricas linimétricas.
	(3º §) Localização da barragem de Orós e histórico de sua construção.
	(4º §) Traz um histórico da barragem no período do Brasil império e república, abordando os vários fatores que atrapalharam a construção da barragem, como inundação e seca.
	(5º §) 1957 foi a data de início da barragem e a entrega ocorreu em 1961, sendo inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
	(6º §) Define a barragem de Orós: massa zoneada de terra, com um núcleo de argila impermeável, seguido por seções de areia cobertos com enrocamento. Trata-se de um aterro sanitário, cuja crista é na cota de 209 m, com uma largura de coroa de 10 m. A inclinação a montante é de 1V: 2.5H de elevação por 180m, continuando com 1V: 3H para a base. É talude de jusante de 1V: 2H a elevação de 180 m, e 1V: 2.5H à superfície do solo.
	(7º §) Aborda o vertedouro da barragem, objeto do estudo.

Fonte: A autora.

Há, assim, na contextualização, um roteiro semelhante ao da área de Sociais, tendo em vista o percurso histórico e o uso de autores para respaldar o apanhado de ideias. Um elemento que leva a uma diferenciação na forma de contextualizar na área de Engenharias é o fato de o pesquisador utilizar, além do recurso do discurso citado, a figura/mapa com a localização de Orós, distante 450 km de Fortaleza, capital do Ceará.

De acordo com Grillo (2009), a imagem pode permitir uma leitura autônoma em relação ao texto do artigo, embora complemente suas informações. A parceria entre imagem e texto constitui uma explicação; a imagem é o principal elemento do conjunto, mas sem o auxílio do texto, torna-se pouco compreensível, já que

o texto funciona como uma legenda descritiva. A explicação é produzida na parceria entre elementos verbais e visuais. A presença de imagens associadas à esfera científica constitui um traço distintivo da dimensão verbo-visual dos enunciados desse artigo. Tal recurso é comum na constituição do artigo das Engenharias.

A área de Humanas tem como objetivo apresentar respostas baseadas na natureza humana para explicar a forma como os seres humanos agem. Trata-se de um estudo documental que busca um questionamento maior: "Por que os seres humanos agem como agem?". Dessa forma, um primeiro elemento caracterizador da área é a escolha vocabular ao optar por "Prolegômenos", ao invés de introdução, assim como todos os outros artigos realizaram. Esse termo designa uma longa introdução, conjunto de noções preliminares de uma ciência, visto por muitos como sinônimo apenas de introdução ou de prefácio.

Essa introdução tem, no parágrafo inicial, a justificativa e, na sequência, contextualiza-se o assunto, demarcando dois movimentos centrais no processo:

Quadro 23 - Elementos da contextualização na introdução da área de Humanas

PASSOS DA CONTEXTUALIZAÇÃO	PARÁFRASE DOS PARÁGRAFOS DA INTRODUÇÃO
Retoma estudos que abordam a temática	(2º§) A partir da questão "o que torna humanos os humanos?", o autor pontua várias respostas que estudioso já deram, interpretando-as.
Retoma pesquisa própria feita anteriormente, ampliando-a neste artigo	(3º§) Artigo retoma, com mais materiais e argumentos mais desenvolvidos, um texto preparado pelo próprio autor, há alguns anos, para uma revista eletrônica universitária.

Fonte: A autora.

A área de Exatas demarca, no primeiro parágrafo, a justificativa do estudo que tem como foco investigar as estratégias de leitura e de escrita no ensino de Matemática no ensino médio, assim como os instrumentos nos quais os alunos expressam as suas percepções durante o processo de ensino e aprendizagem. Após justificar, apontando seu objetivo, o autor destaca o embasamento teórico para formulação, aplicação, acompanhamento da pesquisa e análise dos resultados e das conclusões, centrando-o no "enfoque histórico-cultural de Vigotski (1998, 2001), da mesma forma que de estudos realizados recentemente sobre a linguagem matemática". Os passos delineados para contextualizar são os seguintes:

Quadro 24 - Elementos da contextualização na introdução da área das Exatas

PASSOS DA CONTEXTUALIZAÇÃO	PARÁFRASE DOS PARÁGRAFOS DA INTRODUÇÃO
Situa a pesquisa como estando em diálogo com outros estudos	(3º§) Todos os teóricos e os referenciais usados vão ao encontro dos mesmos pressupostos que abordam a relevância da linguagem natural no tratamento matemático.

Fonte: A autora.

A contextualização presente na introdução tem um foco bastante evidente em situar a pesquisa como estando em diálogo com outros estudos. Não há preocupação em utilizar o espaço para retomada histórica do assunto, por exemplo, ou para evidenciar as crenças do autor, tendo em vista que principalmente a seção de "Resultados" realiza um apanhado dos dados coletados, colocando-os em diálogo constante com as teorias centradas basicamente em Vygotsky, assim como se pontua na introdução: "O embasamento teórico da formulação, da aplicação e do acompanhamento da pesquisa, bem como da análise dos resultados e das conclusões, foi feito à luz do enfoque histórico-cultural de Vigotski (1998, 2001)".

Por meio das análises realizadas, constatei modos de contextualização que são variáveis tanto em forma quanto em conteúdo, considerando-se a especificidade de cada área de estudo. Sendo assim, reuni e denominei genericamente cada passo da contextualização:

- abordagem da temática central do artigo (com base em teóricos);
- ampliação do tema para outra área de estudo;
- retoma estudo e situa a pesquisa nos dias atuais;
- lacuna deixada por outra pesquisa;
- percurso histórico sobre o tema;
- situa a pesquisa como estando em diálogo com outros estudos;
- retoma pesquisa própria feita anteriormente, ampliando-a.

Assim, embora haja o consenso da existência da contextualização dentro da introdução sua forma de expressar as ideias é variável, conforme se destaca:

Quadro 25 - Movimentos na contextualização da introdução dos artigos

MOVIMENTOS REALIZADOS NA CONTEXTUALIZAÇÃO DA INTRODUÇÃO DAS ÁREAS	
SAÚDE	• Abordagem da temática central do artigo (com base em teóricos); • Ampliação do tema para outra área de estudo; • Retoma estudo e situa a pesquisa nos dias atuais; • Lacuna deixada por outra pesquisa.

SOCIAIS	• Percurso histórico sobre o tema.
EXATAS	• Situa a pesquisa como estando em diálogo com outros estudos.
LINGUÍSTICA	• Retoma estudos sobre a temática; • Lacuna deixada por outra pesquisa;
ENGENHARIAS	• Percurso histórico sobre o tema.
HUMANAS	• Retoma estudos sobre a temática; • Retoma pesquisa própria feita anteriormente, ampliando-a.

Fonte: A autora.

Esses passos constituintes da contextualização evidenciam que, embora possa haver, no âmbito formal, recorrência dentro das áreas, cada uma delas demarca sua singularidade no sentido de que, ao contextualizar, aborda-se especificamente a temática do artigo a ser publicado. Essas características podem ser consideradas da arquitetura composicional do gênero analisado, pois demonstram a arquitetura científica do conteúdo e dos valores presentes nas áreas, em um tempo e espaço, e que assume determinada forma composicional. Para Sanches (2009a), a maneira como o material e o conteúdo são articulados pela forma composicional se dá em função da forma arquitetônica, pois ela é imbuída de valores ético-morais, de objetivos, que condicionam o conteúdo e o material, a relação com o interlocutor e a forma composicional.

Enquanto quatro áreas demarcam dois passos na contextualização, a área de Saúde postula quatro, apresentando um percurso no trato do assunto que parte do geral para o particular, ou seja, aborda a temática central, amplia a noção para além da área de enfermagem, chegando à área da Saúde, retomando estudos e situando a pesquisa no universo atual de estudo, tornando evidente a lacuna deixada pelos estudiosos.

Observam-se, no quadro anterior, variáveis na construção da contextualização. O passo mais recorrente é a retomada de estudos sobre a temática, havendo destaque para as áreas de Sociais e de Engenharias que demarcam apenas o percurso histórico sobre o tema, tendo em vista que utilizam o espaço da introdução para recapitular elementos que poderão ser úteis nas seções posteriores e para demarcar teóricos que embasam o estudo.

6.2.2.1.3 Justificativas das introduções das áreas

Tendo em vista toda a contextualização realizada, abre-se espaço para a justificativa do estudo, pois, das seis áreas, duas trazem a justificativa após toda a contextualização (Sociais e Saúde), duas justificam antes mesmo de contextualizar

(Linguística e Humanas) e uma não apresenta justificativa para o estudo (Engenharias). Dessa forma, designo duas formas de apresentação das justificativas, conforme demarcado pelas áreas: justificativas marcadas na introdução e justificativas não marcadas.

As justificativas marcadas na introdução apresentam como primeiro movimento a justificativa realizada logo após a fase da contextualização nas áreas de Sociais e de Saúde. Toda a contextualização atua, de certa forma, como um pano de fundo para a constituição da justificativa do estudo. Essa ordenação é aquela postulada pelos manuais e pela própria ABNT, tendo em vista que, ao contextualizar, o pesquisador pode delimitar lacunas deixadas por outros estudos, utilizando isso como justificativa plausível para a realização da pesquisa. Na sequência, destacam-se cada um dos parágrafos dos artigos que representam a justificativa:

> Assim, **justificando-se a necessidade de melhor explorar o SM em trabalhadores de enfermagem**, considerando-se especificidades do seu cotidiano organizacional, previamente detectadas, **este estudo teve como objetivo**: analisar a frequência e intensidade de sofrimento moral vivenciado por trabalhadores de enfermagem do Sul do Brasil, contemplando elementos do seu cotidiano profissional (Saúde, p. 3, grifos nossos).

O excerto da área das ciências da Saúde surge como parágrafo final da introdução do artigo, correspondendo ao momento em que se justifica e se menciona o objetivo do estudo, havendo para isso, explicitamente, o uso de termos como "justificando-se a necessidade" e "este estudo teve como objetivo". Antes de se mencionar a justificativa, há nove parágrafos repletos de contextualização, pontuando-se, principalmente no nono parágrafo, uma grande lacuna deixada por outro estudo e que movimenta a realização da nova pesquisa por parte do sujeito, conforme se destaca:

> A adaptação transcultural para a língua portuguesa do MDS foi realizada em estudo com enfermeiros brasileiros(2), quando foram identificados e validados quatro constructos relacionados à percepção do SM [...] Ao término desse estudo, foi possível confirmar-se que **o instrumento não parecia ter explorado suficientemente o SM** referente a problemas morais relacionados, principalmente, a problemas organizacionais já identificados no cotidiano dos profissionais de enfermagem [...] Ainda, considerando-se que, no Brasil, a enfermagem é exercida por três diferentes categorias, **questionou-se como os trabalhadores de enfermagem, e não apenas os enfermeiros, vivenciam o SM** (Saúde, p. 3, grifos nossos).

É por meio da negação de outra pesquisa que se abre caminho para que um novo estudo seja efetivado. Em virtude do estudo anterior não ter contemplado "suficientemente" o sofrimento referente aos problemas morais, como problemas organizacionais, o estudo corrente buscará analisar esse sofrimento, considerando elementos do cotidiano dos profissionais de enfermagem. Há, assim, uma ligação entre os aspectos da contextualização, que surge como uma retomada de trabalhos já feitos, de estudiosos analisados e citados, e a futura justificativa que seria identificada para o estudo.

A área de Ciências Sociais, após a fase da contextualização, demarca o objetivo do estudo: "o presente artigo tem por escopo reunir e comentar as salvaguardas jurídico-políticas disponíveis", indicando, por meio da nota de rodapé, uma possível justificativa para o estudo, conforme se destaca:

> 4. A **elaboração** deste artigo **foi motivada** principalmente pelo roteiro de estudos e reflexões apontados na disciplina de Laboratório em Áreas de Intervenção do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF), que tratou da configuração do mercado de trabalho do assistente social no Brasil (Ciências Sociais, p. 134, grifos nossos).

Há, então, elementos linguísticos que novamente evidenciam a justificativa do texto: "foi motiva pelo roteiro". Trata-se de um artigo de cunho documental, apresentando uma contextualização bastante extensa quanto ao histórico do exercício do profissional de serviço social, fato que pode ser confirmado, levando-se em conta que o trabalho foi fruto de roteiros de estudos e de reflexões estabelecidas em uma disciplina.

O segundo movimento da justificativa marcada é aquele em que o artigo traz, primeiramente, a justificativa e só depois a contextualização, como em Linguística, Humanas e Exatas. A introdução do artigo de Linguística pontua, no primeiro parágrafo, que há a emergência do interesse acadêmico pela "produção escrita de caráter escolar – mais especificamente, a produção textual denominada redação escolar":

> Neste artigo, observa-se a **emergência do interesse acadêmico** pela produção escrita de caráter escolar [...] O **interesse pelo tema surgiu** após ter sido notada a recorrência de certas características comuns em trabalhos de análise de redações escolares, como, dentre outros, Problemas de Redação (Pécora, 1989), Redação e Textualidade (Val, 1991), "Redação escolar: produção textual de um gênero

> comunicativo?" (Barros, 1999), A Produção Dialógica do Texto Escrito (Sautchuk, 2003) (Linguística, Letras e Artes, p. 283-284, grifos nossos).

Existe um foco de interesse da área acadêmica pelo estudo da produção escrita dos alunos, fato que, consequentemente, leva o pesquisador a estudar tal problemática existente. Por meio de outros estudiosos, o autor percebe a recorrência da temática, reafirmando a necessidade de pesquisa. Há, então, dois parágrafos constituídos a fim de justificar a realização desse estudo.

Enquanto na Linguística é possível perceber claramente a demarcação do interesse do sujeito pelo tema, tendo em vista a realidade por ele constatada, assim como por outros estudiosos, a área de Humanas apresenta uma justificativa bastante peculiar:

> Um artigo com o título deste **tem potencialmente um escopo vastíssimo**. **Impõe-se, portanto, delimitá-lo**. Assim, fique claro o fato de que o texto **não tratará**, por exemplo, de formas de ação vinculadas a comportamentos considerados patológicos. **Estará centrado nas ações e comportamentos reiterados, repetitivos, ordinários, esperados**. Mesmo assim, é necessária uma **delimitação adicional**: como estabelece o subtítulo, só desenvolverei uma das modalidades possíveis de respostas à pergunta contida no título, isto é, as concepções que atribuem os comportamentos humanos ao impacto de uma natureza humana, bem como as críticas a elas. **Ficarão de fora** quase inteiramente, então, múltiplos elementos que apareceriam se fossem discutidas posturas de outros tipos, por exemplo, o impacto das ideologias, representações coletivas e programações sociais do comportamento sobre as ações humanas. Outrossim, veremos que, em muitos casos, aparece uma dicotomia natural/social ou cultural; as escolhas para este artigo também **fecharão a porta** a que se discuta a razão da preferência, seja pelo social, seja pelo cultural, ao tratar das dimensões coletivas do humano (Ciências Humanas, p. 19, grifos nossos).

Nesse parágrafo inicial, o autor destaca que o seu trabalho tem um escopo vastíssimo para ser pesquisado, já que seu objetivo é responder ao questionamento "Por que os seres humanos agem como agem?". Parece, então, indicar que há uma abundância de estudos, pontuando uma das possíveis respostas que poderiam ser dadas, mas que não contempla em seu artigo, como: "formas de ação vinculadas a comportamentos considerados patológicos". Dois outros pontos não são considerados em seu estudo: "ficarão de fora: o impacto das ideologias, representações coletivas e programações sociais do comportamento sobre as ações humanas", assim como "[as escolhas para] este artigo também fecharão a porta a que se discuta a razão da

preferência, seja pelo social, seja pelo cultural, ao tratar das dimensões coletivas do humano". Por meio do uso da negação, demarcam-se outras visões que poderiam ser contempladas no artigo, mas opta-se por desenvolver "uma das modalidades possíveis de respostas à pergunta contida no título, isto é, as concepções que atribuem os comportamentos humanos ao impacto de uma natureza humana, bem como as críticas a elas".

A área de Exatas também decide demarcar a justificativa e só depois evidencia a contextualização:

> Este artigo decorre de um estudo realizado a partir da verificação, durante a prática docente, de que quando o aluno não consegue interpretar os códigos da linguagem natural, é muito difícil que ele chegue a entender a contextualização dos conteúdos matemáticos e a própria linguagem matemática. **Esta consideração encaminhou à questão**: Em que medida um processo de intervenção com Leitura e Escrita, nas aulas de Matemática do Ensino Médio, pode ajudar a promover a construção do conhecimento matemático, considerando-se a preocupação com os conteúdos e a sua utilização paralela aos outros aspectos da contextualização? (Ciências Exatas, p. 514, grifos nossos).

A partir do excerto, constata-se que o autor verificou, previamente, durante sua prática docente no ensino da matemática, que os alunos com dificuldades em interpretar códigos da linguagem natural apresentariam, consequentemente, problemas para entender os conteúdos matemáticos e a linguagem matemática. Logo, diante da constatação, encaminhou-se ao objetivo maior do artigo de Exatas em verificar como a intervenção com leitura e escrita nas aulas de matemática pode promover a construção do conhecimento.

Se, de um lado, há artigos que delimitam a justificativa em sua introdução, a área de Engenharias não evidencia explicitamente essa seção (justificativa não marcada). Delimita-se claramente o objetivo do estudo:

> **O objetivo deste artigo é mostrar** a aplicação prática da análise de risco, de acordo com Vieira (2005), considerando-se o caso do reservatório público Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, popularmente conhecido como Orós. A barragem está localizada no município de Orós, Estado do Ceará, nordeste do Brasil, barrando o rio Jaguaribe, na sub-bacia do Alto Jaguaribe, e um dos rios mais

> importantes do estado, drenando uma área de aproximadamente 25.000 km^2 [46] (Engenharias, p. 405, grifos nossos, tradução minha).

O objetivo maior é apresentar a aplicação prática de conceitos e alguns métodos de análise de risco, para verificar a possibilidade de superação da lâmina d'água de projeto no vertedouro da barragem Orós, pelo excesso de vazão afluente. A partir disso, faz-se todo um percurso histórico sobre a barragem de Orós, sem evidenciar claramente se haveria uma justificativa evidente para isso, como a continuidade de um trabalho anterior.

Assim, embora haja o consenso da existência – ou não – da justificativa dentro da introdução, sua forma de expressar as ideias é variável, conforme se destaca:

Quadro 26 - Movimentos das justificativas da introdução das áreas

JUSTIFICATIVA MARCADA		JUSTIFICATIVA NÃO MARCADA	
SAÚDE	• Contextualiza • Marca a justificativa	**ENGENHARIAS**	• Marca o objetivo • Evidencia o percurso histórico • Não marca justificativa
SOCIAIS	• Contextualiza • Marca o objetivo • Marca a justificativa		
LINGUÍSTICA	• Marca a justificativa • Contextualiza		
HUMANAS	• Marca a justificativa • Contextualiza		
EXATAS	• Marca a justificativa • Contextualiza		

Fonte: A autora.

6.2.2.1.4 Metodologia e contribuição nas introduções das áreas

Após as fases de contextualização e justificativa, duas áreas demarcam a metodologia e a contribuição do estudo, a saber: Sociais e Linguística. Esses elementos, de certa forma, são responsáveis por diferir um artigo do outro dentro das áreas, fato que revela o papel da comunidade discursiva, desse interlocutor terceiro, para a

[46] ***The aim of this paper is to show*** *the practical application of risk analysis, according to Vieira (2005), considering the case of public reservoir President Juscelino Kubitschek de Oliveira, popularly known as Orós. The dam is located in the municipality of Orós, Ceará state, northeastern Brazil, barring the river Jaguaribe, in the subbasin of the Upper Jaguaribe, and one of the most important rivers of the state, draining an area of approximately 25,000 km^2* (Engenharias, p. 405, grifos nossos).

constituição do enunciado. De acordo com a área de conhecimento, a metodologia variará, tendo em vista os movimentos que cada área realiza em busca dos resultados do estudo.

Quanto à área de Sociais, após contextualizar, justificar e delimitar o objetivo de evidenciar as salvaguardas influentes no exercício do assistente social, destacam-se como contribuição e metodologia do estudo:

> Com sua publicação, **pretende-se não só** que ele tenha uma função pedagógica para a formação acadêmica e continuada dos assistentes sociais. **Vislumbra-se também** avaliar criticamente se este aparato jurídico-político ─ construído historicamente pelos assistentes sociais ─ [...] é hoje suficiente para melhor qualificar suas atribuições e competências exclusivas e contrapor-se aos níveis de desemprego e precariedade do trabalho profissional reinantes.
>
> Fruto de uma vasta **pesquisa documental acerca das legislações** que criam e resguardam os diversos espaços ocupacionais do assistente social, em nosso estudo **destacamos** alguns artigos da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/1993) e do Código de Ética Profissional (Resolução CFESS n. 273/1993), **além de** Leis ordinárias, Resoluções e Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que dizem respeito, exclusivamente, ao tema em pauta, qual seja, a ampliação do espaço sócio-ocupacional e dos direitos dos assistentes sociais (Ciências Sociais, 135, grifos nossos).

A contribuição é evidenciada por meio das expressões "pretende-se" e "vislumbra-se também", deixando claro que o artigo pretende trazer algo novo para o campo de estudo envolvendo a assistência social. No caso da metodologia, delimita-se o tipo de pesquisa a ser realizada para que se alcance o objetivo esperado: "pesquisa documental", tendo em vista o destaque dado para as leis e os artigos, sendo concebidos como objetos de análise, como a *Lei das 30 horas, Código de Ética profissional* etc.

No caso de Linguística, Letras e Artes, a metodologia é bastante genérica, não ocorrendo a delimitação do tipo de estudo ou a abordagem teórica seguida:

> A **análise foi realizada** observando-se o momento de emergência do interesse acadêmico pela escrita escolar, quando, na década de 70 do século XX, foram publicados os primeiros trabalhos de pesquisa que analisaram as redações produzidas em situação de vestibular.
> A observação do momento de emergência de objetos que se constituem a partir da aproximação entre estudos da linguagem e ensino de língua materna **pode contribuir** para a compreensão das relações entre pesquisa e ensino e dos efeitos que se produzem,

> reciprocamente, nessas relações (Linguística, Letras e Artes, p. 284, grifos nossos).

O foco de estudo são "os primeiros trabalhos de pesquisa que analisaram redações". Crê-se que um estudo que se centra nessa temática pode contribuir para compreender as relações entre pesquisa e ensino.

Tendo em vista todo o levantamento realizado a respeito da introdução de cada artigo analisado, constata-se que, muito embora pareça haver certa padronização nas formas de pensar e de produzir a introdução dos textos, elas se modificam, principalmente em função da área e da temática contemplada no estudo. Há, sim, certa padronização quanto aos elementos presentes, geralmente, em uma seção introdutória, como contextualização, objetivo, justificativa, metodologia, contribuição etc., contudo a forma como tais fatores são organizados e dialogam para a constituição do texto é que promove a diferenciação dentro das áreas. Logo, a padronização é algo necessário para que ocorra, de certa forma, um consenso na forma de escrita acadêmica dessa seção, no entanto, ela é perpassada por movimentos que configurarão cada área do conhecimento, evidenciando a necessidade do diálogo constante entre aquilo é mais homogêneo e heterogêneo.

6.2.2.2 O desenvolvimento dos artigos científicos das diversas áreas

Após analisar a parte pré-textual dos artigos, abordo, na sequência, os elementos constituintes de seu desenvolvimento. Para a ABNT (p. 4), trata-se da parte principal do artigo, pois contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto exposto, dividindo-se em subseções. O curso de escrita *on-line* da USP assim como o Manual de escrita de Aquino (2010) concebem esse momento como constituído de três fases: metodologia (materiais usados, métodos, processo de análise, equipamentos, análise de dados etc.), resultados e conclusão (parte-se do movimento específico para o geral, opondo-se à introdução).

No quadro 13 desta pesquisa, descrevi a forma composicional dos artigos das diferentes áreas, delineando os elementos que constituem a parte textual dos trabalhos:

SAÚDE	EXATAS	ENGENHARIA	LINGUÍSTICA	HUMANAS	SOCIAIS
Método	Metodologia	Materiais e métodos	Metodologia	Fundamentação teórica e análise	Fundamentação teórica e análise
Resultado	Resultados	Resultados	Fundamentação teórica	Conclusão	Conclusão
Discussão	Considerações finais	Discussão	Análise/Resultados		
Conclusão			Discussão		
			Considerações finais		

Ao lançar o olhar para as seções que constituem o desenvolvimento dos artigos, algumas áreas apresentam um comportamento semelhante para a apresentação de seus estudos. As áreas de Saúde, Exatas e Engenharias destacam uma rotina mais fixa de configuração, demarcada por materiais/instrumentos e métodos, resultados, discussão e conclusão; enquanto Linguística, Humanas e Sociais apresentam fundamentação teórica ou fundamentação teórica mais a análise do estudo, acrescida da conclusão.

Diante disso, realizo, na sequência, a descrição e a discussão das seções desses artigos em relação às suas respectivas áreas.

6.2.2.2.1 Metodologia dos artigos das diferentes áreas

6.2.2.2.1.1 Metodologia definida/marcada[47] nos artigos

O artigo da área de Ciências da Saúde denomina-se *Sofrimento moral em trabalhadores de enfermagem*; para se chegar ao objetivo pretendido, desenvolve-se o artigo apresentando-se método, resultados, discussão, conclusão. Na seção "Método", delineiam-se vários elementos do estudo:

[47] O termo "definida/marcada" é empregado para indicar a presença da metodologia no artigo, seja em uma seção individual dentro do texto – como nesta seção será evidenciado – seja inserida no corpo da introdução, como ocorre na seção 6.2.2.2.1.2, na sequência.

Quadro 27 - Seção metodológica da área da Saúde

MOVIMENTOS DISCURSIVOS	DADOS DO ARTIGO
Tipo de abordagem	Quantitativa
Tipo de pesquisa	Tipo *survey*, exploratório-descritiva e de delineamento transversal.
Sujeitos da pesquisa	Enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem de dois hospitais.
***Campus* de pesquisa**	Dois hospitais, localizados no Sul do Brasil, um público (H1), compreendendo 185 leitos e 295 trabalhadores de enfermagem; um filantrópico (H2), compreendendo 658 leitos e 387 trabalhadores de enfermagem. Os hospitais foram escolhidos intencionalmente por servirem de campo para outras pesquisas desenvolvidas anteriormente pelos autores, em temáticas afins, possibilitando o aprofundamento necessário para este estudo.
Coleta de dados	Utilizou-se uma adaptação do MDS.
Período da coleta	Ocorreu de setembro de 2010 a abril de 2011.
Instrumentos	Questionário autoadministrado, contendo três páginas, possuindo, na primeira página, instruções detalhadas sobre o SM e o preenchimento do instrumento, além de questões sobre a caracterização dos sujeitos, seguidas, na segunda e terceira páginas, de 39 questões operacionalizadas em uma escala Likert de sete pontos, variando de (0), para nunca ocorre ou nenhuma frequência, a (6), para sofrimento muito intenso ou muito frequente, relacionadas a situações específicas que podem provocar SM, enfrentadas no cotidiano da profissão; e uma 40ª questão, também operacionalizada em uma escala Likert de sete pontos, mas mais genérica: "de modo geral, as situações vivenciadas no trabalho me provocam SM?".
Validação das questões do instrumento	Questões validadas em cinco constructos: falta de competência na equipe de trabalho; negação do papel da enfermagem como advogada do paciente; negação do papel da enfermagem como advogada do paciente na terminalidade; condições de trabalho insuficientes; desrespeito à autonomia do paciente.
Aplicação do instrumento	O questionário foi aplicado em duas versões: uma para os enfermeiros e outra para os técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, diferindo apenas nos itens referentes à caracterização dos sujeitos.
Objeto do estudo	Das 39 questões propostas pelo instrumento, mediante análise fatorial, 23 foram validadas neste estudo, sendo dez provenientes do instrumento primeiramente validado para a língua portuguesa(2) e treze da versão proposta pelo atual estudo.
Tamanho amostral	Definido por fórmula matemática específica(20), estabelecendo-se o número mínimo de 245 sujeitos para garantir a confiabilidade estatística do estudo.
Categorias de análise	1) estatística descritiva, mediante a utilização de médias e distribuição de frequência, para identificar a intensidade e frequência com que vivenciam o SM; 2) análises de variância entre grupos de respondentes (diferentes hospitais, unidades, categorias profissionais), de acordo com características da amostra para verificar possíveis diferenças significativas entre os grupos de sujeitos respondentes; 3) análise de regressão, buscando avaliar quais constructos possuíam maior efeito na percepção dos profissionais de enfermagem acerca da vivência do SM.
Aprovação em comitê de ética	O projeto foi antecipadamente julgado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com Parecer nº70/2010.

Fonte: A autora.

A área de Saúde é bastante minuciosa ao expor os métodos utilizados. Ao delimitar a pesquisa como qualitativa, opta-se por aquela do tipo Survey. De acordo com Freitas *et al.* (2000), esse modo de pesquisa pode ser descrito como a obtenção de dados ou de informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, geralmente um questionário. No artigo sobre sofrimento moral, opta-se pelo uso do questionário como instrumento para levantamento dos dados. A pesquisa coleta os dados de forma longitudinal ou transversal, sendo a melhor amostra aquela representativa da população, logo tais postulados são seguidos dentro da área das Biológicas, já que a coleta de dados leva sete meses para realizar-se e a amostra é de 245 sujeitos.

Para a coleta dos dados, foi utilizada uma adaptação do MDS, ou seja, *Development and evaluation of moral distress scale*, realizada pelos autores da pesquisa, previamente testado em estudo anterior validado em língua portuguesa com 21 questões. O estudo anteriormente realizado é colocado nas referências do artigo. Trata-se de uma forma de demarcar o vínculo entre o que se tem pesquisado e tratado sobre o assunto, fazendo que o estudo atual seja tido como uma novidade para o campo da pesquisa.

O fato de não retomar detalhes do estudo anterior, demarcando somente a sua referência, pode ser entendido como uma forma de economia de espaço do artigo, já que, segundo Coracini (1991), os periódicos preconizam o cuidado com a extensão do texto.

A forma de organização do instrumento aplicado segue os princípios da Escala Likert, entendida como um tipo de escala de resposta psicométrica usada comumente em questionários, e é a escala mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nessa escala, os respondentes especificam seu nível de concordância com uma afirmação. As escalas de Likert, ou escala somatória, têm semelhança com as escalas de Thurstone, pois dizem respeito a uma série de afirmações relacionadas com o objeto pesquisado, isto é, representam várias assertivas sobre um assunto. Porém, ao contrário das escalas de Thurstone, os respondentes não apenas respondem se concordam ou não com as afirmações, mas também informam qual seu grau de concordância ou de discordância. É atribuído um número a cada

resposta, que reflete a direção da atitude do respondente em relação a cada afirmação[48]. A somatória das pontuações obtidas para cada afirmação é dada pela pontuação total da atitude de cada respondente.

Na seção de metodologia, a linguagem predominante é objetiva e pontual, focalizando o objeto estudado e os sujeitos, conforme se constata por exemplos como "utilizou-se" (p. 3), incluindo-se (p. 3). Muito frequente também é o uso da forma passiva, sobretudo com verbos que denotam atividade do pesquisador: "Foram sujeitos dessa pesquisa enfermeiros", "Os hospitais foram escolhidos intencionalmente", "O questionário foi aplicado em duas versões" (p. 3). A voz passiva, assim, ocorre principalmente com verbos que implicam semanticamente a atividade do pesquisador. Sendo assim, mesmo que se objetive camuflar (CORACINI, 1991) a subjetividade, ela surge em pontos específicos do texto.

Embora em menor número, se comparada à introdução, há referências numéricas no texto da metodologia. A validação das questões do instrumento perpassou cinco estratos extraídos de outros estudiosos que foram indicados por referência numérica. Dessa forma, ao propor como primeiro elemento a falta de competência da equipe de trabalho, tal afirmação originou-se dos estudos de "Corley MC, Ptlene M, Elswick RK, Jacob M. *Nurse moral distress and ethical work environment. Nurs Ethics.* 2005; 12(4):381-90." (p. 9); a negação do papel da enfermagem como advogada do paciente advém de "Grace P.J. *Professional advocacy: widening the scope of accountability. Nurs Philos.* 2001; 2(2):151-62." (p. 9) etc., delimitando-se uma relação de diálogo entre os estudos brasileiros e estrangeiros, já que a maioria dos textos citados são da língua inglesa.

Uma característica bem delimitada na fase da metodologia é a aprovação do projeto do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa, identificando-se, inclusive, o parecer "n.º 70/2010". Essa prática é algo postulado pelas normas de avaliação presentes nos pareceres das revistas, já que, na área da saúde, há elementos nos pareceres que se voltavam aos aspectos éticos dos estudos. Na leitura e na análise das seções de metodologia, será possível verificar as singularidades de cada área, pois os objetos, os instrumentos e o encaminhamento metodológico diferem de uma área para outra. Tal fato evidencia o papel exercido pela comunidade científica, interlocutor terceiro, de

[48] Disponível em: < (http://www.professores.uff.br/luciane/images/stories/Arquivos/doc_turismo/quest_escalas_cap1.pdf>). Acesso em: 20 jul. 2014.

cada área, que "ganham diferentes expressões ideológicas concretas" (BAKHTIN, 2003, p. 333).

O artigo da área de Ciências Exatas apresenta a "Metodologia" como sua segunda seção, dividindo-a em duas subseções, a saber: "Construção das informações" e "Análise das informações construídas". Na primeira seção, são explicitados o tipo de pesquisa, a abordagem, os sujeitos, o local da pesquisa, dentre outros elementos; já na segunda, abordam-se os tipos de análise utilizadas, assim como o procedimento técnico empregado. Dessa forma, é possível elencar como movimentos realizados nessa fase do estudo:

Quadro 28 - Seção metodológica da área de Exatas

MOVIMENTOS DISCURSIVOS	DADOS DO ARTIGO
Tipo de abordagem	Qualitativa.
Tipo de pesquisa	Interpretativa, baseada no processo de intervenção.
Local da pesquisa	Escola da rede estadual, situada na região central da cidade de Suzano
Sujeitos da pesquisa	Duas classes de segunda série e duas de terceira série do ensino médio do período matutino, totalizando, aproximadamente, 150 alunos.
Período da coleta	Dois primeiros bimestres de 2006.
Tamanho Amostral	Amostra aleatória de dezesseis pastas da segunda série, sendo oito de cada classe.
Passos metodológicos realizados	- Produção de um portfólio, durante o primeiro semestre letivo de 2006, com atividades relacionadas à leitura e à interpretação de textos, bem como à produção textual, ligadas aos conteúdos matemáticos que foram estabelecidos durante a fase de planejamento do início do ano; - atividades trabalhadas e que constituíram o portfólio: *Biografia Matemática;* Abertura do Tema; *Diário de Bordo;* Glossário; outras atividades (Resolução de Problemas; Respostas a questões, utilizando apenas a linguagem natural; Resolução de Problemas em duas colunas, uma, em linguagem matemática, e, outra, em linguagem natural; Leitura de textos paradidáticos; Leitura e interpretação de textos de outros contextos; Pesquisa e produção de texto; Leitura e análise do jornal como recurso didático; Elaboração de mapas conceituais acompanhados de texto explicativo); preencher o Formulário de Fechamento do Tema ou elaborar Carta de Fechamento de Tema; Anexos e formulário final; - critérios de avaliação dos portfólios; - análise dos dados.
Tipos de análises realizadas	Quantitativas e qualitativas dos portfólios, levando-se em conta o embasamento teórico e a metodologia de construção das informações.
Procedimento técnico	*Triangulação dupla* entre atores e técnicas, levando-se em consideração os três agentes (*o Aluno, o Professor e o Pesquisador*) e os três instrumentos (*o Portfólio, os Registros Docentes e o Diário de Campo*), que interagiam entre si.

Fonte: A autora.

A metodologia utilizada no artigo da área de Exatas é bastante peculiar, já que, ao invés de apresentar o enfoque quantitativo e descritivo, traz um estudo

qualitativo e interpretativo. Tal fato se justifica pela subárea na qual o estudo se encontra: Ensino, fazendo que haja um diálogo bastante evidente entre os postulados da área educacional – marcados no uso da metodologia, nos fundamentos teóricos empregados no estudo etc. – e aqueles específicos da área das Exatas, como a utilização de estratégias de leitura e de escrita para o ensino da linguagem matemática, uma problemática já evidenciada na introdução do trabalho. Tem-se, assim, como cenário de estudo, a sala de aula do ensino médio, durante aulas de matemática, buscando realizar um estudo que interprete essa realidade, baseando-se no processo de intervenção, no qual o pesquisador é o próprio professor. Enquanto os alunos produziam os portfólios que iriam se configurar como objetos de análise, o professor-pesquisador também acompanhava as atividades e fazia suas anotações:

> [...] utilizando-se os *Registros Docentes*, que se constituíam tanto de avaliações formais quanto do exercício da constante observação da evolução ou não dos alunos, o *Professor* acompanhava e avaliava essas atividades. Por meio do *Diário de Campo*, o *Pesquisador,* que era o próprio Professor*,* anotava como as atividades iam se desenvolvendo, as reações dos alunos, a necessidade de intervenções, as mudanças de rumo etc. (Exatas, p. 518, grifos do autor).

Há, portanto, um diálogo evidente entre estudiosos da área das Exatas, voltados ao ensino da Matemática, e os pressupostos educacionais que abordam o ensino e também os estudos voltados à intervenção, que podem utilizar como ferramenta de coleta de dados o diário de campo, para anotar aquilo que se observa nas atitudes dos sujeitos envolvidos no processo da pesquisa.

Não é mencionado um aporte teórico a respeito do processo de intervenção no decorrer do artigo, mas há um encaminhamento de como o trabalho seria realizado em sala de aula, buscando-se verificar como os instrumentos utilizados por meio do portfólio contribuiriam ou não para a construção do conhecimento matemático. Há, então, o detalhamento para explicar como foi sendo construído o portfólio, conforme se destaca:

> **A primeira atividade** do Portfólio, que foi desenvolvida logo no início do ano letivo, foi a *Biografia Matemática* (adaptado de Santos (2005)). No primeiro dia de aula, foi solicitado ao aluno que fizesse um texto [...]

> **No início** de cada assunto foi feita a Abertura do Tema (adaptado de Santos (2005)) [...] **Durante o desenvolvimento** de cada tema ou conteúdo, duas atividades foram compulsórias. **A primeira** foi a elaboração do *Diário de Bordo* (adaptado de Passerino, Carneiro e Geller (2005)). Deveriam ser preenchidos, **periodicamente**: [...]
> **A segunda atividade** compulsória, prevista durante o desenvolvimento de cada tema, foi a elaboração do Glossário (adaptado de Santos (2005); Smole e Diniz (2001)). Foi feito um levantamento coletivo [...] O professor ainda escolheu outras atividades, dependendo do tema, que poderiam ser discutidas em duplas [...] Como fechamento de cada tema, o aluno poderia escolher uma atividade [...] O aluno deveria, ainda, incluir no Portfólio os Anexos [...] **No término** do semestre, deveria ser preenchido o Formulário Final (Exatas, p. 517-518, grifos nossos).

Por meio desse levantamento, veem-se os movimentos que existem no interior da metodologia para demarcar as etapas que foram sendo realizadas pelo pesquisador, juntamente com os alunos, para a consecução da pesquisa. Todo o encaminhamento é explicitamente marcado por expressões que indicam a passagem do tempo cronológico: "a primeira atividade; no início; durante o desenvolvimento; a primeira; periodicamente; a segunda". Há uma preocupação em indicar ao leitor o processo geral pelo qual passaram alunos e professores na preparação e na coleta dos dados. Apesar de haver o detalhamento de todo o processo de realização do estudo, a simples leitura da seção de metodologia basta para verificar que não são relatadas com fidelidade todas as etapas cronológicas pelas quais passou a pesquisa: os insucessos são quase sempre omitidos, as observações, os dados marcados no decorrer da coleta dos dados (CORACINI, 1991).

Assim como a enumeração de ações indica, de certa forma, uma construção objetiva e direta do texto, o uso dos tempos verbais também funciona como recurso de objetividade e imparcialidade, características vigentes da cientificidade, dai a tentativa de relacionar tempo gramatical e tempo cronológico (CORACINI, 1991). Há, no excerto, o uso da voz passiva, essencialmente quando o sujeito agente do processo é o próprio objeto de análise, no caso, o portfólio: "a primeira atividade do portfolio que foi desenvolvida; no início de cada assunto foi feita a Abertura do Tema". Em outros momentos da metodologia, são observados o uso recorrente da forma passiva, como em: "foram efetuadas análises quantitativas e qualitativas", "foi escolhida uma amostra aleatória", "foi feito um cruzamento das informações" (p. 518), que evidencia o caráter impessoal e o foco evidente no processo de ensino como um todo.

Além disso, estão marcados verbos no tempo futuro do pretérito, assim como verbos modais para indicar aquilo que os alunos deveriam ou poderiam fazer no processo de construção do portfólio: "Deveriam ser preenchidos [...] atividades que poderiam ser discutidas em duplas [...] o aluno poderia escolher uma atividade [...] O aluno deveria, ainda, incluir no Portfólio os Anexos [...] deveria ser preenchido o Formulário Final" (p. 517-518, grifos nossos). O relato marcado com esses tempos verbais denota que o enunciador parece não se comprometer com as próprias observações, parece distante delas, embora as detalhe. A figura do pesquisador é indicada, na metodologia, essencialmente, no momento em que se afirma que "O professor ainda escolheu outras atividades", fazendo-se uso do pretérito simples que indica uma ação passada realizada pelo próprio professor/pesquisador.

Há uma recorrência bastante evidente, no momento da descrição desse processo de construção dos portfólios, do diálogo entre o estudo em curso e outros já realizados por outros autores. Destacam-se as atividades realizadas nos portfólios dos alunos, as quais já foram estudadas e analisadas por outros estudiosos: *Biografia Matemática* (adaptado de Santos (2005)); *Abertura do Tema* (adaptado de Santos (2005)); *Diário de Bordo* (adaptado de Passerino, Carneiro e Geller (2005)); *Glossário* (adaptado de Santos (2005*); Smole e Diniz (2001)*). O autor evoca esses estudiosos, adaptando ao seu estudo as teorias por eles postuladas. Para que o leitor conheça os trabalhos que esses autores já desenvolveram, seus nomes são explicitados nas referências bibliográficas, não havendo parágrafos teóricos para evidenciá-los.

A pesquisa como um todo enquadra-se no viés qualitativo, no entanto, no momento da análise dos portfólios elaborados, utiliza-se também o olhar quantitativo, tendo em vista a escolha de dezesseis portfólios da segunda série, sendo oito de cada classe, para que fosse aplicada a técnica da triangulação. O pesquisador explica que a triangulação consiste na utilização de abordagens diversificadas para obter resultados mais abrangentes. Para o artigo, é usada a triangulação dupla, considerando-se três agentes (aluno, professor e pesquisador) e três instrumentos (portfólios, registros docentes e diário de campo).

A área de Engenharias apresenta, em seu artigo, a análise de risco do vertedouro da barragem de Orós por excesso de vazão fluente, abordando a

possibilidade de superação do nível de água do projeto no vertedouro da barragem e as fórmulas empíricas contidas no projeto original.

Dois movimentos constituem a metodologia do artigo: o pesquisador destaca como foram captados os dados e encerra a seção com os métodos específicos de análise de risco, foco do artigo. Não há delimitação de tipo de pesquisa ou de abordagem adotada, parte-se diretamente para aquilo que foi utilizado de material e método. Apesar da ausência de certas características, a leitura do artigo de Engenharias evidencia um caráter quantitativo e descritivo, conforme se destaca na sequência.

Primeiramente, os padrões de chuva foram definidos usando os dados de estações pluviométricas localizadas na bacia hidrográfica do reservatório, que cobre o período 1912-1934. Os fluxos foram determinados a partir de dados de medição limnimétrica e da fórmula de Aguiar (Aguiar 1978). A literatura da área[49] postula que os registros limnimétricos se referem às medidas dos níveis de água, sejam eles de rios ou de reservatórios. Dentre suas diversas aplicações, destacam-se a obtenção de dados de vazões de rios através de curvas-chave e o monitoramento dos níveis de reservatórios. Em razão de o estudo descrever a realidade de uma barragem brasileira, opta por trabalhar com a fórmula de Aguiar, que fez o estudo hidrométrico do Nordeste brasileiro e tem sido largamente utilizado para o dimensionamento de vertedouros de pequenas barragens, principalmente desta região.

A partir disso, o resumo das características técnicas é demarcado por meio da "Tabela 1", assim como pela "Figura 2". Há o uso desses dois recursos para expor os resultados, no entanto, não há, na sequência, parágrafos que expliquem os dados demarcados, pressupondo-se o conhecimento do leitor. Outras fórmulas são trazidas, chegando-se ao consenso de que, quando a elevação da água é de 7,8m, não há transbordamento na crista da barragem. Antes de expor categorias que analisam o risco, três elementos são destacados: limiar valor do vertedouro, cálculo de liberação para diferentes cargas do vertedouro e considerações de desempenho hidráulico. Em todos eles, os dados são marcados por fórmulas, como em "O cálculo foi feito com a fórmula de Rehbock: $\mu = 0.312 + (0.3 – 0.01(5 - h/2)2)1/2 + 0.09h/p$. Onde: μ é o coeficiente de

[49] <http://www.abrh.org.br/SGCv3/UserFiles/Sumarios/ef209cb243c1a0beac807c2c7eaf9531_a252a42bd1f285c005f79142e6080cb1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2014.

descarga, a carga h vertedouro escolhido; r o raio do filete e p da água -profundidade em frente do vertedouro[50]" (p. 409, tradução minha), ou por meio de tabelas numéricas.

A parte final da metodologia aborda considerações sobre a análise de risco, definindo-a, por meio da citação direta a um estudioso da área, Molak (1997), como: "conjunto de conhecimentos que avalia e determina a probabilidade de um efeito adverso de um agente (químico, físico ou não), de um processo industrial, de uma tecnologia ou de um processo natural[51]" (p. 410, tradução minha). O pesquisador indica, então, que há vários métodos numéricos na literatura para a análise de risco, no entanto, para o estudo "optamos alguns com complexidades diversas[52]": Simulação Monte Carlo; PEM (Ponto de Método de Estimativa); Avanço de primeira ordem, segundo momento (AFOSM) (p. 409, tradução minha). Esses métodos são evidenciados novamente por meio de fórmulas complexas, demarcando uma linguagem matemática bastante recorrente e pontual, chegando-se aos resultados que serão abordados na seção seguinte do estudo.

Há, de forma geral, na fase da metodologia, a recorrência do uso de tabelas e de fórmulas matemáticas, características da área da Engenharia. A linguagem é marcada pela objetividade, ainda mais evidente em língua inglesa, havendo utilização de poucas citações, como *"According to Vieira (2005)"*; *"According to Molak (1997); according with Villela and Mattos (1975)"* (de acordo com...); ocorrência única do pronome pessoal: *"we chose"* (optamos). O uso da primeira pessoal do plural, assim como em língua portuguesa, provoca um efeito de generalização, de alargamento e de indefinição (AMORIM, 2004), atenuando a afirmação categórica de um "eu", por prudência ao discurso científico, tido como objetivo e impessoal.

6.2.2.2.1.2 Metodologia marcada na introdução

A área de Ciências Sociais demarca a metodologia do estudo já em sua introdução, logo após a contextualização da temática do estudo, conforme já apontado

---

[50] *"To calculate the discharge coefficient for different loads and the spillway discharge was adopted a fillet radius r = 6 m. The calculation was made with the formula of Rehbock: μ = 0.312 + (0.3 – 0.01(5 - h/2)2)1/2 + 0.09h/p Where: μ is the discharge coefficient; h the load chosen spillway; r the fillet radius and p the water depth in front of the spillway"* (p. 409).

[51] *"a body of knowledge that evaluates and determines the probability of an adverse effect of an agent (chemical, physical or otherwise), industrial process, technology, or natural process"* (p. 410).

[52] "*We chose some with different complexities…*" (p. 410).

na seção que descreveu a introdução dos artigos. De forma geral, a metodologia demarcada na área apresenta os seguintes elementos:

Quadro 29 - Seção metodológica da área de Sociais

MOVIMENTOS DISCURSIVOS	DADOS DO ARTIGO
Tipo de pesquisa	Pesquisa documental acerca das legislações que criam e resguardam os diversos espaços ocupacionais do assistente social.
Objetos de pesquisa	Alguns artigos da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/1993) e do Código de Ética Profissional (Resolução CFESS n. 273/1993), além de Leis ordinárias, Resoluções e Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional.

Fonte: A autora.

Em apenas um parágrafo é traçado o tipo de pesquisa realizado e os objetos de estudo que dizem respeito à ampliação do espaço sócio-ocupacional e dos direitos dos assistentes sociais. O artigo, dessa forma, delimita metodologicamente a forma de estudo dos objetos sem detalhar as informações, assim como ocorre com as áreas já mencionadas. Isso ocorre talvez em virtude do tipo de pesquisa desenvolvido, tendo em vista que o enfoque documental restringe o estudo à descrição e à análise de materiais, havendo a interpretação com base nos dados descritos. Não há, então, o trato com sujeitos de pesquisa, local do estudo, dentre outros fatores, todavia o enfoque recai no entendimento do espaço e dos direitos de profissionais atuantes no meio social, a saber, assistentes sociais. Tendo em vista o aumento de sujeitos formados na área e os desafios do mundo do trabalho, como bem aponta a introdução do estudo, fez-se relevante tratar de tal temática que atinge sujeitos e suas realidades de trabalho.

Assim, dois movimentos discursivos demarcam a metodologia do estudo, evidenciando, até mesmo antes dela, a contribuição do trabalho: avaliar o aparato jurídico-político que perpassa o exercício do assistente social. É neste viés que todo o artigo é organizado, apresentando em seu desenvolvimento somente a fundamentação teórica e a análise de leis, de documentos etc., seguidas da conclusão.

6.2.2.2.1.3 Metodologia não marcada[53]

A área de Humanas opta por não indicar marcadamente a seção de metodologia, sendo que nem mesmo na introdução se constata o momento de delimitação metodológica do estudo.

O título do artigo *Por que os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos*, já indica que o estudo abordará possíveis respostas com base na natureza humana e nos autores que defendem tal visão. Infere-se, então, que se trata de um estudo documental/teórico, no sentido de que buscará, na literatura, argumentos para discutir a resposta mais viável à pergunta central do texto. Nesse sentido, o artigo é discutido a partir de dois grandes eixos, segundo o autor: "coletivo ou individual? Natural ou social/cultural?" (p. 20).

O foco maior da pesquisa é compreender o fenômeno do agir do ser humano, elegendo-se uma área temática para isso, ou seja, a área da História. Infere-se, assim, que o artigo apresenta uma abordagem qualitativa, mesmo que não expressa, pois o pesquisador parte da conceituação, da descrição e da caracterização de um dado fenômeno para estabelecer o seu contexto e, a partir disso, analisar esse fenômeno de modo interpretativo. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são as bases do processo da pesquisa qualitativa.

De acordo com Amorim (2004), ao discutir as vozes presentes nos textos de Humanas, o objeto a ser estudado está em um local constituído de vozes, tendo em vista que já foi analisado e comentado anteriormente por outros sujeitos. A partir disso, postula-se que a voz do objeto é decisiva, pois, para Bakhtin, o que distingue as Ciências Humanas das outras é o próprio objeto. No entanto não é o homem seu objeto específico, uma vez que esse pode ser estudado por outras áreas, como a da Saúde. Afirma-se,

> [...] o objeto específico das Ciências Humanas é o discurso ou, num sentido mais amplo, a matéria significante. O objeto é um sujeito produtor de discurso e é com seu discurso que lida o pesquisador. Discurso sobre discursos, as Ciências Humanas têm portanto essa especificidade de ter um objeto não apenas falado, como em todas as outras disciplinas, mas também um objeto falante (AMORIM, 2004, p. 10).

[53] O termo "não marcada" é empregado para evidenciar que não há indicação da seção de metodologia no artigo.

Nesse sentido, o artigo de Humanas apresenta “respostas baseadas na natureza humana e seus críticos”, ou seja, o discurso fundamentado em tal perspectiva, partindo também para o diálogo com outros estudiosos e com outros discursos que compartilham dessa visão ou que destoam dela. O objeto em si é o sujeito produtor de discurso, isto é, o ser humano que discute incansavelmente a respeito da temática, buscando respostas e possibilitando a relação de diálogo dentro do enunciado.

6.2.2.3 Resultados dos artigos das diferentes áreas

A seção de resultados é marcada em quatro artigos das áreas de Saúde, Exatas, Engenharia, Linguística. As áreas de Humanas e Sociais não utilizam uma parte do artigo para demarcar os resultados encontrados, apontando-os no momento da conclusão, conforme se destacará posteriormente.

Diante das seções de resultados, duas configurações foram observadas: a primeira delas, presente na área de Exatas, evidencia os resultados em diálogo constante com as teorias que fundamentaram o artigo. No texto, não há uma seção que discute questões teóricas, nem mesmo na introdução verifica-se isso; a segunda configuração mais recorrente é a seção de resultados, focada na apresentação do que foi encontrado por meio da análise, assim como ocorre nas áreas de Saúde, Engenharias e Linguística, uma vez que as teorias já foram abordadas na introdução ou por meio de uma seção teórica. A partir dessas duas posições, descrevo e pontuo os aspectos relevantes para a constituição do discurso dos textos dentro de cada área.

6.2.2.3.1 Resultados com nuances[54] de discussão

A área de Exatas apresenta, no desenvolvimento de seu artigo, as seções de metodologia, resultados e considerações finais. A fim de estudar a influência do uso de instrumentos, como o portfólio, para o processo de ensino e de aprendizagem dos saberes matemáticos, o estudo utiliza os fundamentos do enfoque histórico-cultural de

[54] Tal denominação é empregada nas seções de resultados que abordam, além dos resultados, teorias subjacentes ao artigo, já que não há uma seção teórica específica. Sendo assim, há os resultados mais as teorias, o que gera, de certa forma, uma discussão no texto.

Vygostky na análise dos dados, não havendo uma seção teórica voltada à discussão de tais postulados. Assim, a seção de resultados apresenta como movimentos:

Quadro 30 - Seção de resultados da área de Exatas

MOVIMENTOS DISCURSIVOS
Retomada de alguma ideia da seção metodológica
Classificação inicial dos resultados
Descrição de cada instrumento utilizado no portfólio
Resultados alcançados por meio do uso de cada instrumento do portfólio
Resultados gerais

Fonte: A autora.

Para iniciar a seção, são apresentadas informações que retomam algumas ideias já expressas na seção metodológica, como emprego de análises quantitativas e qualitativas dos portfólios dos alunos, sendo escolhida uma amostra aleatória de dezesseis pastas da segunda série, sendo oito de cada classe.

A partir disso, evidencia-se uma classificação inicial dos portfólios, levando-se em conta os seguintes aspectos: bons resultados, resultados razoáveis, boa sistematização dos conceitos e postura não participativa dos alunos. Já nesse primeiro levantamento, ao abordar os resultados, o autor opta por destacá-los, justificando-os e explicando-os por meio da teoria:

> No caso dos onze primeiros alunos, mesmo quando eles tinham poucos conhecimentos prévios nos três temas, não apresentaram muitas dificuldades nas atividades, obtiveram bons resultados nas avaliações formais e nos registros do pesquisador, conseguindo mudanças qualitativas na construção e contextualização dos conceitos, no entendimento dos termos matemáticos e na valorização dos temas. **Na perspectiva vigotskiana**, o professor não *passa* conhecimento, ou seja, ele deve estimular e promover o conhecimento, para que o próprio aluno venha a construí-lo; propósito, este, que se perseguiu durante toda a aplicação da pesquisa. **Para Vigotski (1998)** "[...] poderíamos dizer que o que se deve é ensinar às crianças a linguagem escrita, e não apenas a escrita de letras" (**VIGOTSKI, 1998**, p. 157). (Artigo de Exatas, p. 520, grifos nossos).

Trata-se dos portfólios que obtiveram bons resultados em seu desenvolvimento, tendo em vista que, mesmo havendo dificuldades nas atividades, os alunos obtiveram resultados positivos, ocorrendo o entendimento dos termos matemáticos, sem que o professor apenas transmitisse conhecimentos, mas sim estimulasse os estudantes. Esse fato é reforçado pelos pressupostos teóricos de

Vygotsky, conforme elementos destacados “na perspectiva vigotskiana; Para Vigotski; Vigotsky”, que perpassam toda a seção de resultados. O foco, então, recai na descrição dessa classificação inicial, relacionando-a principalmente com os pressupostos de Vygostky, tendo em vista que o autor crê que a aprendizagem ocorre de forma processual, por meio da interação com o meio, e Vygostky surge como aporte para explicar sua posição.

Nessa fase inicial de classificação, o uso de verbos modalizadores é bastante recorrente, como uma forma de eximir o autor da responsabilidade de afirmar algo como sendo uma verdade, passando ao leitor a noção de possibilidade:

> Com relação ao décimo segundo aluno, **pode-se concluir** que os instrumentos utilizados e as atividades realizadas tiveram um resultado razoável, e que a maior parte dos problemas apresentados por ele **parece** dever-se mais às dificuldades com a Língua Portuguesa e um pouco com os conceitos básicos de Matemática. Quanto ao décimo terceiro aluno, **percebeu-se** que o processo de registro escrito possibilitou a ele alguma sistematização dos conceitos, mas ainda falta transcender o saber matemático além do senso comum e da resolução de problemas e exercícios. Já quanto aos três últimos alunos, **pode-se** concluir que [...] No caso dos três alunos, as suas resistências quanto à participação nas atividades de Leitura e Escrita, bem como a sua interação não satisfatória com os colegas, durante essas atividades, **podem** ter comprometido o seu desenvolvimento (Artigo de Exatas, p. 520, grifos nossos).

Há o uso de verbos modalizadores, como “percebeu-se”, “pode-se”, “parece”. Conforme Coracini (1991), a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, comprometendo-se e afastando-se. A isso não escapa o discurso científico, mesmo que o uso de recursos linguísticos levem os sujeitos a acreditarem na imparcialidade e na neutralidade da pesquisa. A autora, então, trata tal conceito como um recurso argumentativo em busca do desejo de imparcialidade por parte do pesquisador/enunciador que, apesar disso, revela-se julgando, avaliando, justificando elementos de sua pesquisa.

Os casos apontados de modalidade, assim como outros parecidos no decorrer da seção de resultados, referem-se à modalidade explícita (CORACINI, 1991), isto é, crê-se que o discurso pode comparar, julgar, discutir e justificar o estudo. É muito raro que o enunciador assuma explicitamente o que enuncia por meio de expressões como “eu creio que”, havendo algumas que sugerem a presença, embora

escondida, de alguém que julga, discute etc. e essa presença só pode ser do sujeito enunciador/pesquisador. O uso da expressão modal "parece" denota que aquilo que está sendo afirmado não foi observado , nem concluído pelo autor, já que se indica que a maior parte dos problemas apresentados no uso dos instrumentos pelo aluno "parece" se voltar mais às dificuldades relacionadas à Língua Portuguesa.

Após o momento inicial de delimitação dos primeiros resultados, tem-se a descrição de cada instrumento utilizado no portfólio, demarcado pelo fragmento: "Os resultados obtidos com a utilização de cada um dos instrumentos e atividades dos Portfolios, considerando-se todas as análises efetuadas, são comentados a seguir". O enunciador/pesquisador situa o leitor de seu texto de que demarcará a análise dos nove instrumentos de sua pesquisa, a saber: "Biografia matemática"; "Aberturas de temas"; "Atividades para desenvolver o tema"; "Questões para serem respondidas usando linguagem natural"; "Resolução de problemas em duas colunas, uma em linguagem matemática e outra em linguagem natural"; "Leitura de textos paradidáticos e de textos de outro contexto"; "Pesquisa e produção de textos pelos alunos"; "Construção de mapas conceituais"; "Pesquisa e produção de anexos". Para cada um dos instrumentos, há um ou dois parágrafos, existindo recorrência na forma de discussão dos resultados, podendo ocorrer a) justificativa dos benefícios do uso do instrumento, b) menção a algum estudioso da área, como Vygostky, Malta, dentre outros, c) exemplo do portfólio do aluno para ilustrar.

Na sequência, há exemplo de um dos instrumentos empregados: a *Biografia matemática:*

> A primeira atividade do Portfólio, a *Biografia Matemática*, **trouxe uma riqueza muito grande de informações sobre a realidade dos alunos, as suas dificuldades, as suas aspirações etc**., informações, essas, que não costumam estar presentes nas aulas de Matemática, o que possibilitou um **melhor direcionamento da atuação do professor** durante o processo de ensino e aprendizagem, à medida que forneceu subsídios para uma prática que levasse em conta **o ambiente histórico-cultural do aluno, como a preconizada por Vigotski** (1998, 2001). **Um exemplo, extraído de uma *Biografia Matemática*:** 'Sou péssima na matéria de Matemática, eu gosto de fazer contas, mas me enrolo muito. Eu tenho certeza que o professor entende esse lado, como não sou só eu, muitas pessoas têm dificuldade na matéria, mas o professor está ali para nos ajudar, com a colaboração dos alunos e dos professores aprenderemos muito neste ano, e isso tornará a matéria mais fácil e agradável' (ALUNO n.º 33, 3B) (Artigo de Exatas, p. 521, grifos nossos).

Por meio desse excerto, vê-se o "padrão" estabelecido pelo pesquisador para discorrer e analisar os instrumentos que utilizou. Inicia a discussão afirmando, por meio de um verbo no pretérito simples ("trouxe"), que a Biografia matemática apresentou um rico apanhado de informações sobre a realidade dos alunos, possibilitando ao professor se deparar com afirmações que, muitas vezes, não são evidenciadas nas aulas de matemática em sala de aula. Por meio de tal atividade, pode-se dar "melhor direcionamento da atuação do professor", levando-se em conta o ambiente histórico-cultural do aluno, assim como bem postula Vygostky. Os resultados são tão benéficos, segundo relato do pesquisador, que percebemos o uso recorrente de verbos no pretérito simples que indicam realmente que a ação foi efetivada, demarcando uma referência à experiência pontual, atribuindo ao texto grau de objetividade (CORACINI, 1991). O relato biográfico trazido pelo aluno evidencia um grau de dificuldade do aluno diante dos problemas matemáticos existentes, depositando no professor um papel de mediador do processo de ensino e de aprendizagem, principalmente, ao afirmar que o "professor está ali para nos ajudar". A discussão, então, sobre tal instrumento é encerrada com o relato e parte-se para a análise de outro, sem haver descrição ou explicação a respeito do excerto extraído do portfólio do estudante.

A seguir, apresentam-se os resultados alcançados por meio do uso de cada instrumento do portfólio, abordando-se o "Diário de bordo", o "Glossário", os "Formulários de fechamento do tema", a "Carta de fechamento" e o "Formulário de fechamento do semestre". Ao discutir esses instrumentos, mais uma vez, o processo apresentado é aquele em que se destacam os benefícios no uso do instrumento, a posição de um estudioso, seguido do excerto do portfólio do aluno:

> Com relação ao Glossário, pode-se dizer que a definição dos termos com as próprias palavras dos alunos **auxiliou-os na organização das informações, na construção do conhecimento matemático, no aperfeiçoamento da percepção que eles tinham dos termos e no significado que atribuíam a eles**. Nos Glossários de todos os temas [...] pode-se constatar que, no final de cada tema, **os alunos já apresentavam uma boa noção dos conceitos no seu sentido matemático, tanto nos termos que eram desconhecidos quanto no caso daqueles que eles já conheciam no seu sentido comum, e que conseguiram estender para a Matemática**. Parece, assim, ter sido superado o que **Pimm (1999)** descreve como incongruências e rupturas de comunicação que podem surgir, causadas pela falta de

> discriminação entre os registros da linguagem natural e da linguagem matemática, já que muitas aulas de Matemática desenvolvem-se em torno de uma mescla de registros das duas linguagens. [...] **Por exemplo, em Análise Combinatória, nas questões de abertura dos temas os alunos definiam a palavra *arranjos* no seu sentido comum, como**: [...] **Já no *Glossário*, elaborado mais próximo do final do desenvolvimento dos temas, a grande maioria passou a defini-los no seu sentido matemático:** [...] (Artigo de Exatas, p. 526-527, grifos nossos).

A primeira parte dos resultados demarca os benefícios no uso do "Glossário", como "organização das informações", fazendo que os alunos, ao final do processo, tivessem uma boa noção dos conceitos no sentido matemático. Sendo assim, o pesquisador afirma que "parece ter sido superado" o que o autor mencionado, "Pimm", denominada de "incongruências e rupturas de comunicação". Para confirmar tais elementos, destacam-se dois excertos dos instrumentos dos alunos, sendo um referente à fase anterior a todo o trabalho exercido por meio do Glossário e o outro à fase posterior.

Após exibir esses resultados mais detalhados em relação a cada instrumento, apresentam-se, ao final da seção de Resultados, em três parágrafos, os resultados gerais do estudo realizado, conforme se demarca pelo fragmento: "Os resultados obtidos em cada um dos temas desenvolvidos no semestre, para as duas séries, permitem considerar que...". O pesquisador destaca, então, quatro resultados gerais alcançados:

> A interação entre os alunos, o professor-pesquisador e os instrumentos utilizados **interferiu** positivamente na sistematização do conhecimento matemático que os alunos já traziam intuitivamente [...] **promoveu** a construção do conhecimento matemático, possibilitando que os alunos sistematizassem os conceitos além do senso comum [...] O desenvolvimento dos temas **permitiu**, ainda, o resgate do exercício da cidadania [...] o desenvolvimento dos temas **permitiu**, igualmente, a prática da interdisciplinaridade (Artigo de Exatas, p. 529, grifos nossos).

Durante toda a discussão dos resultados, o pesquisador é bem pontual na organização das ideias, dispondo-as em parágrafos curtos e utilizando um ou dois deles para discutir os instrumentos. Há, durante todo o desenvolvimento dos resultados, a menção às fontes teóricas que deram respaldo ao estudo, como Vygotsky, mencionado no seguinte excerto: "Desenvolvimento Próximo e Real, de acordo com o preconizado por Vigotski (2001)". Conforme Coracini (1991), o enunciador/pesquisador se serve da palavra do outro para discutir, fundamentando seus próprios argumentos e resultados,

mostrando ao leitor que não se apoia só no que afirma e que, portanto, suas asserções são dignas de crédito. Para a autora, tal recurso serve à subjetividade da enunciação, haja vista que está a serviço da argumentatividade discursiva. No caso do artigo de Exatas, há referências aos autores para respaldar a demonstração dos resultados, já que não há outro momento no texto destinado a isso. Sabemos que as referências expressas no texto constituem uma exigência da comunidade científica e seu uso se insere na série de convenções ditas científicas; no entanto, tal elemento não invalida o aspecto subjetivo, uma vez que a convenção, enquanto contrato social, funciona no discurso como uma estratégia a serviço da argumentação. Logo,

> [...] posso me servir de uma convenção para melhor atingir meu interlocutor que, se de fato for cientista, partilha do conceito segundo o qual a ciência não é puro ato de criação individual, mas resulta das pesquisas, reflexões e teorias anteriores; e se for leigo, deixar-se-á impressionar pelos conhecimentos do pesquisador (CORACINI, 1991, p. 156).

Dessa forma, embora muitos definam a área de Exatas como contendo uma rotina bastante fixa e pontual, sem muitas explicações e explanações, vemos que o artigo analisado não apenas demarca resultados, mas os discute à luz de teorias, traz exemplos práticos da realidade encontrada. Podemos inferir, então, que a subárea de ensino na qual o periódico está situado interferiu diretamente na forma de discussão e de apresentação dos resultados, permitindo ao pesquisador expandir os dados e os resultados alcançados por meio da realização de seu estudo.

6.2.2.3.2 Seção focada somente na apresentação dos resultados[55]

Enquanto a área de Exatas demonstra seus resultados em diálogo constante com as teorias que subsidiam o artigo, as áreas de Saúde, Engenharias e Linguística destinam uma das seções do texto essencialmente para a descrição dos resultados, tendo em vista que teorias já aparecem na introdução (Saúde e Engenharias) ou em uma seção de fundamentação teórica (Linguística).

[55] Refere-se aos artigos com uma seção específica para os resultados, isto é, para a descrição dos dados, havendo outra seção específica para apresentar as teorias, diferindo daquilo exposto em 6.2.2.3.1.

Em relação à área de Engenharias, os resultados foram obtidos por meio de processo computacional – caracterizando uma retomada metodológica, de acordo com fórmulas destacadas das tabelas quatro a sete, ou seja, toda a seção de resultados é organizada e descrita por meio de tabelas numéricas, sem nenhum tipo de explicação sobre elas. Dessa forma, tem-se como movimentos dentro da seção de resultados:

Quadro 31 - Seção de resultados da área das Engenharias

MOVIMENTOS DISCURSIVOS
Retomada de alguma ideia da seção metodológica
Somente tabulação dos resultados

Fonte: A autora.

As tabelas presentes na seção recorrem às informações que estavam constantes na fase da metodologia, que postulou como métodos de análise de risco a Simulação Monte Carlo, o Ponto de Método de Estimativa (PEM), o Avanço de primeira ordem, segundo momento (AFOSM).

A área da Saúde também opta por organizar os resultados em três tabelas, mas difere-se das Engenharias, haja vista que, antes de cada uma delas, faz um apanhado geral apenas pontuando o resultado encontrado e, na sequência, destaca as tabelas:

> A análise descritiva (**Tabela 1**) **permitiu identificar** as percepções das equipes de enfermagem perante o SM vivenciado. Cada um dos cinco constructos identificados na pesquisa foi operacionalizado por meio de um **valor numérico**, que representa a **média aritmética** das 23 questões agrupadas, previamente, pela análise fatorial. As médias de intensidade de SM variaram de **3,77 a 4,37** e as frequências de ocorrência de situações que conduzem ao SM variaram de **1,98 a 2,57. Tabela 1** - Índices de intensidade e frequência de sofrimento moral vivenciado pelas situações representadas nas questões do instrumento validado. Rio Grande, RS, Brasil, 2012 (Artigo da Saúde, p. 4-5, grifos nossos).

O resultado obtido por meio das análises é a percepção das equipes de enfermagem sobre o sofrimento moral vivenciado. Não basta, então, explicar discursivamente o que se encontrou, opta-se por organizar os dados nas tabelas, fazendo-se uso de dados numéricos e de linguagem da área (*média aritmética,* valores numéricos etc.). A utilização das tabelas, tanto nas Engenharias quanto na Saúde, diz

respeito às referências intratextuais (CORACINI, 1991) que constituem a evidência dos dados analisados e expostos.

A área de Linguística elabora o desenvolvimento de seu artigo com as seguintes fases: metodologia, fundamentação teórica, análise, resultados, discussão e considerações finais. Darei enfoque, então, as seções de análise e de resultados, que são nominadas de "Os primeiros estudos, fundamentados em conhecimento gramatical normativo" e "As análises fundamentadas em conhecimentos linguísticos" (seções de análise) e "As causas a que se atribuem os problemas encontrados na escrita escolar" (discussão).

O objetivo do artigo era discutir a constituição da escrita escolar em objeto dos estudos linguísticos. Para tal, na seção de análise, o pesquisador aborda, primeiramente, artigos de números variados dos "Cadernos de Pesquisa", de 1977, que tratavam da redação produzida em prova de vestibular, avaliando-se o desempenho linguístico dos candidatos, centrando-se em questões de caráter gramatical. Dessa forma, são destacados artigos variados, demonstrando a "relação polêmica entre os estudos tradicionais da linguagem e as perspectivas teóricas da Linguística já nas primeiras publicações sobre análise de redações escolares" (p. 288).

Na segunda seção de análise, denominada *As análises fundamentadas em conhecimentos linguísticos*, o pesquisador analisa o número 23 dos *Cadernos de Pesquisa*, de 1977, que foca na análise das redações escritas nos vestibulares, mas com estudos que assumiam a perspectiva da Linguística. As primeiras impressões dos textos que constituem o número da revista é que há referências voltadas aos conceitos gramaticais tradicionais que são usados ou para apontar incoerências das definições encontradas nas gramáticas ou para analisar as redações. Os artigos com viés mais linguístico se contrapõem àqueles centrados na perspectiva tradicional, que consideram os problemas de redação como indícios de desconhecimento linguístico. Diante desse panorama, são definidas duas categorias de análise transformadas em duas seções do artigo: *A contraposição ao caráter normativo, arbitrário e não-exaustivo dos estudos gramaticais tradicionais* e *A contraposição à noção de incompetência linguística*.

Na primeira seção, com foco na contraposição ao caráter normativo, o pesquisador destaca sete artigos de diferentes estudiosos: De Lemos; Osakabe; Negrão; Lima, Mamizuka; Pécora; Rodrigues e Freire. De forma geral, os artigos se contrapõe à

noção de que as redações apresentam problemas em virtude dos sujeitos não terem competência linguística, conforme o excerto:

> A pesquisa realizada por De Lemos (1977) se utiliza, então, de critérios sintático-semânticos tradicionais para a classificação das relações entre sentenças que serão objeto de estudo. **Entretanto**, ainda que se utilize desses critérios para realizar a análise dos dados, **a perspectiva que assume é fundamentada em princípios da Lingüística**, e, desse modo, **critica** considerações em que se associa a existência de problemas nas redações à falta de competência lingüística por parte de quem as produz (Artigo de Linguística, p. 288, grifos nossos).

Embora o artigo seja de 1977, fazendo uso de critérios tradicionais da gramática, já se inicia um discurso que "critica considerações em que se associa a existência de problemas nas redações à falta de competência linguística por parte de quem as produz". Da mesma forma como realiza com o texto de De Lemos, o pesquisador vai pontuando, em cada um dos parágrafos dos textos, os trabalhos dos estudiosos, realizando um panorama geral de cada um, já que todos dialogam quanto a sua temática: "Excetuando-se o trabalho de Osakabe (1977) [...] o trabalho de Negrão (1977) [...] Lima (1977) se coloca contrariamente [...] Mamizuka (1977) atribui a causa dos problemas encontrados [...] Os artigos de Pécora (1977) e de Rodrigues & Freire (1977) apresentam [...]".

Na seção *A contraposição à noção de incompetência linguística*, o pesquisador continua abordando os artigos dos estudiosos, afirmando que os artigos são colocados no sentido de defender que o conhecimento linguístico dos vestibulandos está dentro de uma normalidade, sem falhas e que os problemas apresentados pertencem a outros níveis que não estão relacionados à competência linguística. Dessa forma, o primeiro artigo destacado é de Pécora, que reitera que as falhas são decorrentes de desconhecimento de convenções de escrita ou da falta de preparo para a utilização da linguagem. Para se chegar a essa conclusão, o pesquisador opta por trazer excertos do artigo de Pécora e, conforme vai abordando os outros estudos, ele decide evidenciar trechos do artigo original. Nesse sentido, o pesquisador vai construindo a seção de forma a encaixar um discurso no outro, já que carregam consigo uma mesma temática:

> A esse outro [texto de Pécora] também responde o texto de Osakabe (1977) [...] No texto de De Lemos (1977) a polêmica sobre a capacidade lingüística do vestibulando se apresenta mais

> explicitamente [...] Contraposições em relação a afirmações sobre incapacidade lingüística por parte do aluno são também encontradas no texto de Mamizuka (1977) (Artigo de Linguística, p. 292-293).

A seção de análise é marcada essencialmente por expressões que não evidenciam explicitamente a posição do pesquisador, mas sim o enfoque dado aos objetos analisados, haja vista que se afirma: "o artigo de..."; "o texto de..."; o artigo afirma que..." (p. 291), como se o objeto de estudo estivesse afirmando ou se constituindo como sujeito do discurso. Embora não seja explicitada, é possível afirmar que a subjetividade está presente na produção do artigo, tendo em vista a escolha da temática, a escolha dos objetos, da revista para análise.

Após toda a fase de análise dos artigos, tem-se a seção de resultados (*As causas a que se atribuem os problemas encontrados na escrita escolar*), que opta por demarcar os movimentos discursivos: temática unânime presente nos artigos e confirmação das ideias por meio da retomada de excertos dos estudos. Quanto ao primeiro momento, afirma-se:

> **Parece haver unanimidade**, entre os artigos observados, quanto às causas dos problemas encontrados nas redações analisadas: a escola não leva o aluno a se colocar criticamente, mas lhe oferece modelos e estratégias de preenchimento a fim de cumprir a tarefa de produzir uma redação. Além disso, os problemas são atribuídos ao contexto do vestibular, em que se produz um texto para ser avaliado, e, principalmente, às concepções apresentadas pela gramática tradicional e seu uso em sala de aula (Artigo de Linguística, p. 293, grifos nossos).

Segundo o artigo, "parece haver unanimidade", não havendo uma afirmação categórica, mas modalizada. Para reafirmar seu resultado, o pesquisador destaca as conclusões dos artigos dos estudiosos que demonstram que as falhas não estão vinculadas à incompetência linguística dos alunos, mas a outros fatores, como:

> **As conclusões** a que chega a **pesquisa de Pécora** (1977) fazem referência ao fato de as redações se caracterizarem pela falta de originalidade e pelo baixo grau de expressividade [...] **De modo semelhante, o trabalho de Osakabe** (1977) conclui, principalmente, que o ensino de produção textual na escola não levou os alunos a desenvolverem atitudes reflexivas [...] **O artigo de Baccega** (1977) chegou à conclusão de que as redações se limitam a reproduzir modelos [...] **As considerações finais de Baccega** (1977) se aproximam das **considerações de De Lemos** (1977) que, após analisar as ocorrências com nexo explicitado por conectivo coordenativo e

> subordinativo, chegou à conclusão de que a instrução ou treinamento que o vestibulando recebeu "atuam no sentido de impedir ou bloquear a adaptação "natural" (p. 62) (Artigo de Linguística, p. 293-294, grifos nossos).

Há, então, o engajamento dos artigos analisados que levam ao resultado geral do artigo de que as falhas de escrita não se vinculam à incapacidade linguística dos sujeitos.

6.2.2.4 Discussão dos artigos das diferentes áreas

Das seis áreas, apenas três abordam a seção de discussão/análise dos resultados: Saúde, Engenharias e Linguística. Na área de Engenharias, a última seção do artigo é a de Discussão, composta de cinco parágrafos, apresentando os seguintes movimentos:

Quadro 32 - Seção de discussão da área das Engenharias

MOVIMENTOS DISCURSIVOS
Tematiza o assunto
Apresentação do primeiro resultado
Apresentação do segundo resultado
Sugestão de novo estudo

Fonte: A autora.

Há, então, a retomada do enfoque central do artigo que foi a análise de risco, mencionando-se que, em diversos momentos durante o estudo, utilizou-se o termo "risco", sempre voltado à fórmula empírica tradicional, sem variável de sentido. Não há menção novamente ao objetivo do estudo, passando-se direto para os resultados encontrados.

Tendo em vista que o objetivo maior do estudo foi o de aplicar métodos de análise de risco para verificar a possibilidade de superação de lâmina d'água em Óros, o pesquisador destaca o primeiro resultado:

> [...] encontramos que considerações recentes de segurança foram usadas e isso é provado pelos cálculos feitos nos vários cenários avaliados, um percentual de baixo risco em relação à superação da

> profundidade da água no original. A tabela VIII sumariza todos dos cálculos[56] [...] (Artigo de Engenharias, p. 414, tradução minha).

O primeiro resultado dialoga e responde ao objetivo traçado no artigo, tendo em vista que delineou que existe baixo risco de superação de profundidade da água. Para evidenciar tais dados, faz-se uso da primeira pessoal do plural (*we found*), de forma a caracterizar o discurso como objetivo e pontual, não comprometendo o pesquisador como sujeito, já que ele não afirma categoricamente algo. Além disso, os dados voltam a aparecer tabelados, havendo um total de oito tabelas no decorrer do artigo que sumarizaram os resultados alcançados.

Após a exposição, destaca-se o segundo resultado do estudo, por meio de um único parágrafo, afirmando-se: "[...] vemos que os riscos para superar a profundidade da água do projeto são quase insignificantes para a realidade atual[57]" (p. 414, tradução minha). É apenas na fase das discussões que a primeira pessoal do plural surge com maior destaque no artigo de Engenharias, tendo em vista que, no decorrer do estudo, coloca-se o artigo como sujeito do enunciado "Este artigo apresenta..." (resumo); "O objetivo deste artigo é mostrar..." (introdução); "Os resultados mostram..." (resultados). Em cada um dos parágrafos da discussão, há menção ao "nós", assim como ocorre no parágrafo final, que sugere novo estudo:

> Para a expansão desse trabalho, sugerimos um estudo para avaliar a necessidade de colocação de comportas na barragem, uma vez que iria melhorar a capacidade do reservatório de 4 (quatro) bilhões de metros cúbicos, quase dobrando a quantidade máxima acumulada, naturalmente necessárias para as necessidades humanas no futuro próximo, no contexto das mudanças climáticas globais[58] (Artigo de Engenharias, p. 414, tradução minha).

O artigo de Engenharias, na fase da discussão, é o único a propor tão marcadamente ("para a expansão desse trabalho") uma sugestão de novo estudo, tendo

---

[56] "[...] *we found that increased security considerations were used, and it was proven by the calculations made in the various scenarios evaluated, a percentage of low risk in relation to overcoming the water depth spillway in the original. The Table VIII summarizes all the calculations:"* (Artigo de Engenharias, p. 414).

[57] "[...] *we see that the risks to overcome the water depth of the project are almost insignificant to the current reality"* (Artigo de Engenharias, p. 414).

[58] "*For this work expansion, within a strategic vision, we suggest a study to assess the need for placement of floodgates in the dam, since it would improve the ability of the reservoir to 4 (four) billion cubic meters, nearly doubling the maximum amount accumulated, naturally necessary to human needs in the near future, within the context of global climate changes"* (Artigo de Engenharias, p. 414).

por referência o trabalho realizado. Para muitos estudiosos, o uso do "nós" é um recurso que também leva à objetividade do texto, mascarando a subjetividade, o sujeito que escreve. No entanto, considerando todo o contexto de escrita do artigo de Engenharias, percebo que é no momento da discussão que o pesquisador opta por demarcar seu papel, de alguma forma, no texto produzido.

O artigo da área da Saúde apresenta os seguintes movimentos na seção de discussão: destaca os resultados que obteve e os discute, mencionando, por vezes, alguns teóricos que embasam o estudo.

O artigo busca analisar a frequência e a intensidade do sofrimento moral em trabalhadores; assim, destacou como primeiro ponto de discussão o constructo de maior recorrência nos hospitais: a falta de competência na equipe de trabalho, ou seja, profissionais que não estão capacitados para atuar em suas áreas.

A partir disso, no segundo parágrafo, o pesquisador vincula a percepção desse sofrimento com a necessidade que os sujeitos apresentam de exercer o seu poder:

> A percepção do SM, nesses casos, **parece** fortemente associada à necessidade de exercício de poder desses trabalhadores, o que **pode representar** a necessidade de enfrentamentos de conflitos com os demais profissionais ou futuros profissionais, de modo a evitar riscos aos pacientes, garantindo sua segurança. Essas situações demonstram que, para os profissionais de enfermagem, suas ações não devem estar pautadas apenas no seguimento de condutas ou regras, mas, em algo mais intenso e profundo, ligado a uma relação de si, a uma constituição pessoal de si como experiência viva de um sujeito moral (5) (Artigo da Saúde, p. 6, grifos nossos).

Há, então, a aparente necessidade de enfrentamento de conflitos, marcada por verbos modalizadores ("Parece", "pode representar"), encaminhando o leitor a entender que as ações dos profissionais estão ligadas a uma relação de si, a uma constituição pessoal. Essa necessidade da relação do sujeito consigo mesmo, a fim de entender a questão do sofrimento moral, é um dos pontos de destaque do estudo – sua conclusão maior já marcada no resumo – já que, por meio das relações consigo mesmos, os indivíduos podem refletir sobre a resolução de problemas. Para reforçar ainda essa noção, evoca-se, ao final do parágrafo, por meio de referência numérica, um dos autores que embasam o estudo, como forma de reforçar a ideia delineada, atribuindo-lhe crédito.

No decorrer de toda a discussão, é recorrente o uso do discurso envolvente (CORACINI, 1991), para caracterizar essencialmente o objeto estudado, conforme alguns exemplos: “Ainda, em relação ao hospital H2, cuja percepção do SM **apresentou-se** reduzida, diversas situações podem estar associadas, dentre as quais **pode-se** citar...” (p. 7); “tais formas de renúncia **relacionam-se**...” (p. 7); “Em contrapartida, no hospital H1, **destacou-se** que o desrespeito à autonomia do paciente **apresenta-se**...” (p. 7), dentre outros.

A utilização da modalização é bastante recorrente também: “Essa percepção ampliada **pode estar** associada a diversos fatores, tais como...” (p. 7); “Essa situação **pode estar** associada ao exercício mais pleno do papel da enfermagem na advocacia do paciente...” (p. 8); “o que **pode favorecer** a existência de maiores espaços para o diálogo, a comunicação e expressão de sentimentos” (p. 8). É possível que esse recurso seja uma forma de o pesquisador não se envolver totalmente com a discussão que postula.

A área de Linguística, em sua fase de discussão, opta por discutir, ao longo de oito parágrafos breves, os resultados encontrados: “insuficiência de bases teóricas para fundamentar a análise dos dados relativos à escrita escolar, seja em relação à perspectiva tradicional, seja em relação à perspectiva moderna, fundamentada na Lingüística [...]” (p. 294). A perspectiva tradicional apresentou-se insuficiente para analisar a escrita dos alunos, haja vista falhas e incoerências que levam a afirmar que os problemas de escrita são reflexos de incompetência linguística. Em relação aos estudos linguísticos, a insuficiência se volta para a falta de recursos teóricos adequados ao tratamento da produção escrita.

Diante desse panorama, o pesquisador postula sua hipótese: “essa insuficiência teórica, em lugar de impedir a constituição da escrita escolar em objeto de estudo, possibilitou-a, uma vez que fomentou o estabelecimento de relações polêmicas com a perspectiva tradicional” (p. 294), uma vez que, quando a escrita escolar passou a ser tomada como objeto de análise, os recursos da Linguística se voltam ao seu objeto, a língua, e os dados coletados, voltavam-se para a fala. A escrita era objeto de análise dos estudos tradicionais, que, de certa forma, “se constituía como adversário dos estudos linguísticos modernos” (p. 294).

É a partir disso que o pesquisador explica a organização discursiva dos artigos, tendo em vista a incompatibilidade entre teoria e dados de pesquisa. Para isso, ele estabelece uma relação de causa e efeito no momento da discussão: como não havia no início estudos voltados aos pressupostos linguísticos para discutir a escrita dos alunos (causa), os estudos tradicionais passaram a ser considerados (consequência) nas discussões: "a falta de fundamentação teórica adequada **leva os pesquisadores** a retomarem conceitos dos estudos tradicionais e ou aplicá-los na análise dos dados..." (p. 294-295). A própria utilização da expressão "leva os pesquisadores" demarca o vínculo de causa e consequência.

6.2.2.5 Fundamentação teórica dos artigos das diferentes áreas

De acordo com Motta-Roth e Hedges (2010), a fundamentação teórica ou revisão da literatura diz respeito à realização de referência à literatura prévia, apresentando como função utilizar, reconhecer e dar crédito à produção científica de outro autor. Nesse sentido, a revisão da literatura pode nos indicar que nos qualificamos como membros de uma determinada cultura, em função da familiaridade com outras produções prévias dentro da área. Pode, também, trazer ao texto uma voz de autoridade e posicionamento intelectual. Assim como a seção de metodologia dos artigos, a fundamentação teórica possibilita depreender a comunidade discursiva de cada área, pois as escolhas teóricas demarcadas caracterizam singularmente a área de conhecimento, assim como os interlocutores existentes nela.

Além disso, Boch, Grossmann e Rinck (2010) postulam que o quadro teórico pode acontecer em uma parte específica do estudo ou até mesmo na introdução. São as escolhas teóricas que o pesquisador realiza no momento da produção do enunciado que posicionam o estudo em um campo de saber, demarcando o interesse do estudioso, além de legitimar o discurso. Para os autores, "o quadro teórico nunca é neutro e fornece uma visão do campo, reconstituindo sua história ou seu estado de desenvolvimento[59]" (BOCH, GROSSMANN; RINCK, 2010, p. 4, tradução minha). Sendo assim, ao teorizar, é demonstrada a familiaridade com a área de estudo, buscando-se pertinência para o trabalho dentro da área de conhecimento.

[59] *"Le cadrage dans l'article n'est jamais neutre et fournit une vision du champ, em reconstituant son histoire ou son état d'avncement"* (BOCH; GROSSMANN; RINCK, 2010, p. 4).

É por meio dessa seção constituinte do artigo que o sujeito pode criar consciência sobre o grau de ineditismo da pesquisa que realiza, haja vista que

> [...] o objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear (BAKHTIN, 2003, p. 299-300).

Apesar de individuais, enquanto passíveis da criatividade do sujeito que os produz, os enunciados não possuem um caráter inédito no que tange ao objeto de seu discurso. Também as formas como são elaborados não são inéditas, mas relativamente estáveis (formas cotidianas ou mais livres; formas literárias, jornalísticas, científicas, mais estruturadas ou mais especializadas), repetindo-se em diferentes enunciados.

Após a leitura e a análise dos artigos das diferentes áreas, constatei variação quanto ao trato destinado à seção de fundamentação teórica. Os artigos das áreas de Saúde e de Engenharias optaram por situá-la "dentro" da seção de introdução (conforme discutido na seção que aborda as introduções dos artigos); o artigo de Linguística é o único que destina uma seção específica para teorizar; os artigos das áreas de Ciências Sociais e Humanas apresentam a fundamentação teórica em diálogo com a análise dos dados, tendo em vista a natureza documental dos estudos; o artigo da área de Exatas, embora não seja desenvolvido no âmbito documental, tendo em vista que apresenta e discute dados sobre um determinado problema dentro da área, não traz uma seção teórica, expondo retomadas teóricas no decorrer de todo o desenvolvimento do estudo, nas seções de metodologia, análise e resultados.

6.2.2.5.1 Fundamentação teórica na introdução dos artigos

O desenvolvimento do artigo de Ciências da Saúde apresenta método, resultado, discussão e conclusão, não havendo espaço para uma seção destinada à fundamentação teórica. O trabalho utiliza o espaço da introdução para contextualizar o assunto, trazendo para o leitor questões teóricas sobre o tema, fazendo uso do discurso citado, em alguns momentos.

Abordei, no Quadro 19 – Elementos da contextualização na introdução da área da Saúde, elementos que constituem tal seção, como temática sobre sofrimento moral, ampliação do tema, retomada de estudos e lacuna deixada por outra pesquisa. Verifiquei que, em todos os parágrafos, o pesquisador faz uso do discurso citado por meio da citação numérica entre parênteses, indicando sua inserção no meio acadêmico de estudo da área e diálogo com pesquisas que abordam o assunto. Um exemplo da demarcação teórica do estudo é:

> Cotidianamente, verifica-se o quanto a vivência de rotinas exaustivas, estresse, precariedade de cuidados de enfermagem [...] acompanhadas de sentimentos de impotência frente às situações de aparente descaso em relação aos pacientes, influencia a forma de ser e fazer dos trabalhadores de enfermagem **(2-3),** o que lhes pode provocar desconforto e sofrimento, sem comumente identificá-lo como sofrimento moral (SM) (Artigo da Saúde, p. 2, grifos nossos).

Os autores do artigo acabam tomando para si o discurso do outro, marcando-o por meio da referência bibliográfica numérica que tem sua correspondência ao final do artigo:

> 2. Barlem ELD, Lunardi VL, Lunardi GL, Dalmolin G, Tomaschewski-Barlem JG. Vivência do Sofrimento Moral na Enfermagem: percepção da Enfermeira. **Rev Esc Enferm USP.** 2012; 46(3):681-8.
> 3. Dalmolin GL, Lunardi VL, Barlem ELD, Silveira RS. Implicações do sofrimento moral para os(as) enfermeiros(as) e aproximações com o Burnout. **Texto & Contexto Enferm**. 2012;21(1):200-8 (Artigo da Saúde, p. 9, grifos nossos).

Ao mencionar o discurso do outro, empresta-se uma voz de autoridade e posicionamento intelectual ao texto (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010), demonstrando que a pesquisa se situa na área de conhecimento, ou seja, "enfermagem", já que os próprios artigos citados se encontram em periódicos de Enfermagem (*Rev Esc Enferm USP; Texto & Contexto Enferm*). Além de ter objetivo de apresentar o estudo e de justificá-lo, a introdução também atua como momento de retomada de teorias, como forma de delimitar o campo no qual o estudo está inserido.

Conforme Sanches (2009a), há, no caso do artigo da Saúde, a marca de referenciação bibliográfica com apagamento dos limites entre os diferentes discursos. É como se tomasse a palavra do outro para si, incorporando-o ao seu discurso,

expressando confiabilidade, credibilidade ao texto. Dificulta-se, assim, a percepção de vozes, havendo o apagamento dos limites discursivos.

Toda a demonstração teórica dentro da introdução se dá por meio da referência numérica aos autores que, geralmente, têm seus dizeres parafraseados, ao invés de haver a citação direta de suas palavras. Boch (2013), em um de seus estudos, identifica diferentes modos de referência ao discurso do outro, a saber: a evocação – quando o pesquisador faz alusão a trabalhos de outros estudiosos, mencionando-os de forma genérica; a reformulação – quando o pesquisador integra sua fala com o discurso do outro, constituindo uma paráfrase; a citação – modo de referência mais conhecido dos estudantes, por meio do discurso direto. A partir disso, analisou esses modos de referência, em artigos de oito números de um periódico, realizados por experts – produtores de pesquisa – e por estudantes iniciantes no universo da pesquisa, verificando qual deles era mais recorrente. A pesquisa revelou a preferência dos experts em apenas evocar estudiosos (51%); seguida da reformulação (35%) e, por fim, da citação (14%). No caso do artigo da Saúde, os pesquisadores centralizaram-se na reformulação, tomando o discurso do outro para si, adequando-o ao contexto da pesquisa, havendo, de certa forma, a necessidade de demarcar que suas opiniões estavam amparadas por um posicionamento intelectual. Boch (2013, p. 553) concebe essa evocação de autores como "um quadro histórico que busca indexar seu objeto às correntes ou outros autores".

O artigo de Engenharias buscou analisar alguns métodos de análise de risco para verificar a possibilidade de superação da lâmina d'água de projeto no vertedouro da barragem Orós. Ele não destinou seção alguma do estudo à fundamentação teórica e, por esse motivo, assim como na área da Saúde, utiliza parte da introdução para contextualização do percurso histórico sobre o reservatório de Orós e estudos ali já demarcados, fazendo uso de recursos referenciais por meio de retomada de outros estudiosos, como se observa a seguir:

> O objetivo deste estudo é mostrar a aplicação prática da análise de risco, **de acordo com Vieira (2005)** [...] O projeto utiliza fluxo de dados e fórmulas limnimétricas empíricas, **de acordo com Aguiar** (1978) [...]
> O início de sua construção data de 1958, quando as fundações foram escavadas. Ela sofreu uma série de interrupções, e em 11 de janeiro de 1961, foi então inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek de

> Oliveira (**Araújo 1990**) (Artigo de Engenharias, p. 405 e 407, grifos nossos, tradução minha)[60].

Há, na introdução, o uso de três referências nominais ("Vieira"; "Aguiar"; "Araújo"), sendo que a maior parte de toda a contextualização histórica e teórica é realizada sem mencionar autores pesquisados. O pesquisador constrói todo o aparato teórico-histórico por meio de suas próprias palavras, generalizando, como se o leitor tivesse conhecimento de autores que estudam a temática e não necessitassem de indicação referencial. Para Boch, Rinck e Grossmann (2010), quando o autor objetiva situar seu propósito de estudo, demarcando sua lealdade a uma forma de entender o assunto, ele pode fazer uso da descrição histórica sem, no entanto, apontar os autores lidos.

Há, no caso das duas áreas, a busca por uma linguagem estritamente objetiva e impessoal, utilizando-se do objeto de análise como sujeito agente, sendo que ele mesmo se apresenta, provoca transformações, age e reage. Existe, também, o emprego das formas que indeterminam o sujeito (CORACINI, 1991), como ocorre em: "Cotidianamente, verifica-se" (Artigo da Saúde, p. 2); "Essas características demonstram" (Artigo da Saúde, p. 2); "avançando-se para o modo como os profissionais da enfermagem" (Artigo da Saúde, p. 3); "*The aim of this paper is to show"* (Artigo de Engenharia, p. 405); "*The dam Orós is located*" (Artigo de Engenharia, p. 405).

6.2.2.5.2 Fundamentação teórica em seção específica

A única área a destinar um espaço específico, embora breve, para a fundamentação teórica foi a Linguística: *Fundamentação teórica e constituição do corpus.* Nessa seção, o pesquisador menciona o *corpus* estudado, delimita seu objetivo, abordando ainda o viés teórico que embasa o desenvolvimento do estudo.

Dois movimentos maiores são observados na seção, pois o pesquisador, ao mesmo tempo em que demarca seu caráter metodológico, seu aporte teórico, busca

---

[60] "*The aim of this paper is to show the practical application of risk analysis,* ***according to Vieira*** *(2005) […]; The project used data flows and the empirical limnimetric formulas* ***according to Aguiar*** *(1978) […];The beginning of its construction date of 1958, when the foundations were dug. It suffered a series of stoppages, and in January 11, 1961, it was then inaugurated by the President Juscelino Kubitschek de Oliveira (Araujo, 1990)"* (Artigo de Engenharias, p. 407, grifos nossos).

evidenciar a história que perpassa a constituição do discurso que envolve a escrita escolar no Brasil. Dessa forma, o pesquisador destaca, no primeiro parágrafo, que o *corpus* do estudo é formado pelos primeiros artigos sobre escrita escolar no Brasil:

> Esses artigos foram produzidos com o objetivo de divulgar resultados de pesquisas sobre produção escrita em situação de vestibular. A Fundação Carlos Chagas foi responsável por todo o processo em questão: elaborou a prova do vestibular; financiou o trabalho de análise das redações produzidas; e publicou, em seus *Cadernos de Pesquisa*, os artigos resultantes da pesquisa realizada (Artigo de Linguística, p. 284, grifo do autor).

O recorte e a análise dos dados foram "realizados segundo perspectiva discursiva de linha francesa, com base em conceitos elaborados por Foucault (1996; 2000), e Maingueneau (1997; 2005)." Isso porque a análise dos dados é feita com o intuito de conhecer o processo de constituição de um novo objeto para os estudos linguísticos. O enfoque teórico recai sobre "Foucault e Maingueneau", que são mencionados nos parágrafos seguintes:

> [...] em acordo com a **perspectiva foucaultiana**, não se trata de procurar uma origem a partir da qual um processo contínuo levou à construção gradual de um novo objeto de estudos na área em questão, mas parte-se do princípio segundo o qual a constituição do fenômeno em dado de pesquisa se fez em função de uma determinada (re)organização discursiva.
>
> A hipótese sobre a necessidade de delimitação se fundamenta na **noção de interdiscursividade tal como proposta por Maingueneau** (1997; 2005). **Segundo o autor**, a interdiscursividade se desenvolve como uma situação de delimitação recíproca entre discursos, fundamentada em relação polêmica [...]
>
> Há, desse modo, uma diferenciação em relação ao que se considera a unidade de análise: não mais, como na **proposta foucaultiana**, o *discurso* [...], mas *um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos*, estabelecendo-se, assim, a precedência do interdiscurso sobre o discurso (Linguística, p. 284, grifos nossos).

São utilizados três parágrafos apenas para mencionar os postulados centrais que norteiam o estudo a respeito do discurso envolvido na produção das redações. Trata-se de um momento específico dentro do artigo para a apresentação breve da teoria que respalda a discussão dos dados.

6.2.2.5.3 Fundamentação teórica "diluída"[61] no desenvolvimento do estudo

O artigo da área de Exatas objetivou investigar a utilização de diferentes estratégias de Leitura e de Escrita no ensino de Matemática do Ensino Médio, não apresentando, em sua extensão, uma seção específica para discussão da teoria que fundamenta o desenvolvimento do estudo.

Ao analisar o texto na íntegra, verifiquei evidências teóricas perpassando todas as seções constituintes. O processo tem início no resumo do artigo, momento em que se destaca o aporte teórico do estudo: "a análise dos resultados e as conclusões foram baseadas no enfoque histórico-cultural de Vigotski e estudos sobre a linguagem matemática e a utilização da Leitura e Escrita nas aulas de Matemática, de diversos pesquisadores" (Exatas, p. 513).

A função da indicação teórica e a menção genérica a outros autores são características recorrentes nos resumos, já que o foco maior dessa parte do texto é a de apenas mencionar o referencial que dará suporte ao estudo. Assim como no resumo, a introdução retoma o aporte teórico, especificando, além disso, os "diversos pesquisadores" que dão suporte ao texto, como: "Corrêa (2005), Fonseca e Cardoso (2005), Malta (2004), Mesquita (2001), Pimm (1999), Santos (2005) e Smole e Diniz (2001)." Para o pesquisador, é importante escolher autores que dialogam a respeito dos mesmos pressupostos e crenças, constituindo uma opinião coerente dos fatos:

> Todos os referenciais utilizados **vão ao encontro dos mesmos pressupostos** quanto à importância da linguagem natural no tratamento matemático e na construção dos conceitos matemáticos [...] Por isso, foram propostas neste trabalho várias atividades que **atendessem a esses pressupostos**. **Para que fossem contemplados todos os referenciais teóricos**, procurou-se, então, definir atividades bastante variadas, que proporcionassem uma melhor compreensão da linguagem matemática e da semântica dos termos e expressões nas duas linguagens [...] (Artigo de Exatas, p. 515, grifos nossos).

O autor do artigo de Exatas coloca o texto, a análise e os resultados em diálogo com referenciais que "vão ao encontro dos mesmos pressupostos", focando na construção de conceitos matemáticos, mantendo a unidade temática discutida ao longo

[61] O termo "diluída" indica que a fundamentação teórica não é contemplada em uma seção específica do artigo, mas sim que há evidências teóricas perpassando todas as seções constituintes do texto. Portanto há fundamentação marcada no artigo, no entanto, de forma diluída, e não pontual.

do texto, evidenciando que o campo de conhecimento já está estabelecido, mas pode receber novas pesquisas. A indicação, logo no início do texto, dos nomes dos estudiosos e da linha de estudo seguida demonstra que a pesquisa está situada na área das Exatas, voltando-se para o Ensino, já que se abordam discussões voltadas ao ensino e à aprendizagem da matemática em sala de aula do ensino médio. Diante das evidências presentes no excerto, o artigo propôs atividades que respondessem e considerassem os referenciais teóricos contemplados: "atendessem a esses pressupostos. Para que fossem contemplados todos os referenciais teóricos", atribuindo ao aspecto teórico a função de definir o próprio desenvolvimento do estudo.

É na seção metodológica que as nuances de referência teórica começam a aflorar, haja vista que o pesquisador inicia o processo de retomada teórica em diálogo com os aspectos metodológicos que aborda. Há, então, nessa seção, a descrição do instrumento maior utilizado no estudo, a saber, o portfólio, constituído por diversas atividades, todas elas já utilizadas e analisadas por outros teóricos: "Biografia Matemática (adaptado de Santos (2005); Abertura do Tema (adaptado de Santos (2005); Diário de Bordo (adaptado de Passerino, Carneiro e Geller (2005); Glossário (adaptado de Santos (2005); Smole e Diniz (2001)". O pesquisador opta por evidenciar o tipo de atividade pedida, depois a define e, na sequência, aponta o estudioso responsável por ela. De acordo com Mota-Rotth e Hendges (2010), o autor do artigo empresta uma voz de autoridade e de posicionamento intelectual ao texto, mostrando ao leitor que todo o processo de estudo estava embasado e fazia parte de um entendimento consensual dos estudiosos da área.

Na análise e nos resultados, faz-se referência ainda maior aos estudiosos da área, justificando-se e explicando-se os resultados por meio de teorias. A referência mais utilizada, então, é a nominal, ou seja, o nome do estudioso se apresenta como sujeito da oração (CORACINI, 1991), conforme destaco:

> **Na perspectiva vigotskiana**, o professor não *passa* conhecimento, ou seja, ele deve estimular e promover o conhecimento, para que o próprio aluno venha a construí-lo [...] **Para Vigotski (1998)** "[...] poderíamos dizer que o que se deve é ensinar às crianças a linguagem escrita, e não apenas a escrita de letras" (VIGOTSKI, 1998, p. 157) (Artigo de Exatas, p. 520, grifos nossos).

Ao afirmar “para Vygotsky”, ou qualquer outra forma que indique que o estudioso “observou, afirmou, considerou”, é como se o pesquisador se distanciasse das próprias palavras, no desejo de expressar fidelidade às asserções dos enunciadores que fazem parte da comunidade científica, introduzidos no discurso, designando-o como o “lugar” onde ocorre o processo (CORACINI, 1991).

Até mesmo na introdução as referências são abordadas, de modo a entender tal processo como uma forma de o pesquisador demonstrar familiaridade com o conhecimento produzido em sua área, indicando pertinência do trabalho dentro da área e da comunidade científica. Há muito mais a prática da reformulação (BOCH, 2013) do que da citação apenas quando o pesquisador integra sua fala com o discurso do outro, constituindo uma paráfrase, indicando coerência e entendimento do pesquisador em relação aos trabalhos e às considerações teóricas desenvolvidas dentro da área.

6.2.2.5.4 Fundamentação teórica em diálogo com a análise dos dados

O artigo da área de Ciências Sociais caracteriza-se como uma pesquisa documental, tendo em vista que tem como fonte documentos, textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, “são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2007). Ao apresentar a metodologia de seu estudo, no último parágrafo da introdução, o pesquisador destaca que sua pesquisa foi “fruto de uma vasta **pesquisa documental** acerca das legislações que criam e resguardam os diversos espaços ocupacionais do assistente social, em nosso estudo destacamos alguns artigos da Lei, além de Leis ordinárias, Resoluções e Projetos de Lei em tramitação...” (p. 135, grifos nossos).

Dessa forma, enquanto o desenvolvimento dos artigos das áreas de Exatas, Saúde, Engenharias, Linguística demarcam movimentos como métodos e instrumentos, resultados, discussão, a área de Sociais não os destacam. Opta-se por encaminhar seções teóricas que partem de uma visão mais geral das leis e direitos envolvidos no exercício do assistente social, chegando-se aos projetos de lei que ainda estão em tramitação, havendo uma estrutura específica do estudo:

1. Os pilares normativos do exercício profissional
2. “Lei das 30 horas”: a mais recente conquista

> 3. Aparato jurídico-político concernente ao espaço sócio-ocupacional
> 3.1 Na área sociojurídica
> 3.2 Na área da saúde
> 3.3 Na área da assistência
> 3.4 A tabela Referencial de Honorários do Serviço Social
> 4. A ação fiscalizadora dos conselhos
> 5. Projetos de lei em tramitação (Sociais, p. 135-147).

Na seção que analisou as introduções dos artigos, a área de Sociais apresenta, em seu desenvolvimento, seções teóricas que abordam especificamente leis e resoluções. No entanto, já percebo retomadas teóricas no momento da introdução, pois há um espaço destinado à contextualização, que permitiu o levantamento da historicidade do assunto e o entendimento do leitor sobre a evolução das leis e das normas que regem o trabalho do assistente social. As seções teóricas no corpo do trabalho demarcam a descrição e os estudos das leis e das resoluções, mas o foco delas não recai nessa retomada histórica tão contínua como a introdução consegue marcar.

Tendo em vista o caráter documental do artigo de Ciências Sociais, a fundamentação teórica é exposta em diálogo constante com os documentos analisados, abordando-se outros estudos para subsidiar as discussões. Na construção das seções teóricas do artigo, há a recorrência às leis e às resoluções, destacando-se, na sequência, os artigos que a constituem, por meio da citação direta ou paráfrase, podendo ou não fazer referência a algum teórico que trata do assunto. Por exemplo, na seção *Pilares normativos do exercício profissional*, apontam-se os dois pilares que regulamentam a profissão do assistente social, a saber: a Lei n.º 8.662 e o Código de Ética Profissional. Os movimentos realizados para discuti-los são os mesmos: abordam-se os artigos que os constituem e destaca-se um estudioso:

> **Primeiramente, no seu artigo 2º**, estabelece que a profissão será exercida por aqueles que possuam o diploma de graduação em Serviço Social [...] Os **artigos 4º e 5º também** merecem destaque referindo-se, respectivamente, às competências e às atribuições privativas do assistente social [...] As atribuições privativas são competências exclusivas do assistente social, decorrentes de sua qualificação profissional **(Simões, 2007)** (Sociais, p. 135, grifos nossos).

A exposição dos dados presentes nos documentos é feita de forma pontual e objetiva, havendo o enfoque no objeto de estudo, haja vista que são as leis que "estabelecem" o que/como o profissional exercerá sua função.

Algo bastante recorrente no desenvolvimento do artigo de Sociais é o uso de notas de rodapé, totalizando dezoito, que destacam algum tipo de explicação ou, na maioria das vezes, faz referência a outro estudo, buscando-se ampliação daquilo que é discutido. Um exemplo disso ocorre na seção que discute a *Lei das 30 horas*, ou seja, institui a duração do trabalho do assistente social em trinta horas semanais. Após destacar os artigos, o pesquisador traz, em um dos parágrafos, duas consequências dessa lei: a primeira seria a ampliação dos postos de trabalho para os assistentes, tendo em vista a necessidade de suprir as requisições dos empregadores em tempo integral; a segunda, no entanto, aponta que, ao reduzir a jornada de trabalho em um momento de vínculos precários e de baixos salários, poderá ocasionar o avanço do pluriemprego. Ao fechar o parágrafo com tal ideia, destaca-se uma nota de rodapé com a seguinte referência*: "8. DELGADO, L. B. Relatório Final do Projeto de Pesquisa O mercado de trabalho dos assistentes sociais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Juiz de Fora, UFJF/FSS, 2009."* E, junto dela, o pesquisador discorre sobre a pesquisa feita por Delgado, a qual é responsável por delimitar as duas consequências apontadas no parágrafo.

Dessa maneira, o pesquisador incorpora ao seu discurso o discurso daquele que, citado por meio da nota de rodapé, vem corroborar e tornar digna de crédito a sua asserção, de tal modo que o pensar de ambos coincida; não se sabe quem é que fala dentro do parágrafo.

Para Coracini (1991), o uso de notas de rodapé constitui uma estratégia a favor da credibilidade e do conceito de cientificidade, já que, inúmeras vezes, o pesquisador utiliza esse local do texto para a) apontar outros estudos que abordam o assunto, como a pesquisa de Delgado, b) para mencionar a fonte de pesquisa utilizada, como ocorre no momento em que ele destaca que colheu dados do *Observatório das 30 horas* (p. 138), indicando na nota de rodapé o endereço eletrônico do site, c) para ampliar a explicação com alguma outra decisão governamental a respeito dos direitos do assistente, como realiza na nota de rodapé número dez, na qual destaca a "Orientação Normativa n.º 1, de 1.º de fevereiro de 2011, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH-MPOG)", d) para indicar uma referência bibliográfica apenas, sem explicações sobre ela, como ocorre no momento em que aponta, em meio ao texto, os resultados de uma pesquisa nacional realizada pelo

CFESS: “15. CFESS (Org.). *Assistentes sociais no Brasil*: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: Virtual/CFESS, 2005.” (p. 143). Para Amorim (2004), os discursos citados no corpo do texto ou no rodapé constituem fronteiras por meio das quais se tece a representação que faz o texto de sua própria identidade, ou seja, são indicações de alteridade dentro do discurso escrito.

Após indicar os pilares normativos, o pesquisador opta por organizar uma seção que traga o “Aparato jurídico-político concernente ao espaço sócio-ocupacional”, agrupando os documentos de acordo com as grandes áreas de intervenção: “área sociojurídica; área da saúde; área da assistência” (p. 139-142). Nessas seções, o pesquisador utiliza da primeira pessoal do plural “nós”, em diversos momentos, como: “Acabamos de citar...; selecionamos a partir daqui texto...; vejamos nos artigos 5.º e 6.º; “podemos inicialmente mencionar...” (p. 139-140). Muitos pesquisadores creem que, assim como a utilização da partícula “se” ocasiona a objetividade e a impessoalidade no texto – há uso dessa estrutura no decorrer do artigo também –, a escolha da primeira pessoal do plural ocasionará o mesmo efeito, muito embora estudiosos como Amorim (2004) e Coracini (1991) apontem que o uso desse recurso pode imprimir também um caráter subjetivo ao texto. Para Amorim (2004), o “nós” atenua a afirmação categórica de um “eu”, por prudência ou por modéstia, em uma expressão mais ampla e difusa. Além disso, “o caráter de polidez dessas formas resulta do fato que elas atenuam a focalização sobre a pessoa estrita e sua singularidade e protegem de uma atitude invasiva da intimidade e do âmbito social” (p. 100).

Ao considerar as áreas de intervenção postuladas pelo autor, mais uma vez, de acordo com a área, ele destaca as leis e as resoluções, por meio de citações diretas ou não. Ao mencionar a presença de algum autor para embasar a discussão, apesar de haver mais menção às leis e às resoluções, faz-se uso do discurso relatado: “De acordo com [...] conforme Raichelis” (p. 144). Mesmo o discurso relatado, conforme Coracini (1991), ao retomar a própria palavra do enunciador da situação original, não escapa à manipulação, em função das intenções que definem a nova situação comunicativa de produção do discurso.

A área de Humanas busca discutir respostas possíveis para a pergunta central do artigo: *Por que os seres humanos agem como agem?*, estando as respostas

fundamentadas na natureza humana e seus críticos. Nesse sentido, o pesquisador organiza o desenvolvimento do artigo a partir de dois grandes eixos:

> Encontraremos numerosas questões dessas neste artigo. Aqui, separei algumas, a meu ver prévias, além de apresentarem uma magnitude especial; por tais razões, merecem uma consideração preliminar, a partir de dois grandes eixos: coletivo ou individual? natural ou social/cultural? (Humanas, p. 20).

De forma geral, o artigo é perpassado desde o seu início, por meio do título, por questionamentos, tendo em vista que alguns dos títulos dados às seções de teoria se configuram como tal: *Coletivo ou individual?*; *Natural ou social/cultural?*. Segundo Amorim (2004), esse modo de organização do texto revela a forma de alteridade: pergunta e resposta (o pesquisador destaca perguntas e ele mesmo as responde), característica comum apenas na área de Humanas, uma vez que as outras áreas não organizam seus artigos utilizando essa disposição de ideias.

Para Bakhtin (2003), é o objeto que vai distinguir uma ciência da outra. No caso das Ciências Humanas, não é o homem o objeto específico, já que ele pode ser estudado pela Biologia, pela Saúde, por exemplo. O objeto específico das Humanas é o discurso, sendo o objeto o sujeito produtor de discurso e é com seu discurso que lida o pesquisador. Sendo assim, no artigo de Humanas analisado, o pesquisador discute os discursos que abordam a natureza humana por diferentes perspectivas, buscando respostas para as questões que elenca no decorrer do texto, principalmente em seu título. De certa forma, o pesquisador pergunta não apenas para receber respostas que atendam aos objetivos pré-definidos; ao perguntar e também responder, ele se posiciona como "um sujeito que do lugar de pesquisador traz perspectivas e valores diversos sobre as experiências compartilhadas na pesquisa" (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 116).

Diante dessa noção de perguntar e responder, a primeira seção de teoria destacada é a *Coletivo ou individual?*, que explicita se as ações humanas são entendidas partindo de um sujeito coletivo ou individual, isto é, ou o sujeito não tem controle de suas ações, não as realizando, ou ele escolhe as ações que serão realizadas. Em meio a essa discussão, autores são evocados em meio ao texto: "Para Robert Hinde, em matéria de comportamento..." (p. 21); "Pierre Bourdieu, Jon Elster, Erving Goffmann e Raymond Boudon exemplificam algumas de suas vertentes..." (p. 22), demarcando a inserção do estudo em um universo teórico que vem estudando esse assunto.

Um recurso recorrente no artigo é o uso de notas de rodapé, utilizadas essencialmente para indicar a referência completa citada no meio do artigo ou para indicar alguma leitura, conforme se destaca:

> As duas atitudes contrastantes parecem ter a ver com a diferença estabelecida certa vez por Claude Lévi-Strauss entre o que, naquela ocasião, propôs denominar *ciências humanas* [...] e *ciências sociais* [...] [nota de rodapé 9]
>
> [nota de rodapé] 9 LÉVI-STRAUSS, Claude. Critères scientifiques dans les disciplines sociales et humaines. *Aletheia.* Paris, n. 4, 1966, p. 189-236. Para uma exemplificação da ênfase − no caso de escolhas de tipo econômico − respectivamente no primeiro e no segundo dos processos que indiquei a partir de Jon Elster, cf. GODELIER, Maurice. *Rationalité et irrationalité en économie.* Paris: François Maspéro, 1971, 2 vols., vol. 2, p. 206-208; SILVER, Morris. *Economic structures of Antiquity.* Westport (Conn.); Londres: Grenwood Press, 1986, *passim*. Existem tentativas de conciliar ambas as posturas, mas não são convincentes como, por exemplo, cf. SNELL, Daniel C. *Life in the ancient Near East, 3100-332 B.C.E.* New Haven; Londres: Yale University Press, 1997, p. 151-158 (Artigo de Humanas, p. 23, grifos do autor).

O diálogo que se permite dentro do desenvolvimento do artigo de Humanas é marcado, principalmente, pelo uso da pergunta e da resposta, haja vista que, desde o seu início o texto se organiza desse modo. Além dessa possibilidade de demarcar a alteridade, o artigo traz marcas de alteridade que Coracini (1991, p. 155) denomina "heterogeneidade representada", encontrada nos artigos das outras áreas. No artigo de Humanas, evidencia-se a heterogeneidade por meio do uso de formas marcadas, como a citação. Ela é indicada por meio de índice numérico, logo o foco maior, de acordo com Motta-Roth e Hendges (2010), está na pesquisa, no trabalho citado e não apenas no autor utilizado. De certa forma, a indicação dessas referências é uma maneira de demonstrar a inserção do trabalho em uma comunidade científica que trata do assunto, revelando que o artigo participa de um elo discursivo com outros estudiosos. A utilização das notas para apontar teóricos e suas referências não é algo exigido pelas normas de avaliação ou de submissão da revista, no entanto é uma característica recorrente nos artigos que compõem o periódico, configurando-se como uma prática comum na escrita.

Diante da discussão entre coletivo e individual, o pesquisador vai apontando possíveis respostas à questão da natureza humana, que pode ser concebida por meio

dessas duas visões. Para exemplificar, destaca que o economista, quando aceita uma teoria racional, negligencia a ideia de que o sujeito não pode agir, focando na noção de que o grupo social escolhe as ações que deseja realizar. Da mesma forma, um historiador, um antropólogo pode perceber o ser humano como um sujeito limitado que não age por sua própria vontade.

A partir disso, surge a seção *Natural ou social/cultural?*, que aborda as ações humanas determinadas ou por questões genéticas ou sociais. O pesquisador afirma que aqueles que seguem uma determinação genética das ações humanas não tentaram uma comprovação científica de suas hipóteses, pois há dificuldade para isso. Nesse sentido, destaca posições diversas, como as noções derivadas da biologia darwinista, expondo sua opinião:

> De momento, **quero referir-me** a que, tanto em biologia evolutiva quanto nesses estudos dela derivados direta ou indiretamente, é possível notar a presença de metáforas que **considero infelizes** − no sentido de não ajudarem a compreensão adequada, mas, sim, levarem a direções interpretativas inadequadas e gerarem repulsas. [...]
> Assim, têm proliferado expressões como: o "gene egoísta" de Dawkins; o "preço" do sucesso evolucionário [...] Todas essas metáforas são**, a meu ver**, **equívocas e, portanto, pouco úteis.** Para dar um único exemplo: um gene não interage com coisa alguma nem pode ter intenções (sendo exclusivamente um mecanismo de replicação); os indivíduos que o levam é que são capazes de interagir intencionalmente. Um indivíduo, portanto, pode eventualmente ser caracterizado como egoísta, ao ser analisado em suas interações**; mas um gene não**! (Artigo de Humanas, p. 26, grifos nossos).

O foco do pesquisador está na oposição às noções voltadas mais à concepção natural, deixando marcada de forma contundente sua opinião, tanto que faz uso da primeira pessoa do singular e utiliza expressões que evidenciam claramente sua opinião: "quero referir-me"; "considero infelizes"; "mas um gene não!". Ele vai construindo um posicionamento que não nega a versão natural da natureza humana, mas busca evidenciar sempre a natureza histórica e social, demarcando a visão da história nesse processo.

A partir disso, apresenta-se a seção: *A história natural do mal: o primata assassino e a sociobiologia*, que aborda que o comportamento social não pode explicar-se pela cultura, já que programas de comportamentos humanos estariam codificados nos genes humanos. Trata-se de uma visão voltada à noção natural e não social do ser

humano. Dessa forma, o pesquisador destaca a sua visão a respeito de sua posição, organizando, mais uma vez, o seu discurso de acordo com aquilo que acredita a respeito da natureza humana:

> Os argumentos avançados pelos sociobiólogos tiveram considerável apelo popular; mas não convenceram a maioria dos biólogos, menos ainda dos cientistas sociais, além de se aterem a uma forma arcaica de teoria genética, superada pelo próprio movimento das pesquisas [...] Em outras palavras, os sociobiólogos não estão voltados para explicar as diferenças culturais entre os povos de hoje, mas, sim, concentram-se no que, a seu ver, seria um considerável patrimônio genético comum, incidente na determinação de ações e comportamentos universais [...] **As instituições humanas são numerosas, variadas e complexas demais para que sua explicação possa depender do mero sucesso em deixar descendentes!** (Artigo de Humanas, p. 34, grifos nossos).

O pesquisador, mais uma vez, opõe-se à visão com viés naturalista, e isso vai sendo marcado no decorrer de todo texto, por meio de algum comentário ou da apresentação de alguma teoria para derrubar a primeira. No desenvolvimento do artigo, assim como na parte inicial da conclusão, o pesquisador afirma existir a natureza humana, expondo formas de compreendê-la. Tendo em vista que se trata de um artigo de Humanas, centrado na subárea da História, os autores mencionados, assim como a visão considerada, voltam-se para o viés histórico:

> **Do lado dos historiadores**, a insistência de Lucien Febvre no uso do plural "os homens", de preferência a "o homem", expressava exatamente a afirmação da heterogeneidade inerente a uma natureza humana que fosse explicativa dos comportamentos e ações; **ela só existe historicamente**: "a virtude cardeal do historiador é o sentido do movimento", a negação do postulado de uma "necessidade perpétua". Febvre chegou a escrever que o homem não tem natureza, mas, sim, história, afirmando ser a "natureza humana" *stricto sensu* uma hipótese desprovida de qualquer utilidade para os historiadores (Artigo de Humanas, p. 47, grifos nossos).

Há, no excerto, a noção de um historiador a respeito da natureza humana, negando-a ao afirmar que o homem não tem natureza, mas sim história. Para o artigo analisado, o pesquisador não pretende ser tão radical, crendo na natureza humana, mas já indicando sua preferência aos estudos voltados ao viés social e histórico, presumindo que o sujeito e sua natureza são constituídos nesse processo social, conforme apontado no decorrer de nossa descrição.

Existe um diálogo bastante evidente entre as teorias envolvendo a natureza humana, caracterizando o hibridismo existente nos textos das Ciências Humanas, conforme destaca Amorim (2004, p. 101), "o eu da experiência singular na situação e o nós da teoria universalizante devem poder coabitar". Para a autora, o texto de Humanas é marcado pelo hibridismo de ideias e de posições dos sujeitos do discurso: o "eu" e o "nós".

O pesquisador utiliza, no decorrer do artigo, formas com a partícula apassivadora "se", principalmente no resumo, atribuindo as ações realizadas ao objeto, como ocorre em: "Este texto apresenta..." (p. 17); "Examinam-se..." (p. 17). Tais formas estão marcadas no desenvolvimento do texto, buscando-se, de certa forma, o apagamento do sujeito: "desenvolveram-se", "observou-se" (p. 25). Outra forma presente no texto, mas não tão recorrente, é a primeira pessoa do plural "nós"; a noção que se tem é a de que o pesquisador atua conjuntamente com a o leitor de seu texto: "Encontraremos numerosas questões dessas neste artigo" (p. 20); "No primeiro caso, teríamos..." (p. 20).

Essas formas de constituição de estilo são recorrentes nos artigos científicos. A diferenciação maior em relação aos outros são as marcas subjetivas que são claramente deixadas no decorrer do texto, dialogando com as formas mais objetivas. Há a utilização de diversas marcas (verbos e expressões) que evidenciam o sujeito enunciador: "Aqui, separei algumas, a meu ver prévias [...]" (p. 20); "Entrarei, adiante, em algum detalhe [...] quero referir-me a" (p. 26); "Todas essas metáforas são, a meu ver, equívocas [...]" (p. 26); "Ora, esta convicção revela-se, a meu ver, duvidosa" (p. 36); "Deliciosamente ideológica é, também, a opinião expressada por [...]" (p. 42); "Neste artigo, tive ocasião de expor e comentar posições conservadoras deste tipo" (p. 43).

Como se trata da seção mais extensa do artigo, é no momento de desenvolvimento do texto que essas marcas são evidenciadas, atribuindo ao texto um caráter dialógico, no sentido de que representa as vozes dos estudiosos, ao mesmo tempo em que se destaca a voz do sujeito pesquisador. De acordo com Souza e Albuquerque (2012), da mesma forma que um texto é escrito e composto, sendo representado por várias vozes, ele pode levar ao esquecimento da dimensão da alteridade, fato que não ocorre no artigo de Humanas, considerando-se o diálogo

estabelecido entre ideias e sujeitos enunciadores. Para Brait (2005), a área de Humanas apresenta o objeto e o método dialógicos, tendo em vista justamente que o discurso a respeito da natureza humana, abordado no texto, permitiu diálogos e discussões de autores diversos, chegando-se a uma resposta possível segundo a perspectiva de estudo do pesquisador.

6.2.2.6 Conclusão dos artigos das diferentes áreas

A conclusão se refere à última seção da parte textual do artigo, segundo a ABNT (2003). De acordo com o Manual de Aquino (2010), trata-se da parte do artigo científico que deve mostrar ao leitor, de forma breve, o que o pesquisador obteve em sua pesquisa.

Dentre os artigos das áreas analisadas, não constatei a seção de conclusão nas Engenharias, uma vez que o pesquisador optou por encerrar seu texto com a discussão dos dados e, consequentemente, acaba por realizar algo próximo de uma conclusão, já que tematiza, aborda os resultados e encerra com sugestão de novo estudo. As outras áreas destacam movimentos discursivos semelhantes na constituição da conclusão:

Quadro 33 - Organização da conclusão dos artigos das diferentes áreas

EXATAS	**SOCIAIS**	**LINGUÍSTICA**	**SAÚDE**	**HUMANAS**
Tematiza (1º § e 2º§)	Tematiza (1º §)	Retoma objetivo (1º§)	Tematiza (1º §)	Tematiza (1º §)
Retoma objetivo (3º§)	Retoma resultados encontrados (do 2º ao 6º §)	Retoma resultados encontrados (do 2º ao 4º §)	Retoma resultados encontrados (do 2º e 3º §)	Retoma resultados encontrados (do 2º ao 5º §)
Responde às categorias de análise (3º§)	Contribuição do estudo (7º§)	Conclusões finais (5º§)	Contribuição do estudo (4 º§)	Conclusões finais (6º§)
Conclusões finais (4º§)	_____	_____	_____	_____

Fonte: A autora.

A área de Exatas apresentou como objetivo de seu estudo investigar a utilização de instrumentos para intervir no processo de leitura e de escrita nas aulas de Matemática no Ensino Médio. Diante disso, a conclusão é iniciada com a contextualização de utilização do portfólio pelos alunos, configurando-se como um

instrumento de grande aceitação – demarcando-se já uma conclusão inicial breve: "um instrumento de grande aceitação pelos alunos" (p. 530). Há o destaque de excertos de dois portfólios de estudantes que comprovavam esse fato, atuando como uma forma de reforçar o resultado ao qual o estudo chegou. De forma geral, o pesquisador busca mostrar ao leitor, no momento da conclusão, assim como em todo o seu artigo, os benefícios da utilização do portfólio e de outros instrumentos para o processo de ensino e de aprendizagem. O ato de demarcar tais benefícios é iniciado no primeiro parágrafo, quando se afirma a "aceitação dos alunos", chegando ao segundo parágrafo, momento em que se foca no papel do professor: "O Portfólio também se revelou muito útil para o professor, à medida que funciona como um elemento de comunicação aluno-professor-aluno, bem como um incentivo à constante reflexão por parte dos dois e à autonomia do aluno" (p. 530).

Após expor os pontos positivos do uso do portfólio, retoma-se, no terceiro parágrafo, o objetivo do estudo, afirmando-se:

> Com relação ao objetivo que foi estabelecido para a pesquisa, pode-se considerar que **foi atingido**, já que se analisou e avaliou em que medida as atividades e os instrumentos propostos puderam contribuir para a construção do conhecimento matemático dos dezesseis alunos que constituíram a base documental da pesquisa, dentre os cerca de cento e cinquenta que dela tomaram parte (Artigo de Exatas, p. 530, grifos nossos).

O objetivo "foi atingido", já que se constatam contribuições dos instrumentos para a construção do conhecimento matemático dos dezesseis alunos que tiveram seus materiais analisados. De certa forma, esse parágrafo surge como uma resposta à pergunta inicial realizada na introdução do texto: "Em que medida um processo de intervenção com Leitura e Escrita, nas aulas de Matemática do Ensino Médio, pode ajudar a promover a construção do conhecimento matemático, considerando-se a preocupação com os conteúdos e a sua utilização paralela aos outros aspectos da contextualização?" (p. 514). A partir disso, o pesquisador opta por retomar cada uma das categorias de análise – construção do conhecimento matemático; semântica dos termos utilizados na Matemática; a potencialidade das atividades desenvolvidas – que postulou na introdução. De forma geral, todas elas levaram a um

resultado positivo e satisfatório para a aprendizagem, conforme se confirma nos excertos a seguir:

> [...] quanto à *construção do conhecimento matemático*, **as atividades de Leitura e Escrita em Matemática** parecem ter proporcionado ao aluno **maior compreensão com relação aos conceitos matemáticos**, **tendo sido um facilitador e um potencializador da construção do conhecimento.** No que diz respeito à *semântica dos termos utilizados na Matemática*, as atividades propostas também parecem **ter proporcionado ao aluno maior compreensão com relação à linguagem utilizada na disciplina** [...]
> [...] é possível afirmar que através de suas leituras e escritas **os alunos perceberam os valores do professor**, bem como transmitiram a sua percepção sobre eles e, ainda, os seus próprios valores (BOLÍVAR, 1995; CAMPS, 1996). Assim, as atividades **parecem ter impulsionado, nos alunos, maior consciência sobre a importância da Matemática na vida diária**, nas profissões [...] Quanto à última categoria de análise, *a potencialidade das atividades desenvolvidas*, a maioria delas **revelou um grande potencial**, com destaque para a Resolução de Problemas [...] (Artigo de Exatas, p. 530, grifos nossos).

Para evidenciar a funcionalidade do instrumento portfólio para a construção do conhecimento matemático, são escolhidas expressões marcadas pelo uso de adjetivos "maior compreensão com relação aos conceitos matemáticos"; "maior consciência sobre a importância"; "a maioria delas revelou um grande potencial"; termos que denotam potencialidade, aspectos positivos, como "facilitador; potencializador"; termos que indicam o impulso que tais atividades exercem sobre os alunos: "parecem ter impulsionado, nos alunos, maior consciência sobre...". A confirmação da eficácia do uso do instrumento portfólio é ainda ressaltada mais uma vez na conclusão, no quarto parágrafo: "o processo de registro escrito nas aulas de Matemática do Ensino Médio, através do Portfólio foi facilitador e potencializador para a aquisição de um saber matemático que transcendesse a resolução de problemas e exercícios para os alunos" (p. 531), isso porque auxiliou os alunos com dificuldade no domínio da Língua Portuguesa e com dificuldades de interação com os colegas.

A conclusão é finalizada apontando-se que, além de todos os benefícios expostos, a intervenção com leitura e escrita nas aulas "pode ser um caminho que torna a relação professor-aluno e aluno-aluno mais interativa e, consequentemente, mais efetiva para a construção do conhecimento matemático" (p. 531). A utilização dos verbos modalizados, como "Pode-se, então, concluir..."; "...pode ser um caminho..."; "a Leitura e a Escrita nas aulas de Matemática do Ensino Médio podem ser apontadas

como uma estratégia...", demarca a objetividade da linguagem empregada não só na conclusão, mas também no texto, além de indicar o não comprometimento do pesquisador em relação às conclusões que postulou.

Quatro áreas (Exatas, Sociais, Saúde e Humanas) apresentam como primeiro movimento da conclusão a tematização, ou seja, a retomada de informações sobre o tema abordado, enquanto a Linguística inicia com a retomada direta do objetivo do estudo.

A área de Sociais principia sua conclusão expondo, em seu primeiro parágrafo, o Serviço Social como uma profissão que vem se consolidando e, para isso, mais uma vez, faz uso da referenciação a um estudioso da área. Na sequência dos parágrafos, o pesquisador discorre a respeito da realidade dos assistentes sociais (afirmando a existência de 60 mil profissionais no ano 2000 e destacando que hoje há cerca de 110 mil) e insere-se nesse quadro de trabalhadores, já que, em diversos momentos da conclusão, faz uso da primeira pessoa do plural, incluindo-se e marcando-se na realidade estudada: "somos hoje cerca de 110 mil assistentes sociais exercendo suas competências e atribuições" (p. 148). Isso se confirma mais fortemente ao observar a descrição das funções do autor do artigo constante na primeira página do texto: "Assistente social, advogada, doutora em Serviço Social [...] professora da Universidade" (p. 131). Tal posição social, de certa forma, é pode ter definido a realização do estudo, já que se enfocam leis e resoluções do âmbito do Direito voltadas à área da assistência social.

Após haver a indicação da inserção do autor no texto, pontuam-se as regulamentações que fundamentam a profissão e que foram citadas e estudadas no decorrer do artigo, como a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Assistente Social, dentre outras. A partir disso, no sexto parágrafo, o autor se posiciona quanto às salvaguardas jurídico-políticas, expondo o que parecem ser dois "resultados" de seu estudo:

> [...] **embora** as salvaguardas jurídico-políticas, construídas e em construção, reunidas nesta investigação **contribuam decisivamente** para o reconhecimento e visibilidade institucional do Serviço Social e configurem-se como de **extrema necessidade** para a qualificação e ampliação do espaço profissional, **temos clareza da sua limitada efetividade em face dos altos índices de desemprego e precariedade do trabalho** impostos pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo. Alia-se a isso o fato de que nas últimas décadas,

> com a expansão/privatização desenfreada do ensino superior e seu deliberado aligeiramento e simplificação, amplia-se ainda mais o **exército de reserva de assistentes sociais e reduz-se o valor de nossa força de trabalho** (Artigo de Ciências Sociais, p. 148, grifos nossos).

O autor do texto concorda com a contribuição decisiva das salvaguardas jurídico-políticas, no entanto afirma: "temos clareza da sua limitada efetividade", incluindo-se no universo do assistente social, expondo duas realidades que constatou no estudo: "limitada efetividade em face dos altos índices de desemprego e precariedade do trabalho" e o "exército de reserva de assistentes sociais [reduzindo] o valor de nossa força de trabalho", uma vez que houve a expansão desenfreada do ensino superior, formando-se muita mão de obra especializada.

Diante desse quadro, o artigo, em seu último parágrafo, conclui, abordando a necessidade de "luta permanente e coletiva junto aos demais trabalhadores e no âmbito de nossas organizações sindicais nos locais de trabalho". Além disso, indica suas contribuições:

> [...] **indicamos** a dinamização do trabalho de fiscalização realizado pelas Cofis, a mobilização para a aprovação dos Projetos de Lei em trâmite e a criação de um observatório nacional sobre condições de trabalho e trabalho dos assistentes sociais. Todavia, **cremos** que tais iniciativas serão inócuas se individual e coletivamente não **adotarmos** uma posição crítica e ofensiva frente ao modelo de formação universitária em curso que, ao tratar a educação como mercadoria, transforma-se em uma fábrica de diplomas debilitando a formação acadêmica e profissional [...] torna-se imperativo e urgente ampliar o arcabouço legal normativo concernente à formação profissional ─ a exemplo do exame de proficiência [...] (Artigo de Ciências Sociais, p. 149, grifos nossos).

Ao final do estudo, há a contribuição do autor no sentido de indicar caminhos para a melhoria da condição de trabalho dos assistentes sociais, colocando-se como sujeito de seu texto, de seu discurso, já que, como assistente social, deve adotar posição crítica principalmente frente ao modelo universitário, pontuando uma solução para que se enfrentem os altos índices de desemprego: "torna-se imperativo e urgente ampliar o arcabouço legal normativo concernente à formação profissional – a exemplo do exame de proficiência".

Somente as áreas de Sociais e Saúde apresentam contribuições para o estudo ao final de suas conclusões. O artigo de Saúde analisa a frequência e a intensidade do

sofrimento moral enfrentado por trabalhadores, sendo assim, no primeiro parágrafo, tematiza o assunto, afirmando que as diferenças nas organizações hospitalares revelam percepções diversas do sofrimento moral, uma vez que a pesquisa focou um hospital público e outro filantrópico.

A partir disso, no parágrafo seguinte, o pesquisador aponta os resultados encontrados, asseverando que o estudo do enfrentamento dos problemas morais em trabalhadores permite "configurar, de maneira mais ampla e reflexiva, a situação da própria instituição e do sistema de saúde" (p. 8), ou seja, o trabalho "permite ir além" da constatação dos problemas, chegando à noção de que instituição e sistema de saúde "podem estar imperceptivelmente dificultando os cuidados de enfermagem e a atenção integral na saúde". A partir dessa constatação, conclui-se que há "consequentemente, a necessidade da elaboração de uma ética de sujeitos ativos e de amplas possibilidades, definidas principalmente pelas relações consigo mesmos". Ao considerar o papel do sujeito na discussão do sofrimento moral, pautando suas ações em valores éticos, consequentemente, o profissional parece estar mais protegido, o que favorece sua atuação.

O fato de o artigo permitir que a discussão ultrapasse a verificação dos problemas e de suas causas, permitindo que se pense a respeito do papel do sujeito/profissional, constitui-se uma novidade para os estudos da área. Assim, o artigo aborda como contribuição:

> [...] parece ser uma alternativa eficaz aos profissionais de enfermagem questionarem-se, estranharem os fatos diários, problematizando o cotidiano e as relações instituídas, buscando, nas pequenas singelezas do dia a dia, formas de desnaturalizar práticas previamente estabelecidas e comumente aceitas (Artigo de Saúde, p. 8).

De certa forma, ao demonstrar a necessidade de os profissionais questionarem e problematizarem suas realidades, ultrapassam-se os limites apenas da constatação de uma realidade, enfocando o papel do sujeito, assim como foi mencionado na introdução do estudo:

> Ao se refletir sobre o SM e os problemas da profissão, lida-se com algo maior do que uma análise de como as relações de poder se constroem e se desconstroem na enfermagem e na saúde, avançando-se para o modo como os profissionais da enfermagem se transformam em sujeitos, se subjetivam e se constroem como seres éticos(8), percebendo o SM e enfrentando, ou não, os problemas morais a ele relacionados (Artigo de Saúde, p. 3).

Há, no excerto, a referência numérica a Foucault "(8)", fato que justifica a busca por ir além da mera constatação de dados, refletindo sobre eles, levando-se a novas conclusões que permitem abordar a questão das relações de poder.

O artigo da área de Linguística inicia a conclusão retomando o objetivo do estudo, demarcando o que foi alcançado:

> A observação dos artigos sobre escrita escolar possibilitou compreender como se realizou a constituição desse objeto para os estudos lingüísticos: sua constituição se realizou em função de uma relação polêmica construída com base na contraposição entre perspectivas fundamentadas nos conhecimentos da Lingüística e perspectivas fundamentadas nos estudos tradicionais de linguagem (Artigo de Linguística, p. 295).

A compreensão da constituição do discurso na revista analisada foi alcançada, já que o próprio autor pontua que o estudo "possibilitou" algo. Em contraposição à noção de que as falhas cometidas nos textos dos alunos seria originária de suas incompetências linguísticas, o estudo decide apontar como a Linguística redirecionou o campo de pesquisa, "ao constituir a escrita escolar em material de análise", quando, em um primeiro momento, o texto escrito era "excluído, [sendo] associado a estudos de caráter tradicional".

A área de Linguística é bastante pontual em suas afirmações e consegue delinear e chegar ao objetivo alcançado, descrevendo sua conclusão de forma objetiva, com verbos no pretérito perfeito, indicando ações já finalizadas e concluídas, como "a observação dos artigos possibilitou..."; "sua constituição se realizou..." (p. 295). Para aparentar objetividade, escondendo da trama enunciativa a origem da pesquisa e da enunciação, tem-se, por exemplo, o uso da voz passiva; há o próprio objeto de análise como sujeito agente, sendo que ele mesmo se apresenta, provoca transformações, age e reage; também ocorre, frequentemente, o emprego das formas que indeterminam o sujeito agente, a partícula "se" (CORACINI, 1991). Esses elementos estão marcados na conclusão do estudo, como "o texto escrito escolar foi analisado" (voz passiva); "os artigos observados consideram que..." (objeto como agente); "tornou-se possível; Operou-se" (uso da partícula "se") (p. 295).

O artigo de Ciências Humanas tem como objetivo central apresentar uma das respostas possíveis à pergunta: por que os seres humanos agem como agem? O

pesquisador opta por recuperar as duas posições maiores a respeito do comportamento humano: a primeira que nega a evolução biológica na emergência da cultura e dos comportamentos sociais; a segunda que concebe os processos sociais e culturais humanos como atribuídos a uma determinação genética. O pesquisador não desconsidera as modalidades da natureza humana, ele as expõe e afirma que "seria absurdo" negar tal natureza, utilizando uma expressão que demarca fortemente a posição do sujeito pesquisador.

Tem-se, no último parágrafo, as considerações finais, momento em que o pesquisador tendem a uma posição a respeito da natureza humana:

> Entre os historiadores predominam os que tendem a **não levar em conta** a natureza humana em suas explicações: fazer derivar os processos e comportamentos que estudam tais historiadores de uma necessidade fixa, dada de uma vez para sempre − genética ou, de outro modo, natural −, **é todo o contrário da *démarche* historiográfica habitual, valorizadora de processos específicos de tipo social ou cultural.** Por tal razão, mesmo os cultores da assim chamada nova história cultural [...] estarão, na prática, **bem mais interessados no estudo de semioses concretas historicamente delimitadas**, **do que inclinados a atribuir as ações e os comportamentos a disposições inatas dos seres humanos** (Artigo de Humanas, p. 49, grifos nossos).

Essa postura final do pesquisador leva-me a crer em sua posição favorável ao estudo da natureza humana pelo viés que considera a cultura e os comportamentos sociais, assim como os historiadores realizam, haja vista que o periódico pertence às Ciências Humanas, tendo como subárea a História. Assim, trata-se de um pesquisador com posição de historiador e que, embora tenha suas convicções na valorização dos "processos específicos de tipo social ou cultural", opta por demarcar, em seu texto, um diálogo entre teorias, chegando a uma conclusão possível para a temática abordada. Não há, nesse momento, marcadamente elementos que possibilitam um viés mais pessoal do sujeito e de sua opinião, porém percebe-se, pela construção do enunciado, que o pesquisador parte de algo mais geral (retomando a temática, destacando as duas abordagens da natureza humana) até alcançar uma resposta mais específica para a resposta evidenciada no título de seu artigo.

6.2.3 Os elementos pós-textuais dos artigos das diferentes áreas

Quanto aos elementos pós-textuais dos artigos científicos, eles se resumem às referências bibliográficas, ao resumo e às palavras-chave (resumo em segunda língua). As Normas da ABNT 6023 são bastante claras quanto à construção das referências, fazendo que outros manuais, e até mesmo as normas dos periódicos, respondam a ela, no sentido de se obter uma padronização da escrita.

De forma geral, as referências dos artigos apresentam os elementos essenciais elencados pela ABNT: "Os elementos essenciais são: autor(es), título, edição, local, editora e data de publicação. Exemplo: GOMES, L. G. F. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998." (ABNT, 2002, p. 3). Dialogar com essas normas é uma forma de padronizar o formato de publicação, tornando possível uma comunicação compreensível dentro da comunidade acadêmica, que, ao receber o artigo e analisá-lo, pode buscar respostas e novos estudos sobre o tema nas referências elencadas pelo autor do texto, permitindo o diálogo constante da ciência dentro da comunidade acadêmica.

As referências podem ser colocadas ao final do artigo, assim como ocorre na grande maioria dos trabalhos, mas também pode apresentar-se no decorrer do texto por meio de notas de rodapé ou em listas de referência. O número de referências usadas por cada área em seus artigos é o seguinte: Humanas: 69; Sociais: 29; Saúde: 25; Linguística, Letras e Artes: 19; Exatas: 18; Engenharias: 7.

A fase das referências elencadas ao final do artigo surge justamente como uma forma de ancorar o trabalho dentro do universo de pesquisadores do assunto, inserindo a pesquisa em um contexto maior de estudo, dentro de sua comunidade científica. É por meio dos autores mencionados que o pesquisador atribui credibilidade ao seu texto, dialogando com sua comunidade acadêmica, conforme apregoam Serna e Altamirano (2011, p. 1.232, tradução minha): "Para se tornar um falante autorizado, o jovem cientista deve conhecer seu campo disciplinar e os autores mais representativos sobre o tema investigado[62]".

Diante do exposto, após toda a descrição realizada dos artigos, foi possível verificar que os elementos que definem sua constituição vão além da organização

[62] "*Para convertirse en un hablante autorizado, el joven cientifico debe conocer su campo disciplinario y a los autores mas representativos de su tema de investigacion"* (SERNA; ALTAMIRANO, 2011, p. 1.232).

textual, marcada por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Há elementos discursivos que definem a forma do dizer dentro dos artigos de acordo com as áreas estudadas. A análise dos artigos possibilita dizer que eles se constituem como enunciados, como respostas ativas às suas comunidades científicas (interlocutores terceiros), assim como aos discursos que os circundam. Suas construções e estilos respondem, na maioria das vezes, às normas propostas pelos periódicos, assim como aos discursos oficiais de escrita. Suas temáticas dialogam com suas comunidades científicas. As seções de metodologia e de fundamentação teórica evidenciam o diálogo direto com essas comunidades e caracterizam o texto de forma bastante singular, uma vez que os recursos metodológicos, assim como as teorias, variam de área para área.

A fim de delimitar os elementos que realmente permitem tratar da heterogeneidade da escrita dos artigos científicos, busco, na próxima seção, destacar nichos analíticos, ou seja, os fatores que levam à produção heterogênea do texto, opondo-se, de certa forma, ao discurso que a postula como homogênea dentro da esfera científica.

7 A HETEROGENEIDADE DA ESCRITA ACADÊMICA NAS DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO

> O dialogismo é a base da ideia de que só da diferença nasce o sentido, sem menosprezar a semelhança, porque, sem esta última, haveria incompatibilidade, não diferença (SOBRAL, 2009, p. 34).

A epígrafe que abre a seção postula que, tendo por referência o dialogismo, o sentido só nasceria daquilo que é diferente, heterogêneo. No entanto não se pode menosprezar a semelhança, aquilo que é estável no enunciado, haja vista que, sem ela, não haveria consenso social para elaboração de enunciados, afetando a comunicação.

Diante da análise dos artigos científicos das diferentes áreas, constatei elementos que tendem à homogeneidade, como a forma composicional dos artigos, porém sempre perpassada por questões discursivas, influenciadas pela área de conhecimento, conforme demarquei na seção anterior. Na leitura dos textos, evidenciei fatores que favorecem a heterogeneidade da escrita acadêmica e que serão destacados ao longo deste capítulo. Ressalto que o trabalho realizado por meio do estudo dos artigos, especificamente, refere-se a um plano micro de análise que será lançado, em seção posterior, a um plano macro, tendo em vista os diálogos que serão traçados entre a realidade dos artigos e os aspectos pontuados pela superestrutura social, composta, neste caso, pelos discursos oficiais, pelos discursos das agências de fomentos, cursos de escrita acadêmica, normas dos pareceristas e normas de submissão das revistas.

Dessa forma, apresento, neste capítulo, os elementos que compõem os artigos, levando-os, mesmo que minimamente, a ter um caráter heterogêneo. Para a discussão dos dados, foram delimitados eixos analíticos: **(1)** materialidade discursiva dos artigos científicos, isto é, de que forma elementos que se encontram na materialidade textual são delimitados e influenciam discursivamente a escrita acadêmica dos artigos, dentro de suas comunidades acadêmicas. Com isso, não afirmo que as outras marcas heterogêneas não estejam materialmente postas no texto, elas estão; no entanto, neste eixo, evidencio aqueles elementos que são vistos por muitos apenas como técnicas para auxiliar o entendimento do texto, como uso de tabelas, imagens etc., quando, na realidade, deveriam ser concebidos em função da comunidade científica da qual fazem parte, assim como se vinculando ao nível discursivo dos enunciados; **(2)** o

objetivismo e o subjetivismo marcados na escrita acadêmica das áreas, destacando a área que apresenta maior nuance de subjetividade, destoando dos padrões acadêmicos que buscam a objetividade e a neutralidade da escrita; **(3)** as noções de monologismo, dialogismo, alteridade e as relações dialógicas estabelecidas nos artigos das diferentes áreas. Embora os enunciados sejam constituídos por meio do diálogo, instaurando a alteridade, há, no âmbito acadêmico a intenção de tornar o discurso com caráter monológico, apagando-se o sujeito enunciador, tendo-se a ilusão de que, assim, constitui-se o discurso monológico. Esse é tido como uma ilusão, pois, na prática, não há discursos monológicos e/ou dialógicos "puros", porque mesmo o discurso em sua forma mais monológica é sempre dirigido a alguém (SOBRAL, 2009). Sendo assim, a partir do noção do dialogismo, destacam-se as relações dialógicas existentes para a constituição dos enunciados.

Ao final das explanações a respeito dos elementos que possibilitam a heterogeneidade, creio que será possível explanar se a busca pela diferença, em detrimento do estilo uniforme da produção escrita, constitui-se como uma forma de transpor a "socialização acadêmica" (LEA; STREET, 2006) que concebe a academia como cultura homogênea, na qual as normas e as práticas têm de ser aprendidas, a fim de proporcionar o acesso a todos os setores da instituição.

7.1 A HETEROGENEIDADE NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DAS ÁREAS

7.1.1 Materialidade discursiva dos artigos científicos

Neste eixo analítico, discuto os elementos que se vinculam à organização e à apresentação do artigo científico, auxiliando no entendimento do texto, ligando-se principalmente aos aspectos textuais do enunciado, como uso de subseções no resumo, utilização de diversos autores compondo os artigos, organização das discussões por meio de tabelas e de ilustrações, dentre outros elementos. Muitos consideram esses elementos somente pelo viés textual, mas é preciso considerá-los no âmbito de suas comunidades científicas, ou seja, em uma discussão que se volta para o nível discursivo, conforme busco realizar. Para tratar desses elementos que configuram materialmente o texto (e que também apresentam um valor discursivo bastante evidente para o todo textual), destaco aqueles que caracterizam heterogeneamente o texto das áreas,

apontando fatores que não são recorrentes entre elas e indicando suas implicações para o fazer discursivo. Apresento, então, resumo constituído por subseções, conforme se observa na área da Saúde; número variado de autores e filiações; artigo produzido em língua inglesa, como nas Engenharias; tipos de pesquisa, ou seja, como cada área opta por um tipo de estudo e isso caracteriza a área de conhecimento; recursos verbo-visuais, isto é, uso de gráficos, tabelas, imagens nos textos; estudo aprovado pelo Comitê de Ética; variação no número de páginas e referências usadas.

7.1.1.1 Resumo constituído por subseções

Os resumos dos artigos das diferentes áreas representam o item com maior carga de objetividade, de neutralidade e de apagamento do sujeito enunciador, procurando adequar-se às normas dos periódicos, que evidenciam uma preocupação com o aspecto formal, de estruturação do texto.

Para construir o resumo, o estilo é um sinal de adequação de sua enunciação àquilo que é legitimado pelo contexto dentro da esfera científica. O estilo responde dialogicamente a um contexto, ao papel que desempenha em relação ao outro. O estilo do resumo perpassa as normas da revista que demarcam uma preocupação bastante evidente com o aspecto formal, de estruturação do texto: número de linhas, uso de terceira pessoa, impessoalidade, dentre outros elementos.

Todas as áreas mencionam alguns elementos para compor o resumo, como objetivo, método, resultados e conclusão. No entanto, a revista da área da Saúde difere no momento de construção do texto. Segundo o periódico, o resumo deve ser estruturado em objetivos, método, resultados e conclusão, ou seja, dentro do único parágrafo, devem ser colocadas as subseções, fazendo que o resumo do artigo se constitua da seguinte forma:

> **Objetivo**: analisar a frequência [...] **Método**: survey realizado em dois hospitais do Rio Grande do Sul, Brasil [...] **Resultados**: a percepção de situações que conduzem [...] **Conclusão**: compreender o sofrimento moral permite [...]

Ao produzir o texto dessa forma, espera-se que os resumos fiquem mais legíveis que os exemplares de outras áreas, o que não foi verificado diante da leitura dos outros resumos. No entanto, segundo Motta-Roth e Hegdes (2010), em áreas como a de

Saúde, é importante utilizar os marcadores metadiscursivos que caracterizam cada tipo de informação. Outra razão para o uso desses marcadores explicitamente é a adequação do artigo às normas propostas pelo periódico em que foi publicado: “Os resumos estão limitados a 200 palavras e estruturados em objetivos, método, resultados e conclusões”.

O fato de organizar o texto dessa maneira faz que esse seja um ponto de heterogeneidade do resumo em relação às outras áreas. A área de Saúde é bastante normatizada quanto à sua escrita, distinguindo-se de outras, como Humanas, Sociais e Linguística que, segundo Kuhn (1990), são áreas menos normatizadas, pois há menor consenso sobre em que consiste a pesquisa e a metodologia nessas comunidades.

7.1.1.2 Número variado de autores e filiações

O número de autores presentes nos artigos das áreas não representa apenas uma questão formal de constituição dos artigos de acordo com as normas dos periódicos, mas sim um entendimento que aborda a comunidade acadêmica da qual esses sujeitos pesquisadores fazem parte. Conforme Sanches (2009a), a presença dos autores e de suas filiações no artigo concede credibilidade ao texto e à pesquisa.

A partir de descrição realizada anteriormente sobre os artigos, constatei que, das seis áreas, quatro destacam apenas um autor para a pesquisa (Sociais, Engenharias, Linguística, Humanas), um artigo apresenta dois autores (Exatas) e um artigo é constituído por seis autores (Saúde). De certa forma, a área de Saúde destoa das outras áreas, tendo em vista que opta pela colaboração de diversos estudiosos na confecção do trabalho, sendo quatro professores da universidade e dois doutorandos.

A literatura destaca o crescimento do compartilhamento da produção científica e, de acordo com a área do conhecimento, como as ciências da Saúde, há a redução contínua dos trabalhos assinados por um único pesquisador. A colaboração científica pode ser estabelecida em meio às redes de conhecimento por meio de interações entre sujeitos em diferentes níveis: em um mesmo departamento ou grupo de pesquisa, entre departamentos ou programas da mesma universidade, assim como parece ocorrer no caso do artigo de Saúde analisado, tendo em vista que todos têm vínculo com a Universidade Federal do Rio Grande, dentre outras situações.

Para Vanz e Stumpf (2010), ao produzir o conhecimento coletivamente, contribui-se para o desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada, haja vista que o

conhecimento individual de cada pesquisador é socializado dentro de um grupo, favorecendo a transferência de conhecimentos e de habilidades. As estudiosas compreendem a colaboração científica da seguinte forma: dois ou mais cientistas trabalhando juntos em um projeto de pesquisa, compartilhando recursos intelectuais, econômicos e/ou físicos. Já Bordons e Gómez (2000) salientam que a contribuição de cada um dos colaboradores pode se dar em âmbitos diferentes, desde a simples expressão de uma opinião sobre a pesquisa até o trabalho conjunto durante todo o decurso de um projeto.

O crescimento e a intensidade das escritas colaborativas ocorrem fundamentalmente em função da interdisciplinaridade da Ciência atual, que impõe o diálogo entre pesquisadores advindos de diversos campos do saber, configurando-se como um dos principais fatores que levam à colaboração científica. Contudo os fatores econômicos relacionados aos altos custos dos equipamentos/investimentos também têm parcela de responsabilidade, especialmente em áreas de pesquisa que pressupõem o uso de equipamentos. Além disso, os fatores sociais também exercem influência, relacionados aos vínculos profissionais e pessoais do pesquisador, afinidade temática, emocional ou ideológica (LUUKKONEN; PERSSON; SILVERTSEN, 1992).

Outro elemento que favorece a existência da colaboração é a área da pesquisa, assim como a sua natureza. Segundo Smith (1958), trabalhos teóricos produzem artigos com menos autores do que trabalhos experimentais. Essa constatação é percebida no caso dos artigos analisados neste estudo, tendo em vista que, enquanto o estudo experimental da Saúde possui seis autores, o estudo teórico, centrado na pesquisa documental, como na área de Sociais, apresenta apenas um. Ao publicar um trabalho em colaboração, consequentemente ele será mais citado (GLÄNZEL, 2001), principalmente se a colaboração ocorrer entre diferentes instituições (JONES; WUCHTY; UZZI, 2008).

Além dessas motivações expostas, há um fator ainda mais decisivo para que continue ocorrendo a colaboração: o aumento da produtividade científica. Assim, o princípio "*publish or perish*" aumenta a pressão para incluir tantos autores quanto possível em um artigo (KRETSCHMER; LIMING; KUNDRA, 2001). As agências financiadoras brasileiras também impulsionam o aumento da colaboração, em função de suas avaliações, o que leva o pesquisador a publicar para poder ser bem avaliado

(HERMES-LIMA, 2005), fazendo da coautoria um meio para aumentar o número de suas publicações.

Estudos abordando a questão da autoria revelam que, tendo em vista as transformações das atividades dos pesquisadores e a pressão crescente para publicar novos conhecimentos em revistas, cada vez mais, busca-se evidenciar o nome nas páginas dos artigos.

Ao realizar o estudo em parceria com outros estudiosos, a distribuição da autoria não é tarefa fácil. Diante disso, dois pesquisadores investigaram a hierarquia das assinaturas dos vários autores de um artigo científico, ou seja, observaram a ordem das assinaturas de artigos publicados por 1.064 pesquisadores espanhóis entre 1994 e 2004. Costas e Bordons (2011) concluíram que há áreas em que a colaboração é menos intensa, como a das ciências naturais, havendo maior relação entre estudiosos das biológicas e saúde (média de sete autores por artigo). No caso do artigo analisado nesta pesquisa, a área de Saúde apresentou seis autores, dialogando diretamente com os dados da pesquisa dos teóricos. Apesar de Costas e Bordons (2011, p. 158, tradução minha) analisarem textos espanhóis, eles afirmam que o fenômeno não exprime uma situação isolada, pois "embora haja diferenças de país a país, elas são cada vez menores por conta da crescente internacionalização da ciência[63]", ressaltando ainda a importância da ordem das assinaturas para o reconhecimento do pesquisador, já que consideram a autoria como um parâmetro para avaliações, resultando em prestígio profissional. Logo, para os autores, o papel da autoria atua como um modo de organização social da comunidade científica.

Costas e Bordons (2011) postulam que há várias orientações para definir a autoria, e os critérios mais aceitos são o envolvimento na concepção, no planejamento e na execução do trabalho científico, a interpretação dos resultados, a participação na escrita de uma porção substancial do manuscrito e a aprovação final da versão a ser publicada.

A respeito da autoria, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, editora da *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em entrevista para Marques (2011), afirma que a produção intelectual em Linguística é diferente da de áreas em que há uma grande equipe de

[63] "*Although differences by country might also exist, they are expected to be smaller due to the increasing internationalisation of science"* (COSTAS; BORDONS, 2011, p. 158).

pesquisa e o resultado pode sair porque havia muita gente envolvida, como ocorre no caso da pesquisa de Saúde.

A colaboração na escrita do artigo se deu basicamente na área da Saúde, enquanto as outras optam por apresentar um ou dois autores. A apresentação dos pesquisadores, juntamente às suas filiações, inseri o sujeito em um universo maior de pesquisa, dando credibilidade àquilo que pesquisa e publica, porque as pessoas se reúnem em torno de objetivos comuns, fazendo que a comunicação científica obedeça às práticas estabelecidas pela comunidade científica, "termo que designa tanto a totalidade dos indivíduos que se dedicam à pesquisa científica e tecnológica como grupos específicos de cientistas, segmentados em função das especialidades, e até mesmo de línguas, nações e ideologias políticas" (TARGINO, 2000, p. 10).

7.1.1.3 Artigo produzido em língua inglesa

Outro elemento que possibilita a discussão a respeito da heterogeneidade dos artigos é quanto ao uso da língua inglesa para sua produção. Textualmente falando, percebe-se que a forma composicional do artigo em inglês não difere da forma produzida em língua portuguesa, até mesmo porque a revista é brasileira e muitos cursos que ensinam a escrever academicamente no Brasil têm por referência estudos publicados em língua inglesa, servindo de base para a escrita no país.

Ao analisar os artigos, constatei que a maioria deles apresenta o inglês somente para a constituição do *abstract*, porém o artigo da área de Engenharias é produzido em língua inglesa, tendo em vista a exigência do periódico. Por meio disso, é possível retomar a noção da internacionalização da ciência no que tange ao uso da língua inglesa, haja vista que, por meio dela, é possível uma circulação maior da publicação, não se restringindo apenas à academia brasileira, alcançando comunidades acadêmicas estrangeiras. Desse modo, a regionalização do conhecimento perde, a cada dia, muita força, dando espaço para as revistas científicas eletrônicas que promovem a difusão do conhecimento produzido em qualquer local do planeta.

O fato de o periódico de Engenharias estabelecer como normas para submissão "artigo escrito em Inglês claro e conciso" responde ativamente ao esperado no universo da publicação acadêmica, tendo em vista que os artigos científicos asseguram a influência científica por meio da língua (LILLIS; CURRY, 2013). A

revista da qual o artigo foi extraído é a pioneira no Brasil, datando de 1929, e a sua manutenção no estrato A1 exige a resposta a certos fatores, dentre eles, alguns estão ligados à questão da internacionalização:

> Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais (Qualis periódicos - definição dos estratos. Disponível em: http://www.anped.org.br/docs_CAPES/definicao_estratos_290908.pdf. Acesso em: 03 jul. 2013. Grifos nossos).

Diante do exposto, o aspecto internacional da produção é evidenciado. Essa característica faz que muitos periódicos nacionais não sejam classificados como A1, porque não circulam internacionalmente. Tem-se, então, que as práticas de escrita, de leitura e de publicação são dependentes de interesses sociais transitoriamente constituídos, como o fato de ter que escrever internacionalmente, reconhecendo as convenções discursivas adotadas por uma porção significativa do meio acadêmico internacional (como o uso da língua inglesa como língua franca).

O inglês é a língua exigida pelo periódico de Engenharias, assim como em tantos outros. Isso ocorre, segundo Lillis e Curry (2013), pois se trata de uma língua franca que facilita trocas transnacionais de ideias, novos conhecimentos e entendimento, que, por sua vez, ajudam a sustentar o crescimento e desenvolvimento econômico. O inglês, portanto, apresenta um *status* predominante no contexto acadêmico, principalmente em periódicos considerados como detentores de maior valor de ciência, constituindo uma forma significante de capital simbólico, fundamental para a construção de uma economia baseada no conhecimento competitivo (LILLIS; CURRY, 2013). Além disso, é tida como a língua das revistas mais prestigiadas e a linguagem dos sistemas de avaliação e recompensa.

De forma geral, produzir em língua inglesa constitui uma forma de inserção no universo da academia. Um dos critérios para classificação da revista no estrato A1 é que o periódico esteja indexado em, pelo menos, seis bases de dados, sendo três internacionais. Nesse sentido, muitos periódicos, incluídos em base de dados, como *Science Citations Index* (SCI), que apresenta mais de três mil periódicos indexados, são

publicados em inglês. Ao serem indexadas, as revistas adquirem o direito de pertencer à memória oficial da ciência, funcionando como uma memória eletrônica à qual os cientistas recorrem em busca de referências para suas escritas, e o fato de estarem em inglês favorece a circulação. Flowerdew (1999), por exemplo, argumenta a respeito da necessidade de se publicar em inglês e não em outra língua, já que é a que gera maior circulação do conhecimento. Para o autor, apenas nas áreas de Humanas e Ciências Sociais, a publicação em revistas locais ou regionais na língua nacional ainda continua sendo vista com prestígio, embora, mesmo nesses casos, a tendência seja para publicação internacional em inglês.

Há outros caminhos para ampliar a inserção internacional da pesquisa, como o intercâmbio de alunos de pós-graduação e a participação em congressos e *workshops*; existe também a relevância do indicador de coautoria para a pesquisa brasileira, conforme alguns estudos já apontaram. Um exemplo é a pesquisa realizada por Packer e Meneghini (2006) que analisou os artigos brasileiros com mais de 100 citações na base *Web of Science* entre os anos de 1994 e 2003 e que constatou que 84,3% deles eram fruto de parcerias com outros países.

Diante do exposto, verifica-se que a língua inglesa é tida como língua de publicação e circulação do conhecimento na academia.

7.1.1.4 Tipo de pesquisa dos artigos

O tipo de pesquisa realizado por cada área influencia a organização do artigo e a forma como os dados são discutidos. Há artigos de caráter mais experimental, que analisam uma problemática, explorando fatos, dados empíricos, como os de Saúde, Engenharias, Exatas, Linguística e existem aqueles estudos voltados ao âmbito mais documental e teórico, como o de Sociais e Humanas.

O artigo de Sociais, por exemplo, tem seu caráter documental evidenciado e isso estabelece que seu desenvolvimento seja centrado, de forma mais contundente, na apresentação das leis e das resoluções que norteiam o trabalho do profissional da assistência social do que na discussão e na relação entre as leis. Nesse sentido, o pesquisador aborda leis, destaca fragmentos, colocando-os em diálogos com teóricos que também estudam o assunto, mas como uma forma de evidenciar um panorama

sobre o tema, a fim de fazer que o leitor vislumbre um cenário geral do desenvolvimento jurídico-político construído historicamente pelos assistentes sociais.

O artigo de Humanas, por sua vez, apresenta uma pesquisa de caráter mais teórico-documental a respeito da natureza humana, colocando em diálogo teorias e posições teóricas, a fim de chegar à possível resposta para a pergunta que ronda o estudo: "Por que os seres humanos agem como agem?". Assim, aborda as teorias em seções específicas, levando à formação de uma opinião a respeito da temática, de modo que, ao final, percebem-se nuances da preferência pelo viés social/cultural a respeito do agir humano. Não há, então, o foco em apresentar apenas um panorama sobre o assunto, assim como nas Sociais, mas sim em estabelecer relações entre as teorias, demonstrando opinião, atribuindo ao texto um modo mais subjetivo[64] de discussão.

Tendo em vista seu caráter teórico, o artigo de Humanas se organiza em seções teóricas com discussões, fato que o difere, por exemplo, dos artigos das áreas de Exatas, Engenharias e Saúde, que apresentam discussão teórica em meio aos resultados da pesquisa ou durante a introdução do texto. O tipo de pesquisa faz que o desenvolvimento recaia sobre uma forma de organização textual e discursiva, pois, no caso das Exatas, Engenharias, Saúde, Linguística, havia o enfoque no trato de dados de forma mais experimental, ou seja, envolvendo, por exemplo, dados retirados da realidade da sala de aula, da barragem de Orós, de hospitais da região Sul do país, de artigos de periódicos. Em contrapartida, no caso das Humanas e das Sociais, são discutidas leis e teorias que levam a voltar o enfoque para os aspectos teóricos e para a necessidade de discussão desses dados.

7.1.1.5 Recursos verbo-visuais

Algumas áreas preferem apresentar e organizar seus dados por meio apenas de recursos verbais, ou seja, por meio da linguagem verbal escrita, como Humanas, Exatas e Linguística. No entanto, áreas como Saúde, Engenharias e Sociais destacam seus dados, conciliando-os com aspectos não verbais, como figuras e tabelas, fazendo que a forma de enunciar os dados e os resultados da pesquisa se diferencie das outras áreas que optam pelo tradicional texto. A utilização desses recursos, conforme constam

[64] A subjetividade e a objetividade são elementos que também permitem tratar da escrita heterogeneamente, conforme será destacado mais adiante neste trabalho.

nas normas de submissão dos periódicos, é permitida e cabe ao pesquisador optar pelo seu uso ou não. Grillo (2009, p. 149) denomina o uso de tabelas, fórmulas e números de "linguagem simbólica", nominando de "esquema ilustrativo" a utilização de imagens, figuras e ilustrações.

A área da Saúde utiliza, na fase dos resultados, três tabelas – linguagem simbólica – que permitem a visualização das percepções das equipes de Saúde analisadas quanto ao sofrimento moral. Sua forma de apresentação é bastante padrão. As tabelas são exibidas após parágrafos de exposição dos resultados, como uma forma de sistematização dos dados, fechando cada momento de resultado. Há, então, uma explicação textual dos dados encontrados e, por meio de um termo catafórico, enuncia ao leitor que, na sequência, pode encontrar a tabela: "A análise descritiva **(Tabela 1)** permitiu identificar as percepções das equipes de enfermagem" (p. 4); "Das análises de variância realizadas **(Tabela 2)**, algumas correlações..." (p. 5); "os resultados identificaram relação de significância no nível de 5%, em quatro constructos, com exceção do constructo negação do papel da enfermagem como advogada do paciente **(Tabela 3)**" (p. 6, grifos nossos).

Já a área de Ciências Sociais apresenta, na primeira página do artigo, juntamente com o título, o autor, o resumo e o *abstract*, uma figura – esquema ilustrativo, não havendo outros elementos não verbais ou outros recursos para expressão dos resultados, como as tabelas. Assim, logo abaixo do título (*Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político*), destaca-se a imagem:

Resumo: Frente aos desafios presentes no mundo do trabalho, que atingem também a formação e o exercício profissional do assistente social, o artigo tem por escopo reunir e comentar as salvaguardas jurídico-políticas disponíveis para o enfrentamento de tais questões. Pretende-se, ainda, avaliar se este aparato jurídico-político, construído historicamente pelos assistentes sociais, é suficiente para melhor qualificar seu fazer profissional e contrapor-se aos níveis de desemprego e precariedade do trabalho, possibilitando a ampliação do espaço ocupacional e condições de trabalho e remuneração adequadas.

Palavras-chave: Assistentes sociais. Estatuto legal-normativo. Espaço sócio-ocupacional.

Figura 2 - Imagem constante na primeira página do artigo de Sociais.
Fonte: Artigo Ciências Sociais, p. 131.

O pesquisador não faz menção alguma à imagem que destaca na página inicial de seu artigo. Ao observar as normas de submissão e de avaliação do periódico de Sociais, verifica-se a permissão para o uso de imagens. Em pesquisa no site do periódico, outros artigos foram verificados aleatoriamente e não apresentam figura localizada logo na primeira página, mas sim no interior do texto, para ilustrar alguma explicação.

Grillo (2009), ao tratar do modo como aspectos verbo-visuais são mobilizados na divulgação do saber científico em artigos da revista *Scientific American Brasil*, constatou que as imagens permitem uma leitura autônoma em relação ao texto, completando suas informações, como no caso da imagem no início do artigo de Ciências Sociais, que representa a construção dos fundamentos de uma casa por meio do auxílio de diversos sujeitos, em que é possível ao leitor inferir que o texto tratará de elementos que dão fundamento para a discussão do "aparato jurídico-político **construído** historicamente pelos assistentes sociais" (p. 131, grifos nossos). No próprio resumo, o pesquisador usa o termo "construído", fazendo menção ao processo de constituição dos elementos jurídicos e políticos que são elaborados no decorrer do tempo por diversas mãos, assim como a imagem registra. Essa utilização pode ser concebida como uma expressão da subjetividade do autor do texto que sentiu a necessidade de expor, por meio da imagem, seu pensamento e sua crença a respeito desse arcabouço teórico que rege a profissão do assistente social.

A utilização de imagens/figuras ocorre também na área de Engenharias, no momento da introdução do texto, na fase da contextualização histórica a respeito da barragem de Orós, no momento em que se destaca um mapa do reservatório e, também, na fase dos materiais e métodos para exposição dos dados numéricos que serão analisados.

Conforme Grillo (2009, p. 149),

> [...] a parceria entre imagens e texto constitui uma explicação em que cada elemento isolado é insuficiente para promover a compreensão do leitor sobre o objeto. A imagem é o principal elemento do conjunto, mas torna-se pouco compreensível sem o auxílio do texto, que funciona como uma legenda descritiva. A explicação é produzida na parceria entre os elementos verbais e visuais (GRILLO, 2009, p. 149).

Para compreender as imagens usadas no artigo de Engenharias, há a necessidade de leitura do texto conjuntamente com as imagens. Na introdução, surge o mapa de localização do reservatório de Orós ("Figura 1") e o texto que o circunda funciona como uma legenda descritiva, haja vista que descreve verbalmente as informações:

> A barragem de Orós está localizada no município de Orós e distante 450 quilômetros de Fortaleza, capital do Estado do Ceará (Figura 1). A bacia ocupa uma área de 25.500 km2. O projeto visa a irrigar terras das bacias do Alto e Médio Jaguaribe, assim como piscicultura, turismo, energia hidrelétrica e a perenização do rio Jaguaribe[65] (Engenharias, p. 405-406, tradução minha).

O pesquisador sente a necessidade de ilustrar o seu discurso por meio da figura do mapa que é mais bem compreendido em função da explicação que realiza anteriormente à exposição do esquema ilustrativo. O mesmo ocorre com a segunda figura destacada pelo enunciador, haja vista que, a fim de indicar os dados numéricos que obteve sobre a barragem, apresenta as características técnicas que são extraídas, na realidade, de outro estudioso da área: "Araújo, 1990".

As imagens, então, configuram-se como traços distintivos da dimensão verbo-visual do artigo de Engenharias, haja vista que, dentre os artigos das áreas analisadas, somente a área de Sociais utiliza tal recurso. Neste último caso, a figura é usada como uma forma de introduzir o artigo. Já no caso das Engenharias, percebe-se que as figuras surgem em diálogo com o discurso corrente do artigo, como forma de ilustrar o que é dito, fazendo do texto uma legenda descritiva para o que é discutido, diferentemente da área de Sociais, que não apresenta nenhum vínculo explicativo entre texto e imagem, cabendo ao leitor realizar inferências que levem ao entendimento da utilização da figura, em ligação com o todo discursivo.

Sendo assim, é possível afirmar que a presença de imagens associadas à esfera científica constitui um traço distintivo da dimensão verbo-visual dos enunciados

---

[65] *"The dam Orós is located in the municipality of Orós, faraway 450 km from Fortaleza, capital of Ceará state (Figure 1). The basin covers an area of 25,500 km2. The project aims to irrigate lands in the watersheds of the Upper and Middle Jaguaribe, as well as fish farming, tourism, hydroelectric power and the perennialization of the river Jaguaribe"* (Engenharias, p. 405-406).

do artigo científico (GRILLO, 2009), haja vista que são utilizadas de formas diversas, possibilitando interpretações e ampliações de ideias em relação à temática apresentada.

O artigo de Engenharias, em relação aos estudos das outras áreas, é o que mais apresenta a utilização da linguagem verbo-visual, tendo em vista que recorre a duas figuras, além de oito tabelas para apresentação dos materiais e métodos, dos resultados e da discussão. Considero, assim, que esses elementos caracterizam um dos pontos de heterogeneidade da confecção do texto de Engenharia em relação às outras áreas de conhecimento.

A linguagem simbólica é representada por tabelas no artigo de Engenharias. A seção de materiais e métodos apresenta três tabelas. A primeira delas, por exemplo, destaca os recursos técnicos da barragem de Orós, por meio de resultados quantitativos (números), como a capacidade do reservatório, as coordenadas geográficas, a elevação, o nível máximo de água, dentre outros fatores. Tem-se, assim, o levantamento geral das características técnicas envolvidas no estudo da barragem, organizadas em forma de tabela que possibilita uma visualização mais objetiva dos dados. As tabelas dois e três abordam, por sua vez, dados do estudo das inundações e seus coeficientes. Na fase dos resultados, o recurso utilizado para demonstrá-los são quatro tabelas que constituem basicamente a seção. Há apenas um parágrafo introdutório que destaca que os resultados foram obtidos por processo computacional, por meio de fórmulas que ilustram cada uma das tabelas. A partir disso, são destacadas as tabelas consecutivamente, não havendo explicações, assim como ocorre na área da Saúde, cabendo ao leitor lê-las, chegando às conclusões.

Na sequência, a seção de discussão apresenta os resultados alcançados e resume os indicadores de análise de risco, por meio da tabela oito, argumentando a respeito das conclusões alcançadas no estudo. De forma geral, a organização e a apresentação dos dados por meio de tabelas é uma escolha do pesquisador, caracterizando a área da qual faz parte. O artigo de Engenharias se configurou por uma escrita em língua inglesa, bastante precisa, objetiva, com apagamento do sujeito enunciador, fato que talvez justifique a exposição dos dados por meio de tabelas tão pontuais. Sendo assim, um dos pontos que levam à heterogeneidade da escrita acadêmica, fazendo que a área de Engenharias se destaque, é o uso das linguagens verbal, não verbal e verbo-visual.

7.1.1.6 Estudo aprovado pelo Comitê de Ética

Um dos fatores que caracteriza a escrita do artigo de algumas áreas é a aprovação do trabalho pelo Comitê de Ética. Ao analisar as normas de avaliação utilizadas pelos pareceristas dos periódicos, duas áreas tratam dos aspectos éticos, a saber: Sociais e Saúde, afirmando-se a necessidade de respeito à "legislação para pesquisa envolvendo seres humanos". Em razão do artigo de Ciências Sociais se configurar como pesquisa documental, não houve a necessidade da aprovação do trabalho por um Comitê, diferentemente do artigo da Saúde, que focou no estudo do sofrimento moral em trabalhadores da Saúde. Assim, na seção de método, postula-se: "O projeto foi antecipadamente julgado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com Parecer n.º 70/2010." (Saúde, p. 3). O texto, então, respondeu à legislação de pesquisa que envolve seres humanos, tendo em vista a aprovação pelo Comitê, condizendo com o esperado dentro da área de estudo.

O ato de responder ativamente ao esperado pelas normas da revista é a maneira de se inserir na comunidade acadêmica da qual se faz parte, seguindo os princípios estabelecidos. A área de Saúde demonstra uma escrita heterogênea quanto aos aspectos éticos, haja vista que, nas outras áreas de conhecimento, os artigos analisados não evidenciam preocupação com esse fator. Talvez isso se deva à natureza da pesquisa, como no caso das Sociais e Humanas, que apresentam um trato mais teórico e discursivo; Linguística, Exatas e Engenharias focam em objetos analíticos e não no ser humano; logo, nestas áreas, não há espaço para tratar de aspectos éticos.

O pesquisador que age eticamente, conforme o *Código de Boas Práticas Científicas* (2012), da Fapesp, honra a finalidade de sua profissão como cientista: "a construção coletiva da ciência como um patrimônio coletivo" (FAPESP, 2012, p. 9), ou seja, deve-se constituir a ciência como elemento coletivo, por isso, o estudioso da área da Saúde desenvolve seu estudo de acordo com o esperado por sua comunidade.

As respostas dadas pelos artigos escritos às normas de submissão, assim como para as normas de avaliação dos pareceristas são formas de fazer com o que o trabalho realmente esteja inserido no universo da pesquisa. É isso que ocorre, neste caso da área da Saúde, tendo em vista que o objetivo da publicação no periódico é fazer com que os registros respondam às questões éticas, sejam acessíveis a outros pesquisadores,

com o intuito de que outros possam verificar a correção da pesquisa, replicá-la ou dar-lhe continuidade (FAPESP, 2012).

7.1.1.7 Variação no número de páginas e de referências usadas

Os artigos analisados apresentam variação quanto ao número de páginas e de referências mencionadas ao final do texto, tendo em vista características como tipo de pesquisa, área de estudo e objetividade da escrita.

Os periódicos selecionados para análise não especificam, em suas normas, o número exato de páginas que os textos devem apresentar, sendo assim, há uma variação bastante evidente entre as áreas, a saber:

Quadro 34 - Número de páginas e de referências usadas nos artigos das áreas

ÁREAS	NÚMERO DE PÁGINAS	REFERÊNCIAS AO FINAL DO ARTIGO
Humanas	52	69
Sociais	20	29
Exatas	21	18
Linguística	14	19
Saúde	9	25
Engenharias	9	7

Fonte: A autora.

Diante do exposto, verifica-se que a área de Humanas apresenta o artigo com o maior número de páginas, assim como de autores ao final do texto. É possível justificar esse resultado em função do tipo de pesquisa realizada, voltada à discussão teórica da temática a respeito da natureza humana. Há, assim, a necessidade de amplo espaço para discussões, levantamento de conceitos teóricos de diversos estudiosos para que se possa chegar a um consenso a respeito da temática abordada. O grande número de referências pode levar o leitor a inferir que se trata de um texto com referencial teórico apropriado, atualizado e amplo, sugerindo que o pesquisador apresenta conhecimento da área, estando inserido na comunidade científica. O fato de argumentar, de apresentar um posicionamento mais marcado no decorrer do texto faz que o pesquisador necessite de leituras para constituir sua opinião a respeito do assunto, o que causa, consequentemente, o aumento no número de citações e de referências.

A área de Sociais apresenta também um número considerável de referências: 29 no total, já que a natureza documental do estudo requer uma pesquisa

minuciosa a respeito das leis, das resoluções e dos decretos que regem a atuação do profissional de serviço social. Humanas e Sociais são áreas, então, que destacam estudos que levam à necessidade de maior pesquisa teórica e, consequentemente, de maior número de citações realizadas.

A área de Exatas, mesmo sendo considerada muito objetiva e pontual, desenvolve seu estudo em vinte e uma páginas, tendo por base dezoito teóricos. O fato de o artigo apresentar certa extensão no seu desenvolvimento pode ocorrer em função da subárea na qual o periódico está inserido: "ensino", o que leva à consulta de estudiosos das Exatas juntamente com autores da educação, ocasionando uma discussão mais detalhada e pormenorizada dos fatos ocorridos na sala de aula, local de coleta dos dados. De qualquer forma, a extensão e o uso dos autores evidenciam que o pesquisador está inserido em um contexto maior que são as Ciências Exatas e que também circula em âmbito menor pelos discursos educacionais, fato que amplia o número de páginas para discussão.

A área de Linguística desenvolve seu estudo em quatorze páginas, fazendo menção a dezenove estudiosos. Trata-se do terceiro menor artigo, tendo em vista seu caráter mais objetivo do que subjetivo de escrita, apresentando uma linguagem bastante pontual.

Na sequência, surgem os artigos de Saúde e Engenharias com nove páginas cada um, revelando o viés objetivo desses textos, com estilo que privilegia o objeto de estudo ao pesquisador, ou seja, tudo é discutido em função dos dados e dos resultados a serem encontrados, sem aberturas para grandes discussões teóricas e exposições dos autores. Apesar dessa evidência, o número de referências usadas varia consideravelmente: vinte e cinco na Saúde e sete nas Engenharias. Esta apresenta um artigo marcado pela objetividade, com poucos diálogos teóricos, fato que justifica o número de referências.

A área da Saúde, embora apresente um discurso bastante objetivo, com dados numéricos, sem muitas discussões, menciona vários autores, primeiramente, em razão de que, em quase todos os parágrafos da introdução, há referência numérica a autores, indicando que o pesquisador está inserido no universo de pesquisa da temática abordada. Ademais, a pesquisa não apresentou somente o estudo a respeito da frequência e da intensidade de sofrimento moral em trabalhadores de enfermagem,

ampliou a discussão para o fato de que o trabalhador de enfermagem deve entender esse sofrimento não apenas em relação ao meio no qual atua, mas também estabelecendo relações consigo mesmo, fato que permitiu ao pesquisador ampliar suas discussões, mencionando na introdução, Foucault, por exemplo, para tratar da forma como os sujeitos se constroem como seres éticos. Outro dado interessante presente no artigo da Saúde é que, ao final do texto, apresenta-se ao leitor de que forma o artigo lido deve ser citado, caso o utilize: "Como citar este artigo: [nome dos pesquisadores]. Sofrimento moral em trabalhadores de enfermagem. [nome do periódico]. Jan.-fev. 2013 (acesso em: dia, mês abreviado com ponto, ano); 21 (Spec): [09 telas]. Disponível em: URL".

Essa informação consta no rodapé da última página do artigo, após as referências, indicando ao leitor, conforme as normas da ABNT, de que maneira deve mencionar a utilização do artigo lido, caso ele seja citado. Ao expor a informação, parte-se do princípio de que o artigo poderá ser citado, correspondendo ao princípio da circulação da ciência, sendo preciso fazê-lo de forma coerente ao esperado pela academia e pelas normas de escrita científica. Trata-se de um elemento que não é mencionado como norma da revista para submissão; no entanto, ao observar outros artigos do periódico, constata-se também a indicação de como citar o texto, o que estabelece uma característica singular no artigo da Saúde.

Dessa forma, é possível afirmar que, embora haja variações de escrita dos estudos, todos buscam, de certa forma, indicar sua inserção no universo acadêmico, indicando estudiosos de base, estabelecendo relações entre eles, dentre outros fatores.

A partir do exposto nesta seção, verifiquei sete elementos que indicam a heterogeneidade da escrita acadêmica nos artigos analisados, a saber: resumo constituído por subseções; número variado de autores e de filiações; artigo produzido em língua inglesa; recursos verbo-visuais; estudo aprovado pelo Comitê de Ética; tipo de pesquisa; variação no número de páginas e de referências. Esses fatores, então, caracterizam a escrita como heterogênea em seu nível discursivo e estão materialmente evidenciadas no texto. tendo em vista a utilização de elementos que requerem uma discussão que envolve temáticas advindas do âmbito social, como a questão da filiação. Há, então, um diálogo entre aspectos formais e aqueles que, de certa forma, necessitam de outras discussões para terem sua plena compreensão.

7.1.2 Objetivismo/subjetivismo na escrita acadêmica

> No dia 13 de agosto de 1979, dia cinzento e triste, que me causou arrepios, fui para o meu laboratório, onde, por sinal, pendurei uma tela de Bruegel, um dos meus favoritos. Lá, trabalhando com tripanossomas, e vencendo uma terrível dor de dentes...
> Não. De saída tal artigo seria rejeitado, ainda que os resultados fossem soberbos. O estilo... O cientista não deve falar. É o objeto que deve falar por meio dele. Daí o estilo impessoal, vazio de emoções e valores:
> Observa-se
> Constata-se
> Obtém-se
> Conclui-se.
> Quem? Não faz diferença...
>
> (Rubem Alves. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 149).

Um dos elementos responsáveis por instaurar, de certa forma, a heterogeneidade dos artigos é a relação entre objetivismo e subjetivismo. Para delimitar de que forma esta tese compreende as noções de objetivismo/subjetivismo[66] no discurso dos artigos, alguns apontamentos teóricos são destacados e, na sequência, menciono exemplos dos artigos das diferentes áreas do conhecimento, indicando quais deles carregam mais marcas de subjetividade e quais são aqueles que procuram essencialmente o efeito de neutralidade e de objetividade, buscando o ilusório apagamento do papel do sujeito enunciador.

O discurso científico, de certa forma, encontra suas bases nos conceitos de racionalidade universal e de razão. Para Cortes (2009, p. 3), em função disso, é que ele "apresenta as coisas como que adquirindo vida e falando por si só, assumindo, assim, um caráter de neutralidade", conforme apresentado na epígrafe que abre esta seção: "O cientista não deve falar. É o objeto que deve falar por meio dele", uma vez que não faz diferença quem observa, quem constata, quem obtém e quem conclui. O discurso científico é racional, apresentando-se ao leitor como sendo a própria realidade e não como uma interpretação. Dessa forma, o discurso científico é caracterizado como imparcial, havendo estratégias formais nos textos na busca da objetividade. Para

[66] A discussão acerca da objetividade/subjetividade discursiva nos artigos tem respaldo nos pressupostos bakhtinianos de linguagem e nos postulados do letramento, mesmo havendo outras orientações filosóficas discutidas na história da ciência.

Rodrigues (2009), a intenção de os textos científicos se configurarem como objetivos e imparciais corresponde aos efeitos de sentido. O sujeito pesquisador realiza escolhas linguísticas considerando os efeitos de sentido que deseja criar. Nesse mesmo sentido, Barros (2005) postula que

> [...] existem recursos que permitem "fingir" essa objetividade, que permitem fabricar a ilusão de distanciamento, pois a enunciação, de todo modo, está lá, *filtrando* por seus valores e fins tudo o que é dito no discurso. O principal procedimento é de produzir o discurso em terceira pessoa, no tempo do "então" e no espaço do "lá" [...] Finge-se distanciamento da enunciação, que, dessa forma, é "neutralizada" [...] Além de produzir efeito de verdade objetiva [...] (BARROS, 2005, p. 55-56).

As estratégias formais usadas no texto, capazes de causar a ilusão de objetividade, tornam, muitas vezes, o sujeito-pesquisador um mero observador, sendo o objeto o sujeito da ação. Essas estratégias, dentre as quais se destacam o uso da terceira pessoa e da voz passiva, marcas que denotam a ausência do sujeito-pesquisador, constituem normas impostas pela comunidade científica e aceitas por cada novo membro como sendo a única forma verdadeira de exercer o raciocínio, de fazer ciência (CORACINI, 1992). Diante disso, a posição de Bakhtin (1993, p. 38) é de que:

> [...] é um engano infeliz (herança do racionalismo) imaginar que a verdade (*pravda*) só pode ser a verdade (istina) composta de momentos universais; que a verdade de uma situação é precisamente o que é repetível e constante nela. Mas ainda, que o que é universal e idêntico (logicamente idêntico) é fundamental e essencial, enquanto que a verdade individual (*pravda*) é artística e irresponsável, isto é, ela isola a individualidade dada (BAKHTIN, 1993, p. 38, grifos do autor).

Para Bakhtin (2003), há uma unidade formada pela junção de dois conceitos, ao abordar a subjetividade e objetividade, o intuito (elemento subjetivo) entra em combinação com o objeto do sentido (objetivo) para formar uma unidade indissolúvel. Logo, a partir da junção do subjetivismo do indivíduo com o objetivo geral da escrita, forma-se o enunciado concreto (unidade indissolúvel).

É possível afirmar que o diálogo entre o intuito e o objeto do sentido tenha origem das noções de subjetivismo idealista[67] e objetivismo abstrato

[67] Optei por utilizar o termo "subjetivismo individualista", muito embora haja, conforme Rodrigues (2001), problemas de denominação dessa orientação linguística. Para a autora, em *Marxismo e filosofia*

(BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992). Enquanto no subjetivismo há o foco no sujeito, no objetivismo existe o foco na estrutura, sem domínio do sujeito. Apesar da aparente dicotomia entre os conceitos, os autores postulam o diálogo entre o sujeito e o outro, pois a escolha de um indivíduo é compartilhada com outros sujeitos discursivos. Percebe-se, então, os enunciados advindos da relação entre os sujeitos sociais, históricos e discursivos, e não como frutos de um único ser psicológico, já que, segundo a teoria bakhtiniana, há o sujeito dialógico, constituído pelo outro. Existe, no âmbito do discurso escrito, a presença da palavra-alheia e da palavra do eu, configurando-se uma tensão discursiva.

A partir disso, Sobral (2009) concebe a subjetividade em termos psíquicos, sociais e históricos, ao invés de puramente psicológicos. A condição de possibilidade de subjetividade é o sujeito da linguagem como um agente que age na presença de outro(s) agente(s), ou seja, dialoga com diversos interlocutores.

De acordo com Cortes (2009), a pretensa objetividade do discurso científico se configura como um momento que constitui o enunciado, sendo possível concebê-la segundo o princípio da exotopia (BAKHTIN, 1993). Este pode ser entendido como o distanciamento do autor em relação ao objeto, seguido do momento de objetivação. Cortes (2009, p. 4) afirma, então, que "esse momento de objetivação não deve ser confundido com indiferença em relação ao objeto, posicionamento, às vezes, encontrado no discurso científico clássico". Isso porque a partir do momento em que se aborda um dado objeto, fala-se dele, já significa que o sujeito assumiu uma certa atitude sobre ele.

A questão da objetividade/subjetividade resulta da oposição dos efeitos de sentido de aproximação e de distanciamento da linguagem (RODRIGUES, 2009), isto é, quando o enunciador está distante dos enunciados, não marca seu envolvimento no texto, este é considerado objetivo e neutro. Fiorin (2005) argumenta, então, que a objetividade é um termo polissêmico que significa tanto neutralidade – por um "apagamento das marcas de enunciação no enunciado" – quanto adequação a um referente – "controle dos termos mais nitidamente avaliativos". Para o autor, não há

---

da linguagem, têm-se duas denominações para a mesma orientação: "subjetivismo idealista" e "subjetivismo individualista". Já em *Les frontières entre poétique et linguistique* (Bakhtin, M. M., Voloshinov, V. N. In.: Todorov, T. *Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique*, 1981), o termo utilizado é "subjetivismo individualista" (RODRIGUES, 2001, p. 13).

objetividade linguística, no entanto, "por meio de certos procedimentos, chega-se ao efeito de sentido de objetividade" (FIORIN, 2005, p. 99-100).

De acordo com Rodrigues (2009), a linguagem é constituída do sujeito e de sua subjetividade, contudo, no texto científico, busca-se disfarçá-la. Para Possenti (2002), embora haja a presença inevitável do sujeito nos textos, procura-se a redução do vivido, da experiência pessoal, por isso, "quanto mais essas características se reduzem e mais se obtém uma linguagem estruturada, mais próximo se está do enunciado científico (isto é, do estilo do enunciado científico) [...]" (POSSENTI, 2002, p. 240).

O enfoque no objetivismo, defendendo-se a neutralidade da ciência, advém dos princípios positivistas, que predominaram nas ciências humanas (RODRIGUES, 2009). Conforme Pasquotte Vieira (2014), a ciência, centrada no positivismo, tem como foco a observação e o ato de escrever academicamente seria como descrever um estado de mundo (HAMMERSLEY & ATKINSON, 2007 *apud* PASQUOTTE VIEIRA, 2014), sem haver posicionamento, buscando-se a escrita neutra. Sendo assim,

> a suposta clareza do fenômeno resulta numa descrição lógica, a partir de uma escrita a ser mecanicamente elaborada. Dessa ideia de ciência lógica, chega-se à ideia de que, por ser lógica, a pesquisa científica ou a própria lógica da pesquisa se revelariam por si só, em um revelar a ser mecanicamente escrito, bastando apenas descrever a "lógica" da investigação/experimento e seus resultados. Dessa segunda ideia, viria outra crença: a de que não há o que discutir ou negociar em relação à escrita científica, já que, por esse prisma de ciência, em que sempre há lógica do experimento e dos resultados, o que escrever está determinado pela condição de "descrições que simplesmente correspondem ao estado de mundo" (*op. cit*) e, por esse mesmo motivo, o que escrever também é tido como algo claro para todos [...] (PASQUOTTE VIEIRA, 2014, p. 208).

Todavia, hoje, as ciências, como as Humanas, questionam os princípios da objetividade, "buscando implicar os sujeitos que exercem a ciência, evitando que atuem como meros reprodutores do *status quo* científico" (RODRIGUES, 2009, p. 5).

Em âmbito geral, na análise da escrita científica presente nos artigos desta tese, constato a tendência ao objetivismo, buscando-se o apagamento do sujeito, isto é, a negação da subjetividade. No entanto, além das marcas linguísticas que revelam a subjetividade discursiva, há elementos mais gerais que possibilitam pensar a escrita perpassada por um subjetivismo mais velado. De acordo com Coracini (1991), a própria

organização do argumento científico no artigo (pela maneira de apresentação dos dados, da conclusão, sustentado por teorias ou por modelos já aceitos pela comunidade científica) pode funcionar como uma estratégia de persuasão, sobretudo quando se reveste pelo modo particular de expressão do sujeito-enunciador.

Os pesquisadores dos artigos analisados trabalham com temas diversos e, assim, optam por usos de métodos e de materiais que diferem de acordo com a área de estudo, caracterizando uma singularidade. Além disso, os pesquisadores, a fim de melhor fundamentar seus argumentos, mostrando ao leitor que não estão sós quando afirmam algo, fazem uso da palavra do outro, assim como se destacou na seção das relações dialógicas, e essas escolhas são pessoais, subjetivas, embora façam parte de uma comunidade discursiva maior, tendo em vista que a ciência não é puro ato de criação individual, mas resulta de pesquisas e de reflexões anteriores. Então, a própria escolha dos autores citados, dos recursos utilizados, dos métodos etc. já se constitui como uma forma mais ampla de subjetividade, apesar de existirem outros elementos que evidenciam ainda mais o caráter subjetivo da escrita.

Rodrigues (2009), em um âmbito mais restrito de entendimento da subjetividade, caracteriza-a como a capacidade do enunciador de se colocar como sujeito, com estatuto linguístico de pessoa, dizendo "eu". Isso porque é "na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem funda realmente na sua realidade, que é a do ser, o conceito de *ego*", conforme Benveniste (1992, p. 50 *apud* RODRIGUES, 2009, p. 6). A maioria dos artigos analisados usa uma escrita voltada ao viés objetivo, utilizando recursos linguísticos que buscam apagar a figura do sujeito enunciador. O Artigo de Humanas, no entanto, utiliza recursos que evidenciam a subjetividade na linguagem. Isso se dá, primeiramente, pelo emprego dos pronomes pessoais, haja vista que

> [...] os pronomes pessoais é o primeiro ponto de apoio para o esclarecimento da subjetividade na linguagem. Destes pronomes dependem, por sua vez, outras classes de pronomes, que têm o mesmo estatuto. São os indicadores da *dêixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais à volta do "sujeito" tomado como ponto de referência: "isto, aqui, agora"; e as suas numerosas correlações: "aquilo, ontem, no ano passado, amanhã" etc.. Tem em comum definirem-se somente em relação à instância de discurso em que são produzidos, isto é, sob a dependência do eu que

> aí se enuncia (BENVENISTE, 1992, p. 53 *apud* RODRIGUES, 2009, p. 6).

O pronome recomendado para uso no gênero discursivo científico é o "ele", a não pessoa, todavia, além desse pronome, constatou-se a utilização da primeira pessoa do singular "eu" e da primeira pessoa do plural "nós" no artigo de Humanas, havendo a hibridização do papel estabelecido pelo pesquisador no texto:

> [...] só **desenvolverei** uma das modalidades possíveis de respostas à pergunta contida no título (p. 19) [...] **Encontraremos** numerosas questões dessas neste artigo. **Aqui, separei** algumas, a **meu ver** prévias (p. 20) [...] **Entrarei**, adiante, em algum detalhe sobre esses enfoques pós-1964. De momento, **quero referir-me** a que [...] (p. 26) (Artigo de Humanas, p. 19, 20 e 26, grifos nossos).

Nos exemplos destacados, há o uso de verbos na primeira pessoa do singular: "desenvolverei", "separei", "quero referir-me", assim como verbos na primeira pessoa do plural: "encontraremos", que constituem marcas de subjetividade e de intersubjetividade utilizadas pelo enunciador. Além disso, o indicador da *dêixis*, advérbio, organiza a relação espacial à volta do pesquisador, tomado como ponto de referência "aqui". O uso do "nós" é utilizado pelo autor, podendo haver duas noções: ou o pesquisador privilegia a si mesmo como principal enunciador ou fica na dúvida a respeito de quem de "nós" está afirmando. Neste caso, especificamente, há a busca pelo envolvimento entre aquilo que o pesquisador e o leitor poderão encontrar no texto. Muitos manuais, assim como cursos de escrita acadêmica, postulam o uso do "nós" como uma forma de apagamento do sujeito enunciador, atenuando a focalização sobre a pessoa (AMORIM, 2004), mas esse recurso pode representar também a busca pelo envolvimento do pesquisador com seu leitor.

Além da área de Humanas, a área de Engenharias aborda o uso do "nós" em momentos pontuais do artigo: "fizemos" (p. 408); consideramos" (p. 409); "encontramos" (p. 414); "usamos" (p. 414)[68]. No entanto, pela própria característica geral do artigo que prioriza uma linguagem bastante objetiva, esse uso se deu em função da busca apenas pela generalização, marcando uma pessoa mais massiva e indefinida (AMORIM, 2004), já que não há outras marcas de subjetividade explícitas no texto.

[68] "*We made"* (p. 408); "*we consider*" (p. 409); "*we found*" (p. 414); "*we used*" (p. 414).

No artigo de Humanas, há outros elementos que o fazem ser caracterizado como altamente subjetivo, muito embora, em alguns momentos, opte-se pelo uso de recursos, como terceira pessoa, uso da partícula "se", a fim de não se desvencilhar das normas padronizadas pela acadêmica quanto à escrita científica. O uso de perguntas para nortear a escrita do texto, apesar de não haver indicações explícitas ao papel do leitor para respondê-las, é outro desses recursos para marcar a subjetividade. Desde o título do artigo "Por que os humanos agem como agem?", perpassando o resumo: "o que explica os comportamentos e ações dos seres humanos?" e as seções teóricas: "coletivo ou individual?", "natural ou social/cultural?", tem-se o uso das perguntas e buscam-se respostas, por meio das ideias do pesquisador, agregadas às de outros teóricos. É uma forma de envolver o leitor na busca por respostas, mesmo que elas sejam dadas pelo próprio pesquisador, que se limita a respondê-las com base na natureza humana e em seus críticos, tanto que afirma: "só **desenvolverei** uma das modalidades possíveis de respostas à pergunta contida no título" (p. 19). Para Amorim (2004), as formas de divisão e de organização do texto revelam a alteridade, sendo a relação de pergunta e de resposta uma forma de fazer a resposta do outro atuar no meu enunciado.

Ademais, o artigo se caracteriza pela forte presença do pesquisador no sentido de que, além dos usos de pronomes e de verbos em primeira pessoa, há expressões e explicações contundentes no momento das discussões das teorias que elenca. Destacam-se alguns exemplos:

> De momento, **quero referir-me** a que, tanto em biologia evolutiva quanto nesses estudos dela derivados direta ou indiretamente, é possível notar a presença de metáforas que **considero infelizes** [...] Assim, têm proliferado expressões como: o "gene egoísta" de Dawkins; [...] Todas essas metáforas são**, a meu ver**, **equívocas e, portanto, pouco úteis.** Para dar um único exemplo: um gene não interage com coisa alguma nem pode ter intenções (sendo exclusivamente um mecanismo de replicação); os indivíduos que o levam é que são capazes de interagir intencionalmente. Um indivíduo, portanto, pode eventualmente ser caracterizado como egoísta, ao ser analisado em suas interações**; mas um gene não!** (p. 26, grifos nossos).
>
> As instituições humanas são numerosas [...] para que sua explicação possa depender do mero sucesso em deixar descendentes**!** (p. 34, grifos nossos).

> **Ora,** esta convicção revela-se, a meu ver, **duvidosa** (p. 36, grifos nossos)
>
> **Deliciosamente** ideológica é, também, a opinião expressada por Morris Silver de que a visão dos profetas de Israel era má [...] Que **terrível** crime contra sua majestade, o mercado**!** (p. 42, grifos nossos).

Diferentemente das outras áreas, o artigo de Humanas, ao propor a busca por respostas sobre o agir humano, é bastante categórico em suas afirmações, havendo posicionamentos evidentes do pesquisador em relação aos itens expostos. Seu estilo de linguagem no momento de usar a palavra do outro não é linear por completo, recorrendo às citações diretas e literais que indicam uma forma fraca de representação da palavra do outro (AMORIM, 2004), mas sim pictural, pois há interferência na palavra do outro de forma bastante marcada, conforme excerto destacado. Nele, há os usos de adjetivos e de expressões, como "infelizes", "equívocas", "pouco úteis", "duvidosas", que evidenciam um posicionamento do pesquisador em relação às teorias que tratam da natureza do homem. Nesse sentido, ele questiona, nega as ideias que são expostas, principalmente quando se refere à metáfora do "gene egoísta", haja vista que faz uso da negação seguida do ponto de exclamação "um gene não!" para marcar sua oposição. Nesse sentido, o pesquisador faz uso da palavra do outro como forma de instaurar um diálogo, recorrendo a poucas citações diretas, privilegiando citações indiretas e paráfrases, para reformular o discurso do outro, encaixando-o à realidade apresentada pelo texto (BOCH, 2013).

Outro recurso bastante evidente na escrita do artigo é a utilização dos sinais de exclamação ("gene não!"; "deixar descendentes!"; "o mercado!") e de interrogação (expresso no próprio título do artigo), que atribuem ao discurso um sentido mais contundente, pessoal àquilo que é exposto. Trata-se de um artifício retórico para induzir a leitura do período de forma diferenciada, supondo um estado emocional compatível com o sentido portado, auxiliando o pesquisador a construir, em seu imaginário, um diálogo virtual com o enunciador, identificando as marcas de sua subjetividade. O uso do advérbio "deliciosamente", que modifica o termo "ideológica", surge como um evidência da opinião do pesquisador sobre as ideias de Morris. A utilização de "deliciosamente" não é algo recorrente em escritas acadêmicas, tendo em vista seu caráter pessoal de expressão de uma opinião sobre um fato.

A modalidade é outro recurso utilizado nos artigos científicos e que leva à expressão da subjetividade do pesquisador. Para Coracini (1991), a modalidade faz que o enunciador assuma com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade na qual se insere. A essa noção não se exclui o discurso científico mesmo que se caracterize pela utilização de elementos linguísticos capazes de "fazer crer" (p. 113) na imparcialidade e neutralidade da pesquisa. A autora aborda a modalidade pelo viés pragmático[69], como um recurso argumentativo, "a favor do desejo de imparcialidade do enunciador que, apesar disso, se revela sub-repticiamente julgando, avaliando, justificando sua pesquisa, sugerindo novas pesquisas" (CORACINI, 1991, p. 121).

O artigo que mais evidencia o uso da modalidade é o de Exatas e, por isso, serão destacados exemplos. É na fase dos Resultados que podem ser observados um número considerável de utilizações:

> Com relação ao décimo segundo aluno, **pode-se concluir** que os instrumentos utilizados e as atividades realizadas tiveram um resultado razoável, e que a maior parte dos problemas apresentados por ele **parece dever-se** mais às dificuldades com a Língua Portuguesa [...] Já quanto aos três últimos alunos, **pode-se concluir** que a maior parte dos instrumentos utilizados e das atividades realizadas foi prejudicada pela postura não-participativa dos três [...] No caso dos três alunos, as suas resistências quanto à participação nas atividades de Leitura e Escrita [e] a sua interação não satisfatória com os colegas **podem ter** comprometido o seu desenvolvimento (Artigo de Exatas, p. 520, grifos nossos).

O excerto mostra a utilização dos modalizadores por meio de auxiliar modal, como "podem ter" (verbo poder mais ter), não ocorrendo, por exemplo, utilização de adjetivos ou de substantivos para indicar a modalidade. De modo geral, é possível afirmar que o pesquisador busca "camuflar a origem enunciativa" (CORACINI, 1991, p. 123), haja vista que aparentemente é o enunciado quem diz, é o fato que se apresenta e não o sujeito-enunciador, havendo uma modalização ao afirmar. A fim de indicar que os resultados foram razoáveis diante das atividades realizadas, o pesquisador inicia expondo: "pode-se concluir que...". A partir disso, ao postular os resultados, há a utilização de expressões que sugerem a presença, embora escondida, de

[69] O estudo da modalidade pode ser ampliado a partir do estudo de Lyons, na obra *Semantics*, de 1977, e de Palmer, em *Mood and modality*, de 1986.

alguém que julga, comenta, como em "parece dever-se mais...". Trata-se de uma maneira de descomprometimento do pesquisador, contudo observa-se que são resultados constatados por ele. Não há, assim, a afirmação categórica dos resultados: "podem ter comprometido o seu desenvolvimento".

A área de Exatas é a que mais utiliza o recurso modalizador, seguida da área de Saúde que também o apresenta, por meio de verbos como "parece" e "pode representar" (p. 6). Ao recorrer a esse elemento, o pesquisador tem o intuito de não se responsabilizar, de certa forma, por aquilo que afirma, demarcando dúvida e incerteza quanto aos seus argumentos. Assim, são evitados questionamentos e objeções, havendo atenuação das marcas de subjetividade, o que não deixa de evidenciar marcas do envolvimento do enunciador com o enunciatário, porém cria-se o efeito de sentido de objetividade.

Se, de um lado, a área de Humanas é marcada por características subjetivas, evidenciando a posição do pesquisador a respeito do assunto tratado, as áreas de Saúde, Exatas, Linguística, Sociais e Engenharias optam pela busca do distanciamento, ou seja, a tentativa de não envolvimento do enunciador com o enunciatário. Para tanto, usam-se recursos que parecem mascarar a subjetividade. Recursos como a voz passiva e o emprego das formas que indeterminam o sujeito agente, como a partícula "se", produzem efeito de distanciamento. Nos artigos das áreas, predomina o uso da partícula "se"; mesmo a área de Humanas utiliza esse recurso, além de outros elementos, como pronomes de primeira pessoa, levando a uma possível "hibridização" discursiva. No texto científico escrito, o uso da voz passiva é um recurso linguístico útil para produzir o distanciamento e criar o efeito de neutralidade e de objetividade: "utilizou-se uma adaptação" (Saúde, p. 3); "pretende-se não só..." (Sociais, p. 134), dentre outros exemplos.

Em relação à questão da objetividade/subjetividade, constatei que o artigo da área de Humanas destoa dos outros, tendo em vista as marcas evidentes de subjetividade do pesquisador enunciador. Ainda que, na escrita acadêmica, haja a busca pela imparcialidade e pela objetividade (isenção de toda a subjetividade), verifica-se o discurso científico acaba revelando subjetividade no uso de formas modais, na escolha de temáticas e de teóricos, na organização do texto, no uso dos pronomes e de expressões do pesquisador, assim como na escolha da pontuação. Para Coracini (1991),

o conceito de objetividade/subjetividade é relativo à comunidade científica interpretativa, já que, para uns, não se rompe a objetividade usando a primeira pessoa, enquanto, para outros, a única estratégia aceitável em termos de pessoa e de tempo é o uso de formas passivas e de sujeito indeterminado.

No estudo dos artigos, a objetividade/subjetividade é elemento causador da heterogeneidade dos textos, haja vista que, para a área de Humanas, fez-se fundamental a utilização e a evidenciação do papel subjetivo do sujeito para argumentar seu posicionamento a respeito da temática em abordada, enquanto, para as outras áreas, o foco central reteve-se no estudo e na constatação de uma realidade, chegando-se a resultados concretos.

7.1.3 Monologismo/dialogismo, alteridade e relações dialógicas no discurso científico

A noção de linguagem racionalista pressupõe uma suposta objetividade absoluta, sendo que o ato enunciativo é constituído de dimensões monológicas e dialógicas (CORTES, 2009). Isso porque, de acordo com Fuza e Santos (2012), o ato é compreendido do ponto de vista concreto relacionado a outros atos de outros sujeitos concretos. É por isso que Bakhtin (1993) assinala que é condição obrigatória para o conhecimento daquilo que é ético relacionar ao outro o vivenciado. Assim, o agir humano não se realiza com base em um dever abstrato e generalizado (moral) nem na ação individual autônoma, mas na união dessas duas dimensões atualizadas no ato singular do sujeito sociossituado. Assim, a ação responsável e responsiva permite ao sujeito livrar-se do individualismo indiferente e do determinismo social abstraído.

Nessa perspectiva, Sobral (2009, p. 30) assinala que "o sujeito, ao agir, deixa por assim dizer uma 'assinatura' em seu ato e por isso tem de responsabilizar-se pessoalmente por seu ato e se responsabiliza por ele perante a coletividade de que faz parte". Assim, cada sujeito é único em termos de feitio subjetivo, mas também sua atividade responsiva circunscreve-se aos seus limites socioformativos em determinados domínios da cultura. Logo o fazer científico, ao mesmo tempo em que é constituído pelo individualismo do pesquisador, é perpassado por normas, por princípios e por convenções de escrita da comunidade científica da qual o sujeito é membro.

Conforme Sobral (2009), é possível perceber, nos discursos, “tendências ao monológico” e “tendência ao dialógico”, sendo que, na prática, não há discursos monológicos e/ou dialógicos “puros”, haja vista que mesmo o discurso em sua forma mais monológica é sempre dirigido a alguém. Tal discurso é aquele voltado para a “neutralização”, na superfície discursiva, das vozes que o constituem, destacando a voz do locutor, instaurando uma só voz dominante no texto.

Todo discurso é dialógico por natureza, envolvendo um concerto de vozes, que podem ser dissonantes. Ao abordar o monologismo, o que ocorre, na realidade, é a intenção de que o discurso se torne monológico, quando, na realidade, isso é uma ilusão. Para Sobral (2009), há discursos que na superfície se organizam em termos monológicos, mas que, na verdade, são dialógicos, como ocorre com o discurso acadêmico, já que cultua certas afirmações, dando a impressão de abafar a voz do outro, mas que, em seu âmbito, reconhece a presença de outros discursos no próprio ato de afirmar: “recordemos que negar é reconhecer uma dada afirmação!” (SOBRAL, 2009, p. 39).

Amorim (2004), pautando-se nos postulados bakhtinianos, assevera que as Ciências Humanas aparentam mais dialogicidade, pois são as ciências do espírito, cujo objeto é o homem e sua especificidade e que só pode ser estudado dentro do texto. Assim, há necessariamente o dialogismo imbricado, porque há um homem, um pesquisador, que pode falar de outro – sujeito pesquisado, instaurando diálogos por meio dos enunciados. As Ciências Naturais, por sua vez, são consideradas como formas monológicas de conhecimento, visto que abordam objetos do mundo (terra, ar, pedras etc.). Sendo assim, conforme Cortes (2009), ao adentrar no pensamento bakhtiniano a respeito do monologismo e do dialogismo, compreende-se que são momentos distintos (mas não estanques) que compõem o todo do ato da criação científica.

Segundo Amorim(2004), ao adotar o viés dialógico de linguagem, não há significativa recusa do texto monológico, uma vez que o monologismo do texto científico é “uma abstração necessária à construção do objeto de estudo, ou momento de exotopia” (CORTES, 2009, p. 6). Assim, a pretensa objetividade do discurso científico é um instante que organiza o enunciado, todavia, não constitui o todo, conforme já discutido na seção anterior. Para Cortes (2009, p. 7), o fato de “admitir a dimensão monológica do discurso científico não significa negar o caráter dialógico

dessa modalidade discursiva". Um enunciado, como uma obra científica, por mais focada que seja em seu objeto, caracterizando uma forma monológica, ainda assim, é uma resposta ao discurso anterior. Dessa forma,

> o enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento (BAKHTIN, 2003, p. 298, grifos do autor).

Os sujeitos-pesquisadores, atuantes em suas comunidades, interagem e vivenciam o dialogismo do discurso científico com os teóricos estudados e na elaboração do conhecimento. Em cada época e círculo social, os enunciados são produzidos, perpassados de autoridade, servindo de base para a origem de novos textos, uma vez que o enunciado "cria algo que ainda não existia antes dele, absolutamente novo e singular, e que ainda por cima tem relação com o valor. [...] todo o dado se transforma em criado" (BAKHTIN, 2003, p. 326). As comunidades científicas são, portanto, essencialmente dialógicas, necessitando do outro para que existam, haja vista que "nenhuma oração, mesmo a de uma só palavra, jamais pode repetir-se: é sempre um novo enunciado (ainda que seja uma citação)" (BAKHTIN, 2003, p. 313).

Diante do exposto, a questão do monologismo/dialogismo, assim como a alteridade, pode ser entendida como fator para construir uma escrita heterogênea. Como se pontuou, não existe dialogismo absoluto, nem monologismo absoluto; no entanto a busca por evidenciar uma objetividade e neutralidade de escrita faz que o "mascaramento" do diálogo seja mais evidente, muito embora ele constitua os discursos. As áreas de Exatas e da Saúde, por exemplo, ao evocar os teóricos para embasar ora sua análise, ora sua introdução, evidenciam diálogos explícitos com os estudiosos, apesar de a área da Saúde procurar um maior apagamento dos limites entre o discurso do artigo e o discurso dos estudiosos, fazendo uso de referências numéricas em meio ao texto.

É evidente que o caráter dialógico se destaca mais em uma área do que em outra. Nos artigos analisados, há uma incidência ou, pelo menos, uma explicitação maior do caráter dialógico no artigo de Ciências Humanas, indo além da simples

menção aos autores, assim como as outras áreas realizam, pois busca contrapor, questionando a teoria existente. Inicialmente, o texto surge como a busca para a resposta de um questionamento, e a relação de pergunta e resposta que perpassa todo o texto deixa o sentido de alteridade ainda mais evidenciado.

Conforme já apontado no decorrer deste estudo, o artigo de Humanas, ao invés de abafar a voz do outro trazido pelo autor, coloca-a em evidência no texto, haja vista que o enunciador estabelece relações de diálogo, de negação do discurso do outro, fato que leva ao reconhecimento efetivo da presença do outro. Por exemplo, em alguns momentos de seu texto, o pesquisador nega as metáforas que os estudos em "biologia evolutiva e estudos derivados dela" postulam: "a meu ver equivocadas e, portanto, pouco úteis" (p. 26), demarcando sua posição frente às ideias. Esse caráter dialógico evidencia ainda mais a subjetividade do pesquisador-enunciador, porque ele se posiciona frente aos dizeres de outros estudiosos que defendem a natureza humana estudada pelo viés naturalista.

Quando se considera o "confronto[70]" de vozes no texto, retomando um conceito bakhtiniano, o fato de cada voz ser única e de que, ao falar, cada sujeito traz sua visão de mundo, aponta, com clareza, que todo discurso é arena, lugar de enfrentamento e de presença do outro.

Todo enunciado, todo discurso científico é marcado por traços dialógicos: "tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros, depois do seu término, os enunciados responsivos dos outros" (BAKHTIN, 2003, p. 275). A palavra, portanto, transita do locutor ao outro, que, por sua vez, produz sempre uma resposta: "o falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativa responsiva" (BAKHTIN, 2003, p. 275). Mesmo que, no artigo, seja o pesquisador a dar respostas à pergunta feita por ele mesmo, marca-se a alteridade discursiva pela forma como encaminha a construção do texto, pressupondo outro leitor para o material. Dessa forma, as relações dialógicas, constituídas de diversas maneiras, estão acontecendo constantemente no discurso científico, posto que o cientista está sempre em busca de uma resposta, de uma reação

[70] "Confronto" não pode ser entendido necessariamente como conflito, sendo entendido também como "acordo", pressupondo mais de um sujeito, sendo o confronto fator constitutivo do intercâmbio verbal, fundado na diferença (SOBRAL, 2009).

do outro. Segundo Bakhtin (2003, p. 334), "a audibilidade como tal já é uma relação dialógica", ou seja, o fato de ser ouvido, por si só, já compõe uma relação de diálogo.

Tendo em vista o diálogo estabelecido entre diferentes vozes no interior dos artigos, caracterizando-os como dialógicos e heterogêneos, destaca-se, na sequência, o levantamento das relações dialógicas estabelecidas no interior dos artigos analisados.

7.1.3.1 Relações dialógicas estabelecidas nos artigos das diferentes áreas

Ao analisar os artigos científicos, observei que um dos elementos responsáveis por determinar a heterogeneidade dos textos é a relação dialógica estabelecida no interior dos discursos dentro de cada área.

Nesta seção, abordo, inicialmente, uma discussão que envolve a relação dialógica maior existente no interior dos artigos, independentemente da área. Na sequência, examinam-se as relações dialógicas definidas após a análise dos discursos dos artigos, especificando-as dentro de cada seção dos artigos estudados. De forma geral, foram identificados sete tipos de relações dialógicas[71], a saber: diálogo com o conhecimento científico consensual; relação de pergunta e resposta; concordância com discursos alheios; discordância dos discursos alheios; marca de novidade; inserção na comunidade científica; relação de questionamento da teoria existente. Ao final das análises, destaco um quadro sinóptico, a fim de verificar as relações e as áreas do conhecimento que as englobam. Há ainda uma seção que aborda as relações dialógicas, vinculando-as às normas dos periódicos e, principalmente, aos critérios usados pelos pareceristas das revistas, mostrando que não são utilizadas aleatoriamente no discurso científico, mas que respondem às expectativas da comunidade científica na qual os textos circulam.

[71] Sanches (2009a) delimitou quatro delas: diálogo com o conhecimento científico consensual; concordância com discursos alheios; discordância dos discursos alheios; marca de novidade. A partir da análise dos artigos, aponto: relação de pergunta e resposta; inserção na comunidade científica; relação de questionamento da teoria existente.

7.1.3.1.1 A relação dialógica maior[72] estabelecida no interior dos artigos das diferentes áreas

Na análise dos artigos das diferentes áreas, constatei as relações dialógicas que se estabeleciam com diálogos que precediam o texto e a relação existente entre esses diálogos e a forma composicional do gênero. Além disso, dentro da própria forma composicional, percebe-se o diálogo entre gêneros, como ocorre com o resumo no interior do gênero maior artigo científico. Ambos se constituem como gêneros discursivos, tendo em vista que se configuram como entidades socioculturais que circulam na esfera acadêmica, ocorrendo a introdução do resumo para constituir o artigo científico.

A convocação de um gênero em outro é uma forma de introduzir o plurilinguismo no discurso, ou seja, vozes alheias, outras linguagens. Há, assim, uma relação dialógica já estabelecida entre o resumo e o próprio artigo, ambos são constituídos nesse diálogo, já que o resumo expõe as informações do texto mais longo, permitindo que os leitores tenham acesso mais rápido ao conteúdo do texto. O resumo é um texto breve que encapsula a essência do artigo.

Há, então, no próprio artigo, um fenômeno que intriga pensadores da linguagem desde a década de 20: as misturas genéricas, sendo os gêneros exemplos dessa prática. Bakhtin (2003) entende o gênero como uma entidade sociocultural, logo as práticas de linguagem são reflexos das práticas sociais, fazendo que o gênero seja algo tão complexo e heterogêneo como a sociedade na qual se insere.

O caso da existência do resumo na composição do artigo científico é visto como um diálogo entre gêneros. Muitos autores chamariam essa relação de intertextualidade tipológica (FIX, 2006), ou intergêneros (MARCUSCHI, 2002), ou intergenericidade (KOCH; ELIAS, 2008), que significa que um gênero contém, em sua estrutura, a presença de vários tipos textuais, os quais são entendidos como unidades estruturais, organizacionais e autônomas que nos auxiliam a realizar o ato comunicativo. De acordo com Lima-Neto e Araújo (2012), há três tipos de mesclas distintas de gêneros que consideram não somente estrutura e função, mas também suporte, conteúdo

[72] O artigo científico se constitui em mescla de gênero, tendo em vista que, em seu interior, outro gênero é constituído: o resumo. Nesse sentido, o termo *maior* caracteriza a mescla entre o resumo e o artigo (em seu todo), e não as relações dialógicas específicas existentes no interior das seções e que serão expostas na seção 7.1.3.1.2, por isso, utilizo o termo *específicas* naquela ocasião.

etc. Será a partir das definições desses estudiosos que poderei pensar o tipo de relação existente para a concretização do diálogo entre gêneros dentro do artigo científico.

O primeiro tipo de mescla é a "mescla por intergenericidade prototípica", ao invés de intertextualidade intergenérica, uma vez que esta considera o reconhecimento das misturas exclusivamente por seu elemento textual ou verbal. Nesse caso, observa-se, por exemplo, a estrutura de um gênero a serviço da função do outro, podendo ocorrer um texto na seção de Opinião de um jornal, mas sua forma ser de um poema (MARCUSCHI, 2002). Segundo Lima-Neto e Araújo (2012), haverá intergenericidade prototípica quando for possível visualizar, em um mesmo enunciado, traços de, pelo menos, dois gêneros, e um deles prevalecer para sua identificação.

A segunda mescla proposta é a "mescla por gêneros casualmente ocorrentes". Para ilustrar tal tipo, os autores destacam o estudo feito por Paiva (2009) com os infográficos, demarcando a presença desse gênero dentro de uma reportagem, de uma revista que trata das curiosidades científicas e que é voltada para um público jovem. Esse infográfico inserido na reportagem auxilia nas informações trazidas na materialidade verbal. Para os autores, "se considerarmos a reportagem um gênero já estabilizado no campo jornalístico, e o infográfico outro gênero, conforme atesta Paiva (2009), estamos diante de uma configuração hibrida, a qual chamamos de mescla por gêneros casualmente ocorrentes" (LIMA-NETO; ARAÚJO, 2012, p. 286).

Essa afirmação pode ser levada para a realidade que se tem nos artigos científicos, haja vista que é possível considerar o artigo um gênero já estabilizado no campo científico/acadêmico e o resumo outro gênero que também circula nessa esfera. Algumas justificativas para considerar o diálogo entre os gêneros como pertencentes à mescla por gêneros casualmente ocorrentes são destacadas.

Primeiramente, essa mescla se configura por unir dois gêneros (ou mais) que podem ter bem delimitadas suas fronteiras estruturais, de forma que um não ocupe o lugar do outro, ou seja, cada gênero tem um espaço reservado, é possível delimitar suas fronteiras, ao contrário do que ocorre no primeiro tipo de mescla. Ao observar os artigos e os seus resumos, independentemente da área, estes têm seus espaços definidos no

início do artigo[73], logo após serem apresentados título e nome(s) do(s) pesquisador(es), isso em função talvez das normas estabelecidas pelos próprios periódicos.

Em segundo lugar, um gênero faz uso do outro para atingir um determinado propósito – no caso do artigo e do resumo, ambos trabalham em conjunto a fim de divulgar a pesquisa realizada para a comunidade científica; diferentemente do que ocorre na mescla por intergenericidade, que funde as características dos dois gêneros.

Ao verificar a relação entre gêneros na esfera acadêmica, muitos destacariam esse diálogo como "mescla por gêneros intercalados", retomando a noção da relação genérica postulada por Bakhtin (1934-1935/1998), que traz à tona um dos conceitos mais significativos da teoria bakhtiniana: o plurilinguismo, conceito definido por Bakhtin como "o discurso de outrem na linguagem de outrem" (1998, p. 127). Para introduzir e utilizar o plurilinguismo, uma das formas citadas pelo autor é a dos gêneros intercalados, ou seja, qualquer outro gênero pode ser introduzido no romance, tanto literário quanto extraliterário (como um poema, uma novela ou um gênero científico, religioso), habitualmente conservando sua estrutura e sua autonomia e originalidade tanto estilística quanto linguística.

No entanto a noção de gêneros intercalados não pode ser considerada no caso da relação entre resumo e artigo científico, tendo em vista que, geralmente, vinculam-se gêneros que estão em cenas enunciativas distintas, o que não ocorre com os gêneros que se encontram na esfera científica/acadêmica. Essa afirmação do diálogo entre esferas distintas é abordada por Campos (2003), que postula que os gêneros de uma dada esfera podem aparecer incorporados em outra, isto é, saem da esfera oficial (carta de intimação, por exemplo) para a crônica, procedimento que Bakhtin chama de "reacentuação".

Outro elemento a ser considerado na mescla por gêneros intercalados: é que o gênero intercalado não faz parte da organização retórica do outro, absorvendo-o apenas, sem danos para sua estrutura. Por exemplo, no romance Drácula, são percebidos três gêneros em sua composição: diário, relato e carta, que não são parte da natureza retórica do romance (gênero maior) e, ao serem incorporados a ele, perdem suas

[73] A área de Engenharias apresenta seu artigo em língua inglesa, sendo assim, tem-se, em seu início, o *abstract* e, ao final do artigo, após os resultados, o resumo em língua portuguesa. No entanto esse fato não altera em nada a constituição do artigo.

características peculiares dos campos de onde precederam e passam a constituir outro gênero.

No caso do resumo e do artigo, de certa forma, o primeiro faz parte da organização retórica do texto justamente pelas normas de escrita acadêmica que existem atualmente. Ademais, o resumo que circula na esfera científica, como resumo de anais, resumo de eventos etc., é incorporado ao artigo (gênero maior) sem perder suas características essenciais, tendo em vista que ainda continuará circulando em meio acadêmico.

O leitor, então, diante de gênero intercalado, não considera sua função social, pois ele está a serviço de outro gênero. Um exemplo trazido por Lima-Neto e Araújo (2012) é o gênero anúncio de feira de automóveis, construído com o uso de um telegrama de um funcionário a seu chefe. Tal anúncio circularia na Folha de S. Paulo e aqui reside a distinção dessa mescla para as outras: o leitor do jornal não levaria em consideração a função social do telegrama, pois este está imerso no anúncio. Já no caso do resumo dentro do artigo, sua função social é a de apresentar sucintamente o artigo, configurando-se como uma miniatura dele, situando o leitor sobre aquilo que será lido; esse objetivo se mantém quando ele ocorre fora do artigo científico.

Diante das noções de mesclas, postulo que a relação dialógica estabelecida entre resumo e artigo (em seu todo) refere-se à mescla por gêneros casualmente ocorrentes, pois são gêneros que ocorrem em uma determinada esfera e juntos compartilham de um mesmo propósito de possibilitar a divulgação da pesquisa para a comunidade científica na qual os pesquisadores estão inseridos. Dessa forma, reafirmo a noção de que o resumo não apresenta diálogos apenas com discursos anteriores e posteriores a ele, mas sim que se relaciona diretamente com o todo textual, com o gênero discursivo artigo científico em seu todo, estabelecendo com ele a unidade temática e cumprindo o objetivo maior de divulgação e de circulação da ciência dentro da comunidade.

A partir dessa discussão envolvendo a relação dialógica maior dentro do artigo, destaco, na sequência, as ocorrências mais específicas de relações dialógicas, abordando cada uma delas em diálogo com as seções dos artigos analisados.

7.1.3.1.2 As relações dialógicas específicas estabelecidas no interior das seções dos artigos das diferentes áreas

7.1.3.1.2.1 Diálogo com o conhecimento científico consensual[74]

Nesse tipo de relação, as informações são evidenciadas no texto como um conhecimento consensual na comunidade acadêmica, como uma verdade (SANCHES, 2009a). Essa verdade, conforme postula Bakhtin (2003), ocupa o lugar de interlocutor terceiro, ou seja, o conhecimento científico é posto como algo absoluto. Contudo, esse terceiro é suposto pelo autor enquanto sujeito, não podendo tomar a palavra, sendo a sua voz reproduzida enquanto bifurcação, pois destinatário e interlocutor terceiro são instâncias que introduzem uma relação de estranhamento entre locutor e seus próprios enunciados (AMORIM, 2004).

Segundo Amorim (2004), o interlocutor terceiro exerce influência na organização da obra científica, assim como o próprio destinatário. A forma composicional do artigo e, no caso, do resumo com paragrafação única, uso da impessoalidade, das seções definidas, como objetivos, metodologia, resultados etc., é reflexo do interlocutor terceiro, visto que "tais exigências são consensuais e pressupostas pela comunidade científica enquanto regras para que se faça a argumentação, constituindo uma especificidade do dialogismo científico" (SANCHES, 2009a, p. 147).

A partir da análise dos artigos, pode-se constatar que a relação de diálogo com o conhecimento científico consensual se apresentou em algumas seções dos artigos das diferentes áreas, como resumo, introdução e metodologia, das áreas de Sociais, Humanas, Exatas, Linguística e Engenharias.

7.1.3.1.2.1.1. Diálogo com o conhecimento científico consensual nos resumos

O diálogo com o conhecimento científico consensual ocorre onde não há referências bibliográficas explícitas, demarcando um consenso do trabalho com a

[74] O diálogo com o conhecimento científico consensual difere da relação dialógica de inserção na comunidade científica, tendo em vista que a primeira é marcada por expressões e elementos que tendem à generalização das teorias e dos discursos, não havendo, por exemplo, menção aos autores evocados no texto (SANCHES, 2009a). A inserção, por sua vez, explicita a presença do outro teórico no texto por meio da especificação de seus nomes, delimitando o sujeito enunciador e evidenciando que o discurso do artigo encontra-se inserido em um contexto maior de produção, perpassado por interlocutores terceiros.

comunidade científica a que pertence. Como exemplo, apresento o resumo da área de Ciências Sociais:

> [...] o artigo tem por escopo reunir e **comentar as salvaguardas jurídico- políticas disponíveis** para o enfrentamento de tais questões. Pretende-se**, ainda**, avaliar se **este aparato jurídico-político**, **construído historicamente pelos assistentes sociais**, é suficiente para melhor qualificar seu fazer profissional e contrapor-se aos níveis de desemprego e precariedade do trabalho [...] (Ciências Sociais, p. 131, grifos nossos).

Nesse caso, além da ausência de referenciais teóricos, percebe-se que são destacadas, no momento em que são apresentados os objetivos do estudo, as ideias de que já existem "salvaguardas jurídico-políticas disponíveis", assim como todo um "aparato construído historicamente pelos assistentes sociais". Portanto, são informações expostas como conhecidas e passíveis de discussão pelo artigo, sendo colocadas como verdades aceitas.

Outro exemplo é trazido da área de Exatas, destacando-se o momento em que se detalha o aporte teórico que será utilizado, assim como estudos que envolvem o ensino de Matemática:

> A formulação e a aplicação da pesquisa, bem como a análise dos resultados e as conclusões foram baseadas no enfoque histórico-cultural de Vigotski e **estudos sobre a linguagem matemática e a utilização da Leitura Escrita nas aulas de Matemática, de diversos pesquisadores** (Ciências Exatas, p. 513, grifos nossos).

O resumo demarca um consenso científico não pela menção da filiação aos estudos de Vygotsky, mas justamente por trazer a ideia de que outros estudiosos também trabalham na busca por estudos envolvendo leitura e escrita nas aulas de matemática. Ao utilizar os termos "diversos pesquisadores", dá-se uma noção de generalização ao campo de pesquisa, já que não se definem os autores – fato que possivelmente será determinado no desenvolvimento do artigo. Há, assim, o uso da generalização, indeterminando quem são os sujeitos pesquisadores, por meio do uso de expressão generalizante "diversos".

A área de Engenharias também evidencia relação dialógica de consenso científico, a partir do momento em que postula: "Este trabalho apresenta a **aplicação prática de conceitos, e alguns métodos de análise de risco**, para verificar a

possibilidade de superação da lâmina d'água de projeto no vertedouro da barragem Orós, pelo excesso de vazão afluente" (Engenharias, p. 414, grifos nossos). Há o desenvolvimento do estudo com base em "alguns métodos de análise de risco", não havendo a definição de quais seriam, não revelando com precisão a origem do pensamento e indefinindo autores que abordam essa perspectiva. Tal postura permite inferir que se trata de uma relação de consenso científico, já que o estudo parece inserido no universo da pesquisa sem necessidade de delimitação de pesquisadores e de outras informações.

Outro elemento a se destacar quanto à área de Engenharias e que demarca outro momento de consenso científico, refere-se à fase de resultados presente no resumo: "**Demonstramos** então a importância da análise de risco para o projeto, construção e operação de barragens em grandes reservatórios" (Engenharias, p. 414, grifos nossos).

A marca de generalização é bem recorrente quando se trata da relação de consenso científico. Ela ocorre pelo uso do objeto de estudo como sujeito gramatical, bem como pela indeterminação do sujeito, aliados ao uso de termos que levam à generalização. A linguagem empregada nos resumos, de forma geral, permite afirmar que todos estão submersos nessa relação de diálogo com o conhecimento científico consensual, haja vista que se apresentam por meio do uso da 3.ª pessoa do singular, da voz passiva, dando amplitude para o objeto que é estudado, apagamento a figura do sujeito pesquisador, conforme exemplifico:

> **Este texto apresenta** um dos tipos de respostas possíveis à pergunta [...] **Examinam-se** críticas e alternativas a essas respostas, apoiadas pelo autor (Ciências Humanas, p. 17, grifos nossos).
>
> [...] **o artigo tem** por escopo reunir e comentar [...] Pretende-se, ainda [...] (Ciências Sociais, p. 131, grifos nossos).
>
> **O corpus,** [...], **se compõe** dos primeiros artigos publicados para divulgar resultados de pesquisas, realizadas no Brasil, sobre redações de vestibular [...] (Linguística, p. 283, grifos nossos).
>
> **Esta pesquisa teve** como objetivo investigar [...] Para tanto, **realizou-se** uma pesquisa qualitativa [...] (Exatas, p.513, grifos nossos).
>
> Objetivo: **analisar** a frequência e a intensidade de sofrimento moral vivenciado por trabalhadores de enfermagem do Sul do Brasil, [...] Conclusão: **compreender** o sofrimento moral permite ir além da

> resolução dos problemas dos próprios trabalhadores, possibilitando a elaboração de uma ética de sujeitos ativos e de amplas possibilidades, definidas pelas relações consigo mesmos (Saúde, p. 1, grifos nossos).

Há marcas evidentes que permitem a generalização e a consequente noção de que o estudo está em diálogo com o conhecimento científico consensual, não se considerando a marcação de pessoalidade, apagando-se a figura do sujeito, por meio do uso de voz passiva, verbos com partícula apassivadora "se", verbos no infinitivo que não permitem determinar a pessoa do discurso.

No caso das Engenharias, na fase de resultados do resumo, há o uso da forma: "**Demonstramos** então a importância da análise de risco [...]". Para Amorim (2004), o plural provoca um efeito de generalização, de indefinição e de impessoalidade do discurso científico, pois o objetivo do texto é conceitualizar. O uso do "nós" é uma forma de plural que "atenua a afirmação categórica de pessoa" (AMORIM, 2004, p. 100).

No francês, Boch (2013) denomina o "nós", como o "*je épistémique*" (p. 548), isto é, o "eu epistêmico", em contraposição ao "eu dêitico". Enquanto este demarca claramente a subjetividade, evidenciando o sujeito, o "nós" englobaria a ideia do autor e do interlocutor do texto, atribuindo ao material lido à noção de universalização das ideias, que acaba levando à generalização. Essa noção auxiliaria, assim, no conceito de apagamento enunciativo, tido pelo autor como uma das características do texto científico. Segundo a autora (2013, p. 551), o desejo constante de evitar o "eu" é visto, por alguns, como forma de caricatura retórica da escrita científica que impede os autores de orientarem seus leitores, mostrando uma discussão teórica da qual não participam. Para outros, no entanto, essas características credenciam a análise, marcada pelo rigor científico associado à objetivação.

7.1.3.1.2.1.2 Diálogo com o conhecimento científico consensual nas introduções

As introduções dos artigos das áreas de Sociais, Linguística e Humanas utilizam esse tipo de relação dialógica essencialmente no momento de contextualizar a respeito do assunto, fazendo uso de referências genéricas, conforme se destaca:

> [...] observa-se a **emergência do interesse acadêmico** pela produção escrita de caráter escolar [...] denominada redação escolar (Linguística, p. 283, grifos nossos).
>
> **Muito se tem escrito** sobre o conjunto de reformas econômicas e Ideopolíticas. Suas causas, seu receituário, seus resultados e suas consequências [...] foram e continuam sendo objeto de estudos e pesquisas por **parte de intelectuais de diversas vertentes e áreas do conhecimento, de padrão nacional e internacional**, dispensando uma explanação mais circunstanciada [do] tema (Sociais, p. 132, grifos nossos).

No excerto do artigo de Linguística, o pesquisador postula a emergência do interesse acadêmico no estudo da produção escrita escolar, não especificando autores ou estudiosos que já estudam o assunto. Trata-se de uma forma de iniciar a introdução por meio dessa generalização maior e, a partir dela, é que vai especificar trabalhos acadêmicos voltados ao tema.

De certa forma, a área de Sociais apresenta a relação dialógica com uma função similar, como maneira de servir de pano de fundo para delimitações futuras de estudiosos que focam nas reformas econômicas e ideopolíticas. Alguns elementos mencionados possibilitam ao leitor visualizar um contexto de pesquisa a respeito do assunto: "Muito se tem escrito [...] por parte dos intelectuais de diversas vertentes e áreas do conhecimento, de padrão nacional e internacional..."; o próprio pesquisador pontua que há uma comunidade acadêmica, envolvendo áreas de conhecimento diversas e até de âmbito internacional, voltada às reformas econômicas e, por esse motivo, dispensa, em seu artigo, "uma explanação mais circunstanciada acerca [do] tema". Dá-se espaço para o leitor reconhecer o tema abordado no texto, assim como para pesquisar em outras fontes a respeito do assunto, haja vista que há muito material já confeccionado. O leitor é um sujeito que deve se reconhecer como inserido dentro da comunidade e, por isso, detentor de conhecimentos suficientes para compreender aquilo que é discutido no texto. Outro exemplo que aponta o consenso com o conhecimento científico da área de Sociais é "**estudos recentes** têm revelado as intercorrências desastrosas das transformações societárias no âmbito do Serviço Social" (p. 134). Nesse caso, há a referência genérica (CORACINI, 1991) que não revela com precisão a origem efetiva do pensamento, indefinindo parcialmente o autor citado. Isso descompromete o locutor com relação à asserção, pois a transfere para outro genérico, no caso, "estudos recentes".

A área de Humanas também destaca, em sua introdução, expressões que denotam o diálogo com conhecimento científico consensual. No penúltimo parágrafo, o pesquisador coloca a questão "o que torna humanos os humanos?" (p. 20), expondo que a resposta a essa pergunta varia com o tempo. A partir disso, pontua a resposta dos antropólogos e de outros autores: "Atualmente, uma das respostas preferidas – **antropologizante** − pretende que, há talvez cerca de 40 mil anos [...], a humanidade plena emergiu [...] **Outros autores** insistiriam na "agência dos objetos", na cultura material como vetor das relações sociais" (Humanas, p. 19-20, grifos nossos).

Por meio do excerto, o pesquisador da área de Humanas apresenta um pano de fundo a respeito das respostas à pergunta que norteia seu estudo, destacando de forma bastante genérica, "respostas preferidas – antropologizante" e "outros autores", duas posições para o questionamento. Não há, então, especificação de estudiosos ou de trabalhos a respeito do assunto, mas apenas um apontamento sobre possíveis respostas. Isso porque, segundo o próprio autor:

> [...] **não vou desenvolvê-las neste artigo**: elas têm a ver, sobretudo, com a forma em que comportamento e ações funcionam ou se vetorizam, enquanto estou mais interessado é nas determinações − se é que existem − incidentes sobre eles (sobretudo as genéticas ou, de outro modo, naturais) (Humanas, p. 20, grifos nossos).

No artigo da área de Humanas, o fato de o pesquisador não desejar desenvolver as respostas é que o leva a optar por marcações tão genéricas, deixando evidente ao leitor que ele possui conhecimentos a respeito do assunto, domina os conhecimentos da área, mas que, no momento da escrita do seu estudo, decidirá por realizar um recorte a respeito da temática abordada.

7.1.3.1.2.1.3 Diálogo com o conhecimento científico consensual na metodologia

A relação de conhecimento científico consensual na seção de metodologia ocorre somente no artigo de Engenharias: "Vários métodos numéricos estão **disponíveis na literatura técnica**, no entanto, para este trabalho, **escolhemos alguns com complexidades diferentes**, que são considerados apropriados para o caso estudado[75]"

[75] "*Several numerical methods are available in the technical literature, however, for this work, we chose some with different complexities, which are considered appropriate for the case studied*" (Engenharias, p. 410).

(p. 410, tradução minha). Trata-se de um momento no qual o pesquisador expõe genericamente o que se tem na literatura a respeito dos métodos numéricos, elemento que será utilizado para a realização do artigo, especificando que, para seu estudo, serão escolhidos alguns com certas complexidades.

A partir disso, ele pontua, dentro da metodologia, os métodos que utiliza, como Simulação de Monte Carlo. Em nenhuma outra seção do artigo, o pesquisador faz uso dessa relação dialógica, a não ser para indicar a existência de diversas formas de métodos de trabalho. Além das expressões já evidenciadas, há ainda o uso da primeira pessoa do plural, "escolhemos", que, embora tenha sido usada para indicar objetividade, generacidade do sujeito, dá ao texto certa subjetividade, visto que se pode entender que há um sujeito pesquisador e um sujeito leitor em busca da escolha de métodos para o estudo.

7.1.3.1.2.2 Relação de pergunta e resposta

7.1.3.1.2.2.1 Relação de pergunta e resposta no resumo

Concebe-se a alteridade como um princípio estruturador das relações dialógicas, haja vista que todo enunciado é constituído em função de seu interlocutor. O outro é inserido no enunciado, havendo sempre enunciados alheios dentro dele, pois "cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva" (BAKHTIN, 2003, p. 297). Sobre isso, Amorim (2004) afirma que a alteridade marca as fronteiras do discurso, permitindo o acabamento do enunciado ao se passar a palavra ao outro.

Esse tipo de relação dialógica de pergunta e resposta que pressupõe a alteridade no enunciado ocorre apenas no interior do resumo da área de Humanas, haja vista a temática e a forma de composição do próprio artigo da área.

Diante da pergunta, o interlocutor indagado deve tomar uma atitude quanto ao que lê, já que, ao compreender o significado do discurso, o ouvinte adota uma "ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc." (BAKHTIN, 2003, p. 271). No entanto, no próprio resumo, constato que quem responde ao enunciado é o próprio autor do texto, tornando-se um diálogo consigo mesmo, pressupondo que outros interlocutores terão acesso ao texto:

> Este texto **apresenta um dos tipos de respostas possíveis à pergunta**: o que explica os comportamentos e ações dos seres humanos? **Especificamente**, abordam-se as respostas que partem de **uma natureza humana determinante**, seja ela genética, de outro modo natural, ou não explicitamente explicada por fatores naturais. Examinam-se críticas e alternativas a essas respostas, **apoiadas pelo autor** (Ciências Humanas, p. 17, grifos nossos).

O artigo apresenta uma das respostas possíveis à pergunta, ou seja, aquela com foco na "natureza humana determinante" e isso é apoiado pelo autor, inserido em uma comunidade científica. No próprio artigo, determina-se o enfoque a ser adotado por meio do advérbio "especificamente", demarcando que existem outras respostas, mas que, no espaço daquela discussão, o enfoque recai em uma única posição.

A ideia de alteridade e de defesa de um ponto de vista, assim como de determinar uma forma de responder à pergunta, perpassa o título do artigo, o seu resumo e toda a organização composicional do texto, já que as seções são definidas e vão afunilando para a noção que se defende.

Essa postura tomada pela área de Humanas pode ser reforçada pelos pressupostos de Amorim (2004). Para a autora, uma das especificidades das Humanas é a condição de bipolaridade que perpassa o texto, já que no decorrer do texto são abordadas duas perspectivas que explicam o agir humano e que são excludentes: a natural e a histórica.

7.1.3.1.2.3 Concordância com discursos alheios

Conforme Sanches (2009a), a concordância é uma das relações mais presentes nos artigos, principalmente nos resultados e nas discussões. Para Bakhtin (2003), não é possível interpretar as relações dialógicas em termos simplificados e unilaterais, reduzindo-as a uma contradição, luta, discussão, uma vez que "a concordância é uma das formas mais importantes de relações dialógicas" (BAKHTIN, 2003, p. 331).

7.1.3.1.2.3.1 Concordância com discursos alheios nas introduções

Esse tipo de relação dialógica interdiscursiva ocorre no momento da introdução dos artigos, quando se destacam os diálogos entre outros estudos já

realizados, demarcando-se elementos que são comuns a eles, como ocorre na área de Linguística: "Esses trabalhos, realizados **segundo** concepções teóricas distintas, **apresentam em comum** o fato de atribuírem a defasagem no desenvolvimento do ensino da comunicação escrita às condições de produção do texto" (Linguística, p. 284, grifos nossos).

O pesquisador inicia sua introdução expondo a existência do interesse acadêmico pela produção escrita, de forma bastante genérica. Na sequência, aponta alguns trabalhos e estudiosos que apresentam estudos de análise de redações escolares, como Val, Barros, dentre outros. Depois, explica (conforme se verifica no excerto) que, apesar de suas concepções teóricas distintas, eles "apresentam em comum" a ideia da defasagem do ensino da escrita às condições de produção.

De forma geral, a relação de concordância ocorre nas introduções das áreas no momento da contextualização do assunto. Assim como na área de Linguística, nas Humanas, a concordância se dá pelo uso de expressões, como ocorre em: "Outros autores insistiriam na 'agência dos objetos', na cultura material como vetor das relações sociais. Tais considerações **incidem todas** sobre o comportamento e as ações dos humanos" (p. 20). Nesse caso, o autor pontuava um tipo de resposta possível à questão "o que torna humanos os humanos?", esclarecendo que autores que escolheram tratar do assunto por meio da abordagem da "agência dos objetos", "incidem" seus conhecimentos, havendo a concordância entre ideias.

Quanto às áreas de Saúde e de Sociais, uma das formas de concordância presente na introdução, na fase da contextualização, é a marca de referenciação a outros autores, já que o uso desse recurso é bastante forte nessas áreas. No caso da área da Saúde, em todos os parágrafos da introdução, há menção aos autores estudados por meio da referência numérica, isto é, tudo aquilo que o pesquisador afirma está amparado em estudiosos:

> A formação profissional da enfermagem está dirigida para a importância de uma prática ética, buscando preparar os seus futuros trabalhadores a exercerem competentemente o enfrentamento cotidiano de problemas éticos e morais nos ambientes de trabalho, ou seja, o enfrentamento da incerteza moral, de dilemas morais e do sofrimento moral **(1)** (Saúde, p. 2, grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que se pode afirmar que a existência dessas referências demarca uma relação dialógica de inserção do sujeito na comunidade

acadêmica que estuda tal temática, é possível dizer que há evidência de concordância entre discursos, haja vista que o pesquisador, em nenhum momento, retoma os estudos para se opor a eles ou para criticá-los, mas sim para dar credibilidade ao que afirma. De acordo com Sanches (2009a), essas marcas de referenciação bibliográfica podem levar ao apagamento dos limites entre os diferentes discursos, configurando-se como uma forma de tomada da palavra do outro para si, incorporando-o ao seu discurso, expressando confiabilidade, credibilidade ao texto.

Nas ciências Sociais, ocorre o mesmo percurso, no momento em que se contextualiza que muito se tem escrito a respeito das reformas econômicas e de suas influências nas condições de trabalho do assistente social: "Por conseguinte, influenciam **também** as condições do exercício profissional do assistente social, alterando os requisitos e exigências da formação profissional [...] (**Iamamoto, apud CFESS/ABEPSS, 2009**)" (Sociais, p. 132, grifos nossos).

Esse excerto vem confirmando a ideia presente no parágrafo anterior de que transformações na regulação social modificam a gestão do trabalho capitalista e "**também** as condições do exercício profissional". Ao complementar as ideias, confirma-se o discurso que vem sendo postulado de que as mudanças sociais afetam, diretamente, o universo do trabalho do assistente social.

7.1.3.1.2.3.2 Concordância com discursos alheios na fundamentação teórica e análise dos dados

A concordância ocorre no momento em que os autores fazem uso dos discursos de outros estudiosos para fundamentar sua pesquisa e essa postura perpassa os artigos. Os pesquisadores, na maioria das vezes, afirmam algo e trazem outro estudioso para mostrar concordância entre as ideias expostas.

A área de Linguística apresenta, no momento da fundamentação, marcadamente, a concordância com um de seus aportes teóricos: "A hipótese sobre a necessidade de delimitação se fundamenta na noção de interdiscursividade **tal como proposta por** Maingueneau (1997; 2005)" (p. 285, grifos nossos). Nesse caso, concorda-se teoricamente com aquilo que o estudioso postula, tendo em vista a necessidade de o estudo tratar da constituição da escrita escolar em função da polêmica

entre perspectiva moderna e tradicional do estudo da língua, abordando a interdiscursividade.

A seção de análise presente no artigo de Linguística é perpassada pela relação de concordância com discursos alheios, uma vez que a forma de construção dos elos entre os artigos analisados pelo pesquisador promove isso. Em primeiro momento, o pesquisador destaca os artigos que utilizaram pressupostos da linguística apenas para analisarem as escritas escolares. A partir disso, afirma: "O **mesmo posicionamento** se encontra no estudo do parágrafo: Mamizuka (1977) atribui a causa [...] Os artigos de Pécora (1977) e de Rodrigues & Freire (1977) apresentam organização textual-discursiva **semelhante** aos demais [...]" (p. 290, grifos nossos). Nesse caso, as expressões utilizadas "mesmo posicionamento" e "semelhante" denotam que há concordância entre os objetos analisados. O pesquisador busca realizar tais aproximações discursivas.

Na seção seguinte, o pesquisador destaca os artigos que se contrapõem à noção de incompetência linguística, defendendo que o conhecimento linguístico do vestibulando se encontra dentro da normalidade. A partir disso, pontuam-se os estudos que concordam com essa postura:

> A esse outro **também responde** o texto de Osakabe (1977) [...] Os artigos analisados **se contrapõem**, portanto, a perspectivas que atribuem os problemas de redação a desconhecimento lingüístico, **bem como** a trabalhos que assumem perspectivas tradicionais de linguagem e, em função dessa fundamentação teórica, apresentam posições arbitrárias em relação aos usos lingüísticos (Linguística, p. 292-293, grifos nossos).

No excerto, há as marcas que evidenciam relações de concordância dentro do texto, haja vista que os artigos analisados apresentam um consenso em relação aos problemas de redação, contrapondo-se às perspectivas que vinculam os problemas ao desconhecimento linguístico dos sujeitos. Esse discurso é que dá abertura, por exemplo, para a seção de resultados, afirmando-se que "parece haver **uma unanimidade entre os artigos observados**" (p. 293), ou seja, todos dialogam no mesmo sentido, apresentando concordância entre seus discursos.

7.1.3.1.2.3.3 Concordância com discursos alheios na conclusão

A relação de concordância na conclusão está presente nos artigos de Humanas e Exatas e é bastante tênue. No caso de Humanas, o pesquisador busca confirmar a existência da natureza humana: "A natureza humana, num sentido estrito, até mesmo genético, existe **sem dúvida alguma**. Afirmar o contrário seria absurdo [...]" (p. 47). Concorda-se com a existência dessa natureza, ainda que alguns historiadores afirmem não existir, apresentando-se uma expressão bastante contundente que evidencia claramente o posicionamento do autor: "sem dúvida alguma. Afirmar o contrário seria absurdo". A partir da retomada de tal constatação, o pesquisador destaca o que foi exposto no artigo, fechando com a posição social sobre a natureza humana, de acordo com os historiadores.

No caso das Humanas, o próprio autor postula uma posição e a confirma, sem menção a autores e a estudos, em um primeiro momento. Já nas Exatas, para fechar a conclusão, o pesquisador afirma que a intervenção no processo de leitura e de escrita matemática no ensino médio possibilita aos alunos repensar o processo de aquisição de conhecimentos, promovendo a convivência e a realização individual, por meio de experiências inovadoras, "**como recomenda Delors (2003)**". Nesse caso, a concordância se dá entre os discursos do pesquisador e de outro estudioso, Delors, os quais, por apresentarem a mesma posição em relação ao ensino da matemática no ensino médio, acabam sendo colocados em paralelo, de forma a indicar a concordância entre discursos. Trata-se de uma forma de consentimento entre discursos sobre dado assunto e também uma forma de trazer para o texto a credibilidade necessária para aceitação na academia, por exemplo. Esse tipo de relação dialógica foi evidenciada por meio de expressões que denotam concordância ("como recomenda") ou por meio de uma concordância mais ideológica, na qual as ideias do pesquisador são evocadas e confirmadas.

7.1.3.1.2.4 Discordância dos discursos alheios

A relação de discordância dos discursos alheios, segundo Sanches (2009a), é a menos frequente dentro dos artigos, podendo ocorrer de duas formas: por meio da contestação sutil de um método, não havendo oposições drásticas aos enunciados

anteriores, ou por meio da ironia aos discursos já expressos. Para a autora, a baixa recorrência dessa relação se dá em virtude da busca da boa relação entre os agentes da esfera acadêmica ou da manutenção daquela que já possuem.

De certa forma, a análise dos artigos demarcou a ocorrência da discordância nas áreas de Humanas e Saúde, nos momentos da fundamentação teórica (e análise) e da discussão, havendo variações entre as formas de utilização da relação dialógica.

7.1.3.1.2.4.1 Discordância dos discursos alheios na discussão

Na área da Saúde, na seção de discussão, verifica-se a relação de discordância. Trata-se da mesma forma destacada por Sanches (2009a): contestação sutil de um estudo já realizado. O pesquisador aponta ser importante realizar reuniões com a equipe de enfermagem, haja vista que, nesses ambientes, o sofrimento moral foi percebido e afirma: "**Diferentemente do estudo desenvolvido anteriormente** com enfermeiros brasileiros (2), em que 70,2% dos enfermeiros afirmaram realizar reuniões com a equipe, percebeu-se que a frequência de ocorrência das reuniões foi baixa [...]" (Saúde, p. 8, grifos nossos). Retoma-se outra pesquisa, por meio da referência numérica, indicando certa discordância em relação a ela: "diferentemente do estudo desenvolvido anteriormente", tendo em vista que o pesquisador chegou ao resultado de que as reuniões são relevantes para o processo de reconhecimento do sofrimento moral.

De certa forma, o artigo não é totalmente oposto àquilo que já se estudou em relação ao assunto, apenas mostra oposição ao que foi realizado. Esse fato faz que se entenda realmente, como Sanches (2009a), que há a busca por manter uma boa relação entre os agentes da esfera acadêmica, uma vez que, conforme já apontado, o artigo de Ciências da Saúde aborda, por meio de referências numéricas, diversos autores, demonstrando a preocupação em manter o vínculo com aquilo que vem sendo desenvolvido dentro da comunidade científica.

7.1.3.1.2.4.2 Discordância dos discursos alheios na fundamentação teórica

Na área de Humanas, a utilização da relação de discordância dos discursos não se estabelece de forma tão sutil, como ocorre na Saúde. Um dos motivos pode ser a própria natureza do artigo, que discute teorias a respeito da natureza humana, trazendo

discursos diversos sobre o assunto que devem ser colocados em contraposição e analisados pelo autor.

Na seção teórica em que aborda a natureza natural ou social do ser humano, o pesquisador faz suas considerações por meio da retomada de autores. Em certo momento, trata da natureza humana com foco na perspectiva natural, ou seja, definida por aspectos biológicos, afirmando-se:

> [...] quero referir-me a que, tanto em biologia evolutiva quanto nesses estudos dela derivados direta ou indiretamente, é possível notar a presença de **metáforas que considero infelizes − no sentido de não ajudarem a compreensão adequada**, mas, sim, levarem a direções interpretativas inadequadas e gerarem repulsas (Humanas, p. 26, grifos nossos).

A partir disso, são elencadas as metáforas utilizadas pelas perspectivas voltadas ao enfoque natural da natureza humana que, segundo o pesquisador, são "infelizes" e não ajudam na compreensão adequada. Por utilizar a primeira pessoa do discurso, evidencia-se o caráter subjetivo do texto, essencialmente no momento dessa relação dialógica de discordância. Os estudiosos da área da natureza natural destacam como um dos exemplos de suas teoria: "'gene egoísta' de Dawkins" (p. 26) e é evidente a discordância do pesquisador:

> Para dar um único exemplo: um gene não interage com coisa alguma nem pode ter intenções [...]; os indivíduos que o levam é que são capazes de interagir intencionalmente. Um indivíduo, portanto, pode eventualmente ser caracterizado como egoísta, ao ser analisado em suas interações; **mas um gene não!** (Humanas, p. 26, grifos nossos).

O pesquisador retoma o exemplo e é bastante categórico, opondo-se aos naturalistas, ao afirmar que um gene não tem intenções, logo não pode ser caracterizado como egoísta. O uso do ponto de exclamação auxilia na carga de descontentamento e discórdia do pesquisador em relação àquilo que é exposto pelos teóricos: "mas um gene não!".

Em outra seção teórica do artigo, o pesquisador destaca a ideia da sociobiologia de que existe uma seleção reprodutiva e que o homem deve deixar herdeiros, havendo uma propensão em naturalizar geneticamente os comportamentos humanos. Diante disso, o pesquisador afirma: "As instituições humanas são numerosas,

variadas e complexas demais para que sua explicação possa depender do mero sucesso em deixar descendentes!" (p. 34), demarcando, mais uma vez, sua oposição ao discurso naturalista, fazendo uso da pontuação que leva à expressão da opinião contundente do pesquisador, inserindo-o no texto, atuante como sujeito de seu discurso. Em outro momento, diante dos postulados da socioecologia que se revelavam convictos sobre o enfoque naturalista, o pesquisador novamente expõe sua visão questionadora: "Ora, esta convicção revela-se, a meu ver, duvidosa" (p. 36).

A discordância ou movimento dialógico de distanciamento (RODRIGUES, 2005), perpassa o artigo de Humanas, assim como a ideia de pergunta e de resposta que ele instaura. Descreve-se, aponta-se, questiona-se, a fim de se chegar a uma resposta possível para a natureza humana. De forma geral, a relação de discordância é bastante evidente, principalmente na área de Humanas, enquanto, na Saúde, sua função voltou-se mais a algo sutil, apontando para novas possibilidades de estudo.

7.1.3.1.2.5 Marca de novidade

7.1.3.1.2.5.1 Marca de novidade nos resumos

A marca de novidade complementa estudos anteriores ao trazer novos dados. De acordo com Sanches (2009a), alguns aspectos configuram a novidade, como a marca de negação que é um recurso amplamente utilizado para construir a noção de nova contribuição à área do saber, assim como a própria justificativa do estudo. Outros pontos também podem possibilitar o movimento de novidade ao discurso, como expressões utilizadas nos resumos de Sociais, Saúde e Humanas:

> [...] Pretende-se, ainda, avaliar se este aparato jurídico-político [...] é suficiente para melhor qualificar seu fazer profissional [...], **possibilitando a ampliação** do espaço ocupacional e condições de trabalho e remuneração adequadas (Sociais, p. 131, grifos nossos).
>
> [...] Conclusão: compreender o sofrimento moral permite ir **além da resolução** dos problemas dos próprios trabalhadores, possibilitando a elaboração de uma ética de sujeitos ativos e de amplas possibilidades, definidas principalmente pelas relações consigo mesmos (Saúde, p. 1, grifos nossos).
>
> [...] Examinam-se **críticas e alternativas a essas respostas**, apoiadas pelo autor [...] (Humanas, p. 17, grifos nossos).

No primeiro excerto, referente à área das Ciências Sociais, utiliza-se a marca de novidade justamente para demarcar uma contribuição do estudo para a área: "possibilitando a ampliação do espaço ocupacional e condições de trabalho e remuneração adequadas", tendo em vista que o objetivo do estudo é avaliar o aparato jurídico-político construído ao longo dos anos pelos assistentes sociais.

A marca de novidade é a única relação dialógica apresentada no resumo das Ciências da Saúde, na parte da conclusão. O objetivo maior do estudo era analisar a frequência e a intensidade de sofrimento moral vivenciado por trabalhadores de enfermagem. Após o estudo, chega-se à conclusão de que compreender o sofrimento possibilita "a elaboração de uma ética de sujeitos ativos e de amplas possibilidades, **além da resolução** dos problemas dos próprios trabalhadores". Assim, a locução adverbial "além da" carrega consigo a semântica relativa à novidade, acrescentando-se ao resultado encontrado outra informação relevante. O fato de a área de Saúde trazer em seu resumo uma única marca de relação dialógica pode advir de sua face bastante objetiva, marcada por subseções que buscam trazer ao leitor o entendimento do que será estudado, sem aberturas para possíveis diálogos.

A área de Humanas, por meio do questionamento presente desde o título do artigo, traz respostas possíveis para o estudo, examinando "críticas e alternativas a essas respostas", ou seja, trazendo informações externas que podem auxiliar no entendimento do assunto, marcando a possível tomada de novidades para o texto, sejam elas por meio de críticas ou de alternativas às respostas.

7.1.3.1.2.5.2 Marca de novidade nas introduções

Essa relação, já estabelecida nos resumos das áreas, visa à complementação de estudos anteriores por meio de novas análises e resultados. Trata-se da relação de maior incidência dentro das áreas, tendo em vista que todas a abordam, por meio de recursos diversos, podendo aparecer em três momentos da introdução, dependendo da área: contextualização, justificativa e contribuição.

Cinco áreas optaram por apresentar a novidade no momento da contextualização da temática abordada no artigo. Evidencio, assim, marcas linguísticas que denotam a ideia do acréscimo de informações, avançando-se nas pesquisas. No caso das Ciências Sociais, a novidade advém das transformações nas condições de exercício

profissional do assistente social que é foco do trabalho, destacando-se as leis que dão respaldo para isso:

> Para atender aos fins deste artigo, basta assinalar que ditas transformações no padrão de acumulação e regulação social modificaram substancialmente **não só** o paradigma do processo e gestão do trabalho capitalista 2 e o sistema estatal, **mas, também** [...] Por conseguinte, influenciam **também** as condições do exercício profissional [...] O espaço ocupacional ampliou-se **também** com atividades voltadas para implantação, orientação e representação em Conselhos de Políticas Sociais e de Direitos (Sociais, p. 132, grifos nossos).

No caso das Ciências Sociais, fez-se um percurso das transformações no padrão social do trabalho, acrescentando-se a noção do exercício profissional e também as atividades voltadas para implantação e orientação nos Conselhos. Todo esse acréscimo de informações, evidenciada pelas expressões "não só", "mas, também", "também", surge justamente para "atender aos fins" do artigo, conforme está marcado no excerto.

De certa forma, a busca por demarcar o acréscimo de informação dentro da contextualização é justamente para propor que há, sim, visões já existentes em relação à temática e que o artigo procura evidenciar mais um foco, assim como ocorre na área da Saúde:

> Ao se refletir sobre o SM e os problemas da profissão, **lida-se com algo maior** do que uma análise de como as relações de poder se constroem e se desconstroem na enfermagem e na saúde, **avançando-se para** o modo como os profissionais da enfermagem se transformam em sujeitos, se subjetivam e se constroem como seres éticos (8), percebendo o SM e enfrentando, ou não, os problemas morais a ele relacionados (Saúde, p. 3, grifos nossos).

As expressões utilizadas mostram a relação de diálogo entre estudos com foco na "análise de como as relações de poder se constroem e se desconstroem na enfermagem e na saúde", indo além dessa perspectiva, visto que o estudo "avança" para a noção de como os profissionais da enfermagem "se transformam em sujeitos, se subjetivam e se constroem como seres éticos(8), percebendo o SM e enfrentando, ou não, os problemas morais a ele relacionados".

A área de Engenharias aponta dificuldades em obter dados originais da barragem de Orós em função do tempo de existência do projeto: "[...] tivemos algumas

dificuldades na recuperação do desenho original e subsequente recolha de dados, o que nos **levou a minimizar os efeitos** de algumas variáveis nos cálculos e **simplificação do cenário**. Nos dados hidrológicos também atualizados fluxo afluente, se comparado ao projeto original"[76] (Engenharias, p. 405, grifos nossos, tradução minha). Propõem-se, então, minimizar os efeitos de algumas variáveis nos cálculos e a simplificação do cenário, pois não havia material concreto para que se pudessem analisar os dados em sua origem.

Na área de Humanas, o pesquisador argumenta que "Este artigo retoma, com **mais materiais** e argumentos **mais desenvolvidos**, um texto preparado por mim, **há alguns anos**, para uma revista eletrônica universitária" (p. 20). Nesse caso, denota-se a novidade por meio do uso do advérbio "mais", que carrega consigo a noção de que um estudo anterior, publicado em um periódico, será retomado e desenvolvido, deixando evidente a figura do outro pesquisador, haja vista a utilização do pronome oblíquo "*mim*". Em alguns momentos de seu estudo, o pesquisador transitará entre a primeira e a terceira pessoa do discurso, evidenciando o desejo maior em marcar sua presença no enunciado.

Três áreas evidenciam a novidade do estudo ao justificá-lo:

> **Este artigo decorre de um estudo realizado** a partir da verificação [...] de que quando o aluno não consegue interpretar os códigos da linguagem natural, é muito difícil que ele chegue a entender a contextualização dos conteúdos matemáticos e a própria linguagem matemática. **Esta consideração encaminhou à questão** [...] (Ciências Exatas, p. 514, grifos nossos).
>
> Assim, **justificando-se a necessidade de melhor explorar o SM** em trabalhadores de enfermagem, considerando-se especificidades do seu cotidiano organizacional, previamente detectadas (Saúde, p. 3, grifos nossos).
>
> A presença de características semelhantes em trabalhos com perspectivas teóricas diversas sugeriu a existência de uma organização discursiva comum a esses trabalhos e, na tentativa de compreender o funcionamento dessa organização, **mostrou-se necessário conhecer** as condições que possibilitaram a constituição da escrita escolar em objeto dos estudos lingüísticos no país (Linguística, p. 283, grifos nossos).

---

[76] *"*[...] *we had certain difficulties in the recovery of original design and subsequent data collection, which has led us* ***to minimize the effects*** *of some variables in the calculations and* ***simplification of the scenario****. We* ***also updated*** *hydrological data flow affluent, if compared to the original project"* (Engenharias, p. 405, grifos nossos).

As áreas de Exatas, Saúde e Linguística exprimem a relação de novidade no momento da justificativa, presente na introdução, conforme se observa nos excertos. Faz-se uso de expressões que indicam o acréscimo de informação ao artigo, expondo-se que o estudo "*encaminhou à questão*" ou que houve a necessidade de novas atividades sobre o assunto para ampliação de ideias, como em "justificando-se a necessidade de melhor explorar" e "mostrou-se necessário conhecer". Todo artigo busca trazer uma discussão inédita, até mesmo porque as próprias normas dos periódicos solicitam isso, sendo assim, mostrar ao leitor que se trata de um estudo que traz novidades, que vai além dos pressupostos existentes, é de suma relevância, tendo em vista a inserção do trabalho na comunidade científica.

Dessa forma, o artigo da área de Sociais postula, no momento da contribuição do estudo (exposto na introdução) uma relação de novidade para o estudo: "Com sua publicação, pretende-se **não só** que ele tenha uma função pedagógica para a formação acadêmica e continuada dos assistentes sociais. Vislumbra-se **também** avaliar criticamente" (Sociais). Essa ocorrência da relação de novidade evidencia a força da necessidade de se propor algo novo, dando-se abertura "também" para novas propostas.

7.1.3.1.2.5.3 Marca de novidade na conclusão

As áreas que apresentam marcas de novidade na conclusão são Saúde, Sociais e Linguística.

O artigo da área da Saúde apresenta, em sua conclusão, dois grandes momentos de novidade. O primeiro deles aborda os resultados finais do estudo, afirmando-se que "compreender o SM permite **ir além do** enfrentamento dos problemas morais dos próprios trabalhadores, **chegando a** configurar, de maneira mais ampla e reflexiva, a situação da própria instituição e do sistema de saúde" (Saúde, p. 8, grifos nossos). A novidade maior da pesquisa, então, é justamente "ir além" dos trabalhos que já são realizados e que postulam a necessidade do enfrentamento dos problemas morais. Para o pesquisador, por meio de seu estudo, ao entender o sofrimento moral, pode-se "chegar" à situação da própria instituição e do sistema de saúde. Isso é afirmado, pois a instituição e o sistema de saúde "podem estar dificultando os cuidados de enfermagem e a atenção integral na saúde, **provocando, consequentemente, a necessidade da**

elaboração de uma ética de sujeitos ativos e de amplas possibilidades, definidas principalmente pelas relações consigo mesmos" (Saúde, p. 8, grifos nossos).

Há a influência da instituição e do sistema de saúde no sofrimento moral e, a partir disso, demarca-se um dos pontos de novidade do estudo: "a necessidade da elaboração de uma ética [...] consigo mesmos". A questão da ética é mencionada e principalmente na área da Saúde, ela é destacada, tendo em vista que trata do contato e da relação entre os sujeitos. O artigo, então, tende a sugerir a importância das relações dos sujeitos consigo mesmos, dialogando em busca de respostas para o sofrimento moral que os assola. Talvez seja por esse motivo que o pesquisador opta por demarcar, principalmente na introdução, que se busca refletir avançando para o modo como os profissionais se transformam em sujeitos, fazendo referências aos textos de Foucault.

A partir dessas constatações, o pesquisador traz seu segundo momento de novidade para o texto, destacando a contribuição de seu estudo para a temática:

> Nessa perspectiva, parece ser uma alternativa eficaz aos profissionais de enfermagem **questionarem-se, estranharem os fatos diários, problematizando o cotidiano e as relações instituídas**, buscando [...] formas de desnaturalizar práticas previamente estabelecidas e comumente aceitas (Saúde, p. 8, grifos nossos).

Nesse sentido, o artigo parece lançar ao profissional de enfermagem a responsabilidade por identificar e por entender como ultrapassar o sofrimento moral ocasionado por situações cotidianas do ambiente de trabalho. Busca-se fazer que, além de se abordarem as instituições, questionando-se seus papeis, é preciso que os profissionais, concebidos como sujeitos, questionem-se, estranhem seus afazeres cotidianos como forma de atuarem nas situações e de não estarem assujeitados a elas.

Assim como na área de Saúde, o artigo de Sociais apresenta marca de novidade no momento de expor a contribuição de seu estudo, no último parágrafo da conclusão: "Assim, objetivando **acrescer elementos à discussão** acerca dos rumos para a **ampliação e melhoria do espaço ocupacional do assistente social"** (Sociais, p. 149, grifos nossos). As expressões em negrito evidenciam o acréscimo de informações sobre o tema abordado, sendo que, na sequência, o pesquisador pontua elementos que levariam à melhoria das condições de trabalho do assistente social, foco do trabalho:

> [...] indicamos a **dinamização** do trabalho de fiscalização realizado pelas Cofis, a **mobilização** para a aprovação dos Projetos de Lei em trâmite e a criação de um observatório nacional sobre condições de trabalho e trabalho dos assistentes sociais. Todavia, cremos que tais iniciativas serão inócuas se individual e coletivamente não adotarmos uma **posição crítica e ofensiva** frente ao modelo de formação universitária em curso [...] torna-se imperativo e urgente **ampliar o arcabouço legal normativo** concernente à formação profissional [...] (Sociais, p. 149, grifos nossos).

Indicam-se, assim, posições críticas do autor que são destacadas ao final do texto, no momento da contribuição de seu estudo para a realidade do assistente social: "dinamização do trabalho"; "mobilização para aprovação dos Projetos de Lei"; "posição crítica e ofensiva ao modelo de formação universitária"; ampliação do "arcabouço teórico legal normativo concernente à formação profissional". Considero essas evidências do autor como marcas de novidade no texto, já que se trata das contribuições que ele destaca para finalização do seu estudo.

Diferentemente dos artigos de Saúde e Sociais, que destacaram a marca de novidade no momento da contribuição, o artigo de Linguística ressalta tal relação nos resultados do estudo. Este buscou compreender como se realizou a constituição da escrita escolar para os estudos linguísticos, havendo uma relação polêmica entre os estudos tradicionais, voltados à gramática, e os estudos linguísticos. Por meio do estudo, chegou-se à conclusão de que: "tornou-se possível **ampliar** o conjunto de materiais a serem explorados cientificamente pela Lingüística" (Linguística, p. 295, grifos nossos). O verbo "*ampliar*" atua como índice de novidade para o texto, momento no qual o pesquisador faz a retomada dos resultados gerais e constata que a ampliação da escrita escolar em material de análise redimensionou o campo de pesquisa dos estudos linguísticos. A partir dessa constatação, o autor pontua sua conclusão final de que houve a reorganização das condições de produção discursiva da linguística, ao tomar o texto escrito como objeto de análise.

7.1.3.1.2.5.4 Marca de novidade na metodologia

O artigo de Exatas verifica como os instrumentos utilizados por meio do portfólio contribuiriam ou não para a construção do conhecimento matemático. Há,

então, na seção metodológica, o detalhamento de como foi sendo construído o portfólio. Nesse momento, o pesquisador deixa claro que os recursos usados para sua construção foram adaptados de outros autores, demonstrando a inserção do estudo na comunidade científica que trata da temática, assim como uma marca de novidade para o texto:

> A primeira atividade do Portfólio [...] foi a *Biografia Matemática* (**adaptado de Santos (2005**)). [...] No início de cada assunto foi feita a Abertura do Tema (**adaptado de Santos (2005**)) [...] duas atividades foram compulsórias. A primeira foi a elaboração do *Diário de Bordo* (**adaptado de Passerino, Carneiro e Geller (2005**)). A segunda atividade foi a elaboração do Glossário (**adaptado de Santos (2005); Smole e Diniz (2001**)). O professor ainda escolheu outras atividades [...] c) Resolução de Problemas em duas colunas, uma, em linguagem matemática, e, outra, em linguagem natural (**adaptado de Mesquita (2001**)) (p. 517-518, grifos nossos).

Há uma recorrência bastante evidente, no momento da descrição desse processo de construção dos portfólios, do diálogo entre o estudo em curso e outros já realizados por outros autores. Destacam-se, no excerto, as atividades efetuadas nos portfólios dos alunos, as quais já foram estudadas e analisadas por outros estudiosos: "Biografia Matemática (adaptado de Santos (2005)); Abertura do Tema (adaptado de Santos (2005)); Diário de Bordo (adaptado de Passerino, Carneiro e Geller (2005)); Glossário (adaptado de Santos (2005); Smole e Diniz (2001))". O autor evoca esses estudiosos, adaptando as teorias ao seu estudo. Para que o leitor conheça os trabalhos que esses autores já desenvolveram, seus nomes são explicitados nas referências bibliográficas, não havendo evidências ou parágrafos teóricos sobre suas teorias.

Um dos autores adaptados pelo pesquisador foi Mesquita (2001), que escreveu o artigo científico *A escrita matemática: espaço para aprendizagens que fabricam conhecimentos*. Na leitura desse texto, percebe-se que a autora buscava entender formas de aprendizagem que fabricassem significados nos estudantes, ativando a escrita e reconhecendo sua importância na matemática. Diante de todo o percurso de pesquisa interpretativa que realizou, a estudiosa concluiu planos de intersecção entre a escrita simbólica matemática e a linguagem natural e foi a partir desse resultado alcançado que o pesquisador do artigo de Exatas, analisado nesta tese, propôs atividades envolvendo "resolução de problemas em duas colunas, uma, em linguagem matemática, e, outra, em linguagem natural" (p. 517). A novidade marcada é justamente o fato de o

pesquisador, após realizar leituras dos teóricos, adaptar atividades de acordo com os aportes lidos.

7.1.3.1.2.6 Inserção na comunidade científica

7.1.3.1.2.6.1 Inserção na comunidade científica nos resumos

A marca de inserção na comunidade científica é bastante evidente no decorrer dos artigos científicos das áreas estudadas. No entanto, apenas três áreas apresentam a preocupação em inserir o estudo em um aporte teórico definido, desde o resumo, a saber: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Exatas.

Para que haja a produção científica e a circulação do conhecimento, o estudo tem a necessidade de estar inserido em um contexto maior de produção da ciência, ou seja, em uma comunidade acadêmica. As vozes e as marcações de autores, de correntes teóricas e de aporte teórico são expostas como formas de dar credibilidade ao texto apresentado, havendo o uso do discurso citado, da menção ao autor que pode marcar um consenso latente dentro da esfera. As áreas de Ciências Exatas e Linguística demarcam claramente a ancoragem em uma filiação teórica:

> A formulação e a aplicação da pesquisa, bem como a análise dos resultados e as conclusões foram **baseadas no enfoque histórico-cultural de Vigotski e estudos sobre a linguagem matemática e a utilização da Leitura Escrita nas aulas de Matemática**, de diversos pesquisadores (Ciências Exatas, p. 513, grifos nossos).

> O corpus, analisado **segundo perspectiva discursiva de linha francesa**, se compõe dos primeiros artigos publicados para divulgar resultados de pesquisas, realizadas no Brasil, sobre redações de vestibular (Linguística, Letras e Artes, p. 283, grifos nossos).

Existem marcadores de referência, como “baseado em”, “segundo”, que retomam o conhecimento da comunidade para mostrar inserção do sujeito dentro do contexto maior de pesquisa. Evidenciar a corrente ou o estudioso em que o estudo se ancora constitui uma estratégia a favor da credibilidade e do conceito de cientificidade (CORACINI, 1991).

No caso das Ciências Humanas, alternativas e críticas para as possíveis respostas ao título do artigo serão “apoiadas pelo autor”, conforme já mencionado, evidenciando que ele se encontra dentro de uma comunidade maior que apresenta outras

posturas, mas que possibilita a ele delimitar apenas umas das respostas possíveis: "**Especificamente**, abordam-se as respostas que partem de uma natureza humana determinante [...]".

7.1.3.1.2.6.2 Inserção na comunidade científica nas introduções

As introduções dos artigos de Exatas, Sociais, Engenharia, Saúde e Humanas apresentam marcas de inserção dos trabalhos na comunidade científica, isto é, indicam que estão inseridos em uma esfera maior que delimita a realização do estudo, a escolha da temática etc. Ao analisar os artigos, a relação de inserção na comunidade científica denota alguns valores. No caso do artigo de Ciências Exatas, tem-se marca de inserção no:

> [...] embasamento teórico da formulação, da aplicação e do acompanhamento da pesquisa, bem como da análise dos resultados e das conclusões, foi feito **à luz do enfoque histórico-cultural de Vigotski** (1998, 2001), da mesma forma que de estudos realizados recentemente sobre a linguagem matemática e a utilização da Leitura e Escrita nas aulas de Matemática, por **diversos pesquisadores, como Corrêa (2005), Fonseca e Cardoso (2005), Malta (2004), Mesquita (2001), Pimm (1999), Santos (2005) e Smole e Diniz (2001)** (Exatas, p. 514-515, grifos nossos).

Ao contrário da relação dialógica de conhecimento científico consensual, que não aponta explicitamente os autores usados (por exemplo, fazendo uso de referências genéricas, pressupondo que o leitor conheça o assunto), no caso da inserção na comunidade científica, existem evidências explícitas de que há vínculo entre a individualidade do trabalho e o todo que envolve sua produção.

No caso das Exatas, a inserção está marcada no momento de enunciar o aporte metodológico do estudo: "enfoque histórico-cultural de Vigotski"; ao invés de expor genericamente que "diversos pesquisadores" fazem estudo da temática abordada no artigo, há a ampliação e a especificação disso por meio da citação dos estudiosos que se voltam para a perspectiva seguida pelo pesquisador: "Corrêa (2005), Fonseca e Cardoso (2005), Malta (2004) [...]". Em razão de o espaço na introdução ser bastante breve, no caso das Exatas, a inserção se dá apenas para indicar o embasamento teórico, havendo a explanação e a retomada dos autores mencionados no decorrer do artigo.

A área de Sociais apresenta sua inserção na comunidade científica principalmente por meio da citação de autores em notas de rodapé. No primeiro

parágrafo da introdução, menciona-se que existe um conjunto de reformas econômicas e ideopolíticas que são objeto de diversas pesquisas (consenso), dispensando uma explanação sobre o tema. O pesquisador destaca, em nota de rodapé, que, para haver maior aprofundamento do estudo, sejam lidos autores como:

> HARVEY, D. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural [...]; CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. [...]; IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social [...]; entre outros (Sociais, p. 132).

Essa forma de retomar autores e ideias que circundam o assunto é uma maneira de evidenciar aos leitores que o trabalho está inserido em um âmbito maior de estudo e que há credibilidade para se trabalhar uma temática, tendo em vista o número de pesquisas mencionadas. Enquanto a área de Sociais vai inserindo aos poucos os autores, sugerindo leituras por meio das notas, a área da Saúde faz uso de referências numéricas no decorrer de cada parágrafo de toda a introdução, todo o discurso que menciona vem fundamentado pelo dizer de outro estudioso:

> Nos primeiros estudos sobre SM, predominantemente com abordagens qualitativas, foram entrevistados profissionais, individualmente ou em pequenos grupos **(9)**. Diferentemente, um instrumento denominado Moral Distress Scale (MDS) (**4**) vem sendo aplicado em estudos quantitativos, em distintas realidades (**10-14**) (Saúde, p. 3, grifos nossos).

O excerto apresenta quatro referências numéricas, indicadas ao final do artigo, que evidenciam que, para a sua realização, houve leitura e estudo de teóricos da comunidade científica que examinam a temática do sofrimento moral.

Já na área de Engenharias, a relação dialógica de inserção está presente em alguns parágrafos da introdução, nos momentos em que se tem o histórico sobre Orós:

> Desde o tempo do império brasileiro, a barragem de Orós foi uma fonte de reflexões. Somente no período republicano, nos primeiros anos da Inspeção Federal de Obras Contra a Seca, fundado em 1909, foi estudado e concluído o projeto da barragem, destruído por um incêndio em 1912[77] [...] (Engenharias, p. 406, tradução minha).

[77] "*Since the time of the Brazilian empire, the dam Orós was a source of reflections. Only in the Republican period, in the early years of the Federal Inspectorate for Works Against Drought, established in 1909, it was studied and completed the draft of the dam, destroyed by fire in 1912* […]" (Engenharias, p. 406).

Boch (2013) concebe esse quadro histórico como uma forma de indexar o objeto do estudo às correntes ou a outros autores que abordam o assunto, como "Araújo, 1990", citado ao longo do artigo. A marca de historicidade é evidenciada essencialmente pelo uso de verbos no pretérito, como "foi", "foi estudado e concluído".

A área de Humanas faz uso da relação de inserção justamente ao evidenciar o recorte de uma perspectiva em função de haver outras existentes:

> [...] só desenvolverei **uma das modalidades possíveis** de respostas à pergunta contida no título, isto é, as concepções que atribuem os comportamentos humanos ao impacto de uma natureza humana, bem como as críticas a elas. **Ficarão de fora quase inteiramente**, então, múltiplos elementos que apareceriam se fossem discutidas posturas de outros tipos, por exemplo, **o impacto das ideologias, representações coletivas e programações sociais do comportamento sobre as ações humanas** (Humanas, p. 19, grifos nossos).

O próprio autor é responsável por indicar que apenas uma modalidade de tratamento da temática será abordada "**uma das modalidades possíveis** de respostas à pergunta". No entanto, não deixa de mencionar outros elementos que poderiam ser discutidos, como "o impacto das ideologias", fato que evidencia e situa o trabalho em um universo acadêmico que estuda a temática.

7.1.3.1.2.6.3 Inserção na comunidade científica na fundamentação teórica

Ao tratar da inserção na comunidade científica na fundamentação teórica são destacadas três áreas: Humanas, Linguística e Sociais, já que seus artigos apresentam, especificamente, uma seção destinada à exposição de teorias[78]. As outras áreas também apresentam suas teorias, no entanto embutidas em outras seções, como na introdução.

É possível afirmar que o momento de retomada teórica nos artigos analisados se configura como forma de inserção em uma comunidade maior de estudo, haja vista que a seção de fundamentação teórica tem a função de utilizar, de reconhecer e de dar crédito à criação intelectual de outro autor. Trata-se, então, de "uma questão

[78] As outras áreas de conhecimento citam a utilização de teóricos, seja na introdução, seja no desenvolvimento do estudo, fazendo uso de recursos de referências parecidos com os apresentados pelas áreas mencionadas. No entanto, para me referir à inserção na comunidade científica presente na seção de fundamentação, optei pelos artigos que destinam um espaço específico para abordá-la.

básica de ética acadêmica e de consciência sobre o grau de ineditismo da nossa pesquisa, pois demonstramos saber que não estamos 'reinventando a roda'" (MOTTA-ROTH; HEDGES, 2010, p. 90).

No caso da Linguística, a seção de fundamentação é bastante breve, tendo como foco maior situar o trabalho dentro de uma área específica, "segundo perspectiva discursiva de linha francesa" (p. 284). O autor, então, destaca os dois estudiosos que nortearão o seu estudo, a saber, "Foulcault e Maingueneau" (p. 284), demonstrando a concordância do pesquisador com as ideias expostas pelos teóricos:

> [...] **em acordo com a perspectiva foucaultiana**, não se trata de procurar uma origem a partir da qual um processo contínuo levou à construção gradual de um novo objeto de estudos na área em questão, mas parte-se do princípio segundo o qual que a constituição do fenômeno em dado de pesquisa se fez em função de uma determinada (re)organização discursiva [...]
> **Segundo o autor** [Maingueneau], a interdiscursividade se desenvolve como uma situação de delimitação recíproca entre discursos, fundamentada em relação polêmica. O discurso se constrói, assim, a partir de relações interdiscursivas, o que o caracteriza como essencialmente heterogêneo (Linguística, p. 285, grifos nossos).

O discurso relato é utilizado por meio de referências nominais aos autores, que são antecedidas de expressões como "em acordo com; segundo o autor". O pesquisador, a fim de utilizar a palavra do outro, realiza todo um trabalho de reformulação interior, de síntese das informações, transformando o dizer do outro, colocando-o a serviço do próprio objetivo, da nova situação de interação (CORACINI, 1991). Isso é evidente, principalmente, na paráfrase da teoria da "interdiscursividade" apresentada pelo pesquisador, com base em Maingueneau, uma vez que se escolhe um dos assuntos estudados pelo autor e que serve de fundamento para o estudo da constituição discursiva sobre as redações escolares. No caso analisado, ao situar a pesquisa na fundamentação teórica, sinaliza-se qual parcela da grande área é mais diretamente relevante para o estudo. Dentro da linha maior de estudo da análise do discurso de linha francesa, foca-se na interdiscursividade, na constituição do discurso no decorrer do tempo.

No caso de Humanas e Sociais, a teoria vem imbricada em meio à análise, tendo em vista que se voltam ao estudo de leis que regem o trabalho do assistente social, no caso das Sociais, e ao estudo das teorias que abordam a natureza humana, no caso

das Humanas. De qualquer forma, as áreas servem-se do discurso do outro para discutirem as temáticas.

A área de Sociais faz menção basicamente às leis e às resoluções para fundamentar o trabalho do assistente social. Destaca-as, trazendo autores para complementar o que é dito, assim como referências, em nota de rodapé, como forma de indicar ao leitor leituras que podem ser feitas a respeito do assunto, ampliando o repertório, ou indicando que o que foi dito tem respaldo em lei, conforme se destaca:

> A Política Nacional de Fiscalização constituiu-se como o produto advindo da necessidade de dinamizar a organização de estratégias políticas e jurídicas unificadas na perspectiva de defesa, valorização, publicização e fortalecimento da profissão [...]**18**
> [nota] **18. O artigo 5º, parágrafo 1º, da Resolução n. 512/2007**, estabelece que "a ação fiscalizadora dos Cress deve ser definida em conformidade com a Política Nacional de Fiscalização do conjunto CFESS/Cress articulando-se as dimensões: afirmativa de princípios e compromissos conquistados; político-pedagógica; normativa e disciplinadora" (Sociais, p. 144, grifos nossos).

O pesquisador aborda, com suas palavras, o que entende por "Política Nacional de Fiscalização", mas, ao mesmo tempo, aponta para o leitor que aquilo que diz constitui uma Resolução maior, por meio da nota de rodapé, a qual é utilizada com frequência na área de Sociais, demarcando a heterogeneidade e a inserção na comunidade científica.

Outra forma de indicar a heterogeneidade é por meio do discurso relatado, ou seja, formas de dizer que vão indicar conformidade ou concordância do pesquisador com algum estudo, como em "**De acordo com** informações colhidas no "Observatório das 30 horas(**9**) podemos verificar que [...]"; [nota] 9. Instrumento eletrônico criado pelo CFESS para acompanhar a implantação da jornada de 30 horas semanais. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 23 fev. 2012." (p. 138, grifos nossos). O discurso relato é evidenciado pelo uso "de acordo com", que indica que os dizeres estão fundamentados em informações colhidas a partir de um instrumento eletrônico, emprestando ao texto uma "voz de autoridade e posicionamento intelectual" (MOTTA-ROTH; HEDGES, 2010, p. 90). O pesquisador utiliza a palavra do outro para discutir, para melhor fundamentar seus argumentos, para mostrar que está a par das pesquisas no seu campo de estudo (CORACINI, 1991).

Da mesma forma, a área de Humanas faz uso das notas, mas em maior número, totalizando sessenta e cinco. Em função de discutir a natureza humana por meio dos enfoques naturais e sociais, o autor carrega seu texto com diversos discursos que ora defendem ora criticam as perspectivas. Um exemplo da utilização do discurso do outro:

> Nos estudos da hominização biologicamente considerada, como de quaisquer outros processos evolucionários, a ênfase tendeu a passar das espécies em competição entre si para a percepção destas últimas como **"massas complexas de redes de indivíduos reprodutores"**, alegando que, afinal, **"é sobre os indivíduos que a seleção natural opera"**, já que são indivíduos os que se reproduzem, passando seus genes às gerações seguintes. **5 Em outras palavras**, os indivíduos competem entre si no interior de uma mesma espécie [...] **Para Robert Hinde**, em matéria de comportamento dos primatas não humanos, bem como dos próprios humanos, o mais importante seria sublinhar a dialética entre os indivíduos, suas interações e o sistema que emerge destas últimas. **6**
> Temos aí uma postura não muito diferente da de **Pierre Bourdieu**.
>
> **[notas]** 5 FOLEY, Robert. *Os humanos antes da humanidade: Uma perspectiva evolucionista.* [...]; 6 HINDE, Robert A. Interactions, relationships and social structure. *Man*, n. 11, 1976, p. 1-17; HINDE, Robert A. *Primate social relationships: An integrated approach* [...] (Humanas, p. 21, grifos nossos).

Esse excerto exemplifica basicamente o que o pesquisador realiza no decorrer de seu estudo. Ele inicia tratando de um assunto específico, como a visão biológica da natureza humana, intercalando, em seu texto, o discurso direto, advindo de outro estudioso, haja vista a utilização das aspas nos dizeres, como em "massas complexas de redes de indivíduos reprodutores". Ao final de suas afirmações, que focam basicamente no caráter naturalista, destaca-se a nota de rodapé número cinco e o leitor percebe que o seu discurso relacionou-se com o de "Foley" presente na página "171", uma vez que se fez uso da citação direta. Há, assim, o imbricamento de vozes, a relação entre dizeres, de forma a indicar que o pesquisador se qualifica como membro de um determinado conhecimento, mesmo que não coadune das afirmações centradas no naturalismo, indicando preferência pelo viés social da natureza humana, conforme indicará no decorrer do estudo. De qualquer forma, o pesquisador avalia o que se tem feito sobre o assunto e coloca o discurso citado "em outras palavras", isto é, em suas próprias palavras: "os indivíduos competem entre si no interior de uma mesma espécie

[...]". O movimento discursivo, assim, é iniciado pelo dizer do pesquisador, depois, pela retomada de algum estudioso e mistura de suas ideias, fechando com sua avaliação a respeito do que foi dito.

Outro elemento a ser destacado é que se faz menção ao autor, como em "Para Robert Hinde", mas não há indicação do ano do estudo, como ocorre nos trabalhos acadêmicos baseados na ABNT: "Hinde (1976)". Talvez seja um estilo próprio do autor, que foi aceito pelo periódico, tendo em vista que não se trata de uma norma estabelecida para submissão do texto. Há, então, três autores mencionados em apenas um parágrafo do texto, "Foley"; "Hinde"; "Bourdieu", que emprestam uma voz de autoridade ao texto e que dialogam entre si, mediados pelo pesquisador que os selecionou, tendo em vista sua relevância para o trabalho.

7.1.3.1.2.6.4 Inserção na comunidade científica na metodologia

A relação de inserção presente na metodologia das áreas de Saúde e Exatas ressalta o diálogo estabelecido entre pesquisador e estudiosos, a fim de pensar as formas de organizar o desenvolvimento da pesquisa.

No caso das Exatas, o pesquisador utiliza o portfólio como instrumento para o trabalho com a leitura e a escrita no ensino médio. Ao descrever de que forma o portfólio foi constituído, expõe que as atividades foram "adaptadas" (p. 517) de outros autores, "Biografia Matemática (adaptado de Santos (2005)); Abertura do Tema (adaptado de Santos (2005))". O autor evoca estudiosos, adaptando as teorias por eles postulas ao seu estudo. Essa postura retrata uma forma de mostrar a inserção em uma comunidade maior que realiza estudos sobre o assunto.

Da mesma forma, a área da Saúde, ao indicar como as questões do questionário seriam analisadas, validou-as em constructos extraídos de outros estudiosos, conforme se verifica pelas referências numéricas que são colocadas logo após suas indicações:

> As 23 questões do instrumento foram validadas em cinco constructos, denominados nesta pesquisa como: *falta de competência na equipe de trabalho,* definido como ausência de habilidade ou competência técnica que cada categoria profissional deveria apresentar ao executar uma atribuição própria da sua profissão **(11)**; *negação do papel da enfermagem como advogada do paciente,* definido como o potencial

> não utilizado pela enfermagem para reivindicar os direitos dos pacientes **(17)** [...] (Saúde, p. 4, grifos do autor e nossos).

Os numerais em negrito se referem aos autores utilizados e que serviram de fundamento para o estudo. Esse procedimento revela o consenso do autor com os teóricos estudados, isto é, toma-se a palavra do outro, torna-a sua, tendo em vista o estudo a ser realizado. A marca de diálogo entre os autores se dá pela numeração, não há indicação do nome dos teóricos no texto, verbos que indicam citação etc..

Outro elemento que caracteriza a inserção do trabalho em um contexto maior de produção científica é o fato de mencionar o papel do "Comitê de Ética em Pesquisa". Ao fechar a metodologia, o pesquisador informa ao leitor: "O projeto foi antecipadamente **julgado** e **aprovado** pelo **Comitê de Ética em Pesquisa**, com Parecer nº70/2010" (Saúde, p. 4, grifos nossos). Esse dado responde diretamente àquilo que as normas de avaliação dos pareceristas postulam: o trabalho "respeita legislação para pesquisa envolvendo seres humanos" (Quadro 9 desta tese), indicando que ele pode estar inserido no contexto acadêmico, já que pesquisas envolvendo seres humanos devem passar pela aprovação do Comitê, gerando-se um parecer, conforme consta: "Parecer nº70/2010".

7.1.3.1.2.7 Relação de questionamento da teoria existente

7.1.3.1.2.7.1 Relação de questionamento da teoria existente nos resumos

Essa relação se volta para o questionamento presente no resumo quanto às teorias existentes e que o estudo busca analisar, funcionando como uma forma de testar o que já é corrente na área e o que pode ser ampliado por meio do estudo. Duas áreas utilizam tal relação, a saber: Ciências Sociais e Engenharias.

O resumo de Ciências Sociais comenta as salvaguardas jurídico-políticas disponíveis e avalia o aparato existente, construído historicamente pelos assistentes sociais, verificando se o aparato "é suficiente para melhor qualificar seu fazer profissional e contrapor-se aos níveis de desemprego e precariedade do trabalho". Essa forma de construção da sentença demarca uma noção de questionamento daquilo que já se tem, buscando evidenciar se o aparato é suficiente para que se possam qualificar os profissionais. Com essa mesma perspectiva, tem-se a ideia presente no resumo das Engenharias, que objetiva apresentar a aplicação prática de conceitos e alguns métodos

de análise de risco, para verificar a possibilidade de superação da lâmina d'água de projeto no vertedouro da barragem Orós, pelo excesso de vazão afluente. Para que isso aconteça, o artigo buscou avaliar "as fórmulas empíricas do projeto original", ou seja, partiu-se de algo já existente, questionando-se a teoria apresentada, a fim de que novas possibilidades de estudos fossem geradas.

Por meio do levantamento realizado foi possível delimitar sete tipos de relações dialógicas nos artigos científicos das áreas do conhecimento. As relações encontradas assim como as áreas dos artigos nas quais ocorrem são destacadas na sequência:

Quadro 35 - Relações dialógicas estabelecidas no interior dos artigos científicos das áreas

RELAÇÕES DIALÓGICAS	ÁREAS
DIÁLOGO COM CONHECIMENTO CIENTÍFICO CONSENSUAL	Sociais Exatas Engenharias Humanas Linguística Saúde
RELAÇÃO DE PERGUNTA E DE RESPOSTA	Humanas
CONCORDÂNCIA COM ENUNCIADOS ALHEIOS	Linguística Humanas Saúde Sociais Exatas
DISCORDÂNCIA DOS DISCURSOS ALHEIOS	Humanas Saúde
MARCA DE NOVIDADE	Sociais Saúde Humanas Engenharias Exatas Linguística
INSERÇÃO NA COMUNIDADE CIENTÍFICA	Humanas Linguística Exatas Sociais Engenharias Saúde
RELAÇÃO DE QUESTIONAMENTO DA TEORIA	Sociais Engenharias

Fonte: A autora.

Diante do exposto, verifica-se que as relações dialógicas mais recorrentes nos artigos das áreas e que estão presentes em todos eles são a inserção na comunidade científica, o diálogo com conhecimento científico consensual e a marca de novidade.

Embora sejam áreas específicas de conhecimento, as relações dialógicas mostram-se semelhantes, tendo em vista o objetivo maior do gênero artigo científico: reportar um estudo, fazer o conhecimento circular, causando impacto na área de conhecimento.

O leitor do artigo precisa estar convencido de que o estudo realizado tem relevância para a área de saber em que a pesquisa se inscreve, logo há a busca incessante para inserir o trabalho no contexto de produção da comunidade científica, por meio da menção aos teóricos, às pesquisas já elaboradas, mesmo que seja de forma genérica, como ocorre no diálogo com conhecimento consensual. Além da necessidade de se enquadrar dentro de uma esfera maior acadêmica, respondendo às suas necessidades, o texto deve apresentar algo inédito, que seja relevante para o periódico e, consequente, que atraia a atenção dos possíveis leitores da área.

Ao tratar da inserção do texto na comunidade científica, é possível afirmar que vários recursos, tanto linguísticos quanto discursivos, podem ser utilizados para delimitar essa relação: uso de referências nominais, elemento mais utilizado como forma de evidenciar os teóricos e as pesquisas que vêm sendo produzidas na área, fazendo que o texto se insira na comunidade maior de produção da ciência; uso de notas de rodapé para especificar alguma informação extra sobre o estudo ou para evidenciar a referência na íntegra; uso de referências numéricas que levam à mistura dos discursos do pesquisador e do teórico consultado sem se definir quem é o dono da palavra. De acordo com Coracini (1991), o uso e a profusão de notas, de referências e de citações constituem uma estratégia a favor da credibilidade e do conceito de cientificidade. A intenção no uso dos discursos relatados parece ser "mostrar a importância e a pertinência da própria experiência, situá-la no conjunto de pesquisas da mesma área, enfim, conseguir adesão do outro (leitor-cientista) à própria tese" (CORACINI, 1991, p. 170).

O uso das referências bibliográficas, ao final dos artigos, pode indicar inserção do estudo na comunidade científica, tendo em vista que se espera que a teoria mencionada seja adequada à temática abordada. De acordo com Coracini (1991), caso algumas referências tidas como fundamentais no âmbito da especificidade não se encontrem no texto, o leitor poderá concluir que o pesquisador não está informado e que "suas palavras são pouco dignas de crédito" (p. 170). Da mesma forma, um número limitado de citações pode levar a concluir que o pesquisador não conhece as fontes de

informação que a comunidade científica considera como relevantes, "dados estes que seriam indispensáveis para a valorização do seu texto e, consequentemente, força persuasiva" (p. 170). Sendo assim, a questão da referência aos estudos da área atua como elemento que insere o texto em um contexto maior da ciência, atribuindo a ele credibilidade àquilo que é lido.

As relações de discordância dos discursos alheios e de relação de pergunta e resposta são as menos utilizadas. No caso da discordância, a justificativa para o pouco uso pode advir do fato de que se deve estabelecer boa relação entre os agentes da esfera acadêmica, mantendo o diálogo amigável entre os autores. Dessa forma, busca-se somente realizar contestações sutis de algumas ideias, conforme observado nas análises. O fato de não haver tanta discordância nos textos justifica também a baixa recorrência da relação de questionamento da teoria, realizada somente pelas áreas de Sociais e de Engenharias, haja vista que a busca maior está em evidenciar o que se tem na acadêmica e trazer algo inédito para complementar os estudos existentes.

A área de Humanas, por exemplo, faz uso da discordância, pela própria característica do estudo que traz diálogos entre teorias que abordam a natureza humana, a partir de duas perspectivas: natural e social. Em razão disso, ao mesmo tempo em que discorda, o pesquisador concorda, fazendo uso da relação de concordância com enunciados alheios.

A busca, então, para que o estudo esteja de acordo com aquilo que postula a esfera científica leva à segunda relação dialógica mais recorrente: a de concordância com os discursos. Ao mesmo tempo em que o pesquisador se insere em um universo de pesquisa e discute teorias, ele as confirmam, colocando-as em diálogo com seu pensar e com outros sujeitos que tratam da mesma temática.

A relação de pergunta e de resposta ocorre apenas na área de Humanas, haja vista que o próprio texto é construído a partir dessa relação dúbia de perguntar e responder, visando à alteridade dos discursos que se faz tão marcada no decorrer de todo o texto. Conforme Souza e Albuquerque (2012), a compreensão dos temas que se quer investigar em pesquisas de Ciências Humanas ocorre por meio de confrontos de ideias e negociação de sentidos possíveis entre o pesquisador, as teorias etc. Assim, a alternância de perguntas e respostas fazem da pesquisa um processo vivo de produção de sentidos sobre os modos de perceber a natureza humana, pois o pesquisador não

apenas pergunta para obter respostas para os objetivos traçados no início do texto, mas, ao perguntar e também responder, "posiciona-se como um sujeito que do lugar de pesquisador traz perspectivas e valores diversos" (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 308), tanto que, em vários momentos do texto, coloca-se como "eu" do discurso.

Esta seção tratou dos elementos que atribuem aos discursos escritos um caráter heterogêneo, perpassando eixos analíticos, a saber: a materialidade discursiva dos artigos científicos, efetivada por meio de resumo constituído por subseções; número variado de autores e filiações; artigo produzido em língua inglesa; recursos verbo-visuais; estudo aprovado pelo Comitê de Ética; tipo de pesquisa; variação de número de páginas e referências. Além disso, há a questão do objetivismo e do subjetivismo marcada na escrita acadêmica das áreas, o monologismo/ o dialogismo, a alteridade e as relações dialógicas na escrita.

No início do capítulo, afirmei que, ao final das explanações a respeito dos elementos que possibilitam a heterogeneidade, seria possível explanar se a busca pela diferença, em detrimento do estilo uniforme da produção escrita, constitui-se como uma forma de transpor a "socialização acadêmica" (LEA; STREET, 2006).

É possível afirmar que há uma tentativa em ir além da socialização acadêmica, ou seja, romper com a noção de homogeneidade da escrita, de estilo uniforme, que concebe a academia como cultura homogênea, com normas de escrita prontas para serem aprendidas e aplicadas. Embora alguns elementos que constituem os textos apresentem maior fidelidade às normas dos periódicos (como resumo constituído por subseções, número variado de autores e filiações, artigo produzido em língua inglesa, recursos verbo-visuais etc.), não destoando do esperado pelas normas dos periódicos e pelos pressupostos de escrita que circundam a esfera acadêmica, eles são responsáveis também por tornar diferentes as escritas dentro das áreas de conhecimento, tendo em vista que, por exemplo, o artigo da área de Engenharias opta por apresentar seus resultados por meio de tabelas, utiliza fortemente a linguagem verbo-visual, enquanto outras áreas focam predominantemente na linguagem verbal. Nesse sentido, os elementos presentes na constituição material do texto auxiliam no entendimento do artigo, assim como são influenciados pela realidade da comunidade científica da qual o texto faz parte.

Ao abordar a subjetividade e a objetividade discursiva, há marcas subjetivas/individuais dos pesquisadores dos artigos, principalmente no artigo de Humanas, fazendo que se reforce o aspecto dialógico da escrita, em detrimento do monologismo tão postulado pela academia, que impõe a neutralidade e o apagamento do sujeito enunciador. Esse fator pode ser concebido como uma forma de "oposição" ao discurso neutro, centrado na socialização acadêmica, que foca a escrita do gênero na aculturação do sujeito à comunidade científica, construindo um presumido de que basta aprender as regras básicas de escrita do gênero determinado para reproduzi-lo em todos os outros.

Conforme Corrêa (2011, p. 339), parte-se da noção de que o sujeito aculturado a um domínio de especialidade adaptaria "automaticamente sua escrita às mudanças de discursos e gêneros internas a esse domínio e, além disso, estaria, também, apto para adaptá-la aos diferentes discursos e gêneros de outras especialidades". No momento em que o sujeito se evidencia por meio de sua escrita, ele rompe com a noção de adaptação automática aos princípios impostos pela academia, estabelecendo diálogos entre aspectos científicos e sua posição em relação ao que expõe. Nesse sentido, abre-se espaço para o conceito de letramento acadêmico (LEA; STREET, 2006), o qual considera a natureza controvertida da escrita acadêmica e a escrita particular do sujeito. Nesse sentido, Lea (1999) desafia o modelo de transmissão e de assimilação de informações, no qual se espera que, individualmente, os sujeitos interiorizem o conhecimento e transmitam-no para o texto, possibilitando-se que haja evidências e diálogos entre os discursos científicos e os discursos do próprio sujeito.

Posto isso, a heterogeneidade marcada discursivamente remete à noção de que os modelos de letramento propostos por Lea e Street (2006) (modelo das habilidades, modelo da socialização acadêmica e modelo do letramento acadêmico) são interdependentes. Isso ocorre porque, de acordo com a situação social de produção do texto, são estabelecidas normas para produzi-los, como a sua forma composicional, fato que leva o sujeito à necessidade de desenvolver certas habilidades de leitura e de escrita específicas do contexto acadêmico, a fim de engajar-se nos modos de uso da escrita valorizados pelas disciplinas, pelas áreas temáticas, dentre outros fatores, partindo para a socialização dos saberes.

Não se podem desconsiderar, contudo, os valores individuais dos sujeitos, verificados pelas marcas pessoais deixadas no texto, por exemplo, de Humanas. Há, assim, nesta área, a evidência do diálogo entre esses modelos; já nas outras, há poucas nuances de subjetividade, rendendo-se apenas àquilo que é norma e está estabelecido como correto para a escrita científica. Esta pesquisa, assim, volta-se justamente para a diferenciação entre áreas de conhecimento, mostrando que a produção científica vai além de estruturas prontas e homogeneizadoras, trazendo em si valores e crenças tanto da comunidade a que pertence quanto do sujeito autor.

Ao considerar as relações dialógicas mencionadas, é possível ainda vincular algumas delas a motivações maiores, em função dos critérios dos pareceres dos avaliadores dos periódicos[79], segundo consta na seção seguinte.

7.2 RELAÇÕES DIALÓGICAS ESTABELECIDAS NOS ARTIGOS E AS NORMAS DE AVALIAÇÃO DAS REVISTAS

Diante das relações dialógicas observadas e das funções que exercem para a produção e a circulação dos textos na esfera acadêmica, é possível afirmar que algumas delas respondem diretamente às normas de avaliação dos pareceristas das revistas dentro das áreas. Assim, essas atitudes dialógicas são tomadas em função do gênero discursivo artigo e dos seus contextos de produção, ilustrados pelos critérios estabelecidos na avaliação realizada pelos pareceristas dos periódicos. Destaco, na sequência, as relações dialógicas e as normas dos avaliadores, de acordo com cada área de conhecimento, verificando de que forma uma responde à outra.

Na seção anterior, constatou-se que as relações dialógicas mais explicitadas nos artigos das áreas foram diálogo com o conhecimento científico consensual, marca de novidade e inserção na comunidade científica. Ao analisar os critérios de avaliação considerados pelos pareceristas, constatam-se alguns itens que fazem realmente que o texto seja constituído por diálogos, conforme se observa no quadro a seguir:

[79] As normas de avaliação usadas pelos pareceristas são as mesmas destacadas no quadro 10, da seção 4.2.3.

Quadro 36 - Relações dialógicas com maior recorrência e as normas de avaliação dos periódicos

RELAÇÕES DIALÓGICAS	ÁREAS	NORMAS DE AVALIAÇÃO
DIÁLOGO COM CONHECIMENTO CIENTÍFICO CONSENSUAL	Sociais	Referencial teórico e apropriado.
	Exatas	Referencial teórico e apropriado.
	Engenharias	(não houve disponibilidade das normas)
	Humanas	- Tema adequado ao escopo da revista; - Atinge públicos além dos especialistas; - Pode ser lido, disseminado e citado.
	Linguística	Coerência com a proposta da revista.
	Saúde	Respeita a legislação para pesquisa envolvendo seres humanos.
MARCA DE NOVIDADE	Sociais	- Ineditismo; - Relevância e originalidade do tema.
	Saúde	Ineditismo.
	Humanas	- Ineditismo; - Relevância e originalidade do tema.
	Engenharias	(não houve disponibilidade das normas)
	Exatas	Artigo contribui para a área de...
	Linguística	Ineditismo.
INSERÇÃO NA COMUNIDADE CIENTÍFICA	Humanas	- Tema adequado ao escopo da revista; - Atinge públicos além dos especialistas; - Pode ser lido, disseminado e citado.
	Linguística	Coerência com a proposta da revista.
	Exatas	Artigo contribui para a área de...
	Sociais	- Atinge públicos além dos especialistas; **-** Respeita legislação para pesquisa envolvendo seres humanos.
	Engenharias	(não houve disponibilidade das normas)
	Saúde	Respeita legislação para pesquisa envolvendo seres humanos.

Fonte: A autora.

No caso do diálogo com conhecimento científico consensual, constata-se o colóquio do texto com a realidade acadêmica de forma bastante genérica, apontando ao leitor evidências genéricas no texto, como "vários autores têm...", "alguns autores descrevem", "a literatura da área demonstra que", que levam o leitor a ter que conhecer realmente a comunidade da qual faz parte. Nesse sentido, as áreas de Sociais e de Exatas avaliam se o texto apresenta "referencial teórico e apropriado", haja vista que as teorias devem permitir ao leitor o conhecimento da temática abordada e o estudo apropriado do assunto.

Quanto à área da Saúde, há o enfoque nos aspectos éticos da pesquisa, avaliando-se se existe o respeito à legislação envolvendo seres humanos, ou seja, se o estudo foi avaliado por um comitê. Apenas o artigo da Saúde demonstrou tal preocupação, porque se trata de uma exigência da área de estudo. Conforme já destacado em seções anteriores, a questão ética é assunto corrente na comunidade

científica, tanto que se estabeleceu o Código de Boas Práticas Científicas (2012), da Fapesp, que é adotado por inúmeras instituições.

A área de Humanas, por sua vez, aborda três normas que denotam o consenso científico: tema adequado ao escopo da revista; atinge públicos além dos especialistas; pode ser lido, disseminado e citado. O primeiro elemento exige do pesquisador a adequação ao escopo do periódico, observando se há vínculo entre a temática proposta e o que é esperado pela revista (único critério esperado também pela área de Linguística). Além disso, o texto deve manter vínculo com um público leitor, ultrapassando os especialistas da área, sendo preciso, então, ser um texto que pode ser lido, disseminado e, consequentemente, citado. Assim, o enfoque recai na comunicação dos saberes que são expostos nos textos, tendo em vista a preocupação da revista em propagar a ciência, as pesquisas e os resultados que são encontrados, fazendo que haja realmente o conhecimento científico consensual, compartilhado pelos sujeitos que participam da esfera científica de estudo.

A área de Engenharias, por não ter suas normas de avaliação compartilhas, não permite a análise e o vínculo com as relações dialógicas.

A relação dialógica denominada marca de novidade também é depreendida das normas dos pareceristas, tendo em vista justamente o ineditismo do texto, que não deve ter sido publicado em outro periódico, havendo, assim, a marca de novidade do estudo. De acordo com Miglioli (2012), a comunidade acadêmica enfrenta incertezas quanto às definições canônicas de originalidade e de ineditismo relacionados aos periódicos, uma vez que dificilmente se definem requisitos de originalidade. É possível ocorrer, no meio acadêmico, a submissão simultânea ou a publicação de um mesmo estudo em veículos de comunicação científica diferentes, fato visto negativamente pela comunidade. Sendo assim, para se evitarem comportamentos contrários aos critérios de originalidade e de ineditismo, as revistas adotam políticas de publicação e de avaliação que consideram para publicação somente artigos que não tenham sido apresentados em outros periódicos.

De acordo com o Editorial publicado pela *Scientia Medica* (2013), há outras questões envolvidas ao tratar do ineditismo, pois muitos periódicos, por exemplo, não aceitam artigos cujos resultados estejam disponíveis em repositórios e bancos de teses e dissertações. Outro exemplo são os textos em anais de evento que são objeto de

divergência entre os periódicos, sendo aceitos por alguns e recusados por outros, pois, hoje, são textos livremente disponibilizados pela internet. Ademais, estudiosos em comunicação científica afirmam que é comum os periódicos não exporem, em suas diretrizes para autores, os significados atribuídos aos termos "original" e "inédito", nem explicitarem o que é impróprio para a publicação.

Miglioli (2012, p. 382) considera que o termo original se volta para um artigo "submetido em termos de manuscrito, ou seja, materiais ainda não editados ou em vias de publicação". Contudo muitas revistas mencionam "inédito" para indicar um material sem precedentes, que ainda não foi reconhecido pela comunidade dos pares" (MIGLIOLI, 2012, p. 382). Ao observar as normas de avaliação dos periódicos analisados, constata-se que a área de Saúde solicita artigos inéditos e as áreas de Linguística, Humanas, Sociais ampliam tal noção com o termo original. Já a área de Exatas apresenta "artigo contribui para a área de...", isto é, deve trazer contribuição para a área de estudo, apresentando um tema relevante.

Ocorre, em tais periódicos, a mesma situação relatada por Miglioli (2012) de os termos original e inédito não serem definidos *a priori* nas seções destinados aos pesquisadores. Além disso, "Apesar do fato de todos considerarem o caráter de originalidade e ineditismo como condição *sine qua non* para o aceite de artigos, não há um acordo entre as publicações quanto ao emprego semântico dos termos em suas diretrizes editoriais, o que pode provocar dúvidas entre os autores" (p. 383). Assim como o autor, infere-se que o artigo original é aquele que não tem duplicata, ou estudo sem precedentes, ao passo que o artigo inédito é aquele que nunca foi publicado em nenhum veículo de comunicação científica. Porém nenhuma revista descreve essas definições em seus textos de escopo e diretrizes, fato que perpetua as dúvidas conceituais.

O foco no ineditismo postulado pelos periódicos advém do critério estabelecido pelo CNPq e pela Capes para a construção de revistas: devem apresentar 80% de artigos científicos originais. Logo, da mesma forma que os artigos refletem, por meio das relações dialógicas, os critérios usados pelos pareceristas, estes refletem o discurso oficial que norteia a construção e continuidade do periódico no cenário acadêmico. Dessa forma, CNPq e Capes, junto à comunidade acadêmica na qual se

insere o periódico, com suas normas avaliativas, constituem-se em um interlocutor terceiro, cuja compreensão responsiva o periódico pressupõe.

Sendo assim, e pensando nas teorias de prática social de letramento acadêmico, concebem-se as atividades sociais de escrita, de produção e de circulação do conhecimento, que se refletem nos periódicos, implicando relações de poder (JONES; TURNER; STREET, 1999). Essas relações de poder são ilustradas pelos diálogos estabelecidos entre os discursos oficiais e os próprios periódicos que necessitam responder ativamente ao que é estabelecido, a fim de promover a continuidade de sua existência na comunidade acadêmica. Para que os periódicos participem ativamente das práticas de letramento presentes no contextos acadêmico, é fundamental que utilizem a linguagem, as normas que são estabelecidas pelos órgãos institucionais, salientando que não apenas os pesquisadores/autores necessitam seguir padrões formais de constituição do texto e do conteúdo, mas que há um elo responsivo que é iniciado pelos discursos oficiais, perpassa os discursos da revistas, sendo refletido no texto produzido pelo pesquisador.

Ao responder aos critérios estabelecidos pelas normas do periódico, o artigo científico insere-se na comunidade acadêmica, concretizando, por meio da escrita, o uso da relação dialógica de inserção. Isso se dá essencialmente nas áreas de Humanas e Linguística pelo "tema adequado ao escopo da revista", havendo coerência entre aquilo que o pesquisador deseja comunicar e o aporte da revista. Além disso, para as Humanas, deve-se atingir o público, ultrapassando os especialistas, podendo ser lido, disseminado e citado. As áreas de Sociais e Saúde mencionam a questão do respeito à "legislação para pesquisa envolvendo seres humanos", haja vista o caráter das pesquisas que, na maioria das vezes, tem como objeto sujeitos. A área de Exatas, por sua vez, busca evidenciar a área de contribuição do estudo, delimitando de qual comunidade discursiva o texto faz parte.

A relação dialógica de pergunta e resposta encontrada no artigo de Humanas dialoga diretamente com o critério dos pareceristas de que o trabalho "induz a novos questionamentos". Isso porque o texto procura, em sua essência, respostas para a questão referente à natureza humana. O próprio pesquisador, em sua introdução, deixa claro ao leitor que abordará "uma das modalidades possíveis de respostas à pergunta

contida no título [...]" (Humanas, p. 19). Assim, explicita-se que há outras maneiras de entendimento, que outras respostas podem ser dadas.

As relações de concordância com enunciados alheios, de discordância dos discursos alheios e questionamento da teoria não apresentam normas correspondentes, tendo em vista que nenhuma das normas de avaliação afirmam que o texto deva apresentar um discurso que concorde ou que discorde de outro. O fato de a grande maioria tender à concordância advém da necessidade justamente da inserção do trabalho na comunidade científica, não sendo possível se opor drasticamente ao que se tem produzido na área. Assim, propõem-se discordâncias sutis, seja para sugerir novo estudo, em oposição a outro, seja para evidenciar uma metodologia diferenciada de algo que já foi realizado. A relação de questionamento da teoria presente nas áreas de Sociais e Engenharias não apresenta correspondência com as normas das áreas, muito embora sejam evidenciadas a fim de que a pesquisa em curso apresente algo diferente dos trabalhos já propostos.

O trabalho realizado de investigação faz que se concebam os discursos dos artigos científicos perpassados por vozes de outros estudiosos, assim como marcado por discursos citados, uso de paráfrases etc. As relações dialógicas permitem o colóquio entre teorias, sujeitos, crenças etc. de acordo com suas áreas de conhecimento, possibilitando inferir que auxiliam na constituição de textos heterogêneos. De acordo com a área e com a seção na qual a relação dialógica é utilizada, ela representa uma função para aquele estudo. Por exemplo, a discordância é usada de forma sutil na área da Saúde para marcar certa oposição a alguma ideia; já na área de Humanas é apresentada de forma mais evidente, haja vista que a temática do estudo carrega a oposição entre teorias sobre a natureza humana, colocando-as em diálogo.

A partir das discussões postuladas, destaco, na próxima seção, a relação de diálogo existente entre os artigos analisados especificamente – plano micro de análise – e os aspectos pontuados pela superestrutura social composta pelos discursos oficiais e pelos discursos das normas de escrita – plano macro de análise.

8 ARTIGOS CIENTÍFICOS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO: DIÁLOGOS COM OS DISCURSOS OFICIAIS E COM AS NORMAS DE ESCRITA ACADÊMICA

Este capítulo busca respostas para a seguinte questão: por que os artigos analisados, independentemente das áreas, tendem mais ao viés objetivo e neutro do discurso escrito, com foco na homogeneidade, do que ao viés heterogêneo, centrado nas diferenças de contextos e áreas de produção? A fim de encontrá-las, serão relacionados os dados dos artigos analisados em diálogo com as normas de submissão dos periódicos, as normas de avaliação dos periódicos, os cursos de escrita e os discursos oficiais, que constituem o interlocutor superior com os quais os artigos entram em contato, vislumbrando serem aceitos e publicados academicamente.

Por meio da observação desses diálogos, opto por organizar a seção em dois momentos: o primeiro aborda a relação entre artigos e normas de submissão, normas de avaliação, cursos de escrita e discursos oficiais, indicando um caráter homogêneo para a escrita, centralizado em um modelo autônomo de letramento e na socialização acadêmica; o segundo volta-se para a discussão a respeito da heterogeneidade, concebendo-a nos artigos como uma forma de transpor à homogeneização da escrita, reforçada e postulada pelos discursos oficiais e pelas normas de publicação.

8.1 LETRAMENTO AUTÔNOMO E MODELO DE SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA: O PRESSUPOSTO DE HOMOGENEIDADE DA ESCRITA

No Capítulo 6, apresentei a relação estabelecida entre os periódicos dos quais os artigos foram extraídos e os discursos oficiais (CF, LDB, PNE, agências de fomento, Capes e CNPq), assim como as normas de escrita, envolvendo normas de submissão, normas de avaliação e cursos de escrita. De forma geral, quanto aos discursos oficiais, os periódicos dialogam e respondem a eles em proporções variadas, sendo bastante evidente a resposta ativa das revistas ao discurso da Capes e do CNPq. Se, de um lado, há resposta dos periódicos, de outro, existem os artigos que constituem esse material e que, consequentemente, podem ser concebidos como a concretização dos discursos oficiais. Se os artigos estão presentes nos números das revistas, é em função

de estarem em consonância com o esperado não só pelo periódico, mas também por todo o universo acadêmico no qual estarão inseridas as práticas acadêmicas.

Esses artigos refletem a busca dos pesquisadores por divulgar as suas crenças sobre determinada realidade ou assunto, de forma que apresentam "liberdade de pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (CF, art. 206, p. 121). É por meio da produção científica que a sociedade brasileira se desenvolve, fazendo que os pesquisadores disseminem, nas realidades das quais fazem parte e nas comunidades acadêmicas, os conhecimentos e as descobertas alcançadas, tornando-se *insiders* (GEE, 1996) em seu contexto social.

No momento em que os pesquisadores se identificam, marcam sua filiação e publicam, podem tornar-se reconhecidos em suas áreas e em seus contextos acadêmicos, sentindo-se membros da comunidade de pesquisa e do universo científico. O fato de os textos estarem em periódicos eletrônicos que são priorizados pelo CNPq e pela Capes e de a revista receber auxílios desses órgãos (tendo em vista a política de financiamento e a política de avaliação), leva o pesquisador a visualizar aquele local de publicação como confiável, reconhecido e que pode lhe dar um retorno acadêmico.

Os artigos analisados respondem aos discursos oficiais, e a sua presença no interior de um periódico A1 possibilita interpretar que são estudos que circulam em suas esferas de conhecimento com a credibilidade que uma revista A1 pode atribuir ao estudo. O foco maior do pesquisador é realizar e divulgar seus conhecimentos e, ao fazer isso por meio de tais instrumentos, consequentemente, tem um reconhecimento acadêmico.

Os discursos do CNPq e da Capes, junto à comunidade acadêmica na qual se insere o periódico, configuram-se em um interlocutor superior, ao qual a revista pode responder ativamente (ou não). Os diálogos estabelecidos entre os periódicos e os discursos permitem compreender o letramento acadêmico envolto por questões como as políticas científicas e as propostas dos discursos oficiais. Há, inicialmente, o discurso oficial postulando normas e posturas de escrita e de pesquisa. Em diálogo, há os periódicos que buscam atender as necessidades impostas, ao mesmo tempo em que abordam temáticas e problemáticas envoltas em sua comunidade acadêmica. Existe, ainda, o sujeito pesquisador que analisa, produz e procura a publicação e a circulação do seu saber dentro da comunidade, fato que o constitui como indivíduo inserido dentro de

sua esfera comunicativa. Todos esses diálogos instaurados representam modos culturais de utilização da linguagem. Há, portanto, relações dialógicas envolvendo todo o processo de produção e de circulação do conhecimento.

Quando se realiza a análise textual dos artigos, observa-se uma homogeneidade em sua forma composicional, que responde às normas de submissão das revistas as quais, por estarem centradas nos aspectos da ABNT para a produção dos artigos, levam a certa padronização de composição dos textos[80] em resumo, introdução, materiais e métodos, resultados, discussão, conclusões. Isso pode ser observado nas normas da revista da Saúde: "Estrutura é convencional, contendo introdução, métodos, resultados, discussão e conclusão, com destaque às contribuições do estudo para o avanço do conhecimento na área de enfermagem". No caso de artigos mais teóricos ou documentais, extrai-se a seção de materiais e métodos, acrescentando-se seções teóricas para discussão.

Independentemente das áreas, há uma normatização de composição dos textos, até mesmo para manter o diálogo coeso e possível entre os membros da comunidade acadêmica, estabelecendo um consenso sobre o modo como um texto acadêmico deve ser apresentado no universo da academia. De forma geral, os artigos responderam ativamente ao aspecto formal esperado pelos periódicos dos quais fazem parte. Isso se vincula àquilo que é estável no gênero discursivo, conforme postulados bakhtinianos.

Ao tratar da escrita acadêmica, Lillis (1999) observa que há uma visão de que as convenções que fazem parte do "senso comum" são transparentes para quem integra a comunidade acadêmica e para quem intenta entrar nela. De certa forma, é possível afirmar que as convenções de escrita acadêmica quanto ao aspecto composicional dos artigos científicos não são totalmente ocultas para os pesquisadores, tendo em vista o foco dado pelos periódicos e pelos cursos de escrita para o estudo da constituição do gênero artigo.

Há, na academia, um consenso bastante evidente de como deve ser a produção acadêmica, assim como demarcam os cursos de escrita *on-line* analisados no Capítulo 4. Muito embora alguns deles se voltem para o ensino da escrita para

[80] Os discursos das agências de fomento têm como foco a forma composicional dos gêneros, voltada para a produção de projetos de pesquisa. Sendo assim, esses órgãos também reforçam o caráter constitutivo do texto somente.

publicação em língua inglesa, nada impede que as normas e as ideias sejam trazidas para a escrita dos artigos em língua portuguesa, já que os elementos são recorrentes nas duas línguas, haja vista a busca pela internacionalização da ciência.

Em âmbito geral, os artigos analisados condizem com as normas que são perpassadas por discursos maiores como o da ABNT e até mesmo pelos discursos que circundam a esfera científica, representados, aqui, pelos cursos de escrita. Eles postulam o estudo da linguagem dos artigos, assim como da composição geral do texto. Independentemente da área ou da nacionalidade, de acordo com Feltrim (2007), a estrutura esquemática do texto é compartilhada pelos membros da comunidade científica, fazendo que a maioria dos cursos de escrita observados estabeleça como um de seus conteúdos programáticos a estrutura global dos artigos. Os artigos analisados, assim, refletem justamente os postulados dos cursos de escrita que, mesmo sabendo da divisão das áreas de conhecimento, não concebem a escrita acadêmica com pontos singulares de acordo com a área.

A escrita acadêmica é concebida, então, como um treinamento, pensando-se realmente nas habilidades, buscando-se a assimilação dos modos de escrever. Ao ensinar o indivíduo a produzir academicamente, conforme um dos cursos afirma: "permitindo o treinamento da escrita", tem-se a noção de letramento mais voltada ao estudo das habilidades (LEA; STREET, 2006), na qual o letramento é entendido como um conjunto de habilidades individuais e cognitivas que os indivíduos têm de aprender e desenvolver, demarcando uma postura de escrita como algo consolidado e pronto. Conceber o letramento apenas nessa perspectiva é desconsiderar questões contextuais, pressupondo o caráter homogêneo da escrita, centrando-a no viés autônomo do letramento, no domínio apenas de habilidades de escrita para publicação.

Nas normas e práticas de ensino da escrita em cursos, tem-se um viés de escrita centrado na homogeneidade, na unificação da escrita e em sua objetividade. Há, em maior ou menor proporção, a busca por um texto objetivo, sem marcas do sujeito enunciador, pontuando características bastante formais em relação à constituição do resumo e à escrita do artigo, conforme se destaca quanto aos critérios de publicação para:

> 1. RESUMOS:
> O resumo, em **terceira pessoa**, deve ser **informativo** com **cerca de 140 palavras** (Sociais, grifos nossos);

> O resumo deve enunciar **claramente**, mas de **forma sintética**, o problema de pesquisa, a abordagem metodológica empreendida, resultados e conclusões (Exatas, grifos nossos);
> Resumo **estruturado em Objetivos, Método, Resultados e Conclusão** (Saúde, grifos nossos);
> Resumo: deve conter entre 200 e 250 palavras e explicitar, em caráter informativo e sem enumeração de tópicos [...] Recomenda-se o uso de **parágrafo único, voz ativa e na terceira pessoa do singular, frases concisas e afirmativas** (Humanas, grifos nossos)
>
> 2. ARTIGOS:
> Introdução deve ser **breve**, definir **claramente** o problema estudado; a população estudada, a fonte de dados e os critérios de seleção devem ser descritos de **forma objetiva** e **completa;** os resultados devem estar **limitados somente** a descrever os resultados encontrados **sem incluir** interpretações ou comparações (Saúde, grifos nossos);
> Artigos em Inglês **claro e conciso;** artigos devem ser **sucintos e cuidadosamente preparados,** tendo preferência tanto em termos de impacto quanto na sua facilidade de leitura (Engenharias, grifos nossos).

A partir dos itens negritados nos excertos, observa-se, em uma visão mais micro de análise, que os textos, de forma geral, tendem ao objetivismo, em detrimento do subjetivismo. Os artigos acabam por responder às normas de submissão que carregam esse teor objetivo e neutro da escrita, havendo uma padronização na forma de produzir os textos, haja vista que, em todos os discursos das áreas, percebe-se esse viés, não se abrindo ao subjetivismo. Até mesmo nas normas de submissão do artigo de Humanas, o resumo deve ser na terceira pessoa do singular, identificando-se um elemento que leva à configuração objetiva do texto.

Ao observar os diálogos estabelecidos entre os discursos que estão refletidos nos artigos, percebe-se a relevância do outro para o processo de escrita acadêmica. No caso do artigo científico, é possível identificar o outro perpassando e influenciando diretamente a escrita do pesquisador, isto é, as normas de submissão, assim como todo o discurso que circunda os sujeitos na acadêmica, influenciam diretamente a produção do texto. Diante da relevância do interlocutor e pensando na produção científica, pode-se tratar da noção do interlocutor "terceiro", idealizado, superior, que pode ser entendido como uma instância concebida como um "enunciador impessoal"; um padrão de comunidade da qual o enunciador faz parte (FURLANETTO, 2012, p. 339-340).

No caso dos artigos analisados, o pesquisador-autor terá como seu interlocutor o avaliador da revista, que irá mediar o processo de escrita para que o

trabalho chegue à publicação, realizando a correção, as intervenções necessárias para uma possível readequação do trabalho. Além dele, ao escrever, o pesquisador-autor terá em mente seu público-alvo – as pessoas que leem periódicos científicos impressos ou digitais (interlocutores virtuais), pertencentes à sua área acadêmica – para o qual adequará a linguagem e incluirá informações apropriadas para sua compreensão. Ao ter seu trabalho aceito ou publicado, o autor-pesquisador se reporta a uma ideologia dominante, a comunidade acadêmica, composta por estudiosos da área, pelos membros do periódico, pelas normas de submissão e de avaliação da revista (interlocutor terceiro) que determinam a conduta da escrita.

Nesse sentido, é possível afirmar que os pesquisadores dos artigos analisados sofrem influência de seus interlocutores no momento de sua produção e de sua circulação, tendo em vista que a palavra é dirigida a alguém. Por esse motivo, seus textos refletem as normas de submissão e até mesmo de avaliação dos periódicos, juntamente com os discursos presentes no universo acadêmico, constituindo-se de acordo com o esperado pela academia. Tem-se a responsividade dos pesquisadores, por meio de seus artigos, aos discursos que os circundam, tendo em vista que o artigo não representa somente uma resposta às práticas de linguagem ou da oferta de uma resposta ao locutor, mas também a compreensão de que a formulação de um enunciado que se destina ao outro constitui uma resposta a diversos enunciados que circulam socialmente (MENEGASSI, 2009).

Ao considerar as formas de compreensão responsiva destacadas em seções anteriores, pode-se pensar na produção dos artigos científicos analisados em relação às normas de submissão e às normas dos avaliadores postuladas pela revista. Ao decidir publicar seu texto, o pesquisador busca as normas de submissão, observando principalmente o que se espera quanto à forma composicional do gênero artigo, demonstrando, na maioria das vezes, uma resposta ativa ao que é esperado. Essa preocupação pode ser constatada por meio da análise da maioria dos artigos das áreas. Nos momentos em que o pesquisador restringe sua escrita apenas aos padrões formais estabelecidos pela revista sem atentar para outros fatores, como subjetividade ou discussão sobre a temática, evidencia-se uma atitude responsiva que se restringe ao cumprimento da atividade de adequar seu texto formalmente, mas sem atentar para questões que influenciam diretamente sua produção.

A atitude responsiva ativa, nos dizeres bakhtinianos, volta-se para o artigo de Humanas, por exemplo, que responde às normas da revista, mas, ao mesmo tempo, dialoga diretamente com os postulados instaurados em seu texto, concordando com e discordando dos discursos, expondo-se marcadamente na materialidade linguística. Por meio dessas trocas dialógicas, ocorre uma multiplicidade de vozes, ao contrário do que ocorre no universo monológico, no qual, segundo Bakhtin/Volochinov (1992) e, sobretudo, Bakhtin (2002), ocorre a fusão das vozes e das verdades em uma verdade única, em uma voz geral que promove, na maioria das vezes, a homogeneização da produção, assim como se observa nos artigos das áreas de Saúde e de Engenharias que tendem mais ao objetivismo e à unicidade da escrita.

Apesar da grande força do discurso acadêmico com foco no viés objetivo, foi possível perceber, durante a análise, elementos voltados à heterogeneidade, bastante ligados à materialidade do texto, como o caso do resumo marcado por subseções, na área da Saúde, que respondem basicamente às normas de seu periódico. Não há, assim, a busca pela diferença, pela heterogeneidade dentro da área, muito embora o resumo do artigo destoe dos resumos das outras áreas.

Alguns elementos focados na heterogeneidade, como as questões do subjetivismo/objetivismo, do dialogismo/monologismo e das relações dialógicas, de certa forma, tendem a ir além do viés autônomo em um nível mais discursivo e serão explanados mais detalhadamente na sequência, à luz das teorias do Letramento Acadêmico.

8.2 LETRAMENTOS ACADÊMICOS: INDÍCIOS DE HETEROGENEIDADE DA ESCRITA

Há, no âmbito da escrita dos artigos, a busca pela homogeneização da ciência, pensando-se justamente no consenso que deve existir nas comunidades, a fim de que haja comunicação. Trata-se, assim, de um discurso centrado em uma perspectiva autônoma de letramento, concebendo o ato de produzir e de publicar como fruto de uma socialização da escrita, ou seja, os manuais assim como os cursos repassam informações que levam os sujeitos a produzirem sempre da mesma forma. Na produção e na circulação dos artigos científicos, os discursos oficiais e as normas de escrita comandam o social, indicando de que forma a ciência deve circular na comunidade, fazendo que

suas vozes determinem a produção (homogeneização), gerando textos praticamente iguais – em certos aspectos – embora a produção seja individual e corresponda a uma dada comunidade de conhecimento.

Diante desse quadro, alguns pontos revelam maneiras de transgredir padrões estabelecidos por meio da escrita. Duas evidências constatadas por meio dos artigos que tendem à heterogeneidade são as relações de objetividade e de subjetividade da escrita e as noções de monologismo/dialogismo e de relações dialógicas.

Segundo Pasquotte-Vieira (2014, p. 61), o caráter dialógico dos enunciados é responsável por transpor o sujeito "em outro lugar que não o da singular habilidade em usar [...] as características composicionais e organizacionais dos gêneros". De acordo com a autora, as práticas de escrita acadêmico-científicas presentes na esfera acadêmica são perpassadas pelo princípio dialógico que considera as condições de produção, inclui relações de poder que constituem a interlocução. A perspectiva do Letramento Acadêmico, então, possibilita a discussão sobre a inserção do indivíduo, no caso o pesquisador, nas práticas letradas acadêmicas, fato que permite discutir "tensões e diálogos/conflitos emaranhados nas relações existentes entre os sujeitos e a produção da escrita" (p. 72-73). Dessa forma, as relações de poder advém do fato de que

> [...] o sujeito discursivo em meio às práticas letradas acadêmicas é construído, por um lado, por suas escolhas e, ao mesmo tempo, por essas relações que determinam o que pode e como pode ser dito para os múltiplos interlocutores com os quais o diálogo é estabelecido, mas, principalmente, aqueles que, na hierarquia das relações acadêmico-institucionais, estabelecem a regra do jogo, sejam eles [...] avaliadores de projetos escritos de pesquisas nos mais diferentes graus, os pareceristas e editores de publicações, entre outros (PASQUOTTE-VIEIRA, 2014, p. 71-72).

O letramento acadêmico demonstra que é preciso considerar as práticas acadêmicas de produção em relação a outros fatores que circundam a escrita e a constituem, não se restringindo somente ao âmbito composicional ou formal do texto. Tal fato justifica, por exemplo, o estudo dos artigos científicos desta tese em relação a outros objetos, como discursos oficiais e normas de escrita, haja vista que os sentidos dos enunciados são constituídos processualmente, influenciados pelos diferentes grupos sociais e comunidades, fato que permite conceber a escrita acadêmico-científica como prática social situada (LILLIS; CURRY, 2010).

Para Curry e Lillis (2014), as práticas sociais, como as que envolvem a escrita para publicação, são influenciadas pelas expectativas dos contextos sociais que ocasionam, de certa forma, dinâmicas de poder das instituições sociais, como os aparatos institucionais e governamentais que regulamentam a produção do conhecimento. Assim, as autoras consideram as práticas de publicação como estando implicadas na dinâmica de poder global por meio de relações de hierarquia, pois escrever para publicar pressupõe práticas, como tomadas de decisões relacionadas à qual periódico submeter o texto, negociações com as normas de publicação e com revisores. Conforme Lillis e Curry (2006, 2010), a escrita acadêmica é um processo mediado e, "embora grande parte das pesquisas explore a mediação no nível da interação entre indivíduos, também tem sido explorada a mediação da natureza institucional e política[81]" (LILLIS; CURRY, 2006, p. 13, tradução minha).

Nesse sentido, então, constata-se o papel de mediadores/*"brokers"* (LILLIS; CURRY, 2006; 2010) que os documentos oficiais, os cursos de escrita e as normas de submissão e de avaliação dos periódicos exercem no processo de produção da escrita acadêmica. Esses discursos impactam diretamente a produção do texto, pois há vários mediadores no processo, pertencentes a diferentes *status*. Por isso, é que se reforça a necessidade de abordar a escrita acadêmica não somente pelo viés textual – que se faz necessário para a manutenção do diálogo e para a estabilidade das relações entre sujeitos –, mas também por seu âmbito discursivo, submersa em um emaranhado de relações e de diálogos que possibilitam considerá-la um enunciado concreto.

No modelo de letramento acadêmico, Lea e Street (1998, 2006) afirmam haver a relação entre os modelos de habilidades de estudos e de socialização acadêmica e as práticas de letramento situadas, presentes no contexto social que é perpassado por questões de poder. No âmbito da escrita acadêmico-científica, as normas e os modelos expostos propõem uma produção impessoal, com uma linguagem mecanicamente elaborada, desprezando-se, na maioria das vezes, a construção discursiva dos produtores e dos sujeitos envolvidos no enunciado (PASQUOTTE-VIEIRA, 2014, p. 208-209). O letramento acadêmico, então, é concebido como mecanismo que evidencia o sistema de

[81] "*Although much of the above research explores mediation at the level of interaction between individuals, there has also been exploration of the institutional and political nature of mediation"* (LILLIS; CURRY, 2006, p. 13).

valores que subsidia o discurso acadêmico, fato que o torna uma fonte de crítica (TURNER, 1999).

Diante disso, compreendo as diferenças constatadas nos artigos como elementos que possibilitam falar de subjetividade e de dialogismo. Todo discurso é fruto de diálogos, logo, ao abordar o monologismo, o que ocorre, na realidade, é uma intenção de que o discurso se torne monológico, que tenda a isso, quando, na realidade, isso é uma ilusão, pois, na prática, não há discursos monológicos e/ou dialógicos "puros", porque mesmo o discurso em sua forma mais monológica é sempre dirigido a alguém (SOBRAL, 2009).

Conforme Amorim (2004), adotar uma perspectiva dialógica, como ocorre neste estudo, não significa recusar todo texto monológico, pois o monologismo apresenta uma potência de dizer. O viés monológico do texto científico é "uma abstração necessária à construção do objeto de estudo" (CORTES, 2009, p. 6), que possibilita tratar da pretensa objetividade do discurso científico como um instante que integra o "ato", mas que não constitui o todo, conforme já destacado. O fato de "admitir a dimensão monológica do discurso científico não significa negar o caráter dialógico dessa modalidade discursiva" (CORTES, 2009, p. 7). Para Bakhtin (2003), um enunciado, como uma obra científica, por mais focada que seja em seu objeto, caracterizando uma forma monológica, ainda assim, é uma resposta "àquilo que já foi dito sobre dado objeto, sobre dada questão [...]".

Um exemplo de tentativa de transgredir modelos impostos de padronização de escrita pode ser observado no artigo de Humanas. Embora as normas para publicação do resumo na área de Humanas estejam focadas no âmbito objetivo, no decorrer do texto, o pesquisador não se intimida com isso e se coloca em determinados momentos de forma evidente, principalmente por meio do pronome pessoal "eu". Ocorre, assim, no artigo, a hibridização de pessoas do discurso, as quais se misturam: ora "eu" afirmo, ora o "objeto" afirma, reflexo da busca por se esquivar daquilo que é imposto. Essa postura tímida de oposição ao discurso normativo de escrita acadêmica, composto por misturas entre caráter subjetivo e objetivo, revela a preocupação do pesquisador em ter seu artigo publicado. Ele busca, assim, mesclar o que se pede com alguns itens de seu estilo, caso contrário, o artigo acabaria não sendo publicado.

É necessário, portanto, repensar a escrita acadêmico-científica não como um conjunto de habilidades pessoais de ler e de escrever ou como resultado da socialização das normas e das práticas de escrita voltadas a ela. Isso porque a escrita precisa ser pensada e situada em práticas letradas, em contextos sociais, em comunidades específicas, que carregam a linguagem de marcas singulares, que demonstram a heterogeneidade dos discursos. Por exemplo, elementos como a escolha temática, a escolha de teóricos e o estilo dos artigos poderiam ser indícios de subjetividade, já que todo discurso carrega essas marcas e cada área de conhecimento demanda leituras e produções variadas.

Há, então, no âmbito da produção dos artigos, as escolhas do sujeito enunciador, juntamente com pressupostos que indicam "o que" dizer, o "como" dizer e o "de onde" dizer (PASQUOTTE-VIEIRA, 2014, p. 195). Estabelece-se, desse modo, uma hierarquização no âmbito acadêmico em que se tem o indivíduo produtor do enunciado, perpassado por inúmeras condições de produção, e seu interlocutor, concretizado por meio da figura do editor, dos pareceristas, das normas, dentre outros.

Por meio das análises realizadas, constato que o artigo científico produzido se caracteriza por seu aspecto composicional, ao mesmo tempo em que é perpassado por questões discursivas que o situam em uma dada comunidade e em um momento histórico. O texto está envolto por um processo enunciativo-dialógico, fato que permite relacionar a abordagem do Letramento Acadêmico e a abordagem socioenunciativa bakhtiniana, já que é por meio de relações dialógicas diversas que o enunciado é constituído.

Mesmo sabendo que os discursos são dialógicos, de acordo com a comunidade científica, pode haver ainda a intenção de tornar o discurso com caráter monológico, apagando-se o sujeito enunciador, tendo-se a ilusão de que, assim, constitui-se o discurso monológico. O artigo científico produzido pelas áreas de conhecimento é parte de outros enunciados já estabelecidos, constituído de outras vozes pertencentes às comunidades científicas e às políticas científicas, como as vozes dos periódicos e dos documentos oficiais, dentre tantas outras.

CONCLUSÃO

Ao conceber a linguagem em sua natureza sócio-histórico-ideológica, nesta pesquisa, defendi a tese de que, o discurso acadêmico concebido com base nos múltiplos letramentos possibilita repensar a noção de escrita homogênea, desmistificando a ideia de que todos os participantes das comunidades científicas escrevem da mesma forma. Neste estudo, então, analisei discursos oficiais, discursos das normas de escrita, assim como artigos científicos de periódicos A1, que possibilitaram um panorama maior a respeito da prática da produção científica.

Retomo, assim, o primeiro objetivo específico traçado na investigação "identificar os discursos acadêmico-científicos presentes nos documentos oficiais e em textos normativos das instituições oficiais financiadoras de pesquisa". A partir da análise, no Capítulo 4, dos discursos oficiais presentes nos documentos da CF, da LDB, do PNE, nas agências de fomento e nos discursos do CNPq e da Capes, verifiquei que, enquanto CF, LDB, PNE destacam a liberdade na produção e na divulgação do conhecimento, entendendo o ato de escrever academicamente como sendo direito de todos, os discursos das agências e do CNPq e da Capes postulam um caráter deliberativo no trato da ciência. É possível compreender, então, que há um diálogo, no âmbito acadêmico, entre o democrático e o deliberativo, fazendo com que o pesquisador, ao produzir seus enunciados, procure responder ao esperado pelo periódico e este, por sua vez, esteja em consonância com as instituições de política científica.

O segundo objetivo específico, "verificar as normas de submissão destinadas aos autores dos artigos, as normas de avaliação usadas pelos avaliadores para analisar os trabalhos a serem publicados nos periódicos das diversas áreas do conhecimento e as configurações dos cursos *on-line* de escrita acadêmica", foi alcançado a partir das análises realizadas ainda no Capítulo 4 – seção 4.2. Em relação a esses aspectos, constatei que as normas de avaliação, de forma geral, não são explicitadas aos pesquisadores no momento da produção do texto. Especificam-se somente as normas de submissão dos artigos, ligadas àquilo que é mais homogêneo na escrita. Da mesma forma, os cursos de escrita *on-line* destacam materiais que tendem ao trabalho com o aspecto composicional do gênero artigo, padronizando a escrita. O panorama geral, então, formado por essas normas evidencia a preocupação dos

periódicos, assim como dos cursos, em instrumentalizar a escrita dos textos acadêmicos, não evidenciando questões de âmbito discursivo que representam cada uma das áreas de conhecimento.

Nas análises do Capítulo 5, ao buscar "explicitar os diálogos estabelecidos entre periódicos, discursos oficiais e normas de escrita, assim como entre artigos científicos das diferentes áreas, discursos oficiais e normas de escrita" – terceiro objetivo específico, observei que os periódicos analisados dialogam e respondem aos discursos oficiais em proporções variadas, sendo bastante evidente a resposta das revistas ao discurso do CNPq e da Capes, em função de seu caráter deliberativo e delimitado. De forma geral, CNPq e CAPES, junto da comunidade acadêmica na qual se insere o periódico, constituem-se em um interlocutor superior, cuja compreensão responsiva o periódico pressupõe. Sendo assim, e pensando nas teorias de prática social de letramento acadêmico, concebem-se as atividades sociais de escrita, de produção e de circulação do conhecimento, que se refletem nos periódicos, implicando relações de poder (JONES; TURNER; STREET, 1999). Isso porque as formas de realizar, de participar dessas práticas de letramento acadêmica são modos culturais de utilização da linguagem, havendo diálogo entre diferentes instâncias.

Há ainda um diálogo direto dos periódicos com os discursos presentes nas normas de escrita dentro da academia, como a ABNT, os cursos de escrita *on-line* e as agências de fomento. Busca-se, assim, uma padronização na forma de escrita, homogeneizando-a, sem foco no aspecto discursivo daquilo que é publicado. Tal fato pode ser justificado pela necessidade de consenso dentro das comunidades científicas sobre o que é escrever academicamente. A tendência por especificar a composição do gênero em detrimento às questões mais contextuais não é fator deficitário, tendo em vista que os enunciados se configuram por meio de elementos formais e discursivos, vislumbrando-se a circulação do conhecimento. A questão maior é quando prevalece, no discurso, o foco no âmbito composicional, fato que pode conduzir à homogeneização, mascarando-se as marcas subjetivas no texto, levando ao apagamento do sujeito.

A fim de responder ao quarto objetivo específico, "evidenciar as configurações do discurso acadêmico-científico por meio da análise dos artigos científicos de diversas áreas do conhecimento", e considerando o levantamento do

contexto social que envolve a produção da ciência por meio dos periódicos, utilizei os Capítulos 6, 7 e 8, para realizar a discussão dos dados.

No Capítulo 6, realizei a descrição dos artigos científicos, atentando para todo o entorno da produção da escrita, voltado mais a uma perspectiva autônoma de letramento, focado no trabalho com a composição textual. Optei por organizar a discussão dos textos a partir da mesma constituição composicional proposta para o trabalho com o artigo pela ABNT, tendo em vista que ela é tida como lugar orientador da escrita dos textos acadêmicos. Seu foco é no trato apenas da forma composicional do texto, postulando a existência de três elementos que o constituem: pré-textuais, textuais e pós-textuais, independentemente da área de estudo. Busquei, entretanto, apontar que centrar a relevância da escrita apenas em sua composição, acarreta a homogeneização dos artigos. Dessa forma, ao discutir os textos selecionados, fui além do âmbito composicional, formal do texto, relacionando-o com questões temáticas e estilísticas pertencentes a cada área do conhecimento.

O discurso acadêmico, assim, vai se configurando por meio da visão mais homogênea no trato da escrita, ao observar os discursos já relatados. No entanto, em sua composição, evidenciam-se marcas que reforçam a tese da heterogeneidade dos textos. Sendo assim, no Capítulo 7, apontei os elementos responsáveis por caracterizar, de forma heterogênea, os artigos das diferentes áreas do conhecimento, como a materialidade discursiva dos artigos científicos que demonstrou que alguns elementos marcados textualmente apresentam significação discursiva para o entendimento do enunciado e variam de área para área. A partir dessa discussão, foram destacados fatores que acarretam a heterogeneidade: (a) resumo constituído por subseções; (b) número variado de autores e filiações; (c) artigo produzido em língua inglesa; (d) tipo de pesquisa; (e) recursos verbo-visuais; (f) estudo aprovado pelo Comitê de Ética; (g) variação no número de páginas e de referências usadas. Tais elementos foram discutidos à luz de suas funções discursivas.

Outro fator diferenciador dos artigos analisados foi a questão do objetivismo e do subjetivismo. A grande maioria das áreas opta por uma produção escrita que tende ao objetivismo, o que pode gerar o pressuposto enganoso de que não há possibilidade de subjetivismo em textos acadêmicos. A área com maior tendência ao subjetivismo foi a de Humanas, que apresentou marcas do sujeito enunciador, intercaladas no discurso em

terceira pessoa, o que faz texto, de certa forma, caminhar por um caminho híbrido, ora trazendo marcas mais pessoais, ora delimitando um caráter mais impessoal de escrita.

Além dos aspectos que caracterizam o subjetivismo da área, constatei aspectos de alteridade do autor, ao propor, por exemplo, um título em forma de pergunta: *Por que os seres humanos agem como agem?*, buscando dialogar com seu leitor, quando, na realidade, é o próprio pesquisador quem responde.

O uso de expressões e de explicações no texto revela o posicionamento do autor frente às teorias que expõe, apresentando um estilo de linguagem que indica uma interferência na palavra do outro de forma bastante evidente, seja por meio de expressões ou da pontuação que atribui ao discurso um sentido mais contundente. Por exemplo, adjetivos e expressões como "infelizes", "equívocas", "pouco úteis", "duvidosas" mostram um posicionamento do pesquisador em relação às teorias que tratam da natureza do homem: "Todas essas metáforas são**, a meu ver**, **equívocas e, portanto, pouco úteis.** Para dar um único exemplo: um gene não interage com coisa alguma nem pode ter intenções. Um indivíduo, portanto, pode eventualmente ser caracterizado como egoísta, ao ser analisado em suas interações**; mas um gene não!"** (Artigo de Humanas, p. 26). Nesse fragmento, o autor questiona, nega as ideias que são expostas, principalmente quando se refere à metáfora do "gene egoísta", fazendo uso da negação seguida do ponto de exclamação, "um gene não!", para marcar sua oposição.

No Capítulo 7, destaquei sete tipos de relações dialógicas no interior dos artigos: diálogo com o conhecimento científico consensual; relação de pergunta e de resposta; concordância com enunciados alheios; discordância dos discursos alheios; marca de novidade; inserção na comunidade científica; relação de questionamento da teoria. A área de Humanas apresenta seis dessas relações, evidenciando um caráter dialógico ao propor a relação de pergunta e de resposta, ao concordar com o discurso alheio e também discordar, algo que não é recorrente nas outras áreas. A relação dúbia de perguntar e de responder, conforme Souza e Albuquerque (2012), é um processo vivo de produção de sentidos, no qual o pesquisador se posiciona como um sujeito, não havendo o foco especificamente no objeto, fato que pode acarretar a objetividade do texto e o apagamento do sujeito enunciador.

A subjetividade é contemplada na área da Saúde em função das respostas que dá à sua área de conhecimento. Conforme já exposto por alguns estudiosos, a área

da Saúde apresenta, como elementos característicos, a colaboração científica, o que permite que um artigo apresente vários autores, e o uso de marcadores meta-discursivos nos resumos. Esses elementos estão presentes no artigo de Saúde analisado, singularizando o texto, pois apenas essa área apresentou seis autores no artigo e o uso dos marcadores.

Ao considerar o objetivismo e o subjetivismo, abordam-se, consequentemente, o monologismo e o dialogismo, haja vista que, quanto mais subjetivo, mais o texto tende ao dialogismo, muito embora qualquer texto seja dialógico. Em relação a esse aspecto, observei que os discursos da área de Humanas destacam enunciados dialógicos, enquanto as outras áreas buscam produzir seus enunciados centrados na ilusória intenção do monologismo.

Outro elemento que caracteriza heterogeneamente os textos são as relações dialógicas estabelecidas nos artigos das diferentes áreas. A análise possibilitou a identificação de sete tipos de relações dialógicas no interior dos artigos das diferentes áreas, denotando que, de certa forma, todos os textos são dialógicos, havendo o predomínio das relações de diálogo com o conhecimento científico consensual, a marca de novidade e a inserção na comunidade científica. Isso evidencia a busca dos textos em demonstrar algo novo em suas pesquisas, dialogando diretamente com os pareceres dos periódicos que solicitam trabalhos inéditos; além disso, deve haver o consenso do pesquisador e sua inserção na comunidade acadêmica, fato que é demarcado no interior dos textos por meio do vínculo com as teorias existentes sobre o tema dentro da área.

Em razão de todo levantamento realizado, no Capítulo 8, parto para a discussão envolvendo os discursos oficiais e as práticas de escrita acadêmica em relação aos textos publicados nos periódicos, procurando mostrar de que forma são estabelecidos os diálogos. Constatei, assim, a homogeneidade da escrita que tende ao letramento autônomo e ao modelo de socialização acadêmica, demarcando-se a relação entre artigos e normas de submissão, normas de avaliação, cursos de escrita e discursos oficias; no entanto, verifiquei, também, a heterogeneidade da escrita, com elementos que possibilitam tratar da singularidade da escrita acadêmica dentro das áreas do conhecimento, não prevalecendo os aspectos padronizadores do texto, considerando-se as comunidades acadêmicas científicas.

Por meio do letramento acadêmico, confirma-se a relevância das práticas acadêmicas de produção em relação a outros fatores que circundam a escrita e a que constituem, fato que não permite que haja o foco somente no aspecto composicional ou formal do enunciado. Isso justifica, de certa forma, a análise dos artigos das diferentes áreas em relação a outros enunciados, como os discursos oficiais e as normas de escrita, já que os enunciados são frutos de um processo, sofrendo influência de diferentes grupos sociais e comunidades, o que permite conceber a escrita acadêmico-científica como prática social situada (LILLIS; CURRY, 2010). Para as autoras (2006, 2010), o ato de publicar está submerso em uma dinâmica de poder global por meio de relações de hierarquia, pois escrever para publicar pressupõe atividades, como tomadas de decisões relacionadas à qual periódico submeter o texto, negociações com as normas de publicação e com revisores. Portanto observa-se a manutenção dos diálogos entre os sujeitos que são constituídos por suas escolhas, assim como por elementos que indicam o que pode (ou não) ser dito aos interlocutores (PASQUOTTE-VIEIRA, 2014).

Dessa forma, chego ao objetivo geral da pesquisa, "compreender como se constituem os discursos escritos nas práticas de letramento acadêmico-científicas, a partir da análise dos seguintes elementos: (1) discursos oficiais (CF, LDB, PNE, normas das agências de pesquisa); (2) cursos de escrita; (3) normas para publicação e avaliação das revistas; (4) artigos publicados em revistas científicas brasileiras das diferentes áreas do conhecimento, visando à identificação de suas configurações". Considero que os discursos escritos dentro das áreas de conhecimento, em suas práticas de letramento acadêmico-científicas, configuram-se como respostas aos discursos oficiais e aos discursos de escrita que os circundam. Tal fato se justifica não somente em função de o artigo ter sido aceito para publicação no periódico, mas também pela questão mencionada por Lillis e Curry (2006, 2010), de que a escrita acadêmica é um processo mediado por discursos de natureza institucional e política. Os documentos oficiais, assim como os cursos e as normas de escrita exercem papel de mediadores no processo de produção do enunciado, pois os discursos exercem influência na escrita do texto, haja vista que o pesquisador busca responder ao esperado pelo periódico, a fim de ter seu texto aceito e publicado, ao mesmo tempo em que a revista dialoga com os discursos oficiais e com as normas de produção do texto acadêmico-científico.

Nesse sentido, constatei uma preocupação maior com os aspectos composicionais do enunciado, em razão da necessidade de consenso dentro das comunidades acadêmicas, tendo em vista que constituem uma esfera maior de produção da ciência e que, em função da necessidade da circulação dos estudos efetivados, estabelecem um padrão acadêmico de escrita. Outra razão para que os aspectos de escrita acadêmico-científica sejam mais conhecidos pelos sujeitos das comunidades científicas, do que os aspectos de ordem discursiva é que estes últimos não são tão facilmente percebidos, logo são conhecimentos menos compartilhados por todos. Por exemplo, além do âmbito composicional, voltado à questão textual, a área da Saúde poderia especificar os aspectos de ordem discursiva, como a relevância da colaboração científica para sua área, a questão da aprovação em um comitê de ética, a forma de uso de quadros e tabelas para sua área de conhecimento etc. Isso poderia levar à caracterização da área de conhecimento, com o compartilhamento dos conhecimentos específicos sobre a área, possibilitando o diálogo entre aspectos textuais e discursivos.

Os resultados mostram, assim, o enfoque do estudo do gênero voltado fortemente para o aspecto composicional do texto. Entretanto, além da forma, o gênero compreende temática e estilo, os quais são indissociáveis e também apresentam certas regularidades buscando a homogeneização.

Em relação ao tema, cada área aborda sua temática específica, mas, por exemplo, nas introduções, conforme especifico no Capítulo 6, observei a presença da fase da contextualização do assunto em todas as áreas, assim como os objetivos, que demarcam, de certa forma, regularidade no âmbito temática. Quanto ao estilo, há uma intenção de neutralizar os discursos, tendendo somente ao objetivismo, sem muitos momentos de menção àquilo que é mais variável, pessoal e instável no gênero. Logo, apesar de somente uma das áreas apresentar indícios mais contundes de fuga à padronização, ao modelo homogêneo de escrita, centrada na perspectiva autônoma de letramento, creio que já se inicia um processo de repensar tais práticas acadêmicas de escrita, uma vez que, ao menos a área de Humanas apresenta marcas individuais, posicionamentos marcados do autor, em meio às marcas objetivas do discurso acadêmico, já que não se pode fugir ao padrão totalmente, caso contrário, o artigo é negado para publicação.

Os resultados apontam a correlação entre heterogeneidade e homogeneidade; esta é bastante evidente no aspecto composicional do gênero artigo, no entanto não se restringe a ele, marcando-se, em menor proeminência, no tema e no estilo do gênero. Dessa forma, há, no âmbito acadêmico dos discursos de escrita, uma heterogeneidade ainda que a organização composicional tenda à homogeneidade.

Ratifico, portanto, a tese defendida neste trabalho de que, o discurso acadêmico concebido com base nos múltiplos letramentos possibilita repensar a noção de escrita homogênea, desmistificando a ideia de que todos os participantes das comunidades científicas escrevem da mesma forma, desconsiderando-se o contexto que os circunda.

No tocante à contribuição para o meio acadêmico, mesmo ciente das limitações deste estudo, considero que ele colaborou para a ampliação de saberes teórico-metodológicos e, até mesmo, para a constituição de material sobre a escrita em contexto acadêmico, caracterizando o discurso e o letramento envolvidos na produção da escrita científica.

Conceber os discursos com base nos múltiplos letramentos para as áreas do conhecimento possibilita evidenciar que há – e deve haver – o foco no aspecto composicional da escrita acadêmico-científica, independentemente da área, fato constatado pelos cursos de escrita acadêmica e pelas normas de submissão e de avaliação dos textos. Todavia os discursos devem ser pensados também em função da área de conhecimento do sujeito-pesquisador. Certos aspectos discursivos, característicos das áreas de conhecimento, poderiam ser especificados em suas normas – tanto de submissão quanto de avaliação – já que isso singulariza a área do conhecimento.

A pesquisa também colaborou, significativamente, para minha formação como professora-formadora e pesquisadora, uma vez que estabeleci relações com os conhecimentos a respeito da escrita acadêmica já consagrados pelos manuais, como ABNT, e com as teorias que repensam a prática da produção dos enunciados, o que me trouxe amadurecimento acadêmico para compreender que realmente os textos se constituem em esferas diversas e carregam consigo marcas heterogêneas das produções e dos sujeitos enunciadores.

Assim, para futuras pesquisas, é possível investigar como a área de Humanas, por exemplo, vem buscando tratar a escrita acadêmica, perpassando as teorias do Letramento Acadêmico e possibilitando repensar as práticas que envolvem a produção discursiva na academia, a fim de se evidenciar de que maneira as áreas constituem seus discursos escritos.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Conheça a ABNT**. Apresenta informações sobre missão da instituição. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/default.asp?resolucao=1280X8000>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **NBR 6022**: Informação e documentação – artigo em publicação periódica científica – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

AGUIAR, T. M. T. **Títulos, para que os quero?** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: < http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7894?show=full>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ALUÍSIO, S. M. **Ferramentas para auxiliar a escrita de artigos científicos em inglês como língua estrangeira**. Tese (Doutorado em Ciência Físicas Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ALVES, V. M. Práticas de leitura e escrita na universidade: interfaces entre a formação de pesquisadores em programas de pós-graduação em educação e a produção do conhecimento nas IES de inserção. *In:* Congresso de Leitura do Brasil, 2010, Campinas. **Anais**... Campinas: COLE, 2010. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem10/COLE_3536.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

ALVES, R. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 149.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AQUINO, I. S. **Como escrever artigos científicos**: sem "arrodeio" e sem medo da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2010.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BAKHTIN, M. O pluralismo no romance. *In*: **Questões de literatura e de estética**. (A teoria do romance). Tradução de Aurora Fornoni Bernardini *et al*. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp; Hucitec, 1998, p. 107-133.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. (1920-1924). **Para uma filosofia do ato**. São Paulo. Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, inédito, 1993.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BARRAS, R. **Os cientistas precisam escrever** – Guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: Edusp, 1979.

BARTON, D. **Literacy**: an introduction to the ecology of written language. Oxford, UK & Cambridge, USA: Blackwell Publishing, 2007.

BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy practices. *In*: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. **Situated literacies**: Reading and writing in context. New York: Routledge, 2000, p. 7-15.

BOCH, F. Former les doctorants à l'écriture de la thèse em exploitant les études descriptives de l'écrit scientifique. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão-SC, v. 13, p. 543-568, set./dez. 2013.

BOCH, F.; RINCK, F.; GROSSMANN, F. Le cadrage théorique dans l'article scientifique: un lieu propice à la circulation des discours. **Actes du colloque Circulation des discours et liens sociaux**: le discours rapporté comme pratique sociale. Quebec: Nota Bene, p. 23-42, 2010. Disponível em: <http://lidilem.u-grenoble3.fr/IMG/pdf/boch.grossmann.rinck.laval.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BONINI, A. Qualis de Letras e Linguística: uma análise de seus fundamentos. **R B P G**, v. 1, n. 2, p. 141-159, nov. 2004. Disponível em: < http://www2.CAPES.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_2_nov2004_/141_159_Qualis_letras_linguistica_analise_fundamentos.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2013.

BORDONS, M.; GÓMEZ, I. Collaboration networked in science. *In*: CRONIN, B.; ATKINS, H. B. (Eds.). **The web of knowledge**: a festschrift in honor of Eugene Garfield. New Jersey: ASIS, 2000, p. 197-214.

BRAIT, B. **Bakhtin**: OUTROS conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____(org.). **Bahktin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

_____. Interação na fala e na escrita. *In*: PRETI, D. (org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 125-158.

_____. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão cognitiva. *In:* **Diálogos com Bakhtin**. 3. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001, p. 69-92.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei número 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação125099097/lei-13005-14>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social**: teoria e exercícios. 7. ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CAMPOS, M. I. B. Na mira do discurso do outro: gênero intercalado em crônica de João Ribeiro. **The especialist**, vol. 24, número especial (33-48), 2003.

CANAGARAJAH, S. Local knowledge when ranking journals: reproductive effects and resistant possibilities. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, n. 28, p. 1-23, 2014. Disponível em: < http://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa/article/view/1501>. Acesso em: 05 set. 2014.

CARRASCO, A.; KENT, R.; KERANEN, K. Learning careers and enculturation: production of scientific papers by phd students in a mexican physiology laboratory: an exploratory case study. *In*: BAZERMAN, C. *et al.* (org.). **International Advances in Writing Research**: Cultures, Places, Measures. Fort Collins, Colo.: WAC Clearinghouse; Anderson, S.C.: Parlor Press, 2012, p. 335-351. Disponível em: <http://wac.colostate.edu/books/wrab2011/>. Acesso em: 20 set. 2015.

CECILIO, S. R.; RITTER, L. C. B.; PERFEITO, A. M. Gêneros discursivos e gêneros textuais: opção terminológica e metodológica. In: CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, 1, 2010, Maringá. **Anais**... Maringá: UEM-PLE. Disponível em: <http://www.ple.uem.br>. Acesso em: 13 fev. 2011.

CELLARD, A. A análise documental. *In:* POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CEREJA, W. Significação e tema. *In:* BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2012, p. 201-220.

CERUTTI-RIZZATTI, M. E. Letramento: um conceito em (des)construção e suas implicações/repercussões na ação docente em língua materna. **Fórum Linguístico**, v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/12618/12614. Acesso em: 5 set. 2013.

_____. Implicações metodológicas do processo de formação do leitor e do produtor de textos na escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, FAE/UFMG, n. 47, p. 7-12, jun. 2008.

CEZNE, A. N. O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental. **Educação**, *on-line*, v. 31, n. 1, 2006. Disponível em: < http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/r8.htm>. Acesso em 12 set. 2013.

CORACINI, M. J. As representações do saber científico na constituição da identidade do sujeito-professor e do discurso de sala de aula. *In:* CORACINI, M. J. (org.). **Identidade e Discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Ed. da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

_____. O cientista e a noção de sujeito na linguística: expressão de liberdade ou submissão? *In*: ARROYO, R. (org.). **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas-SP: Pontes, 1992, p. 19-24.

_____. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. 1. ed. São Paulo: Educ; Campinas-SP: Pontes, 1991.

CORRÊA, M. L. G. Mesa redonda *Estudos Linguísticos e Ensino*, proferida pelo professor Dr. Manoel Luis Gonçalves Corrêa (USP/Unesp), no IV Congresso Nacional de Linguagens em Interação – CONALI, de 05 a 07 de junho de 2013, na Universidade Estadual de Maringá, 2013a.

_____.Bases teóricas para o ensino da escrita. **Linguagem em (Dis)curso,** Tubarão- SC, v. 3, p. 481-513, set./dez. 2013b.

_____. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino da escrita: o exemplo de textos de pré-universitários. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 333-356. 2.ª parte, 2011. Disponível em: <http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2011-vol-especial-2o-parte/manoel-luiz-goncalves-correa.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2013.

_____. Heterogeneidade da escrita: a novidade da adequação e a experiência do acontecimento. **Filol. Linguist. Port.**, n. 8, p. 296-286, 2006.

_____. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CORTES, G. R. O. Dialogismo e Alteridade no Discurso Científico. **Eutomia**, *on-line*, Ano II, n. 2, p. 1-11., dez. 2009. Disponível em: <www.revistaeutomia.com.br/../Dialogismo_e_Alteridade_no_Discurso>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COSTA, R. O. da. **Análise do uso de periódicos científicos na transição do meio impresso ao eletrônico em dissertações e teses**: o impacto do portal de Periódicos/CAPES na produção do conhecimento. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=256>. Acesso em: 10 maio 2014.

COSTAS, R.; BORDONS, M. Do age and professional rank influence the order of authorship in scientific publications? Some evidence from a micro-level perspective. **Scientometrics**, *on-line*, n. 88, p. 145-161, 2011. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s11192-011-0368-z/fulltext.html>. Acesso em: 10 maio 2014.

CRESPO, I. M.; CAREGNATO, S. E. **Periódicos científicos eletrônicos**: identificação de características e estudo de três casos na área de Comunicação. *In:* XVI Endocom – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação, 2004. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/institucional/a_rede/endocom/2004/Crespo.PDF>. Acesso em: 21 jan. 2013.

CURRY, M. J.; LILLIS, T. M. Strategies and tactics in academic knowledge production by multilingual scholars. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, n. 32, p. 1-28, maio. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n32.2014>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. Multilingual scholars and the imperative to publish in English: Negotiating interests, demands, and rewards. **TESOL Quarterly**, v. 38, n. 4, p. 663-688, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3588284>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. The Dominance of English in Global Scholarly Publishing. **International Higher Education**. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Curry-Lillis-2007 TheDominanceOfEnglishInGlobalScholarlyPublishing.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Academic research networks: Accessing resources for English-medium publishing. **English for Specific Purposes, Special issue on EAP in Europe**. v. 29, n. 4, p. 281-295, 2010. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S088949061000030X>. Acesso em: 5 jun. 2014.

DURAN, G. R. **O gênero discursivo questão interpretativa em contexto de formação docente inicial**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ENTENDA COMO FUNCIONAM AS FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/mobilidadeacademica/noticia/2003/12/18/526081/entenda-como-funcionam-as-fundaes-amparo--pesquisa.html>. Acesso em: 20 agost. 2013.

ERICKSON, F. Métodos cualitativos de investigacion sobre la enseñanza. *In*: WITTROCK, M. C. **La investigación de la enseñanza, II** - Métodos cualitativos y de observación. Barcelona –Buenos Aires – México: Paidos, 1988.

FAITA, D. A noção de "gênero discursivo" em Bakhtin: uma mudança de paradigma. *In:* BRAIT, B. (org.). **Bahktin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

FAPESP. **Código de boas práticas científicas**. 2012. Disponível em: <http:www.fapesp.br/6574>. Acesso em: 10 ago. 2013.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FELTRIM, V. D. **Um levantamento bibliográfico sobre a estruturação de textos acadêmicos**. 2007. Disponível em: <http://www.din.uem.br/arquivos/pos-graduacao/mestrado-em-ciencia-da computacao/Um%20Levantamento%20Bibliografico%20sobre%20a%20Estruturacao%20de%20Textos%20Academicos.pdf/view>. Acesso em: 10 nov. 2013.

FIAD, R. S. A escrita na universidade. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 357-369, 2.ª parte, 2011.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

_____. **As astúcias da enunciação:** as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed., 4. reimpressão, São Paulo: Ática, 2005.

FISCHER, A. Letramento acadêmico: uma perspectiva portuguesa. **Acta Sci. Lang. Cult**. Maringá, v. 30, n. 2, 2008, p. 177-187. Disponível em: < http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/2334/2334>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____. **A construção de letramentos na esfera acadêmica**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Práticas de letramento acadêmico em um curso de Engenharia Têxtil: o caso dos relatórios e suas dimensões escondidas. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 15, n. 28, p. 37-58, 1.º sem., 2011.

FIX, U. O cânone e a dissolução do cânone. A intertextualidade tipológica – um recurso estilístico "pós-moderno"? **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, n. 1. v. 14, p. 261-281, jan./jun. 2006.

FLOWERDEW, J. Writing for scholarly publication in English: The case of Hong Kong. **Journal of Second Language Writing**, v. 8, n. 2, 123-145, 1999. Disponível em: < http://web.ntpu.edu.tw/~ckliu/paper/paper1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, O.; SACCOL; A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FURLANETTO, M. M. Hiperenunciador: o outro do supradestinatário? **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão: Unisul, v. 12, n. 1, p. 325-345, jan./abr. 2012. Disponível em: < http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/1201/00.htm>. Acesso em: 20 jul. 2012.

FUZA, A. F. F.; SANTOS, S. N. O sujeito-pesquisador na contemporaneidade: sua atividade responsável. *In:* **IV CÍRCULO – Rodas de Conversa bakhtiniana**: nosso ato responsável. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

FUZA, A. F. **O conceito de leitura da Prova Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

_____. A escrita na sala de aula do ensino fundamental. **Grupo de Pesquisa "Interação e Escrita"**. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2007a. Disponível em: <www.escrita.uem.br>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. A finalidade da produção escrita no livro didático: análise dos comandos de escrita. **Grupo de Pesquisa "Interação e Escrita"**. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2007b. Disponível em: <www.escrita.uem.br>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GEE, J. P. Essay: What is Academic Language? *In:* ROSEBERY, A. S.; WARREN, B. **Teaching Science to English Language Learners**. Virginia: NSTA Press, 2008, p. 57-69. Disponível em: <http://www.jamespaulgee.com/node/33.>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Reading as situated language: a sociocognitive perspective. **Journal of adolescent & adult literacy**, Newark Delaware, v. 44, n. 8, p. 714-725, 2001.

_____. **Social linguistics and literacies**: Ideology in Discourses. 2. ed. London/ Philadelphia: The Farmer Press, 1996.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. *In*: GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula; leitura e produção.** Cascavel: Assoeste, 1984, p. 41-49.

GLÄNZEL, W. National characteristics in international scientific co-authorship relations. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 51, n.1, p. 69-115, 2001. Disponível em: < http://link.springer.com/article/10.1023/A:1010512628145>. Acesso em: 05 fev. 2014.

GONZALES, L. D.; NÚÑEZ, A. M. The Ranking Regime and the Production of Knowledge: Implications for Academia. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, n. 31, p. 1-24, maio 2014. Disponível em: < http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1486/1244>. Acesso em: 20 jul. 2014.

GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica do Estudo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 450-460, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a06v1133.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

GRILLO, S. V. C. Scientific American Brasil: esquemas ilustrativos e divulgação da ciência. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 145-155, 1º sem. 2009.

GRILLO, S. V. C. Esfera e Campo. *In:* BRAIT, B. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006, p. 133-156.

GUIMARÃES, E. Política científica e produção de conhecimento no Brasil (uma aliança tecnológica?). *In:* GUIMARÃES. E. (org.). **Produção e circulação do conhecimento**. Volume 2. Campinas-SP: Pontes Editora, 2003.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como "ideologia**". Lisboa: Edições 70, 1997.

HAMILTON, M. Sustainable literacies and the ecology of lifelong learning. *In:* HARRISON, R. R. F.; HANSON, A.; CLARKE, J. (org.). **Supporting lifelong learning**: perspectives on learning. London: Routledge/Open University Press, v. 1, 2002, p. 176-187.

HAYASHIDA, S. R. A. C. **Periódicos científicos**: a produção e a circulação da ciência da linguagem no Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Language in Society**. New York: Cambridge University Press, 1982, p. 49-76.

HERMES-LIMA, M. Publicar e perecer? **Ciência Hoje**, São Paulo, p. 76-77, jan./fev. 2005.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos**. O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HYLAND, K. **English for Academic Purposes**: an advanced resource book. New York: Routledge, 2006.

_____. Academic Attribution: Citation and the Construction of Disciplinary Knowledge. **Applied Linguistics**, v. 20, n. 3, 1999, p. 341-367. Disponível em: < http://applij.oxfordjournals.org/content/20/3/341.full.pdf+html>. Acesso em: 02 ago. 2014.

ISHIKAWA, M. Ranking Regime and the Future of Vernacular Scholarship. **Education Policy Analysis Archives**, n. 22, v. 30, p. 1-27, maio 2014. Disponível em: < http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1529>. Acesso em: 20 set. 2014.

JACOBINA, R. R. O paradigma da epistemologia histórica: a contribuição de Thomas Kuhn. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 3, p. 609-630, nov. 1999 - fev. 2000.

JONES, C.; TURNER, J.; STREET, B. (orgs.). **Students writing in the university**: cultural and epistemological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

JONES, B.; WUCHTY, S.; UZZI, B. Multi-university research team: shifting impact, geography, and stratification in science. **Science**, Washington, v. 322, p. 1259-1262, 21 nov. 2008.

KLEIMAN, A. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. *In*: BOCH, F.; CORRÊA, M. L. G. (org.). **Ensino de língua**: representação e letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 75-91.

_____. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 173-203.

_____. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: _____. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

KOCH, I.; ELIAS, V. M. E. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

KRETSCHMER, H.; LIMING, L.; KUNDRA, R. Foundation of a global interdisciplinary research network (COLLNET) with Berlin as the virtual centre. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 52, n. 3, p. 531-537, 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LARROSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, ano 28, n. 2, p. 101-105, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25643/14981>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LEA, M. R.; STREET, B. The "Academic Literacies" Model: Theory and Applications. **Theory Into Practice**, ano 45, n. 4, 2006, p. 368-377.

LEA, M. R. Academic Literacies and Learning in Higher Education: constructing knowledge through texts and experience. *In*: JONES, C.; TURNER, J.; STREET, B. (orgs.). **Students writing in the university:** cultural and epistemological issues. Amsterdam: John Benjamins, p. 103-123, 1999.

LEA, M. R.; STREET, B. Student Writing in higher education: an academic literacies approach. **Studies in Higher Education**. London, v. 23, n. 2, p. 157-16, June, 1998.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. Filgueíras Gomes. Brasília-DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. *In*: BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 229-253.

LEYDESDORFF, L.; WAGNER, C. Is the United States losing ground in Science? A global perspective on the world science system. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 78, n. 1, p. 23-36, 2009.

LILLIS, T.; CURRY, M. J. English, academic publishing and international development: access and participation in the global knowledge economy. *In:* ERLING, E.; SEARGEANT, P. **English and development:** policy, pedagogy and globalization. Clevedon: Multilingual Matters, 2013, p. 220-242.

_____. **Academic Writing in a Global Context** – the politics and practices of publishing in English. London: Routledge, 2010.

_____. Professional Academic Writing by Multilingual Scholars: Interactions With Literacy Brokers in the Production of English-Medium Texts. **Written Communication**, Vol. 23, n. 1, Jan. 2006, p. 3-35. Disponível em: <http://www.writing.ucsb.edu/wrconf08/Pdf_Articles/Lillis_Article.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2015.

LILLIS, T. Whose 'Common Sense'? Essayist literacy and the institutional practice of mystery. In: JONES, C.; TURNER, J.; STREET, B. (orgs.). **Students writing in the university**: cultural and epistemological issues. Amsterdam: John Benjamins, p. 127-140, 1999.

LIMA-NETO, V.; ARAÚJO, J. C. Por uma rediscussão do conceito de intergenericidade. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão-SC, v. 12, n. 1, p. 273-297, jan./abr. 2012.

LINDSEY, D. **The scientific publication system in social science**. San Francisco, California: Jossey-Bass, 1978.

LOPES, M. A. P. T. Referenciação e gênero textual: atividades sócio-discursiva em interação. *In*: MACHADO, I. L.; MELLO. R. (orgs). **Gêneros**: categorias de análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

LOPES, M. A. R. **Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9.394, de 20.12.1996. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

LORGUS, A. L. **O TCC como reflexo do letramento acadêmico dos alunos de graduação em Design da Universidade Regional de Blumenau**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUUKKONEN, T.; PERSSON, O.; SIVERTSEN, G. Understanding patterns of international scientific collaboration. **Science, Technology & Human Values, Thousand Oaks**, v. 17, n. 1, p. 101-126, Winter 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/689852?uid=2&uid=4&sid=21104256973951>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MALISKA, M. A. **O Direito à Educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In:* DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARTINS, H. H. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 30, p. 289-299, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MARQUES, F. Hierarquia complexa: estudo mostra as dificuldades de compreender a contribuição de cada um dos autores de um artigo científico. **Pesquisa Fapesp**. Junho de 2011.

MATÊNCIO, M. L. M. Estudos do letramento e formação de professores: retomadas, deslocamentos e impactos. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 5-10, jan/abr, 2009.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MENEGASSI, R. J. Aspectos da responsividade na interação verbal, **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 10, n. 18. 2009. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/2257/1750>. Acesso em: 15 jan. 2013.

MIGLIOLI, S. Originalidade e ineditismo como requisitos de submissão aos periódicos científicos em Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, set. 2012, p. 378-388. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/493/387>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MOTTA-ROTH, D. Comunidade acadêmica internacional? Multicultural? Onde? Como? **Linguagem & Ensino**, vol. 5, n. 2, p. 49-65, 2002. Disponível em: <revistas.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/download/236/203>. Acesso em: 10 março 2013.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MOTTA-ROTH, D. Escritura, gêneros acadêmicos e construção do conhecimento. **LETRAS** – Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS), jul./dez., 1998, p. 93-110.

MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures**: a genre-based study of academic book reviews in linguistic, chemistry, and economics. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1995. Disponível em <http://w3.ufsm.br/desireemroth/algumas_publicacoes/DesireeRoyh.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In:* CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; MARGUERITE, J. (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores profissionais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, p. 21-35.

MUR-DUEÑAS, P. Critical acts in published and unpublished research article introductions in English: a look into the writing for publication process. *In*: BAZERMAN, C. *et al*. (org.). **International Advances in Writing Research**: Cultures, Places, Measures. Fort Collins, Colo.: WAC Clearinghouse; Anderson, S.C.: Parlor Press, 2012. Disponível: <http://wac.colostate.edu/books/wrab2011/chapter23.pdf >. Acesso em 10 ago. 2014.

NEVES, C. E. B. Ciência e Tecnologia no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. **A educação superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas. Porto Alegre – Brasil, nov. 2002, p. 223-262.

OHUSCHI, M. C. G. **Ressignificação de saberes na formação continuada**: a responsividade docente no estudo das marcas linguístico-enunciativas dos gêneros notícia e reportagem. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

OLIVEIRA, E. F. **Letramento acadêmico**: concepções divergentes sobre o gênero resenha crítica. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP, 2010.

OLIVEIRA, E. B. P. M. **Uso de periódicos científicos eletrônicos por docentes e pós-graduandos do Instituto de Geociências da USP**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122006-02446/publico/Erica.pdf.>. Acesso em: 20 fev. 2013.

O QUE COMPROMETE O INEDITISMO DE UM ARTIGO? **SCIENTIA MEDICA** (Porto Alegre), volume 23, número 4, 2013, p. 211-212. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/16588-64332-4-PB.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ORLANDI, E. O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, n. 4 e 5, 2000.

PACKER, A. L. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/scielo.pdf>. Acesso em: 05 maio 2014.

PACKER, A.; MENEGHINI, R. Articles with authors affiliated to Brazilian institutions published from 1994 to 2003 with 100 or more citations: I – the weight of international collaboration and the role of the networks. **An. Acad. Bras. Ciênc**. Rio de Janeiro, vol. 78, n. 4, p. 841-853, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-37652006000400017>. Acesso em: 10 jul. 2014.

PASQUOTTE-VIEIRA, E. A. **Letramentos Acadêmicos: (re)significações e (re)posicionamentos de sujeitos discursivos**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas-SP, 2014.

PITREZ, P. M. O idioma da ciência: rompendo barreiras para ser lido e citado. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 2, jan./mar. 2009. Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/scientiamedica/article/viewFile/5206/7815>. Acesso em: 2 jun. 2014.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

POSSENTI, S. Sobre linguagem científica e linguagem comum. *In*: _____(org.). **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba, PR: Criar, 2002.

POST, D. The future of education research publishing: Challenges and responses. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, n. 26, p. 1-9, maio 2014. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1719>. Acesso em: 4 set. 2014.

PRODUTIVISMO ACADÊMICO ESTÁ ACABANDO COM A SAÚDE DOS DOCENTES. **Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior** – ANDES-SN, 2011. Disponível em: <http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5020>. Acesso em: 28 agosto 2012.

REIS, R. Heterônimo do poeta português Fernando Pessoa. **Poemas escolhidos**. São Paulo: Melhoramentos, 1997, p. 72.

RODRIGUES, R. J. R. Marcas da subjetividade no gênero discursivo didático – científico. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. Ano 05, n. 11, 2º Semestre de 2009, p. 1-20.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In:* MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros –** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

_____. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico**: cronotopo e dialogismo. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROJO, R. Letramentos escolares: coletâneas de textos nos livros didáticos de língua portuguesa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 433-465, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2010v28n2p433/18444>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. Gêneros do discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? *In*: SIGNORINI, I. (org.). **(Re)discutir gênero, texto e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 73-108.

_____. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 184-293.

SANCHES, K. P. **Relações dialógicas em artigos científicos:** análise de um periódico de saúde e segurança do trabalho. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009a.

_____. Interdiscursividade em artigos científicos. *In*: GARCIA, B. R. V.; SILVA, C. L. C. R; PIRIS, E. L.; FERRAZ, F. S. M.; GONÇALVES SEGUNDO, P. R. (orgs.). **Análises do Discurso**: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo, Paulistana Editora: 2009b.

SAYÃO, F. Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ci. Inf., Brasília**, v. 25, n. 3, p. 314-318, set./dez. 1996. Disponível em: < http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_c6473a38b7_0013984.pdf>. Acesso em: 05 maio 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Tradução de: The development of the scientific community in Brazil. Tradutores: Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SERNA, K.; ALTAMIRANO, A. A. Leer y escribir en el doctorado o el reto de formarse como autor de ciências. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, Consejo Mexicano de Investigación Educativa, A.C. Distrito Federal, México, v. 16, n. 51, p. 1.227-1.251, out.-dez., 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/140/14019203010.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. 1, p. 1-15, julho, 2009.

SILVA, M. M. da; COX, M. I. P. As linhas mestras do novo paradigma de ensino de língua materna. **Polifonia**. Cuiabá: Ed. UFMT, n. 5, p. 27-48, 2002.

SILVA, N. L. Títulos: processos inferenciais na (re)construção de sentidos do texto. **Revista Ao Pé da Letra**. *On-line*. n. 1, v. 10, p. 67-81, 2008. Disponível em:

<http://www.revistaaopedaletra.net/volumes/vol%2010.1/Vol10-Nadiana-Lima.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014.

SILVEIRA, T. S. **Divulgação e política científica**: do Bar do Mané à Ciência Hoje (1982-1998). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2000. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000197755&fd=y>. Acesso em 06 set. 2013.

SHAW, C. Is English still the dominant language of higher education? **Guardian Professional**. 13 fev. 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/higher-education-network/2013/feb/13/english-language-international-higher-education>. Acesso em 11 fev. 2014.

SMITH, M. The trend toward multiple authorship in Phychology. **American Psychologist**, Washington, v. 13, p. 596-599, 1958. Disponível em: < http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=1960-00275-001>. Acesso em 29 maio 2014.

SOARES, M. O que é letramento e alfabetização. *In*: _____. (org.). **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. 11. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 27-60.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc**., Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 set. 2011.

_____. Letramento e escolarização. *In*: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003, p. 89 - 114.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, S. J.; ALBUQUERQUE, E. D. P. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/8124-30694-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

STREET, B. **Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento**. Paper entregue após a Teleconferência Unesco Brasil sobre Letramento e Diversidade, out. 2003. Disponível em: <http://telecongresso.sesi.org.br/templates/header/index.php?language=pt&modo=biblioteca&act=categoria&cdcategoria=22>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. "Hidden" Features of Academic Paper Writing. **Working Papers in Educational Linguistics**. UPenn, v. 24, n. 1, p. 1-17, 2009.

_____. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**. v. 25, n. 3, p. 1 - 6, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/463/422>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SZMRECSÁNYI, T. Elementos para uma história social da produção científica no Brasil. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, vol. 2, n. 1, jan./abr., p.165-170, 1985.

SWALES, J. M.; FEAK, C. B. **English in Today's Research World**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2000.

SWALES, J. M. English as Tyrannosaurus rex. **World Englishes**, v. 16, n. 3, p. 373-382, 1997.

_____ **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Revista Informação & Sociedade**: Estudos. João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: < http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>. Acesso em: 22 jun. 2014.

TERZI, S. B. **A construção do currículo nos cursos de letramento de jovens e adultos não escolarizados**. 2006. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos/uploads/sylviaterzy.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ática, 1994.

TURNER, J. Academic Literacy and the Discourse of Transparency. *In*: JONES, C.; TURNER, J.; STREET, B. (orgs.). **Students writing in the university: cultural and epistemological issues**. Amsterdam: John Benjamins, p. 149-160, 1999.

VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.2, p.42-55, maio/ago. 2010.

VASCONCELOS, S. I. C. C. de. Pesquisas qualitativas e formação de professores de português. *In*: BASTOS, N. M. **Língua Portuguesa**: uma visão em mosaico. São Paulo: I. P. – PUC/SP/EDUC, 2002, p. 277-297.

VOLOCHINOV, V. N. / BAKHTIN, M. M. **Discurso na vida e discurso na arte**: sobre poética sociológica. [1926]. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. *In:* VOLOCHINOV, V. N. *Freudism.* Trad. I. R. Tiotunik. New York: Academic Press, 1976. Circulação para uso didático.

ZIMAN, J. Information, communication, knowledge. **Nature,** v. 224, 1969, p. 318-324.